

Maria Adelina de Azevedo Piloto

O Concelho de Vila do Conde e o Brasil – Emigração e Retorno (1865-1913)

Tese de Doutoramento em História apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob
a orientação da Prof.^a Doutora Maria da Conceição
Meireles Pereira

Universidade do Porto
Faculdade de Letras

2010

Agradecimentos

A concretização do presente estudo só foi possível graças ao espírito de boavontade de várias pessoas. Cumpre-me expressar e testemunhar o profundo reconhecimento e a maior gratidão a todos aqueles que, directa ou indirectamente, me incentivaram, aconselharam e auxiliaram a tornar possível este trabalho.

Assim, em primeiro lugar, à Prof.^a Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira pelo rigor da orientação científica, pelas directrizes metodológicas e pela crítica oportuna, assim como pelas sugestões bibliográficas, por todo o apoio disponibilizado e pela confiança transmitida e em mim depositada.

Ao Sr. António Monteiro dos Santos, meu estimado amigo, infelizmente falecido no decurso do presente projecto, um especial agradecimento pelo apoio na pesquisa documental, pela cedência de preciosas informações e acima de tudo pelo incentivo à investida nesta apaixonante temática.

Aos funcionários do Arquivo Municipal de Vila do Conde, em particular ao doutor Sérgio, pelo apoio e simpatia.

Ao colega e amigo Filipe Santos, pelo apoio informático, paciência e disponibilidade sempre demonstrada.

A terminar, uma palavra de agradecimento à minha família de um e de outro lado do Atlântico. No Rio de Janeiro, particularmente à tia Maria e à prima Adélia; no Recife, à prima Wanda Stanford Palmeira; e no Natal, à prima Albina, a todos o meu obrigada pelos importantes informes familiares. Em Portugal, um especial agradecimento à minha filha, pela compreensão e amparo dos afectos.

ÍNDICE

Índice de Quadros	5
Índice de Gráficos	5
Índice de Mapas	6
Índice de Anexos.....	6
 INTRODUÇÃO.....	 10
 1. EMIGRAÇÃO – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA.....	 34
1.1. Contextualização histórica	35
1.2. Evolução legislativa.....	53
 2. SINOPSE HISTÓRICA DE VILA DO CONDE	 65
2.1. Enquadramento Geográfico-Administrativo	66
2.2. População, Vias de Comunicação e Economia	74
2.3. Saúde, Ensino e Associativismo	87
2.4. Perspectivas e factores locais do fenómeno emigratório.....	96
 3. A EMIGRAÇÃO DO CONCELHO DE VILA DO CONDE PARA O BRASIL.....	 108
3.1. Fluxo emigratório.....	111
3.2. Perfis do emigrante	119
3.2.1. Estado Civil	120
3.2.2. Estrutura etária	123
3.2.3. Ocupação profissional.....	126
3.2.4. Naturalidade/domicílio	134
3.2.5. Destinos brasileiros	137
3.2.6. Espaços em conexão	139

3.3.	Abonadores/ fiadores	143
3.4.	Recomendação	160
3.5.	Pagamento da viagem transatlântica.....	169
4 .	O SERVIÇO MILITAR E A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL.....	177
4.1.	Exclusões ao recenseamento militar	183
4.2.	Reclamações ao recrutamento militar	188
4.3.	Autos de executivo e de refractário	192
4.4.	Naturalidade e outras particularidades	198
5 .	RETORNO DOS <i>BRASILEIROS</i> VILACONDENSES	204
5.1.	Bilhetes de Residência	208
5.2.	Declarações de Nacionalidade.....	222
5.3.	Reemigração	248
5.4.	Vila do Conde e os <i>Brasileiros</i>	257
5.4.1.	O impacto do retorno	262
5.4.2.	Os “Notáveis” – Esboços Biográficos	278
5.4.3.	Um caso de Insucesso	329
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	336
	ANEXOS	345
	FONTES E BIBLIOGRAFIA	358

Índice de Quadros

Quadro 1.1	Emigração portuguesa para o Brasil (1855-65).....	40
Quadro 1.2	Brasil: emigração e imigração (1891-1913).....	41
Quadro 2.1	Freguesias do concelho de Vila do Conde – evolução histórica.....	69
Quadro 2.2	Evolução da população do concelho de Vila do Conde (1864-1911).....	75
Quadro 2.3	Nomeação de professores para o concelho de Vila do Conde (1873-1891).....	91
Quadro 3.1	Taxas de emigração por concelho em %	117
Quadro 4.1	Exclusões ao recenseamento militar (1852-1885)	185
Quadro 4.2	Movimento anual das reclamações ao recrutamento militar	190
Quadro 4.3	Reclamações, autos de executivo e de refractário (1865-1884)	195
Quadro 5.1	Parentesco entre os requerentes dos Bilhetes de Residência	212

Índice de Gráficos

Gráfico 3.1	Titulares e acompanhantes. Homens e Mulheres.....	111
Gráfico 3.2	Fluxo anual do concelho de Vila do Conde (1865-1913)	115
Gráfico 3.3	Estado civil dos emigrantes	120
Gráfico 3.4	Estrutura etária dos emigrantes	123
Gráfico 3.5	Ocupação profissional.....	127
Gráfico 3.6	Naturalidade/Domicílio dos emigrantes.....	134
Gráfico 3.7	Destinos no Brasil.....	137
Gráfico 3.8	Relação entre a freguesia de naturalidade e os destinos preferenciais de emigração.....	139
Gráfico 3.9	Frequência da abonação e/ou fiança	148
Gráfico 3.10	Frequência da recomendação.....	161
Gráfico 3.11	<i>Brasileiros</i> que concederam recomendação.....	163
Gráfico 3.12	Pagamento da viagem transatlântica.....	171
Gráfico 3.13	Frequência do pagamento da viagem.....	173

Gráfico 5.1	Movimento anual da emissão de Bilhetes de Residência.....	211
Gráfico 5.2	Dispersão geográfica dos portadores de Bilhetes de Residência	215
Gráfico 5.3	Validade dos Bilhetes de Residência	216
Gráfico 5.4	Revalidação dos Bilhetes de Residência	218
Gráfico 5.5	Movimento anual de Processos e de Naturalizações	227
Gráfico 5.6	Nacionalidade requerida	228
Gráfico 5.7	Frequência da solicitação da Nacionalidade	233
Gráfico 5.8	Documentos comprovativos da Nacionalidade	234
Gráfico 5.9	Nacionalidade dos requerentes	237
Gráfico 5.10	Taxa de masculinidade dos requerentes.....	238
Gráfico 5.11	Estado civil dos requerentes (%)	239
Gráfico 5.12	Dispersão geográfica dos requerentes	240
Gráfico 5.13	Profissão dos requerentes	242

Índice de Mapas

Mapa 4.1	Dispersão geográfica da naturalidade dos recrutas.....	148

Índice de Anexos

Índice de anexos em suporte de papel.....	345

Anexo 1	Termo de consentimento para embarque do menor José Manuel de Andrade, em 2 de Novembro de 1869.....	346
Anexo 2	Termo de consentimento da esposa Termo de consentimento da esposa para o marido poder emigrar para o Brasil, 15 de Julho de 1868	347
Anexo 3	Termo de responsabilidade e fiança a favor de Francisco da Silva Alexandrino, em 16 de Abril de 1873	348
Anexo 4	Termo de responsabilidade e fiança a favor de António José de Lima, 23 de Novembro de 1869	349

Anexo 5	Carta enviada do Rio de Janeiro por o emigrante Venceslau da Conceição a sua esposa, 24 de Outubro de 1909 350
Anexo 6	Requerimento de Rodrigo da Silva Carvalho para cancelamento de fiança, 22 de Maio de 1869 351
Anexo 7	Requerimento de Manuel Gomes de Sá para cancelamento de fiança, 21 de Janeiro de 1869 352
Anexo 8	Exclusões ao recenseamento militar da freguesia de Fornelo, 27 de Fevereiro de 1871.....353
Anexo 9	Reclamação ao recrutamento militar apresentada por José António do Couto, 6 de Dezembro de 1854.....354
Anexo 10	Bilhete de residência de António Francisco da Silva Neves, passado em 6 de Abril de 1873.....355
Anexo 11	Requerimento de Joaquim Ramos de Oliveira para ser excluído da função de jurado, 1876 356
Anexo 12	Termo de consentimento para embarque de Bento Rodrigues de Sousa, 12 de Outubro de 1865 357

Índice de anexos em suporte digital

Anexo 1	Ficheiro – Registo dos Termos de Responsabilidade e Fiança (1865-1913).
Anexo 2	Ficheiro – Registo das Exclusões ao Recenseamento Militar (1852-1885).
Anexo 3	Ficheiro – Registo das Reclamações ao recrutamento militar (1865-1884).
Anexo 4	Ficheiro – Registo dos Bilhetes de Residência (1865-1916).
Anexo 5	Ficheiro – Registo das Declarações de Nacionalidade (1865-1913).

SIGLAS E ABREVIATURAS:

AMVC – Arquivo Municipal de Vila do Conde

ADP – Arquivo Distrital do Porto

Art.º, art.ºs – Artigo, artigos

Docs – Documentos

Et al – E outros

Fl., fls. – Folha, folhas

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Hab. – Habitantes

N.º, n.ºs – Número, números

P. – Página, páginas

Segs – Seguintes

V. – Verso, ver, vide

VC – Vila do Conde

Vol. – Volume

Nas transcrições de documentos, actualizamos a grafia, desdobrámos as abreviaturas e modernizamos a pontuação.

VILA DO CONDE TRIGUEIRA
DE CORPO VIRADO AO MAR.
HÁ MIL ANOS MARINHEIRA
MIL ANOS A NAVEGAR.

Dário Marujo*

Vila do Conde, 24/01/1944 – 24/11/2008

Dia de Vila do Conde, Vila do Conde: Câmara
Municipal, 2005.

PARTIR É QUASE MORRER
PODE SER P'RA NUNCA MAIS
DENTRO DO PEITO A BATER
UM SINO TOCA A SINAIS.
IR NO VAPOR, EMBARCAR
CUSTA POUCO, VAI DEPRESSA
MAS A SAUDADE É UM MAR
E ESSE NUNCA SE ATRAVESSA!

Jaime Cortesão

Ançã, Cantanhede 29/04/1884 – Lisboa 14/08/1960.

Obras Completas, Porto: Portugalia Editora, 1978.

Introdução

Vila do Conde é terra com uma vocação marítima por excelência¹. “Há mil anos marinheira/ Mil anos a navegar”². Como afirma Amélia Polónia, condicionada por factores naturais e político-jurisdicionais, Vila do Conde encontra no mar a saída possível para uma notória projecção e desenvolvimento³.

Ao longo da sua história plurissecular, os filhos de Vila do Conde habituaram-se, assim, a procurar no mar e no além-mar a riqueza e bem-estar que escasseava em terra. Ao longo dos séculos foram, todavia, fascinados de forma muito particular pelo Brasil. País imenso preme de esperanças, pátria de fabulosas riquezas que exerceu sobre o imaginário da população vilacondense, em particular, e do Entre-Douro-e-Minho, em geral, uma atracção praticamente irresistível.

O êxodo de Vila do Conde para Terras de Vera Cruz iniciou-se bem cedo. No século XVII há notícia de que Manuel Gonçalves era piloto e patrão da capitania de Pernambuco, no tempo de um dos filhos do primeiro donatário, D. Duarte Coelho⁴. No século XVIII, o testemunho do pároco de Azurara dá conta que a freguesia é pobríssima e que “costumam os homens dela navegarem para os portos dos Brasis nas frotas das cidades de Lisboa e do Porto e muitos ausentando-se para as Minas, deixam as mulheres e filhos sem mais remédio para sua sustentação de que a sua agência e trabalho quotidiano de rendas de linho”⁵. E o incremento do fluxo verificado a partir de meados de Oitocentos, só pode ser entendido como o prosseguimento de um processo multissecular que iludiu leis restritivas, superou os momentos de lusofobia e ignorou as mudanças políticas ocorridas de um e de outro lado do Atlântico. Por outro lado, a emigração portuguesa de Oitocentos tem de ser encarada como parcela do contexto das grandes migrações europeias que povoaram e desenvolveram o Novo Mundo.

¹ A umbilical relação de Vila do Conde ao mar está já patente no documento redigido a 26 de Março de 953, que é considerado a certidão de baptismo de Vila do Conde, pela referência às “suas salinas e pesqueiras” (FREITAS, 2001: 34).

² SANTOS, 2005: 9.

³ POLÓNIA, 1994: 49.

⁴ A vilacondense Isabel de Oliveira refere no seu testamento lavrado a 13 de Janeiro de 1625 que foi casada em segundas núpcias com Manuel Gonçalves, piloto e patrão da capitania de Pernambuco (AMVC – *Documentos avulsos*).

⁵ CORTESÃO, 1984: 105.

Quer sob a forma de colonização/emigração entre 1500 e 1822, quer sob a forma de emigração propriamente dita, a partir da independência, o êxodo para o Brasil é uma constante estrutural da história portuguesa e os milhões de portugueses que lá viveram e os seus descendentes formam um dos “berços” mais significativos do Brasil. Partiram filhos, pais e avós e de todos eles ficou um pouco de todos nós, que continua a constituir matriz inquestionável e lastro indestrutível da nação brasileira. E a saudade, esse sentimento tão tipicamente português acompanha o emigrante ao longo de toda a sua vida. “Mas a saudade é um Mar/ E esse nunca se atravessa”⁶. Saudade de Portugal no Brasil, saudade do Brasil em Portugal.

Após se ter expressado de forma sucinta a peculiaridade e ancestralidade do relacionamento dos dois espaços que se tenciona estudar em conexão – Vila do Conde e o Brasil – é intenção, agora, definir com clareza os dois conceitos fundamentais que transversalmente acompanharão este trabalho de investigação.

Assim, “o vocábulo ‘Emigração’ designa tradicionalmente o acto de emigrar, isto é, a saída com ausência suposta de duração significativa de alguém do país que é seu por relação de nacionalidade e por vivência no território que politicamente lhe está adstrito. A emigração assume formas e características diversas, espacial e temporalmente, em função de variáveis políticas, económicas e sociais, que caracterizam os movimentos assim designados, e ainda de determinantes de natureza cultural que envolvem os actores que os realizam”⁷. O Estado procurou administrar a mobilidade geográfica das populações, dadas as incidências que lhe estão subjacentes. Por isso, no espírito e na letra da lei, surge sempre uma emigração legal, que representa o campo de acção do direito individual, e uma emigração clandestina⁸.

A emigração legal representa a que se processa no âmbito da legislação vigente e que, normalmente, tinha no passaporte devidamente autenticado o seu instrumento de legalidade. Pelo contrário, a emigração ilegal é protagonizada por indivíduos indocumentados, ou com documentos falsos, isto é, com contratos de locação de serviços não redigidos em conformidade com a lei, ou ainda, com documentos autênticos mas cuja propriedade pertencia a terceiros.

Por sua vez, “o vocábulo ‘Retorno’ designa a situação dinâmica de movimento de quem está fora de um âmbito ou contexto e nele volta a inserir-se. Distingue-se

⁶ CORTESÃO, 1978: 149.

⁷ ROCHA-TRINDADE, 1985: 205.

⁸ ALVES, 1994: 102.

legalmente repatriação (o regresso compulsivo devido a casos de clandestinidade, de doença grave ou de desinserção social, à custa parcial ou total do Estado), de retorno (regresso voluntário, livre e autónomo a expensas do próprio)”⁹. O retorno pode revestir as modalidades de definitivo ou temporário. Quando é temporário, está-se em presença de casos de reemigração.

Clarificados os conceitos de emigração e retorno na acepção que se pretende empregar no presente trabalho, procurar-se-á agora avançar os pressupostos metodológicos e teóricos que decidirão a textura deste projecto de investigação, começando-se pela definição do objecto de estudo e pela identificação das fontes.

Com o presente estudo *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil – Emigração e Retorno, 1865-1913* pretende-se, fundamentalmente, investigar o fluxo migratório legal do concelho de Vila do Conde para o Brasil entre 1865-1913, analisado numa perspectiva histórica e social, sua persistência e características, bem como o estudo do retorno e do seu impacto na sociedade de origem, ao nível local.

Assim, no que à emigração diz respeito, para além da análise demográfica que se poderá retirar da leitura e tratamento dos registos dos *Termos de Responsabilidade e Fiança (1865-1913)*, o objectivo essencial deste trabalho consiste em analisar quantitativa e qualitativamente o êxodo e definir com a maior minúcia possível o perfil do emigrante vilacondense.

A par do estudo de processo emigratório, este trabalho contempla ainda o fenómeno de retorno, o que confere uma maior amplitude analítica ao objecto em questão. Numa perspectiva de micro-análise, mediante a utilização das variáveis fornecidas pelos *Bilhetes de Residência* e pelas *Declarações de Nacionalidade* proceder-se-á, numa primeira fase, à reconstituição estatística e caracterização do perfil dos protagonistas do refluxo. Seguidamente, analisar-se-á o impacto dos *brasileiros* no concelho e, por último, traçar-se-ão alguns esboços biográficos.

O fenómeno da emigração e do retorno será analisado na sua articulação com a localidade de origem, tendo como espaço de observação o concelho de Vila do Conde composto por trinta freguesias e uma população superior a 30.000 habitantes nas vésperas da implantação da República. Por sua vez, está-se ciente de que o fluxo e refluxo local inserem-se num espaço mais amplo de forte incidência migratória que é o distrito do Porto e, de uma forma mais geral, todo o noroeste português.

⁹ ROCHA-TRINDADE, 1986: 142.

Trata-se de uma problemática que nunca foi objecto de estudo de grande dimensão, apesar de imprescindível para a compreensão do relacionamento entre a comunidade vilacondense e o Brasil no decurso de quase meio século, num período de crescimento efectivo da emigração portuguesa, mas também de múltiplas e sucessivas problemáticas a ela associada, ao longo da época monárquica, mas sobretudo após a implantação da República brasileira, bem como ao longo da Monarquia Constitucional e primeiros anos da República em Portugal.

Como temáticas complementares à emigração e retorno proceder-se-á à análise da contextualização histórica e evolução legislativa; à caracterização espacial, sócio-económica e cultural do concelho, assim como à clarificação da relação entre o recrutamento militar e a emigração.

Porquê tratar da problemática da emigração para o Brasil e do retorno dos naturais do concelho de Vila do Conde?

Em primeiro lugar, sendo natural e residente no concelho, desde menina acostumada a ouvir histórias fabulosas sobre o Brasil contadas por familiares que ali viveram, a circular por estradas e avenidas mandadas rasgar pelos *brasileiros* e a admirar os majestosos palacetes que construíram, a escolha era óbvia.

Por outro lado, como investigadora e membro da equipa do Projecto do CEPES – Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, designado por *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, ficou-se ciente da importância e pertinência científica da problemática emigratória para o Brasil, uma vez que atravessou longitudinalmente a sociedade portuguesa e teve repercussões conjunturais com efeitos estruturais, visto que foi um fenómeno contínuo e multissecular de enorme importância, não só pelos numerosos efectivos que abarcou, como pelas repercussões demográficas, económicas, sociais e culturais que produziu em Portugal e no Brasil. E, embora se tenha processado nos últimos tempos notáveis progressos da historiografia neste domínio, mediante investigação quase paralela de ambos os lados do Atlântico, permitindo confrontar fontes complementares e cruzar olhares sobre o mesmo processo, labor que se tem traduzido na publicação de numerosos trabalhos científicos, continua um tema em aberto, a obrigar ainda, por vários anos, a longa e multifacetada pesquisa, de forma a obter-se uma visão tendencialmente globalizante.

Para além disso, em Vila do Conde, houve, felizmente, ao longo do tempo, preocupações de preservação documental, possuindo um Arquivo Municipal com um

espólio muito valioso. Foram esses cuidados que permitiram a elaboração de diversos estudos e suscitaram a visita de investigadores de renome. Agora, com a disponibilização de grandes núcleos documentais e as inerentes perspectivas de análise serial, novos desafios se colocam à investigação centrada sobre este espaço e o seu passado que alberga, em diversos planos, mais de meio milénio da vida de uma comunidade.

Em 1994, ano de ingresso no mestrado em História Contemporânea¹⁰, tomou-se conhecimento do valioso espólio do Arquivo Municipal e encetou-se, desde então, um trabalho de pesquisa sistemático e contínuo sob a história vilacondense, labor que se consubstanciou na presença com comunicação em diversos encontros científicos e congressos, assim como na publicação em co-autoria de mais de uma dezena de livros e, muitas dezenas de artigos em publicações diversas, versando temáticas alusivas à história local, inclusive sobre a que agora se pretende estudar¹¹ num âmbito cronológico bem mais lato (inserida numa perspectiva de longa duração) e com maiores preocupações de rigor de análise. Aliás, só o profundo conhecimento do Arquivo Municipal de Vila do Conde e respectivos espólios documentais relativos a este objecto de estudo, possibilitou a realização do presente trabalho dentro do tempo regulamentar do curso de doutoramento, e em paralelo com o desempenho das funções profissionais de docente do 2.º ciclo do Ensino Básico¹².

No acervo documental do Arquivo Municipal de Vila do Conde¹³ procedeu-se, assim, a uma pesquisa extensa e multifacetada, consultando fontes susceptíveis de fornecerem vários enquadramentos sobre a emigração e o retorno. Verificou-se, por conseguinte, que os fundos da Administração do Concelho e da Câmara Municipal conservam um importante espólio, que embora não sendo específico das problemáticas em questão, poderia a sua utilização tornar-se extremamente frutuosa nessa perspectiva. A pesquisa no arquivo municipal foi complementada com a realizada no arquivo distrital e em arquivos particulares. Na Biblioteca Municipal de Vila do Conde procedeu-se à consulta de fontes impressas e de carácter hemerográfico.

¹⁰ A respectiva dissertação de mestrado subordinou-se ao tema *Os Expostos da Roda de Vila do Conde (1835-54)* e foi defendida na FLUP, a 6 de Dezembro de 1996.

¹¹ PILOTO; SANTOS, 2007.

¹² No ano lectivo de 2009-2010 usufruiu-se de licença sabática.

¹³ O arquivo municipal no ano de 1991 foi alvo da intervenção de uma equipa liderada pelos doutores Fernando Sousa, Jorge Alves, Jorge Ribeiro, Gaspar Martins Pereira, Helena Oswald e Luís Carlos Amaral no sentido da sua inventariação. Na sequência desse projecto foi editada a publicação *O Arquivo Municipal de Vila do Conde*.

No referido arquivo municipal foi compulsada a seguinte documentação:

Registo de termos de responsabilidade e fiança, livros 3115-3141- A (1865-1913); *Registo dos mancebos que deixaram de ser recenseados para o serviço militar por terem falecido ou mudado de residência*, livros 2397-2401 (1852-1885); *Registo de reclamações ao recrutamento militar*, livros 2402-2405 (1888-1901); *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pastas 2406-2414 (1834 a 1902); *Registo de bilhetes de residência concedidos a súbditos estrangeiros*, livro 2812 (1856-1910); *Declarações de nacionalidade*, pasta 2815 (1869-1938); *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livros 148-150 (1843-1947); *Registo de treslados de testamentos*, livros 3194-3278 (1863-1919).

Já no Arquivo Distrital do Porto foram seleccionados outros fundos documentais como o *Registo de passaportes de emigrantes*, livros 3242 a 3247 (1834-1838); 3298 (1869-70); 3338-3340 (1891-1892); 3407-3413 (1913-1914); 3442 (1923). *Registo de baptismos*, freguesia de Santa Maria de Vilar (Vila do Conde) livro 168 (1901).

O suporte documental que constitui a base empírica do trabalho foi organizado em ficheiros informatizados e dossiers temáticos. Assim, destacam-se:

- O ficheiro de emigração que incorpora os registos dos *Termos de Responsabilidade e Fiança* para o Brasil (ver anexo digital 1). O fundo de Administração do Concelho integra 29 livros catalogados com o número 3115 a 3141-A, que abrangem o período de 1865-1913. Trata-se de uma fonte manuscrita e inédita, de natureza serial, redigida com clareza e minúcia. Esta fonte administrativa foi produzida na sequência da publicação de vários diplomas legislativos¹⁴, e num contexto de crescente intervenção do Estado no sentido de regulamentar, controlar e cercear o movimento emigratório para o Brasil, sobretudo, dos ilegais e dos jovens.

O seu levantamento permite conhecer a data do pedido para embarque; nome, naturalidade, idade, estado civil, profissão e filiação do emigrante; dados sobre os

¹⁴ Os mais importantes foram: a Carta de Lei de 27 de Julho de 1855 (lei do recrutamento) que estabeleceu a obrigatoriedade da fiança entre os 18 e os 21 anos; a Carta de Lei de 4 de Junho de 1859 que antecipou essa imposição para os 14 anos, e a lei de 28 de Março de 1877 que decretou que todos os indivíduos até aos 22 anos eram obrigados à fiança para sair do país, excepto os menores de 14 anos que viajassem acompanhados pelos pais.

acompanhantes; nome das pessoas envolvidas no que toca a consentimento e fiança; a pessoa a quem o emigrante ia recomendado; destino geográfico do emigrante, (estado ou cidade do Brasil); o pagador da passagem e grau de parentesco das pessoas envolvidas. Ao longo dos 48 anos em análise é possível rastrear o percurso de 3.993 emigrantes.

- Ficheiro das exclusões e reclamações ao recenseamento para fins militares, integra os registos dos mancebos que deixaram de ser recenseados para o serviço militar por terem falecido ou mudado de residência ver anexos digitais 2 e 3). Este suporte empírico é constituído por cinco livros de registo das exclusões ao recenseamento (1852-1885), catalogados com os números 2397 a 2401; quatro livros de registo de reclamações ao recrutamento militar (1888-1901), catalogados com os números 2402 a 2405; e nove pastas com processos de reclamação ao recrutamento militar (1834 a 1902), catalogadas com os números 2406 a 2414. A primeira destas fontes permite caracterizar em termos quantitativos e qualitativos os jovens que deixaram de se recensear devido à ausência no Brasil e, a segunda faculta tratamento análogo relativo às reclamações ao recenseamento militar. Tratam-se de fontes com certa uniformidade formal e de conteúdo, onde constam, em relação a cada indivíduo, os seguintes itens: nome, filiação, naturalidade, domicílio, data do nascimento, n.º de sorte e razão da exclusão ou da reclamação ao recenseamento militar. No cômputo global foram apurados 400 casos.

- Ficheiro de privilégios contempla os registos de privilégio e nomeação para cargos municipais. São cinco livros inventariados com os números 146 a 150 que se espraiam de 1829 a 1947. Principalmente os livros números 149 e 150 (1866-1947) propiciaram alguma informação sobre os requerimentos dos *brasileiros* para residirem no concelho e sobre a emissão das suas cartas de naturalização, assim como referências alusivas à nomeação para cargos concelhios.

- Ficheiro de retorno, elaborado com base em duas fontes distintas:

Registo dos bilhetes de residência concedidos a súbditos estrangeiros 1834-1949, livros catalogados com os números 2812 a 2816 e as *Declarações de nacionalidade 1869-1949*, pasta inventariada com o número 2815 (ver anexos digitais 4 e 5).

Os bilhetes de residência concedidos aos estrangeiros eram um documento passado pelo administrador do concelho que habilitava o seu portador a domiciliar-se na

respectiva área administrativa pelo prazo máximo de um ano, findo o qual poderia, eventualmente, proceder à sua revalidação. O registo dos bilhetes de residência foi sofrendo alterações no decurso do tempo; passou-se de um assento relativamente pormenorizado onde constava a data da emissão do título, o nome do suplicante, o local para onde ia residir, o prazo de validade, as revalidações, o estado civil e a profissão, para um registo marcado cada vez mais pelo sintetismo, sobretudo nas últimas décadas da centúria de Oitocentos e início do século seguinte¹⁵. A informação do livro 2816¹⁶ (1916-27) apresenta-se disposta em seis colunas, onde consta a data, nome, residência, prazo da autorização, revalidações e observações. Na coluna “observações” encontra-se, pontualmente, as anotações do tipo de nacionalidade do requerente, do estado civil e da profissão do titular, assim como a indicação de ausência ou de falecimento do requerente. Entre 1834 e 1949 foram concedidos 512 títulos de residência a *brasileiros*, o que é bem sintomático do retorno dos naturais do concelho.

A declaração de nacionalidade constava de um processo burocrático com vista à manutenção, e/ou transmissão, ou alteração da nacionalidade. No processo de declaração de nacionalidade constam relativamente ao requerente da nacionalidade: nome, residência, nacionalidade pretendida, estado civil, profissão, filiação, e por vezes, outros dados de natureza particular como a idade e a data da naturalização. Entre 1865 e 1913 foram inventariados 100 processos de declaração de nacionalidade a que corresponderam 173 naturalizações, 166 brasileiras e sete portuguesas¹⁷.

Para além dos ficheiros informatizados foram também organizados três dossiers temáticos com a informação recolhida em arquivos, na imprensa e na bibliografia consultada:

¹⁵ Deste laconismo é exemplo o seguinte registo: “Em 9 de Março de 1882, passou-se bilhete de residência ao súbdito brasileiro Frei Bento do Monte Carmelo Flores para residir nesta vila por um ano” (AMVC – *Registo de passaportes*, livro 2812, fl. 2).

¹⁶ O termo de abertura do livro 2816 refere: “Este livro há-de servir para registo dos visto dos títulos de residência dos cidadãos de nacionalidade estrangeira, o qual vai ser numerado e rubricado em todas as folhas com o sobrenome de Cunha Reis que uso. Administração do Concelho, 8 de Abril de 1916”.

¹⁷ No arquivo municipal o fundo camarário integra uma pasta com *Declarações de Nacionalidade* inventariada com o número 2815, cujos limites cronológicos dos respectivos processos se distendem de 1871 a 1938. Embora se tenha procedido ao integral levantamento informático desta fonte manuscrita e inédita, tendo sido contabilizados um total de 128 processos, no presente trabalho apenas consideramos os circunscritos de 1865 a 1913. Em 21 dos 50 anos que medeiam entre 1865 e 1913 não foi constituído qualquer processo.

- Dossier da sinopse histórica do concelho, com base em monografias locais, notícias de jornais, revistas, boletins, correspondência e relatórios das autoridades distritais e concelhias.

- Dossier de biografias recolhidas a partir da imprensa regional e local, revistas, monografias locais, testamentos e documentação particular. Elaborados para situações cuja informação suplanta os registos dos ficheiros anteriores. Contempla mais de uma dezena de indivíduos, para os quais se elaborou um ficheiro informatizado, com os dados de identificação, pontos sumários de informação e notas sobre a documentação respectiva existente. Procura-se, desta forma, conciliar a necessidade de manusear rapidamente os dados e aceder, depois, à informação mais detalhada (fotocópias de testamentos, cartas, notícias de jornais, artigos de enciclopédia ou nobiliários, fichas de transcrição, etc.) conforme as circunstâncias exigissem.

- Dossier de legislação referente à emigração e retorno, assim como à problemática militar que remete para a esfera institucional, quadro normativo e debate político-económico, para a acção dos grupos de pressão organizados ou informais, constituído por várias dezenas de textos legislativos (impressos e fotocopiados).

Os ficheiros informatizados de emigração e de retorno comportando informação individualizada, acabam por constituir os núcleos fundamentais desta investigação, funcionando o ficheiro sobre a questão militar e os dossiers como complementos que ajudam a esclarecer pontualmente determinadas questões e contribuem para o enriquecimento global dos fenómenos em estudo.

O ficheiro da emigração permite múltiplas possibilidades de utilização pelo seu carácter de longa duração e extensão de volume. Assim, pode ser utilizado numa perspectiva agregada, permitindo a reconstituição estatística e a observação dos fluxos anuais, ou ser trabalhado sectorialmente, quer para análise detalhada por períodos curtos, observação local de fluxos, análise cruzada de variáveis ou fornecendo dados individuais. É este ficheiro que irá permitir o verdadeiro rastreio da emigração, não

obstante apresentar algumas lacunas informativas, nomeadamente a da eventual emigração clandestina, a do registo pouco sistemático de algumas variáveis por parte dos amanuenses, e ainda a possibilidade de alguns vilacondenses terem ido directamente tirar passaporte no governo civil do Porto sem prestarem qualquer termo na administração concelhia.

O ficheiro de retorno é mais limitativo, pois, não obstante permitir um exercício algo similar, tem uma incidência geográfica (a nível concelhio) mais restrita, assim como apresenta um menor número de variáveis, embora a sua importância seja relevada pela possibilidade de contribuir para a reconstituição dos percursos biográficos.

No acesso aos percursos individuais sobreleva-se a utilização dos testamentos. Mesmo sendo uma fonte de conteúdo muito heterogéneo, aqueles documentos permitem penetrar no grupo familiar de uma forma dinâmica, já que normalmente o testador revela a sua descendência e os laços de parentesco e amizade, para além de deixar perceber as estratégias seguidas no mundo da economia doméstica, constituindo um testemunho insubstituível para dar a conhecer a racionalidade e as visões do mundo dos núcleos familiares entrosados com os emigrantes.

As fontes compulsadas e organizadas em ficheiros informáticos são todas manuscritas e em grande parte inéditas. Permitem obter uma grande variedade informativa e como constituem longas séries tendo sido efectuado o seu integral levantamento, a sua representatividade fica em grande medida salvaguardada.

Para além dos fundos documentais já mencionados, o recurso a outras fontes subsidiárias¹⁸ é constante em todo o processo de investigação, permitindo preencher lacunas, cruzar informações e enriquecer a trama historiográfica.

Assume-se a selecção das fontes históricas mencionadas como uma pequena parcela do universo de testemunhos possíveis para a reconstrução da realidade histórica que será

¹⁸ Entre outras, destacam-se: correspondência expedida e recebida, requerimentos, relatórios e petições, copiadores, registo geral, actas de vereação da câmara, testamentos e legislação.

sempre do domínio do impreciso. Nem se pretende, sequer, esgotar as possibilidades de “falar” desta documentação, aliás inesgotáveis, já que a sua exploração dependerá dos pontos de vista do investigador e dos objectivos precisos que tem em vista, em função do seu objecto de estudo.

Articulando a problemática teórica das migrações em geral com a historiografia sobre emigração e retorno, levantaram-se algumas questões prévias que norteiam a investigação.

Em que termos se contextualiza o movimento migratório do concelho de Vila do Conde no panorama nacional? Como se articula o fenómeno migratório com as condições económicas, sociais e culturais do concelho, no período em análise? Como se caracteriza o fluxo migratório em termos quantitativos e qualitativos? Qual a tendência cíclica, o seu enquadramento conjuntural? Qual o perfil do emigrante e a sua evolução no tempo? Quais as conexões entre a problemática do recrutamento militar e o êxodo para o Brasil? Quais as afinidades dos indivíduos envolvidos na trama migratória de um e do outro lado do Atlântico? Como se processou o retorno, em termos qualitativos e quantitativos? Qual a participação dos *brasileiros de torna-viagem* para o desenvolvimento global do concelho? Quem foram os brasileiros vilacondenses que mais se distinguiram?

Quanto à opção cronológica pelo período que vai de 1865 a 1913, esta deriva, primordialmente, da consideração de dois factores: os limites temporais da fonte que se considera estruturante do êxodo emigratório local, os *Termos de Responsabilidade e Fiança (1865-1913)* e o contexto sócio-histórico que envolve os fenómenos em estudo.

O ano de 1865 foi escolhido para marco inicial porque os primeiros registos de termos reportam-se a este ano, e o de 1913 foi seleccionado como término em razão de o último registo remontar a esse ano. Entre as diversas tipologias documentais relacionadas com o quadro legal que as contextualiza e as condiciona em termos de produção e/ou tramitação administrativa para obtenção do passaporte estão os *Termos de Responsabilidade e Fiança*. Este suporte documental foi seleccionado para constituir a trama empírica do trabalho que se pretende desenvolver sobre o êxodo vilacondense

para o Brasil, numa perspectiva integrada de investigação, procurando-se fazer convergir o quantitativo com o qualitativo e validá-lo em confronto com a pesquisa efectuada.

Neste contexto, importa questionar a realidade institucional da fonte seleccionada enquanto elemento que fornece uma dada imagem da emigração. Convém, pois, conhecer o quadro legal e os contextos da sua produção como documento administrativo, de forma a avaliar as suas potencialidades e limites, isto é, a sua representatividade. Ora, os termos de responsabilidade e fiança, enquanto produto institucional, são fruto da crescente centralização do Estado que se começa a sentir particularmente do século XVII em diante, com a implementação de uma política de controlo e vigilância¹⁹.

Desde os inícios do regime constitucional colocava-se a questão de a emigração masculina jovem revestir a modalidade mais utilizada de fuga ao serviço militar²⁰. Para obstar a esse problema foram promulgados vários diplomas legislativos: a Carta de Lei de 27 de Julho de 1855 que estabeleceu a fiança para os indivíduos entre os 18 e os 21 anos que pretendessem sair legalmente do reino; a Carta de Lei de 4 de Junho de 1859 que antecipou para os 14 anos o limite mínimo para a imposição da fiança; e a lei de 27 de Março de 1877 que decretou que todos os menores de 22 anos ficavam sujeitos à prestação de fiança para poderem sair para o estrangeiro, excepto os que viajassem até aos 14 anos na companhia dos pais.

Na administração do concelho, órgão do poder local instituído pelo regime liberal e directamente dependente do Governo Civil, eram lavrados os termos de responsabilidade e fiança indispensáveis para a obtenção do imprescindível passaporte para a saída legal do país.

Acrescente-se, ainda, que a documentação compulsada para aceder à configuração multifacetada do retorno dos naturais do concelho de Vila do Conde se integra, em parte, dentro do âmbito cronológico seleccionado, facto que vem corroborar a pertinência dos marcos temporais estabelecidos.

A par da projecção temporal limitada pelo suporte empírico seleccionado, as características do contexto sócio-histórico influenciaram a delimitação da faixa cronológica de referência. Até meados de Oitocentos a emigração para o Brasil não

¹⁹ O alvará mais remoto sobre esta questão é de 6 de Setembro de 1645 (*Colecção cronológica da Legislação Portuguesa, 1603-1700*, compilada e anotada por J.J. Andrade e Silva, Lisboa: Imprensa F. X. Sousa, 1856).

²⁰ SOUSA; FERRARIA, 2009: 19.

assumiu a importância e o destaque que a segunda metade do século XIX lhe iria reservar, período em que este tema se tornou numa das questões mais debatidas pelos parlamentares com assento na Câmara dos Deputados e uma das que mais controvérsia gerou entre os representantes da nação²¹.

Segundo Miriam Halpern Pereira, a emigração para o Brasil permaneceu um fenómeno secundário na sociedade portuguesa até meados de Oitocentos, só a partir de então adquiriu dimensão considerável o que mostra que o factor decisivo não foi a liberdade de emigrar mas a transformação em curso no principal mercado de trabalho e país de destino, o brasileiro²².

A partir de meados do século XIX, embora os apelos tradicionais com destino às cidades e às actividades mercantis permaneçam, a política imigratória brasileira subordinar-se-á à necessidade prioritária de trabalhadores agrícolas em substituição do trabalho escravo em vias de extinção, sujeitando os emigrantes a condições de trabalho precárias e violentas que restabeleciam a escravatura, se não de direito, pelo menos, de facto²³. Para a massa emigratória destinada ao trabalho na agricultura o preço da viagem era adiantado pelo proprietário da fazenda, e descontado, posteriormente, no ordenado do colono, remunerado em regime de parceria ou meação²⁴.

Por outro lado, também a nível nacional a década de 1901-1911 constituiu o período de maior emigração antes de 1960, quando emigraram 8 em cada 100 portugueses, sendo a região do Norte a mais afectada. Nos distritos de Braga, Viana do Castelo e Porto, entre 1910 e 1919 a emigração atingiu 6 % dos seus habitantes e 87 % dos emigrantes iam para o Brasil²⁵. Em conformidade com os números expressos por A. H. de Oliveira Marques, só em 1912 saíram de Portugal quase noventa mil pessoas, mais do dobro do número de 1908; em 1913 largaram umas oitenta mil e, já em 1911, a fuga quase atingira sessenta mil. Em três anos, o país perdera, em proveito sobretudo do Brasil, 226 000 indivíduos²⁶.

O intervalo temporal que medeia os anos de 1865 a 1913 constituiu, como se demonstrou, grosso modo, um período em que a emigração portuguesa para o Brasil registaria quantitativos mais expressivos e sofreria mutações qualitativas significativas, suscitando diversas medidas legislativas e um debate político constante, daí a acuidade e

²¹ MAIA, 2007: 51.

²² PEREIRA, 1993: 11.

²³ SERRÃO, 1982: 49.

²⁴ JUNIOR, 1957: 243.

²⁵ RAMOS, 1994: 34.

²⁶ MARQUES, 1975: 78.

importância do âmbito cronológico eleito. Também o contexto local veio corroborar a pertinência das balizas temporais seleccionadas, com efeito, vai ser no transcorrer do período em estudo que o concelho de Vila do Conde vai passar por uma série de transformações que ampliaram os seus limites territoriais e imprimiram maior dinamismo às suas estruturas. Em simultâneo, vai ter de confrontar-se com problemas acrescidos nos sectores económicos dominantes, na pesca, devido à introdução de novas técnicas pesqueiras, na agricultura, por causa da crise na exportação de gado para Inglaterra, e na construção naval, em razão do gradual assoreamento do Rio Ave.

Delineados que estão os pressupostos relativos às fontes e objecto de estudo, pretende-se agora analisar qual é, de facto, o estado dos conhecimentos actuais sobre a questão da emigração para o Brasil e do retorno. Responder a esta questão pressupõe esboçar o “estado da arte” sobre as temáticas em estudo, através de um conjunto de leituras que se querem o mais abrangentes e interdisciplinares possível. É, ainda, interiorizar conceitos e enquadramentos, identificar abordagens já estudadas e reter as lacunas e as fragilidades, na procura de perspectivas. Ou seja, é encontrar um conjunto de instrumentos operatórios que, em ponderação com outros factores, irá facilitar e possibilitar o trajecto da investigação a seguir. Que ilações se tiraram então, das leituras efectuadas?

Sobre o movimento da população portuguesa para o Brasil existe uma vasta produção historiográfica nacional e estrangeira que constitui uma mais-valia e um importante paradigma metodológico e analítico para o processo de planificação, implementação e interpretação do trabalho que se pretende realizar.

A partir de meados de Oitocentos, quando a emigração portuguesa para o Brasil vai assumindo gradualmente maior expressividade, o fenómeno foi objecto de numerosos estudos dos quais resultou abordagens ambivalentes e leituras ambíguas. Os textos oficiais, as opiniões dos articulistas, os estudos dos intelectuais analisavam os prós e os contras num exercício irresolúvel e inesgotável, referindo-se com frequência ao êxodo numa perspectiva maniqueísta²⁷.

²⁷ PEREIRA, 2006: 272.

Na sequência do Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa levado a efeito no ano de 1873, que constatou, entre outros aspectos, que faltava a instrução elementar do povo e que era a sua ignorância que fazia com que fossem presas fáceis dos aliciadores, acabando por concluir que era a ambição de voltarem ricos à pátria que incitava o povo a partir²⁸, não surpreende que tenham surgido textos opinativos da autoria de vários intelectuais como Herculano²⁹, Ramalho Ortigão³⁰, Afonso Costa³¹, Oliveira Martins³², Augusto de Carvalho³³ e Fernando Emídio da Silva³⁴, entre outros, que têm o mérito de funcionarem como fontes do fenómeno emigratório. Trata-se de estudos que dão particular realce às razões e soluções de natureza económica e social, em consonância uns, outros em discordância, total ou parcial, com as ilações retiradas e as medidas preconizadas pelos responsáveis do citado inquérito.

No que concerne aos estudos historiográficos, entre os mais gerais e clássicos evidenciam-se os da autoria de Joel Serrão e Vitorino Magalhães Godinho. Joel Serrão realça o conjunto de transformações que a Europa experimentou no decurso do século XIX, na demografia, nas actividades económicas e nos transportes, que alteraram profundamente o modo de vida tradicional, levando a que uma forte corrente humana se deslocasse do campo para a cidade ou para as terras transoceânicas, no afã de uma vida nova, que se imaginava coroada pelo enriquecimento breve; define os contornos e destinos do êxodo português integrado nesse movimento global e alerta também para o facto de a política imigratória brasileira a partir de meados da centúria de Oitocentos se subordinar à necessidade prioritária de mão-de-obra agrícola, destinada a substituir o trabalho escravo, extinto oficialmente em 1888³⁵. Vitorino M. Godinho dá ênfase ao carácter estrutural da emigração portuguesa, cujo volume de saídas terá atingido níveis

²⁸ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, Imprensa Nacional, 1873.

²⁹ HERCULANO, 1860.

³⁰ ORTIGÃO, 1888.

³¹ COSTA, 1911.

³² MARTINS, 1881.

³³ CARVALHO, 1876.

³⁴ SILVA, 1917.

³⁵ SERRÃO, 1970, 1974, 1976, 1981.

sem precedentes entre meados do século XIX e a década de 70 do século XX, deixando marcas incontornáveis no imaginário colectivo, na economia e na sociedade³⁶. Por seu turno, Miriam Halpern Pereira, outra especialista consagrada nesta área de estudo, chama a atenção para a importância do contexto institucional e dos aspectos demográficos e socioeconómicos no desencadear da corrente emigratória, salienta o carácter restritivo e repressivo da política de emigração portuguesa, evidenciando a ambiguidade e o sentido contraditório da respectiva legislação perante a política brasileira de incentivo à imigração³⁷. Villaverde Cabral realçou o papel desempenhado pelas estradas e caminho-de-ferro na ruptura do isolamento do mundo rural e alertou para a realidade de os contingentes migratórios serem formados por gente cada vez mais pobre, e que desde o início as regiões de emigração tenderam a coincidir com as regiões de minifúndio³⁸. C. Almeida e A. Barreto equacionam o papel da emigração no quadro da dependência externa³⁹. Joaquim da Costa Leite tem incidido a sua produção historiográfica sobre as estatísticas emigratórias portuguesas, as consequências práticas da legislação nacional, os clandestinos indocumentados e documentados, e a importância das redes de solidariedade familiar e de vizinhança na definição do projecto emigratório.

Múltiplas e diversificadas abordagens regionais e locais, têm contribuído para uma análise mais rigorosa das várias facetas da emigração, esclarecendo vertentes fundamentais, imperceptíveis nas fontes de âmbito nacional.

Jorge Alves, com *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista* criou perspectivas novas sobre a problemática migratória para o Brasil, que ainda continuam em aberto. Apostou numa investigação histórica localizada, tendo como espaço de observação o distrito do Porto, de onde saiu um dos mais importantes

³⁶ GODINHO, 1982.

³⁷ PEREIRA, 1981, 1983, 1990, 1993, 2007.

³⁸ CABRAL, 1974.

³⁹ ALMEIDA; BARRETO, 1974.

contingentes para o Brasil, tendo como principal base documental os registos de passaporte. Aplicou a metodologia da micro-análise, mas articulando o qualitativo e o quantitativo, privilegiando, na medida do possível, o viver e o sentir dos agentes históricos, sem descurar uma visão alargada e colectiva, perceptível na diversidade de indicadores estatísticos ao nível regional. Apontou as transformações que o Brasil sofreu ao longo de Oitocentos e que tiveram uma influência decisiva no perfil do emigrante português que atravessou o Atlântico⁴⁰. Henriques Fernandes Rodrigues no prosseguimento da linha aberta por Jorge Alves, nos seus estudos sobre Viana do Castelo apostou igualmente na micro-análise, como forma de apreender os contextos sócio-familiares culturais e mentais dos protagonistas da diáspora⁴¹. Também Miguel Monteiro com o seu trabalho de investigação *Fafe dos Brasileiros (1860-1930) – Perspectiva Histórica e Patrimonial e Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” – território e trajectórias* acompanhou o percurso de vida dos *brasileiros* de Fafe, salientou o elevado índice de alfabetização dos emigrantes relativamente à restante população fafense e definiu o impacto que tiveram a nível local⁴². Por sua vez, Teresa Cirne com a análise da *Emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)*, veio demonstrar também a pertinência do estudo da temática sob o prisma da história local⁴³.

O fluxo migratório tem também sido observado numa perspectiva de micro-análise, integrado em abordagens mais totalizantes de comunidades rurais de origem: Arroiteia⁴⁴, Brettel⁴⁵ e F. Brandão⁴⁶, ou de comunidades de emigrantes no estrangeiro, focalizando os processos sociais e/ou as experiências vividas: T. Monteiro⁴⁷ e F. Neto⁴⁸.

⁴⁰ ALVES, 1994.

⁴¹ RODRIGUES, 2003, 2006 e 2007.

⁴² MONTEIRO, 1989.

⁴³ CIRNE, 2007.

⁴⁴ ARROTEIA, 1983, 2007.

⁴⁵ BRETTEL, 1991.

⁴⁶ BRANDÃO, 1993.

⁴⁷ MONTEIRO, 1985.

⁴⁸ NETO, 1986, 1987.

Eulália Lobo nos dados estatísticos que coligiu sobre a entrada de imigrantes no Brasil na primeira metade do século XX, demonstra a supremacia do Rio de Janeiro e de Pernambuco na atracção dos emigrantes portugueses⁴⁹. Herbert Klein, fez a análise da política de imigração do governo brasileiro, concluindo que ela sofreu grandes alterações no decurso do século XIX e início do seguinte⁵⁰. Léna Menezes mostrou que na viragem do século XX o Rio de Janeiro recebia o afluxo predominante de indivíduos pobres provenientes dos campos do norte português, que passaram a constituir o proletariado miserável, transformando-se em vítimas das leis de expulsão do país e alvos da acção disciplinar da polícia⁵¹. Por sua vez, Pescatello⁵², Rocha-Trindade⁵³ e Baganha⁵⁴, entre outros historiadores, colocam em confronto, sob múltiplos prismas, os espaços de saída e de chegada. Reconhece-se, assim, que a análise agregada, suportando modelos, está longe de esgotar a explicação do fenómeno, a qual passa pela observação textualizada do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e do próprio indivíduo.

Numa perspectiva marcadamente política e institucional, saliente-se *O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados, (1826-1852)* de Fernanda Paula Sousa Maia, que analisa o destaque que a emigração para o Brasil teve na Câmara dos Deputados a partir da 2.ª metade do século XIX⁵⁵. Isilda Braga Monteiro com o estudo *O Parlamento e a Questão Militar (1851-1870)* pôs em evidência a forma intensa como a questão militar foi debatida no parlamento, realçando que a emigração é o resultado do somatório de razões em que a fuga ao serviço militar também se inscreve⁵⁶.

⁴⁹ LOBO, 2001.

⁵⁰ KLEIN, 1993.

⁵¹ MENEZES, 1996, 2006, 2007.

⁵² PESCATELLO, 1970.

⁵³ ROCHA-TRINDADE, 1985, 1986, 1992.

⁵⁴ BAGANHA, 1991, 1993, 2001.

⁵⁵ MAIA, 2002.

⁵⁶ MONTEIRO, 2002.

No que se refere à imprensa, o trabalho da autoria de Conceição Pereira *Representações da emigração para o Brasil na imprensa do Nordeste Transmontano durante a 1.ª República*⁵⁷, elucida que na primeira metade do século XX a imprensa local esteve presa entre a função de informar e os seus interesses particulares, ora se distanciando, ora se aproximando do discurso político que encarava a emigração numa perspectiva negativa. Por seu lado, Isilda Braga Monteiro na sua análise sobre *A imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil* enfatiza que a imprensa regional deve ser entendida, na primeira metade do século XX, como um complexo barómetro das sensibilidades locais relativamente à questão emigratória⁵⁸.

No tocante ao labor legislativo, sublinhe-se a importante e recente ferramenta de consulta, a *Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional* elaborada por Conceição Pereira⁵⁹, e a *Legislação sobre Emigração para o Brasil na 1.ª República*, em co-autoria com Paula Santos⁶⁰, que condensa o pendor intervencionista da 1.ª República relativo à emigração⁶¹.

Nos últimos anos a historiografia tem trazido para a ribalta uma diversidade documental susceptível de levantar novas questões e adensar novos saberes, fazendo avançar desse modo a fronteira do conhecimento. Tanto em Portugal como no Brasil tem-se registado um notável progresso da historiografia neste domínio com a publicação de numerosos trabalhos sobre temáticas inovadoras, onde se visa apreender as peculiaridades quotidianas do emigrante, as vivências e estratégias que desenvolveram no contexto da pluralidade de grupos sociais, as instituições que fundaram e o processo de construção de novas identidades de portugueses.

⁵⁷ PEREIRA, 2006.

⁵⁸ MONTEIRO, 2009.

⁵⁹ PEREIRA, 2008.

⁶⁰ PEREIRA; SANTOS, 2009.

⁶¹ Alguns dos trabalhos referenciados foram desenvolvidos no âmbito de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento.

Neste particular merece destaque o projecto do CEPESE designado *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*⁶² coordenado por Fernando Sousa. No âmbito deste projecto realizou-se já uma série de Seminários Internacionais⁶³ que reuniram especialistas nacionais e estrangeiros que têm centrado as suas investigações sobre o complexo fenómeno da emigração/imigração para o Brasil, através do levantamento e análise de fundos documentais disponíveis num e no outro lado do Atlântico. As publicações resultantes desses encontros científicos têm incidido sobre as várias vertentes dessa emigração, como a identificação de fontes arquivísticas⁶⁴; análise quantitativa e qualitativa dos fluxos migratórios⁶⁵; definição dos percursos de vida dos *brasileiros*⁶⁶; caracterização do perfil dos emigrantes e das suas regiões de origem⁶⁷, passando pelas políticas de emigração/imigração adoptadas⁶⁸; conflitos urbanos e antilusitanismo⁶⁹, assim como os monumentos à imigração e associativismo⁷⁰, entre outras problemáticas que muito têm ampliado o saber neste domínio.

Para além da produção historiográfica mencionada, aliás, sem pretensão exaustiva, refira-se ainda que a problemática migratória tem sido alvo de análise em diversas áreas do conhecimento⁷¹.

⁶² O citado projecto pretende dar um contributo indispensável e, em boa parte, definitivo para o conhecimento do volume dos efectivos migratórios dos portugueses para o Brasil; da origem geográfica e socioeconómica dos emigrantes portugueses; dos ritmos migratórios compreendidos à luz da evolução económica dos dois países; do volume e formas do retorno dos emigrantes; das políticas de emigração e imigração adoptadas, respectivamente, por Portugal e pelo Brasil, nos séculos XIX e XX; do impacto sócio-demográfico, económico, cultural e político da emigração portuguesa para o Brasil (SOUSA, 2007: 5).

⁶³ O VI Seminário Internacional decorreu entre 19 e 23 de Julho de 2010, na histórica cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, e reuniu investigadores portugueses, brasileiros, espanhóis e italianos. Teve como temáticas principais a legislação e o discurso político ligados à emigração, a emigração açoriana para o Brasil e a análise comparativa entre a emigração portuguesa e italiana para aquele destino.

⁶⁴ ASSIS; DUARTE; MENDES, 2006; SANTOS, 2006; SOUSA; CIRNE, 2006, 2007; FRUTUOSO; PEREIRA; 2007; MARTINS, 2007; MENEZES, 2006, 2007.

⁶⁵ RODRIGUES, 2006, 2007; FERREIRA; SANTOS, 2007, 2009; FERREIRA; ROCHA, 2009; MATOS; BASTOS, 2009.

⁶⁶ GRAÇA, 2009; MAIA, 2009; OLIVEIRA, 2009.

⁶⁷ GONÇALVES, 2009; MARTINS, 2007, 2009; SARMENTO, 2009.

⁶⁸ CORTE, 2007;

⁶⁹ ASSIS; DUARTE, 2006; MENEZES, 2007; RIBEIRO, 2007; HECKER, 2009; MENDES, 2010.

⁷⁰ FONSECA, 2007; PILOTO; SANTOS, 2009.

⁷¹ Tem merecido tratamento em compêndios de História, Sociologia e Geografia, em enciclopédias, dicionários e publicações periódicas. De forma implícita ou explícita, ocasional ou intencional tem igualmente estado presente com alguma frequência na literatura e noutras formas de arte. A literatura

Como aposta nas novas tecnologias da informação e comunicação o destaque vai para www.museu-emigrantes.org, projecto dinamizado por Beatriz Rocha-Trindade e Miguel Monteiro, entendido como plataforma informativa de dinamização e divulgação da temática emigratória, e para o portal na Internet com a base de dados dos emigrantes portugueses para o Brasil compulsados por investigadores do CEPESE.

Se, efectivamente, muito do trabalho empírico sobre as questões da emigração e retorno entre Portugal e o Brasil já está feito, como se conclui desta abordagem ao estado dos conhecimentos actuais sobre a temática em estudo, confirma-se também que apesar das múltiplas e diversificadas abordagens regionais e locais que contribuíram nos últimos tempos para uma análise mais rigorosa das várias facetas da emigração para o Brasil, que os movimentos migratórios são um processo global, cujas interacções estão longe de estar suficientemente estudadas como venceu Miriam H. Pereira⁷². Por outro lado, é necessário, após os estudos fundamentais e renovadores, que se regresse a uma perspectiva global enriquecida pelas pesquisas sectoriais.

Identificadas as fontes e o objecto de estudo, explicada a opção cronológica, feita uma primeira aproximação aos trabalhos já realizados sobre as problemáticas que se quer analisar, houve ainda que encontrar um método de estudo ou o procedimento a seguir que conduzisse o investigador à progressão em direcção a um objectivo. Preocupações metodológicas e etapas de um processo, algumas delas já apontadas nas páginas anteriores, que em jeito de síntese agora se corroboram, reúnem e consubstanciam.

Assim, partindo-se da formulação do objecto de estudo – reconstrução da realidade histórica sobre a emigração e o retorno dos naturais do concelho de Vila do Conde em relação ao Brasil, entre 1865 e 1913 – efectuou-se um conjunto de leituras

dramática como índice das estruturas da sensibilidade colectiva e das preocupações morais, sociais e políticas interessou-se também pela controversia questão emigratória como sublinhou Conceição Pereira, no seu trabalho *O Brasileiro no Teatro Musicado Português – Duas Operetas Paradigmáticas* (PEREIRA, 2007:449-466).

⁷² PEREIRA, 2007: 41.

sobre as temáticas em estudo e um primeiro contacto com as fontes principais. Este segundo passo metodológico, em paralelo com os importantes conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares do curso de doutoramento, para além de impulsionar a continuação do processo permitiu uma abrangente perspetivação do fenómeno: a sua contextualização sócio-histórica, o estado dos conhecimentos actuais, a detecção de enfoques lacunares possíveis de estudar e consequente problematização e construção de um modelo de análise.

No campo das migrações existem algumas dificuldades de teorização, não existem as “grandes teorias” de validade universal, porque não há abordagens dotadas de elasticidade suficiente para abarcarem a amplitude total do fenómeno, embora desde 1885 tenha havido um esforço continuado para estabelecer leis migratórias. Com D. Courgeau⁷³ tomou-se conhecimento de uma multiplicidade de técnicas disponíveis, quer na perspectiva demográfica (métodos directos e indirectos, análise transversal e longitudinal), quer na análise espacial (diferenciação e interacção espacial) e ainda a consideração dos factores de atracção/repulsão. Sobre o retorno verifica-se uma total ausência de teoria, a não ser a elaboração de algumas tipologias sobre o perfil etário, sócio-profissional e educativo do retornado e motivações de E. S. Lee⁷⁴.

A pluridimensionalidade do fenómeno migratório, a multiplicidade das abordagens teóricas e a profundidade histórica de que se reveste implicam que se caminhe para uma estratégia de convergência aonde seja possível conjugar generalizações e particularismos. A utilização de métodos pertinentes à recolha, leitura e análise crítica de documentos históricos será sistemática e contínua. Recorrer-se-á às ferramentas informáticas (Word, Excel, Internet, motores gerais de busca, bancos de dados, etc.) para recolha de informação e tratamento dos dados arquivísticos, hemerográficos, bibliográficos e outros. É preocupação fazer aplicações específicas

⁷³ COURGEAU, D., 1980.

⁷⁴ LEE, 1966: 47-57.

(qualitativas, quantitativas e gráficas etc.), implementar metodologias holísticas e específicas e lidar com a diversidade de fontes cruzando-as continuamente, num diálogo formulado pelas hipóteses e pelas problematizações.

Finalmente, após um conjunto de considerações de carácter metodológico onde, sinteticamente, se pretendeu situar o âmbito e a natureza deste trabalho, revela-se agora indispensável e oportuno apresentar a estrutura formal sobre a qual se construirá a análise, sintetizando-se também o conteúdo dos diversos capítulos que a compõem.

Assim, ponderando os objectivos a atingir, as fontes a consultar e algumas das problemáticas já inventariadas a dilucidar, optou-se por organizar este exercício em torno de cinco vectores principais: emigração – contextualização histórica e evolução legislativa; sinopse histórica do concelho; a emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil; a questão militar e a emigração e, no último capítulo, o retorno dos *brasileiros vilacondenses*.

Relativamente à Emigração – contextualização história e evolução legislativa proceder-se-á, primeiramente, à enunciação das diversas perspectivas historiográficas sobre o fenómeno migratório, as expressões estatísticas de que se revestiu e suas características intrínsecas, bem como as causas e consequências que lhe estavam subjacentes. Seguidamente, enumerar-se-ão os principais diplomas legislativos destinados a regulamentar o continuado êxodo, a proteger os emigrantes face às condições de transporte, ou que tinham como objectivo cercear o fluxo, nomeadamente dos ilegais e dos mancebos dentro da idade militar, entre outros aspectos. Em particular, procurar-se-á indagar se o que estava em causa, mais do que ideologias, não seria a procura de uma saída airosa para um problema que se mantinha irresolúvel, e do qual Portugal retirava fortes dividendos para colmatar os persistentes défices da sua balança comercial.

No que diz respeito à sinopse histórica do concelho, o objectivo é, por um lado, apreender a especificidade própria deste espaço, encarado como parte integrante do distrito do Porto e do noroeste português, mediante a análise das suas diversas estruturas e, por outro lado, analisar as potencialidades e as fragilidades do concelho, de modo a apreender os factores atractivos/repulsivos.

De seguida, procurar-se-á analisar os requisitos normativos responsáveis pela produção daquela que se considera a fonte estrutural da presente tese, os *Termos de Responsabilidade e Fiança (1865-1913)*, depois, avaliar-se-á criticamente de modo a utilizá-la na reconstituição estatística e na observação dos fluxos anuais, ou ser usada para análise detalhada de períodos curtos, observação local de fluxos, análise cruzada das variáveis ou fornecendo dados individuais.

Visto a temática militar ser subsidiária da emigração, já que só era possível emigrar legalmente se primeiramente fossem satisfeitas as exigências relacionadas com o recrutamento para o exército, no sentido de aferir das convergências e divergências, suprimir lacunas e contribuir para a clarificação e ampliação geral do contexto migratório vilacondense para as terras de Vera Cruz, proceder-se-á a um estudo sucinto da documentação inerente às exclusões e reclamações ao recenseamento militar.

Por último, a partir, principalmente, da utilização das variáveis fornecidas pelos *Bilhetes de Residência* e pelas *Declarações de Nacionalidade* procurar-se-á, numa primeira fase, rastrear e caracterizar a contra-corrente da emigração para o Brasil, ressaltando também o fenómeno da reemigração; numa segunda etapa, com base no cruzamento do conjunto de fontes hemerográficas de dimensão predominantemente local, com os informes documentais de carácter administrativo, biográfico e bibliográfico avaliar-se-á o impacto do retorno dos *brasileiros* vilacondenses no concelho, desenvolvendo uma análise o mais abrangente possível do campo político, económico, sociológico e antropológico e, por fim, com uma abordagem mais narrativa tentar-se-á seguir algumas trajectórias de vida e tactear os comportamentos e tensões enquanto sujeitos históricos, para através dos seus indícios vivenciais, das suas formas de ser e de agir se aceder a uma história mais humanizada e expressiva do fenómeno na sua totalidade e numa escala local.

Delineado um plano de trabalho, finaliza-se esta introdução com dois sentimentos: prudência e humildade. Estudar a emigração para o Brasil, esse fenómeno estrutural da história portuguesa e matriz inquestionável da nação brasileira sob o ponto de vista da história local, exige um esforço de permanente atenção para que não se caia em visões redutoras ou generalizações desadequadas. Por outro lado, têm-se plena consciência do carácter sempre incompleto das fontes, quaisquer que sejam, pois, como

assevera Marc Bloch, “o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa”⁷⁵.

⁷⁵ BLOCH, 1976: 55.

1. Emigração – contextualização histórica e evolução legislativa.

Poucos problemas sociais terão sido tão debatidos como a emigração Oitocentista, poucos terão suscitado tanta controvérsia e ambiguidade, tanta legislação e tanta doutrina.

Jorge Fernandes Alves – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994, p. 101.

A emigração é uma realidade complexa e multifacetada que envolveu interesses múltiplos e díspares. Pelas causas que lhe estão subjacentes e pelas consequências demográficas, sociais, políticas e culturais que suscitou, a sociedade em geral, bem como as diversas instituições debateram a questão de forma apaixonada e polémica. Desta maneira, tornou-se assunto largamente abordado na imprensa da segunda metade de Oitocentos.

Com intuito de contextualização desta temática, pretende-se no presente capítulo enunciar as principais leituras historiográficas sobre o fenómeno emigratório, evidenciar as razões que estão na origem do êxodo, ressaltar as consequências mais significativas que gerou e indicar os principais textos legais promulgados.

Como questão nacional que era, o Estado viu-se obrigado a intervir de maneira cada vez mais intensa neste domínio, nomeadamente através da produção legislativa. Esta moldura legal consubstanciou-se em numerosos diplomas destinados a regulamentar o movimento e a proteger o emigrante, assim como a cercear o fluxo, particularmente dos ilegais e dos mancebos dentro da idade militar, entre outros aspectos.

Mas como refere Jorge Alves, as leis “repressivas” representaram quase sempre fracassos e só tiveram a faculdade de enfatizar o fenómeno emigratório, mostrando a natureza perversa do sistema económico e social do país de origem e do de acolhimento¹.

¹ ALVES, 1994: 123.

1.1. Contextualização histórica

Colonização e emigração são duas faces de um mesmo processo de expansão europeia. Do século XV até às primeiras décadas da centúria de Oitocentos a colonização teve a primazia. A partir dessa data o processo de industrialização dos países europeus acarretou uma série de contradições que seriam responsáveis pela colonização e emigrações do século XIX².

O século XIX alterou demográfica e socialmente os quadros tradicionais e suscitou, na esfera psicológica, a vivência de necessidades novas, que se repercutiram no desejo de promoção social e económica. De toda a Europa se emigra, especialmente para além-Atlântico, na mira de promessas americanas. Portugal integra-se nessa tendência geral, mas de acordo, sobretudo, com a sua tradicional orientação brasileira³.

Conforme salientou Pierre George, o desenvolvimento da economia industrial e das formas de expansão capitalista originaram movimentos populacionais no interior de cada país, com o crescimento das cidades e das populações urbanas, e o imperialismo deu início à expansão das populações fora da Europa⁴.

A primeira grande vaga da emigração europeia ocorreu entre os anos de 1815 e 1850, sendo composta principalmente por indivíduos procedentes do Reino Unido, abarcando o êxodo 2 370 000 pessoas. O período de 1850 a 1880 caracterizou-se pela redução dos efectivos britânicos que decresceram de 80% do contingente migratório geral para 55%, sendo substituídos por alemães e escandinavos. Entre 1841 e 1845 saíram 54 000 emigrantes da Alemanha e entre 1881 e 1885 o seu número ascendeu a 857 300 pessoas, declinando gradativamente para estabilizar nos cerca de 150 000 emigrantes anuais. Até ao ano de 1910, saíram de França para os destinos americanos e para as suas colónias cerca de 800 000 pessoas. A segunda torrente emigratória inicia-se em 1880 e alonga-se até 1914, período caracterizado pelo recuo da vitalidade demográfica da Europa Ocidental e que corresponde em parte à Grande Depressão que se abateu sobre o mesmo continente a partir de 1873 e que se distendeu pelas décadas seguintes. De um lado do Atlântico, a Europa mergulhada numa crise económica e

² ARRUDA, 2007: 13-18.

³ SERRÃO, 1982:48.

⁴ GEORGE, 1955: 218-219.

social que conduziu à redução substancial da oferta de emprego, do outro lado, o “Novo Mundo” em franca expansão económica, o vigoroso crescimento industrial nos Estados Unidos não poderia ser sustentado sem a mão-de-obra emigrante, nem a cultura do café, num Brasil destinado a perder a breve prazo o trabalho escravo. Vinte milhões de europeus deixaram o continente, num ritmo alucinante, que ultrapassou um milhão no ano de 1900 e atingiu os dois milhões em 1913. Os eslavos e latinos constituíam 80% do total desta última vaga, entre os quais se destacavam russos, polacos, romenos, italianos, espanhóis e portugueses. Os portugueses ocupavam a segunda posição cimeira no contingente emigratório dos países latinos, fazendo jus à sua plurissecular vocação para a diáspora pelo mundo. Os Estados Unidos foram o destino preferencial para 71,9% dos emigrantes, o Canadá para 4%, a Argentina e o Brasil atraíram 3,7% da massa emigratória europeia. Cerca de 40 milhões de europeus emigraram entre 1850 e 1920, e metade desse êxodo ocorreu nas três últimas décadas, o que correspondeu a 40% do aumento anual da população europeia no mesmo período. O auge foi atingido entre 1909 e 1914, quando o fluxo alcançou um milhão e meio de emigrantes⁵. Foi, pois, no final do século XIX e começos do seguinte que se intensificou a emigração transatlântica. Jordi Nadal estimou o movimento entre 1880 e 1930 em um milhão de pessoas⁶. Nenhum movimento populacional anteriormente verificado se pode comparar à verdadeira torrente humana que atravessou o Atlântico em direcção ao continente americano: 44 a 52 milhões de europeus atravessaram o Atlântico entre 1815 e 1914⁷.

No que concerne a Portugal, embora a diáspora pelo mundo seja um dos traços mais marcantes da sua história, todavia, como realçou Joel Serrão, a partir da 2.^a metade do século XIX, após a independência do Brasil, a emigração assumiu, quantitativa e qualitativamente, aspectos inteiramente novos⁸.

Na perspectiva de Fernando Sousa, a emigração portuguesa para o Brasil só pode ser entendida como a continuação de um processo multissecular iniciado no século XVI e que, ao longo do tempo, com altos e baixos, se prolongou até praticamente aos nossos dias, quer sob a forma de colonização/emigração durante o Império Português (1500-1822), quer sob a forma de emigração propriamente dita a partir da independência do Brasil⁹.

⁵ ARRUDA, 2007: 29.

⁶ NADAL, 1984:123.

⁷ PEREIRA, 2007: 42.

⁸ SERRÃO, 1970: 597.

⁹ SOUSA e FERRARIA, 2009:13.

A descoberta aurífera no Brasil, nos fins do século XVII, desencadeou um êxodo da população do noroeste português que atingiu no século XVIII algumas centenas de milhares de indivíduos. A lei de 1720, na sequência dos decretos de 1709 e 1711 procurou pôr cobro a esse fluxo, já que a província do Minho, antes a mais povoada de todas, se achava minguada de gente para a agricultura e outros serviços¹⁰. Tratava-se de um tipo de emigração que se dirigia, fundamentalmente, para a actividade comercial nas cidades, pois o serviço agrícola continuava e continuaria até meados do século XIX a ser exercido pelos escravos. Embora o grosso desses expatriados se tenha fixado definitivamente no país de acolhimento, uma parte, mormente os que fizeram fortuna regressaram à pátria, dando origem ao tipo social do *brasileiro* tão característico da vida portuguesa na segunda metade do século XIX¹¹.

Segundo Miriam Halpern Pereira, a emigração para o Brasil permaneceu um fenómeno secundário na sociedade portuguesa até meados do século de Oitocentos, só então adquiriu dimensão considerável, o que mostra que o factor decisivo não foi a liberdade de emigrar, mas a transformação em curso no principal mercado de trabalho e país de destino, o brasileiro¹².

A partir de meados do século XIX, embora os apelos tradicionais com destino às cidades e às actividades mercantis permaneçam, a política imigratória brasileira subordinar-se-á à necessidade prioritária de trabalhadores agrícolas em substituição do trabalho escravo em vias de extinção¹³, sujeitando os emigrantes a condições precárias e violentas de trabalho que restabeleciam a escravatura, se não de direito, pelo menos, de facto¹⁴. Para a massa emigratória destinada ao trabalho na agricultura o preço da viagem era adiantado pelo proprietário da fazenda, e descontado, posteriormente, no ordenado do colono, remunerado em regime de parceria ou meação¹⁵.

¹⁰ CORTESÃO, 1984: 74.

¹¹ SERRÃO, 1970: 601-603.

¹² PEREIRA, 1993: 11.

¹³ A extinção da escravatura no Brasil ocorreu de forma faseada. Em 1871 o gabinete conservador, presidido pelo Visconde do Rio Branco propôs a denominada “Lei do Ventre Livre” que declarava livres os filhos de mulher escrava nascidos após a lei, os quais permaneciam em poder dos senhores de suas mães até à idade de oito anos. A partir dessa idade os senhores podiam optar por receber do Estado uma indemnização ou utilizar os serviços do menor até ele completar os 21 anos. A partir da década de oitenta, o movimento abolicionista ganhou vigor com o surgimento de associações, e da propaganda na imprensa a favor do fim da escravatura. A abolição sem qualquer restrição foi aprovada por grande maioria parlamentar e sancionada a 13 de Maio de 1888 pela Princesa Isabel, que se encontrava na regência do trono (FAUSTO, 2008: 217-220).

¹⁴ SERRÃO, 1982: 49.

¹⁵ JÚNIOR, 1957: 243.

Em 1870 inicia-se uma nova fase na emigração para o Brasil que beneficia de um grande incremento após o fim da guerra do Paraguai. Porém, o Estado quase não manifesta preocupação perante este crescimento sem precedentes. As verbas enviadas pelos emigrantes assumem uma importante função financeira (desconhecida até então) no equilíbrio, sempre precário, da balança de pagamentos nacional. Também durante os anos de prosperidade de 1870 a 1889 a escassez de força de trabalho deixa de constituir preocupação dos meios agrários. Foi um dos períodos de maior tolerância em relação à emigração, apesar de ser então que surge claramente o projecto de reconversão geográfica da emigração e sua inserção no projecto colonial africano, que só dará frutos concretos quando as fronteiras do Brasil se fecharem parcialmente à imigração portuguesa. Com a crise agrícola da década de 80, a emigração ganha ritmo e volume e a mudança de regime político no Brasil (1889) apenas a perturbou ligeiramente. É entre 1880 e 1930 que se situa a grande vaga da emigração da Europa para a América, passando a emigrar, também no caso português, não apenas os jovens solteiros, mas igualmente homens casados, mulheres e famílias completas¹⁶.

Qual teria sido o quantitativo da emigração portuguesa para o Brasil durante a segunda metade do século XIX e inícios do seguinte? Qual a representatividade e fiabilidade dos números? Ao comparar as estatísticas portuguesas com as estrangeiras detectam-se várias lacunas e pontos frágeis, desde a possível diferença de conteúdo das estatísticas até à organização dos registos. Havia países que consideravam emigrantes os passageiros que viajavam em 3.^a classe, enquanto outros incluíam também os de 2.^a classe. Registrar ou não pessoas que entravam e saíam repetidas vezes era outro problema; adicionavam-se a este, o das pessoas que utilizavam um terceiro país como ponto de passagem, para contornar a lei, ou por razão natural do percurso de trabalho e, naturalmente, a questão dos clandestinos. Não só havia diferentes critérios de registo de país para país como dentro do mesmo país. Em Portugal, por exemplo, exigia-se passaporte a todos os passageiros até 1907 e organizava-se as estatísticas nessa base; a partir dessa data apenas os emigrantes precisavam desse documento, sendo também dispensados da apresentação do passaporte os que se dirigiam para as colónias africanas. Numa perspectiva de curto prazo, podem também existir desfasamentos devido à escolha do ano civil ou do económico, ou à organização do registo com base no movimento real de passageiros ou na emissão de passaportes¹⁷.

¹⁶ PEREIRA, 1993: 12.

¹⁷ LEITE, 1987: 472.

A interpretação tradicional da emigração portuguesa dava grande importância à emigração clandestina, considerando-a sempre como não registada e pressupunha que os clandestinos entravam livremente nos países de destino e aí eram registados. As referências à emigração indocumentada encontram-se sobretudo nos anos 50 e 60 da centúria de Oitocentos, na época do domínio quase absoluto dos veleiros. Com a utilização progressiva dos barcos a vapor os casos referenciados de barcos com muitos passageiros sem passaporte passam a ser esporádicos. Nos anos 80 dá-se o aumento dos clandestinos documentados, isto é, de indivíduos que usavam documentos autênticos, mas dos quais não eram os verdadeiros titulares, o que era falso era o uso que faziam dos documentos e não estes em si. Nesta mudança de métodos desempenharam papel crucial os engajadores ou agentes de emigração. Uma importante consequência prática da mudança foi que, enquanto os emigrantes indocumentados escapavam ao registo, os clandestinos documentados constavam das estatísticas, pelo que os dados numéricos portugueses incluem uma parte indeterminada, mas aparentemente substancial, da própria emigração clandestina. Esta interpretação permite compatibilizar a existência de uma importante corrente clandestina com a tese da representatividade das estatísticas da emigração¹⁸. Todos estes problemas não implicam a impossibilidade de comparação e verificação de fiabilidade das estatísticas, mas são um sobreaviso quanto à expectativa simplista de um ajuste perfeito entre as várias estatísticas¹⁹.

Na perspectiva de Costa Leite, as estatísticas portuguesas constituem uma expressão numérica adequada da emigração e merecem grande confiança, sobretudo como expressão das variações de longo prazo do fenómeno²⁰.

Embora inicialmente pobres, as estatísticas portuguesas apresentam continuidade cronológica desde 1855. Começa a série com as estatísticas semioficiais publicadas por Rodrigues de Freitas, abrangendo o período de 1855-65, e continuam com as publicações oficiais iniciadas pelo *Inquérito Parlamentar sobre a Emigração de 1873*. A partir de 1866 as estatísticas passam a ter por base os passaportes emitidos por todos os governos civis. Só a partir de 1880 são quantificados nas estatísticas portuguesas os indivíduos expatriados para o continente americano, nomeadamente para o Brasil, Estados Unidos e Argentina, países do continente americano receberam a quase totalidade dos emigrantes portugueses. Existem, assim, dados quantitativos da

¹⁸ LEITE, 1987: 468-469.

¹⁹ LEITE, 1987: 463-489.

²⁰ LEITE, 1987: 463- 477.

emigração para o período de forte crescimento demográfico e de grande mobilidade populacional da segunda metade do século XIX e começos do século XX.

Eis os números revelados por Rodrigues de Freitas e que parecem ser a mais antiga estimativa da emigração portuguesa para o Brasil.

Quadro n.º 1.1 – Emigração portuguesa para o Brasil (1855-65)

1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	Total
11 557	10 288	9 861	8 963	9 309	6 524	5 945	5 674	4 411	4 517	4 170	81 219

Fonte: FREITAS, Rodrigues, 1867 – *Notice sur le Portugal*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul

Dupont, p. 9-10.

Os números de Rodrigues de Freitas referem-se a viajantes e foram certamente baseados na relação de passageiros que os comandantes das embarcações eram obrigados a fornecer às autoridades. Os seus dados são consistentes com informações numéricas posteriores, pois, como já foi referido, até 1907 todos os viandantes tinham de apresentar passaporte e era nessa base que as estatísticas eram coligidas²¹. No entanto, a sua análise, no que toca ao continente, levanta a questão da omissão do porto de Lisboa, já que era regularmente mencionado nos registos consulares do Rio de Janeiro.

De acordo com os dados apurados pelos autores do *Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*, realizado em 1873, os imigrantes portugueses legais ingressados no Rio de Janeiro de 1861 a 1872, em navios de vela, ascenderam a 49 610, sendo 38 900 originários do distrito do Porto²².

Na perspectiva de Orlando Ribeiro, o movimento emigratório português até ao ano 1900 oscilou em torno dos 20 000 emigrantes anuais, verificando-se nessa altura uma recessão pouco duradoira, à qual se seguiu um grande incremento que alcançou cotas jamais atingidas, 49 000 em 1911, 77 000 em 1912, 67 000 em 1913. Concluiu também que de 1890 a 1940 saíram do país 1 200 000 emigrantes, 92% naturais do Norte e 83% com destino ao Brasil²³.

Bento Carqueja, em 1916, contabilizou em 900 000 o número de emigrantes portugueses que, no decurso dos anteriores 40 anos, tinham abandonado,

²¹ LEITE, 1987: 462.

²² *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 442-443.

²³ RIBEIRO, 1955:124.

definitivamente o país²⁴. Em 1917, Fernando Emídio da Silva calculava a população portuguesa no Brasil em 800 000 pessoas²⁵.

De acordo com as estatísticas portuguesas e brasileiras para o período que medeia entre 1891 e 1913 foram apurados os seguintes resultados:

Quadro n.º 1.2 – Brasil: emigração e imigração portuguesa (1891-1913)

Anos	Emigração	Imigração
1891	29 620	32 349
1892	17 312	17 797
1893	26 119	28 986
1894	25 761	17 041
1895	40 365	36 055
1896	23 980	22 299
1897	17 783	13 558
1898	20 124	15 105
1899	13 348	10 989
1900	14 488	8 250
1901	14 487	11 261
1902	14 995	11 606
1903	14 522	11 378
1904	21 446	17 318
1905	24 806	20 181
1906	26 139	21 706
1907	31 474	25 681
1908	36 353	37 628
1909	30 574	30 577
1910	31 274	30 857
1911	48 196	47 493
1912	74 853	76 530
1913	64 402	76 701
Total	867 180	621 346

Fontes: *Anuário Estatístico de Portugal 1884*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886; *Movimento da População*. Lisboa: Imprensa Nacional, (vários anos); *Directoria –Geral de Estatística, Relatório Apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo Director-Geral*. Rio de Janeiro: Oficina Estatística, 1898; *Movimento da População: Imigração*

²⁴ CARQUEJA, 1916: 18.

²⁵ SILVA, 1917: 105.

Quando se procede à análise comparativa dos resultados das estatísticas portuguesas e brasileiras constata-se que estas contrariam a interpretação tradicional da emigração portuguesa, que considerava que as estatísticas nacionais apresentavam números muito inferiores às estrangeiras e a diferença corresponderia à emigração clandestina. Por outro lado, das divergências entre as duas estatísticas deve-se ao facto das autoridades brasileiras distinguirem imigrantes e passageiros e, por conseguinte, os registarem separadamente. No ano de 1910, o Brasil admitiu 34 725 passageiros portugueses, dos quais 30 857 foram inscritos como imigrantes. Por outro lado, é preciso ter em consideração a vontade política e a capacidade burocrática de cada país. Graças à estabilidade administrativa que Portugal beneficiou no período em análise, foi possível a utilização de critérios suficientemente claros e estáveis de classificação e de recolha de dados. Por conseguinte, as estatísticas nacionais saem reforçadas do confronto com as estrangeiras²⁶.

Os números apresentados corroboram a enorme atracção que o Brasil exerceu sobre a população lusa, cujo fluxo emigratório anual foi sistematicamente superior à dezena de milhar, com a excepção do ano de 1900, que em conformidade com a estatística brasileira foi de apenas 8 250 indivíduos. Apesar de os quantitativos emigratórios e imigratórios totais e anuais apresentarem desfasamentos entre as duas fontes, devido a motivos diversos que ultrapassam o problema da clandestinidade, no que toca às flutuações temporais, preciosas como indicadores económicos, ambos os registos apresentam uma significativa concordância.

Em suma, ao longo de toda a segunda metade do século XIX e princípio do seguinte, como já ocorrera nos séculos XVII e XVIII, o Brasil impõe-se como destino de eleição dos emigrantes portugueses. Entre 1855 e 1865, 87,28% da emigração lusa dirige-se a esse país e, de 1870 a 1874, só o Rio de Janeiro recebe 74,56% do total de emigrantes portugueses²⁷. Em 1912 saíram de Portugal quase noventa mil pessoas mais do dobro do total de 1908; em 1913 largaram umas oitenta mil e já em 1911 o êxodo quase atingira sessenta mil. Em três anos o país perdera, em proveito sobretudo do

²⁶ LEITE, 1987: 475.

²⁷ SERRÃO, 1974: 46.

Brasil, 226 000 indivíduos, cerca de 3,7% da população nacional²⁸. Como observou Oliveira Marques, “só a emigração desfalcara o país em quase meio milhão de indivíduos, o mais alto número de todos os tempos até à data”²⁹.

Quais terão sido as condições e causas do incremento emigratório durante a época contemporânea?

A emigração é um fenómeno complexo, nomeadamente no tocante às causas que lhe estão subjacentes. Os movimentos migratórios são um processo global, cujas interações estão longe de estar suficientemente estudadas³⁰. No caso da emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX e início do XX, há que ter em conta os factores que se prendem com circunstâncias de índole conjuntural e estrutural.

Joel Serrão considera que a causa mais funda da emigração Oitocentista dos países europeus de estrutura ainda predominantemente agrária, como Portugal, era o baixo nível sócio-económico da população rural. No entanto, nada indica que esse nível tenha baixado ou que era mesmo inferior a épocas transactas. O que parece ter ocorrido foi um determinado desenvolvimento, mas demasiado lento e sectorial, e por isso mesmo incapaz de satisfazer as necessidades crescentes de uma população em acréscimo³¹.

Para os autores do *Inquérito Parlamentar* de 1873 não havia motivos de ordem económico-social suficientemente fortes para explicar as origens do fenómeno emigratório português contemporâneo. Ao confrontarem as estatísticas de 1863 e 1871, colocam em evidência a multiplicação do número de proprietários e concluem que era “a ambição de voltar ricos à pátria” que levava o povo a abandonar o Reino, sendo o fluxo promovido por especuladores portugueses³². Na verdade, os minhotos emigravam para o Brasil porque não estava ao seu alcance atingir no seu país um nível de vida mediano, que os pusesse a salvo da miséria real ou iminente³³.

Ramalho Ortigão, homem atento ao incremento demográfico do país e aos problemas socioprofissionais daí derivados defendia que “o emigrante vai, porque acha

²⁸ MARQUES, 1975: 84.

²⁹ MARQUES, 1976: 185.

³⁰ PEREIRA, 2007: 41.

³¹ SERRÃO, 1974: 48-49.

³² *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 23.

³³ SERRÃO, 1985:1000.

o mundo português cheio de mais para ele, porque encontrou cinquenta pessoas adiante de si a todas as portas a que foi procurar trabalho³⁴.

Alexandre Herculano apontava como causa a insuficiência dos salários e opinava que “a miséria de um ou de outro indivíduo pode derivar de culpa própria: a que expulsa uma parte notável da população de um país, onde esta, considerada colectivamente, está longe de superabundar, é sempre resultante de um defeito ou de uma perturbação nos órgãos da sociedade”³⁵.

Em que consistia a perturbação social aludida por Herculano?

A estrutura demográfica portuguesa caracteriza-se durante a segunda metade do século XIX por uma taxa de natalidade relativamente elevada e por níveis de mortalidade razoavelmente baixos. Da conjugação dos dois factores resultou um saldo fisiológico da ordem de 10 pontos (embora pudesse esbater-se em períodos de crise demográfica). A população portuguesa passou de 2 931 930 habitantes, em 1801, para 4 660 095, em 1890. Variação relativa na ordem dos 59%, embora inferior ao conjunto da Europa cuja população duplicou entre 1801 e 1886³⁶. Durante o primeiro decénio da República, o crescimento foi lento, devido à sangria da emigração, à 1.ª Grande Guerra e à epidemia pneumónica.

Impulsionado pela pressão demográfica e pelos apelos do mercado, sobretudo externo, desenvolvem-se sectores especializados da agricultura, cuja evolução estará, em grande parte, dependente das flutuações da procura. Durante cerca de 40 anos, Portugal tornara-se “uma granja para exportação” como observou Oliveira Martins³⁷, produzia e vendia vinho, frutos, gado cortiça e minérios.

Quando a partir dos anos 80 a procura externa se retraiu, surgiram os inconvenientes do modelo económico implementado. De acordo com o recenseamento de 1890 que inclui, pela primeira vez, dados sobre a repartição profissional, 59,3% da população activa estava ligada à agricultura³⁸. Desde meados da centúria de Oitocentos foram introduzidos nos campos melhorias. Reconhecido em 1894 o direito ao sindicalismo rural, surgem por todo o país as associações agrícolas que solicitam ao Estado medidas proteccionistas contra os produtos estrangeiros e os importados das colónias, assim como apoio na resolução de questões de âmbito regional e local. Por

³⁴ ORTIGÃO, 1986-93:181.

³⁵ HERCULANO, 1983: 116 e 146.

³⁶ CASCÃO, 1993: 425.

³⁷ MARTINS, 1956: 121.

³⁸ VAQUINHAS, 1993: 482.

todo o país se intensificam os arroteamentos e aproveitamento dos baldios e incultos. Entre 1874 e 1902, a superfície cultivada aumentou em 90 750 ha por ano, tendo esse ritmo se atenuado para 11 200 ha anuais entre 1903 e 1933³⁹. Mas ao lado dos sectores agrícolas mais dinâmicos persiste uma agricultura tradicional, baseada na pequena propriedade, na auto-suficiência familiar, na policultura e em instrumentos de produção rudimentares. Nos distritos do Norte, a redução da propriedade a pequenas courelas, que dificilmente asseguravam a subsistência económica dos seus possuidores, tornou-os vulneráveis ao endividamento. A partir da década de 70, as crises agrícolas agravaram as dificuldades económicas dos pequenos proprietários, compelindo-os à venda dos seus bens ou, em casos extremos, à expropriação judicial por insolvência⁴⁰ e, consequentemente, à proletarianização e à emigração. Desde o início, as regiões de emigração tenderam a coincidir com as regiões de maior parcelização da terra⁴¹.

Oliveira Martins, deputado do Partido Progressista, em 1887, denunciou os efeitos nefastos da excessiva “pulverização” da propriedade, e propôs a solução de uma unidade mínima legal, o chamado *casal de família*⁴².

Apesar das melhorias, efectivamente verificadas, em alguns sectores de actividade económica, Portugal deparou-se com sérias dificuldades para atingir um ritmo de desenvolvimento que absorvesse a população excedentária. O país permanecia pobre. A falta de capitais era endémica nos meios rurais, como o reconheceu os relatores do *Inquérito Parlamentar* de 1873. Os juros eram altíssimos, só excepcionalmente desciam a 5% no distrito do Porto, não menores do que 12% em todo o país, elevando-se até 25 ou 30 por cento em algumas localidades⁴³. A falta de capitais não se repercutia apenas negativamente na agricultura, mas também na ainda embrionária indústria.

Segundo Orlando Ribeiro, o país tinha uma densidade demográfica moderada e um solo inteiramente ocupado, com excepção de pequenas áreas menos atractivas, uma agricultura pobre e uma indústria reduzida, e conclui que em relação aos recursos a pressão demográfica era muito forte, surgindo a emigração como solução incontornável⁴⁴.

³⁹ ESTEVÃO, 1983: 1166.

⁴⁰ VAQUINHAS, 1993: 486.

⁴¹ CABRAL, 1974: 17.

⁴² MARTINS, 1956: 184.

⁴³ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 16.

⁴⁴ RIBEIRO, 1962:43.

Para Joel Serrão, “a emigração portuguesa contemporânea é consequência natural do baixo nível médio de vida, efeito, por seu turno, de um lento crescimento económico, do qual são índices seguros a curva da nossa industrialização e o predomínio no conjunto nacional das actividades agrárias, que mobilizaram percentagens excessivas da população”⁴⁵.

Na opinião de Miriam H. Pereira, a emigração resulta de um desfasamento entre o crescimento demográfico e o desenvolvimento económico; este desequilíbrio determina um excedente demográfico, que vem a dar origem ao desemprego total ou parcial de uma parte da população activa. O movimento emigratório varia fundamentalmente segundo o movimento das rendas, dos salários e dos preços no país de origem e em consonância com a situação económica no país de acolhimento. O lento desenvolvimento industrial de Portugal e as dificuldades que a agricultura teve em sustentar a concorrência de países recentemente integrados no mercado mundial, sobretudo de 1870 a 1894-1898, explicam em larga medida o aumento do fluxo emigratório posterior a 1869⁴⁶. Esta autora chama ainda a atenção para o facto de que a grande emigração europeia para as Américas, entre 1870 e 1930, está delimitada por duas grandes crises de efeitos opostos: a longa depressão europeia de 1873-1895, desencadeada pela concorrência da agricultura dos EUA e a revolução nos transportes, que associa o desembarque de trigo americano barato na Europa e o desembarque de camponeses europeus empobrecidos do outro lado do Atlântico; e a crise de 1929 de origem americana que afrouxou o êxodo por alguns anos e foi, por assim dizer, o prenúncio do fim de uma época marcadamente expansionista⁴⁷. Na perspectiva da mesma historiadora, foi a escravatura que viabilizou o desenvolvimento da América no período colonial, a emigração europeia fornecia apenas os quadros administrativos, militares e técnicos e um número restrito de comerciantes e artesãos⁴⁸. No Brasil, o fim do tráfico negreiro e a abolição da escravatura em 1888, com a consequente escassez de mão-de-obra, em coincidência com a crise económica do final do século em Portugal, contribuíram, por um lado, para a intensificação da política brasileira de atracção de mão-de-obra europeia e, por outro, para que em Portugal fosse promulgada legislação mais liberal relativa ao crescente fluxo emigratório⁴⁹. Entre 1855 e 1890 terão saído de

⁴⁵ SERRÃO, 1970: 612.

⁴⁶ PEREIRA, 1971: 45.

⁴⁷ PEREIRA, 2007: 46.

⁴⁸ PEREIRA, 1971: 45.

⁴⁹ PEREIRA, 2007: 42.

Portugal cerca de 406 000 pessoas com passaporte, às quais se deve acrescentar entre 10% a 13% de emigrantes clandestinos⁵⁰. A desconfiança no regime político brasileiro implantado em 1889, veio refrear por algum tempo o êxodo português. O quantitativo de 32 349 emigrantes lusos alcançado em 1891 decresceu quase para metade no ano imediato, consolidando-se a tendência involutiva até ao final da década de 90⁵¹. A acusação de que os portugueses haviam apoiado a Revolta da Armada contra o poder republicano, levou à ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, desde Março de 1893 a Março de 1894⁵². Mas ultrapassada a questiúncula o êxodo paulatinamente aumenta de caudal para se sustentar só durante o período da Grande Guerra.

Como observou Jorge Alves, a emigração é um fenómeno de relação e as políticas de atracção de mão-de-obra implementadas pelo governo brasileiro também tiveram uma quota-parte de responsabilidade no fluxo, havendo coincidência entre o incremento migratório e a expansão da economia brasileira. Os anos 50 são marcados pelos subsídios do Estado para a introdução de colonos, na sequência do fim do tráfico da escravatura e como resposta a um período de grande dinamismo na economia brasileira, não só nas plantações como nas obras públicas; no final da década de 60, previa-se já a vitória dos brasileiros sobre o Paraguai e a cultura algodoeira estava em alta, face ao estiolamento da produção americana, o câmbio recuperava da queda desde 1868, e nos inícios dos anos 70 já o Estado atribuía novamente subsídios à imigração, nomeadamente às companhias de navegação como forma de baixarem o preço da viagem transatlântica; nos meados da década de 80 nova recuperação cambial e concessão de apoios à imigração familiar em conexão com o fim da escravatura⁵³. Nas décadas seguintes, até ao limiar da primeira guerra mundial, o fluxo emigratório para o Brasil não cessou de aumentar pois a economia brasileira estava em plena expansão. Na perspectiva do mesmo historiador, as fases altistas da emigração do distrito do Porto coincidem sempre com fases de subida de câmbio e/ou com a aplicação de incentivos à imigração para o Brasil⁵⁴.

Factores como o domínio da língua do país de acolhimento, relações pessoais, familiares e locais enquanto base de apoio e circuito de informação com efeito

⁵⁰ CASCÃO, 1993: 425.

⁵¹ LEITE, 2000:177-178.

⁵² ARRUDA, 2009:65.

⁵³ ALVES, 1994: 172.

⁵⁴ ALVES, 1994: 172.

cumulativo, e ainda as condições jurídicas de instalação e de naturalização constituem factores decisivos de ponderação selectiva. Não deve ser negligenciado o papel das agências de emigração, estatais ou privadas, um dos grandes negócios da época. Estas constituem um dos principais alicerces das redes de emigração, em articulação muito directa com a própria política de migração nos países de origem e de destino⁵⁵. Miriam H. Pereira aborda ainda com alguma insistência o desencontro entre as políticas emigratórias/imigratórias de Portugal e do Brasil como responsáveis pelo fluxo contínuo de emigrantes portugueses. Do lado português, uma legislação repressiva à emigração intercalada por práticas de tolerância. Do lado brasileiro, além de ausência de acordos bilaterais, uma política indiscriminada de subvenções e burlas facilitou a corrente imigratória. Em São Paulo, a riqueza gerada pela produção de café garantiu a prática generalizada da subvenção, tanto pelo Estado como pela iniciativa privada. Entre 1890-1930, dos 2 384 257 imigrantes, 1 128 500 foram subsidiados⁵⁶.

Na realidade, a emigração portuguesa estava envolvida numa teia muito complexa em que intervinham o governo brasileiro, os governos federais, as associações de colonização, os grandes proprietários brasileiros, os proprietários e capitães de navios, servidos por uma grande e eficaz rede de engajadores que fomentava despudorada e impunemente a saída dos trabalhadores portugueses, actuando principalmente na região do norte litoral, e depois de 1870 também no norte interior dada a melhoria das comunicações introduzidas pelo caminho-de-ferro⁵⁷. Muitos foram os que emigraram para o Brasil com um contrato de trabalho previamente assinado; outros chegados ao destino eram coagidos a assiná-los ou a aceitá-los verbalmente dada a situação desesperada em que se encontravam. Os referidos contratos destinavam-se à prestação de serviços agrícolas e tarefas afins, adiantando, geralmente, os fazendeiros através das suas redes de engajamento uma verba que oscilava entre 34 000 e 37 500 réis para o pagamento da viagem até ao Rio de Janeiro, bem como um montante que variava entre 13 500 e 16 500 réis para os preparativos da viagem e aquisição do passaporte. Todo este montante era depois pago pelo emigrante mediante deduções sucessivas no vencimento mensal⁵⁸.

⁵⁵ PEREIRA, 2007: 45.

⁵⁶ CORTE, 2007: 365-366.

⁵⁷ CRUZ, 1987: 18.

⁵⁸ CRUZ, 1987: 65.

Como alude Jorge Alves, ao chegar ao Brasil, o colono ía, pois, carregado com uma dívida que deveria saldar ao longo dos dezoito meses contratuais, mas que, não raramente, se prolongava por três anos, dado os acrescentos posteriores⁵⁹.

A princípio, as autoridades portuguesas acreditaram que esses contratos se destinavam a proteger os emigrantes mas cedo porém verificaram que a sua existência se traduzia numa espécie de um novo tipo de escravatura, pois os aliciadores, aproveitando-se da pobreza e baixo índice de alfabetização dos emigrantes levava-os a aceitar contratos que os sujeitavam a cruéis condições de trabalho e às mais torpes arbitrariedades dos contratadores. Apesar de fortemente contestados esses contratos persistiram, sendo frequentes as referências à sua existência ao longo da segunda metade de Oitocentos, quer em ofícios, quer em artigos de jornais⁶⁰.

No periódico *A Federação*, a questão emigratória foi abordada num conjunto de artigos subordinados à epígrafe comum “Escravatura Branca”. Num deles comentava-se:

“Milhares de indivíduos de ambos os sexos, tentados pelo demónio da ambição e seduzidos pelas fabulosas promessas das riquezas que alcançarão no Brasil têm sido convencidos a emigrar. Os aliciadores têm conseguido iludir a vigilância da polícia e da própria lei, e muitas mulheres portuguesas têm ido encontrar no Brasil, em vez do emprego decente que se lhes havia prometido, a vergonha e a prostituição nos hediondos lupanares do vício; e muitos homens, em vez do trabalho livre e honroso que lhes não falta no seu país, têm ido ser escravos adstritos à gleba do senhor despótico e prepotente, que lhe retalha o corpo com seu aviltante azorrague”⁶¹.

A análise crítica das causas da emigração portuguesa para o Brasil também se tornou corrente na imprensa da segunda metade do século XIX. Num dos números da *Revista Universal Lisbonense* alvitava-se: “várias são as causas que a promovem... O agricultor que nas próprias terras não pode empregar vantajosamente toda a família, destina, habitualmente, um ou mais filhos a ir ao Brasil, aonde conta já um ou mais parentes que o encaminha, protege e auxilia. Ali se estabelece; e em breve tempo um donativo em espécie, e muitas vezes em dinheiro, vem anualmente em auxílio da família, ou para ser repartido por diversos membros dela... Mas não se julgue que só

⁵⁹ ALVES, 1994: 224-225.

⁶⁰ CRUZ, 1987: 44-45.

⁶¹ *A Federação*, Lisboa, n.º 11, 10 de Janeiro de 1857

Portugal colhe vantagens desta emigração. O Brasil também colhe dela imediatos recursos”⁶².

Em termos gerais, pode-se considerar que no fluxo emigratório para o Brasil os factores atractivos (a miragem brasileira, estimulada pelos engajadores e *brasileiros de torna-viagem*, a influência da rede de parentes e conterrâneos no Brasil e o falar-se a língua lusa), se interligam com os repulsivos (aumento do preço das subsistências, baixos salários auferidos na agricultura e na indústria, dificuldade de acesso à propriedade fundiária, fuga ao serviço militar, entre outros) e com as motivações de feição psicológica (desejo de realização pessoal, ambição de riqueza ou de simples melhoria do nível de vida)⁶³.

Na opinião de Fernando de Sousa,

“se os portugueses partiam, cultos ou analfabetos, ontem como hoje, era porque a aventura era mais forte que o enraizamento, o sonho mais irresistível que a realidade, o futuro mais prenhe de esperança ou abundância que o presente vivido. E sempre que tal acontece, homens e mulheres pura e simplesmente embarcam, respondendo aos apelos da história comum, da mesma língua, de familiares já instalados, dos vendedores de quimeras, de contratos sedutores, de negócios prometidos, enfim, das mais diversas razões, justificações e decisões, que fazem de cada emigrante um caso irreduzível. Se o passaporte, o meio de transporte e o local de destino os uniformizam, as motivações que impelem os portugueses a emigrar para o Brasil são tão plurais e complexas como a sua idade, naturalidade, estado civil, formação, nível social, etc.”⁶⁴.

Quais foram as consequências nacionais do fenómeno emigratório? Sendo a emigração um fenómeno complexo, as suas consequências marcaram a economia, a sociedade, os costumes nacionais e até as várias formas de expressão artística coevas⁶⁵.

Os *brasileiros* tiveram uma importância inegável na vida portuguesa na segunda metade do século XIX, importância que transbordou para o século seguinte. Prova disso estão as marcas que deixaram na paisagem, as meritórias obras de beneficência que lançaram e as estruturas económicas que fundaram e, acima de tudo, a influência que exerceram nas mentalidades e costumes⁶⁶.

⁶² *Revista Universal Lisbonense*, ano 8.º, n.º 44, 6 de Setembro de 1849.

⁶³ CASCÃO, 1993: 425-426.

⁶⁴ SOUSA; FERRARIA, 2009: 13-14.

⁶⁵ SERRÃO, 1970: 612.

⁶⁶ ROCHA-TRIDADE, 1986: 146.

Uma das primeiras consequências da continuada sangria migratória parece ter sido a escassez de mão-de-obra no mundo rural. A esse propósito, Herculano que concordava com a implementação de medidas destinadas a promover a migração da população do norte para as províncias do sul, e a reter na pátria os insulares, insurge-se contra a ideia de deter a emigração só para que os proprietários rurais possam continuar a pagar salários baixos aos trabalhadores agrícolas⁶⁷. Por outro lado, considerava, no condicionalismo da situação existente, que o ingresso das economias dos emigrantes portugueses, que calculava em cerca de 3 000 contos anuais, era um factor de grande importância na vida nacional. Na verdade, o envio das remessas monetárias dos emigrantes constituía factor financeiro e económico de capital importância. Calculadas em 1873 por Herculano em 3 000 contos de réis; em 1891 já ascendiam a 12 000 contos; Bento Carqueja avaliava-as em 20 000 no início do século XX; em 1917 Emídio da Silva orçava essa importância entre 20 000 e 24 000 contos, comentando com amargura: “é da emigração da miséria que a pátria tira depois o ouro com que salda a conta da sua desorientação económica e dos seus desperdícios financeiros”⁶⁸. Basílio Teles é a esse respeito particularmente crítico, defendendo que as remessas da emigração estimulam sobretudo o consumo, não favorecendo a economia regional e nacional, a não ser o comércio importador, pois raramente significavam investimento produtivo e reformador de processos, responsabilizando-as por alimentar o “parasitismo desavergonhado e terrivelmente desmoralizador das clientelas da política”, numa cumplicidade de que o *brasileiro* saía explorado⁶⁹.

As remessas dos emigrantes para além do papel económico e financeiro que desempenhavam no governo do país tinham também um carácter social de amparo familiar, de ajuda na doença, na invalidez e na velhice.

Ainda ao nível das repercussões económicas, é de salientar que as exportações para o Brasil estavam intrinsecamente ligadas aos hábitos alimentares da colónia portuguesa aí radicada.

Não só pelo afluxo de divisas que, de alguma forma, compensava o défice da balança comercial, se entrevêem as repercussões económicas do fenómeno emigratório. Os *brasileiros*, além de constituírem um tipo social muito característico da sociedade

⁶⁷ HERCULANO, 1880: 109.

⁶⁸ SILVA, 1917: 11.

⁶⁹ TELLES, 1904: 207-224.

portuguesa do século de Oitocentos e seguinte, contribuíram para profundas alterações no país⁷⁰.

Alguns portugueses obtiveram uma situação invejável no Brasil onde acumulavam avultadas riquezas, em parte aplicadas em Portugal. A acção dos *brasileiros* tornou-se sempre muito visível, quer nas zonas rurais, quer no meio urbano, através das suas casas agrícolas ou palacetes de cidade, investindo na agricultura, na indústria, no comércio e nos processos de urbanização. Também se notabilizaram pelas numerosas obras de benemerência e filantropia que praticaram a favor da comunidade de origem e de acolhimento⁷¹.

Na perspectiva de Antonieta Cruz, o retorno dos *brasileiros* enriquecidos tendia a obscurecer o drama vivido pela maioria dos portugueses emigrados no Brasil na segunda metade de Oitocentos. Substitutos dos escravos africanos “tanto no trabalho pesado como no aviltamento”⁷², mercê das condições precárias em que largaram o país, recusavam-se, muitas vezes, a regressar à pátria, dominados pela vergonha, incapazes de enfrentar o insucesso e aqueles que os viram partir certos de que em terras de Vera Cruz só aos indolentes ou inaptos estava vedada a fortuna⁷³. Os percursos migratórios foram muitos diversificados. Muitos partiram para fugirem à miséria, mas por partida do destino foram reencontrá-la do outro lado do Atlântico; alguns dos mais sortudos ou mais persistentes alcançaram boa posição social e financeira e vieram gozar o final de vida no torrão natal, mas outros, apesar de terem alcançado o almejado sucesso material optaram por acabar os seus dias no país de acolhimento.

⁷⁰ SERÃO, 1970: 614.

⁷¹ ALVES, 1994: 345.

⁷² *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, 14 de Maio de 1857.

⁷³ CRUZ, 1987: 110.

1.2. Evolução legislativa

Até meados de Oitocentos a emigração para o Brasil não assumiu a importância e o destaque que a segunda metade do século XIX lhe iria reservar, período em que este tema se tornou numa das questões mais debatidas pelos parlamentares com assento na Câmara dos Deputados e uma das que mais controvérsia gerou entre os representantes da nação⁷⁴. Se ainda durante o período colonial do Brasil o Estado procurava controlar a mobilidade geográfica, através de medidas legislativas que pretendiam gerir e fiscalizar as saídas da população do reino, com a implantação do regime constitucional e, sobretudo com a independência do Brasil, esta questão tornou-se ainda mais premente e, desde logo o Estado liberal providenciou novos tipos de controlo⁷⁵. Desde 1709 era exigido passaporte para quem pretendesse ausentar-se para o Brasil. Na sequência da criação dos distritos por carta de lei de 25 de Abril de 1835 e decreto de 18 de Julho do mesmo ano, a outorga de passaportes a nacionais e estrangeiros pelos portos de mar passou a ser da alçada dos governadores civis. Aos administradores de concelho competia a concessão de passaportes para o exterior pela raia seca⁷⁶.

Com o decorrer do tempo, a Câmara dos Deputados foi alterando lenta e progressivamente a interpretação do fenómeno emigratório para o Brasil. De cunho marcadamente ideológico no início de Oitocentos, a emigração deixou de ser entendida pelos políticos como um fenómeno típico do “atraso” insular para ser redimensionada à escala nacional⁷⁷, pois, como asseverava Herculano em 1838, a emigração para o Brasil “nestes últimos anos tem sido espantosa”⁷⁸. O estereótipo da “escravatura branca” que associava a emigração a um novo tipo de escravagismo vai fazer doutrina no Parlamento. Almeida Garrett, em 1839, na qualidade de deputado pelos Açores, vai lançar novas denúncias da escravatura de cidadãos portugueses no Brasil, à semelhança do que já havia feito Sá da Bandeira em 1810, um e outro no contexto da nomeação de uma comissão parlamentar destinada a propor medidas tendentes a extinguir, ou pelo menos, moderar a emigração portuguesa para o Brasil e de cujo labor, como aconteceu com muitas outras comissões parlamentares, nada resultou⁷⁹. Este Primeiro Inquérito à

⁷⁴ MAIA, 2007: 51.

⁷⁵ MAIA, 2007: 52.

⁷⁶ SOUSA; FERRARIA, 2009: 13-18.

⁷⁷ MAIA, 2007:53.

⁷⁸ HERCULANO, Alexandre – *Emigração para o Brasil. Diário do Governo*, de 13 de Janeiro de 1838.

⁷⁹ SOUSA; FERRARIA, 2009: 24.

Emigração deu origem a um projecto de lei extenso, restritivo da saída dos jovens sujeitos ao recrutamento militar, exigente quanto às condições a que os navios deviam obedecer para o transporte de passageiros etc., mas como deparou com forte oposição foi condenado ao fracasso. Como veio a reconhecer Costa Cabral, em Janeiro de 1843, toda a legislação e regulamentação do fenómeno migratório produzida pelo Estado Liberal revelara-se impotente para evitar a saída dos portugueses, insistindo na necessidade de endurecer a legislação quanto a essa matéria⁸⁰.

Na opinião de Fernando de Sousa, nem o Governo nem a sociedade portuguesa estavam interessados em travar a emigração ou reorientá-la para as colónias africanas. Todos tinham consciência de que a emigração era a única saída possível, já que o Estado Liberal até meados do século XIX revelou uma incapacidade total para resolver a agitação sociopolítica que degenerou em guerras civis⁸¹, graves problemas económicos e crise financeira⁸². Como concluía a representação da Associação Comercial do Porto em 1842, impedir a emigração para o Brasil era aumentar a indigência e a mendicidade no Norte de Portugal. Esta Associação actuará sempre como grupo de pressão a favor da liberdade de emigração, contra as restrições burocráticas e fiscais. Aceitava a restrição para os engajados, mas reclamava grande liberdade de movimentos para armadores e emigrantes⁸³.

Na opinião de Afonso Costa, toda a legislação portuguesa devia ter por bases a liberdade de emigrar, a protecção efectiva e constante do emigrante e de sua família, o melhoramento sistemático das condições económicas da nossa vida interior, e a educação e instrução do povo e que tudo o mais era utópico⁸⁴.

Tendo, assim, como panorama de fundo o acentuado aumento do fluxo migratório para o Brasil, na segunda metade de Oitocentos multiplicou-se o labor legislativo com o objectivo de regulamentar, mas também controlar e limitar a mobilidade das pessoas, por razões de natureza malthusiana que defendia que um país é tanto mais rico quanto mais numerosa é a sua população; por motivos militares visto

⁸⁰ SOUSA; FERRARIA, 2009: 27.

⁸¹ A propósito, refira-se a Revolta da Maria da Fonte que eclodiu na Póvoa de Lanhoso e que rápida e progressivamente se distendeu a várias terras do Norte de Portugal, sendo Vila do Conde o concelho mais a Sul a ser atingido pela sedição. Em 23 de Abril de 1846 os sublevados invadiram a vila e forçaram a entrada na Câmara e na Administração do Concelho. Da Câmara Municipal nada de valioso puderam levar porque tudo tinha sido antecipadamente guardado no castelo da vila. Da administração concelhia roubaram os panos de uma mesa, quebraram o estalão e queimaram alguns papéis de pouca consideração e impressos para as contribuições (PILOTO, 1998: 51).

⁸² SOUSA; FERRARIA, 2009: 27.

⁸³ ALVES, 1994: 63.

⁸⁴ COSTA, 1911: 123.

que o exército se debatia frequentemente com o problema de não ver preenchido na sua totalidade o contingente aprovado anualmente pelas Cortes; e devido a factores economicistas. O poder instituído alargava ou apertava a malha normativa ao sabor dos problemas conjunturais emergentes, correlacionados com a mão-de-obra, inflação, salários, etc., muitas vezes em dissonância com as políticas de atracção migratórias brasileiras.

Na opinião de Miriam Halpern Pereira, o início da emigração massiva para o Brasil exerceu um impacto violento na sociedade nacional. O desejo de mudança de estatuto social é muito mal recebido inicialmente pelas classes dirigentes, que o criticam num plano moral. Subjacente a essa visão moralista, descobrem-se os interesses da burguesia agrária, a inquietação diante da diminuição da reserva de força de trabalho, base das migrações internas Norte-Sul e da estabilidade dos salários, esta última preocupação partilhada igualmente pela burguesia industrial. Na sequência do desagrado das classes dominantes pelo desmedido caudal emigratório, desde meados do século de XIX foram implementadas um conjunto de medidas que visavam dificultar a saída de emigrantes, nomeadamente dos ilegais. Orientação que se cruza em alguns diplomas jurídicos e administrativos com a preocupação de proteger os emigrantes face à estrutura do mercado de trabalho brasileiro, pois este era desfavorável ao emigrante. Na época de coexistência entre trabalho escravo e livre, as garantias destes últimos eram precárias, prevaleciam hábitos de violência patronal que transparecem na documentação consular portuguesa. No decénio de sessenta fracassou a proposta portuguesa de um convénio com o Brasil sobre emigração devido à incompatibilidade com a legislação brasileira sobre trabalho⁸⁵.

O decreto de 13 de Agosto de 1841 determinou a obrigatoriedade do passaporte e, para a obtenção desse documento imprescindível para a saída legal do país a Lei de 7 de Abril de 1863 exigia que, o impetrante provasse por documentos, entre outros aspectos, que era maior de 25 anos, ou que estava emancipado e tinha cumprido os preceitos referentes à lei do recrutamento; que estava livre de crimes, apresentando folha corrida passada pelo juízo da localidade do último domicílio, ou que tinha dado abonação idónea na administração do concelho; que obtivera consentimento, no caso de ser menor de 25 anos de seus pais, ou tutor e, se fosse mulher casada, de seu marido⁸⁶.

⁸⁵ PEREIRA, 1993: 11.

⁸⁶ Lei de 7 de Abril de 1863, título III. Art. 10.º

Sintomáticos do labor legislativo na segunda metade de Oitocentos e inícios de Novecentos estão, entre outros, os seguintes diplomas legais: a carta de lei de 20 de Julho de 1855 que introduz algumas inovações dignas de registo; composta por treze artigos, tinha como principal objectivo proteger o emigrante dos abusos dos capitães e combater a clandestinidade. Determinou medidas de inspecção e fiscalização dos navios, limites de lotação, condições de higiene e a obrigatoriedade de um facultativo a bordo.

Esta lei pretendia estabelecer um paralelismo da legislação nacional com o que no estrangeiro se legislava sobre a mesma temática, mas acabou por ficar muito aquém do pretendido e, sobretudo, não foi seguida das disposições regulamentares indispensáveis para a sua execução.

A portaria de 9 de Fevereiro de 1858 determinou a não concessão de passaporte para o Brasil a quem para aí fosse prestar serviços como colonos contratados, sem que no contrato se especificasse a pessoa, companhia ou local onde tais serviços deviam ter lugar, assim como a expressa disposição, no caso de rejeição de contrato, de ser o emigrante mantido pelos contratadores, até que fosse possível o regresso. A de 18 de Janeiro do ano imediato recomendou a vigilância dos cônsules no Brasil relativamente aos clandestinos, deveriam averiguar à chegada dos navios com colonos se estes transportavam ilegais e, em caso afirmativo, apurarem por quem foram aliciados e auxiliados, devendo remeter os autos instaurados aos respectivos governos civis.

A lei de 31 de Janeiro de 1863 e o regulamento geral de polícia de 7 de Abril do mesmo ano marcam uma nova etapa na história das providências legislativas gerais reguladoras da emigração. Pela primeira vez, deixa de ser necessário passaporte para circular dentro do país, embora continue a sua exigência para quem pretenda sair do reino, quer pela raia seca, quer pelo mar. O Regulamento de 7 de Abril de 1863, com incidência no âmbito fiscal, faz referências precisas à viagem, higiene, segurança do navio, fiscalização dos géneros alimentares e socorros médicos⁸⁷. Ao emigrante exige-se para a outorga do passaporte, um contrato de prestação de serviço ou recibo de haver pago a sua passagem. Estipulava também uma multa de 100\$000 a 400\$000 réis para quem aliciasse a emigração, ou condenação a um ou dois anos de prisão; caso tivesse empregado violência ou coacção a multa ascendia de 500\$000 até 1 000\$000 de réis. A lei de 7 de Abril de 1863 com os seus 38 artigos teve a virtude de esclarecer

⁸⁷ Artigo 20.º

procedimentos legais e compilar legislação anterior introduzindo pequenos ajustamentos e actualizações, pouco inovadores, no entanto⁸⁸.

Em 1873 foi nomeada uma comissão parlamentar presidida por Carlos Bento da Silva, para realizar um inquérito relativo às condições de vida dos centros de emigração, bem como às condições dos emigrantes nos países de acolhimento. Este inquérito, atrás referido, esteve na base da lei de 28 de Março de 1877, seguida pelo regulamento de 16 de Agosto de 1881 que procuram estimular o retorno e desviar para as colónias africanas a corrente emigratória.

A tentativa de transferir portugueses do Brasil para Angola, face ao antilusitanismo que grassava no Brasil, por vezes violento, foi um fracasso, pois decorridos mais de 40 anos, em 1920, apenas viviam em Angola 20 mil indivíduos oriundos da metrópole, o que equivalia a cerca de metade do contingente emigratório anual para o Brasil nesse período⁸⁹.

A questão militar colocava os mancebos numa situação especial, uma vez que o Estado se deparava com dificuldades em preencher por inteiro os contingentes votados no Parlamento. Aliás, desde os inícios do regime liberal constitucional⁹⁰ colocava-se a questão de a emigração masculina jovem revestir a modalidade mais utilizada de fuga ao serviço militar⁹¹. Para obstar a esse problema foram promulgados vários diplomas legislativos, entre outros citamos: a carta de lei de 27 de Julho de 1855 que estabeleceu a fiança para os indivíduos entre os 18 e os 21 anos que pretendessem sair legalmente do reino; a lei de 4 de Junho de 1859 que antecipou para os 14 anos o limite mínimo para a imposição da fiança; a carta de lei de 31 de Janeiro de 1863 que estabeleceu, entre outras disposições, a fiança militar para os jovens entre os 14 e 21 anos em 75\$000 réis e, a lei de 27 de Março de 1877 que decretou que todos os menores de 22 anos ficavam sujeitos à prestação de fiança para poderem sair para o estrangeiro, excepto os que viajassem até aos 14 anos na companhia dos pais.

Face à sangria emigratória da viragem do século, é sobre o emigrante e as agências aliciadoras de emigração que a legislação do fim da monarquia vai recair,

⁸⁸ PEREIRA, 2008: 40.

⁸⁹ PEREIRA, 1993: 12.

⁹⁰ A circular de 10 de Outubro de 1836, na sequência de uma portaria de 14 de Janeiro de 1833, vai alertar que, nas justificações para a concessão de passaporte, devia-se declarar se os indivíduos que os solicitavam estavam ou não sujeitos ao recrutamento do exército.

⁹¹ SOUSA; FERRARIA, 2009: 19.

insistindo paralelamente no projecto africanista e na tónica da “repressão” da emigração para o Brasil⁹².

Sucedem-se entretanto vários ensaios sobre a questão migratória. Em 1885 é nomeada uma comissão presidida por Luciano Cordeiro para efectuar um novo inquérito parlamentar versando a *indústria agrícola, outras indústrias, assuntos diversos, emigração*. No último item abundavam as questões inerentes à emigração clandestina, ao desvio possível das correntes emigratórias e às causas da emigração. Dois anos mais tarde, Oliveira Martins apresentou o seu projecto de fomento rural e, em 1891, Tomás Ribeiro elaborou um projecto de regulamentação da emigração. Entre 1890 e 1892, uma nova comissão parlamentar chefiada por Luciano Cordeiro foi incumbida de elaborar um projecto do regulamento da emigração destinada às colónias em África.

Pela carta de lei de 23 de Abril de 1896, os estrangeiros são dispensados da apresentação de passaporte e passam a ser gratuitos para os emigrantes com destino às colónias portuguesas. Subsidiariamente, agravava a penalização pelo crime de aliciamento de emigração clandestina. O regulamento de 3 de Julho de 1896 instituiu a Polícia de Repressão da Emigração Clandestina, cujos poderes se discriminam nos artigos 5.º, 7.º e 8.º, determinando a competência do comissário, dos chefes e dos agentes.

A portaria de 19 de Janeiro de 1897 salienta o acordado entre Portugal e Espanha sobre a emigração clandestina, exigindo-se para o embarque que o passaporte fosse visado pelo cônsul respectivo, sendo em Espanha regulada pela real Ordem de 14 de Janeiro de 1897. Esta disposição reconhecia uma prática corrente e com frequência denunciada na imprensa, que consistia na saída dos nossos compatriotas pelos portos espanhóis, principalmente pelo de Vigo.

A emigração clandestina foi alvo de nova regulamentação pelo decreto de 27 de Setembro de 1901, que agrava as coimas dos engajadores e aliciadores, passando estes a incorrer na pena de prisão correcional de um, ou mais anos, e multa que podia ir de 50\$000 até 2 000\$000 de réis⁹³. Edita também disposições que afectam o recrutamento militar e altera a distribuição do produto pecuniário dos passaportes⁹⁴.

⁹² PEREIRA, 2008: 42.

⁹³ Art. 1.º.

⁹⁴ Art. 2.º, 5.º e 9.º.

A Portaria de 14 de Julho de 1905 nomeou uma comissão presidida por Ferreira do Amaral, que na qualidade de ministro da fazenda apresentou à Câmara de Deputados, em 13 de Outubro de 1906, uma proposta baseada parcialmente nos trabalhos da dita comissão e que se consubstanciou na lei de 25 de Abril de 1907. Esta lei, constituída por nove artigos incidia principalmente sobre passaportes, na opinião de Conceição Meireles Pereira, “crivo tradicionalmente utilizado para filtrar a emigração”⁹⁵. Deles eram dispensados os estrangeiros, os nacionais com destino às possessões ultramarinas e os que não viajassem em terceira classe. Este diploma foi interpretado como uma profunda injustiça social já que apenas mantinha a obrigatoriedade do passaporte para os emigrantes – na versão dos que viajavam como passageiros da última classe. A lei de 25 de Abril de 1907, devido ao seu substrato discriminatório, que obrigava os emigrantes a apresentarem passaporte que custava para eles o preço de 7\$000 réis (6\$000 para o Estado e 1\$000 para emolumentos para o Governo Civil), enquanto para os restantes viajantes que, sendo facultativo, apenas tinham de pagar a taxa única de 2\$000 réis, mereceu o seguinte comentário: “não é com passaportes caros que se remedeiam os males da emigração patológica, mas antes se agravam incitando à emigração clandestina”. Outra alteração introduzida por essa lei (artigo 4.º) consistiu na redução da idade para requerer passaporte que baixou dos 25 para os 21 anos. Estabelecia, ainda, que as revalidações do passaporte para as saídas subsequentes, tinham o custo de 500 réis. Devido ao seu carácter ambíguo, instruções a esclarecer a sua interpretação foram promulgadas em 25 de Novembro de 1912.

Nos finais de Oitocentos, as agências de emigração passaram a ser fiscalizadas com maior zelo, o que se consubstanciou no edital do Governo Civil do Porto de 18 de Julho de 1893, no decreto de Fevereiro de 1895, na circular de 10 de Julho de 1896, na consulta fiscal de 10 de Julho de 1896 e no ofício do Ministério do Reino de 29 de Agosto de 1900. Na conformidade destes editais, vários agentes que tentavam eximir-se às novas obrigações fiscais foram condenados, sendo a sentença – obrigação de tirar licença e pagar o selo respectivo – confirmada em recurso solicitado a instâncias judiciais superiores, como se comprova pela documentação e acórdãos coligidos por Carlos Vieira Ramos⁹⁶.

⁹⁵ PEREIRA, 2008: 44.

⁹⁶ *Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes*, Lisboa, 1913, p. 117-9; 128-9; 132-4; 142-150; 153-4.

A Portaria de 25 de Agosto de 1897 enunciava a frequência com que portugueses, inculcando-se estrangeiros naturalizados, saíam do país indocumentados ou com passaportes obtidos nos consulados, muitas vezes abonados pelos próprios aliciadores de emigrantes, facto que era do conhecimento dos agentes consulares. Preconizava que em conformidade com as leis em vigor sobre a emigração clandestina se procedesse contra tais indivíduos.

Por sua vez, a circular do Ministério do Reino aos governadores civis de 29 de Agosto de 1900 solicitava a escrupulosa observância dos diplomas relativos à fiscalização das agências de emigração, pois constava oficialmente que as autoridades administrativas vinham descurando o cumprimento das suas obrigações, pedindo-se “impreterível punição” para tais funcionários.

Na opinião de Miriam Halpern Pereira, as vagas incessantes de homens, mulheres e menores que se propunham atravessar o Atlântico haviam, não sem razão, preocupado os governos e a vontade de contenção acentuou-se desde os anos 90. A repressão da emigração clandestina retoma lugar crescente na legislação, viria até a ser criada uma polícia especial para o efeito⁹⁷. Projectos de colonização interna, visando a transformação do Alentejo num celeiro ou campo de vinha, ou de tabaco traduzem sob nova forma a antiga preocupação com a diminuição de mão-de-obra migrante vinda das regiões nortenhas, provocada pela emigração. Para estimular a reconversão geográfica da corrente emigratória suprimiu-se em 1907 a obrigatoriedade do passaporte para África, mas só quando as portas do Brasil se semicerraram esta possibilidade veio a ter maior aproveitamento⁹⁸.

Instaurado o regime republicano em 1910, o êxodo para o Brasil continuou e acentuou-se mesmo nos primeiros anos da república, de 1911 a 1913 (segundo alguns o começo da emigração maciça), para diminuir durante a Grande Guerra de 1914-1918, ressurgindo com grande vigor após o conflito mundial.

Os republicanos atribuíam ao mau desempenho dos monárquicos a responsabilidade do fenómeno migratório, mas não se demitiram de enquadrar essa prática num quadro legal que, por um lado, herdou as suas bases fundamentais do regime monárquico e, por outro, assumiu feições próprias, numa simbiose de inovação e continuidade. Reconhecendo a gravidade da clandestinidade no fluxo emigratório, a sua repressão assume importância crescente na legislação portuguesa que, todavia, necessita

⁹⁷ Polícia de Repressão à Emigração Clandestina.

⁹⁸ PEREIRA, 1993: 14.

de uma análise comparativa com a sua congénere brasileira já que, no Brasil, as mudanças de políticas imigratórias foram “sempre acompanhadas de produção abundante de instrumentos legais que as definiam e redefiniam”⁹⁹.

A República exprimiu preocupações relativamente à questão emigratória para o Brasil, que incidiram sobre as viagens transoceânicas, os portos de desembarque, as empresas engajadoras e outras temáticas de cunho administrativo-burocrático. Como é usual nos textos de teor similar são referidos os ilícitos mais praticados e que a lei tenta corrigir, facto que lhes confere a dimensão de fontes históricas de incontestável valor¹⁰⁰. A primeira fase legislativa republicana corresponde à aurora do novo regime, mostra uma vontade de regular assuntos inerentes à vida militar e à emissão de passaportes. Para comemorar a implantação do novo regime político foi concedida amnistia aos indivíduos que à data da publicação do decreto¹⁰¹ estivessem considerados refractários do exército e da armada, e se encontrassem residindo em país estrangeiro¹⁰².

O Ministério do Interior, pela sua Direcção Geral de Administração Política e Civil, publicou então várias circulares e portarias concernentes a temáticas emigratórias:

- A lei de 23 de Agosto de 1911 definia os termos dos subsídios a conceder pelas Câmaras Municipais às famílias dos militares que eram amparo de família e regulamentava as condições para o alistamento como voluntário no serviço militar.
- A de 28 de Outubro regulamentava os termos de fiança relativos ao serviço militar.
- A de 5 de Dezembro recomendava aos governos civis o envio semanal ao Comissariado da Polícia Especial de Emigração um mapa dos passaportes concedidos.
- A de 30 de Dezembro insistia na necessidade de haver no serviço de “concessão de passaportes as maiores cautelas” pelo que exigia rigorosa observância do preceituado em tal matéria.
- A de 27 de Fevereiro de 1912 esclarecia, em virtude de terem surgido várias dúvidas, que a emissão de passaportes, bem como dos bilhetes de identidade, era competência exclusiva dos governadores civis enquanto aos administradores do concelho cabia apenas justificar a identidade do impetrante e lavrar o respectivo termo, sendo ele residente no concelho em causa.

⁹⁹ WESTPHALEN; BALHANA, 1993: 25.

¹⁰⁰ PEREIRA; SANTOS, 2009: 307.

¹⁰¹ Decreto com força de Lei de 4 de Novembro de 1910.

¹⁰² Os termos desta amnistia e sua aplicação seriam esclarecidos por decretos de 14 e 15 de Novembro de 1910.

- A de 13 de Abril estabelecia que de futuro só pudessem ser outorgados passaportes a indivíduos que fossem naturais do distrito ou fizessem prova que nele eram residentes “há mais de um ano, não se admitindo simples alegações nem a consideração de que por falta de meios não podiam ir ao distrito da sua naturalidade¹⁰³”.
- A de 17 de Agosto estipulava que a cada passaporte ou bilhete de identidade devia ser anexado um impresso autenticado com a assinatura do governador civil e selo branco da respectiva secretaria contendo por extenso os dizeres dos artigos 26 e 28 do regulamento consular de 24 de Dezembro de 1903, bem como as alíneas a), b), c), e parágrafo único do n.º 1 do artigo 1.º da tabela de emolumentos consulares aprovado por decreto de 26 de Maio de 1911.
- A de 18 de Setembro determinava que quando em qualquer administração do concelho se procedesse à justificação da identidade dos indivíduos que pretendessem passaporte para sair do país, esse processo seria enviado ao respectivo governador civil que o deveria devolver (no prazo designado no artigo 4.º da lei de 25 de Abril de 1907) com o passaporte ao mesmo administrador que tivesse organizado o processo sem que fosse necessária a comparência pessoal do impetrante no governo civil.
- A portaria de 27 de Novembro enfatizava a necessidade de aperfeiçoamento da estatística sobre a emigração e de se iniciarem trabalhos sobre imigração, pelo que reiterava a observância rigorosa de certos artigos do regulamento geral da polícia marítima de 7 de Abril de 1863 por parte da Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina, nos portos de Lisboa e Porto, e da polícia cívica nos demais portos do continente e ilhas, relativamente à entrega de relações de passageiros que desembarcassem nesses portos e exigissem das agências e das respectivas companhias de vapores uma relação dos que embarcassem. Quer das listas de embarque quer das de desembarque, deveriam estas polícias enviar à Direcção Geral de Estatística uma nota resumida com menção do número de emigrantes e imigrantes, por sexo, profissões, estados, grupos de idade, procedência e destino.
- A portaria de 3 de Julho de 1914 voltava a tratar de passaportes para tentar resolver os frequentes “abusos praticados pelos engajadores da emigração clandestina” que incitavam os emigrantes à prática dum acto ilegal que consistia em devolverem o seu passaporte, uma vez chegados ao porto de destino, “com o fim dum outro indivíduo dele se aproveitar, continuando assim o mesmo documento a servir a vários emigrantes

¹⁰³ RAMOS, 1913: 162.

dentro do ano da sua validade”. Para evitar esta situação, era ordenado que no acto da fiscalização, em todos os passaportes de emigrantes, antes do embarque, fosse lançada uma “sobrecarga” isto é, se especificasse o navio, o porto do destino e a data de saída.

Segundo as Instruções de 5 de Novembro de 1912, destinadas à interpretação da lei de 22 de Novembro de 1907 que determinava quem precisava de passaporte (“emigrantes”) e quem dele estava dispensado (“simples viajantes”), para efeitos de melhor fiscalização da polícia de bordo dos navios, eram considerados emigrantes:

- a) Todos os nacionais que pretendam embarcar na 3.^a classe dos navios;
- b) A mulher casada que pretende embarcar na 1.^a ou 2.^a classe dos navios ou nas classes intermédias, desacompanhada do marido, se não mostrar que está legalmente separada de pessoas e bens;
- c) Os menores que pretendam embarcar nas mesmas classes desacompanhados dos pais ou tutores;
- d) Os menores de 40 anos sujeitos ao recenseamento, ou ao serviço das tropas activas, ou das tropas de reserva;
- e) Aqueles que pretendam embarcar em 1.^a ou 2.^a classe ou classes intermédias com a intenção de estabelecer residência fixa em países estrangeiros do ultramar;
- f) Os nacionais portadores de títulos de naturalização, tais como cartas e passaportes concedidos por autoridades brasileiras no estrangeiro, quando os seus portadores tenham menos de 30 anos e estejam sujeitos à reserva militar pelo disposto no decreto de amnistia de 4 de Novembro de 1910¹⁰⁴.

Durante o conflito mundial e no pós-guerra, alguns textos legislativos sobre a emigração foram promulgados incidindo primordialmente sobre a protecção ao emigrante, a questão militar, a emissão de passaportes, a fiscalização da fronteira terrestre e marítima, a clandestinidade, e sobre a necessidade generalizada de melhorar e uniformizar os procedimentos burocráticos-administrativos inerentes ao processo emigratório.

Em suma, as perspectivas historiográficas sobre o fenómeno emigratório são múltiplas, ora vincando os números que alcançou e a necessidade de visionar o

¹⁰⁴ RAMOS, 1913: 94.

fenômeno nacional integrado na torrente humana europeia que atravessou o Atlântico, ora enfatizando as estratégias familiares de reprodução social, as características intrínsecas do êxodo, as mudanças quantitativas e qualitativas que sofreu a partir da segunda metade do século XIX, os problemas que suscitou e as soluções encontradas para os debelar. Sobre as causas subjacentes ao fenômeno, em termos gerais, aos factores atractivos (a miragem brasileira, estimulada pelos empregadores e contratos de subvenção, assim como pelos *brasileiros de torna-viagem*, a influência da rede de parentes e conterrâneos no Brasil e o falar-se a língua lusa), se interligaram os repulsivos (aumento do preço das subsistências, baixos salários auferidos na agricultura e na indústria, dificuldade de acesso à propriedade fundiária, fuga ao serviço militar, entre outros) e com as motivações de feição psicológica (desejo de realização pessoal, ambição de riqueza ou de simples melhoria do nível de vida)¹⁰⁵. As consequências do fluxo marcaram a economia, a sociedade, os costumes nacionais e até as várias formas de expressão artística coevas. Constatou-se também que houve um empenho progressivo do Estado na recolha de dados estatísticos relativos ao fenómeno migratório, e que à semelhança de outros Estados nunca abdicou do direito de exercer um controle administrativo sobre as entradas e saídas de nacionais e estrangeiros. Sobressai o desencontro entre as políticas emigratórias/ imigratórias, nomeadamente de Portugal e do Brasil, e que a legislação nacional repressiva foi intercalada por práticas de tolerância. Havia todo um conjunto de normas legais inibidoras da livre mobilidade dos cidadãos, mas a sua aplicação e cumprimento eram muito deficientes, nem a prevenção administrativa, nem a repressão policial se mostravam potentes para contrariar o fluxo.

¹⁰⁵ CASCÃO, 1993: 425-426.

2. Sinopse histórica de Vila do Conde

VILA DO CONDE, ESPRAIADA
ENTRE PINHAIS, RIO E MAR...
– LEMBRA-ME VILA DO CONDE
JÁ ME PONHO A SUSPIRAR.

José Régio, “Romance de Vila do Conde”
in *Fado*. Vila do Conde: Brasília Editora,
1984, 3.^a edição p. 25

O concelho de Vila do Conde situa-se no litoral noroeste português, a cerca de 20 quilómetros da grande metrópole nortenha, a cidade do Porto, pólo aglutinador por excelência de toda a região. Tem actualmente mais de oitenta mil habitantes, disseminados pelas trintas freguesias que formam o seu aro.

Ao longo do tempo o concelho vilacondense passou por variegadas transformações que ampliaram os seus limites territoriais e imprimiram maior dinamismo às suas estruturas. Analisar o desenvolvimento geográfico-administrativo, demográfico, político, económico e cultural que o concelho vivenciou na segunda metade de Oitocentos e início do século XX, é um dos objectivos do presente capítulo.

Pretende-se, igualmente, apreender a especificidade deste espaço, traduzida nas potencialidades que possuía e nas fragilidades de que padecia, de modo a identificar os factores atractivos/repulsivos locais que de alguma forma esclareçam e justifiquem a participação dos naturais na diáspora nacional para o Brasil.

2.1. Enquadramento geográfico-administrativo

Vila do Conde é terra dotada de uma história multissecular e de uma situação geográfica privilegiada, faz parte integrante de um espaço mais amplo de forte incidência migratória que é o distrito do Porto e, de uma forma mais geral, todo o noroeste português.

Nasceu junto da foz do rio Ave, em época muito remota, difícil de precisar. É terra com íntima e histórica ligação ao mar. Essa umbilical relação está já bem patente no documento que é considerado a certidão de baptismo de Vila do Conde, de 26 de Março de 953, quando Flâmula Deovota, filha de Paio e de Ibéria vendeu a sua vila de Vila do Conde ao abade Gonta do Mosteiro de Guimarães “com suas salinas e pesqueiras”¹.

Durante muitos séculos, Vila do Conde foi um concelho sem termo, isto é, sem uma área rural que lhe garantisse o abastecimento de produtos agrícolas. Tinha abundância de peixe, mas faltavam-lhe os produtos da terra: cereais, azeite, vinho, carne, etc. “Era no grande potentado de Barcelos que se provia a Vila e, não raras vezes, surgiam questões por via de não ser facilitado o pão e mesmo a madeira precisa nos seus estaleiros de construção naval”².

Quem se der ao cuidado de forragear no Arquivo Municipal de Vila do Conde os livros dos impostos, constata que durante séculos os arruamentos se mantiveram inalteráveis. Só a partir do segundo quartel do século XIX é que a estrutura urbana se vai lentamente ampliando. Abrem-se novos arruamentos, principalmente no núcleo antigo, alguns com pompa e circunstância, como foi o caso da antiga Horta Grande que deu lugar à rua e praça de S. João, em homenagem ao padroeiro da cidade.

¹ PEREIRA, 1961: 6-7.

² PILOTO, 1998: 14.

Depois, durante o exercício de Bento de Freitas Soares como presidente da Câmara de Vila do Conde, foi aberta a artéria de acesso ao “Mar dos Vessadouros”³, que foi baptizada com o nome do seu mentor⁴. Pela primeira vez, o centro da cidade ficou ligado ao mar. Concomitantemente, começam a aparecer as primeiras casas nessa zona, destinadas a banhistas e mandadas construir por Manuel de Magalhães Araújo Pimentel, da cidade de Braga⁵.

Seguiu-se a criação do Bairro Piscatório das Caxinas, no último quartel do século XIX, para onde se deslocaram pessoas dos mais variados locais da nossa costa, principalmente de Fão, Póvoa de Varzim e Vila Chã.

Os limites espaço-administrativos do concelho de Vila do Conde são vários: a Norte confina com o concelho da Póvoa de Varzim; a Este com os concelhos de Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso; a Sul tem fronteira com os concelhos da Maia e Matosinhos; e a Oeste com o Oceano Atlântico.

Na actualidade pertence ao distrito do Porto, mas até ao ano de 1835 esteve administrativamente sob a tutela do distrito de Braga.

Comprimida entre dois concelhos poderosos, Barcelos a Norte e a Maia a Sul, só a implantação do Liberalismo em Portugal permitiu que todo o empenho posto no alargamento da sua área territorial fosse bem sucedido.

É precisamente no decurso do séc. XIX que o concelho de Vila do Conde vai sofrer várias metamorfoses que acabam por o ampliar e enriquecer. Até à divisão administrativa de Mouzinho da Silveira, no ano de 1836, o concelho era constituído apenas pela própria vila e três lugares da freguesia de Touguinha (Touguinha, Pena e Mata). Em 1835, Vila do Conde já era cabeça de comarca à qual pertencia o concelho da Póvoa de Varzim, e viu, no ano

³ Vessadouros significa o local donde os lavradores rapavam o mexoalho e recolhiam o sargaço para adubar as terras.

⁴ Bento Soares nasceu a 10 de Agosto de 1822 e faleceu a 13 de Fevereiro de 1887. Formou-se em Medicina em Coimbra e durante a sua vida exerceu vários cargos de natureza político-administrativa, tendo sido agraciado com alguns títulos. Em 12 de Outubro de 1871 foi indigitado Governador Civil do Porto, cargo que exerceu até 1877; neste ano foi nomeado director da Alfândega do Porto. Por decreto de 16/08/1872, foi indigitado conselheiro do rei D. Luís I e, em 1885, foi eleito Par do Reino pelo distrito do Porto (PILOTO; SANTOS, 1998: 306-313).

⁵ Manuel de Magalhães Araújo Pimentel, casado, proprietário da cidade de Braga, mandou construir a Tomás Martins, mestre pedreiro, 19 moradas de casas, na nova rua dos banhos, com quintais, poços e mais pertenças. O terreno confrontava: norte, com a rua; sul, com Bernardo Pinto, cabreiro e areia solta; nascente, com caminho e poente, com caminho que vai para Santiago (ADP – 2.º Cartório Notarial, 3.ª Série, Livro 107, fls. 80v-81v, 3 de Agosto de 1873).

imediato, a sua extensão aumentada com a anexação de algumas freguesias dos concelhos limítrofes. Mas tal divisão foi infeliz, fazendo-lhe pertencer freguesias que deveriam ter sido pertença da Póvoa e vice-versa. Ambos os concelhos estavam insatisfeitos com a partilha efectuada. Em consequência da Carta de Lei de 29 de Maio de 1843, que autorizava o Governo a fazer nova repartição, o concelho envia à rainha Maria II uma exposição em que apresenta as suas queixas e declara as suas pretensões. Entre outros aspectos, o concelho de Vila do Conde pretendia que lhe fossem anexadas dezassete freguesias, (além das que já lhe pertenciam): Argivai, Santagões, S. Cristovão de Rio Mau, S. Martinho do Outeiro; Parada e Balazar adicionadas do concelho da Póvoa de Varzim; Ferreiró do concelho de Vila Nova de Famalicão; Guidões e Alvarelhos pertença de S. Tirso; Malta, S. Pedro de Avioso, Guilhabreu, Gemunde, Mosteiró, Vilar do Pinheiro e Aveleda, do concelho da Maia; e, do concelho de Bouças, actual concelho de Matosinhos, pretendia que lhe fosse anexada a freguesia de Lavra, ficando o concelho a possuir 9 538 fogos.

Enquanto reivindicava todas estas anexações, apenas dispensava duas ao concelho da Póvoa: Amorim e Beiriz. Tudo isso em prole da “maior utilidade do serviço público, comodidade dos Povos, melhor distribuição dos encargos municipais e arredondamento do concelho”⁶. Tais pretensões só em parte foram atendidas pela monarca.

Assim, pela nova divisão administrativa de 31 de Dezembro de 1853, o concelho de Vila do Conde cedeu ao da Póvoa de Varzim duas freguesias – Amorim e Beiriz – ficando, em relação à margem direita do Ave, com os limites que ainda hoje conserva. Mas se a Norte as fronteiras do concelho estavam definidas, a Sul ainda havia algumas querelas a resolver, desta feita com os concelhos da Maia e Matosinhos.

⁶ Carta enviada pelo concelho de Vila do Conde à Rainha D. Maria II, em 28 de Junho de 1843.

Quadro n.º 2.1 – Freguesias do concelho de Vila do Conde – evolução histórica

Anexadas em 6/11/1836	Desanexadas em 31/12/1853	Anexadas em 31/12/1853	Anexadas em 24/10/1855	Desanexadas em 24/10/1855	Anexadas em 11/05/1870	Anexadas em 1871/1871	Freguesias na actualidade
Amorim	Amorim	Ferreiró	Malta	Labruge	Guilhabreu	Aveleda	Arcos
Arcos	Beiriz	Outeiro			Mosteiró	Labruge	Árvore
Arvore		Parada			V. do Pinheiro		Aveleda
Azurara		Rio Mau					Azurara
Bagunte		Santagões ⁷					Bagunte
Beiriz							Canidelo
Canidelo							Fajozes
Fajozes							Ferreiró
Formariz ⁸							Fornelo
Fornelo							Gião
Gião							Guilhabreu
Junqueira							Junqueira
Labruge							Labruge
Macieira							Macieira
Mindelo							Malta
Modivas							Mindelo
Retorta							Modivas
Tougues							Mosteiró
Touguinha							Outeiro
Touguinhó							Parada
Vairão							Retorta
Vila Chã							Rio-Mau
Vilar							Tougues
V do Conde							Touguinha
							Touguinhó
							Vairão
							Vila Chã
							Vilar
							V. do Conde
							V. do Pinheiro

Fonte: PILOTO, Adelina – *Os Expostos da Roda de Vila do Conde (1835-1854)*. Vila do Conde: Edição da Câmara Municipal de Vila do Conde, 1998, p. 33.

⁷ Foi integrada na freguesia de Bagunte em 20/02/1899 (COSTA, 1948: 89-90).

⁸ Foi anexada à freguesia de S. João Baptista de Vila do Conde pelo Decreto de 23 de Maio de 1867.

Em 24 de Outubro de 1855, a nova divisão administrativa anexou, por decreto, mais uma freguesia ao concelho de Vila do Conde – Malta — desanexada do concelho da Maia; mas, em contrapartida, Labruge foi pelo mesmo decreto integrada no concelho de Bouças.

Durante 15 anos tudo se manteve estacionário a nível das confinações concelhias. Porém, um decreto datado de 11 de Maio de 1870 junta mais três freguesias da Maia ao concelho, a pedido da maioria dos seus habitantes e eleitores — Guilhabreu, Mosteiró e Vilar do Pinheiro.

Finalmente, por decretos de 8 de Maio e de 18 de Outubro de 1871, são anexadas mais duas freguesias — Aveleda e Labruge — ficando o concelho com a área territorial que hoje possui, aproximadamente 149 Km².

A freguesia de Formariz foi, em 23 de Maio de 1867, anexada à freguesia de S. João Baptista de Vila do Conde, e Santagões foi integrada na freguesia de Bagunte após a morte do último pároco, Joaquim Fernandes dos Santos, em 20 de Fevereiro de 1899.

Em síntese, o concelho de Vila do Conde passou a ser formado por 30 freguesias, no ano de 1871. Foram 40 anos, aproximadamente, que modificaram toda a estrutura concelhia. Ao longo do século XIX, deixa de ser um concelho exclusivamente marítimo, efectuando-se uma simbiose entre a gente do mar e o povo da terra, fortalecida depois, pela crescente industrialização e desenvolvimento do comércio e serviços, como a seguir se verá.

No que concerne ao aspecto político-administrativo, os séculos XIX e XX trouxeram a Vila do Conde uma plêiade de homens públicos que se repartiram nos mais variados cargos, políticos, sociais e religiosos. Vamos destacar alguns políticos que decidiram o destino da terra e da sua gente durante um largo período, desde a monarquia constitucional até à 1.^a República.

Os Presidentes da Câmara e Administradores do Concelho, criados após a vitória das forças liberais, começaram a exercer a sua actividade em 1836. Não é fácil escolher os que mais se salientaram na defesa dos interesses da cidade e do seu concelho. Vamos, todavia, deixar os nomes dos que mais se notabilizaram.

Em primeiro lugar, e logo no início da segunda metade do século XIX, devemos salientar o Dr. Bento de Freitas Soares que foi Presidente da Câmara de Vila do Conde nos anos de 1858-59; 1864-65 e 1866-67. Entre 1861 e 1870, foi por alguns períodos representante

de Vila do Conde em Cortes. Durante a sua presidência foi aberta uma importante artéria em direcção ao mar, que recebeu o seu nome.

Em 14 de Novembro de 1886, foi eleito Presidente da Câmara Municipal para o triénio de 1887-1889 o Dr. Júlio César de Faria Graça⁹. Nas eleições camarárias para o mandato seguinte, foi novamente eleito, sendo digna de realce a obra por si realizada, entre a qual se destaca a abertura da avenida em direcção ao rio que tem o seu nome, transversal à avenida mandada abrir pelo Dr. Bento de Freitas; o arranjo da actual praça Vasco da Gama, a renovação da avenida que parte da ponte sobre o Ave até à Praça S. João, e que tem hoje o nome de Avenida José Régio, e a construção de um chafariz na Praça da República¹⁰.

Como Administradores do Concelho, salientamos António José Martins Giesteira que teve de enfrentar em 23 de Abril de 1846 a acção dos amotinados da revolta da Maria da Fonte que invadiram Vila do Conde. António Vaz Lobo de Abreu, Juiz de Direito de Vila do Conde foi, por ofício de 27 de Abril do mesmo ano, expedido da cidade do Porto, por José Bernardo da Silva Cabral, nomeado para exercer durante as circunstâncias extraordinárias em que se achava a província do Minho as funções de administrador do concelho. Em 8 de Junho de 1846, já o anterior Administrador tinha reassumido o exercício das suas funções¹¹.

O Dr. Albino Abílio de Freitas Craveiro foi quem se interessou pela criação de uma biblioteca pública na cidade. Não logrando atingir o seu desiderato, ofereceu numerosas obras para o futuro espólio da mesma.

Já o Dr. José Joaquim Figueiredo Faria ocupou o cargo de administrador do concelho entre 1852-1856 e foi Presidente da Câmara entre 1878-1881, tendo sido, ainda, deputado às Cortes. O Dr. Francisco Xavier de Castro F. Faria, filho do anterior, foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Vila do Conde nos anos de 1900 e 1901 e Presidente da mesma Câmara de 1901 a 1904. Retirado da vida política, fundou a fábrica de lápis “Portugália” que era a única no país¹².

Na viragem do século, outras personalidades dignas de realce ocuparam o poder autárquico, como o Dr. Domingos Antunes de Azevedo que foi vice-presidente da câmara de

⁹ Júlio Graça nasceu a 20 de Dezembro de 1836 e faleceu a 13 de Março de 1892. Era filho de António José de Faria Graça, vereador da Câmara no biénio de 1857 a 1859, e de D. Rosa Maria Lopes de Sá. Formou-se em medicina na Universidade de Coimbra com distintas classificações. Militou no partido progressista, sendo eleito deputado às Cortes por várias vezes (*Renovação*, n.º 277, 3/06/1944).

¹⁰ COSTA, 1989: 84.

¹¹ PILOTO, 1998: 45-73.

¹² SANTOS, 1989: 22.

1900 a 1901 e vogal desde 1901 a 1904. Foi também administrador do concelho por vários períodos entre 1917 e 1924. Durante o seu mandato, entre outros melhoramentos, foi rasgada uma importante estrada que liga a freguesia de Mosteiró à de Guilhabreu.

Francisco Baltazar do Couto¹³ foi vice-presidente da Comissão Municipal Republicana, nomeada em 15 de Outubro de 1910, acabando por substituir o presidente, que era o Dr. António Maria Pereira Júnior, até que a morte o surpreendeu em 16 de Janeiro de 1913. Ocupou também o cargo de administrador do concelho por um breve período, substituindo Luís da Silva Neves, titular do cargo.

O Dr. António Maria Pereira Júnior foi o primeiro administrador do concelho, logo após a proclamação da República. Foi deputado por Vila do Conde pelo partido Evolucionista desde 1913 a 1921. Fundou, em 1910, o jornal *República* que veio a ser extinto em 1936. Foi colaborador dos jornais locais, entre os quais se conta o *Renovação*¹⁴. Foi um lutador por excelência e a ele se deve o não ter sido incorporado nos bens do Estado o edifício do Colégio de S. José. Foi mesário da Santa Casa da Misericórdia, da Ordem Terceira de S. Francisco e da Confraria do Santíssimo Sacramento. Deu a sua colaboração ao Círculo Católico, ao Fluvial Vilacondense, à Associação dos Socorros Mútuos, aos Bombeiros Voluntários e ao Rio Ave F.C. Atendeu a tudo quanto fosse importante para a sua Vila do Conde. A título de curiosidade, refere-se era um admirador de Camilo Castelo Branco e de Antero de Quental, autores de quem possuía uma biblioteca importante¹⁵.

O Dr. Manuel da Cunha Reis nasceu em Vila do Conde, em 1876, e nela faleceu em 1921. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra, em 1905. Foi Conservador do Registo Civil e administrador do concelho. Nesta última qualidade, participou em 11 de Abril de 1916, para o Comissário Geral da Polícia Civil do Porto sobre um suspeito – o famoso pintor Eduardo Viana – que, por ser amigo do casal Delaunay, Sónia e Robert, que habitavam na terra, não informara da partida deles. Pedia para ser enviado um “agente hábil

¹³ A sua biografia será traçada no último capítulo.

¹⁴ O jornal *Renovação* foi fundado em 1936 e extinto em 1983.

¹⁵ O Dr. António Maria Pereira Júnior (tio paterno e padrinho de José Régio), nasceu em Vila do Conde, em 12 de Junho de 1880 e faleceu em 1967. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu após a sua formatura o cargo de Subdelegado do Procurador Régio na Póvoa de Varzim. Em 1905, foi despachado Notário em Vila do Conde, cargo que ocupou até 1950. Foi Chefe do Gabinete do Ministro do Comércio, Dr. Júlio Martins, e Secretário particular do Ministro da Justiça, Dr. Mesquita de Carvalho. Foi um jornalista classificado de espantosos recursos e colaborou, ainda estudante, no *Nova Aurora*, jornal académico e republicano de Lamego, em Coimbra foi colaborador do *Resistência de Coimbra* e na *Voz Pública*, da cidade do Porto. Durante o tempo em que o Dr. António Granjo esteve a cumprir o serviço militar e depois funções ministeriais, ocupou o lugar de director do jornal *República* de Lisboa.

para proceder a uma rigorosa busca no quarto que Eduardo Viana alugara, por causa de uns quadros que lá existiam um pouco enigmáticos, e ainda por saber da fuga do casal sem a ter denunciado”¹⁶. Lembramos que este curioso episódio se passou em plena 1.^a Guerra Mundial, período de grande instabilidade, de intensa espionagem e muita desconfiança e só nesse contexto é susceptível de ser compreendido.

¹⁶ AMVC – *Copiador de Correspondência Expedida*, livro 2879, 1916-17.

2.2. População, vias de comunicação e economia

Só em meados do século XIX, com o desenvolvimento dos estudos estatísticos verificado em toda a Europa teve lugar a contagem sistemática do número de habitantes. Só a partir de 1911, com a criação do Registo Civil, foi possível conhecer o quantitativo exacto de nascimentos, casamentos e óbitos. A taxa de natalidade portuguesa de 1886 a 1925 oscilou normalmente entre 29 e 33, e a taxa de mortalidade variou, no mesmo período, entre 25 e 18, resultando um saldo fisiológico entre 4 e 15%, fruto de um progresso não só no campo da medicina, mas também nas condições de vida e de higiene¹⁷.

O distrito do Porto era o espaço regional de maior densidade demográfica, com cerca de 150 habitantes por Km² em 1838, evoluindo numa proporção contínua que lhe confere o nível de 258 h/km² no findar do século, sendo a litoralidade da região e a dinâmica económica a ela inerente responsáveis, em grande medida, pela forte humanização do espaço¹⁸.

O primeiro recenseamento geral da população, efectuado no ano de 1864, aponta para a sede do concelho 4 299 habitantes e para o total do concelho composto então por 25 freguesias, 18 838 habitantes; o censo realizado em 1 de Janeiro de 1878, o mais completo de todos por dar a conhecer elementos bem importantes como a idade, grau de instrução e os presentes e os ausentes da terra, indica para o conjunto concelhio já constituído pelas actuais 30 freguesias, 23 554 pessoas; pelo censo de 1890 a população de todo o concelho já atingia 26 016; no de 1900 tinha crescido para 27 366 e pelo recenseamento de 1911 já ascendia a 31 135.

De acordo com o relatório expedido pelo administrador do concelho, Joaquim de Sousa Martins, para o governo civil do Porto, em 7 de Fevereiro de 1891, entre 1878 e 1890 verificou-se um aumento populacional em 26 freguesias, no total de 2 596 habitantes, ao

¹⁷ SERRÃO, 1992: 283-285.

¹⁸ ALVES, 1994: 168.

contrário, em quatro freguesias, nomeadamente em Arcos, Azurara, Rio-Mau e Tougues a população diminuiu em 134 habitantes no total. Houve, por conseguinte, no decurso do mesmo período um aumento de 2 462 habitantes, a que corresponde uma taxa de crescimento na ordem dos 10%. Na óptica do mesmo administrador eram muito complexas as causas que determinaram a diminuição da população nas referidas quatro freguesias, e as que obstaram a que nas outras o aumento não fosse maior, mas que a principal era a emigração¹⁹.

Em termos gerais, entre 1864 e o período inicial da República, a população vilacondense beneficiou de um contínuo crescimento, passando de 18 838 para 31 135 habitantes, o que equivale a um aumento de quase 40%, no decurso dos 47 anos representados, sem esquecer, todavia, a transferência populacional ocorrida devido ao alargamento dos limites territoriais do concelho. A excepção à tendência geral de crescimento demográfico foi a freguesia de Azurara, onde o número de pessoas decaiu entre 1878 e 1900, todavia em 1911, Azurara revela já tendência de ascensão populacional, mas ainda longe de atingir o valor do ano de 1878. Nota-se, também uma diminuição da população das freguesias de Fornelo e Gião entre 1890 e 1900, mas pouco relevante, conforme o ilustra o quadro que se segue:

Quadro n.º 2.2 – Evolução da população do concelho de Vila do Conde (1864-1911)

Freguesias	1864	1878	1890	1900	1911
Arcos	521	536	529	630	649
Árvore	689	804	907	1 001	1 182
Aveleda	-	513	626	702	752
Azurara	992	1 108	1 041	947	999
Bagunte	824	951	1 009	1028	1 131
Canidelo	303	309	371	377	469
Fajozes	490	508	599	616	718
Ferreiró	203	234	265	285	314
Formariz ²⁰	64	-	-	-	-
Fornelo	669	745	862	853	946
Gião	897	971	1 191	1 168	1 365
Guilhabreu	-	789	905	941	1 057
Junqueira	1 210	1 136	1 164	1 226	1 252
Labruge	-	784	950	1 109	1 254
Macieira	720	833	977	974	1 048

¹⁹ AMVC – *Correspondência Expedida para o Governo Civil*, livro 2943, 1890-95.

²⁰ Foi anexada à freguesia de S. João Baptista de Vila do Conde pelo *Decreto de 26 de Maio de 1867*.

Malta	517	541	610	647	672
Mindelo	586	645	723	890	1 014
Modivas	586	657	778	868	926
Mosteiro	-	413	512	515	676
Outeiro	253	285	285	292	323
Parada	186	188	215	213	241
Retorta	302	315	342	398	447
Rio-Mau	977	958	926	981	1 089
Santagões ²¹	108	-	-	-	-
Tougues	390	416	388	401	493
Touguinha	390	429	433	477	532
Touguinhó	695	681	766	774	847
Vairão	886	942	1 039	980	1 003
Vila Chã	549	609	740	837	1 030
Vilar	532	602	705	734	952
V. do Conde	4 299	4 950	5 381	5 530	6 510
V. do Pinheiro	-	702	776	972	1 164
Total	18 838	23 554	26 016	27 366	31 135

Fonte: Censos oficiais

Seguindo a tendência europeia e nacional, a demografia concelhia experimentou um aumento e só não foi mais substancial porque o êxodo para o Brasil assim o obstou, sendo responsável igualmente pelo decréscimo ocorrido, nomeadamente na freguesia de Azurara.

Como é sabido, em Portugal, a modernização dos transportes e das vias de comunicação foi lenta e tardia. Só a partir de 1851, com Fontes Pereira de Melo, se iniciou o desenvolvimento da construção de estradas, caminhos-de-ferro, portos, pontes, ligações telegráficas e outros meios de comunicação.

Ciente do quanto essas infra-estruturas são factor decisivo na formação e desenvolvimento dos aglomerados populacionais, Vila do Conde envidou esforços, na 2.^a metade do século XIX, para dotar o concelho de novas vias e modernos transportes. As

²¹ Foi integrada na freguesia de Bagunte em 20 de Fevereiro de 1899 (COSTA, 1948: 89-90).

duas vias antigas que atravessavam o concelho eram a *Karraria Antíqua* e a *Via Vetera*, ambas estradas romanas que serviam as numerosas vilas da região litoral. Algumas derivantes destas duas, e possivelmente tão velhas quanto elas, são, entre outras, a estrada dos Nove Irmãos e a estrada velha de Vila do Conde²². Na maior parte das freguesias procedeu-se à necessária reparação dos caminhos antigos e construção de novas estradas. A sede do concelho e algumas terras da parte sul do concelho foram atravessadas, em 1865, pela nova estrada real n.º 30, actual 13, que veio ligar a cidade do Porto à então vila da Póvoa do Varzim²³.

A travessia do rio Ave foi durante séculos feita pelas barcas de passagem. As freiras do Convento de Santa Clara de Vila do Conde como detentoras do único meio de transporte para a travessia do rio Ave sempre se opuseram à construção de uma ponte, como lembra Amélia Polónia²⁴. O projecto persistentemente acalentado pela Câmara teve a sua concretização em 7 de Agosto de 1792, data em surge a tão almejada provisão régia e o Dr. Francisco de Almada e Mendonça²⁵ logo mandou construir, entre a margem esquerda do Ave, no sopé do Monte de Sant'Ana, e a margem oposta, junto ao Mosteiro de Santa Clara, uma majestosa ponte em alvenaria lavrada, com três arcos e dois obeliscos em granito de cada lado. Apesar da sua imponentia, esta primeira ponte teve uma vida efémera pois uma cheia ocorrida no dia 11 de Janeiro de 1821 destruiu-a. Tal desaire não enfraqueceu os ânimos, logo pensaram na construção de outra ponte, embora de carácter provisório, tanto mais que as exigências económico-sociais não cessavam de crescer. No mesmo ano, foi providenciada a construção da Ponte de Pau.

²² FREITAS, 1950: 15-28.

²³ GUIA ILUSTRADO – *Praia de Vila do Conde*, 1917.

²⁴ POLÓNIA, 1994: 48.

²⁵ Desembargador e Corregedor da cidade do Porto.

Por incumbência do Ministério das Obras Públicas, foi Augusto de Carvalho Barbosa, natural de Vila do Conde e arquitecto da Câmara da Póvoa de Varzim, responsável pela edificação da nova ponte em metal que começou a ser utilizada em 26 de Setembro de 1893²⁶.

Para uma ligação mais rápida e confortável entre Vila do Conde e a vizinha terra poveira, a Câmara, na sessão de 7 de Dezembro de 1873, aprovou o projecto apresentado na sessão anterior por Tomás Rodrigues Maia, da vila da Póvoa de Varzim, para atravessar os terrenos municipais junto à estrada nova com um caminho-de-ferro pelo sistema americano. Apesar da aprovação, o referido projecto não chegou a concretizar-se. João Ferreira Dias Guimarães e João Ferreira de Araújo Guimarães, ambos da cidade do Porto, foram os promotores do americano em Vila do Conde, realizando-se a viagem inaugural na manhã do dia 15 de Outubro de 1874. Inicialmente, os carros americanos circulavam entre a Praça de S. João, em Vila do Conde, e a Praça do Almada, na Póvoa de Varzim, mas com o decorrer do tempo houve necessidade de ampliar a rede do americano. O alquilador da cidade do Porto José Branco Soares Galiza, em 12 de Julho de 1899, solicitou a concessão de uma linha americana entre a estação do caminho-de-ferro e a zona balnear de Vila do Conde. Deste modo ficou assegurada para os banhistas da praia de Vila do Conde a conveniente articulação entre o comboio e o americano. Um dos carros americanos que fez serviço entre as duas terras atravessou o Atlântico, podendo actualmente ser apreciado no Museu de Eléctricos, em S. Francisco da Califórnia²⁷.

A linha do comboio entre Porto e a Póvoa de Varzim foi inaugurada solenemente em 1873. Com a construção da linha férrea, os viajantes passaram a ter à sua disposição esse novo, rápido e económico meio de transporte que ligava a cidade do Porto à Póvoa e Famalicão por via reduzida, entroncando nesta última cidade com a linha do Minho, que tinha ligação com as linhas nacionais e estrangeiras. No Verão, a companhia sustentava uma média de 16 comboios no troço do Porto à Póvoa que faziam o percurso até Vila do Conde em uma hora. Na estação balnear havia bilhetes válidos por 30 dias.

Em resumo, pode-se dizer que o concelho de Vila do Conde estava relativamente bem dotado de vias de comunicação e de meios de transporte, no período em análise. Com o

²⁶ FREITAS, 2001: 346-361.

²⁷ PILOTO; SANTOSb, 2002: 82-86.

arredondamento dos limites concelhios, nenhuma das suas trinta freguesias, mesmo as mais distantes, estavam a mais de duas léguas da cabeça do concelho, com boas comunicações para a mesma.

As actividades económicas tradicionais vilacondenses estavam relacionadas com o mar e com o rio. Pensa-se que a antiguidade da pesca, da salicultura, da construção naval e do comércio marítimo remontam à época do nascimento do burgo.

Se a actividade piscatória em Vila do Conde tinha diminuído fortemente no decurso da primeira metade do século XIX, resumindo-se a umas duas dúzias de pequenas embarcações e poucas lanchas, com a vinda de muita gente para a faixa litoral a norte do núcleo antigo da cidade – as Caxinas – retomou-se em grande força esta ancestral actividade: de Vila do Conde partiram, desde os fins do século XIX, centenas de homens para os mares da Gronelândia à pesca do bacalhau²⁸. No ano de 1913, quinhentos pescadores residentes nas Caxinas e Poça da Barca largaram rumo à Terra Nova para a pesca do “fiel amigo”²⁹.

No concernente à construção naval, de acordo com uma nota da Alfândega, em 1867 estavam em fabrico 17 embarcações, divididas por barcas, brigues, patachos, palhabotes, escunas e iates, cujo termo médio de operários affectos a cada construção regulava de 15 a 20 entre oficiais, mancebos e aprendizes. O salário auferido pelos oficiais era de 300 réis de Verão, e de Inverno 240 réis. No ano de 1881, a produção dos estaleiros de Vila do Conde ultrapassa a da cidade do Porto com a construção de 309 embarcações³⁰. O estaleiro desta vila era um dos mais procurados em razão da maior barateza da condução das madeiras para as ditas embarcações, construídas essencialmente em pinho manso e bravo, bem como em carvalho³¹.

A título meramente exemplificativo, eis algumas das embarcações construídas nos estaleiros de Vila do Conde, no período em análise: em 1887, é lançado à água o palhabote “Sampaio”, construído nos estaleiros do mestre Serafim Martins de Araújo, propriedade

²⁸ PILOTO; SANTOSb, 2007: 25.

²⁹ *O Ave*, n.º 332, 30 de Março de 1913.

³⁰ *Renovação*, n.º 685, 22 de Maio de 1954.

³¹ SANTOS, 1994: 5.

dos vilacondenses Manuel Fernandes do Carmo Sampaio e António de Almeida Carneiro. Media 98 palmos de quilha, 29 de boca e 11 frontal³². Em 1900 é lançado ao Ave o palhabote “Cisne”; em 1901, construído nos estaleiros do mestre José Martins de Araújo faz a sua viagem inaugural o barco “Santo António” e, em 1904, o Conde de Val-Flor compra a chalupa “Amélia”, construída nos estaleiros de Vila do Conde, destinando-a ao serviço das suas propriedades, na ilha de S. Tomé³³.

Em 1891, são indicados como construtores navais: Francisco Arteiro, Manuel Gomes Rodrigues, Joaquim Martins de Araújo e seus filhos José Martins de Araújo, Custódio Martins de Araújo e Serafim Martins de Araújo.

A agricultura era, a nível nacional, a actividade económica predominante. O concelho de Vila do Conde não era excepção à regra. Sobretudo a partir de 1836, com a anexação das freguesias referidas, passou a ser essencialmente agrícola. Na segunda metade do século XIX, praticava-se neste concelho uma agricultura ainda tradicional, tal como refere o relatório agrícola expedido pelo Administrador de Vila do Conde, Albino de Freitas Craveiro, para o Governador Civil do Porto, em 28 de Janeiro de 1862: “ Neste concelho assim como em geral na província do Minho, predomina a pequena propriedade, enfiteutica em vida, de livre nomeação e alguma vinculada, sendo na maior parte cultivada pelos proprietários e quando muito, uma sexta parte amanhada pelos rendeiros. Os arrendamentos são a pequeno prazo, com o máximo de nove anos. Predomina em geral a agricultura rotineira, sendo os lavradores na maior parte dos casos avessos às inovações técnicas e aperfeiçoamentos, incrementados no estrangeiro. Existe no entanto, um verdadeiro espírito rural e os novos processos de cultivo são já conhecidos dos mais esclarecidos, porém ainda não implementados nas suas terras. Os adubos e estrumes empregados no concelho são substâncias animais, sargaço do mar e rapa dos penedos. A maioria dos lavradores compra esses fertilizantes em Vila do Conde e na Póvoa de Varzim. A cultura predominante é o milho, trigo, centeio e feijão, mas o milho tem a primazia e começa a generalizar a cultura da batata. O concelho produz regra geral, o necessário para a subsistência dos seus habitantes, vendendo ainda alguns cereais para o Porto e para o Algarve e Setúbal pela barra. Nos anos de mais escassa produção, verifica-se alguma

³² COSTA, 1988: 72.

³³ COSTA, 1988: 71.

especulação, com a importação de milho da Galiza pela barra, mas, além de esses casos serem raros, os importadores têm dificuldades em concorrer com o preço do milho local”³⁴.

Em 1898, o preço do milho no mercado local era de 760 réis os 20 litros. Em 1902, o preço desse bem de primeira necessidade, segundo a imprensa da época, tinha subido extraordinariamente³⁵.

No início do século XX, a situação agrícola do concelho, à semelhança do que se passava a nível nacional, tinha evoluído favoravelmente, pois o Dr. Domingos Antunes de Azevedo, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara (1900 a 1901), teve o mérito de lançar a lavoura concelhia na senda do progresso, estimulando o espírito associativo dos lavradores e incrementando práticas rurais inovadoras, como a selecção de espécies animais e vegetais, apoiadas por moderna maquinaria e por um novo espírito dinâmico, progressista e empresarial³⁶.

Durante a primeira República, proliferaram em Portugal as associações de classe, devido à propaganda associativista da República e à lei de Brito Camacho de 1911 que concedia facilidades de crédito aos agricultores e associações agrícolas para compra de sementes, plantas, insecticidas, adubos, gado, forragens, alfaías, máquinas, etc.

Imbuído do novo espírito agremiador, O Dr. Domingos de Azevedo fundou o Sindicato Agrícola de Vila do Conde, em 1911, vendo os respectivos estatutos aprovados pelo Presidente do Governo Provisório da República, Joaquim Teófilo Braga, em 29 de Abril de 1911, e publicados no *Diário do Governo*, de 9 de Maio do mesmo ano³⁷. À frente dos desígnios dessa associação manteve-se largos anos. Com outros conterrâneos criou a Sociedade Eléctrica de Arões, sendo o primeiro no concelho a fazer a montagem de electricidade numa casa de lavoura, servindo-se dela não só para iluminação como para fazer accionar a maquinaria agrícola³⁸.

³⁴AMVC – *Correspondência expedida para o governo civil do Porto*, livro 2932, 1858-1863, fols. 20-22.

³⁵COSTA, 1988: 69.

³⁶Nasceu no ano de 1873 e faleceu em 1940. Concluiu o curso na Escola Médica do Porto no ano de 1895. Como médico trabalhou com o Dr. Ricardo Jorge na luta contra a pneumónica, tendo sido adstrita à sua responsabilidade a zona de Labruge. Em 1930, foi agraciado com a Comenda de Mérito Agrícola, em virtude de ter sido o maior produtor de trigo do norte do país (PILOTO ; SANTOS, 2000: 143-162).

³⁷AMORIM, 1997: 46-48.

³⁸Em homenagem aos valiosos serviços prestados à agricultura e à comunidade em geral, em 1930 foi-lhe atribuída uma Comenda, e em 1 de Abril de 1966 foi inaugurado na Praça da República da cidade de Vila do Conde um pedestal com o seu busto.

Apesar da evolução verificada, a agricultura portuguesa continuava a enfermar de excesso de mão-de-obra, salários muito baixos e desemprego sazonal de elevado número dos sem-terra, factores que faziam do Minho a zona por excelência de emigração para o Brasil³⁹.

A lenta industrialização do País teve como uma das causas a falta do apoio essencial de uma reforma agrária⁴⁰. Na realidade, pode-se considerar que a indústria portuguesa cresceu, até ao final de 1940, como por sacudidelas, à sombra dos efeitos internos de quatro grandes momentos internacionalmente favoráveis à substituição das importações: a crise geral e nacional de 1890-1891; a I Guerra Mundial e o imediato pós-guerra; a Grande Depressão de 1929 e a II Guerra Mundial⁴¹.

Os primórdios de industrialização em Vila do Conde, para além de estarem ligados aos estaleiros de construção naval em madeira, estão também correlacionados com as azenhas, moinhos e engenhos. Um ofício do administrador do concelho expedido para o Governador Civil do Porto, no ano de 1856, dava conta que existiam no concelho 52 azenhas e 87 moinhos movidos a água, além de 46 movidos a vento. Por sua vez, no tocante a engenho, havia um total de 24, contabilizando os de serrar madeira, de fazer azeite e descascar linho, todos movidos a água⁴².

Na zona envolvente à estação do comboio, começaram a surgir as primeiras unidades industriais, na segunda metade do século XIX. Teve a primazia a tecelagem da Companhia Agrícola e Industrial Portuense, no ano de 1865, depois denominada Fábrica de Fiação e Tecidos da Companhia Rio Ave. Durante mais de um século foi sustentáculo económico de centenas de operários, embora muitos tivessem de ir buscar às suas hortas e pequenas courelas o complemento do salário que o empresário não pagava. Encerrou a sua laboração a 30 de

³⁹ ROSAS, 1994: 31.

⁴⁰ PEREIRA, 1979: 31.

⁴¹ ROSAS, 1994: 61-66.

⁴² AMVC – *Correspondência recebida de diversas entidades*, pasta 2984 (1853-1856).

Maio de 1972⁴³. Seguiram-se muitas outras do género, como a Valfar, fundada por Narciso Ferreira⁴⁴.

Uma outra fábrica que merece destaque é a de lápis “Portugália”, fundada em 25 de Março de 1907 e que laborou até 1941⁴⁵.

Alguns empresários, dando mostras da sua filantropia, estenderam a sua acção ao apoio assistencial e cultural: a empresa Rio Ave mandou construir ao lado da fábrica um bairro para os seus operários e escolas primárias para os filhos dos mesmos, tendo ainda criado um Grupo Dramático⁴⁶. Delfim Ferreira, fundador da Valfar, após a demolição da fábrica de lápis “Portugália”, que se situava em frente à estação do caminho-de-ferro, mandou edificar no mesmo local um bairro para os seus operários e adquiriu o palacete que fora de Bento Luís de Aguiar⁴⁷ e adaptou-o a colónia balnear para os filhos dos trabalhadores. Um outro bairro de operários foi objecto de abordagem ficcional por Pacheco Neves, no seu livro *O Bairro do Cemitério*⁴⁸.

Com o decorrer do tempo, e devido a várias circunstâncias, as instalações industriais deslocaram-se para o eixo da E.N.13, onde vai surgir um forte incremento têxtil e conserveiro.

No sector da indústria da construção civil e obras públicas alguns empreendimentos foram concretizados: na sede do concelho, merece destaque a abertura ao trânsito da ponte metálica sobre o Ave, em 1893; a edificação da estação Aquícola, em 1894⁴⁹; a inauguração, em 1900, do teatro Afonso Sanches, na avenida Rodrigues de Freitas; em 1902, a abertura do

⁴³ *Voz do Ave*, n.º 13, 9/06/1934, p. 1.

⁴⁴ GOMES, 1995: 112.

⁴⁵ *O Comércio do Porto*, 25/09/1940.

⁴⁶ Levou à cena várias peças de teatro com êxito, entre as quais se destaca *Santa Isabel* apresentada em Vila do Conde no ano de 1916, no Teatro Afonso Sanches (COSTA, 1989: 85).

⁴⁷ O seu esboço biográfico será elaborado no último capítulo.

⁴⁸ O Dr. Pacheco Neves nasceu em Vila do Conde, a 11 de Junho de 1910, e faleceu a 19 de Janeiro de 1998. Foi médico, autarca, colaborador de várias publicações periódicas, historiador e escritor de romances, contos, novelas e teatro, com muitas dezenas de obras editadas.

⁴⁹ Em 1893, o Dr. Bernardino Machado, então Ministro das Obras Públicas, decidiu criar o Centro Aquícola de Vila do Conde, obra que outras terras porfiavam obter com o mais vivo interesse. Em sessão camarária de 9 de Dezembro de 1901 foi deliberado atribuir o seu nome à artéria onde se situa o centro piscícola.

Clube da Avenida, propriedade do Conde de Margaride, que foi um “habitué” da praia de Vila do Conde e construção da rua Conde D. Mendo; em 1904, edificação da cadeia municipal; em 1908, inauguração da sede do Círculo Católico de Operários e, em 1913, trasladação do pelourinho da zona do porto e estaleiros para a actual Praça Vasco da Gama⁵⁰.

Para finalizar esta breve sùmula da actividade industrial no concelho de Vila do Conde, não podíamos olvidar as tradicionais Rendas de Bilros que sempre foram consideradas um dos *ex-libris* da cidade e uma importante actividade económica para muitas famílias. Em 1907, realizou-se a primeira exposição de Rendas de Bilros de Vila do Conde, sendo expositores: Laurinda de Jesus Braga; Libânia Narcisa Tomé Flores; Flores & C.^a; Maria da Piedade Pereira; Fábrica Confiança e Maria Aguiar⁵¹. No mesmo ano, a rendeira vilacondense Libânia Narcisa Tomé Flores concorreu à exposição de trabalhos Femininos de Melbourne, na Austrália⁵². Em 1919, foi decretada a criação da Escola de Artes e Ofícios Baltazar do Couto, graças ao empenho do Dr. António Maria Pereira Júnior.

Apesar da mudança de hábitos e da evolução da moda, esta indústria continua florescente em Vila do Conde.

Com o estado da economia vilacondense em projecção, era necessário que esse ritmo fosse acompanhado pela actividade comercial e financeira. Quer nas freguesias, quer na própria vila era importante que se realizassem mercados e feiras para transaccionar os produtos locais, como os cereais, legumes, produção pecuária, o pescado e o artesanato⁵³. No ano de 1912, a Comissão Municipal resolveu abolir a taxa de 100 réis que pagava cada carro de cereais, que no dia de mercado entrava na vila⁵⁴. Em 1934, a Câmara Municipal propôs à Associação Comercial e ao Sindicato Agrícola a realização do mercado semanal à sexta-feira, assim como a conservação das afamadas feiras de 20 de Janeiro e de 3 de Agosto. A proposta foi aceite e, desde então, Vila do Conde passou a animar-se à sexta-

⁵⁰ COSTA, 1989: 85.

⁵¹ COSTA, 1988: 76.

⁵² COSTA, 1987: 88.

⁵³ A primeira feira franca que existiu em Vila do Conde deve-se ao Cardeal D. Henrique que atendeu a petição dos Procuradores de Vila do Conde nas cortes, no ano de 1579. Novas solicitações foram feitas aos sucessivos monarcas que concederam outras feiras em dias fixos do mês.

⁵⁴ *O Ave*, n.º 278, 3 de Março de 1912.

feira com o seu mercado sempre muito concorrido, tanto pelos naturais como pelos de fora do concelho.

No concelho de Vila do Conde havia também algumas feiras semanais ou de realização anual: a Feira do Desencouco ou Feira de Março, que tem lugar na freguesia de Bagunte. A Feira de Vairão que se realiza no lugar de Santo Ovídio, junto da pequena ermida aí existente, a Feira de Malta ou das Sementes e, por último, a centenária Feira da Lameira que tem lugar na freguesia de Mosteiró, às quartas-feiras. Foi criada em 1896, por iniciativa de José António de Azevedo e do pároco da freguesia José Francisco da Costa⁵⁵.

De maior relevo era o comércio que articulava Vila do Conde com o mercado externo pela foz do rio Ave onde, nos anos de 1884 a 1886, entraram 175 navios com sal, arroz, vinho e peixe. Por esse motivo o desassoreamento do rio de forma a assegurar a livre navegabilidade constituía uma preocupação constante⁵⁶.

A comissão municipal administrativa de Vila do Conde em cumprimento do disposto no ofício circular do governador civil do Porto divulgou junto dos comerciantes, industriais e exportadores o convite do cônsul de Portugal em Pernambuco, Ribeiro de Melo, para remeterem ao referido consulado amostras e catálogos dos seus produtos, para figurarem na exposição permanente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria de Pernambuco, cuja inauguração estava prevista para o dia 31 de Janeiro de 1913⁵⁷.

A actividade comercial e industrial em Vila do Conde foi, paulatinamente, evoluindo nos finais da centúria de Oitocentos. Tal desenvolvimento tornou imperioso a fundação de uma agremiação que congregasse os interesses dessas forças económicas locais. A 4 de Fevereiro de 1906, uma Comissão Instaladora composta por José Maria Pereira Sobrinho, ourives⁵⁸; José Maria de Faria e Sousa, hoteleiro; José Teixeira da Silva e Firmino Gomes da Silva, lojistas, e Alfredo do Amaral Torres, industrial de tipografia,

⁵⁵ PILOTO; SANTOS, 2000: 127.

⁵⁶ REIS, 2000: 180.

⁵⁷ *O Ave*, n.º 320, 5 de Janeiro de 1913.

⁵⁸ Pai do escritor José Régio, nasceu a 13 de Abril de 1876 e faleceu a 24 de Abril de 1957. Herdou o apelido “Sobrinho” por ter o mesmo nome que seu tio-avô – José Maria Pereira – celebrado na obra de José Régio como o “Tio Brasileiro” e que está na base da ascensão económico-social da família. Foi um bairrista apaixonado, um comerciante respeitável e decano dos ourives do norte do país. Foi correspondente do jornal *O Primeiro de Janeiro* e colaborador de várias associações locais. Escreveu, em 1911, o hino do Fluvial Vilacondense. Foi poeta, actor, jornalista e director do Teatro Afonso Sanches e da revista mensal *Ilustração Vilacondense* que se publicou desde Janeiro de 1910 a Fevereiro de 1913, num total de 36 números. (SANTOS, 1990: 47-61).

fundou a Associação Comercial de Vila do Conde. O primeiro presidente da direcção foi Francisco Baltazar do Couto⁵⁹.

Em 1872 projectava-se a fundação do Banco Agrícola e Industrial Vilacondense, cujo capital seria de 60 000\$000 de réis, sendo 40 da Misericórdia e 20 em acções de 20\$000 réis cada. O Banco destinava-se a fazer empréstimos sobre penhores, sobre consignação de rendimentos, ou com fiadores ou hipotecas; empréstimos sobre letras ou em contas-correntes; emissão de títulos fiduciários, representando empréstimos feitos à agricultura e à indústria; arrecadação de dinheiro em depósito com juro e sem ele; transferência de fundos. A administração do Banco seria confiada a uma gerência de três membros efectivos e três substitutos, eleitos anualmente, sendo que dois dos efectivos seriam eleitos pela Misericórdia, e o terceiro, assim como o seu substituto, pelos accionistas⁶⁰.

Em resumo, ao longo do século XIX, a demografia concelhia, à semelhança do que se passou no resto do país e da Europa, beneficiou de um incremento significativo, passando de 18 838 habitantes no ano de 1864 para 31 135 no primeiro ano de poder republicano. As vias de comunicação e meios de transporte foram renovados no sentido de responder às necessidades crescentes de livre circulação de pessoas e mercadorias. A criação do caminho-de-ferro veio assegurar um transporte rápido e cómodo inter-concelhio e para a cidade do Porto. À tradicional actividade piscatória e da construção naval aliou-se a produção agrícola com a anexação das freguesias de feição rural que contribuíram para a ampliação territorial do concelho e para o seu engrandecimento económico e social. As transacções comerciais intensificaram-se e uma indústria nascente que apostava sobretudo no ramo têxtil e nas conservas foi paulatinamente se afirmando.

⁵⁹ SANTOS, 2006: 5-8.

⁶⁰ COSTA, 1990: 58.

2.3. Saúde, ensino e associativismo

No decurso do século XIX, Vila do Conde beneficiou do desenvolvimento de estruturas de carácter social, de apoio na saúde, de combate ao analfabetismo e de fomento do movimento associativo.

No século XV, foi fundado o hospital Espírito Santo, sendo substituído em 1510 pelo da Santa Casa da Misericórdia criado pela rainha D. Leonor. Em 6 de Julho de 1617, foi instituído por testamento de Diogo Pereira um novo hospital que foi inaugurado em 8 de Maio de 1634, o qual veio a ser demolido em Setembro de 1915. No ano seguinte, iniciou-se a construção de outro hospital que é aquele que ainda hoje alberga os doentes da cidade e do concelho.

Na freguesia de Azurara também existia uma Casa da Misericórdia, fundada em 1566, onde com certo orgulho se mantém um dos três únicos exemplares do Compromisso da Misericórdia de Lisboa. João Monteiro Tinoco criou, em 29 de Novembro de 1854, um hospital em Azurara, em cumprimento da disposição testamentária de seu pai, Joaquim José Monteiro Tinoco⁶¹.

Em 1867, deu-se a criação do Lar dos Terceiros de S. Francisco para albergar idosos, instituição de grande utilidade, continuando no presente a prestar importantes serviços à comunidade vilacondense.

No respeitante aos médicos, o destaque vai para o Dr. Bento de Freitas Soares que foi médico do partido da Câmara e clínico particular de grande reputação. De longe acorriam doentes para o consultar e, entre eles, esteve o famoso romancista Camilo Castelo

⁶¹ FREITAS, 1989:18-24.

Branco⁶². A Delegação de Saúde funcionava num edifício da Câmara e aí se ministravam as vacinas.

No concelho de Vila do Conde, no período em estudo, havia algumas farmácias. Na sede do concelho existiam a da própria Santa Casa da Misericórdia, a farmácia Alvão e a Farmácia Agra, que deram lugar no século XX às farmácias Tadeu, Laranjeira e Normal.

Nas freguesias, o realce vai para a farmácia da Lameira, propriedade da família Antunes de Azevedo, fundada em 1737. Esta é considerada a mais antiga das boticas do país, na posse da mesma família⁶³.

O século XIX é considerada o “século da instrução pública”, como é também, para empregar a expressão de António Nóvoa, “o tempo dos professores”, pesem embora os resultados relativos das políticas de ensino⁶⁴.

A comissão de deputados responsável pela realização do Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa concluíra que faltava completamente a instrução elementar e que “a mais importante das medidas indirectas que devia influir poderosamente no aperfeiçoamento moral e material do Reino era tornar possível e efectivo o ensino primário elementar obrigatório, já decretado na legislação”⁶⁵.

O ano de 1870 foi um ano marcante para a instrução pública, que então conheceu o seu primeiro-ministro, surgido no âmbito do curto governo ditatorial saído do golpe de Estado do duque de Saldanha. D. António da Costa, político que desde há muito se debatia pela implementação do ensino público no reino, e para quem “universalizar a instrução era multiplicar a riqueza nacional”⁶⁶ foi escolhido para presidir ao novo ministério que durou apenas 69 dias. Em 1892 efectuou-se o I Congresso Pedagógico do Magistério Primário, presidido por Bernardino Machado.

A importância crescente atribuída à escola no decurso do século XIX faz com que seja apresentada como um dever do Estado a sua organização e funcionamento, mas também que seja vista como uma obrigação das populações. Daí que surja a ideia da sua subordinação às autarquias. A legislação oscilou entre a centralização e a descentralização.

⁶² PILOTO; SANTOS, 1998: 306.

⁶³ PILOTO; SANTOS, 2000: 109-123.

⁶⁴ NÓVOA, 1987: 45.

⁶⁵ 2.º *Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

⁶⁶ COSTA, 1871: 24.

Se a episódica reforma de Rodrigo da Fonseca Magalhães considerava que, em princípio, as escolas quanto ao estabelecimento, manutenção e conservação ficavam a cargo das municipalidades ou juntas de paróquia, já as reformas de Passos Manuel e de Costa Cabral evidenciam um sentido centralizador, ao passo que a reforma de D. António da Costa, de 1870, logo revogada, e a de Rodrigues Sampaio, de 1878, voltavam à descentralização, a qual será abolida anos mais tarde⁶⁷.

O testemunho do docente e director da Escola Normal de Lisboa, Teófilo Ferreira, é bem elucidativo da tendência pendular em matéria educacional:

“A descentralização é, pois, em teoria, surpreendente, magnífica. Fui até um dos seus mais convictos apostolizadores, (...) mas hoje mudei de opinião, pois são os próprios professores que solicitam e almejam o advento do sistema contrário. E porquê? Por causa das arbitrariedades e iniquidades cometidas pelas corporações administrativas contra os professores primários. Estas razões e arbitrariedades não resultam somente das faltas em que muitas câmaras do país incorrem, demorando meses e meses o pagamento dos vencimentos e gratificações aos professores primários, mas ainda das flagrantíssimas injustiças com o que postergam sacratíssimos direitos adquiridos nas nomeações efectuadas por tais corporações”⁶⁸.

O governador civil do Porto, comungando dos ideais descentralizadores que em matéria educacional começavam na altura a se impor, em ofício datado de 30 de Abril de 1874 endereçado às Câmaras do distrito expunha o seguinte:

“A instrução primária, base essencial da civilização, continúa em deplorável atraso; é limitado o número de escolas abertas à frequência, e freguesias há que, com quanto importantes pela sua população e riqueza agrícola, não contam uma só escola pública. Sem entrar na apreciação minuciosa das diversas causas (...) tenho para mim que a principal delas é a falta de iniciativa local. As Câmaras Municipais são por certo as corporações que, (...) mais podem concorrer para que às classes menos abastadas se faculte a instrução gratuita; basta que no caso de não disporem dos precisos recursos, se acordem com as juntas de Paróquia, Confrarias e Irmandades e, mesmo com alguns cidadãos dos mais devotados ao bem público, para que, contribuindo cada uma dessas corporações com uma parte compatível com o seu rendimento, se obtenha uma soma que auxiliada por donativos particulares, constitua a receita precisa para pagar a renda das casas para as escolas. (...) Solicito tem sido sempre o Governo do país em

⁶⁷ TORGAL, 93: 620.

⁶⁸ FERREIRA, 1890: 35.

conceder as escolas que lhe requerem, paga ele aos professores, justo é que a iniciativa local o auxilie pagando o aluguer da casa”⁶⁹.

Mas a inércia do ensino público era notória, de acordo com um relatório emitido em 1883 pela 2.^a circunscrição escolar (distrito de Aveiro e Porto), no distrito do Porto careciam de escola masculina 197 freguesias e 317 de escola feminina⁷⁰.

Para colmatar a falta de escolas públicas, nova legislação estabeleceu a regra de uma escola para cada sexo em cada freguesia, podendo existir uma para duas freguesias quando o número de alunos fossem menor de 60, renovou a obrigatoriedade de frequência para as crianças dos 6 aos 12 anos, com a exclusão das que vivessem a mais de dois quilómetros de uma escola gratuita⁷¹.

No ano lectivo de 1855-56, Vila do Conde dispunha apenas de três escolas régias para o conjunto das 27 freguesias que, então, constituíam o concelho. Estabelecendo a analogia entre o número de freguesias por concelho e de escolas oficiais no conjunto dos 17 municípios que formavam o distrito do Porto, constata-se que o de Vila do Conde se situava entre os menos dotados com estruturas escolares oficiais. Felizmente, as escolas particulares eram o triplo das régias, o que colmatava em parte a lacuna educacional no concelho, projectando-o para o terceiro melhor lugar no panorama distrital. Consequentemente, o número de alunos das escolas régias masculinas restringia-se a 164, e das femininas resumia-se a quatro elementos. As escolas particulares ministravam ensino a 219 crianças do sexo masculino e a 84 do sexo feminino⁷².

Entre 1873 e 1878 a Direcção Geral de Instrução Pública vai nomeando professores para regerem a cadeira do 1.º grau do ensino primário nas escolas de algumas freguesias do concelho de Vila do Conde⁷³. A partir de 1879, os presidentes da edilidade⁷⁴ procedem,

⁶⁹ AMVC – *Correspondência recebida*, livro 418.

⁷⁰ ALVES, 1994: 218.

⁷¹ *Lei de 2 de Maio de 1878, completada com a Lei de 11 de Junho de 1880 e Regulamento de 28 de Julho de 1881*.

⁷² Relatório do governador civil do Porto, Barão do Valado, 1856, in ALVES, 1994: 217.

⁷³ Eis a transcrição do primeiro registo da nomeação de um professor para o concelho: “Direcção Geral de Instrução Pública, sua excelência o ministro e secretário de estado dos negócios do reino, por despacho de 28 de Maio de 1873 nomeou professor da cadeira do 1.º grau de instrução primária da freguesia de Azurara, António Joaquim Tavares, padre da freguesia de Argivai, Póvoa de Varzim, em vista das provas dadas em concurso público e das informações havidas sobre o seu procedimento moral, civil e religioso. Este provimento é vitalício e por ele o nomeado deve pagar na recebedoria do concelho a que pertence a escola 5400 réis de imposto denominado emolumentos das secretarias de Estado sem o que não pode tomar posse da

com alguma regularidade, à nomeação dos professores do ensino elementar de uma parte das freguesias do concelho, como se pode observar o quadro seguinte.

Quadro n.º 2.3 – Nomeação de professores para o concelho de Vila do Conde (1873-1891)

Freguesias	Data	Nome	Nomeação	
			T	D
Árvore	19/12/1888	Francisco Gonçalves Laranjeira	x	
Azurara	28/05/1873	Padre, António Joaquim Tavares		x
	12/09/1888	Agostinho César Moreira		x
Bagunte	1/05/1889	José Barreira da Costa	x	
	20/11/1889	Vitorino da Costa Araújo	x	
Fajozes	7/04/1890	José Jesus Ferreira e Sousa	x	
Fornelo	26/11/1880	Efigência Amélia Correia de Oliveira		x
Gião	19/12/1875	António Pinto Pereira Maia	x	
	19/12/1888	Manuel Fernandes Gomes	x	
Junqueira	8/02/1876	Marcelino Francisco Nunes		x
	24/10/1888	José de Jesus Ferreira e Sousa	x	
	4/12/1889	Manuel Vicente da Cruz Fontes	x	
Labruge	15/12/1886	Francisco Pinto Soares de Miranda	x	
Macieira	19/12/1888	Joaquim da Costa Pereira Serra	x	
Malta	5/11/1873	Padre, José João Ramos	x	
Modivas	26/10/1888	Apolinário Domingos Dias	x	
Touguinha	22/10/1888	Caetano de Sousa Ferreira	x	
Touguinhó	26/06/1890	Alfredo Cândido de Oliveira	x	
Vairão	29/12/1890	Manuel Gomes da Silva Ribeiro	x	
Vila do Conde	13/08/1884	Alexandre Dores Casimiro	x	
	24/10/1888	D. Maria dos Santos Moreira		x
	26/10/1888	José Barreira da Costa	x	
	4/08/1889	D. Laurinda da Conceição Lobo do Vale	x	
Vilar do Pinheiro	23/01/1891	Joaquim Gonçalves dos Santos	x	

Fonte: AMVC – *Registo de privilégios e nomeações*, livros 149 e 150.

Legenda: T – temporária; D – definitiva.

Sublinhe-se que em conformidade com os dados do quadro, apenas 16 das 30 freguesias que formavam o concelho dispunham de professor nomeado. A nomeação dos docentes era precedida de concurso e, dependia das qualidades morais e intelectuais que exornavam os candidatos. A nomeação podia ser interina ou definitiva. No caso de ser

cadeira, (Instruções de 23 de Outubro de 1869). Para constar se passou o presente que vai selado com o selo deste ministério, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em 2 de Junho de 1873”(AMVC – *Registo de Privilégios e Nomeações*, livro 149, fl. 63).

⁷⁴ Usando da autorização que lhe conferia os artigos 30.º e 32.º, da Lei de 2 de Maio de 1878, o presidente da câmara municipal foi nomeando os docentes do ensino básico, cujo registo obedecia em termos genéricos aos seguintes trâmites: “em sessão de 12 de Setembro de 1888 nomeou professor de instrução primária elementar do sexo masculino da escola de Azurara, Agostinho César Moreira, natural da cidade do Porto, por alvará de serventia vitalícia, por ter terminado o provimento temporário, ficando com direito ao ordenado anual de 100 mil réis e às gratificações que por esta nomeação lhe pertencerem” (AMVC – *Registo de Privilégios e Nomeações*, livro 149, fl. 21v).

temporária era, quase sempre, por três anos, e findo esse prazo podia ser renovada por igual período, ou convertida em vitalícia. Atente-se, também, na desproporção numérica dos docentes do sexo masculino relativamente aos do sexo oposto. Eles eram em número de vinte e, entre eles, contavam-se dois padres. Os elementos do clero participaram no ensino ministrado nas escolas públicas e privadas, recorrendo por vezes ao ensino como meio de aumentar os seus parcos réditos paroquiais. Os professores davam aulas aos rapazes, as professoras ensinavam as raparigas⁷⁵. As docentes eram apenas três, uma colocada na freguesia de Fornelo e as outras duas na sede do concelho. Esta desproporção evidencia a disparidade, então existente, no acesso ao ensino entre rapazes e raparigas. No sentido de incentivar a assiduidade das alunas às aulas foram intimadas todas as mestras da vila de ensino de rendas, para que nas horas de aula oficial não admitissem menina alguma naquele aprendizado, para que assim as escolas passassem a ser mais frequentadas, podendo fazê-lo apenas às quintas-feiras e fora do horário lectivo⁷⁶.

Num “Mapa das escolas ou colégios de ensino primário e secundário, sustentadas pelo Governo, Câmara Municipal e particulares durante o ano lectivo de 1877-78” aparece a freguesia de Mosteiró com uma escola primária da responsabilidade do padre José Francisco da Costa que era frequentada por 46 rapazes e nove alunas, sendo classificada, no mesmo ano, pelo administrador do concelho como “escola pública com boa organização e sofrível adiantamento dos alunos”⁷⁷.

Para além do poder central e das autarquias, muitos foram os particulares (sobretudo *brasileiros de torna viagem*) que financiaram a construção de escolas espalhadas pelos mais diversos recantos do País. O mais importante desses mecenas foi, como é sabido, o conde Ferreira. Por testamento, feito no Porto em 15 de Março de 1866, mandou que fossem construídas 120 escolas segundo um mesmo plano, sendo a escola Conde de Ferreira de Vila do Conde inaugurada a 24 de Março de 1866, de acordo com a inscrição gravada na pedra da sua frontaria. Desde há uns anos na antiga escola estão instalados os serviços da junta de freguesia. Também alguns filantropos vilacondenses, a exemplo de muitos

⁷⁵ Eis a título exemplificativo o registo da nomeação de uma professora, pelo poder local: “por despacho de 26 de Novembro de 1880 nomeou professora régia vitalícia de instrução primária do 1.º grau (sexo feminino), na freguesia de Fornelo, Efigência Amélia Coreia de Oliveira, por transferência da escola de Provezende, Vila Real (AMVC – *Registo de privilégios e nomeações*, livro 149, fl. 118v).

⁷⁶ *O Democrático*, n.º 26, 15 de Novembro de 1913.

⁷⁷ AMVC – *Correspondência expedida*, livro 2938.

emigrantes de retorno, decidiram legar uma parte da sua fortuna em prol do desenvolvimento do ensino básico concelhio. João Flores legou dez contos de réis para a fundação de dez escolas no concelho. Em 1888 já estavam edificadas por conta da referida dádiva as escolas de Árvore, Junqueira, Labruge, Macieira, Malta Modivas, Mosteiró e Rio Mau. Para o efeito, a Câmara entregou um conto de réis a cada uma das respectivas juntas. Exemplo semelhante seguiu José Carneiro, natural da freguesia de Fornelo, que legou 50 acções do Banco do Maranhão, no Brasil, para com o seu produto se construir uma casa na sua terra natal, com capacidade para escola primária dos dois sexos, no caso de à hora do seu falecimento, ele próprio ainda não a ter construído, devendo o restante do legado ser aplicado em títulos de dívida pública, de modo a financiar o aprovisionamento da escola e o recrutamento de professores⁷⁸.

Entretanto, as freguesias do concelho ainda desprovidas de infra-estruturas educacionais tomavam iniciativas para solucionar a carência, como foi o caso da junta de Guilhabreu que solicitou à Câmara Municipal, em 1 de Agosto de 1895, para interceder junto do Ministério da Educação para a criação de uma escola na freguesia, dado o elevado número de crianças em idade escolar aí existente. No ano de 1905, surge novo ofício dirigido à mesma entidade a solicitar verba para aquisição de um terreno destinado à construção de uma escola para ambos os sexos⁷⁹.

Mas não bastava haver escola para as crianças irem às aulas e aprenderem. As carências económicas com que lutavam muitas famílias condenavam algumas escolas ao fracasso, sem o mobiliário adequado e, acima de tudo, com alunos mal alimentados, andrajosos e sem livros. Para atenuar esses tão graves males, o vilacondense Joaquim da Costa Torres, professor da escola Conde Ferreira, propunha, em 1 de Dezembro de 1904, a criação das chamadas caixas económicas escolares no concelho:

“As Caixas Escolares fazem hoje parte do ensino; são um elemento indispensável da escola; por isso em quase todos os países da Europa e da América, principalmente na Inglaterra, na Alemanha e nos E. Unidos, esta instituição dia a dia floresce, acentuando-se os seus grandes serviços; são no dizer de Franz Deak, o melhor instrumento para conduzir um povo no verdadeiro caminho da civilização.

A um modesto professor do Alentejo que acabava de fundar uma Caixa dissera o conselheiro Bernardino Machado, o apóstolo apaixonado e fervoroso da instrução em Portugal: “uma

⁷⁸ AMVC – *Registo de testamentos*, livro 3206, fl.12.

⁷⁹ AMVC – *Correspondência recebida*, livro 424.

instituição como a sua, por toda a parte, e ainda podemos contar com o futuro”. Por isso, ao pedir agora a atenção para a leitura dos estatutos da Caixa Escolar Conde de Ferreira, sou levado a crer que não deixará V.^a Ex.^a de prestar todo o auxílio possível visto que não desconhece as vantagens que advém à instrução a criação e o fomento destas utilíssimas instituições”⁸⁰.

No meio das polémicas e indecisões sobre a vulgarização do ensino, nos finais do século XIX, infelizmente, ainda 78,6% da população continuava analfabeta e, o facto de muitos *brasileiros* se evidenciarem como mecenas da instrução em Portugal, prova como eles interiorizaram os benefícios da instrução e a consideravam como remédio, se não único, pelo menos o mais seguro e eficaz para progredir na vida.

Em Portugal, o direito de Associação foi regulado por vários diplomas legislativos. A Constituição Republicana de 1911 decretou livre o direito de associação, mas a Constituição de 1933 veio coarctar essa mesma prerrogativa.

No final do século XIX e início do seguinte, criaram-se em Vila do Conde várias associações: a Associação Humanitária de Vila do Conde que prestou relevantes serviços aos náufragos que arribavam à costa vilacondense, com a ajuda de medicamentos, comida e vestuário; a Associação de Socorros Mútuos em Modivas, fundada em 1902, que tinha por objectivo apoiar as famílias no momento de luto. Com o advento da primeira República, surgiram muitas outras associações, como o Sindicato da Construção Civil, a União dos Sindicatos Operários A Patriótica, a Associação de Classe dos Alfaiates e Costureiras, o Sindicato da Indústria da Construção Naval, o Sindicato da Indústria Têxtil e o Sindicato das Operárias Conserveiras.

Na cidade, surgiram as duas associações mais antigas que ainda hoje mantêm grande dinamismo: o Círculo Católico de Operários, em Julho de 1905, pela iniciativa do Dr. Alberto Pinheiro Torres, apoiado por uma elite monárquica, como é o caso dos abades de várias freguesias do concelho, entre os quais, destacamos o nome do arqueólogo Sousa Maia, e o Clube Fluvial Vilacondense, fundado por gente ligada ao mar, enérgicos e destemidos comandantes da marinha mercante. Ambas viram os seus estatutos aprovados em Maio de 1906. Neste ano, foi fundado o Sindicato dos Agricultores. A Associação

⁸⁰ AMVC – Documento avulso.

Humanitária dos Bombeiros Voluntários fundada em 1912, teve logo a gerir os seus destinos dois notáveis vilacondenses, o Dr. Manuel da Cunha Reis e o Dr. António Maria Pereira Júnior.

Em linhas gerais, no decurso do período em estudo, graças ao empenho das autoridades concelhias e à magnanimidade de alguns *brasileiros de torna viagem*, o concelho foi sendo dotado de infra-estruturas de saúde e de carácter educativo. O movimento associativo também foi despontando com a fundação de algumas agremiações que ainda na actualidade desempenham um papel importante. No final da centúria de Oitocentos, a imprensa local afirma-se no concelho como espaço de formação e de informação, tornando-se o veículo por excelência da luta pelo progresso local.

2.4. Perspectivas e factores locais do fenómeno emigratório.

Pelo que nas páginas anteriores ficou explanado, é lícito afirmar que o concelho de Vila do Conde passou por variegadas e importantes transformações que alargaram os seus horizontes territoriais e imprimiram maior dinamismo às suas estruturas económicas, políticas, sociais e culturais. Apresentadas que estão as principais mudanças operadas a nível concelhio no decurso de século XIX e começo do seguinte, pretende-se agora analisar as fragilidades, os problemas e as privações com que se debatia no seu quotidiano a população vilacondense.

Como já foi referido atrás, à medida que o espaço geográfico-administrativo do concelho se foi ampliando e devido às características naturais do mesmo, processou-se uma simbiose entre as actividades ligadas ao mar e as de exploração da terra. Em algumas freguesias do litoral como Labruge, Vila Chã e Mindelo, os lavradores tinham pequenos barcos para irem buscar pilado ao mar com que fertilizavam os seus campos e, alguns pescadores, transformavam-se temporariamente em jornaleiros, trocando a rede de pesca pela enxada no amanho da terra.

A agricultura, apesar de ter evoluído, essencialmente na fase finissecular e início do século XX, continuava em grande medida a enfermar de ronceirismo e, consequentemente, de baixa produtividade. No ano de 1908 era grande a escassez de milho, tendo-se recorrido à importação para abastecer o concelho com o tão necessário cereal. Para evitar a especulação prevenia-se que o milho estrangeiro não podia vender-se a preço superior a 680 réis cada medida de 20 litros⁸¹.

Em 1912, o correspondente da freguesia de Mindelo do jornal *O Ave* informava que tinha sido suspensa a importação de milho, apesar da escassez da colheita e que o preço regulava os 670 réis cada 17 litros e os vendedores de farinha cobravam 700 réis cada 12 quilogramas. Desabafava, ainda, que o povo não ganhava o necessário para a sua alimentação com o pão a esse preço e que a suspensão da importação do cereal só ajudava os especuladores a venderem o cereal a preço exorbitante, acima do permitido por lei⁸².

⁸¹ *O Ave*, n.º 99, 8 de Agosto de 1908.

⁸² *O Ave*, n.º 314, 24 de Novembro de 1912.

Também o correspondente da freguesia de Modivas, a propósito da partida de José Francisco da Silva para o Brasil com toda a sua família⁸³, que exercia a função de secretário e vogal da comissão paroquial da freguesia, opinava que a corrente assustadora de emigração que se notava em todo o país era consequência das difíceis condições de vida, por falta de trabalho e exiguidade de salários e que na freguesia já se notava falta de braços em todos os ramos de actividade. Lastimava, por último, que os milhares de braços válidos que emigravam não fossem empregados no amanho dos ainda tão vastos territórios incultos nacionais, pois que a terra jamais era ingrata para quem a tratava com a devida solicitude⁸⁴.

Durante muito tempo os agricultores concelhios puderam contar com a produção de gado como rendimento complementar à produção de cereais, mas também a pecuária, outrora florescente no concelho atravessava dias difíceis em consonância com a correspondência travada entre as autoridades locais e distritais. Na sequência do ofício emitido pela Câmara da cidade do Porto, em Janeiro de 1908, o administrador do concelho, João Pereira Galvão, remeteu no mês seguinte um documento endereçado à mesma entidade, no qual em resposta a uma das questões colocadas declarava que calculava que havia no concelho 1 500 reses adultas disponíveis para açougues e, esclarecia que “este concelho foi talvez o principal na indústria da engorda de gados nos tempos bons em que a exportação para Inglaterra trouxe à nossa lavoura rios de ouro”. Seguidamente, explicava que a falta daquele mercado consumidor fez com que o lavrador substituisse com prejuízo do seu rendimento a cultura das forragens pela dos cereais de Inverno ou pela criação de vacas leiteiras⁸⁵.

Na mesma linha de pensamento, Jorge Alves chama a atenção de que no Norte Litoral a quebra da exportação de gado que se verificou nos anos 1880 fez diminuir ainda mais a rentabilidade agrícola, já que a criação de gado para embarque, quase toda para Inglaterra, tornara-se, na segunda metade do século XIX, uma das actividades mais rentáveis dos agricultores do Norte de Portugal, em especial os do Douro Litoral, podendo dizer-se que se experimentou mesmo uma reconversão agrícola no sentido da sua produção⁸⁶. O mesmo historiador informa, igualmente, que na década de 70, tornam-se já muito evidentes os processos de endividamento dos pequenos camponeses, ficando a gente

⁸³ José Francisco da Silva prestou termo em 9 de Outubro de 1912. Embora a notícia refira que partiu com a família o seu registo é individual (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3141, fl. 216).

⁸⁴ *O Ave*, n.º 314, 24 de Novembro de 1912.

⁸⁵ AMVC – *Copiador de correspondência expedida*, livro 2869, 2 de Fevereiro de 1908.

⁸⁶ ALVES, 1994: 202.

do campo dependente de especuladores locais que cobravam juros altíssimos e que conduzia com frequência à perda de pequenas propriedades e a processos acelerados de proletarização dos pequenos camponeses. Salienta, ainda, que a dívida constitui um motivo frequente para a emigração, em jogada de antecipação, como o objectivo de desonerar a propriedade e retomar posteriormente a actividade⁸⁷.

Como a revolta latente nos campos contra as míseras condições de vida se começava a manifestar através de variegados meios, uma circular determinava que tendo o Governo conhecimento de que vários sindicatos agrícolas tinham feito circular manifestos, pasquins e jornais a incitar ao não pagamento da contribuição predial, procurando insurgir com falsas informações o povo e pequenos proprietários, deviam os administradores do Concelho no fiel cumprimento das instruções superiores, mandar apreender essas publicações nos termos do art.º 1.º da lei de 9 de Julho de 1912, remetendo-as ao governo civil do distrito para serem entregues ao poder judicial os seus autores⁸⁸.

Alguns anos depois, é o próprio administrador do concelho, Dr. João Canavarro, a defender que os Sindicatos Agrícolas para além de protegerem os interesses dos lavradores deviam ter também a obrigação de velar pelos trabalhadores rurais, aforando para eles os baldios municipais e interessando-os nas colheitas⁸⁹.

A indústria, sobretudo a têxtil, foi paulatinamente despertando no vale do Ave, mas os salários que pagava eram muito exíguos, obrigando os operários a procurarem no amanho das hortas e pequenas courelas o complemento do magro salário auferido na fábrica. Na perspectiva do mesmo Administrador, a sorte dos operários só melhoraria se, à semelhança do que se fazia no estrangeiro, os empresários fundassem cooperativas e construíssem bairros para os operários.

A indústria com larga tradição em Vila do Conde e a mais florescente, que empregava grande número de operários e melhores salários pagava, contribuindo muito para atenuar as dificuldades de que o povo se queixava, era a da construção naval, mas o progressivo assoreamento do rio estava a asfixiá-la. As condições da barra do Ave só permitiam a navegação de barcos de pequeno calado, obrigando os armadores a renunciarem às encomendas de embarcações de grande tonelagem. Desse modo se

⁸⁷ ALVES, 1994: 202.

⁸⁸ *O Ave*, n.º 332, 30 de Março de 1913.

⁸⁹ AMVC – *Registo de correspondência expedida para o governo civil*, livro 2958, fl. 34v-37v., 12 de Abril de 1920.

preparava, a breve trecho, a ruína dessa indústria, porque os barcos que se dedicavam à cabotagem eram em número reduzido e a frota que havia já era suficiente para as necessidades do país. Com excelentes condições para possuir estaleiros de primeira grandeza, rodeada de florestas de pinheiros ainda vastos, Vila do Conde via com grande prejuízo para a sua comunidade, a sua principal indústria a declinar, mercê da inactividade do ministério responsável pela navegação e portos⁹⁰. Aliás, o problema do assoreamento do rio Ave era antigo, já há muito tempo que se arrastava sem solução à vista, pois como argumentava um articulista em 1910, para desgraça do povo em todo o país e colónias não havia mais do que duas dragas, uma que devia andar por Lourenço Marques e a outra estaria a caminho da cidade do Porto para dragar a barra do rio Douro⁹¹.

Um número significativo de emigrantes era oriundo do núcleo piscatório das Caxinas e Poça da Barca, dois locais a norte da cidade onde a actividade marítima era sustentáculo da maioria das famílias. O núcleo piscatório das Caxinas é de formação relativamente recente, os primeiros aforamentos remontam à década de 40 do século XIX, e a povoação foi crescendo desordenadamente, com a construção de barracas nas dunas, esgotos a céu aberto, os animais a coabitarem com as pessoas e depósitos de pilado em enormes quantidades durante dias seguidos na praia. A ignorância das pessoas e o desprezo pelas mais elementares condições de higiene fizeram com que grassasse nas Caxinas no ano de 1897 um surto epidémico de tipo exantemático, que levou à criação no lugar das Portas Fronhas do denominado “Hospital das Goelas de Pau”. Vários ofícios trocados entre o Facultativo do Partido da Câmara, António Francisco da Silva e outros médicos com o administrador do concelho, dão conta das necessárias medidas profilácticas implementadas para combater os sucessivos surtos epidémicos que provocaram significativa mortandade.

A classe piscatória foi, desde sempre, alvo de grande expatriação, dado o estado de miséria latente, e o seu êxodo agudizar-se-á na segunda parte de Oitocentos com o aparecimento de barcos a vapor e a organização de novos processos empresariais. Os barcos a vapor começam a praticar a pesca de arrasto, o que trouxe conflitos com os pescadores tradicionais, os quais protestavam contra a destruição das redes usuais e contra a razia na procriação piscícola, além da baixa de qualidade do pescado. Consequentemente,

⁹⁰ Face à situação de incúria, o administrador interrogava-se sobre como havia de diminuir as terríveis consequências do desastre, quando ele se tivesse consumado.

⁹¹ *Ilustração Vilacondense*, n.º 5, Maio de 1910, p. 4-5.

os pescadores artesanais viram os seus parques réditos diminuir e a miséria aumentar, como nos dá conta, com grande realismo uma notícia inserta num jornal local:

“No ano de 1906, a gente das Caxinas e Poça da Barca, para além de não ter possibilidade de atalhar a mais uma epidemia de varíola e tifo, visto que lhe suspendem o receituário caro e lhe fecham as portas do hospital, debate-se com a terrível moléstia da fome e, de tal modo ela é implacável, que é muito maior o número de vitimados pela miséria do que o número de óbitos ocasionados pelas bexigas e tifo.

Enquanto os dramáticos factos sucedem, a receita da beneficência pública do concelho é enviada para a autoridade distrital, 120 a 140 mil réis anuais, quantia quase suficiente para mitigar a fome e para salvar muitos desgraçados”⁹².

Ao terminar o artigo, o redactor fazia um apelo ao administrador do concelho, Dr. João Pereira Galvão, para que interpusesse junto do Governador Civil a fim de que o dinheiro reservado nos orçamentos das confrarias para o fundo de beneficência pública fosse aplicado, pelo menos em parte, na protecção aos pobres do concelho, porque muitos não tinham durante o ano nem uma côdea de pão para repartir pelos seus e nem uma manta para afugentar o frio⁹³.

Em 1910, foi recomendada pelos médicos a vacinação e a revacinação das crianças, com carácter obrigatório na colónia piscatória, devido à negligência e relutância dos pais em aceitar esse meio preventivo da doença⁹⁴.

No ano de 1906, estavam inscritos na Delegação Marítima de Vila do Conde 202 barcos e 106 mestres de pesca, o que correspondia a mais de mil pescadores em plena actividade, tendo em consideração a tripulação afecta a cada embarcação. E, em 1909, o número de embarcações das Caxinas já ascendia a 350, de várias tonelagens, dedicando-se a maioria à pesca da sardinha e à captura do pilado. No ano de 1906, a 10 de Julho, foi criado nas Caxinas o Posto do Instituto dos Socorros a Náufragos.

Na seguimento do ofício expedido pelo Departamento Marítimo do Norte e pela Liga Naval Portuguesa, a delegação Marítima de Vila do Conde informa da dificuldade em participar no cortejo programado por aquelas duas entidades, devido a vários factores e,

⁹² *O Ave*, n.º 13, 7 de Dezembro de 1906.

⁹³ *O Ave*, n.º 13, 7 de Dezembro de 1906.

⁹⁴ Em 1923 voltou a surgir a peste no núcleo piscatório, mas foi debelada em alguns meses e, parece que desta vez, definitivamente erradicada.

entre eles “acresce também a falta de marítimos, uns por retirarem para o Brasil e outros por no corrente mês até princípio do que vem, irem para Leixões matricular-se nas companhias para a pesca da sardinha”⁹⁵. Em 1909, ainda a povoação das Caxinas não tinha escola primária, havendo apenas uma na Poça da Barca, com uma frequência de 10 a 15 alunos.

Do exposto, ficam bem claras as dificuldades económicas e as deficientes condições de vida reinantes no concelho de Vila do Conde, sobretudo nos núcleos piscatórios, onde à pobreza se aliava muitas vezes a doença e os desastres no mar. Para termos uma ideia concreta do rol das tragédias que enlutaram os vilacondenses, basta referir que entre 1865 e 1913 foram contabilizados 29 acidentes marítimos que provocaram 75 vítimas mortais⁹⁶. A cor negra da miséria e da tragédia povoava o quotidiano desta gente, daí a emigração, na legítima ânsia por uma vida melhor.

Em 1912, o administrador do concelho, Baltazar do Couto, ele próprio um *brasileiro* naturalizado⁹⁷, em resposta às questões enviadas pelo jornal *O Século*, mostra estar bem ciente das causas subjacentes ao carácter maioritário do destino brasileiro, destaca a miséria do povo como móbil fundamental e, concomitantemente, realça o papel fulcral das remessas enviadas pelos emigrantes no combate a essa mesma pobreza, permitindo que os familiares que permaneciam na pátria tivessem uma vida com o mínimo de conforto e dignidade. Por outro lado, sublinha a importância das redes de solidariedade social, de parentes, amigos e conterrâneos no acto de emigrar, na escolha do país de destino e na integração com sucesso na sociedade de acolhimento. Evidencia, igualmente, um conhecimento real das consequências para o país resultantes da enorme vaga emigratória para o Brasil que atingiu um dos seus apogeus nos inícios da segunda década do século XX. Na linha de Paiva Couceiro e Azevedo Coutinho, entre outros, o administrador concelhio demonstrou ser partidário do desvio da corrente emigratória brasileira para as colónias africanas, sobrevalorizando o papel das agências na angariação dos ditos emigrantes para que o êxito da corrente africana fosse alcançado. Eis o ofício expedido:

⁹⁵ VILA COVA, 1989: 59.

⁹⁶ PILOTO; SANTOS, 2007b: 91-92.

⁹⁷ Em 1910 solicitou a recuperação da nacionalidade portuguesa.

“Julgo que a emigração do nosso país desde que deixe de tomar as proporções exageradas que nos últimos dois anos tem atingido, não é um mal, antes é um bem, porque se não fora essa emigração não entraria no país a elevada soma de vinte a vinte e cinco mil contos de réis trazida pelos que vêm visitar os seus parentes e pelas pensões que às famílias dos emigrantes são destinadas, soma essa que o trabalho desses emigrantes não produzia de certo se aqui ficassem a trabalhar. No país a vida tem-se tornado caríssima podendo-se calcular em 35% mais em 15 anos, e os salários não se tendo, como não se tem, elevado nessa mesma proporção resultaria que se não fosse o recurso à emigração, esses milhares de homens e o número consideravelmente maior de pessoas que estão a seus cargos arrastariam uma vida de miséria. Dificultar um pouco a emigração para que ela volte às proporções normais eis o que se me afigura necessário. A emigração nas proporções actuais prejudica sem dúvida não só a agricultura como todos os outros ramos de trabalho. Neste concelho já se vai notando a falta de braços, não havendo contudo terras que fiquem por cultivar. Não se nota neste concelho famílias na miséria, porque os recursos que regularmente lhes chegam dos seus parentes emigrados para o Brasil a evitam e, não só lhes a evitam a miséria mas ainda lhes proporcionam uma vida de relativa comodidade que de outro modo não gozariam. Neste concelho alguns emigram por espírito de aventura, mas o grande número são levados a emigrar ante o espectro da miséria. A percentagem dos que regressam pode ser assim calculada. Definitivamente 3%. Temporariamente 40 a 50%.

Agora que julgo ter respondido a todas as interrogações da vossa circular permiti-me que vos diga: porque não se procura encaminhar uma parte da emigração para as nossas possessões africanas? É difícil? Será, mas examinemos as causas. Porque é que o português emigra quase exclusivamente para o Brasil? É porque tem naquele país um parente, um amigo, um conterrâneo com quem conte para o colocar e amparar nos primeiros passos da sua nova vida, o que se não dá em África. Crie pois o Governo nas nossas possessões africanas agências de imigração; ponha à frente delas pessoas competentes e bem compenetradas da sua alta missão, habilite-as com os poderes e recursos indispensáveis de modo que o emigrante tenha nessas agências o parente e o amigo, o conterrâneo que ali lhe falta. Equiparem-se os preços das passagens a África ao das viagens para o Brasil, dispense-se o emigrante que para ali se destina do encargo do passaporte – se esse encargo ainda existe ⁹⁸– saliente-se em larga e inteligente propaganda as vantagens da emigração para as colónias, e julgo assim, por estes meios bem fáceis, resolvido o problema da nossa emigração para África⁹⁹.

⁹⁸ Pela lei de 25 de Abril de 1907 foram dispensados do passaporte, entre outros, os nacionais que saíssem para as colónias.

⁹⁹ AMVC – *Copiador de correspondência expedida*, livro 2873, 31 de Outubro de 1912.

Baltazar do Couto, oriundo de uma família de emigrantes e ele próprio um ex-emigrante, como se referiu, aceita, compreensivelmente, a emigração como um fenómeno natural e benfazejo para a pátria, desde que se realize dentro de determinados parâmetros. Partilha, por conseguinte, parcialmente, da política dissuasora da emigração, mas não do tom geral de dramaticidade prevalecente na opinião dos políticos, que recorriam ao poder local e à igreja para exercer um papel de esclarecimento e de alerta junto das massas populares sobre os sacrifícios, perigos e imprevidência que a emigração representava.

Um dos políticos que recorreu ao poder local no sentido de este dissuadir as povoações da continuada sangria foi o vilacondense Bento de Freitas Soares, que na qualidade de governador civil do Porto expediu, por ocasião de uma campanha de contratação para Nova Orleães, em 1872, para todos os administradores de concelho do distrito uma circular, da qual se apresenta o seguinte excerto:

“Contrista ver como os mancebos no vigor da idade até mulheres e crianças seduzidas por estes especuladores, deixam a pátria e tudo abandonam para irem para a América correr vida aventureira, quando não vão contratados como colonos para prestarem serviços (...). Destes aliciadores é que convém acautelar os povos. E neste sentido importantes podem ser os serviços prestados à pátria pelos senhores Administradores de Concelho, já directamente, já por intermédio dos regedores de paróquia. Empregue V. S.^a toda a sua influência moral para dissuadir os habitantes desse concelho de emigrarem e, aconselhe-os a que não prestem ouvidos às enganosas promessas de aliciadores que, movidos do próprio interesse, os persuadem a assinar contratos de serviços, como colonos, indo eles muitas vezes passar maiores privações, sofrer rigorosos castigos, e ser tratados como escravos”¹⁰⁰.

Bento de Freitas, dando provas de grande zelo na cruzada que encetou de combate à emigração, sugeriu o mesmo tipo de actuação a vários bispos do Norte. Parece que apenas recebeu a anuência do Arcebispo de Braga que, solidário com a causa, enviara uma pastoral nitidamente paternalista a exortar os párocos da sua diocese a dar bons conselhos e a persuadirem os seus paroquianos do carácter perigoso e funesto da emigração¹⁰¹.

Para esclarecer os que desejavam emigrar para o Brasil e evitar que fossem iludidos por informações falaciosas e inexactas, acerca dos auxílios e favores que o governo

¹⁰⁰ AMVC – *Correspondência recebida*, livro 2992, 24 de Abril de 1872.

¹⁰¹ ALVES, 1994: 149.

imperial concedia aos emigrantes, o vice-cônsul do Brasil em Vila do Conde, Manuel Gonçalves Rocha, fez publicar na imprensa local o seguinte aviso:

“Aos emigrantes com família e que se destinarem aos trabalhos agrícolas, serão concedidos:

1.º – Transporte gratuito desde o porto de embarque até à localidade a que se destinarem no império; 2.º – Agasalho e alimentação durante oito dias em estabelecimentos especialmente montados para esse fim; 3.º – Chegados ao império poderão tais emigrantes, sem o mínimo embaraço e como mais conveniente lhes parecer, empregar-se como trabalhadores assalariados ou como empreiteiros dos diversos serviços das fazendas; 4.º – Aos que preferirem colocar-se como pequenos proprietários nas colónias fundadas pelo estado ou por particulares se venderá terras por módico preço, sendo o pagamento por prestações anuais, concedendo-se mais, nos núcleos coloniais em que se estabelecerem agasalho provisório até que possam construir suas casas, proporcionando-se-lhes trabalho nas obras que se tornarem precisas para a fundação da colónia, de modo que, com o respectivo salário, obtenham recursos para satisfazerem suas necessidades enquanto não fizerem suas primeiras colheitas.

Aos emigrantes de outras profissões que espontaneamente chegarem ao Brasil concede-se:

1.º – Agasalho e alimentação durante oito dias nas hospedarias mantidas pelo estado; 2.º – Transporte gratuito nas estradas de ferro e linhas de navegação para as localidades a que se destinarem. A liberdade de trabalho é garantida aos emigrantes pelas leis do império”¹⁰².

Já no período pós Grande Guerra, o Dr. João Canavarro, na qualidade de administrador concelhio, informava que existiam no concelho grandes correntes emigratórias e que à tradicional emigração para o Brasil se aliava agora o destino europeu. No concernente às causas do fenómeno corroboram os informes já apresentados, ao alvitrar que o êxodo sistemático do povo se filia nas péssimas condições de vida, conforme se constata na resposta que deu à circular expedida pelo governo civil do Porto em 1 de Abril de 1920¹⁰³ e, da qual se transcrevem algumas partes:

“Existem de facto neste concelho grandes correntes emigratórias, que têm tomado nestes últimos tempos notável e assustador incremento. É minha opinião que o êxodo sistemático do homens do nosso povo, que por vezes, não receando as penalidades em que incorrem previstas

¹⁰² *Jornal de Vila do Conde*, n.º 177, 24 de Março de 1889.

¹⁰³ Embora a data do presente ofício extravase o âmbito cronológico do presente trabalho, achou-se por bem a sua inclusão devido à importância das informações veiculadas, nomeadamente as referentes à continuidade do êxodo, à clandestinidade e às causas que lhe estavam subjacentes.

na Lei, e abandonam clandestinamente a pátria, se deve filiar nas suas péssimas condições de vida, agravadas constantemente por dificuldades sem conta (...).

Devo acentuar que, se ao mal maior, o problema da carestia de vida, que interesses antipatrióticos e inconfessáveis porfiam em dificultar e enredar, se prestasse verdadeira atenção curando de o resolver a todo o custo, a emigração tinha fatalmente de minguar e à terra mãe haviam de se aferrar mais amorosamente os braços valentes e preciosos desses que ao Brasil, o eterno El-Dourado e à França ultimamente, vão levar as suas grande energias, que a pátria solicita como um bem de que tem absoluta necessidade”¹⁰⁴.

O relatório do administrador do concelho é bem elucidativo dos problemas sociais e económicos que a comunidade vilacondense enfrentava e, em simultâneo, as ideias que expressa sobre a causa da emigração, bem como as medidas indicadas para a debelar, podem ser tomadas como paradigma de um certo pensamento reinante na época. Um outro aspecto que vincula é o do assustador incremento do fenómeno migratório e dos que em desespero o fazem clandestinamente. Apesar da política de dissuasão e do tom geral de dramaticidade, já atrás referido, a sociedade portuguesa persiste, em crescendo, na solução emigratória. E quando as medidas burocráticas sufocavam as expectativas individuais e familiares, dava-se o salto, contornava-se a lei¹⁰⁵.

Os que não tinham condições para cumprir os preceitos regulamentares devido a uma multiplicidade de razões, sobretudo os de carácter militar, como o do pagamento da fiança ou da remissão da tropa, requisitos muito dispendiosos e, por isso, só ao alcance dos mais afortunados, se pelo mar português não podiam partir, logo tratavam de descobrir alternativas viáveis. A emigração clandestina, a mais rendosa para os agenciadores, mas também a mais desgraçada para os emigrantes e não menos cara do que a legal, voltou-se para a terra vizinha da Galiza¹⁰⁶. Pelo porto de Vigo saíam os portugueses aos magotes, tal como a imprensa da época fazia eco. Chegava-se ao cúmulo de vapores vindos de Vigo e da Corunha trazerem cem e duzentos portugueses engajados e, ao tocarem o porto de Lisboa, declararem os seus capitães que tais portugueses se destinavam ao Alentejo. Passava-se algo de inaudito e humilhante como se pode ler num periódico:

¹⁰⁴ AMVC – *Correspondência expedida para o governo civil*, livro 2958, 7 de Abril de 1920.

¹⁰⁵ ALVES, 1994: 150.

¹⁰⁶ PEREIRA, 1971: 45.

“A emigração clandestina, que hoje se está fazendo na Galiza, de portugueses refractários, que, para fugirem às armas, procuram aquele meio de se expatriarem, é uma vergonha para nós e uma afronta aos princípios austeros do trabalho e da justiça”¹⁰⁷.

Nos meados de Oitocentos, o fenómeno da clandestinidade era já um problema nacional¹⁰⁸. Os motivos da corrente clandestina eram múltiplos: fuga ao serviço militar, necessidade imposta pelas múltiplas proibições oficiais à emigração, subtileza gerada pela raridade dos passaportes ou pela sua concessão arbitrária¹⁰⁹. Vários eram também os estratagemas utilizados pelos prevaricadores para iludirem a lei, entre os quais se destaca: a falsificação de passaportes; simulação em alto mar de naufrágio e do correspondente auxílio marítimo; saída por Vigo com passaporte de vice-cônsul do Brasil nessa cidade; e embarque de emigrantes registados como tripulantes¹¹⁰.

Pela gravidade de que se revestia, para além de ser debatido com grande acuidade na imprensa, mereceu a atenção das autoridades. No ofício datado de 10 de Outubro de 1857, o governador distrital ordenou ao poder administrativo local para que providenciasse apertada vigilância da costa marítima do concelho, porque constava oficialmente que a barca brasileira “Amphytrite” ancorada no porto de Viana se preparava para conduzir furtivamente colonos para o Rio de Janeiro¹¹¹. No documento remetido a 3 de Maio de 1859, na sequência da ordem recebida do governo civil, o administrador do concelho esclareceu que procedeu às mais minuciosas averiguações para saber se o embarque de 24 colonos sem passaporte na “Barca Monteiro” tinha ocorrido em algum local do litoral vilacondense, mas que ninguém tinha o menor conhecimento do facto¹¹².

Segundo testemunho do governador civil do Porto, emitido em 1872, a emigração clandestina devia representar cerca de 5% da legal¹¹³.

¹⁰⁷ *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*. Lisboa, n.º 38, 15 de Fevereiro de 1880.

¹⁰⁸ ALVES, 1994: 151.

¹⁰⁹ ALMEIDA; BARRETO, 1974: 44.

¹¹⁰ CRUZ, 1987: 24-25.

¹¹¹ AMVC – *Registo de correspondência expedida para o governo civil*, livro 2931 (1856-1858).

¹¹² AMVC – *Registo de correspondência expedida para o governo civil*, livro 2932 (1858-1863).

¹¹³ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 179.

Vila do Conde, terra com uma extensa linha de costa e com muitos dos seus naturais acostumados à faina marítima, gozava de condições que facilitavam a evasão ilegal, pela dificuldade de vigilância sistemática de toda a extensão do seu litoral pelas autoridades competentes e, particularmente, pela experiência da vida no mar que propiciava a partida de emigrantes engajados no serviço de bordo.

Em suma, as fontes consultadas, artigos da imprensa, ofícios e relatórios das autoridades convergem num ponto: a falta de trabalho, os salários exíguos e o alto custo de vida estão no cerne do expatriamento sistemático dos naturais do concelho de Vila do Conde, situando-se este concelho de 1855 a 1890, juntamente com os de Valongo, Gondomar, Paredes, Penafiel e Paços de Ferreira entre os mais expulsivos do distrito do Porto. A taxa de emigração por permilagem de Vila do Conde foi de 7,6 em 1855, 5,1 em 1864, 4,2 em 1878, e 6,5 em 1890, enquanto a taxa emigratória do vizinho concelho da Póvoa de Varzim se confinou no mesmo período entre os 2,9 e os 5,4¹¹⁴. As fragilidades e os problemas distendiam-se a todos os sectores de actividade económica, mantendo-se irresolúveis e alguns até se agravaram no decurso do período em investigação, sendo os trabalhadores rurais e os pescadores as maiores vítimas da crise instalada no país. Mas, sendo a emigração uma fenómeno de relação muito mais que a simples transferência de indivíduos, inevitavelmente, aos factores repulsivos interligaram-se os atractivos, como a influência da rede de parentes e conterrâneos, o falar-se a mesma língua, o auferir melhores salários, enfim... a sedução pelo eterno *El Dorado*.

¹¹⁴ ALVES, 1994: 235.

3. A emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1865-1913)

Há muito que me confrange o espírito de ver como os habitantes deste distrito, seduzidos pela riqueza que alguns dos seus vizinhos adquirem na América, e especialmente no Brasil, ou aliciados por especuladores, que abusam da sua fé e nímia credulidade, deixam a pátria e tudo o que nela de mais caro têm, se desprendem dos laços de família e dos amigos, e vão àquelas regiões em busca de boa fortuna e abastança, sem se lembrarem que, por cada um que à pátria regressa com meios de subsistência, lá ficam dezenas deles, vítimas do clima e da miséria, e dezenas voltam tão pobres como foram e com a saúde deteriorada.

Bento de Freitas Soares, 24 de Abril de 1872¹

A emigração para o Brasil atravessou longitudinalmente a sociedade portuguesa e teve repercussões conjunturais com efeitos estruturais, uma vez que foi um fenómeno contínuo e multissecular de enorme importância, não só pelos numerosos efectivos que abarcou, como pelas repercussões demográficas, económicas, sociais e culturais que produziu em Portugal e no Brasil.

Estando-se ciente da relevância do fenómeno migratório português para o Brasil, pretende-se no presente capítulo, a partir, principalmente, do ficheiro informatizado constituído pelos registos dos *Termos de Responsabilidade e Fiança* prestados na administração de Vila do Conde, analisar em termos quantitativos e qualitativos a corrente migratória que fluiu do concelho de Vila do Conde em direcção ao Brasil entre 1865 e 1913; definir com o rigor possível os perfis dos emigrantes vilacondenses; colocar em evidência os destinos no Brasil que mais atraíram os naturais do concelho; e indagar sobre as pessoas envolvidas na trama migratória, no tocante à abonação e/ou fiança, recomendação e pagamento da viagem transatlântica. O diálogo contínuo entre as fontes, o cruzamento sistemático da documentação administrativa com a produção historiográfica, legislativa e hemerográfica será uma constante ao longo de todo o processo metodológico, com vista à reconstrução de uma realidade histórica que será sempre do domínio do impreciso.

Desde sempre o Estado consagrou e distinguiu implicitamente uma emigração legal e uma emigração clandestina: a primeira enquanto direito, dentro de determinados requisitos e procedimentos, a segunda enquanto desvio à lei. A emigração legal ocorre

¹ AMVC – *Correspondência recebida*, pasta 2992 (1871-72).

mediante a obtenção de um instrumento de legalidade, o passaporte. Por outro lado, todo este processo burocrático resulta na produção documental de diferentes tipologias, nomeadamente o processo de obtenção de passaporte, e os diversos registos de controlo².

Entre as diversas tipologias documentais relacionadas com o quadro legal que as contextualiza e as condiciona em termos de produção e/ou tramitação administrativa para obtenção do passaporte estão os termos de responsabilidade e fiança. Este suporte documental foi seleccionado para constituir a trama empírica do trabalho que se pretende desenvolver, numa perspectiva integrada de investigação, procurando-se fazer convergir o quantitativo com o qualitativo e validá-lo em confronto com a pesquisa efectuada. Trata-se de uma fonte manuscrita, de carácter administrativo e serial, revelando em termos formais e de conteúdo uma certa homogeneidade.

Na administração do concelho, órgão do poder local instituído pelo regime liberal e directamente dependente do governo civil, eram lavrados os termos de abono de identidade e de consentimento para embarque indispensáveis para a obtenção do imprescindível passaporte para a saída legal do país (anexo 1).

Os menores de 25 anos de idade para obterem passaporte tinham de ter consentimento dos pais, ou do tutor ou juiz no caso de serem órfãos ou expostos e, a esposa tinha de obter o consentimento do marido e este da esposa³.

Para além do termo de responsabilidade era também exigido à maior parte dos emigrantes termo de fiança (anexos 3 e 4). Desde os inícios do regime constitucional⁴ colocava-se a questão de a emigração masculina jovem revestir a modalidade mais utilizada de fuga ao serviço militar⁵. Para obstar a esse problema foram promulgados vários diplomas legislativos, entre os quais se cita: a carta de lei de 27 de Julho de 1855 que estabeleceu a fiança para os indivíduos entre os 18 e os 21 anos que pretendessem sair legalmente do reino; a lei de 4 de Junho de 1859 que antecipou para os 14 anos o limite mínimo para a imposição da fiança; a carta de lei de 31 de Janeiro de 1863 que estabeleceu, entre outras disposições, a fiança militar para os jovens entre os 14 e 21 anos em 75\$000 réis e, a lei de 27 de Março de 1877 que decretou que todos os menores de 22 anos ficavam sujeitos à prestação de fiança para poderem sair para o estrangeiro,

² CIRNE, 2007: 337.

³ Lei de 7 de Abril de 1863, título III, Art.º 10.º, pontos 4.º e 5.º (anexo 2).

⁴ A circular de 10 de Outubro de 1836, na sequência de uma portaria de 14 de Janeiro de 1833, vai alertar que, nas justificações para a concessão de passaporte, devia-se declarar se os indivíduos que os solicitavam estavam ou não sujeitos ao recrutamento do exército.

⁵ SOUSA; FERRARIA, 2009: 19.

excepto os que viajassem até aos 14 anos na companhia dos pais. Existia, assim, entre o recrutamento militar e a emigração uma conexão estreita, sendo esta apenas possível se primeiramente fossem satisfeitas as exigências relacionadas com a vida militar.

O Arquivo Municipal de Vila do Conde integra no seu espólio documental um conjunto de 29 livros de termos de responsabilidade e fiança, que se distendem temporalmente de 1865 a 1913. Embora a esmagadora maioria dos termos inclusos nos citados 29 livros diga respeito ao êxodo para o Brasil, e um número restrito ao fluxo para as colónias ultramarinas, trata-se de uma fonte não específica da emigração⁶. Tal circunstância implicou um redobrado esforço e um acrescido dispêndio de tempo, uma vez que tornou imperativo a leitura de um número de termos muito superior ao total de casos que interessavam recolher e tratar.

Com base na fonte seleccionada foi elaborado um ficheiro informativo que incorpora todos os registos prestados na administração concelhia com destino ao Brasil entre 1865 e 1913. Para além da data da efectivação do termo, em relação a cada emigrante é possível obter uma variedade informativa, tal como: nome, domicílio, idade, profissão, estado civil e destino, nome e naturalidade dos pais, o nome do abonador e/ou do fiador assim como das testemunhas, identificação da pessoa a quem o emigrante ia recomendado e, em alguns casos, quem assumia o pagamento da viagem, o grau de parentesco das pessoas envolvidas, bem como, por vezes, outros pormenores de carácter pessoal.

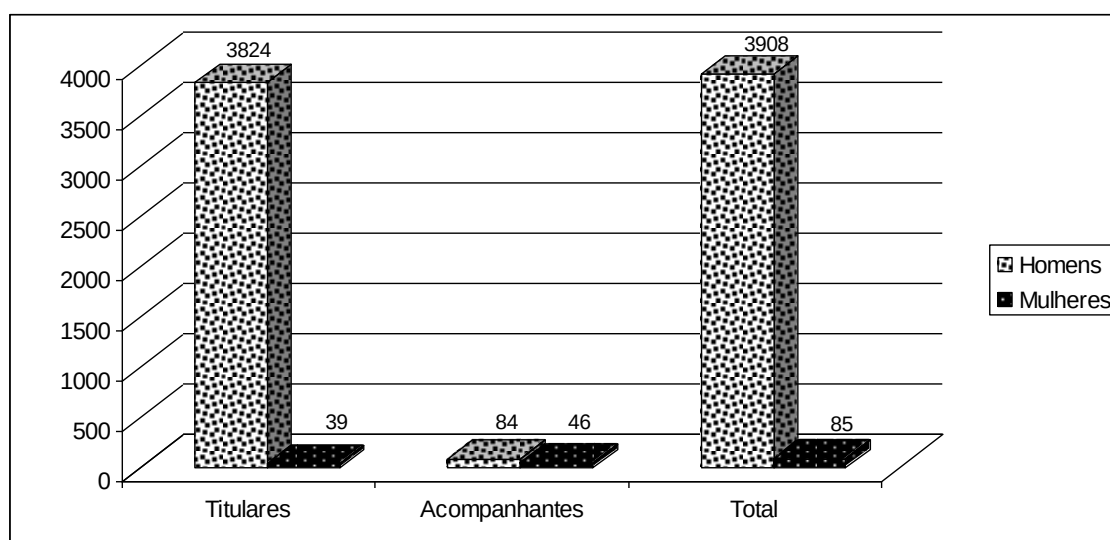
Ao longo do percurso metodológico, em contacto com a documentação arquivística e a problemática teórica das migrações em geral, articulada com a historiografia portuguesa sobre a emigração para o Brasil, colocou-se algumas questões que servirão de guia à elaboração do presente trabalho: como se caracteriza o fluxo migratório do concelho de Vila do Conde para o Brasil, em termos quantitativos e qualitativos? Qual a tendência cíclica, o seu enquadramento conjuntural? Qual o perfil do emigrante e a sua evolução no tempo? Como se articula o fenómeno migratório com as condições políticas, administrativas, económicas e sociais a nível local?

⁶ Os registos do movimento emigratório estão inseridos com outras temáticas bem diversas, como consentimento para lançar fogo de ar e morteiros, para receber ordens sacras, para uso de armas de fogo, para aceitação e recusa testamentária, para assentar praça, para proceder a busca domiciliária e para abono sobre isenção de culpas, entre outras tipologias.

3.1. Fluxo emigratório

Nos 49 anos em análise foram inventariados, em termos globais, 3 863 emigrantes titulares (3 824 homens e 39 mulheres)⁷. O total de indivíduos do sexo masculino ascende a 3 908 homens, sendo que 84 eram acompanhantes. Do sexo feminino, o número global presente no êxodo restringe-se a 85 elementos, 46 dos quais eram acompanhantes. Por esta fonte, a emigração do concelho de Vila do Conde perspectivada no feminino e no masculino e de cariz individual ou colectivo perfaz 3 993 emigrantes.

Gráfico n.º 3.1 – Emigrantes e Acompanhantes



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A.

Pensa-se, contudo, que o contingente vilacondense para o Brasil no período em análise foi superior ao número atrás apontado. Tal suposição baseia-se na circunstância de alguns naturais irem, possivelmente, tirar o passaporte directamente ao governo civil do Porto, sem prestarem qualquer termo na administração concelhia⁸.

O fluxo migratório do concelho de Vila do Conde para o Brasil, à semelhança do que se passava no resto do país, foi um movimento predominantemente masculino,

⁷ Em cada registo, o indivíduo cujo nome consta em primeiro lugar foi considerado o titular, aos restantes atribuímos a categoria de acompanhantes.

⁸ Com base nos registos de passaporte tirados no governo civil do Porto, foi apontado para o período de 1880 a 1890 um total de 1 349 emigrantes com naturalidade vilacondense (FERRARIA; AMORIM, 2007: 215). Através dos termos de responsabilidade e fiança foi apurado, no mesmo período, apenas um total de 657 emigrantes, o que equivale a menos de 50%.

correspondendo a taxa de masculinidade a 97,87% do total de emigrantes. Como observou Joel Serrão, do século XVIII até aos fins do século XIX, a emigração foi predominantemente masculina, e a sua intensidade deixou marcas apreensíveis em todos os numeramentos ou censos entretanto levados a efeito⁹.

Foi também uma emigração individual, no sentido em que o emigrante viajou desacompanhado, quase sempre, de familiares próximos, mas isso não significava que partia desprotegido completamente do relacionamento com amigos, conhecidos e mesmo com parentes mais afastados. É notória na documentação compulsada a existência de apelidos iguais, induzindo algum tipo de parentesco, assim como vários registos seguidos de indivíduos da mesma freguesia, ou de terras circunvizinhas. Pode-se, eventualmente, concluir que se decidiam deslocar-se no mesmo dia da sua terra natal à sede do concelho para aí prestar termo, era porque tencionavam embarcar conjuntamente, para assim poderem contar com entreaajuda no decorrer da aventura transoceânica, isto para já não falar da solidariedade de quem os esperava do outro lado do oceano, no caso de irem recomendados.

Apenas em 21 registos consta a presença de acompanhantes familiares masculinos, referenciando um total de 84 homens: no ano de 1870 dois irmãos gémeos de 15 anos foram para a companhia de outro irmão e, em 1872, outros dois irmãos menores de 14 anos viajaram recomendados a um tio. Mas a emigração parental aconteceu em Vila do Conde, principalmente entre 1879 e 1898, com a partida conjunta de vários elementos da mesma família. Contabilizaram-se treze núcleos familiares formados por pai, mãe e filhos e seis compostos apenas pelo casal. Sucede, pontualmente, haver referência de que se tratava de irmãos ou de outros familiares, mas encontram-se em registos individuais. Outras vezes, existe registos colectivos cujos elementos, aparentemente, não têm qualquer relacionamento familiar.

⁹ SERRÃO, 1974: 119.

A emigração feminina do concelho de Vila do Conde encarada na dupla acepção de titular ou acompanhante foi reduzida, cifrando-se em apenas 85 elementos (39 titulares e 46 acompanhantes), o que equivale a 2,13% do total.

Como refere Rui Cascão, a emigração foi um fenómeno esmagadoramente masculino (até 1890, a proporção de mulheres nunca atingiu os 10%), incidindo mais directamente sobre a população jovem e mais apta¹⁰.

Na qualidade de titular, quinze esposas viajaram para se juntarem no país de acolhimento ao marido e em três casos viajaram na qualidade de recomendadas com o marido; quatro raparigas partiram recomendadas ao pai e uma a ambos os progenitores; duas jovens viajaram para a companhia do tio e as restantes catorze foram sem qualquer recomendação. No grupo das esposas titulares e recomendadas, dez viajaram sozinhas e oito em conjunto com os filhos. De entre as mulheres titulares que não foram recomendadas destacam-se dois tipos: as que viajaram sem acompanhamento familiar, com idade compreendida entre os 20 e 30 anos, todas elas solteiras, em número de oito. A restante meia dúzia ia acompanhada com filhos, cujo número oscilava entre um e quatro, na maior parte das vezes filhas, quase sempre designadas só pelo nome, omitindo a idade. Não obstante o número de mulheres titulares com filhos a atravessar o Atlântico sem recomendação ser diminuto, não deixa de merecer menção pelo facto de indiciar a desprotecção a que ficariam sujeitas no Novo Mundo e a miséria que as impulsionava a partir. Em 13 registos estão presentes elementos femininos a viajarem na condição de acompanhantes, correspondendo a um total de 46 emigrantes. A maioria fê-lo na companhia do marido e dos filhos, num caso viajaram duas irmãs que tinham ficado órfãs de mãe e, noutro, uma jovem partiu juntamente com um irmão.

Tratou-se, por conseguinte, de partidas individuais ou colectivas que se enquadravam, na maior parte dos casos, no processo de reagrupamento familiar. Por precaução, geralmente o marido ia em primeiro lugar e, só quando a vida corria de feição a esposa partia com base na necessária carta de ordem, com visto consular, que devia ser enviada pelo cônjuge.

Entretanto, na fase finissecular do século XIX, a tradicional emigração individual e predominantemente masculina foi engrossada por um crescente expatriamento de tipo familiar¹¹. Partiam famílias completas, com elevada percentagem de mulheres e crianças, na sua maioria analfabetas. Saíam desesperadas pelo fraco

¹⁰ CASCÃOa, 1993: 425.

¹¹ SERRÃO, 1974: 123.

rendimento das suas propriedades miniparceladas, pelo escasso grau de desenvolvimento comercial e industrial do país que lhe tolhia o acesso a outras profissões dentro dele, pelo aumento sem parar do saldo fisiológico, pela indiferença do Estado e das classes mais poderosas¹².

A emigração familiar foi uma das políticas de atracção de mão-de-obra implementada pelo governo brasileiro, pois era uma garantia de estabilidade para o empregador, uma vez que dificultava a mobilidade dos contratados, sujeitando-os a condições de árduo trabalho até ao pagamento integral da verba adiantada pelo engajador para a viagem e despesas afins. Para poderem usufruir do apoio inerente à imigração familiar, (geralmente, constava de pagamento da viagem transatlântica, transporte do porto de desembarque para a cidade e alojamento por alguns dias na hospedaria dos imigrantes), homens e mulheres estranhos entre si eram reunidos para formarem uma e mais famílias, que se dispersavam logo que desembarcavam no porto de destino¹³. Citamos a propósito o registo referente a Justino José de Azevedo, António Luís Martins e Ana da Silva Maia, todos naturais da freguesia de Fornelo. Aparentemente, os três elementos não têm qualquer relação de parentesco entre si. Este registo desce ao pormenor de informar que a mulher estava separada judicialmente do marido, estando por esse facto dispensada do consentimento do cônjuge para emigrar¹⁴.

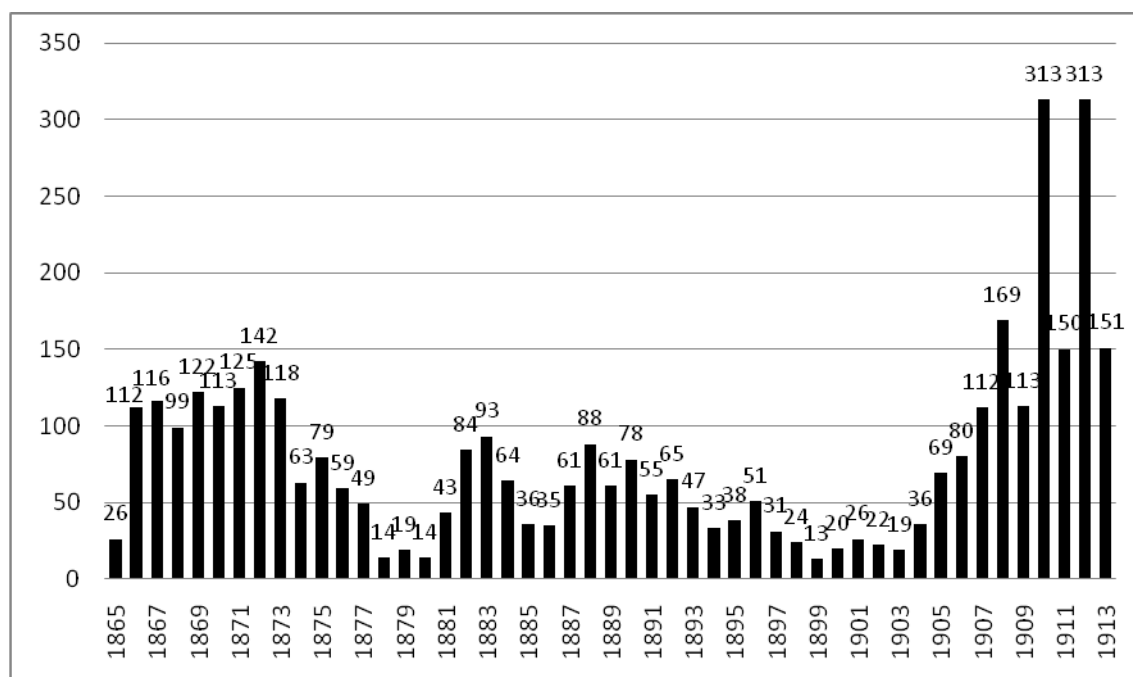
Estabelecidos os pressupostos essenciais, pretende-se, de seguida, a partir dos termos de responsabilidade e fiança, encarados na sua vertente individual, delinear o volume anual e as características intrínsecas dos titulares presentes no fluxo, pondo de lado os dados referentes aos acompanhantes, sobre os quais, por figurarem no mesmo registo dos titulares, não existe, na maior parte das vezes, qualquer informação concreta para além da identificação do nome.

¹² MARQUES, 1975: 128.

¹³ CORTE, 2007: 365.

¹⁴ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3125, fl. 47v.

Gráfico n.º 3.2 – Fluxo anual da emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil.



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A.

Ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX, em quase todos os anos, largas dezenas de vilacondenses rumaram ao tão sonhado El-Dorado brasileiro. A tendência geral do fluxo ao longo dos 49 anos é de crescimento, embora sujeito a grandes oscilações. Na perspectiva de longa duração, é possível discernir três fases: a primeira distende-se desde 1865 a 1880 e caracteriza-se por um volume homogêneo, são dezasseis anos pautados por grande dinamismo embora com algumas flutuações, atingindo o máximo de grandeza no ano de 1872 com 142 registos e, os mínimos, nos anos de 1878 e 1880 com apenas catorze casos. A fase intermédia emerge no ano de 1881 e espraia-se até 1903. Os máximos deste período de 23 anos foram atingidos nos anos de 1882, com 84 casos, 1883 com 93 e 1888 com 88 registos. Desde esta última data, o fluxo foi esmorecendo paulatinamente, embora sujeito a algumas irregularidades, até atingir o mínimo valor no ano de 1899 com treze casos, continuando a tendência em baixa até 1903. No ano imediato, inicia-se a terceira e última fase que se reveste de grande vitalidade. A grande emigração vilacondense para o Brasil operou-se a partir de 1904. Neste terceiro momento verificou-se uma progressão contínua até atingir dois picos proeminentes, um no ano da implantação da República e, o outro, no

ano de 1912, com o número equivalente de 313 emigrantes. Nestes dois anos o quantitativo apurado mais que duplicou relativamente aos anos contíguos. No período inicial nota-se um ritmo compacto da corrente migratória, sucedendo-lhe uma fase intermédia de afrouxamento do fluxo; na década final há um revigoração acentuado, ascendendo o contingente emigratório a cifras nunca alcançadas anteriormente. A primeira fase considerada abarca 1 270 indivíduos, o que corresponde a 32,9 % do total; no período intermédio foram apurados somente 1 087 emigrantes, correspondendo a 28,2 % da globalidade e, na fase final, correspondente apenas a uma década, o fluxo atingiu 1 506 pessoas, o que perfaz 38,9 % da totalidade dos efectivos envolvidos.

É de salientar a persistência de um nível mínimo anual independentemente da conjuntura, a comprovar a importância das correntes emigratórias tradicionais. Na primeira fase, a crise nacional marcada pela elevação de preços, com agitações populares na cidade do Porto¹⁵, interligada com a política brasileira de atracção de mão-de-obra estrangeira imprimiu dinamismo ao êxodo vilacondense. A extinção do tráfico negreiro no Brasil em 1850, e a abolição definitiva da escravatura no ano de 1888 desencadeou a necessidade de captação de mão-de-obra no exterior que viesse substituir o trabalho escravagista, catapultando o fluxo imigratório brasileiro para cifras gigantescas. A prioridade da imigração brasileira era trazer colonos para formar novos núcleos de povoamento de cariz agrícola, mas também para se ocuparem nas relevantes e imprescindíveis obras públicas, como estradas, pontes, caminho-de-ferro, portos, etc.¹⁶.

A desconfiança no regime republicano brasileiro instaurado em 1889, veio refrear por algum tempo o fluxo emigratório. O quantitativo de 32 349 emigrantes lusos alcançado em 1891 decresceu quase para metade no ano imediato, consolidando-se a tendência involutiva até ao final da década de 90¹⁷. A acusação de que os portugueses haviam apoiado a Revolta da Armada contra o poder republicano levou à ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, desde Março de 1893 a Março de 1894¹⁸. Na última fase, sobressai o recrudescimento do fenómeno. Também a nível nacional a década de 1901-1911 constituiu o período de maior emigração antes de 1960, quando emigraram oito em cada cem portugueses, sendo a região do Norte a mais afectada. Nos distritos de Braga, Viana do Castelo e Porto, entre 1910 e 1919, a

¹⁵ ALVES, 1994:171 e 172.

¹⁶ PEREIRA, 2007: 48.

¹⁷ LEITE, 2000:177-178.

¹⁸ ARRUDA, 2009:65.

emigração atingiu 6 % dos seus habitantes e 87 % dos emigrantes iam para o Brasil¹⁹. Em conformidade com os números expressos por A. H. de Oliveira Marques, só em 1912 saíram de Portugal quase noventa mil pessoas, mais do dobro do número de 1908; em 1913 largaram umas oitenta mil e já em 1911 a fuga quase atingira sessenta mil. Em três anos, o país perdera, em proveito sobretudo do Brasil, 226 000 almas²⁰. O acúmen emigratório português atingido no início do século XX pode estar, assim, directamente relacionado com a política imigratória subsidiária implementada em São Paulo, a partir da proclamação da República (15 de Novembro de 1889), por pressão dos grandes cafeicultores. Nos restantes estados da república brasileira, devido à falta de recursos, somente a partir de 1907 houve o retorno a uma política imigratória subsidiada, com a publicação de legislação definidora do perfil do imigrante, regulamentação dos contratos e a concessão de subsídios a empresas de navegação e às companhias angariadoras de mão-de-obra. A entrada massiva era uma garantia de salários baixos e de alta rentabilidade para os fazendeiros²¹.

Com o objectivo de estabelecer a analogia das taxas de emigração do concelho de Vila do Conde com a dos concelhos limítrofes – Bouças, Maia, Póvoa de Varzim e Santo Tirso – elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro n.º 3.1 – Taxas de emigração por concelhos em %

Concelhos/Anos	1855	1864	1878	1890
Bouças	6,3	4,3	6,7	5,5
Maia	6,9	3,0	6,6	5,7
Póvoa de Varzim	3,4	2,9	5,4	4,4
S. Tirso	7,4	3,4	4,9	4,3
Vila do Conde	7,6	5,1	4,2	6,5

Fonte: ALVES, 1994: 235.

Da sua análise, pode-se concluir que, entre 1855 e 1890, Vila do Conde foi o concelho mais expulsivo, à excepção do ano de 1878 que apresenta uma taxa de emigração menor do que a dos restantes concelhos. No entanto, tratou-se de uma queda

¹⁹ RAMOS, 1994: 34.

²⁰ MARQUES, 1975: 78.

²¹ CORTE, 2007: 366.

pontual no ritmo emigratório, porque em 1890 já este concelho assumia novamente a dianteira do grupo, revelando um incremento assinalável referente aos restantes concelhos sem, contudo, atingir o valor numérico alcançado em 1855. A estatística referente ao recenseamento militar dos concelhos do distrito do Porto, no ano de 1875, vem corroborar a mesma situação de forte corrente migratória vilacondense, com o indicador mais elevado de indivíduos no Brasil, que ascende a 33,3%, contra o valor mais próximo de 25,4% do concelho rival da Póvoa de Varzim²².

A documentação arquivística que está a servir de pedra angular ao presente capítulo finda no ano de 1913, mas o êxodo com destino ao Brasil permaneceu activo, tendo mesmo se intensificado na segunda década do século XX a fazer fé no relatório expedido pelo administrador do concelho para o governo civil do Porto, em 12 de Abril de 1920:

“Existem de facto neste concelho grandes correntes emigratórias, que têm tomado nestes últimos tempos notável e assustador incremento, braços valentes e preciosos que ao Brasil o eterno El-Dourado e à França, ultimamente, vão levar as suas grandes energias, que a Pátria solicita como um bem de que tem absoluta necessidade”²³.

²² ALVES, 1994: 144.

²³ AMVC – *Registo de correspondência expedida para o governo civil*, livro 2958 (1916-1920), fl. 34v-37v.

3.2. Perfis do Emigrante

Delimitada quantitativamente a emigração vilacondense para o Brasil, na sua natureza individual e colectiva, clarificada a questão do género, isto é, o peso relativo de cada sexo no fluxo emigratório, pretende-se agora, analisar as características intrínsecas desse fluxo, girando esta fase do trabalho à volta de questões de tipo policial, procurando uma identificação de âmbito colectivo dissolvente das individualidades específicas, com base nas interrogações tipo:

Quem é? Qual o estado civil? Qual a idade? Qual a ocupação profissional? Onde vem? Para onde vai? Quem são as pessoas envolvidas no tocante à abonação/fiança, recomendação e pagamento da viagem para o Brasil? Qual o contexto familiar do emigrante? Questões estas que os termos de responsabilidade e fiança em grande parte respondem, assegurando como documento oficial a veracidade da informação.

A imagem predominante que até ao momento foi possível obter é a do emigrante masculino, visto que a emigração feminina do concelho de Vila do Conde encarada na dupla acepção de titular ou acompanhante foi reduzida, enquadrando-se, em termos gerais, no processo de reagrupamento familiar. Esta realidade vem corroborar os padrões de conduta tradicional, segundo os quais, como diz um anexim popular “a mulher quer-se em casa e o homem na praça”. É verdade que o costume funciona como lei social e, neste caso, os comportamentos modais da emigração conferem-lhe veracidade.

A imagem da mulher portuguesa na emigração Oitocentista para o Brasil ficou retratada de forma negativa na literatura e imprensa coeva, ao denunciarem que muitas para sobreviverem tinham de se dedicar à prostituição no novo país. Descendo, porém, à evidência histórica, é preciso matizar a questão, não generalizando as interpretações mais pessimistas e conferindo lugar à diversidade de situações que uma emigração massiva sempre comporta.

Analizado que está, igualmente, em termos quantitativos, o êxodo anual ao longo do meio século em estudo, caracterizadas as fases de que se revestiu e estabelecida a comparação da corrente migratória local com a dos concelhos limítrofes, a questão prioritária, imediata, prende-se com o conhecimento do estado civil dos expatriados.

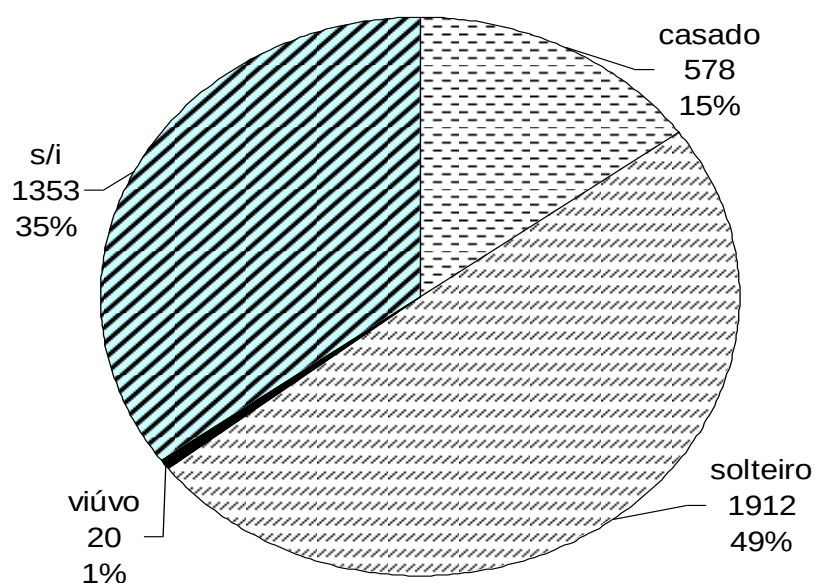
3.2.1. Estado Civil

A emigração assume significado e consequências diferentes consoante a distribuição do fluxo pela categoria do estado civil.

A distribuição gráfica do estado civil dos emigrantes do concelho de Vila do Conde, à semelhança de outros estudos, evidencia claramente a preponderância do emigrante solteiro. Eram sobretudo homens novos que emigravam, e, assim, de 1900 para 1930, os recenseamentos registaram o envelhecimento da população no norte do país²⁴.

O grupo dos solteiros liderou 49% do fluxo migratório global²⁵, seguindo-se em termos quantitativos os indivíduos casados, correspondendo a 15% da globalidade do fluxo e, por último, o grupo dos viúvos com uma percentagem insignificante de apenas 1%. Os casos de omissão do estado civil na fonte seleccionada ascendem a 35% do total, facto que obriga a um certo comedimento nas conclusões.

Gráfico n.º 3.3 – Estado civil dos emigrantes



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A

O emigrante solteiro, geralmente jovem, estava mais predisposto à aventura, às novas oportunidades e desafios. Vários indícios levam a aventar a hipótese de o

²⁴ NAZARETH, 1977: 986.

²⁵ Na ausência de menção ao estado civil, atribuiu-se o estado de solteiro a todos os menores de 16 anos, inclusive.

movimento dos jovens solteiros ser muito superior ao número apurado, em virtude de na fonte compulsada quase sempre que o emigrante era casado não constava nem o nome dos pais, nem a idade, figurava, sim, o nome da esposa como abonadora. Ora, acontece que na maioria dos casos de omissão do estado civil está registado o nome dos pais, logo é lícito concluir que se tratam de emigrantes solteiros. Lamentavelmente, entre 1897 e 1911 os amanuenses esqueceram-se sistematicamente de anotar o estado civil.

A partida dos mancebos solteiros na busca de fortuna em solo brasileiro, ajustava-se às tradições maiatas de indivisibilidade do património familiar. Embora o direito de morgadio tenha sido extinto oficialmente pelo Decreto do Mouzinho da Silveira, de 4 de Abril de 1835, na prática ele continuou a vigorar, resistindo a todas as mutações sofridas pela sociedade do Entre-Douro-e-Minho. Como escreve Eugénio Andrea, “ninguém protesta, ninguém pensa em opor-se a essa injusta partilha. Sobreleva o interesse da casa”²⁶. Aos herdeiros não beneficiados restava o trabalho assalariado ou, se recebessem em dinheiro o suficiente para a *entrada*, um casamento com herdeiro ou herdeira de outra casa de lavoura. Mas, muitas vezes, o caminho imposto era o da emigração.

A emigração em massa de solteiros do sexo masculino provocava na localidade de origem a distorção da relação matrimonial, condenando ao celibato forçado muitas raparigas. Pelo Censo de 1864, concluía-se que era nos distritos de Coimbra, Aveiro, Porto, Viana do Castelo e nos quatro insulares que o elemento masculino era mais escasso²⁷. A nível local, a comparação dos dados estatísticos do recenseamento de 1864 com o de 1878 evidencia, que entre os dois censos a taxa de masculinidade desceu de 43% para 42% do total da população. Pode-se dizer que foi insignificante o agravamento, mas ainda se estava muito longe do período áureo da emigração vilacondense para o Brasil, que só aconteceu, como já se viu, no final da primeira década do século XX.

Na sociedade de acolhimento os solteiros tinham maior facilidade de integração e, consequentemente, as expectativas de singrar na vida eram mais elevadas, porque

²⁶ FREITAS, 1960: 13.

²⁷ SERRÃO, 1974: 122.

estavam mais abertos a novas aprendizagens e oportunidades e, ainda, livres e desimpedidos para contrair casamento com filha de comerciante ou fazendeiro rico. Para o país, em termos económicos, a partida dos jovens solteiros era por um lado nefasta, porque os sectores de produção perdiam braços na pujança da vida, mas em simultâneo podia ser benéfica, porque a escassez de mão-de-obra contribuía para a aceleração da mecanização agrícola, em consonância com o que afirma Miriam H. Pereira, a emigração torna-se, num segundo tempo, um factor de progresso social e até técnico (estimulando a mecanização)²⁸.

No concernente ao envio de “mesadas” estas tornam-se aleatórias, pois como bem salientou Jorge Alves, as obrigações filiais não assumem o carácter impositivo das conjugais e paternais e tendem a decrescer brutalmente com o eventual casamento que o jovem quase sempre acaba por realizar no país de adopção, ou até, vindo a casar à terra²⁹.

Os homens casados, por prudência, partiam quase sempre sozinhos deixando para trás os restantes familiares. Normalmente, só quando a vida corria a jeito, mandavam a “carta de chamada” para o reagrupamento posterior da família. No entanto, verificou-se uma ligeira alteração neste tipo de comportamento nas décadas de 80 e 90, quando à tradicional emigração masculina e individual se juntou a emigração familiar, já analisada anteriormente.

A tendência evolutiva desta variável a nível local mostra que a preponderância dos solteiros no início do período em análise vai cedendo gradualmente lugar aos homens casados. Estes passam a ser maioritários, sobretudo a partir de 1882. No ano de 1912, o movimento migratório é alimentado quase exclusivamente por casados, mas no ano imediato voltam os solteiros a ser predominante

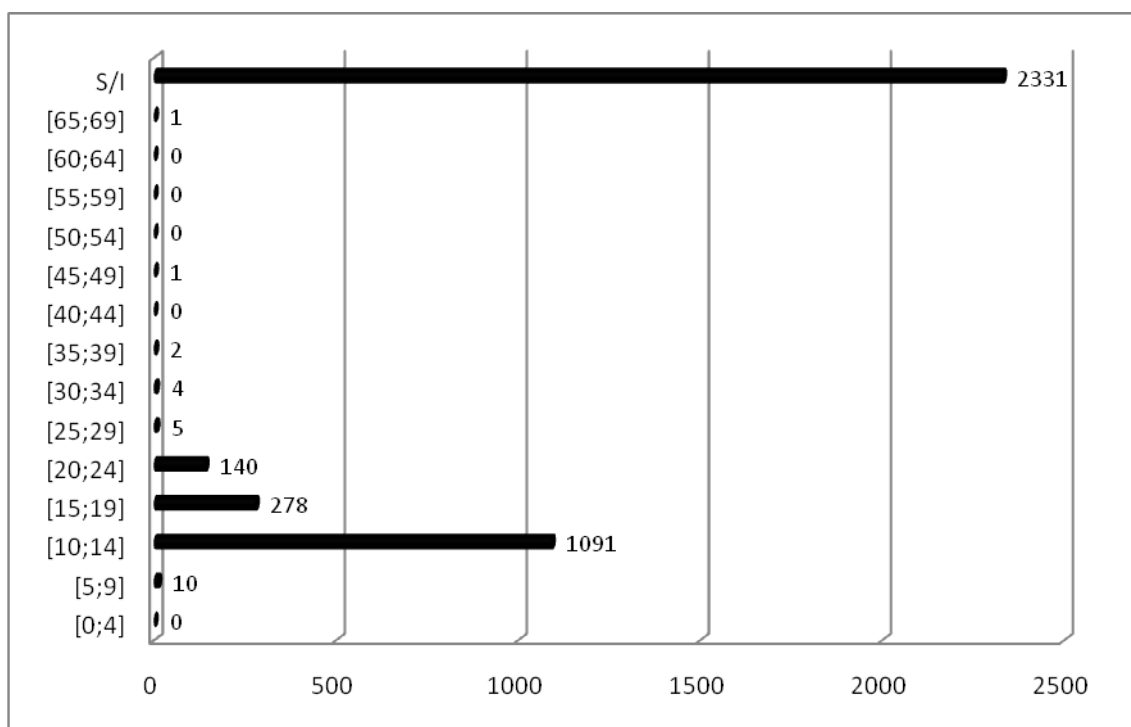
²⁸ PEREIRA, 1971: 85.

²⁹ ALVES, 1994: 185.

3.2.2. Estrutura Etária dos Emigrantes

Há uma idade apropriada para emigrar? O projecto emigratório resulta duma planificação apurada em consonância com os interesses do emigrante e dos seus familiares, ou emerge acidentalmente devido a constrangimentos conjunturais, de natureza económica, social, política e administrativa?

Gráfico n.º 3.4 – Estrutura etária dos emigrantes vilacondenses



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros, 3115-3141A

Da observação do gráfico n.º 3.4, depreende-se que o fenómeno emigratório se amplia a uma variedade de escalões etários, embora a omissão desta variável na fonte compulsada atinja os 60,3% do total, lacuna que limita, inevitavelmente, as asserções sobre esta questão.

Colocam-se, por ordem decrescente de grandeza numérica, três escalões etários contíguos: no primeiro patamar está o grupo compreendido entre os 10 e os 14 anos³⁰, com 1 091 indivíduos; no segundo está posicionado o grupo dos jovens que tinham entre os 15 e os 19 anos com 278 emigrantes e, no terceiro patamar estão os emigrantes com idade compreendida entre os 20 e os 24 anos com 140 pessoas.

Os restantes grupos de idades têm uma representação diminuta com valores que oscilam entre a unidade e a dezena, havendo mesmo cinco escalões que têm uma representatividade nula, como sucede com as crianças até aos 4 anos, o grupo dos 40-44, bem como os de idade superior a 50 anos, com a excepção de Teodósio José da Silva, natural da freguesia de Rio Mau, que emigrou com a provecta idade 66 anos, o que lhe confere o estatuto de ancião do fluxo emigratório³¹.

O elevado índice de jovens menores de 14 anos está, naturalmente, relacionado com a imposição burocrática de 1859 que estabelecia que não seria concedido passaporte para o estrangeiro aos maiores de 14 anos sem que dessem fiança. Como observou Jorge Alves nos momentos em que está em discussão no Parlamento a problemática do recrutamento militar, nota-se um certo recrudescimento de emigrantes com idades próximas da do serviço militar. Podendo-se inferir que alguns condicionalismos burocráticos tinham repercussão no fluxo etário emigratório³².

Em síntese, apesar de não constar em muitos casos esta variável, e a sua omissão ser sistemática de 1900 a 1911, crê-se ser lícito afirmar que emigração vilacondense para o Brasil foi liderada predominantemente pelos indivíduos com idades que oscilavam entre os 10 e os 30 anos. Na primeira década do século XX, período de mais intensa emigração, os registos compulsados são referentes quase em exclusivo a soldados reservistas, logo, todos maiores de 21 anos de idade, já que a primeira reserva

³⁰ Sempre que nos termos de responsabilidade e fiança constava a expressão “menor de...” convencionou-se atribuir a idade imediatamente inferior.

³¹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl108v, 18 de Outubro de 1867.

³² ALVES, 1994: 191.

era constituída pelos homens que completassem o tempo legal de serviço nas tropas activas e, a segunda, pelos que completassem o tempo legal na primeira reserva; pelos apurados para o serviço militar mas não incorporados no exército activo ou na armada por excederem os contingentes fixados e, por aqueles que, em conformidade com a lei e regulamento do recrutamento, eram a isso obrigados³³.

Joel Serrão observa que apesar dos dados estatísticos que existem do período entre 1866 e 1954 não permitirem determinar com rigor os níveis etários dos adultos migrantes, não parece ousadia de maior imaginar que as suas idades se situariam predominantemente entre os 20 e os 40 anos³⁴.

Também Henrique Rodrigues afirma, a propósito do êxodo de Viana do Castelo para o Brasil, que o corpo etário com maior impacto nos quantitativos, entre 1835 e 1900, era o dos jovens dos 20 a 21 anos³⁵.

Partiam precocemente para fugirem ao serviço militar, mas sobretudo à miséria reinante na pátria. Moços pequeninos feitos homens à pressa, à frente do balcão das lojas de secos e molhados, nas obras públicas das grandes cidades, nas plantações de açúcar e de café, ou mesmo nos seringais da Amazónia, como adiante se verá.

³³ *Regulamento para a organização das reservas do exército, de 2 de Novembro de 1899*, artigo 1.º § 2.º, 1.º, 2.º e 3.º.

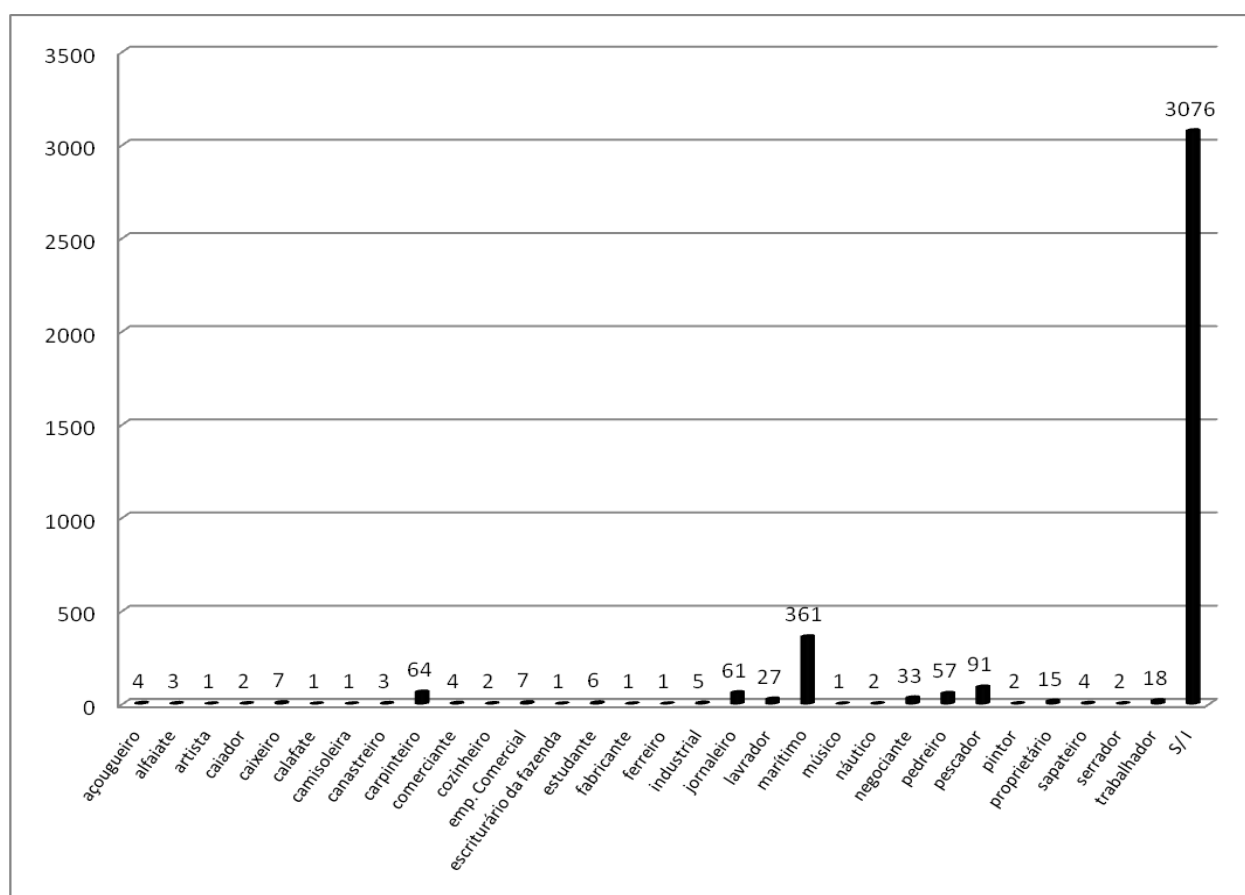
³⁴ SERRÃO, 1974: 127.

³⁵ RODRIGUES, 2006: 214.

3.2.3. Ocupação Profissional

Embora os dados existentes condicionem a interpretação atinente à ocupação dos emigrantes vilacondenses, uma vez que a anotação desta variável, à semelhança do que se passou relativamente ao estado civil e à idade dos expatriados foi muito pouco sistemática, faz-se o reconhecimento possível das profissões dos emigrantes declaradas à sua partida.

Entre 1865 e 1874, vai surgindo com alguma regularidade menção aos ofícios dos emigrantes, sendo a maior parte dos registos respeitantes à profissão de marítimo e de pescador; de 1874 até 1896, a alusão ocupacional passa a ser esporádica, sendo as poucas referências relativas a jornaleiros, carpinteiros e pedreiros já adultos e casados; entre 1897 e 1905, volta a constar com alguma regularidade a profissão tendo novamente a primazia os marítimos e pescadores, na sua maioria homens casados e, após 1906 e até ao final do período em estudo, os informes relativos à profissão voltam a ser muito escassos. Adiciona-se ainda a circunstância de esta variável não se distender a todos os grupos etários, uma vez que, para os menores de 14 anos, só excepcionalmente consta a ocupação profissional, o que faz todo o sentido. Atendendo a este facto e a algum espírito de desleixo por parte das autoridades com a incumbência do registo, a omissão desta variável atinge quase os 80% do total.

Gráfico n.º 3.5 – Ocupação profissional

Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A.

Como era de prever, devido à tradicional ligação do concelho ao mar, os marítimos surgem em lugar de destaque (361), logo seguidos pelos pescadores (91). Através de alguma documentação da centúria de Oitocentos a que se teve acesso³⁶, percebe-se que os termos “pescador” e “marítimo” são usados com frequência de forma indiferenciada, não raras vezes os dois vocábulos surgem no mesmo documento com o sentido de pescador. A maioria dos indivíduos que declararam ter a profissão de marítimos apresentaram termo para embarcarem em qualquer navio, isto é, iam

³⁶ Entre outra documentação, destaca-se: AMVC – *Correspondência expedida para diversas entidades*, livros 2849-2873, (1864-1913) e *Correspondência recebida de diversas entidades*, livros 2989-3007 (1865-1914).

destinados ao serviço de bordo. Deduz-se, portanto, que o termo marítimo comporta uma acepção mais lata, significando pescador e embarcado.

Os pescadores do concelho de Vila do Conde, em especial os naturais dos lugares da Poça da Barca e Caxinas, tinham um quotidiano marcado pela tragédia e miséria. O povoado das Caxinas é de formação recente, os primeiros aforamentos surgem no decurso da segunda metade do século XIX. Na fase finissecular de Oitocentos, com a vinda para as Caxinas de muita gente oriunda de vários pontos do litoral, principalmente de Fão, Póvoa de Varzim e Vila Chã, tornou-se num dos núcleos piscatórios mais activos e numerosos do norte. Como os Caxineiros estavam, principalmente, ligados à pesca artesanal, foram as grandes vítimas da modernização do sector pesqueiro com a utilização progressiva de barcos a vapor e de redes de arrasto. Também muitos naturais desta colónia piscatória estavam já habituados a longas temporadas distantes da pátria e da família. Desde o último quartel do século XIX, centenas de homens partiam todos os anos para os mares gélidos da Gronelândia à pesca do bacalhau. Enfim, no tabuleiro das inúmeras dificuldades a que estavam sujeitos, a emigração para o Brasil surgia como a alternativa à miséria e insegurança em que andava mergulhada a sua vida.

No que se refere à agricultura, predominava no concelho o minifúndio, sendo a maior parte da terra cultivada pelos proprietários e só uma pequena parte explorada por rendeiros. No decurso do século XIX a agricultura local era ainda rotineira, embora produzisse o suficiente para a subsistência dos seus habitantes, vendendo até alguns cereais para o Porto, Algarve e Setúbal pela barra³⁷. No início do século XX a agricultura concelhia tinha evoluído favoravelmente, intensificando-se a cultura do trigo e da batata e melhorado a tradicional cultura do milho, mas o Sindicato Agrícola fundado em 1911 defendia exclusivamente os interesses dos lavradores, em vez de velar também pelos assalariados rurais. No concelho assistiu-se ao aumento do desemprego rural e ao progressivo endividamento dos pequenos proprietários, que se viram obrigados a complementar a falta de recursos agrícolas com o trabalho nas fábricas que iam surgindo, pausadamente, no vale do Ave ou, em último caso, a recorrer à emigração³⁸.

³⁷ AMVC – *Correspondência expedida para o governo civil do Porto*, livro 2932, 1858-1863, fls. 20-22.

³⁸ PILOTO; SANTOS, 2000: 148.

Igualmente noutros distritos, a excessiva fragmentação do solo com a redução da terra a pequenas courelas que dificilmente asseguravam a subsistência económica dos seus possuidores, explica a grande vulnerabilidade da pequena propriedade ao endividamento. A partir da década de 70 do século XIX, como refere Irene Vaquinhas, as crises agrícolas agravaram as dificuldades económicas dos pequenos proprietários, compelindo-os à venda dos seus bens ou, em casos extremos, à expropriação judicial por insolvência³⁹.

Dentro do grupo dos assalariados rurais, o enfoque vai para a profissão de jornaleiro (41 registos). Jornaleiro é aquele que ganha à jorna, recebe o ordenado em consonância com o número de dias que trabalha. Sendo o trabalho agrícola de carácter sazonal e muito condicionado pelas condições atmosféricas, estes profissionais tinham uma vida pautada pela precariedade. Os jornaleiros constituíam o grupo mais numeroso da população campesina, inserindo-se nos escalões inferiores da sociedade rural⁴⁰.

Complementar aos anteriores no amanho da terra, estavam os criados de servir (20) que viviam em casa do lavrador. Para além do modesto salário que auferiam, beneficiavam de cama e mesa mas, em contrapartida, o horário de trabalho não estava predeterminado, geralmente alongava-se do nascer ao pôr-do-sol e, por vezes, entrava mesmo pela noite dentro, como por exemplo na época das esfolhadas. Os jornaleiros eram quase todos casados e os criados de servir, ao invés, solteiros. Quer uns quer outros estavam apenas a residir no concelho de Vila do Conde, pois eram maioritariamente naturais do norte e centro interior como Murça, Cinfães, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Vila Verde, etc. Os lavradores (27), tal como os proprietários (15), eram os possuidores de bens imóveis como casas e propriedades fundiárias.

No sector secundário, a indústria da construção civil destaca-se pelo número de profissionais que forneceu: 57 pedreiros, 2 caiadores e 2 pintores. A maioria destes profissionais era casada e apresentou como destino de eleição a grande metrópole do Rio de Janeiro. A outra actividade associada à construção civil é a do trabalho em

³⁹ VAQUINHAS, 1993: 486.

⁴⁰ ROQUE, 1982: 121.

madeira e mobiliário com mais de seis dezenas de carpinteiros, dois serradores e dois marceneiros. A par do trabalho em madeira, estava o fabrico de utensílios em vime, com dois canastreiros e um gigueiro inseridos no fluxo emigratório. Há ainda a registar na emigração a presença de um ferreiro e de um fabricante.

Mesmo tendo em consideração que o campo de análise se restringe às declarações prestadas no momento decisório do projecto de emigração e, não havendo qualquer garantia de que o emigrante no país de acolhimento iria de facto desempenhar a ocupação mencionada, é plausível que os emigrantes vilacondenses tivessem dado um modesto contributo para vestir e calçar os brasileiros, já que três alfaiates, quatro sapateiros e uma camisoleira⁴¹ se inseriam no fluxo. A camisoleira era Margarida da Conceição, viúva, natural de Azurara, que em 28 de Março de 1892 prestou termo para partir com destino ao Rio de Janeiro⁴². Também o sector alimentar, embora com menor representatividade, esteve presente no êxodo com quatro açougueiros e dois cozinheiros. Os dados apurados provam que foi pouco expressivo o fluxo de artificies, de homens ligados aos ofícios, desde os profissionais ambulantes como pedreiros até aos sedentários das oficinas como marceneiros, ferreiros, alfaiates, etc. Por último, a referência a um calafate, que ilustra a secular arte da construção de embarcações em madeira em Vila do Conde. O facto da documentação só englobar o registo de um calafate é bem demonstrativo das oportunidades de emprego destes profissionais a nível local, pois, esta era de todas as indústrias do concelho a mais florescente⁴³.

No sector terciário, o comércio sobreleva-se às restantes actividades classificadas neste domínio, com 33 negociantes, sete empregados comerciais, sete caixeiros e quatro comerciantes. A macrocefalia do Rio de Janeiro atraiu de forma particular os profissionais do comércio, logo seguida pelo estado de Pernambuco.

⁴¹ Em Azurara havia a tradição das mulheres tricotarem no domicílio meias de lã grossa e luvas de um só dedo para venderem aos pescadores bacalhoeiros.

⁴² AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3128, fl. 39v.

⁴³ AMVC – *Correspondência expedida para o governo civil*, livro 2958, (1916-1920).

Ainda dentro do âmbito dos serviços, ressalta um reduzido grupo de profissionais oriundos do mais elevado estrato sócio-cultural, com formação académica média ou mesmo superior, como o caso de um artista, um escriturário da fazenda, um músico, dois náuticos, cinco industriais e seis estudantes.

Por último, entende-se que o grupo dos dezoito “trabalhadores” se ocupava em todo o tipo de trabalhos braçais, muito dependentes das oscilações do mercado de trabalho, actuando quer no meio urbano, quer no rural. De resto, a mobilidade profissional deveria ser significativa, como bem o ilustra o extracto da carta enviada por Venceslau da Conceição à esposa:

“Tenho por fim a dizer-te que não estou mais na fábrica do café, o trabalho era de mais e eu larguei-o, para evitar ficar doente (...). O Arnaldo chegou, hoje falei com ele e vou fazer uma viagem a bordo para ver se me dou. O Arnaldo diz que me auxilia. O António Vasco já está trabalhando a bordo de contra-mestre”⁴⁴.

O emigrante Venceslau, cansado das péssimas condições de trabalho na fábrica do café, para não arriscar a saúde, decide experimentar um tipo de actividade completamente diferente, enveredando pelo trabalho a bordo com a imprescindível ajuda de outros patrícios, o que denota bem a importância das redes familiares, de amigos e conterrâneos para se conseguir singrar no novo país. Mas não foi o caso deste emigrante porque não tardou a regressar a Portugal; em 1913 já se encontra recenseado e estabelecido em Vila do Conde com loja de secos e molhados.

Em conclusão, apesar das condicionantes apontadas, parece lícito deduzir que a emigração vilacondense para o Brasil, à semelhança do que se passou no resto do país, foi liderada maioritariamente por indivíduos assalariados, de baixo nível sociocultural que procuravam em solo brasileiro a estabilidade económica que escasseava na pátria.

⁴⁴ Carta expedida do Rio de Janeiro em 24 de Outubro de 1909 (Anexo 5).

Consequentemente, as actividades do sector primário e, dentre estas, as ligadas ao mar, tiveram a primazia em detrimento das de natureza agrícola, o que vem corroborar mais uma vez a feição marítima por excelência do concelho.

Segundo Carlos Almeida e António Barreto, de Portugal, ao longo da segunda metade do século XIX e princípios do século XX, emigraram, sobretudo, indivíduos oriundos do meio rural, do pequeno comércio da província e das profissões ligadas à construção civil. Os operários agrícolas constituíam quase sempre a maior percentagem em relação ao total. Um outro grupo, por vezes maioritário, era formado por desempregados sem qualquer qualificação e pelos menores⁴⁵.

Embora a maioria dos expatriados fosse oriunda dos extractos mais débeis da população, muitos dos quais partiam engajados para substituir os escravos nas duras fainas agrícolas, persistiram, em coexistência, ao longo de todo o período em análise, os apelos com destino às cidades e no fito de actividades mercantis, especialmente no comércio a retalho⁴⁶.

No que concerne ao concelho de Vila do Conde, em paralelo com os marítimos, também partiram oficiais e pilotos da marinha mercante e, juntamente com os jornaleiros, ausentaram-se os filhos dos grandes lavradores concelhios, como nos dá conta a documentação burocrática e as fontes hemerográficas, entre outros testemunhos. Mas enquanto os pescadores lutavam para sobreviverem no país de acolhimento, os pilotos gozavam de excelentes condições económico-profissionais e andavam num vaivém de viagens entre o Brasil e Portugal. O fosso económico e socioprofissional entre os jornaleiros e os filhos dos lavradores também era enorme, os primeiros, dirigidos principalmente para as actividades agrícolas, ganhavam pouco e estavam sujeitos a severas condições de trabalho; os segundos, encaminhados para as grandes casas de comércio nas principais cidades brasileiras, propriedade de familiares ou de

⁴⁵ ALMEIDA; BARRETO, 1974: 11.

⁴⁶ SERRÃO, 1974: 89.

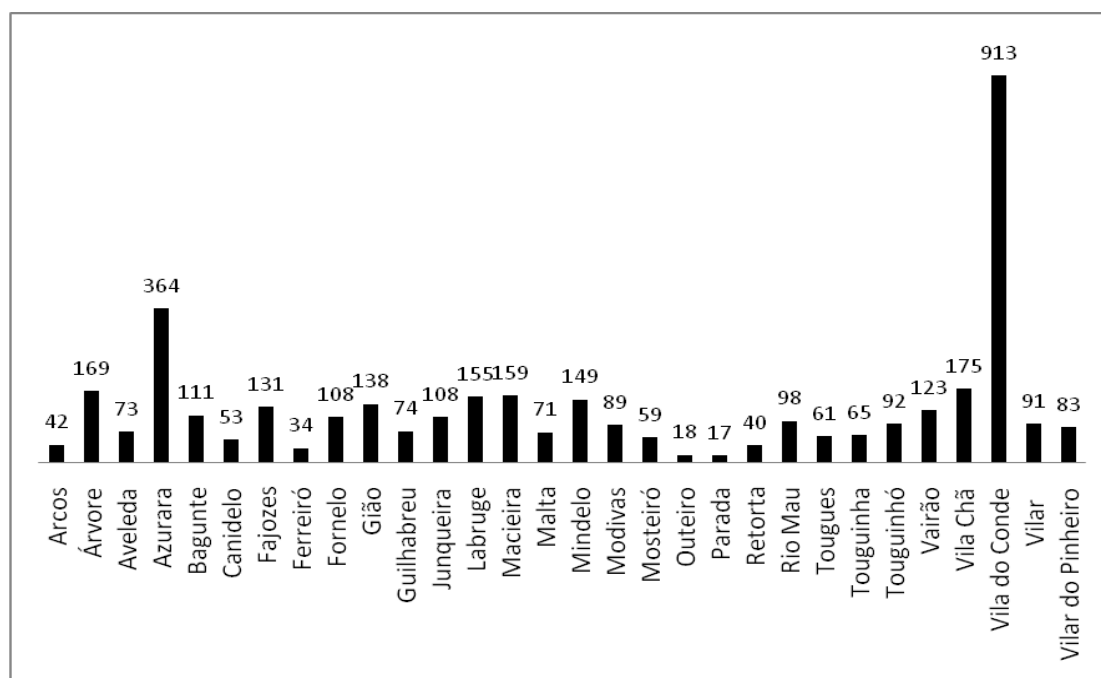
conhecidos portugueses, usufruíam, em princípio, de melhores condições de trabalho e de remuneração mais elevada, estabelecendo-se alguns por conta própria decorrido pouco tempo da sua chegada, o que conduzia, por vezes, ao rápido enriquecimento.

3.2.4. Naturalidade/Domicílio dos emigrantes

Face ao cômputo global de emigrantes apurados, que ascendem a 3863 titulares, colocaram-se as seguintes questões: o apelo pelas terras de Vera Cruz fez-se sentir em todo o espaço vilacondense, ou houve freguesias que se alhearam do movimento emigratório? E qual foi a contribuição de cada freguesia para o fluxo global?

No século XIX a população não se limitou a crescer. Crescia e deslocava-se. Em 1890, 32% da população de Lisboa e 17,5% da do Porto era natural de outros concelhos. O destino primordial dos migrantes internos era as cidades. Entre 1864 e 1900, enquanto a população em geral aumentou 31%, a população das cidades portuguesas quase duplicou⁴⁷. Também no caso de Vila do Conde é perceptível a mobilidade interna, embora não tanto como se gostaria, porque apenas num número restrito de casos o amanuense teve o cuidado de registar no termo o domicílio e a naturalidade do emigrante, sendo estas por vezes não coincidentes.

Gráfico n.º 3.6 – Naturalidade/domicílio dos emigrantes



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A.

⁴⁷ RAMOSa, 1994: 35.

A distribuição da naturalidade/domicílio dos emigrantes patente no gráfico n.º 3.6 permite estabelecer uma análise comparativa do movimento e calcular o peso relativo de cada freguesia para o êxodo global do concelho.

Nos termos de responsabilidade e fiança consta em todos os registos a anotação desta variável, consequentemente tem uma representação absoluta. A imagem que ressalta da observação da mancha gráfica é a da participação de todas as freguesias no movimento emigratório, embora em termos quantitativos desiguais.

O enfoque vai, previsivelmente, para a sede do concelho, a antiquíssima freguesia de S. João Baptista com 913 emigrantes, correspondendo a 23,6% do êxodo global. Segue-se por ordem de grandeza quantitativa, embora com grande desfasamento relativa à primeira, as aldeias de cariz predominantemente marítimo (com uma única excepção: Macieira), nomeadamente Azurara com 364 casos, Vila Chã com 175, Árvore com 169, Labruge com 155 e Mindelo com 149 indivíduos. A sede do município em conjunto com as cinco freguesias situadas junto ao litoral ostentam os contributos mais visíveis, tendo sido responsáveis por cerca de 50% do fluxo global. Por conseguinte, estas seis freguesias forneceram um contingente emigratório equivalente ao das restantes 24 aldeias, o que denota bem o dinamismo e pujança das terras litorais, assim como o espírito mais aventureiro das gentes do mar a que se juntavam, certamente, as oportunidades de trabalho a bordo, nos barcos da carreira do Brasil.

Nas 24 aldeias de pendor essencialmente agrícola, superiorizaram-se relativamente às restantes com as mesmas características as freguesias de Macieira com 159 casos; Gião com 138; Fajozes com 131; Vairão com 123; Bagunte com 111 e Fornelo e Junqueira com 108 indivíduos cada. As restantes freguesias tiveram saídas mais modestas, oscilando os seus efectivos entre cerca de duas dezenas e a centena, como o caso da aldeia de Outeiro, com 18 elementos, e Rio Mau que obteve o máximo valor deste conjunto, com 98 indivíduos integrados no fluxo migratório. Das trinta freguesias que formam o concelho, quase 2/3 não logrou atingir a centena de emigrantes.

É de salientar que, à excepção da sede do concelho onde a actividade da pesca, do comércio marítimo e dos serviços em geral tinha praticamente a exclusividade, nas restantes freguesias junto ao litoral desenvolveu-se ao longo dos tempos uma simbiose entre a agricultura e a actividade marítima, uma economia mista de agricultores/pescadores. Ao longo do período em análise (1865-1913), muitas famílias de agricultores iam ao mar buscar o complemento do parco rendimento da terra e muitos

pescadores exerciam funções de jornaleiros em casa dos lavradores, principalmente nas épocas das sementeiras e colheitas, e também nas menos propícias à pesca. Em Vila Chã, por exemplo, os lavradores possuíam pequenos barcos e iam ao mar recolher pilado e sargaço para ser usado como fertilizante nos seus campos⁴⁸.

⁴⁸ COLE, 1994: 33-40.

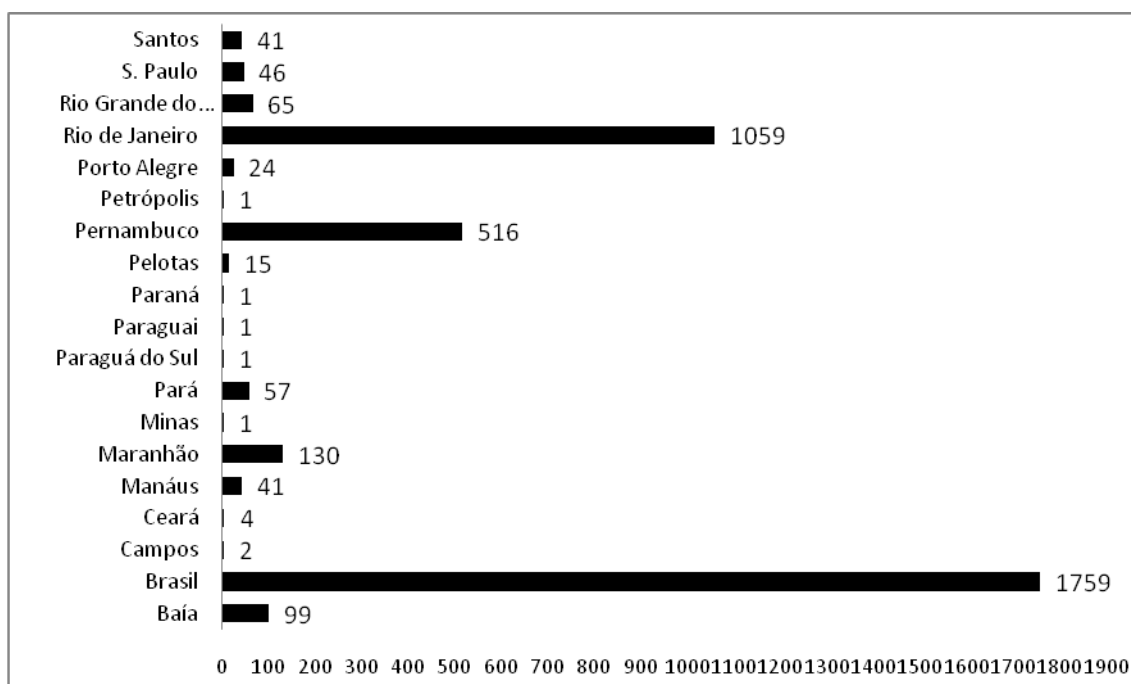
3.2.5. Destinos brasileiros

O destino de eleição dos vilacondenses na centúria de Oitocentos e primeiras décadas de Novecentos, à semelhança das preferências dos restantes compatriotas, foi o Brasil.

Não resta qualquer dúvida, de que ao longo do século XIX e até à década de 60 do século XX, nenhum país ou região do globo cativou os portugueses como o Brasil⁴⁹.

Que localidades brasileiras exerceram maior atracção sobre os emigrantes? Qual o peso de cada uma no movimento global?

Gráfico n.º 3.7 – Destinos no Brasil



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A.

No primeiro relance sobre a mancha gráfica apercebemo-nos que variegados destinos exerceram sedução sobre os emigrantes vilacondenses. Ao todo foram inventariados dezoito locais de eleição disseminados por todo o território brasileiro, embora os grandes aglomerados urbanos e os estados do litoral tivessem exercido uma atracção predominante. Os destinos já tradicionalmente com muito peso na emigração

⁴⁹ PEREIRA, 2007: 41-48.

portuguesa, como o Rio de Janeiro e Pernambuco mereceram, igualmente, a preferência dos naturais do concelho.

Deve referir-se que a fonte utilizada, os termos de responsabilidade e fiança, aglomera todo o tipo de saídas do país, independentemente dos motivos subjacentes. Sabe-se, no entanto, que os de ordem laboral eram quase exclusivos. Consta-se que em 45,5% dos registos não consta a cidade ou estado brasileiro que ia acolher o emigrante o que inviabiliza uma análise mais exaustiva desta variável⁵⁰.

Em primeiro lugar, situa-se a grande metrópole do Rio de Janeiro, com 1 059 indivíduos, o que corresponde a 27, 3% da cota global.

Na segunda posição surge Pernambuco com 516 emigrantes a optarem por este destino, o que equivale a 13,6% da totalidade. Apesar do estado de Pernambuco figurar no segundo lugar dos destinos mais procurados, tem uma discrepância numérica superior a 50% relativamente ao destino genérico “Brasil” e carioca.

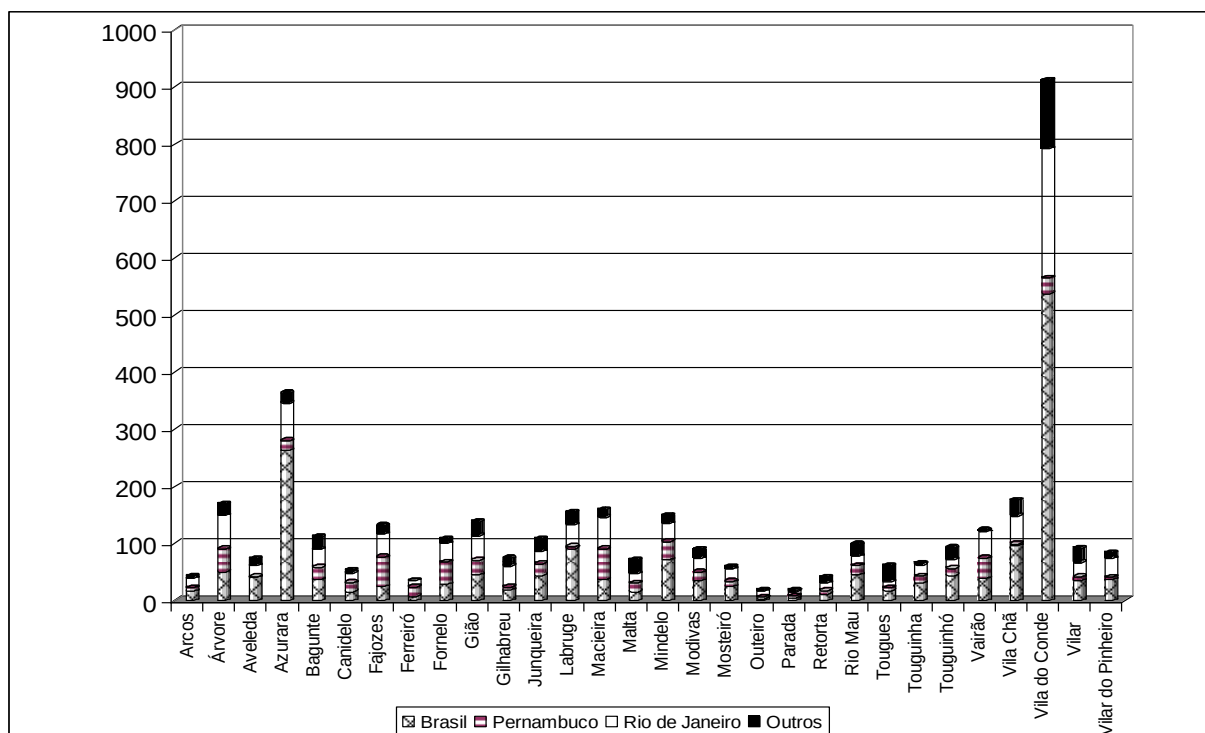
O estado do Maranhão com 130 emigrantes correspondendo a 3,4% dos registos rastreados, coloca-se no terceiro patamar, com grande distanciamento relativamente aos anteriores destinos apontados. Há depois um conjunto de seis localidades que exerceram uma atracção intermédia, como a Baía com 99 casos; Rio Grande do Sul com 65; Pará com 57; São Paulo com 46 e Manaus e Santos com 41 registos cada, o que perfaz no conjunto 308 elementos, equivalendo a 8% do total. As nove terras brasileiras que cativaram os naturais de Vila do Conde em menor grau, com valores que oscilam entre a unidade e a dezena e meia foram, por ordem decrescente, Porto Alegre, Pelotas, Ceará, Campos, Minas, Paraguá do Sul, Paraguai, Paraná e Petrópolis com 50 indivíduos no total, representando apenas 1,5% do volume apurado.

Em síntese, as parcelas disponíveis mostram que as intenções de evasão, recaem sobre um restrito conjunto de 18 localidades disseminadas por todo o Brasil.

⁵⁰ Englobou-se no destino “Brasil” não só os casos que não especificam o nome da cidade ou estado que ia acolher os emigrantes, mas também os 276 casos que aparecem referidos nos termos de responsabilidade e fiança como destinados a “qualquer navio”.

3.2.6. Espaços em conexão.

Gráfico n.º 3.8 – Relação entre a freguesia de naturalidade e os destinos preferenciais de emigração



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A.

Após se apurar o contingente emigratório por cada freguesia do concelho e quais os destinos brasileiros que maior atracção exerceram sobre os vilacondenses, questiona-se, agora, a relação entre a proveniência dos emigrantes e os destinos preferenciais. Esta fase do trabalho desenvolve-se, assim, em torno de duas questões: de que freguesia vêm? E para que cidade ou estado brasileiro declararam ir residir? No gráfico n.º 3.8 estão destacados os quatro destinos principais por cada freguesia. Da vila de Vila do Conde a maioria dos emigrantes partiram em direcção ao Brasil, sem especificar concretamente qual a urbe ou estado brasileiro que os ia acolher. Acredita-se que a maioria destes naturais se estabeleceu prioritariamente nas zonas do litoral e, dentre estas, nas portuárias, indo a preferência para o Rio de Janeiro. Esta convicção prende-se com o tipo de vivências que estes indivíduos estavam acostumados. Na terra natal desempenhavam profissões ligados à pesca e actividade marítima, labor que dominavam relativamente bem e, por essa razão, tudo leva a crer que tentassem prosseguir com os

mesmos ofícios no novo espaço, para assim verem facilitada a integração socioprofissional no país de acolhimento.

O Rio de Janeiro era a urbe por excelência, sede do governo, capital do país, principal ponto de atracção dos portugueses. Experimentou ao longo do século XIX um considerável aumento demográfico, entre 1872 e 1890 a sua população duplicou. Pelo censo brasileiro de 1872, os portugueses no Rio constituíam 76,2% dos estrangeiros, 24,7% da população livre⁵¹. No recenseamento de 1890, apesar do número de emigrantes portugueses em termos globais ter aumentado, em termos relativos decresceu para 62,77% da população total estrangeira, sendo 18,64% da população total. Mas no censo de 1906 o peso da imigração lusa aumentou para 63,36%. Paulatinamente, o índice da população portuguesa no Rio foi decrescendo, passando para 61,30% em 1920. Esta tendência é explicada, não pela diminuição do contingente imigratório português em termos absolutos, mas pelo aumento do êxodo de outras nacionalidades, como os espanhóis e italianos. Apesar do ligeiro decréscimo, a superioridade numérica dos portugueses na terra carioca relativamente aos outros imigrantes continuou inquestionável ao longo da segunda metade da centúria de Oitocentos e primeiras décadas do século XX⁵².

No Rio de Janeiro, o emigrante luso contava também com o precioso apoio de numerosas associações, fundadas no decurso do século XIX, que proclamavam o orgulho de ser português e os valores da caridade, trabalho e honestidade⁵³. Todavia, a imagem e o sentimento relativos aos portugueses eram ambíguos, pois, se por um lado lhes era reconhecido a sua grande capacidade de trabalho, não desdenhando executar mesmo os mais pesados, menos higiénicos e pior remunerados, por outro lado, a superabundância de mão-de-obra, muito superior às reais necessidades da economia brasileira, fazia despertar nos naturais o espírito xenófobo relativamente aos lusitanos⁵⁴.

Depois do Rio de Janeiro, os naturais da freguesia de Vila do Conde foram atraídos por uma multiplicidade de terras que agrupamos no grupo “Outros”. O estado de Pernambuco exerceu sobre os oriundos da sede do concelho uma atracção diminuta. Situação mais ou menos análoga se passou relativamente aos naturais de algumas terras ligadas à faina marítima, como Azurara, Vila Chã e Labruge. Ao contrário, algumas localidades de cariz eminentemente agrícola, situadas na parte sul do concelho, como

⁵¹ MENEZES, 2007: 103.

⁵² MENEZES, 2007: 142.

⁵³ FONSECA, 2007: 417- 436.

⁵⁴ RIBEIRO, 2007: 121-142.

Fajozes e Fornelo elegeram o estado pernambucano como primordial destino. Outro grupo partilhou quase de forma equitativa as preferências entre o Rio de Janeiro e Pernambuco, era constituído pelos naturais das freguesias de Árvore, Canidelo, Junqueira, Macieira, Malta, Mindelo, Rio Mau e Vairão.

Sabe-se que não é por acaso que alguém escolhe um país, ou uma cidade para emigrar, na decisão a tomar pesam com toda a certeza vários factores, quer eles se situem na origem ou no destino, ou sejam uma combinação de circunstâncias dos dois espaços em conexão. Pernambuco era uma zona de forte produção açucareira e de grande comércio, era uma boa oportunidade para quem se abalanchava a uma vida mais próspera e os vilacondenses, por certo, não enjeitaram a oportunidade que se lhes deparava de singrarem na vida mercantil, em vez de enfileirarem por outro tipo de actividades mais duras e menos gratificantes.

O *Diário Pernambucano*, em 1848, ao descrever os negócios locais afirmava que os estrangeiros dominavam, praticamente, toda a economia e que até os carregadores eram portugueses⁵⁵.

Na segunda metade do século XIX, estabeleceu-se no Recife uma colónia muito activa, sobretudo de naturais das freguesias de Fajozes, Fornelo, Macieira e Vairão, tendo alguns emigrantes alcançado grande sucesso económico⁵⁶ e que funcionou como uma espécie de chamariz para a vinda de outros patrícios. Do que não resta dúvida é que a emigração portuguesa, e de forma particular a vilacondense, foi importante para esse Estado e bastará citar a grande obra aí realizada, como foi a da instituição do Real Hospital Português Beneficente no Recife que permanece como uma das obras mais emblemáticas da diáspora portuguesa no mundo.

Mas nos primórdios do século XX, as notícias que chegavam da mesma região eram muito preocupantes:

“É grande a quantidade de famílias que abandonam os seus lares e haveres em muitos pontos do interior do Estado de Pernambuco, bem como de outros, em virtude da grande seca e descem dos sertões famintos e esfarrapados a procurar trabalho. Na cidade de

⁵⁵ O *Diário Pernambucano* é considerado o mais antigo periódico em toda a América Latina. Foi fundado em 7 de Novembro de 1825.

⁵⁶ Entre outros, referem-se Albino Gonçalves de Azevedo que veio mais tarde a ser o visconde de Santo Albino e Bento Rodrigues de Sousa, futuro barão do Rio Ave, cujos esboços biográficos serão traçados no último capítulo.

Aracaju e Penedo é triste o espectáculo, numerosas famílias acampadas debaixo de trapiches, dormindo em redes e em barracas de esteiras expostas ao tempo”⁵⁷.

Na mesma altura, o correspondente de Manaus do jornal *O Ave* dá conta que a cidade, um dos centros mais desenvolvidos do norte do Brasil, estava desde Outubro com o comércio em déficit, a classe operária a sofrer privações e a situação económica/financeira em crise⁵⁸.

Para além dos destinos já referenciados, as trinta freguesias do concelho contribuíram, embora com contingentes muito mais modestos para “outros” destinos em solo brasileiro, espalhados de norte a sul e do litoral ao interior.

Em suma, a análise dos registos dos termos de responsabilidade e fiança fornece uma imagem muito ampla da dispersão geográfica dos vilacondenses no Brasil que se espalharam desde a floresta da Amazónia até à região do extremo-austral do Rio Grande do Sul⁵⁹, do litoral até ao lugar mais recôndito no interior, da planície aos planaltos, sendo, no entanto, atraídos sobretudo pelas grandes cidades do litoral, nomeadamente pelo Rio de Janeiro e por Pernambuco.

⁵⁷ *O Ave*, ano II, n.º 82, 4 de Abril de 1908.

⁵⁸ *O Ave*, ano II, n.º 91, 13 de Junho de 1908.

⁵⁹ Entre os primeiros povoadores desta região fronteiriça com o Uruguai estão dois vilacondenses, Silvestre Domingues e Francisco Gonçalves Retorta que participaram activamente na fundação do município de Santa Vitória do Palmar, no século XVIII (MELLO, 1992).

3.3. Abonadores e/ou Fiadores

“Filtrada pela máquina burocrática, a emigração legal conduz à produção documental, desde a que integra o processo no qual se vai basear a concessão do passaporte, até à que leva a sucessivos registos de controlo”⁶⁰. Segundo Afonso Costa, a legislação portuguesa era inspirada no critério proibitivo da emigração, de modo directo em relação à que se fazia clandestinamente e de um modo indirecto, por meio de passaportes, imposições e taxas⁶¹.

No ano de 1855 foi promulgada a lei do recrutamento, generalizando o serviço militar como base fundamental do exército permanente, encarando-o como um dever nacional a que nenhum cidadão se devia eximir. A Carta de Lei de 27 de Julho de 1855 determinava que a nenhum indivíduo entre os 18 e os 21 anos completos seria concedido passaporte para o estrangeiro sem que prestasse fiança em como se apresentaria ou daria substituto, sendo chamado ao serviço do exército⁶². A Carta de Lei de 4 de Junho de 1859 antecipava essa obrigatoriedade para os 14 anos⁶³ sendo, no entanto, possível a qualquer jovem livrar-se do serviço militar mediante o pagamento de uma quantia equivalente ao preço da substituição, era a nova figura da remissão do serviço militar. O sistema das remissões desapareceu com a lei de 17 de Abril de 1873, ressurgindo em 1884. O preço das remissões foi evoluindo no decurso do tempo, ao ritmo da lei da oferta e da procura⁶⁴. Pouco depois, um novo diploma alargava a fiança a todos os mancebos que até aos 22 anos de idade pretendessem sair do país, excepto os menores de 14 anos que viajassem na companhia dos respectivos progenitores⁶⁵.

⁶⁰ ALVES, 1994: 103.

⁶¹ COSTA, 1911: 162.

⁶² Art. 55.º.

⁶³ Art. 11.º.

⁶⁴ ALVES, 1994: 142.

⁶⁵ Lei de 28 de Março de 1877.

Entre 1877 e 1896 pouca legislação foi produzida inerente à documentação necessária para se obter o passaporte e emigrar. Pelo Decreto de 1896, os indivíduos maiores de 14 anos, sujeitos ao serviço militar ou que estivessem na segunda reserva em situação de, eventualmente, serem chamados ao serviço activo como suplentes, para obterem o passaporte para o estrangeiro tinham de prestar uma caução de 250 mil réis, ou hipoteca especial devidamente registada pela mesma quantia. A caução podia ser constituída em dinheiro, que seria depositado na Caixa Geral de Depósitos, ou em títulos de dívida pública. No caso da hipoteca, o administrador do concelho onde os referidos bens se situavam actuava como representante da fazenda nacional. Os matriculados como tripulantes em navios portugueses podiam substituir a caução ou hipoteca por um termo de fiança, pela mesma quantia, prestado pelo respectivo comandante, ficando este obrigado a responder pelos tripulantes sujeitos ao serviço militar⁶⁶. Já no período republicano, o Regulamento de 23 de Agosto de 1911 dispôs que os militares pertencentes às tropas activas e aos quadros permanentes não podiam sair do país sem licença das autoridades respectivamente designadas. Os soldados licenciados para além da licença do seu comandante militar tinham de efectuar o depósito de 150 000 réis⁶⁷.

Sublinhe-se que os ausentes no Brasil também estavam sujeitos às leis do recenseamento e recrutamento militar, excepto no caso de se terem ausentado juntamente com a família, pelo que a não apresentação ou substituição acarretava ser considerado refractário⁶⁸. Para obstar a essa melindrosa situação, Emília Ferreira de Sousa Faria, viúva e proprietária da freguesia da Junqueira, prestou fiança no valor de

⁶⁶ *Decreto de 6 de Agosto de 1896*, capítulo XV, art. 166, § 1.º, 2.º e 3.º

⁶⁷ Art. 265.º, § 1.º.

⁶⁸ A lei de 27 de Julho de 1855 deve ler-se em conexão com o regulamento de 10 de Janeiro de 1856, que fornece disposições para a sua execução.

250 000 réis para que o seu filho José Ferreira da Costa Faria⁶⁹, soldado reservista, pudesse continuar a residir na cidade de São Paulo⁷⁰.

Uma análise de pormenor mostra que o *corpus* documental que tem alicerçado o presente capítulo, no tocante à variável do abonador e/ou fiador, do ponto de vista formal peca por alguma falta de uniformidade, pois em alguns casos a fiança e a abonação eram lavrados simultaneamente. Noutras situações, o termo de abonação e fiança estava expresso em documentos autónomos. Por vezes, acontecia serem efectuados na mesma data três ou mais tipos de termos diferentes para o mesmo indivíduo⁷¹, como sucedeu na situação concreta do emigrante António da Silva Aroso, de 14 anos de idade, natural da freguesia de Aveleda que tem termo de abono de identidade, termo de responsabilidade e fiança e termo de consentimento para se transportar para o Império do Brasil⁷². Entre 1896 e 1913, período de maior intensidade do fluxo emigratório, os termos de fiança ganham praticamente a exclusividade, pois nesse período predominam os registos referentes a soldados reservistas para obterem licença do Comandante da Divisão para se ausentarem para o estrangeiro.

Uma coisa é certa, a maioria dos emigrantes vilacondenses precisou de termo de abono de identidade e de termo de fiança, visto que o êxodo foi liderado pela camada mais jovem da população e a obrigatoriedade da prestação de fiança foi progressivamente estendida a toda a emigração individual menor de 22 anos. Os abonadores e os fiadores desempenhavam funções específicas e, muitas vezes, complementares nos trâmites burocráticos tendentes à obtenção do passaporte. O papel de abonador implicava um pequeno grau de responsabilidade e era assumido pelo pai do emigrante, sempre que possível. O respectivo termo de reconhecimento e abonação de

⁶⁹ Em 25 de Junho de 1892, com 11 anos de idade, partiu com destino ao Brasil, na companhia do conselheiro Boaventura Rodrigues de Sousa, afiançado pelo seu pai, Dr. Manuel da Costa Faria, que também pagou a viagem (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3128, fl. 55).

⁷⁰ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3130^a, fl. 104, 18 de Outubro de 1902.

⁷¹ Sempre que havia mais do que um termo referente ao mesmo indivíduo tentou-se extrair o máximo de informação dos diversos documentos existentes. Atendendo à homogeneidade do registo da variável abonador/fiador, optou-se por os englobar numa mesma coluna.

⁷² AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3120, fl. 8-10, 21 de Julho de 1877.

identidade era assinado pelo abonador e duas testemunhas de abonação, para além do escrivão e do administrador do concelho. Já a assunção do cargo de fiador acarretava uma obrigação significativa, porque ele comprometia-se perante as autoridades a responder em nome do emigrante, caso ele fosse designado nas sortes para o exército ou para a marinha.

A fiança consistia, assim, numa garantia em dinheiro, podendo também a caução ser feita em títulos de dívida pública ou bens, obrigando-se o fiador ou, na falta deste, as duas testemunhas, “por sua pessoa e bens de toda a espécie, presentes e futuros”, a apresentar o mancebo ou a substituí-lo⁷³. O valor da fiança era estabelecido anualmente por decreto, tendo em consideração os preços das substituições em cada distrito. No ano de 1863 era de 139\$000 réis, em 1882 aumentou para 240\$000 réis e no ano da implantação da República em Portugal decresceu para 75\$000 réis⁷⁴. Embora com oscilações, os valores de fiança foram sempre muito mais elevados do que a própria viagem, daí a tentação para se eximirem a esse alto custo, antecipando para idades cada vez mais precoces a partida, procedendo à troca de números de recrutamento, ou evadindo-se ilegalmente.

Ocorreram situações que levaram à prestação de fiança e, posteriormente, à remissão do serviço militar como o fez, por exemplo, Francisco Baltazar do Couto⁷⁵, que em 23 de Agosto de 1897 prestou fiança a favor do reservista Manuel Agostinho de Lima, casado, carpinteiro, filho de Cipriano Agostinho de Lima e de Florinda Braga, natural e residente em Vila do Conde, a fim de o mesmo obter licença do comandante da divisão para se ausentar para o Brasil. Como, entretanto, o emigrante foi chamado como suplente do número dois do seu contingente, em 11 de Maio de 1898 o fiador remiu a obrigação do serviço activo e da primeira reserva do dito mancebo e requereu

⁷³ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3138, fl. 18v.

⁷⁴ LEITE, 1987: 467.

⁷⁵ Nascido em Vila do Conde emigrou para o Brasil onde se naturalizou brasileiro. Regressado à terra natal, recuperou a nacionalidade portuguesa e dedicou-se à política. O seu esboço biográfico será traçado no último capítulo do presente trabalho.

precatório para o levantamento da quantia desembolsada, assim como a feitura de termo de cancelamento da dita fiança⁷⁶.

Em face dos altos custos para emigrar exigidos pela burocracia, muitas vezes as famílias comprometiam alguns dos seus bens, ou contraíam empréstimos. Três casos exemplificativos: Francisco Alexandrino da Silva, casado e escrivão de direito em Vila do Conde, para prestar fiança ao mancebo Manuel Moreira dos Santos, de 17 anos de idade, natural da freguesia de Canidelo, no valor de 250 mil réis, teve de hipotecar uma morada de casas, sitas na Rua Nova em Vila do Conde; Joaquim Gonçalves Belchior, proprietário da freguesia de Mindelo, para o seu filho Manuel Gonçalves Belchior de 15 anos de idade poder partir para o estado de Pernambuco, prestou caução pela hipoteca de uma bouça denominada de “Fora” no lugar de Outeiro, da freguesia de Fajozes⁷⁷ e, por sua vez, Joaquim da Costa Fonseca e a sua esposa, Maria Rosa, lavradores da freguesia de Bagunte, requereram na conservatória da Câmara Municipal o registo da hipoteca provisória sobre o campo do “Talho” sito na mesma freguesia, para que o seu filho Joaquim da Costa Fonseca, de maioridade, lavrador, soldado da segunda reserva do 3.º Batalhão de Infantária n.º 6, pudesse partir para a cidade de Pelotas⁷⁸.

A fiança foi, assim, um recurso criado pela governação para compelir ao cumprimento do designado imposto de sangue e, em simultâneo, uma forma de cercear o fluxo emigratório, pois os mais desfavorecidos tinham alguma dificuldade em cumprir este requisito e as alternativas ao pagamento da fiança foram sucessivamente restringidas.

Depois de estabelecidos os pressupostos institucionais e as peculiaridades inerentes à prestação da abonação e/ou fiança, torna-se pertinente questionar as relações de parentesco entre o emigrante e os indivíduos que assumiram essa função, assim como o estatuto socioprofissional dos indivíduos envolvidos, para além da indagação da

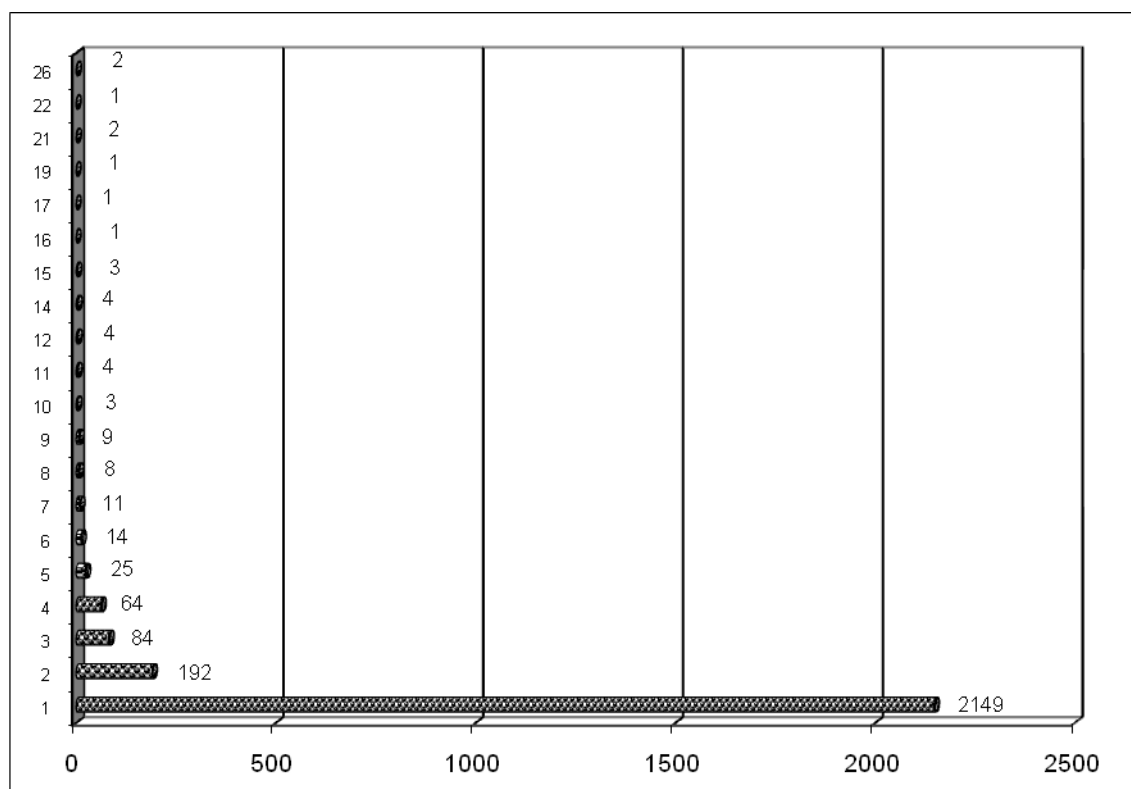
⁷⁶ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3130, fls. 66v- 67 v.

⁷⁷ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3129, fl. 122, 15 de Maio de 1896.

⁷⁸ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3130, fls. 37- 38v, 4 de Março de 1897.

frequência com que o fizeram. À medida que se efectuava o registo informático, tornou-se nítida a percepção da repetição de nomes. Procedeu-se, então, a um controlo pessoal, caso a caso, na perspectiva de esclarecer se havia indivíduos que na administração do concelho concederam abonação e/ou fiança a mais do que um emigrante. Constatou-se, por conseguinte, que a maioria apenas teve um abonado ou afiançado, mas houve um grupo de 434 indivíduos, muitos dos quais *brasileiros de torna viagem*, que se disponibilizou a exercer a função várias vezes, indo a frequência das mesmas concessões de duas a quase três dezenas, como bem o ilustra o gráfico n.º 9.

Gráfico n.º 3.9 – Frequência da abonação e/ou da fiança



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A.

Para um total de 3 993 emigrantes, encarados na dupla acepção de titulares e acompanhantes, existe o correspondente global de 2 582 abonadores e/ou fiadores, visto que 2149 indivíduos concederam essa obrigação uma única vez o que equivale a 83,2%

do total, e os restantes 16,8% outorgaram-na duas ou mais vezes. Os abonadores/fiadores dos emigrantes titulares eram os mesmos dos acompanhantes.

No grupo dos abonadores e/ou fiadores que assumiram múltiplas vezes o encargo, sobressaem os nomes de António Joaquim do Bompastor, nomeado em 4 de Junho de 1881 oficial de diligências da Administração do Concelho⁷⁹, que se responsabilizou por 26 emigrantes, 15 dos quais casados, de baixa condição socioprofissional como jornaleiros, pedreiros e marítimos; João da Cunha Santos, amanuense da administração concelhia que se responsabilizou por igual contingente de 26 emigrantes, na maioria casados, de profissões humildes, onde se incluem dois agregados familiares compostos por marido, esposa e dois filhos menores, um pai com o filho e um exposto; Marcelino Lourenço Gomes, que de oficial de diligências do tribunal se alcandorou à presidência da Câmara, outorgou-a a 22 indivíduos, inclusive a três filhos. A Gregório Lourenço Gomes, de 13 anos de idade, com destino ao Rio de Janeiro, sem indicação de recomendação e com a viagem paga pelo pai⁸⁰; a Carlos Lourenço Gomes Maia, de 13 anos, recomendado ao primo Custódio Francisco Martins, residente em Pernambuco, com a viagem liquidada pelo pai⁸¹ e, a José Lourenço Gomes Maia, de 21 anos de idade e solteiro, recomendado ao irmão Manuel Lourenço Gomes Maia, a viver no Rio de Janeiro, com a viagem igualmente paga pelo pai⁸². Os restantes emigrantes eram maioritariamente solteiros e marítimos, alguns órfãos de pai. O licenciado José António Aureliano Ferreira Barbosa concedeu a fiança a 21 emigrantes, assim como Manuel da Silva Lopes, proprietário de Vila do Conde⁸³. Foram os funcionários públicos que tiveram a primazia na frequência das fianças concedidas, eles conheciam bem os meandros da lei e as formas de a contornar em caso de aperto.

⁷⁹ AMVC – *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livro 149, fls.119v-120.

⁸⁰ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 140v, 18 de Junho de 1869.

⁸¹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3117, fl. 75v, 25 de Setembro de 1872.

⁸² AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3117, fl.89, 12 de Novembro de 1872.

⁸³ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115- 3141 A.

Regista-se até uma certa alternância destes funcionários no protagonismo do acto, ora actuando como fiadores, ora como testemunhas de abonação.

Que razões estariam subjacentes a essa generosa disponibilidade? Na impossibilidade de encontrar réplica na documentação consultada para esta questão, restam meras conjecturas. Parece que a resposta reside na peculiaridade deste tipo de garantia, embora a sua natureza tivesse sofrido algumas alterações com o fluir do tempo, tratava-se de um compromisso condicionado, que só se efectivaria se o emigrante fosse sorteado e apurado para a vida militar. Como muitos dos afiançados rondavam os 14 anos, entre a assinatura do termo e o seu cumprimento efectivo decorria, em média, meia dúzia de anos⁸⁴. Ora, nesse intervalo de tempo muita coisa podia acontecer ao emigrante: ficar isento do serviço militar; regressar do Brasil, ou, se a vida corresse de feição, já ter a verba necessária para o pagamento da fiança ou da remissão, ou ainda, na pior das hipóteses, falecer. No caso de o fiador sofrer algum desaire que obstasse à sua responsabilização existiam sempre duas testemunhas para o substituir no imperativo legal.

Para além das possibilidades aventadas, não restam dúvidas de que laços de parentesco, de solidariedade e de confiança e, até mesmo, interesses económicos estariam subjacentes à decisão de afiançar. António Gonçalves de Faria, cordoeiro de profissão, prestou fiança a dezanove emigrantes, quase todos pescadores. Na base deste acto está certamente a actividade profissional dos emigrantes e seus familiares, gente ligada ao mar, grandes clientes de cordas para os aprestos de pesca. A miséria reinante na pátria legitimava o projecto emigratório dos mais desfavorecidos e, em simultâneo, os melhores colocados na sociedade local, por entenderem, possivelmente, o papel crucial da emigração para o Brasil no contexto da dinamização da economia nacional e local, facilitavam a concretização do almejado sonho através da outorga da fiança.

⁸⁴ Pela *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855* podiam ser recrutados para o exército os mancebos de vinte a vinte um anos completos e subsidiariamente os de vinte e dois anos (capítulo II, art. 6.º). A *lei de 6 de Agosto de 1896* antecipa a idade do recenseamento militar para os 19 anos (art. 26.º, ponto 1.º).

Algum tempo após a prestação da fiança, alguns fiadores foram à administração concelhia desonerarem-se. Os motivos alegados distendiam-se desde a simples vontade de se libertarem do ónus assumido até ao facto de o emigrante ter optado pela remissão do serviço militar. No ano de 1869, Rodrigo da Silva Carvalho requereu o cancelamento da fiança concedida a vários marítimos porque não desejava continuar a ser fiador (Anexo 6). No mesmo ano, Manuel Gomes de Sá procedeu de igual modo em relação ao embarcadiço José Martins, em virtude do pai do mesmo ter falecido e ele recear que o marítimo emigrasse definitivamente para o Brasil e consequentemente ser penalizado nos bens que tinha hipotecado⁸⁵. O despacho do Administrador nos casos de requerimento do cancelamento da fiança era de deferimento, desde que o fiador provasse por documento autêntico, ou por apresentação e reconhecimento legal da identidade de pessoa os factos que alegava. Os dois primeiros casos apresentados espelham o tipo de fiança que era dada aos embarcadiços, em princípio apenas para uma viagem de ida e volta, e o segundo evidencia também o receio de que os tripulantes dos navios se instalassem definitivamente no Brasil. É lícito deduzir que converter a partida temporária como tripulantes de navios em emigração definitiva seria uma prática comum.

Quem foram os indivíduos que outorgaram a abonação e/ou fiança? A função de abonar recaía quase sempre sobre o progenitor do emigrante. No caso de o mesmo ser já falecido, era a mãe quem assumia essa mesma responsabilidade. Se fosse órfão, encarregavam-se de dar o devido consentimento familiares mais ou menos próximos, como irmão, tio, avós, ou até mesmo os tutores. Mas no caso concreto da fiança, de acordo com a lei, só podia exercer essa função quem fosse proprietário, negociante ou estabelecido com loja importante na localidade de residência do requerente⁸⁶.

⁸⁵ AMVC – *Documento avulso* (Anexo 7).

⁸⁶ *Lei de 2 de Novembro de 1899*, Art. 70, § 5.º.

Na sede do concelho destacam-se os comerciantes e os funcionários públicos. Nas aldeias os lavradores, proprietários e negociantes. Alguns dos fiadores pertencentes ao funcionalismo público formavam uma elite sócio cultural com habilitações superiores como médicos, advogados, bacharéis e professores. Vários desempenhavam cargos políticos a vários níveis, principalmente nos órgãos locais.

Na linha da política dissuasora da emigração por parte das autoridades políticas e com intenção de obstar a alguns abusos, o Governador Civil do Porto recomendou ao poder concelhio para que nos processos organizados na administração para a concessão de passaportes no governo civil não fossem admitidos abonadores cuja idoneidade não fosse notoriamente reconhecida, excluindo-se sempre aqueles que de qualquer modo tivessem algum interesse na emigração, ou como tais fossem tidos, e bem assim os empregados de repartição pública, devendo as autoridades participar ao governo civil se algum desses empregados promovesse ou indevidamente facilitasse a corrente emigratória, a fim de lhes ser aplicada a responsabilidade competente “a tão reprovado procedimento”⁸⁷.

Também os elementos do clero deram uma prestimosa ajuda. Sendo a sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX e até à implantação do regime republicano marcadamente religiosa, na qual Estado e Igreja por vezes se confundiam, não podia o guia espiritual deixar de estar em sintonia com os projectos acalentados pelos seus paroquianos. Embora a tónica da Igreja fosse de reprovação do desenfreado caudal emigratório, utilizando (por solicitação do poder político) o púlpito como meio dissuasor ao dramatizar as consequências do fenómeno, na prática, coadjutores, párocos, reitores e vigários facultaram a partida de emigrantes através da concessão da fiança. Existem até suspeitas de conivência do pároco para com o emigrante e seus familiares, fazendo pequenas alterações da idade de modo a que o jovem ficasse isento da prestação

⁸⁷ *O Ave*, n.º 327, 23 de Fevereiro de 1913.

da fiança, ou então ligeiras omissões de nomes na listagem dos mancebos em condições de serem recenseados⁸⁸.

Os mestres de um amplo espectro profissional, como o ligado à construção naval e civil, barbeiros, sapateiros, cordoeiros, funileiros, moleiros e cantoneiros apoiaram, igualmente, o fluxo migratório dos seus conterrâneos através da concessão da formalidade oficial da fiança. As mulheres que abonaram a identidade e afiançaram eram esposas, mães solteiras ou viúvas.

Também é possível discernir no fluir do tempo várias gerações da mesma família a outorgarem a garantia da fiança. Sublinhe-se o caso concreto da família de José Régio: António Maria Pereira, avô paterno do escritor, de profissão ourives e comerciante de artigos de cera, prestou fiança a Manuel Gomes da Silva, solteiro, marítimo, natural de Vila do Conde para embarcar como tripulante em qualquer navio⁸⁹. Decorridos menos de dois anos do registo anterior, concedeu nova fiança, desta vez a Albino Gonçalves Calheiros, solteiro, natural de Vila do Conde⁹⁰. Por sua vez, José Maria Pereira Sobrinho, pai do romancista concedeu fiança a João Estêvão, filho de outro com o mesmo nome e de Carmina Rita de Jesus Leal, todos naturais de Vila do Conde⁹¹. Mas, não acabou aqui a prestação desta conceituada família na fiança e abonação dos emigrantes vilacondenses, porque Bento Fernandes Pereira, tio paterno de Régio e oficial de diligências da Câmara Municipal de Vila do Conde outorgou entre 1881 e 1910 fiança a dezasseis emigrantes de várias freguesias do concelho e foi testemunha abonatória de outros tantos.

A exigência do fiador acabava, por conseguinte, por ser um elemento selectivo e restritivo da emigração, porque os mais desfavorecidos, e foram eles que mais alimentaram a corrente emigratória para o Brasil, deparavam-se com alguma dificuldade

⁸⁸ ALVES, 1994: 150.

⁸⁹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3117, fl. 37v, 7 de Maio de 1872.

⁹⁰ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3118, fl. 48, 8 de Janeiro de 1874.

⁹¹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3137, fl. 139, 2 de Agosto de 1909.

em encontrar quem tomasse sobre si tamanho encargo. Como a maioria não podia contar com o pai, ou outros familiares proprietários ou bem colocados socialmente, teve de recorrer a outros indivíduos. Buscava o emigrante e seus familiares para essa responsável função as pessoas mais credíveis e idóneas, que gozavam de maior prestígio e reputação na sociedade local, sendo grande parte deles *brasileiros de torna viagem*. Sem se pretender fazer uma referência exaustiva, registam-se os nomes de alguns fiadores, cidadãos proeminentes da comunidade vilacondense:

- Agostinho Antunes de Azevedo concluiu os seus estudos eclesiásticos no Seminário do Porto, no ano de 1895. Em 1903 foi nomeado sub-inspector do ensino primário e agraciado com a comenda de Mérito Agrícola. Foi um investigador na área da história local. Colaborou em vários jornais e revistas e publicou um livro intitulado *Terra da Maia*. A Academia Portuguesa de História elegeu-o sócio-correspondente. Promoveu a fundação do Museu Abade de Sousa Maia e interessou-se pela organização do Museu Agrícola no concelho.

- António Alexandrino Pereira Andrade, conservador do registo predial, advogado e proeminente figura do Partido Regenerador.

- António Lopes Duarte emigrou para o Brasil onde casou com D. Maria da Conceição Lordelo, natural do Rio de Janeiro. Deste enlace matrimonial nasceram vários filhos, um deles contraiu conúbio com uma senhora da influente família dos Vasconcelos, com casa senhorial em Azurara e Vila do Conde. Regressou para exercer a actividade de armador de navios. Mercê destas influências passaram a ser alcunhados como os “Manducos”.

- Bento de Freitas Soares nasceu em Vila do Conde, de família dedicada ao pequeno comércio ligado ao mar. É de entre todos os fiadores aquele que atingiu uma maior auréola de notoriedade. Foi um estudante brilhante e um médico distinto. Como político foi respeitado e admirado por todos, até mesmo pelos seus adversários partidários. Militou no Partido Regenerador, foi presidente da Câmara de Vila do

Conde, deputado às Cortes, par do Reino e governador civil do Porto. Nesta qualidade protagonizou uma batalha contra a emigração clandestina. Terminou a sua carreira pública como director da Alfândega do Porto.

- Domingos Antunes de Azevedo (já referido no segundo capítulo deste estudo) formou-se em Medicina e trabalhou com o Dr. Ricardo Jorge na luta contra a pneumónica, tendo sido entregue aos seus cuidados a freguesia de Labruge onde prestou relevantes serviços no combate à epidemia que aí se manifestou. Pelo facto foi louvado em Carta Régia, datada de 27 de Junho de 1902. Juntamente com o seu primo (Agostinho Antunes de Azevedo) introduziu importantes inovações na lavoura concelhia. Fez parte da Comissão Reguladora das Carnes, tendo exercido papel primacial na fiscalização do Matadouro do Porto. Foi vice-presidente da autarquia, administrador do concelho e vereador municipal.

- Francisco de Vasconcelos Sousa Castro e Melo faz parte de uma importante família vilacondense com presença constante ao longo de gerações na administração concelhia e com lugar de destaque no património arquitectónico e cultural do concelho. A sua família, de pequenos fidalgos de Entre Douro e Minho, foi nobilitada durante o consulado pombalino. Em 1872 foi nomeado administrador do concelho pelo Partido Regenerador, mas em 1879 foi demitido pelo Partido Progressista. Neste mesmo ano foi eleito vereador da Câmara Municipal. Em 1881 voltou a exercer o cargo de administrador do concelho, nomeado pelo ministro Rodrigues Sampaio. Por carta de 11 de Janeiro de 1883 foi designado recebedor da comarca. Como responsável camarário foi económico e dinâmico, mandou alargar travessas e praças e construir prolongamentos de ruas e estradas.

- Francisco Joaquim da Silva, proprietário do “Hotel Rio Ave”, em Manaus, foi um homem solidário com os seus compatriotas, no país de acolhimento e na sua terra

natal. Em 1913, cedeu a quantia de 250\$00 a que tinha direito pela venda do terreno para o quartel dos Bombeiros de Vila do Conde, a favor da mesma associação⁹².

- João Lopes Baptista, comerciante em Vila do Conde, foi um fervoroso devoto do padroeiro da cidade – S. João Baptista. Na hora do seu passamento legou todos os seus bens à Igreja Matriz de Vila do Conde.

- Joaquim de Azevedo Lemos, abastado lavrador da freguesia de Modivas, concedeu fiança a meia dúzia de emigrantes, incluído a um filho de 13 anos de idade, que partiu com destino ao Rio de Janeiro⁹³. Era sobrinho-neto do general José António de Azevedo Lemos, militar que combateu os franceses durante a guerra peninsular e foi para o Brasil em 1815 com o Conde de Barbacena onde pelejou no Rio Grande do Sul e no Paraguai. Após a independência do Brasil o general Azevedo Lemos regressou à pátria, aliando-se a D. Miguel durante a guerra fratricida (1832-34), sendo encarregado pelo mesmo monarca de negociar a Convenção de Évora Monte⁹⁴.

- Joaquim de Oliveira Maia, um guilhabrense estabelecido no Maranhão no princípio do século XX, à sua freguesia não negou o contributo para as festividades à Senhora das Dores e apoiou monetariamente a celebração do Entrudo. A igreja paroquial também usufruiu do seu auxílio na reconstrução da sua tribuna⁹⁵.

- Joaquim Fernandes Pinto, Albino Fernandes Pinto e Agostinho Fernandes Pinto foram três irmãos que se distinguiram em São Paulo no ramo dos negócios nos finais do século XIX e início do seguinte⁹⁶.

- José Antunes de Azevedo, entre 1894 e 1938, foi boticário e proprietário daquela que é considerada a mais antiga farmácia do país na posse da mesma família. Trata-se da farmácia da Lameira, na freguesia de Mosteiró, fundada no ano de 1737.

⁹² O DEMOCRÁTICO, n.º31, 21 de Dezembro de 1913.

⁹³ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3116, fl. 18, 31 de Dezembro de 1869.

⁹⁴ SERRÃO, 1992: 477.

⁹⁵ O Ave, n.º 78, 7 de Março de 1908.

⁹⁶ O Ave, n.º 312, 10 de Novembro de 1912.

- José Branco Soares Galiza, alquilador da cidade do Porto e homem com negócio em Vila do Conde e Póvoa de Varzim de aluguer de trens de luxo para casamentos ou baptizados, carros fúnebres, coches dourados, landeaus para anjinhos, carroças para transportes diversos e americanos, adquiriu por mil libras todo o activo da empresa de João Ferreira Dias Guimarães e João Ferreira de Araújo Guimarães, mentores do serviço de carro americano entre Vila do Conde e a Póvoa do Varzim inaugurado em 15 de Outubro de 1874. Renovou o material circulante e ampliou a rede do americano até à praia de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim⁹⁷.

- José do Nascimento Castelo, originário da vila da Ericeira, era filho do piloto-mór da barra de Vila do Conde, Manuel do Nascimento Castelo. Foi um rico proprietário, com negócios ligados ao mar. Possuía várias casas na vila, entre elas aquela onde residiu Antero de Quental de 1881 até 1891.

- José Fernandes Tomé da Silva desempenhou o cargo de amanuense da Câmara Municipal e da Roda dos Expostos. Esta instituição debateu-se ao longo dos seus vinte anos de efectivo funcionamento (1835-1854) com graves carências económicas, tendo ele adiantado, por diversas vezes, as verbas necessárias para suprir as prementes necessidades.

- José Martins de Araújo, oriundo da freguesia de Touguinhó, foi um afamado construtor naval conjuntamente com outros elementos da família.

- José Pereira Ramos, natural da freguesia de Vairão, atingiu em Pernambuco notoriedade no mundo dos negócios, tornando-se 2.º sócio da firma comercial Ferreira & Ramos, com várias lojas de mercearia, de venda a grosso e a retalho⁹⁸. Juntamente com o seu irmão Ventura Pereira Ramos, também emigrante *brasileiro*, contribuiu generosamente para melhoramentos no seu torrão natal⁹⁹.

⁹⁷ PILOTO; SANTOSb 2002: 82- 86.

⁹⁸ *O Democrático*, n.º 26, 15 de Novembro de 1913.

⁹⁹ *O Democrático*, n.º 21, 12 de Outubro de 1913.

- Manuel António Pereira exerceu a função de secretário da Câmara Municipal de Vila do Conde e foi pai de três emigrantes¹⁰⁰.

- Marcelino Lourenço Gomes¹⁰¹ filho de Lourenço Gomes e de Ana Francisca, nasceu na freguesia de Árvore, no ano em que o Brasil alcançou a sua independência. Pai e filho foram relojoeiros com perícia invulgar, conhecidos em toda a *Terra da Maia*. Foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Azurara de 1887 a 1891, vereador da câmara municipal de Vila do Conde e procurador fiscal de 1862 a 1863. No triénio de 1887-1889 foi de novo eleito vereador, servindo de presidente desde 6 de Abril a 10 de Agosto de 1887, por “se achar em cortes em que foi tomar assento como deputado pelo círculo de Vila do Conde o doutor Júlio César de Faria Graça, então presidente do município”¹⁰². Em sessão de 4 de Janeiro de 1888 foi eleito vice-presidente da edilidade, lugar em que se manteve até 31 de Dezembro de 1892. Reeleito ainda vice-presidente em sessão de 7 de Janeiro de 1896, ascendeu, por fim, ao cargo de presidente em 7 de Janeiro de 1897, desempenhando essa função até 31 de Dezembro de 1898.

Como presidente da câmara municipal gozou de grande prestígio, pagava pontualmente a fornecedores e empreiteiros, cumprindo com especial cuidado as amortizações da dívida. No período das querelas políticas entre Bento de Freitas Soares e Júlio Graça gozou de uma clara e decisiva influência. Serviu de procurador desvelado a muitas famílias pobres, acompanhando os mais desfavorecidos nas suas demandas, inventários e processos crimes, de modo que em tempo de eleições estava sempre a seu

¹⁰⁰ João António Pereira, de 15 anos de idade, que partiu em direcção ao Brasil com a viagem paga pelo pai e António Emílio Pereira, de 13 anos, que no mesmo dia obteve termo de consentimento do seu pai para embarcar com destino a Pernambuco, recomendado ao seu irmão Francisco António Pereira que também pagou a viagem transatlântica (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3116, fls. 111 e 111v, 7 de Junho de 1871).

¹⁰¹ O seu neto, com o mesmo nome, nascido a 11 de Fevereiro de 1883, na freguesia das Graças da cidade do Recife, filho de Carlos Lourenço Gomes, natural da freguesia de Árvore, e de D. Maria Matilde Martins Gomes solicitou termo de nacionalidade portuguesa no ano de 1906. Para comprovar a naturalidade brasileira requereu ao bispo do Porto, em 23 de Fevereiro de 1906, autorização para se passar pública forma da declaração de nascimento original arquivada no processo do seu casamento, realizado em Setembro de 1904, que obteve despacho favorável em 1 de Março de 1906. Seis anos depois, foi a vez do irmão do anterior, Manuel Lourenço Gomes, casado, com a profissão de médico, adoptar a nacionalidade lusa (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

¹⁰² DACIANO, 1963: 8.

lado esse exército de favorecidos pelo seu prestígio. Recorda-se que foi das pessoas que maior número de abonação e fiança concedeu aos expatriados. Faleceu na sua casa, na freguesia de Árvore, em 11 de Novembro de 1908, contava então 86 anos de idade.

- Narciso António Campos, armador de navios, que exercia a sua actividade em sociedade com o irmão Joaquim António Campos, emigrante em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

- Serafim Gonçalves das Neves nasceu em Azurara, em 1868. Realizou os seus estudos no Seminário do Porto. Em 1892 prestou provas públicas para pregador na igreja de Serzedo, em Gaia, sendo já abade encomendado na freguesia de Fajozes. No dia 24 de Setembro de 1900 foi nomeado abade e colocado em Azurara, cargo que conservou até à morte. Foi também um distinto jornalista, durante muitos anos colaborou como correspondente do *Comércio do Porto* e de outros jornais, revistas e boletins. Deixou publicados diversos trabalhos de história e etnografia sobre Azurara, Vila do Conde e outras localidades, elaborados por vezes em parceria com os doutores Bertino Daciano e Eugénio Andrea da Cunha e Freitas. Faleceu na sua residência em Azurara, no dia 2 de Junho de 1972, com 104 anos. Serafim das Neves era personalidade querida dos azurarenses que lhe erigiram um busto no adro da igreja paroquial.

- Serafim Gonçalves Porto Maia, importante proprietário da freguesia de Fornelo, era filho do *brasileiro* de torna viagem Narciso Gonçalves Maia e foi, à semelhança do seu pai, um devotado filantropo¹⁰³.

Os emigrantes *brasileiros* afiançados pelas individualidades que acabamos de nomear eram, por certo, filhos de famílias dignas da maior confiança¹⁰⁴.

¹⁰³ Aquando do encerramento do Convento de Vairão, disponibilizou uma propriedade perto da sua casa onde as religiosas fundaram o colégio de Santa Isabel (PILOTO; SANTOSa, 2002: 58).

¹⁰⁴ Os dados biográficos sobre as referidas personalidades foram colhidos em diversas fontes, como a imprensa regional (*Correio do Ave*, *A Voz do Ave*, *O Ave*, *O Comércio de Vila do Conde*, *O Democrático*, *Informação Vilacondense*, *Ilustração Villacondense*, *A Renovação*, *Jornal de Villa do Conde*, *Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro*), em documentação vária do AMVC, designadamente no fundo da Administração do Concelho (*correspondência expedida e recebida*, *requerimentos*, *licenças*, *declarações*

3.4 Recomendação

Tão ou mais importante do que ter um fiador que permitia a partida do quase sempre jovem emigrante, era poder contar do outro lado do Atlântico, à chegada, com o acolhimento de familiares, amigos ou conhecidos que asseguravam alojamento e o tão desejado emprego. Tal circunstância podia, eventualmente, marcar a diferença entre o fracasso e o sucesso do projecto emigratório. Aliás, na resposta à circular sobre emigração remetida pelo director do jornal *O Século* o administrador do concelho de Vila do Conde, Baltazar do Couto, ele próprio *brasileiro* foi peremptório em responder que o português emigrava quase exclusivamente para o Brasil porque tinha naquele país um parente, um amigo, um conterrâneo com quem podia contar para o colocar e amparar nos primeiros passos da sua nova vida¹⁰⁵.

Na óptica de Jorge Alves, a recomendação dos jovens para os familiares, amigos e compadres no Brasil era uma prática comum, mostrando a importância das redes de solidariedade neste contexto. Quem os esperava do lado de lá eram negociantes e empregados comerciais que um dia daqui tinham abalado e, não raramente, *O Comércio do Porto*, nas crónicas sobre o Brasil descrevia a forma como esses rapazes imberbes, à chegada, de carta na mão, interrogavam as pessoas sobre os endereços que consigo traziam¹⁰⁶.

No caso concreto da emigração vilacondense, pelo que foi possível apurar, a maioria dos emigrantes viajou desprovida de recomendação, mas houve quem para maior segurança tivesse ido duplamente favorecido, como foi o caso de José Moreira Quintas Júnior, natural de Malta, de 18 anos de idade, que emigrou para o Rio de

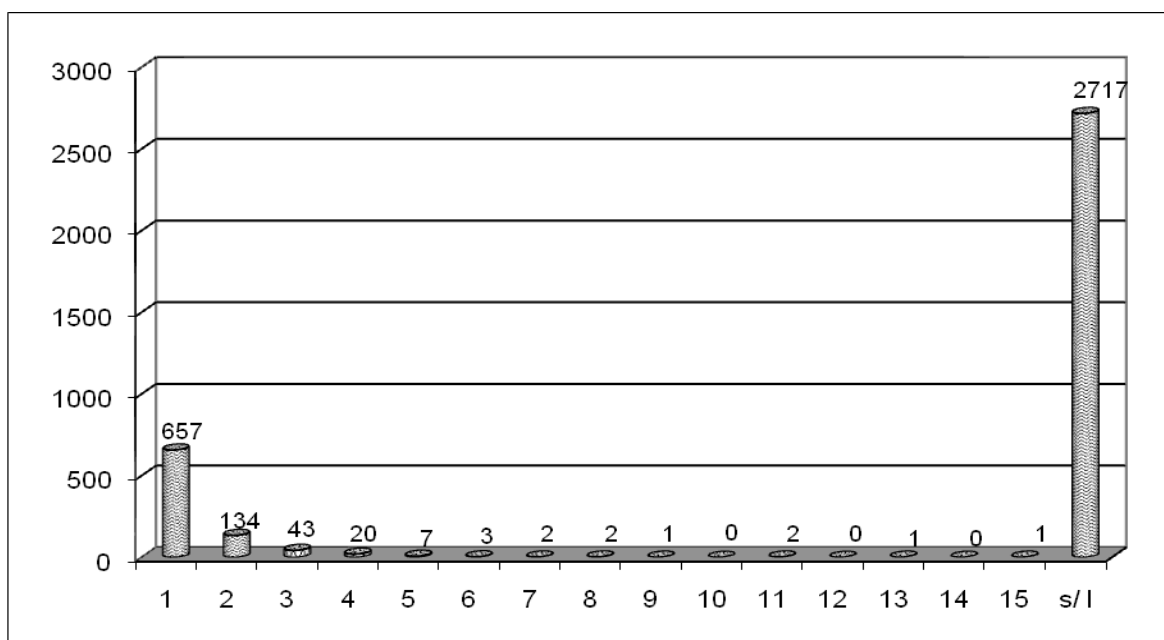
de nacionalidade e termos de responsabilidade e fiança), em fundos diversos (confrarias, eclesiástico, paroquial e particulares), no *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde* e ainda em várias obras.

¹⁰⁵ AMVC – *Copiador de correspondência expedida*, livro 2873, fls. 64- 65, 31 de Outubro de 1912.

¹⁰⁶ ALVES, 1994: 78.

Janeiro recomendado a José Moreira Quintas, seu tio paterno, e a Sebastião José da Costa¹⁰⁷.

Gráfico n.º 3.10 – Frequência da Recomendação



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A.

Mesmo tendo em consideração o relativismo dos dados apresentados, já que são pouco frequentes as anotações alusivas à recomendação até ao ano de 1896, deixando definitivamente de constar após esta data, algumas inferências podem ser retiradas.

Perspectivado o fluxo emigratório na vertente de titulares e acompanhantes verifica-se que a maioria dos recebedores limitou-se a acolher apenas um emigrante, mas um outro grupo de vilacondenses radicados no Brasil recebeu vários seus conterrâneos. Do total de 873 recebedores, 657 concederam a recomendação apenas uma única vez, e 216 mais do que uma. Assim, 134 *brasileiros* disponibilizaram-se cada um a dar recomendação a dois expatriados, 43 - três, 20 - quatro, 7 - cinco, 3 - seis, 2 - sete, 2 - oito, 1 - nove, 2 - onze, 1 - treze e 15 emigrantes vilacondenses partiram

¹⁰⁷ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3124, fl. 102v, 19 de Fevereiro de 1884.

favorecidos pela influência de um único brasileiro¹⁰⁸. Os *brasileiros* que mais conterrâneos acolheram foram, por ordem decrescente, José de Azevedo Fernandes que recebeu quinze expatriados, entre os quais se inseria um seu sobrinho e um primo; José Lopes Alheiro que concedeu esse apoio a treze vilacondenses, incluindo três sobrinhos; José dos Santos Silva que deu recomendação a onze emigrados e pagou a viagem a três deles e José Lopes de Azevedo que acolheu igual número, entre os quais um irmão e um sobrinho e liquidou a viagem a dois.

Apesar do carácter restritivo da informação proporcionada pelo suporte empírico seleccionado, já que em 2717 registos não consta esta variável, fez-se o reconhecimento possível das redes de solidariedade neste contexto. A maior parte do êxodo transatlântico vilacondense, perspectivado na qualidade de titular e acompanhante foi, por conseguinte, alimentado por gente que partiu sem recomendação. Os que partiram com carta de recomendação eram, na sua maioria, menores de 14 anos, formando uma espécie de grupo “privilegiado”. Antes da existência dos contratos de locação de serviços, a via brasileira quase só estava ao alcance de elementos de famílias com posses para suportarem as despesas inerentes ao processo emigratório, entre as quais a fiança e a viagem transatlântica eram das mais gravosas. O envio de caixeiros para o Brasil por parte das casas comerciais do Porto com carta de recomendação era o mais usual¹⁰⁹. Os homens adultos e casados, assim como os marítimos (que constituíram o maior contingente de emigrados) muito raramente beneficiaram de recomendação.

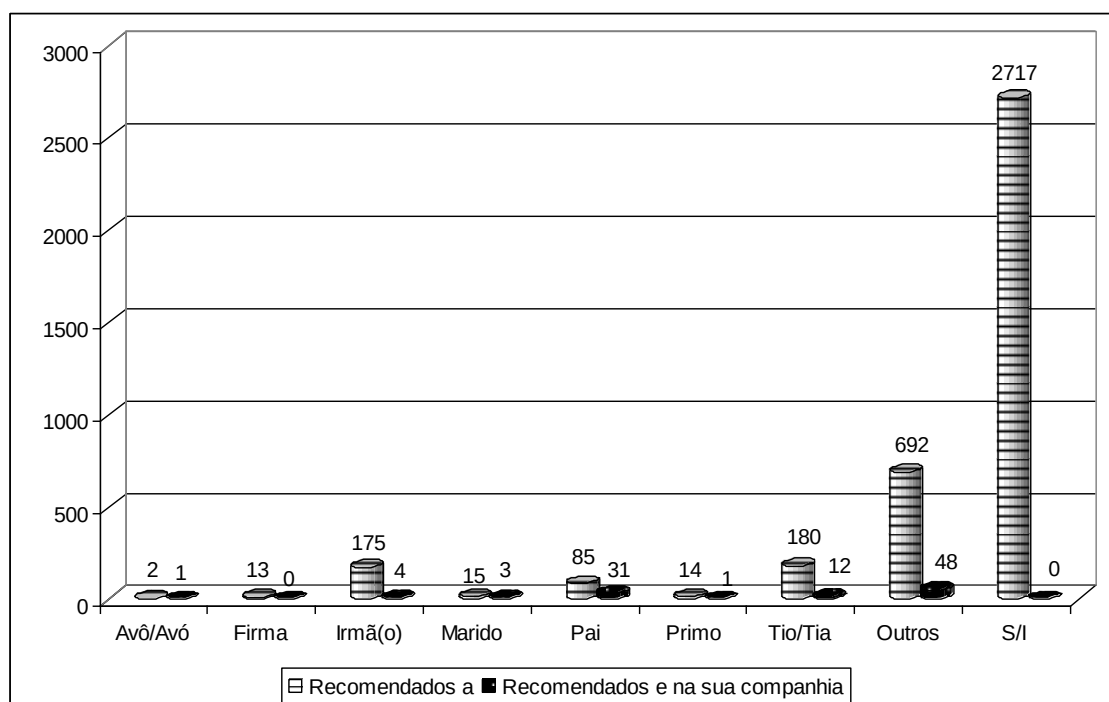
Os que partiram com recomendação foram-no prioritariamente a conhecidos, amigos e antigos conterrâneos e, secundariamente a parentes, com diversos graus de afinidade. Uma centena de recomendados aproveitou para viajar na companhia do seu protector, quando este, após estanciar por algum tempo em Portugal para matar saudades da família, passar férias ou tratar de negócios, decidia levar consigo criados ou

¹⁰⁸ Como o gráfico indica não foi contabilizado nenhum *brasileiro* a receber dez, doze ou catorze emigrantes.

¹⁰⁹ ALVES, 1993: 80.

caixeiros da terra de origem. Casos existindo em que o emigrante original retornou para proteger a viagem dos familiares¹¹⁰.

Gráfico n.º 3.11 – Brasileiros que concederam recomendação



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A

A amplitude da rede de solidariedade familiar no que concerne a esta variável abarca um total de 523 emigrantes, o que equivale a 41% do fluxo com recomendação. Ao cuidado de tios abalaram 192 emigrantes, doze dos quais viajaram na companhia do seu protector; recomendados a um irmão partiram 179 expatriados, quatro deles viajaram em conjunto; sob a protecção paterna partiram 116 emigrantes, 31 dos quais beneficiaram no percurso transoceânico da companhia do progenitor; favorecidas pela protecção do marido partiram dezoito mulheres, três partiram conjuntamente com o cônjuge; recomendados a primos emigraram 15 indivíduos, um deles viajou juntamente com o primo; e, por último, dois jovens partiram protegidos pela avó e um pelo avô.

¹¹⁰ ALVES, 1993: 82.

António de Sousa Azevedo, de 11 anos de idade, natural de Vairão, viajou para Pernambuco recomendado à sua avó Maria Joaquina de Oliveira, com a abonação e pagamento da viagem efectuados pelo pai¹¹¹; Torcato de Azevedo Carvalho, natural da freguesia de Azurara, de 12 anos de idade, filho de Máximo António Carvalho, foi para Pernambuco recomendado ao avó Faustino de Azevedo que também liquidou a viagem transatlântica¹¹²; por sua vez, Delfim Bouças, de 11 anos, natural de Vilar do Pinheiro, foi na companhia da sua avó Josefa Maria de Jesus para o Rio de Janeiro¹¹³.

Condensou-se na coluna “Outros” os emigrantes que foram ao cuidado de *brasileiros* com quem não tinham, pelo menos aparentemente, qualquer laço de parentesco. Rumaram ao Brasil nesta condição 740 emigrantes, 692 apenas a eles endereçados e 48 na companhia dos mesmos. Quem os acolhia do outro lado do Atlântico eram, regra geral, os negociantes e empregados de comércio que um dia tinham largado a pequenez e a pobreza da sua terra natal, e após longos anos de permanência no Brasil gozavam de uma situação económico-social estável. Aliado ao grupo anterior estavam as firmas fundadas pelos emigrantes bem sucedidos, ainda que esse sucesso possa ser sempre relativizado. Treze emigrantes partiram recomendados a firmas de natureza comercial, localizadas primordialmente na grande metrópole do Rio de Janeiro como a Castro & C.^a; Almeida & C.^a; Abraão & C.^a e Manuel da Silva Aveleda & C.^a. Em Maranhão, Santos e Pernambuco há referência às firmas António Pereira Ramos de Almeida & C.^a; Maia Sobrinhos & C.^a; Santos Sobrinho & C.^a e a Bento de Sousa & C.^a. Para os jovens que viajaram ao cuidado das firmas comerciais a vida que os esperava poderia não ser tão dura e custosa como a vida nos ofícios e nas plantações, mas a carreira comercial começava quase sempre pela entrada como marçano. Era, então, um verdadeiro criado para todo o serviço, dependente até dos

¹¹¹ AMVC – *Registo dos termos de responsabilidade e fiança*, livro 3117, fl. 59v, 30 de Agosto de 1872.

¹¹² AMVC – *Registo dos termos de responsabilidade e fiança*, livro 3122, fl. 125v, 15 de Novembro de 1881.

¹¹³ AMVC – *Registo dos termos de responsabilidade e fiança*, livro 3127, fl. 100, 14 de Setembro de 1889.

colegas caixeiros mais velhos, vivendo permanentemente em casa do patrão, em sótãos, cubículos, ou mesmo nos armazéns, não conhecendo férias, horários, nem descanso semanal, senão já no limiar do século XX¹¹⁴.

Embora o facto de se ir recomendado não fosse garantia do sucesso do projecto emigratório, é plausível que os emigrantes devidamente encaminhados para amigos, conhecidos e parentes tivessem, *a priori*, maiores probabilidades de singrarem no país de acolhimento e, conseqüentemente, alcançarem situações confortáveis. Mas, como já ficou atrás referido, o caudal mais substancial lançou-se à aventura brasileira completamente entregue a si próprio. O total dos que partiram ao sabor da sorte ou até como “prisoneiros” das redes de engajadores ascende a 68%. A miséria que reinava na pátria impulsionava-os para o Novo Mundo, onde havia carência de mão-de-obra obediente, capaz e barata. Tudo girava num mar de interesses, nem sempre justos nem recíprocos, mas quem tinha necessidade a tudo se sujeitava.

Do conjunto dos que acolheram os emigrantes, realça-se o nome daqueles que se notabilizaram pelo estatuto socioeconómico alcançado no país de origem e de acolhimento, assim como pela filantropia praticada em benefício da terra natal.

- António Ferreira Vilas Boas, natural da freguesia de Guilhabreu, filho de António Ferreira Milréus, bem cedo deve ter emigrado para o Brasil. Em 12 de Abril de 1897 deu recomendação ao seu irmão Carlos Ferreira Vilas Boas, de 11 anos de idade¹¹⁵. Destacou-se como homem de negócios no sector livreiro do Rio de Janeiro. Visitou por várias vezes o seu rincão natal concedendo sempre dádivas para obras de interesse público na freguesia¹¹⁶. Faleceu na Suíça, no início do ano de 1911¹¹⁷.

- Boaventura Rodrigues de Sousa deu recomendação a três emigrantes: ao seu sobrinho, Bento Rodrigues de Sousa, futuro barão do Rio Ave, na altura com 13 anos de

¹¹⁴ ALVES, 1994: 77.

¹¹⁵ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3130, fl. 44v.

¹¹⁶ O Ave, n.º 190, 21 de Maio de 1910.

¹¹⁷ O Ave, n.º 227, 19 de Fevereiro de 1911.

idade que partiu com a passagem paga pelo pai¹¹⁸; a José Ferreira da Costa Faria, de 11 anos de idade, natural da Junqueira, com a viagem liquidada pelo progenitor, o doutor Manuel da Costa Faria, (neste caso concreto o emigrante viajou na companhia do recebedor)¹¹⁹; e a Joaquim dos Santos Pereira, de 12 anos de idade, natural de Labruge, filho de Manuel dos Santos Pereira que pagou o respectivo transporte transatlântico¹²⁰.

Boaventura Rodrigues de Sousa era filho de Manuel Rodrigues de Sousa e de Ana Joaquina de Jesus. Nasceu na freguesia de Vairão e ainda jovem emigrou para o Brasil, onde casou com Maria Alves de Sousa, proprietária, natural da cidade de Santos, estado de São Paulo. No Brasil foi um negociante de grande sucesso e um abastado capitalista. Aí fundou com outros compatriotas a Sociedade Portuguesa de Beneficência, sendo-lhe concedido o título de conselheiro¹²¹. De regresso a Portugal, em 1894, requereu a naturalidade brasileira para os seus filhos¹²², e no ano de 1908 esteve de visita a Vila do Conde acompanhado da sua esposa. Faleceu nesse mesmo ano no seu magnífico palacete na cidade do Porto, na avenida da Boavista¹²³. Legou no seu testamento uma verba para a reconstrução da Capela de S. Ovídio da freguesia de Vairão¹²⁴.

- Frei Bento do Monte Carmelo Flores, frade carmelita, que vivia no mosteiro da sua ordem em Pernambuco, exerceu, em simultâneo, no ano de 1876, as funções de capelanía e de regente do serviço interno da capela do Real Hospital, inaugurada em 16 de Setembro de 1859¹²⁵. Estanciava por longos períodos em Vila do Conde, onde à semelhança dos outros membros da família gozava de grande estima. A 4 de Setembro de 1878 partiu novamente para Pernambuco levando na sua companhia o seu sobrinho

¹¹⁸ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 7, 12 de Outubro de 1865.

¹¹⁹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3128, fl. 55, 25 de Junho de 1892.

¹²⁰ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3128, fl. 80, 30 de Agosto de 1892.

¹²¹ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 42, 2 de Novembro de 1887.

¹²² AMVC – *Registo de declarações de nacionalidade*, pasta 2815.

¹²³ *O Ave*, n.º 82, 4 de Abril de 1908. Entre 1926 e 1958 esteve instalado no seu palacete o Colégio de Nossa Senhora do Rosário (ALMEIDA, 1999:90).

¹²⁴ *Reflexos*, n.º 28, 17 de Março de 1988.

¹²⁵ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 30, 21 de Setembro de 1887.

António Luís de Aguiar¹²⁶, de 11 anos de idade. Este menor faleceu dias depois de chegar ao Brasil, em 28 de Outubro de 1878, vitimado pela febre-amarela¹²⁷.

- José de Azevedo Maia¹²⁸ deu recomendação ao seu conterrâneo Joaquim Domingues Ramalho de 13 anos, filho de Albino Domingues Ramalho, proprietário, que afiançou e pagou a viagem e, em 1894, a Marcelino Lopes de Azevedo Maia, de 15 anos, natural de Árvore, filho de Manuel Lopes de Azevedo, que pagou a viagem transoceânica. José Maia tornou-se num importante negociante do Rio de Janeiro, apesar de a morte o ceifar precocemente, pois ali feneceu em 1907, com 36 anos de idade¹²⁹.

- José de Azevedo Fernandes, filantropo da freguesia de Tougues e considerado capitalista na Baía, chamou para junto de si três compatriotas: José Luís de Castro, de 14 anos de idade, com a viagem paga pelo pai¹³⁰, António Gonçalves Pato, de 13 anos de idade, com a passagem paga pelo tio¹³¹ e José Pereira dos Reis, de 13 anos de idade, com o transporte pago pelo pai¹³². Em 1907, faleceu na Baía com 72 anos de idade a sua esposa D. Rita Rosa de Jesus Azevedo¹³³.

- José Maria Pereira era filho de António Fernandes Pereira e de Ana Rita de Jesus. Este casal teve uma prole de 14 filhos. José Maria tirou passaporte para Pernambuco em 9 de Novembro de 1844, com 14 anos de idade. Na década de 70 ao reembarcar, agora com destino ao Rio de Janeiro, dá como profissão negociante, era então sócio comanditário da firma Manuel Pinto da Silva & C^a. Na mesma altura, partiu favorecido pela sua recomendação o seu compatriota Miguel Lopes Carneiro, de 13 anos de idade, natural de Vila do Conde, afiançado pela mãe, Isabel da Silva, solteira, que também pagou a viagem¹³⁴.

¹²⁶ Já lá se encontrava o irmão Bento Luís de Aguiar que se tornou um importante homem de negócios na praça de Pernambuco, de quem se traçará o perfil biográfico no último capítulo da presente tese.

¹²⁷ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3120, fl. 101v.

¹²⁸ Natural da freguesia de Mindelo emigrou em 23 de Fevereiro de 1872, com 13 anos de idade para o Rio de Janeiro, recomendado a Marcelino de Oliveira Maia, com a viagem paga por Joaquim de Oliveira Maia e afiançado pelo pai (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3117, fl. 20v).

¹²⁹ *O Ave*, n.º 35, 10 de Maio de 1907.

¹³⁰ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3120, fl. 140, 31 de Janeiro de 1879.

¹³¹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3122, fl. 73, 13 de Junho de 1881.

¹³² AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3123, fl. 14 v, 12 de Janeiro de 1882.

¹³³ *O Ave*, ano I, n.º 35, 10 de Maio de 1907.

¹³⁴ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3119, fl. 152v, 22 de Março de 1877.

Angariou razoável fortuna e visitou a França mais do que uma vez. José Maria Pereira foi o tio-avô do insigne escritor José Régio. Faleceu solteiro na sua terra natal e fez herdeira quase universal a sua irmã Maria Libânia, a matriarca da família. É com este tio *Brasileiro*, de quem Régio fala no romance *A Velha Casa*, que a família Reis Pereira é catapultada económica e socialmente¹³⁵.

¹³⁵ ALVES, 1994: 339.

3.5 – Pagamento da viagem transatlântica

Até aos anos 70 do século XIX, as viagens transatlânticas eram realizadas em veleiros lentos e incómodos, levando a travessia cerca de 40 dias. O preço da viagem custava em média entre os 30 e 40 réis¹³⁶. Progressivamente, o negócio do transporte intercontinental passou a ser dominado pelos vapores, quase todos pertencentes a companhias estrangeiras, com uma estrutura económica sólida, desde a publicidade aguerrida às carreiras internacionais, passando por preços cada vez mais atractivos, sobre os quais era quase impossível legislar¹³⁷. Com os barcos a vapor as viagens tornaram-se mais cómodas e rápidas, decrescendo a sua duração para um terço. Na era dos veleiros as empresas portuguesas tinham a primazia no transporte transoceânico, havendo notícias de grande actividade nos estaleiros do Ouro, Gaia e Vila do Conde¹³⁸, mas quando a força motriz se impôs na década de 1870, os veleiros portugueses foram desaparecendo, e os vapores ingleses ficaram sozinhos no mar¹³⁹.

Surgiram, entretanto, empresas de transporte marítimo subvencionadas pelo governo brasileiro que ofereciam passagens com grande redução de preços para o Rio de Janeiro e Santos¹⁴⁰. Embora alguns contratos estipulassem que o navio devia ser de primeira classe, ter condições higiénicas e de conforto dignas e que a viagem não podia demorar mais de 22 dias, na verdade, as queixas contra as péssimas condições dos navios que faziam o transporte dos emigrantes eram frequentes¹⁴¹. Também, nem sempre o governo brasileiro cumpria com rigor o acordado com as companhias de navegação, algumas tiveram de instaurar acções judiciais contra a justiça brasileira, como o fez, entre outras, a firma Palmeira Fontana Aquino & C.^a, no ano de 1890, no sentido de ser ressarcida por perdas e danos no valor de 1 500 contos de réis¹⁴².

Na opinião de um periódico nacional, o meio mais odioso de contratar colonos era através do contrato celebrado por alguns armadores e capitães de navios, que depois

¹³⁶ Em 1863 a viagem para o Brasil custava 38\$000 réis; em 1882 baixou para 36\$000 réis; e em 1910 aumentou para 43\$000 réis (LEITE, 1987: 466).

¹³⁷ PEREIRA, 1993:11.

¹³⁸ ALVES, 1994: 236.

¹³⁹ LEITE, 1991: 749.

¹⁴⁰ ALVES, 1994: 240.

¹⁴¹ ASSIS; DUARTE, 2006: 36-37.

¹⁴² RIBEIRO, 2007: 121.

os vendiam a bordo, como num mercado de escravos¹⁴³. Segundo Joel Serrão, o preço do transporte dos emigrantes destinados ao serviço agrícola era adiantado pelo proprietário da fazenda e descontado posteriormente nos ordenados do imigrante, remunerado em regime de parceria ou nomeação¹⁴⁴. O preço da passagem correspondia, quase sempre, ao valor de três anos de serviços pessoais quando o emigrante não tinha profissão definida¹⁴⁵.

Em geral, como o engajado era pobre, os pais hipotecavam as terras da futura legítima e mais bens do casal, pagando juros de taxa exorbitante, nunca menos de 10%¹⁴⁶. Na documentação consultada há expressa referência a dois emigrantes, cuja passagem foi paga pela legítima: António Araújo, de 13 anos de idade, que viajou de Vairão para o Rio de Janeiro com a viagem paga pela legítima materna¹⁴⁷, e o órfão, Manuel dos Santos Azevedo, de 12 anos, que prestou em 30 de Agosto de 1878 termo de fiança na administração concelhia para se poder ausentar da freguesia de Árvore para Pernambuco¹⁴⁸.

Emigrar acarretava uma série de burocracia e de encargos financeiros, entre os quais o pagamento da viagem transatlântica era dos mais gravosos. Na perspectiva de Costa Leite, como a maior parte da emigração portuguesa – sobretudo a do continente – era livre de contrato e portanto não subsidiada, pode dizer-se que a generalidade dos emigrantes dispunha de algum capital ou crédito: os emigrantes não eram a camada mais miserável e desprotegida da população¹⁴⁹.

Quem emigrava clandestinamente escapava às despesas adstritas ao processo burocrático, mas não às da viagem, mesmo que metidos sub-repticiamente nos porões dos navios, havia sempre um preço a pagar. E os futuros emigrantes recorriam a variados expedientes para apurarem algum capital para saldar os inevitáveis custos.

¹⁴³ *A Federação*, n.º 15, 7 de Fevereiro de 1857.

¹⁴⁴ SERRÃO, 1974: 49-50.

¹⁴⁵ *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1873

¹⁴⁶ PEREIRA, 1983: 107.

¹⁴⁷ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 144v, 29 de Julho de 1868.

¹⁴⁸ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3120, fl. 97v.

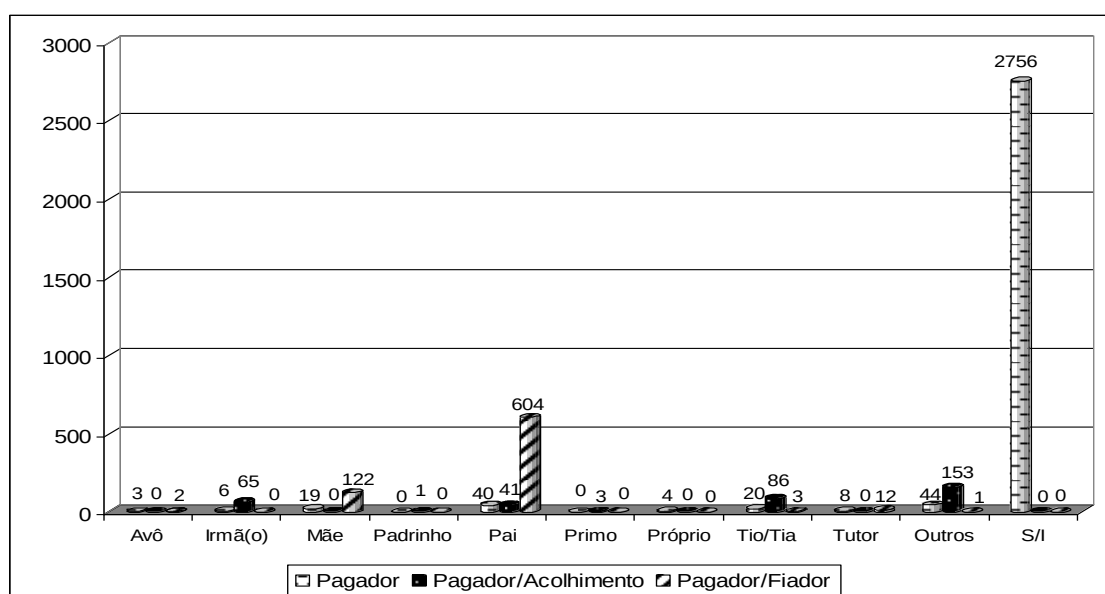
¹⁴⁹ LEITE, 1987: 468.

Assim, logo que pensou em emigrar, Olímpio Oliveira, natural de Azurara, começou aos domingos à tarde a fazer leilão de seus móveis¹⁵⁰.

Na administração concelhia de Vila do Conde, a anotação do pagamento nos *termos de responsabilidade e fiança*, à semelhança do que se passou em relação a outras variáveis, esteve muito longe de ser constante: entre 1865 e 1896 o registo do pagamento vai ocorrendo com alguma regularidade, mas a partir de 1897 deixa definitivamente de constar na documentação. Consequentemente, a omissão deste dado ascende a 69%.

Mesmo reconhecendo a relatividade dos dados apresentados no gráfico n.º 13, da sua observação emerge de imediato a cooperação familiar como primordial no pagamento da viagem transatlântica. Com efeito, 17,1% dos pagamentos foram efectuados pelo pai, 3,5% pela mãe, 2,7 pelo tio e 1,8% pelo irmão. Outros parentes como o avô, o padrinho e primos foram responsáveis em conjunto por menos de 1% dos pagamentos. Para melhor esmiuçar este assunto cada um dos subgrupos foi dividido em três categorias distintas: os que apenas pagaram a viagem ao emigrante; os que para além do pagamento também acolheram o emigrante no Brasil e os que para além de liquidarem a passagem se disponibilizaram igualmente para darem o consentimento e/ou fiança ao emigrante.

Gráfico n.º 3.12 – Pagamento da viagem transatlântica



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A

¹⁵⁰ *O Democrático*, n.º 22, 19 de Outubro de 1913.

No que diz respeito a familiares, em 604 casos o pai pagou a passagem de vapor e prestou fiança, em quarenta situações, apenas liquidou a viagem e, em 41 casos, os filhos para além de beneficiarem do pagamento, foram recebidos no país de acolhimento pelo progenitor. A mãe, em 19 casos desembolsou a verba necessária para a viagem marítima e, em 122 situações, acumulou também a função de fiadora. Vinte emigrantes viram a sua passagem ser paga pelo tio, 86 usufruíram do pagamento e acolhimento no Brasil pelo mesmo parente e, três expatriados, contaram com o pagamento e fiança concedida pelo tio. O irmão, por sua vez, em 6 casos liquidou o pagamento do transporte, e em 65 situações, foi pagador e responsável pela recomendação. O avô pagou e prestou fiança em duas situações, em três casos apenas pagou o transporte para o Brasil. O padrinho pagou e acolheu um emigrante, e por último, três expatriados usufruíram da pagassem atlântica e da recomendação de um primo.

O grupo “Outros” é composto maioritariamente por portugueses radicados no Brasil, alguns dos quais já naturalizados brasileiros, e, aparentemente, sem laços de família com o emigrante. Foram responsáveis pela liquidação da passagem a quase 5% dos emigrantes. Em 3,8% dos casos, para além do pagamento, os mesmos indivíduos concederam a recomendação, e num caso pagaram e concederam a fiança. Esta dupla faceta de pagarem a viagem e acolherem o emigrante no Brasil é bem reveladora do estreito relacionamento entre os residentes nos dois espaços em conexão.

O estatuto socioeconómico e profissional dos pagadores, pagadores/recebedores e pagadores/fiadores pauta-se por alguma heterogeneidade, incluindo indivíduos do meio rural e citadino, funcionários públicos e clérigos, gente ligada ao mar e ao comércio. De modo geral, eram indivíduos bem colocados na vida e quase todos com estreito relacionamento com o Brasil.

Quatro emigrantes assumiram o pagamento da própria viagem: José Ferreira Maravalhas, casado, natural de Vila do Conde, que viajou para o Rio Grande do Sul¹⁵¹; Albino José da Cruz, da freguesia de Fajozes, que partiu recomendado ao irmão Joaquim Francisco da Cruz que se encontrava em Pernambuco¹⁵²; o exposto Silvestre da Costa Campos que foi da Junqueira para o Rio de Janeiro¹⁵³; e António Joaquim da

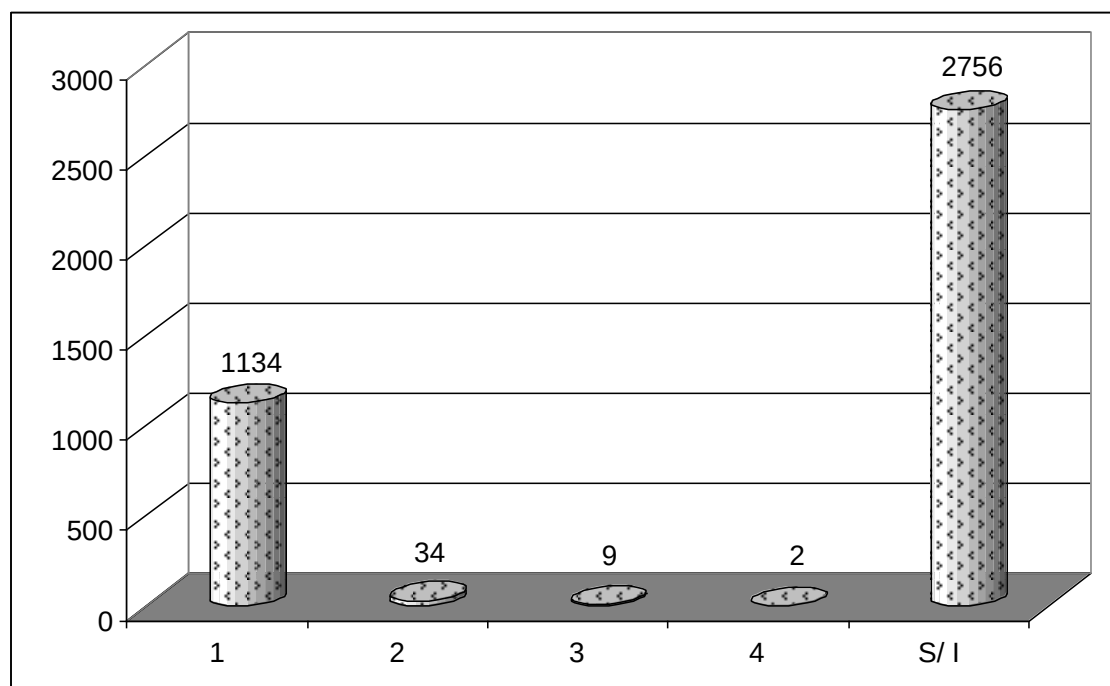
¹⁵¹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 5v, 10 de Outubro de 1865.

¹⁵² AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 16, 28 de Novembro de 1865.

¹⁵³ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 20, 9 de Fevereiro de 1866.

Silva Campos, natural de Fornelo, que viajou para Pernambuco sem recomendação assegurada¹⁵⁴. Embora não fosse possível apurar a idade nem a profissão dos quatro emigrantes que liquidaram pessoalmente a viagem, supõem-se que já seriam adultos. Oito emigrantes órfãos viajaram com a viagem paga pelo tutor e, em 12 casos, o tutor prestou também a fiança.

Gráfico n.º 3.13 – Frequência do pagamento da viagem



Fonte: AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A.

Alguns pagadores não se restringiram a liquidar a viagem a um único emigrante e facultaram esse benefício sucessivas vezes, como bem o demonstra o gráfico n.º 3.13: 1134 pagadores apenas assumiu esse encargo uma única vez, 34 bisaram na concessão, nove liquidaram cada um a viagem a três emigrantes, e dois pagadores efectuaram cada um o pagamento a quatro emigrantes. Os responsáveis pelo pagamento da viagem a maior contingente de emigrantes foram: Manuel da Silva Lopes e Justino da Silva Boavista que liquidaram o preço do transporte a quatro emigrantes; António Pereira Ramos de Almeida, Bernardino José Alves, Francisco Fernandes Castro, Joaquim da Silva Ferreira, José da Costa Bispo, José dos Santos Silva, Serafim Gonçalves Maia,

¹⁵⁴ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 70, 14 de Janeiro de 1867.

Manuel Ferreira Campos e Albino Lopes Macieira que liquidaram cada um a viagem a três emigrantes¹⁵⁵.

Sublinha-se o nome de três *brasileiros* que facultaram a concretização do projecto emigratório ao pagarem a viagem transatlântica, e que alcançaram alguma notoriedade pelos seus actos filantrópicos:

- Joaquim José da Fonseca, avô do conceituado escultor santeiro João da Fonseca Lapa¹⁵⁶, apoiou diversas iniciativas locais e concedeu a recomendação e o pagamento ao seu irmão Ventura José da Fonseca, a João Fernandes de Azevedo e a Joaquim de Azevedo Maia, todos conterrâneos da freguesia de Macieira e de 13 anos de idade¹⁵⁷.

- Narciso Gonçalves Maia, natural da freguesia de Fornelo, casado com Isabela Jacinta Moreira da Maia, da abastada casa do Alferes, em Vairão, foi um *brasileiro* capitalista que à sua terra natal concedeu muita da sua imensa fortuna em actos de benemerência¹⁵⁸. Em 10 de Junho de 1868, pagou a viagem ao seu compatriota de treze anos de idade, Joaquim Francisco dos Santos, filho de António Francisco, recomendado a Serafim Gonçalves Maia¹⁵⁹.

- Serafim Gonçalves Maia, para além de dar recomendação a nove emigrantes, pagou também a viagem a Serafim Moreira Maia, de 13 anos de idade, natural de Vairão, filho de José Moreira Porto Maia e a António Moreira da Silva, natural de Fornelo, filho de António Moreira da Silva, também de 13 anos de idade¹⁶⁰. A Igreja, Capela da Senhora da Saúde e da Água-Redonda, Cemitério, Transportes e de forma especial a Instrução mereceram o seu apoio com generosas dádivas, assim como de outros filhos da freguesia de Fornelo, radicados no Brasil.

¹⁵⁵ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115 – 3141A.

¹⁵⁶ A sua biografia será traçada no último capítulo do presente trabalho.

¹⁵⁷ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115, 3116 e 3117, fls. 131, 95 v e 129.

¹⁵⁸ PILOTO; SANTOS, 2002: 57.

¹⁵⁹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl.139v

¹⁶⁰ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115, fl. 190v, 23de Julho de 1869 e 3116, fl. 141v, 29 de Agosto de 1871.

Em suma: tendo como principal base documental os termos de responsabilidade e fiança, pretendeu-se aceder à configuração multifacetada do fluxo migratório vilacondense para o Brasil. Ao longo do percurso metodológico, em contacto com a documentação arquivística e a problemática teórica da emigração em geral, articulada com a historiografia portuguesa sobre a emigração para o Brasil colocaram-se algumas questões que serviram de fio condutor, de modo a caracterizar o fluxo com a minúcia e rigor possível. A informação obtida proporciona uma imagem do fluxo vilacondense para o Brasil, mas como já foi referido, o fluxo migratório dos naturais do concelho de Vila do Conde para o Brasil deve ter sido mais caudaloso, pois um número indeterminado deve ter ido tirar passaporte directamente no governo civil do Porto sem prestar qualquer termo na Administração do Concelho e, também, porque os dados apurados só dizem respeito à emigração legal, mas muitos outros devem ter partido em contravenção da lei. No concernente às características intrínsecas do mesmo êxodo, não pode ser escamoteada uma boa dose de relatividade, uma vez que o registo de algumas variáveis como a idade, estado civil, profissão, recomendação e pagamento da viagem esteve longe de ter sido sistemático e contínuo. A tendência geral do êxodo ao longo dos 49 anos em estudo foi de crescimento, embora sujeito a oscilações. Foi um movimento predominantemente masculino e individual, liderado por jovens solteiros, com idades que variavam entre os 10 e os 24 anos, provenientes, sobretudo, das actividades profissionais ligadas ao sector primário, e dentre estas, as relacionadas com a vida marítima, em detrimento das de natureza agrícola. Todas as freguesias do concelho participaram no movimento emigratório, embora em termos quantitativos desiguais e, os vilacondenses disseminaram-se pelo Brasil de norte a sul, do litoral ao interior sertanejo, embora o Rio de Janeiro e Pernambuco tivessem sido os estados que maior atracção exerceram sobre os emigrantes vilacondenses.

Procedeu-se, também, com base na intersecção da informação documental com a bibliográfica e biográfica à caracterização dos dados referentes à fiança e/ou abonação, recomendação e pagamento da viagem, para se concluir que, não obstante no decorrer da centúria de Oitocentos serem promulgados diplomas a restringir a emigração, ela na prática teve o apoio de pessoas da mais elevada posição social. Políticos que alertavam para as consequências nefastas do fenómeno e produziam textos de diatribes aceradas, como por exemplo Bento de Freitas Soares, acabaram por ser fiadores, padres que no púlpito pregavam contra os desequilíbrios e os males da desvairada emigração que aos poucos ia exaurindo o melhor dos braços da pátria também prestaram fiança e pagaram

a viagem aos emigrantes. Por outro lado, os laços de parentesco, de amizade e solidariedade entre as pessoas residentes nos dois espaços em conexão, estão bem expressos no elevado número de *brasileiros* que acolheu os seus patrícios no Brasil e até concedeu fiança e pagou a respectiva viagem transatlântica.

4• O Serviço Militar e a Emigração para o Brasil

O recrutamento é o espectro terrível que os persegue desde as primeiras épocas da vida, desde que podem formular vagamente a ideia de pânico. Tudo menos “andar de correias às costas”. Em pátria, em deveres sociais, são assuntos em que ninguém lhes pode falar porque isso seria o cúmulo do cinismo, quando o rapazio nem sabe ler e vê que só os pobres têm o dever de ser patriotas.

Emídio de Oliveira, *Carteira de um Latino*. Porto:
Centro Internacional de Publicações, 1893, p. 275.

Como a questão do recrutamento militar aliada à emigração para o Brasil foi amplamente debatida no decorrer da segunda metade do século XIX, de tal forma que surgiu um discurso político a insistir na fuga ao serviço militar como a grande motivação da corrente migratória transatlântica¹, pretende-se, no presente capítulo, caracterizar em termos quantitativos e qualitativos as exclusões e as reclamações ao recenseamento militar, assim como os autos de executivo e de refractário instaurados aos jovens que emigraram para terras brasileiras, pois toda esta documentação é reveladora de uma mesma realidade: a emigração para o Brasil dos naturais do concelho de Vila do Conde. Analisar os normativos da lei concernentes à questão militar, apreender as peculiaridades dos intervenientes nos registos e nos processos, caracterizar a situação económico-social dos protagonistas, descortinar os relacionamentos familiares e efectuar o necessário cruzamento destas fontes com os outros suportes empíricos eleitos, constituirão igualmente preocupação, no sentido de aferir das convergências e divergências, suprimir lacunas e contribuir para a clarificação e ampliação geral do contexto migratório vilacondense para as terras de Vera Cruz.

A participação na defesa da independência e integridade do território nacional era um dever de todos os cidadãos portugueses, embora tal missão estivesse confiada, especialmente, ao exército e à armada². Desde sempre o dever militar foi visto como um pesado “tributo de sangue”, porque muitas vezes era pago com a própria vida. Daí a natural repugnância dos povos em colocarem as “correias às costas”, tentando pelos mais diversos meios eximirem-se dessa imposição.

¹ MONTEIRO, 2007: 387.

² *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, Art. 1.º.

Ao longo da centúria de Oitocentos implementou-se um conjunto de medidas tendentes a transformar o exército mal organizado no qual só se incorporavam, regra geral, os mais vulneráveis da sociedade, num exército forte e democrático impregnado de um novo espírito militar e de uma maior integração social do combatente. Paulatinamente, vai sendo publicado um conjunto de diplomas que visam a modernização do exército português, em consonância com o que se passava nos outros países da Europa³. A Carta de Lei de 27 de Julho de 1855, a primeira da Regeneração que incide sobre questões militares e que substituiu a que estava em vigor desde 1842, assumiu no decurso da 2.^a metade do século XIX e até à implantação da República, a função de trave mestra das principais transformações operadas no exército e, acaloradamente debatidas no parlamento, na imprensa e na sociedade em geral. Não obstante a importância fulcral e mesmo estruturante da lei de 1855, novos diplomas surgiram entre 1859-1896, com o objectivo de tornar mais exequível e operacional a legislação inerente à vida militar.

A ideologia do Republicanismo do século XIX defendia a democratização da sociedade e consequentemente a criação de um exército de quadros em oposição ao que consideravam ser um exército permanente, próprio do Antigo Regime⁴. Oliveira Martins, na sua obra *Portugal e o Socialismo*, lançada em 1873, defende que o exército se deve reduzir à função de garante da segurança interna e da defesa nacional, com conscrição universal, abolição das substituições e organização de reservas.

Entre as alterações introduzidas destacam-se a extensão do serviço militar que era de 5 anos em 1869, foi reduzida para 3 em 1887 e, para 2 em 1895; (na Marinha, continuava em 1887 a ser de 6 anos o tempo de serviço efectivo); o sistema de substituição dos mancebos apurados para a vida militar e de remissão da vida castrense foi aligeirado; o rancho melhorado; os tradicionais castigos corporais suavizados e os elementos do exército podiam aí ser alfabetizados, adquirir novos métodos e novas profissões, para além de só eles poderem concorrer para a guarda-fiscal e municipal⁵.

Entre 1870-1884, tentou-se a modernização das forças armadas com um exército reduzido. A partir de 1884, foi aumentada substancialmente a força mobilizável, criou-se uma 1.^a e uma 2.^a reserva, com um tempo de serviço que passou de 8 para 12 anos. Continuava-se a comprar a dispensa do serviço militar, mas os mancebos que o

³ BEBIANO, 1993: 253-264.

⁴ AMARAL, 1991: 225-229.

⁵ MONTEIRO, 2007: 385-400.

fizessem seriam incorporados na 2.^a reserva⁶. A reorganização de 1884 provocou críticas pela forma como desequilibrava as forças armadas, com um quadro de oficiais numeroso e consequentemente oneroso para as finanças públicas, e um reduzido número de soldados efectivos.

De 1893 a 1896 o ministro da Guerra, o coronel Luís Augusto Pimentel Pinto, alterou a legislação sobre recrutamento, promoções e instrução militar e publicou um novo regulamento disciplinar e um novo código de justiça militar. Mas mais importante do que estas reformas, aliás muito discutidas e mais tarde modificadas, foi o prestígio que o exército começou a readquirir durante a “ditadura” de João Franco, pois até aí poucos políticos se referiam aos militares em termos respeitosos⁷.

Com o decreto de 7 de Setembro de 1899, procurou-se reorganizar os serviços de recrutamento e mobilização, com a divisão do país em 24 distritos de recrutamento, responsáveis nomeadamente pelas reservas. O serviço na reserva foi aumentado e manteve-se o sistema de incorporar na 2.^a reserva os mancebos que comprassem a dispensa da recruta⁸.

Os jornais franquistas concederam sempre o maior destaque aos planos de transformação do exército. A 29 de Setembro de 1906, Franco de volta à chefia governamental, querendo também ser popular nos quartéis, prometia na abertura do Parlamento um aumento do soldo aos oficiais do exército e da armada, pré às praças e reforma e promoção dos sargentos dos dois ramos das forças armadas⁹.

Limitado pelo orçamento atribuído ao Ministério da Guerra, a força militar era definida anualmente pelo Parlamento sob proposta do Governo, variando o número de efectivos na segunda parte de Oitocentos entre os 24 e os 30 mil¹⁰.

Apesar das alterações introduzidas, a imagem que o exército continuava a gozar na segunda metade do século XIX não era muito abonatória para a instituição. Na centúria de Oitocentos, a imprensa tinha um papel preponderante na formação da opinião pública, era mais apaixonada, mais forte, mais comprometida ideologicamente e partidariamente do que a dos nossos dias¹¹, e os problemas, carências e vulnerabilidades dos militares era nela objecto de detalhada análise, nem sempre com grande rigor e isenção. Entre as críticas mais contundentes, estava o facto da não existência de um

⁶ *Decreto de 31 de Outubro de 1884.*

⁷ CORDEIRO, s. d.: 230.

⁸ TELO, 2004:400.

⁹ RAMOS, 1994: 272.

¹⁰ MONTEIRO, 2007: 386.

¹¹ SOUSA, 1988: 3-47.

recrutamento militar regional genuíno, inconveniente que levava os soldados para longe dos distritos donde eram naturais, porque algumas regiões não asseguravam os contingentes previamente fixados; o desperdício de dinheiro com manobras de treino militar, numa época de acentuada crise económica e financeira; as irregularidades e desigualdades na forma como se organizava o recenseamento militar; a excessiva burocratização do exército. O *Diário de Notícias*, em 15 de Junho de 1888, chama a atenção de forma virulenta para o facto de a maior parte do quadro de sargentos estar permanentemente ocupado a escrevinhar ofícios, a riscar mapas, a escriturar livros, a verificar mostras, etc., muitos deles em duplicado, triplicado ou até em quaduplicado, uma verdadeira “escriptorreia”, de tal forma excessiva, que parecia que o exército não era composto de combatentes, mas sim de amanuenses¹².

Outra crítica feita ao exército prendia-se com o especulativo negócio de troca dos números baixos pelos números altos. Como era por sorteio que o contingente de cada municipalidade tinha de ser preenchido, dava azo à troca de números, uma vez que a lei permitia a qualquer mancebo recenseado, sorteado e julgado hábil para o exército, trocar o seu número pelo de outro mancebo inscrito no recenseamento do mesmo concelho, igualmente apto para a vida militar, desde que o fizesse até à terceira quinta-feira do mês de Setembro, altura em que cada câmara municipal procedia à formação da lista dos mancebos que deviam constituir o contingente do respectivo concelho, para aquele ano¹³. Dada a latente repugnância das povoações pelo serviço militar, a venda dos números altos atingiu nalguns concelhos o exorbitante preço de 500 a 800 mil réis¹⁴. Obviamente que estas trocas de números favoreciam sempre os mais afortunados, procurando com este estratagema eximir-se da obrigação militar. Para a grande maioria dos jovens só restavam duas alternativas: emigrar antes que lhes tocasse a má sina, isto é, antes de serem recenseados e sorteados, ou cumprir efectivamente o serviço militar.

Com o advento republicano novas leis surgiram com o objectivo de regular o serviço militar e a emissão de passaportes: pelo Decreto com força de Lei de 4 Novembro de 1910 foi concedida amnistia aos refractários do exército e da marinha que residissem fora do país; a circular de 30 de Maio de 1911 veio determinar que para tirarem passaporte os reservistas tinham previamente de obter licença do comandante da

¹² *Revista Militar*, n.º 12, 30 de Junho de 1888.

¹³ *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, Art.ºs 41.º e 49.º.

¹⁴ *Revista Militar*, n.º 19, 5 de Outubro de 1889, p. 588.

divisão, e a de 28 de Outubro do mesmo ano regulamentou os termos de fiança relativos à vida militar¹⁵.

Na imprensa local surgem, com alguma frequência, no período inicial da República, notícias inerentes à vida militar. Em finais de 1911, foram nomeados para exercerem, no ano seguinte, as funções de vogais efectivos do recenseamento militar em Vila do Conde José António Praça, Adelino Cândido Teixeira Alvão, António Inácio dos Santos Flores e Adelino Ferreira Vale. Como substitutos ficaram João Adriano de Azevedo Correia, Epifânio Ricardo de Faria Sousa, Alberto Herman Fernandes Leal e Amândio José Ferreira¹⁶.

No mesmo ano de 1911 foi registada uma queixa contra um dos agentes recenseadores, por levar dinheiro aos chefes de família pelo preenchimento dos boletins de recenseamento militar, o que era considerado um acto criminoso¹⁷. Em 1912, foram expedidos ofícios aos regedores para avisarem as praças licenciadas e reservistas de que até ao dia 14 de Abril desse ano poderiam oferecer-se aos Comandantes onde desejavam prestar serviço activo, desde que tivessem tido bom comportamento, ficando com direito os soldados e segundos-cabos à gratificação diária de 400 réis, e os primeiros-cabos de 600 réis¹⁸. Um ofício datado de 24 de Maio de 1914, advindo do Governo Civil do Porto, dava conta que tendo averiguado que alguns atestados de residência para a concessão de passaportes passados por diversas entidades não correspondiam à verdade e ordenava que todos os administradores do distrito chamassem à atenção as Juntas de Paróquia e Regedores para que tivessem o máximo escrúpulo na concessão dos referidos atestados¹⁹.

A legislação sobre o recrutamento militar e a emigração estiveram sempre intimamente ligadas, com inevitáveis pontos de contacto. Sendo a emigração um movimento com uma grande componente de jovens, confrontava continuamente o poder com a eventualidade de não preencher os contingentes de recrutas previstos para as forças militares²⁰.

Para obstar ao não cumprimento da vida militar, a nenhum mancebo entre os 18 e os 21 anos completos seria concedido passaporte para o estrangeiro, sem que desse fiança em como, sendo chamado ao serviço do exército, se apresentaria ou daria

¹⁵ PEREIRA; SANTOS, 2009: 308.

¹⁶ *O Ave*, n.º 267, 10 de Dezembro de 1911.

¹⁷ *O Ave*, n.º 267, 10 de Dezembro de 1911.

¹⁸ *O Ave*, n.º 284, 14 de Abril de 1912.

¹⁹ *O Democrático*, n.º 2, 24 de Maio de 1914.

²⁰ ALVES, 1994:136.

substituto²¹. Posteriormente, a idade exigida para a prestação de fiança foi antecipada para os 14 anos²². Era, igualmente, permitido livrar-se da obrigação militar mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro, igual ao preço da substituição²³. No ano de 1887, em conformidade com a legislação em vigor, o preço da substituição era de 180 mil réis para os recrutas e de 480 réis para os refractários²⁴.

Sabe-se também que muitos jovens para se eximirem à imposição da vida militar ou para não acarretarem com o pesado ónus das despesas inerentes ao processo burocrático da emigração legal, optavam por emigrar clandestinamente, quer partindo de Portugal, quer da Galiza²⁵.

²¹ *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, Art.º 55.º.

²² *Carta de Lei de 4 de Junho de 1859*, Art.º 11.º.

²³ *Carta de Lei de 4 de Junho de 1859*, Art.º 7.º.

²⁴ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 3, 18 de Junho de 1887.

²⁵ *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*, n.º 38, 15 de Fevereiro de 1880.

4.1 Exclusões ao Recenseamento Militar

Todos os jovens com idade compreendida entre os 20 e 21 anos eram obrigados a recensear-se no seu domicílio, assim como os de 21 a 22 anos completos que por dolo, culpa ou mero esquecimento e omissão não tivessem sido incluídos no respectivo recenseamento. Cabia às Câmaras Municipais as funções do recenseamento e sorteamento dos rapazes hábeis para o serviço militar, na presença do administrador do concelho, pároco e regedor da freguesia. Os dois últimos, depois de examinados os livros dos baptizados, o rol dos confessados e os assentos de óbitos, tinham a obrigação de elaborar a lista dos mancebos que se encontravam nas circunstâncias de ser recenseados e a dos que ficavam excluídos do mesmo. Tinham, de igual modo, de prestar aos recenseadores os esclarecimentos solicitados e apresentar os documentos comprovativos dos factos que alegavam²⁶.

O recenseamento começava na primeira quinta-feira de Fevereiro de cada ano, sendo a sua divulgação feita com a devida antecedência através de editais, da imprensa regional, e de avisos lidos pelo pároco e afixados na porta da igreja. Durante o mês de Abril, ficava afixada na porta da igreja de cada paróquia, cópia autenticada da parte do caderno da comissão de recenseamento referente à mesma²⁷.

A lei de 6 de Agosto de 1896 veio determinar que não seria reconhecida para efeitos de recenseamento a mudança de domicílio que, além das condições exigidas no artigo 44.º do Código Civil, não tivesse ocorrido há pelo menos três anos antes da data do início do recenseamento²⁸. Estipulava também, que para se proceder ao recenseamento, os párocos e regedores deviam remeter à comissão de recenseamento, até 31 de Dezembro de cada ano, a lista dos mancebos domiciliados ou residentes na freguesia que completassem nesse ano 19 anos de idade²⁹.

Por sua vez, o documento legislativo de 2 de Março de 1911 decretava que, anualmente, nos consulados da República no estrangeiro, nos primeiros dias de Janeiro, se elaborassem relações dos mancebos residentes nas respectivas áreas que no ano imediato completassem 20 anos de idade para, posteriormente, serem enviadas ao

²⁶ *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, capítulo. IV, Art.ºs 12, 16 e 18.

²⁷ *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, Art.ºs 24, 25, 26 e 27.

²⁸ *Carta de Lei de 6 de Agosto de 1896*, Art.º 25, ponto 7, § 2.

²⁹ *Lei de 6 de Agosto de 1896*, Art.º 26.º, pontos 1 e 2.

presidente da comissão de recenseamento da localidade de que esses jovens fossem naturais³⁰. No ano de 1911, uma nota inserta na imprensa local informava que o prazo para requerer o adiamento do serviço militar dos recenseados e residentes no Brasil e nas colónias tinha sido prorrogado até 20 de Novembro, podendo os certificados do cônsul português das localidades onde os mesmos residem, que comprovam a estadia no mesmo local há mais de seis meses, antes de serem recenseados, serem apresentados ao comandante do distrito de recrutamento e reserva n.º 18, até 20 de Dezembro do mesmo ano³¹.

Poderiam ser excluídos do serviço militar os estrangeiros; os clérigos de ordens sacras; os jovens com menos de 1.56 cm de altura; os deficientes e incapacitados para o exército; os condenados em penas maiores; os que tivessem apresentado substituto; os que fossem amparo da família; um dos filhos gémeos, tirado à sorte, se ambos fossem sorteados e os marinheiros que serviam em navios de guerra, assim como os marítimos inscritos na Armada³². Em 1885, quase metade dos jovens presentes à inspecção militar foram dados como incapazes por falta de altura, de peso ou de saúde³³.

Em consonância com a circular do governo civil do Porto remetida para o presidente da câmara municipal de Vila do Conde, em 29 de Janeiro de 1869, a recomendar o exacto cumprimento das Leis de 27 de Julho de 1855, de 4 de Junho de 1859 e de 1 de Julho de 1862, assim como a circular do Ministério do Reino de 3 de Janeiro de 1866, para que tão importante serviço se fizesse com toda a exactidão³⁴, é perceptível no conjunto documental consultado a forma proficiente como a autoridade concelhia procurava cumprir as determinações legislativas e as advindas do governo civil do distrito, apelando para o poder distrital, sempre que assim o justificava, a resolução de situações algo anómalas, como o evidencia o caso de José Valentim Coelho, residente na freguesia de Vairão que, em 19 de Junho de 1882, apresentou na administração concelhia uma reclamação contra o recenseamento do seu filho Joaquim, pelo facto de o mesmo ser cidadão brasileiro. Para completar o processo burocrático, foi-lhe exigido que solicitasse ao governo civil do Porto certidão de teor do passaporte que apresentou no seu regresso, vindo da cidade de Pernambuco, no ano de 1844. Recebeu como resposta que não era possível passar-se a certidão pedida por aí não se

³⁰ Secção II, Art.º 27, §1 e 2.

³¹ *O Ave*, nº 262, 5 de Novembro de 1911.

³² *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, capítulo II, Art.ºs 7.º e 8.º.

³³ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1886, p. 688.

³⁴ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2411 (1876-1882) e circular n.º 62.

encontrar o documento solicitado, visto que o incêndio que houve no respectivo arquivo em Dezembro de 1847 tinha devorado grande parte dos documentos e livros de registo relativos ao ano de 1844. Em vista desse facto insólito e dos demais documentos apresentados, o acórdão da Comissão Distrital de Recenseamento deferiu a pretensão do reclamante³⁵. Embora se note empenho da autoridade concelhia no supervisionamento do processo militar, por vezes ocorriam falhas com inevitáveis consequências para os implicados como o expressa o incidente ocorrido com o soldado José Alves dos Santos, da freguesia de Parada, que por ter faltado às escolas de repetição, em virtude de não lhe ter sido fornecida guia de marcha para se apresentar no quartel em Lisboa, foi ordenada pelo Comandante da 3.^a Divisão Militar a sua captura. José Alves foi, efectivamente, conduzido ao Quartel-General, mas o administrador concelhio penitenciando-se, remeteu um ofício a solicitar a máxima benevolência para o soldado, visto ele não ter culpa da falta cometida³⁶.

No AMVC foi feito o levantamento informatizado do fundo documental da câmara municipal relativo ao registo dos mancebos que deixaram de ser recenseados para o serviço militar por estarem ausentes no Brasil ou por terem falecido no mesmo país³⁷. Embora se tenha realizado o integral levantamento do suporte empírico seleccionado, o primeiro registo relacionado com o Brasil data de 1868 e o último de 1875. Foram quantificadas 766 exclusões, mas apenas um número muito pouco significativo está relacionado com o êxodo para o Brasil. A esmagadora maioria dos registos diz respeito a indivíduos que deixaram de se recensear por já terem falecido em território nacional.

Quadro n.º 4.1 – Exclusões ao recenseamento militar (1852-1885)

Ano	1868	1869	1870	1871	1872	1873	1874	1875	total
N.º	5	9	2	12	-	3	3	2	36

Fonte: AMVC – *Registo dos mancebos que deixam de ser recenseados para o serviço militar por terem falecido ou mudado de residência*, Livros 2397 a 2401 (1852-1885).

³⁵ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2411 (1876 -1882).

³⁶ *O Democrático*, n.º 26, 15 de Novembro de 1913.

³⁷ São cinco livros manuscritos, em bom estado de conservação, que abarcam o período cronológico de 1852 a 1885, e estão catalogados com os números 2397 a 2401. Trata-se de livros com certa uniformidade formal e de conteúdo, onde consta o nome do mancebo, filiação, naturalidade, data do nascimento e razão da exclusão do recenseamento. A informação está disposta por freguesia e a data que consta é a da sessão de recenseamento. No final da sessão vem sempre registado “o regedor e o pároco declararam não haver na freguesia mais algum mancebo nas circunstâncias de ser recenseado, além dos que ficaram inscritos no respectivo caderno do recenseamento”, seguindo-se a assinatura de ambos (Anexo 8).

O ano de 1871 foi o que registou maior número de exclusões ao recenseamento militar (doze) devido ao facto de o mancebo ter emigrado para o Brasil, seguindo-se por ordem decrescente 1869 e 1868, com nove e cinco registos, respectivamente. Nos restantes anos o movimento anual das anulações oscilou entre dois e três casos, à excepção do ano de 1872, que não registou qualquer caso. Em nove dos 36 casos está expresso nos respectivos registos que o mancebo “deixou de se recensear por ter ido há muitos anos engajado com os pais para o Império do Brasil”. Esta indicação revela a presença no concelho de Vila do Conde de redes de engajadores, à semelhança do se passava noutras terras do norte de Portugal. Traficantes de “escravatura branca”, homens com poucos escrúpulos tentavam por meios torpes aliciar a população humilde e inculta dos meios rurais a emigrar³⁸. A prática do engajamento de colonos foi condenada pelos políticos de Oitocentos com veemência e considerada unanimemente como um novo regime de contratação de escravos³⁹. A partir de meados do século XIX, a política imigratória do Brasil passa a estar intrinsecamente ligada à necessidade prioritária de mão-de-obra agrícola destinada, paulatinamente, a substituir o trabalho escravo em vias de extinção. Especialmente a partir da década de 1860, a emigração portuguesa vai processar-se em função desse novo contexto. Era adiantado o preço do transporte pelo proprietário da fazenda e descontado posteriormente nos ordenados, remunerado em regime de parceria ou de meação, sendo o imigrante engajado sujeito a condições rudes de trabalho agrícola, que em quase tudo se assemelhavam às dos antigos escravos⁴⁰. Havia mesmo quem considerasse o engajamento uma das principais causas do êxodo para o Brasil. “Concordamos que existe hoje um móvel mais inteligente, mais interesseiro do que o horror ao serviço militar, que está aproveitando as tendências para a emigração e produzindo a espantosa demência que se apoderou da gente do campo, isto é, as empresas de engajamento”⁴¹.

Os registos evidenciam também alguma emigração familiar, pois para além dos já citados nove casos de engajamento com os pais, em cinco situações o motivo da anulação do recenseamento era ter domicílio no Império do Brasil com os pais e, noutros documentos consta que os emigrantes viajaram para a companhia do pai. Em cinco casos está expresso que o emigrante falecera, mas somente em dois é apresentada

³⁸ *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*, n.º 38, 15 de Fevereiro de 1880.

³⁹ MAIA, 2007: 52.

⁴⁰ SERRÃO, 1974: 56.

⁴¹ *Jornal de Notícias*, n.º 94, 21 de Abril de 1893. No mesmo jornal pode-se ainda ler: “Como a indústria do engajador ainda não foi declarada criminosa, ele tem liberdade de iludir e mentir sem se incomodar com o Código Penal ...”.

a respectiva certidão de óbito. No caso do emigrante José, natural de Azurara, filho de Tomás Pinto e Rosa Maria das Neves, consta que “faleceu a bordo do navio vindo do Brasil”⁴². A situação do engajamento e da emigração familiar está também presente nas reclamações ao recrutamento que abordaremos de seguida.

Relativamente à idade dos jovens excluídos para o recenseamento, todos tinham, em conformidade com o disposto na lei, entre os 20 e 21 anos.

Os excluídos eram naturais de 14 freguesias do concelho, indo o destaque para a freguesia de Fornelo que registou seis casos, logo seguida pela sede do concelho e a freguesia da Junqueira com cinco exclusões cada, sucedendo a freguesia de Macieira com quatro registos. O movimento nas restantes freguesias representadas oscilou entre três e um caso.

⁴² AMVC – *Registo dos mancebos que deixam de ser recenseados para o serviço militar por terem falecido ou mudado de residência*, livro 2397, 18 de Março de 1874.

4.2 Reclamações ao Recrutamento Militar

Sendo o exército o garante da defesa e soberania do país, a sua força era determinada anualmente pelas Cortes, recrutada por contingentes, e distribuída pelos distritos administrativos na proporção da sua população⁴³.

A título exemplificativo, no ano de 1867, o concelho de Vila do Conde tinha um total de 18.888 habitantes, e foi-lhe imposto um contingente de 26 recrutas. Em 1869, possuía 20.088 habitantes e teve de fornecer um contingente de 45 recrutas⁴⁴. Nota-se nos dados apresentados que o aumento do contingente de recrutas exigido ao concelho, foi desproporcional ao crescimento demográfico verificado no decorrer do biénio em questão.

Desde o primeiro domingo de Abril, poderiam ser apresentadas às Câmaras ou Comissões de recenseamento as reclamações contra a inscrição ou omissão indevida de qualquer cidadão no recenseamento, ou contra qualquer outra irregularidade no processo de recenseamento⁴⁵. Posteriormente, a lei antecipou para o mês de Março o prazo da reclamação e estabeleceu que eram motivos de reclamação por inscrição indevida, entre outros aspectos, o recenseamento fora do domicílio, o recenseamento de falecido e o recenseamento de estrangeiros⁴⁶.

Todas as autoridades ou serviços públicos eram obrigados a dar prioridade absoluta à elaboração das cópias ou documentos que lhes fossem requeridos para efeitos das reclamações⁴⁷.

A documentação alusiva às reclamações ao recrutamento para fins militares distende-se de 1834 a 1902, mas embora se tenha procedido ao integral levantamento informatizado das fontes⁴⁸, no presente trabalho só se considera o período a partir de 1865. Entre 1834 e 1865 foi inventariado um total de 70 processos de reclamação tendo

⁴³ *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, capítulo I, Art.ºs 1.º, 2.º e 3.º.

⁴⁴ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2406.

⁴⁵ *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, Art.º 28.º.

⁴⁶ *Lei de 6 de Agosto de 1896*, Art.º 36.º

⁴⁷ *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, Art.º 28.º, § 3.º.

⁴⁸ O fundo da câmara municipal de Vila do Conde integra quatro livros *de registo de reclamações ao recrutamento militar*, catalogados com os números 2402 a 2405 que abarcam o período cronológico de 1888 a 1901. A informação dos livros está disposta em colunas e não nos permite descortinar razões da reclamação ligadas à emigração para o Brasil, uma vez que os motivos apontados são simplesmente por dispensa ou adiamento. No mesmo fundo encontram-se nove pastas catalogadas com os números 2406 a 2414, com *processos de reclamação ao recrutamento militar* que, ao contrário dos livros, especificam claramente a razão da reclamação.

como motivo a ausência do jovem no Brasil (Anexo 9). Em algumas pastas os processos de reclamação ao recrutamento estão juntos com processos executivos, autos de refractário, autos de justificação de óbito e processos de substituição militar.

A reclamação ao recrutamento militar constituía um processo burocrático complexo, formado na maior parte das vezes por um grupo de documentos de diversa tipologia, ultrapassando em muitos casos a dezena de páginas. Na capa deste processo consta o distrito administrativo, a municipalidade, o ano do recrutamento, número da reclamação, o nome completo do reclamante, o primeiro nome do mancebo recenseado para o recrutamento militar, o número de sorte que lhe tocou e a freguesia da sua naturalidade. O processo englobava, geralmente, o requerimento do suplicante, o atestado do regedor da freguesia a comprovar que era verdadeiro o alegado, e a transcrição do assento de baptismo do mancebo. Quando a razão da reclamação se baseava no facto de se tratar de cidadão brasileiro, para além do requerimento com a reclamação, consta a transcrição da certidão do registo de naturalização e do passaporte, assim como do assento de baptismo e do bilhete de residência. Alguns processos têm auto de intimação e petição de recurso, estão selados e assinados pelo presidente da comissão distrital de recenseamento e pelo presidente da câmara municipal, bem como pelo requerente, testemunhas, regedor e pároco da freguesia, escrivão, oficial de diligências da câmara e procurador.

O presidente da câmara municipal dava por escrito o seu parecer relativamente ao caso em questão e a maioria das reclamações mereceram o acórdão em Câmara de deferimento em vista dos documentos apresentados e dos dispositivos da lei. Umas quantas reclamações foram indeferidas em razão de não provarem o alegado e, em algumas situações, foi mandado anexar novos documentos ao processo para cabal esclarecimento da situação, como aconteceu, entre outros casos, com Félix Baltazar do Couto e Cunha, filho de Zacarias Baltazar do Couto⁴⁹, falecido, e de Maria José da Cunha que reclamou contra o seu recenseamento alegando que tinha a nacionalidade brasileira, tal como o seu pai⁵⁰. Após uma primeira apreciação, o presidente da autarquia requereu a apresentação de documentos comprovativos da nacionalidade do pai dom jovem. Depois, a Comissão Distrital de Recenseamento emitia o acórdão, justificando sucintamente a sua posição. No caso supra mencionado deliberou deferir a

⁴⁹ Adoptou a cidadania brasileira a 4 de Maio de 1866 (AMVC – *Registo de privilégios e nomeações para cargos municipais*, livro 149, fls. 20v e 21).

⁵⁰ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2413, 19 de Agosto de 1882.

reclamação por aproveitar ao recenseado o disposto no art.º 7.º, n.º 1, da lei de 27 de Julho de 1855 isto é, por não ter nacionalidade portuguesa.

Quadro n.º 4.2 – Movimento anual das reclamações ao recrutamento militar (1865-1884)

Ano	Razões das Reclamações			Total
	Domicilio no Brasil	Falecido no Brasil	Nacionalidade brasileira	
1865	1	-	-	1
1866	1	-	-	1
1867	4	-	-	4
1868	10	-	-	10
1869	5	-	2	7
1870	24	1	-	25
1871	8	-	-	8
1872	40	7	-	47
1873	18	3	-	21
1874	7	3	-	10
1875	39	-	-	39
1876	25	-	-	25
1877	8	-	-	8
1878	2	-	-	2
1879	18	1	-	19
1880	3	-	-	3
1881	8	-	-	8
1882	15	1	5	21
1883	35	-	-	35
1884	26	1	-	27
Total	297	17	7	321

Fonte: AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pastas 2407 a 2414 (1861-1902).

Da análise do quadro n.º 4.2, relativo ao movimento anual de reclamações ao recrutamento, ressalta um mínimo no período que corresponde ao primeiro quinquénio, com apenas 23 casos. Por ordem decrescente, os cinco anos com maior número de casos foram, respectivamente, 1872 com 47, 1875 com 39, 1883 com 35, 1884 com 27 e 1870 e 1876 com 25. Nos restantes anos o volume oscilou entre o mínimo de dois no ano de 1878 e o máximo de 21 em 1873 e 1882. Em termos gerais, é lícito afirmar que ao longo dos 20 anos em análise o movimento das reclamações esteve sujeito a oscilações que se distenderam da unidade quase à meia centena.

No atinente às razões da reclamação, mais de 92% derivaram do facto de o mancebo não ter o seu domicílio na freguesia, mas no Brasil. Para além de todos esses casos especificarem que o jovem se encontra no Brasil, em doze registos alusivos aos anos de 1869 a 1872, está expresso que “o mancebo foi para o Brasil engajado com os pais” e, em nove casos, no mesmo período de tempo, que “o mancebo foi há muito com os pais para o Brasil”. Estas duas últimas situações vêm corroborar as considerações tecidas a propósito das exclusões ao recenseamento, como o facto de se detectar alguma emigração de tipo familiar e engajada. Em 5,2% dos casos a razão apresentada prendia-se com a circunstância de o jovem ter falecido no Brasil, indicando por vezes a causa, a data e a cidade onde o óbito ocorreu⁵¹. Em cerca de 2,2% dos registos, o motivo evocado era a cidadania brasileira dos rapazes e, por esse facto, estarem isentos de prestar serviço militar no país de nascimento.

A reclamação poderia ser feita pelo próprio interessado ou por qualquer cidadão do município referente a terceiros e num só requerimento poder-se-ia reclamar por todos aqueles que se sentissem lesados. A reclamação tinha obrigatoriamente de ser feita por escrito e devidamente assinada, assim como instruída com os documentos comprovativos⁵².

Em Vila do Conde, as reclamações foram, quase sempre, apresentadas pelo pai do jovem recenseado. No caso de ser filho natural, ou do pai já ter falecido, era a mãe que se incumbia dessa tarefa, ou outro familiar próximo, como por exemplo o avô ou tio. Nalguns casos, a reclamação foi apresentada pelo próprio jovem recenseado. Contudo, como a lei previa que podia ser apresentada por terceiros, surgiu na documentação o caso de José Lisboa de Oliveira, natural da freguesia de Fornelo que apresentou uma reclamação em nome de quatro mancebos seus conterrâneos e Manuel dos Santos Azevedo, de Macieira, que reclamou por sete recrutas da sua freguesia.

⁵¹ Em dois casos está especificado que o emigrante morreu no Rio de Janeiro e, num caso, que faleceu no Rio de Janeiro de febre-amarela. Um registo esclarece que o indivíduo faleceu a bordo do navio na viagem de regresso do império do Brasil.

⁵² *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, Art.º 28.º.

4.3 Autos de Executivo e de Refractário

Para além das reclamações ao recrutamento, contabilizaram-se também os processos executivos contra o recruta efectivo ou suplente, assim como os autos de refractário que têm ligação com o Brasil e que se encontram inseridos no mesmo conjunto documental.

O recrutamento fazia-se pela via do recenseamento e do sorteamento e os jovens que tinham emigrado para o Brasil aos 21 anos eram recenseados e sorteados para o exército, no domicílio dos respectivos pais, como todos os outros. Pela lei de 6 de Agosto de 1896 a idade de recenseamento é antecipada para os 19 anos⁵³. A lei de 2 de Março de 1911, já citada anteriormente, veio introduzir alterações no concernente ao local onde os jovens emigrantes eram recenseados, passando a fazer-se nos consulados da República da área onde residiam. Os primeiros sorteados que não tivessem sido excluídos ou isentos até ficar completo o contingente do concelho eram proclamados recrutas, e os seus nomes constavam na lista que no domingo imediato seria afixada na porta da igreja da freguesia, para conhecimento público. Os restantes mancebos ficavam obrigados a preencher as vagas que surgissem. Os jovens proclamados recrutas efectivos tinham de se apresentar no prazo de cinco dias a contar da publicação da lista do contingente, ao respectivo administrador do concelho, para receberem guia de marcha para o governo civil do distrito⁵⁴.

No caso de o mancebo dado como apto para o exército não ter indicado substituto nem se apresentar no prazo determinado pela lei a pedir a referida guia de marcha, seria considerado *ipso facto* refractário e, como tal, imediatamente autuado⁵⁵. Na documentação compulsada no AMVC surgiram dois tipos de processos, uns denominados autos de executivo e outros autos de refractário. O processo executivo obedecia aos seguintes trâmites administrativos:

1 - Mandato de intimação do mancebo para no prazo de 5 dias se apresentar, sob pena de ser declarado refractário, e seguir-se os meios legais;

2 - Declaração do oficial de diligências em como não pôde levar a efeito a intimação por ser declarado por testemunhas que o mancebo se achava ausente no

⁵³ Lei de 6 de Agosto de 1896, Artigo 26, ponto 1.º.

⁵⁴ Carta de Lei de 27 de Julho de 1855, Art.ºs 43.º e 44.º.

⁵⁵ Carta de Lei de 27 de Julho de 1855, Art.º 56.º.

Império do Brasil. Tal declaração era assinada por duas testemunhas e pelo referido oficial de diligências;

3 - Conclusão, em como constando achar-se ausente em parte incerta o mancebo, devia proceder-se à justificação;

4 - Mandato de intimação para as testemunhas comparecerem na administração do concelho para procederem à justificação da ausência do recruta;

5 - Auto de justificação no qual as testemunhas, depois de devidamente ajuramentadas, sendo-lhes perguntado pelo administrador do concelho se tinham conhecimento da ausência do recruta, respondiam que o mesmo embarcara para o Brasil, mas desconheciam a povoação onde residia. As testemunhas assinavam juntamente com o administrador do concelho e o escrivão da Câmara;

6 - Nova Conclusão, momento em que, após o depoimento das testemunhas, o administrador do concelho julgava o mancebo em parte incerta e mandava que se passasse carta de éditos com dilação de 60 dias, em conformidade da lei e do disposto nos Artigos 197 e 198 do Código do Processo Civil, e nomeava para curador do ausente o Dr. Curador dos Órfãos;

7 - Intimação do Dr. Curador dos Órfãos da Comarca de Vila do Conde;

8 - Declaração de anexação ao processo de cópia do edital e justificação de que não juntava os jornais *Correio do Ave* e os *Diários do Governo* em que os mesmos éditos haviam sido publicados por não haver em número suficiente para todos os processos⁵⁶.

9 - Termo de Vista, dirigido ao Curador. Este declarava que não se opunha à execução e julgamento como refractário do mancebo e assinava;

10 - Conclusão na qual o administrador, em vista das diligências efectuadas, e como o indivíduo em causa não tinha comparecido, nem pessoa que legalmente o representasse, mandava que fosse autuado como refractário, passando-se ordem de captura, e fosse requisitado um suplente para o substituir⁵⁷.

Pelo exposto, pode concluir-se que o processo executivo ainda era mais complexo e burocrático do que o processo de reclamação. Constituído na maior parte das vezes por um grupo de documentos de variados tipos, ultrapassava em muitos casos

⁵⁶ No entanto, constatou-se que em alguns processos para além do edital estão incluídos os periódicos referidos.

⁵⁷ AMVC – *Processos de reclamações ao recrutamento militar*, pasta 2416.

a dezena de folhas. Era também moroso, decorrendo por vezes mais de um ano entre a abertura e a conclusão do processo.

No tocante ao desenlace final dos autos de executivo, a regra geral era os implicados serem considerados refractários. As excepções foram para os três casos em que foi apurado que os mancebos já tinham falecido em território brasileiro: José⁵⁸, filho de Manuel Domingues Souto e de Águeda Maia de Jesus, natural da freguesia de Guilhabreu, faleceu logo que chegou ao Brasil⁵⁹; Henrique, filho de Joaquim Maria de Melo e de Maria Amélia da Silva Melo, natural da freguesia de Vila do Conde, faleceu no Rio de Janeiro com 13 meses de idade⁶⁰; e Alexandrino, filho de António Gonçalves de Azevedo e de Maria Joaquina da Silva, natural de Macieira, tinha falecido no Brasil havia já sete ou oito anos⁶¹. A outra excepção foi para o jovem José, recenseado no ano de 1881, filho de Manuel Ferreira Dias e de Maria José, natural de Vila do Conde, que tinha emigrado para o Brasil com 16 anos de idade. Quando tomou conhecimento de que estava a decorrer contra si um auto de executivo para o coagir ao cumprimento efectivo do serviço militar, decidiu regressar do Brasil em Março de 1883, apresentou-se à comissão de Recenseamento e ficou isento⁶². Supõe-se que ficou livre do serviço militar, não devido ao seu exemplar sentido patriótico, mas por não reunir as condições de robustez necessárias para ser recrutado para o exército. Lamentavelmente, a fonte nada adianta a esse propósito.

Ao contrário da reclamação ao recrutamento e do processo executivo, o auto de refractário era, geralmente, muito sumário, restringindo-se a uma folha impressa, com vários campos para serem manuscritos, nomeadamente, os dados pessoais, como o nome do mancebo e dos pais, naturalidade, domicílio, número de sorte que lhe tocou, tipo de recruta e indicação do ano do contingente. No texto impresso entre outros informes, constava: “não comparecera no prazo legal, nem apresentara legítima causa da não comparência; ficava por isso o dito mancebo considerado, *ipso facto*, como refractário ao recrutamento⁶³”.

⁵⁸ José, com 13 anos de idade, ausentara-se para Pernambuco, recomendado a Francisco da Costa Maia, com a abonação e pagamento da viagem assumidos pelo pai (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3118, fl. 43).

⁵⁹ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2411, 7 de Novembro de 1881.

⁶⁰ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2411, 6 de Março de 1883.

⁶¹ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2414, 28 de Março de 1883.

⁶² AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta, 2411, 30 de Dezembro de 1881.

⁶³ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pastas 2413 e 2414.

Nos vinte anos em análise foi inventariado um total de 53 casos relacionados com o Brasil, 39 processos executivos e 14 autos de refractário. O movimento anual e global está expresso no quadro que se segue.

Quadro n.º4.3 – Reclamações, autos de executivo e de refractário (1865-1884)

Anos	Reclamações	Auto de executivo	Auto de refractário	Total
1865	1	-	-	1
1866	1	-	-	1
1867	4	-	-	4
1868	10	-	-	10
1869	7	-	-	7
1870	25	-	-	25
1871	8	-	-	8
1872	47	-	-	47
1873	21	-	-	21
1874	10	-	-	10
1875	39	-	-	39
1876	25	-	-	25
1877	8	-	-	8
1878	2	-	-	2
1879	19	-	-	19
1880	3	-	-	3
1881	8	20	-	28
1882	21	5	8	34
1883	35	8	6	49
1884	27	6	-	33
Total	322	39	14	374

Fonte: AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pastas 2406 a 2414.

Os processos de executivo que se encontram no *corpus* documental compulsado correspondem ao período de 1881 a 1884 e perfazem um total de 39 casos. O ano de 1881 sobressai pelo seu elevado número. Nos quatro anos representados, o número deste tipo de processos variou entre o máximo de vinte e mínimo de seis. O auto de refractário surge, somente, nos anos de 1882 e 1883. No cômputo global dos 374 processos referentes aos mancebos que emigraram para o Brasil, os autos de executivo e de refractário correspondem a 14,1% do total.

Era considerado refractário aquele que de modo ilícito tentasse eximir-se da obrigação militar. Os refractários, para além de terem de prestar cinco anos de serviço

efectivo no exército e três na reserva, à semelhança de todos os outros mancebos apurados para a vida militar, tinham de prestar mais três anos de serviço efectivo e tal obrigação só prescrevia ao fim de quinze anos. Durante esse período, os refractários ficavam sujeitos a responder por essa obrigação ao Estado, por sua pessoa e bens. Os bens que possuísem ou viessem a possuir nesse prazo poderiam ser executados e vendidos até à quantia necessária para pagar o preço da substituição nos termos da lei, adicionado de 3/5 correspondente aos três anos que tinham de cumprir a mais⁶⁴.

Em 1913, por requisição do comandante do distrito de recrutamento de reserva n.º 18, foi capturado e entregue no respectivo quartel o refractário António da Silva, natural da freguesia de Árvore⁶⁵.

A reclamação ao recrutamento militar era, regra geral, encetada por algum familiar do jovem recenseado, no sentido de o liberar dessa penosa obrigação. Ao contrário, o auto de executivo e de refractário era instaurado pela autoridade concelhia para obrigar o mancebo pelos necessários meios administrativos e judiciais a cumprir efectivamente o serviço militar para o qual tinha sido sorteado.

Provavelmente, para acautelar os inconvenientes de ser considerado desertor do exército e evitar as sanções de carácter pecuniário previstas na lei, após a instauração do processo de refractário, os familiares de dois mancebos procederam à remissão do serviço militar, como aconteceu no caso do emigrante José, filho de António da Silva e de Margarida Rosa de Jesus, natural da freguesia de Malta. No ano de 1880 foi-lhe instaurado um auto de refractário; como o seu pai tinha falecido no ano anterior ele recebeu de legítima paterna a quantia de 40 937 réis; o juiz de direito da comarca de Vila do Conde, Francisco Alexandrino da Silva deu conhecimento do facto ao administrador do concelho, que de imediato, levantou processo no sentido de coagir a mãe do mancebo a entrar no cofre central do distrito com a quantia supra citada; face a essa imposição, a mãe do recruta não teve outra alternativa senão pagar o preço da remissão, o que concretizou em 5 de Junho de 1883⁶⁶. Também a 16 de Novembro de 1882 foi levantado auto de refractário ao recruta António, filho de José da Costa e de Felícia Francisca, natural da freguesia de Mindelo. Para evitar mais celeumas o seu pai, em 14 de Junho de 1884, pagou o preço da respectiva remissão⁶⁷.

⁶⁴ *Carta de Lei de 27 de Julho de 1855*, Art. 57.º a 59.º.

⁶⁵ *O Ave*, n.º 326, 15 de Fevereiro de 1913.

⁶⁶ AMVC – *Registos de reclamações ao recrutamento militar*, pasta 2412.

⁶⁷ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2412.

Para evitar incómodos similares, alguns progenitores procederam à justificação do falecimento de seus filhos em terras brasileiras, como foi o caso de Manuel Domingues Souto⁶⁸, da freguesia de Guilhabreu, que ao verificar que o nome do seu filho José constava na lista do recenseamento para o serviço militar afixada na porta da igreja da sua freguesia, e não lhe sendo possível apresentar a respectiva certidão de óbito para fazer prova perante a Administração, requereu, em 8 de Novembro de 1881, justificação do óbito com pessoas que tinham conhecimento do facto. Depois de intimadas as testemunhas e devidamente ajuramentadas, o óbito foi confirmado e o administrador do concelho mandou arquivar o processo⁶⁹.

⁶⁸ Desta família emigraram vários elementos. Em 18 de Dezembro de 1872 prestou fiança para partir com destino ao Rio de Janeiro, Bernardino Moreira Maia, filho de Domingos Joaquim Souto; em 15 de Novembro de 1873, José Domingues Souto, filho de Manuel Domingues Souto embarcou para Pernambuco, e em 22 de Janeiro de 1898, António Moreira Maia, filho de Joaquim Moreira Maia partiu para a Baía (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3117, 3118 e 3130).

⁶⁹ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2411.

4.4 Naturalidade e outras particularidades

No atinente à naturalidade dos jovens, a lei determinava que para efeito do recenseamento militar era considerado domicílio dos menores não emancipados e dos menores solteiros emancipados, o domicílio dos seus pais, tutores ou o de outras pessoas de quem legitimamente dependiam. No caso de o mancebo não residir no reino na altura do recenseamento, nem os seus pais ou tutores, era a freguesia da naturalidade que servia de base para a inscrição no recenseamento⁷⁰.

Mapa n.º 4.1 – Dispersão geográfica da naturalidade dos recrutas



Fonte: AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pastas 2406 a 2414.

⁷⁰ Carta de Lei de 27 de Julho de 1855, Art. 13.º e Lei de 6 de Agosto de 1896, Art. 25.º.

De acordo como os processos de reclamação, de executivo e de refractário, a naturalidade dos jovens inventariados dispersa-se geograficamente pelas trinta freguesias que formam o aro de Vila do Conde, embora distribuída de forma muito diversa, como pode ser observado no mapa que se apresenta do concelho de Vila do Conde, com as respectivas cifras por freguesia.

A sede do concelho, a multissecular freguesia de S. João Baptista, como é perfeitamente compreensível, lidera o movimento global, com 51 casos. O enfoque vai de seguida para quatro freguesias contíguas, situadas a sul do Ave, numa zona predominantemente agrícola: Macieira com 33 casos, Vairão com 29, Gião e Fornelo com 26 registos cada, e ainda para uma outra localidade distanciada das anteriores, situada na parte norte do concelho, a freguesia da Junqueira com 21 registos. A sede do concelho em conjunto com as quatro freguesias que apresentaram maior número de reclamações e sofreram maior índice de processos executivos e de refractários absorveu quase 53% do movimento global. Com uma a duas dezenas de casos surgem, por ordem decrescente, as freguesias de Mindelo com 17 registos, Azurara com 16, Vilar com 14, Árvore e Tougues com 13 cada, Rio Mau com 12, Fajozes com 11 e Malta com 10 casos. As restantes localidades registaram um movimento abaixo da dezena, tendo as freguesias de Canidelo e de Vilar do Pinheiro se confinado a um único caso, que se menciona a título ilustrativo. Em 5 de Novembro de 1883, a autoridade concelhia instaurou um processo de refractário contra o recruta José⁷¹, natural da freguesia de Canidelo, filho de António Francisco Ferreira e de Rita Maria de Jesus, por ter sido sorteado para o exército e não se ter apresentado nem indicado substituto⁷²; e a 4 de Fevereiro de 1875, António José da Cunha Machado, casado com Rita Gramacha da Fonseca, natural de Vilar do Pinheiro, apresentou reclamação contra o recenseamento do seu filho Fortunado, em virtude de o mesmo ter, desde há anos, domicílio no Brasil⁷³.

Em termos globais, a imagem que ressalta é a da dispersão da naturalidade dos jovens recrutas; nenhuma das trinta freguesias que compõem o concelho ficou excluída do movimento reivindicativo ou penalizador que visava, por uma lado, excluir e isentar da vida militar e, por outro, obrigar ao seu cumprimento efectivo.

⁷¹ De seu nome completo José Francisco Ferreira, em 30 de Outubro de 1873, obteve abonação de seu pai para partir com destino a Pernambuco, recomendado e com a viagem paga pelo conterrâneo Albino José dos Santos (AMVC – *Registo dos termos de responsabilidade e fiança*, livro 3118, fl. 39v).

⁷² *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2414.

⁷³ *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2410.

Na documentação compulsada só pontualmente a data do nascimento do mancebo vem referida, assim como a sua profissão. Em muitos casos está registado que emigrou de menoridade, ou com menos de 14 anos, e que emigrara há muitos anos, especificando por vezes que essa emigração se dera há cinco ou mais anos. Este pormenor da precocidade na emigração brasileira vem confirmar uma realidade já expressa em outros trabalhos: “A maioria dos emigrantes era menor de 14 anos, rapazes imberbes afastados precocemente dos pais”⁷⁴. Somente no ano de 1868 e no lustro de 1870-75 (excluído o ano de 1871 que não possui qualquer caso) surge referência à data de nascimento do rapaz recenseado para a vida castrense. No cômputo global dos 374 registos considerados, apenas em 47 consta a informação alusiva à idade, o que corresponde a uns meros 12,5% do total. Nas situações em que está patente a data de nascimento, subtraindo ao ano da reclamação o do nascimento, constata-se que todos os jovens tinham no momento do recenseamento 21 anos de idade, em conformidade com a lei.

No que diz respeito às profissões dos mancebos recenseados para a vida castrense, nos escassos informes destacam-se as ocupações ligadas à vida marítima e comercial. Marinheiros eram em número de oito, especificando, por vezes, o nome da embarcação onde prestavam serviço⁷⁵. Empregados no comércio quatro; um emigrante estava empregado no serviço militar do Brasil e, outro era carpinteiro da ribeira, perfazendo um total de catorze casos. A partir de 1869 a documentação deixa definitivamente de referir a profissão; por conseguinte, dispõe-se de uma visão muito incompleta da realidade ocupacional dos emigrantes no Brasil, em idade de ser recenseados, mas que corrobora as características tendenciais rastreadas através dos termos de responsabilidade e fiança.

Através da análise dos processos das reclamações ao recrutamento militar é possível visualizar certos aspectos económico-sociais inerentes ao emigrante e ao seu núcleo familiar. Embora seja notória alguma heterogeneidade, o predomínio vai claramente para as famílias carenciadas. Sintomático dessa confrangedora realidade é, entre outros, o caso de Joaquim Antunes de Azevedo, da freguesia de Vairão, que “impôs o filho António há 7 anos, para o Brasil, e o outro chamado José há 4 anos, e que ambos foram ganhar a sua vida por não ter meios para os sustentar”. E acrescentou “que desde que haviam emigrado não tivera mais notícias deles. Por isso suplicava se

⁷⁴ PILOTO; SANTOS, 2007: 374.

⁷⁵ Por exemplo, na galera “Flor da Maia, Bessa Portuense e Flor do Porto”.

dignassem aliviar os dois filhos do serviço militar, visto ambos não existirem neste Reino, nem saber deles há tantos anos”⁷⁶. Após a confirmação da junta de paróquia do alegado pelo pai, o acórdão da câmara municipal, datado de 3 de Maio de 1856, deferiu o requerimento em vista das disposições da Carta de Lei de 1855⁷⁷.

Neste caso, como em muitos outros, estão bem patentes as dificuldades económicas como móbil da emigração. Aliás, a situação de pobreza era ainda agravada pela orfandade total ou parcial do mancebo e pela ilegitimidade. Efectivamente, em 33 reclamações consta que a mãe do jovem era viúva, em dezassete casos que o pai era viúvo, em quatro que os pais eram falecidos, em dez que a mãe era solteira, e em um caso que eram pais de criação, o que perfaz 65 registos, correspondendo a 17,3% do total. Ressalta, também, o fenómeno da curta duração de vida de alguns dos progenitores dos recenseados, assim como a existência de filhos ilegítimos e mesmo de enjeitados a engrossar o caudal da emigração.

A existência de proles numerosas e de alta taxa de mortalidade infantil na época pode ainda ser deduzida a propósito do processo de executivo realizado em 28 de Março de 1883, contra o recruta Bernardino, filho de Manuel Francisco Vieira e de Ana Maria Lopes, natural de Gião, no qual os pais asseveram que “não sabiam se teria sido algum que lhes morresse ao nascer ou no Brasil”⁷⁸. É possível também entrever a falta de relacionamento entre o filho que embarcou e os pais que permaneceram na terra pois, com alguma frequência, referem que desde que os filhos partiram jamais deram notícia. Ou será que no caso concreto das reclamações procuravam com este subterfúgio eximirem-se da responsabilidade de apresentar o filho ou de terem de pagar a respectiva substituição? Os documentos notariais dão conta, igualmente, de compromissos e tensões entre o indivíduo e o seu grupo familiar e não poucos pais se lamentam por não terem notícias dos filhos há muitos anos ou por nada terem lucrado com a emigração que promoveram⁷⁹.

Em alguns processos transparece um certo desconhecimento acerca do paradeiro dos implicados, pois é dito por várias pessoas ao oficial de diligências que não sabem onde reside o jovem recenseado, nem os pais do mesmo mancebo. Outras vezes é declarado que morreu de tenra idade, mas não existe o respectivo assento de óbito. Em alguns casos, só depois do processo executivo decorrer se chega à conclusão que o

⁷⁶ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2406.

⁷⁷ AMVC – *Processos de Reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2412.

⁷⁸ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento*, pasta 2414.

⁷⁹ ALVES, 1994:90.

recruta já há muito tinha falecido, como sucedeu com o Bernardino⁸⁰, nascido a 3 de Fevereiro de 1848, natural da freguesia de Vila Chã, filho de Januário Francisco e de Joaquina Gomes dos Santos⁸¹.

Nota-se algum desleixo parental relativo aos trâmites do recenseamento e recrutamento dos seus filhos. No caso de falecimento, em vez de apresentarem a certidão ou justificação de óbito logo que o nome do mesmo constava nos cadernos de recenseamento, deixavam o processo avolumar-se e, só depois de estar a decorrer o auto de executivo, na iminência de serem penalizados, justificavam o respectivo falecimento.

Se serve de desculpa para este procedimento o facto da maior parte dos progenitores serem pouco instruídos, ou até analfabetos, já se torna incompreensível quando estão envolvidas pessoas com alguma distinção social, como o caso que envolve o comendador Joaquim Maria de Melo. Em 6 de Março de 1883 foi instaurado um auto de executivo ao seu filho Henrique e, só após longos meses de investigação administrativa-militar o comendador se dignou a confirmar que esse seu filho tinha falecido com 13 meses de idade, no Rio de Janeiro⁸². Em Vila do Conde o comendador teve nome na toponímia, na rua que actualmente é de S. Bento⁸³.

Alguns pais tentavam ludibriar o funcionário encarregado da investigação, na expectativa de os filhos escaparem aos imperativos legais. Em 28 de Março de 1883, José Luís e Rosa Maria da Silva, naturais da freguesia de Fornelo, declararam juntamente com outras pessoas ao oficial de diligências que o seu filho António estava no Brasil. Posteriormente, o funcionário camarário veio a descobrir que afinal ele estava a residir na freguesia da sua naturalidade⁸⁴.

Outras vezes, a desorganização do serviço de recenseamento era notória, sendo indevidamente intimado para a vida militar quem já tinha assentado praça. Aliás, se todo o processo de recenseamento e recrutamento militar decorresse de forma exemplar,

⁸⁰ O irmão, Manuel Francisco, marítimo, prestou fiança em 17 de Novembro de 1865 para partir para o Brasil com tripulante de navio.

⁸¹ AMVC – *Registo dos mancebos que deixam de ser recenseados para o serviço militar por terem falecido ou mudado de residência*, livro 2399, 1 de Março de 1869.

⁸² AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2414, 1883-1902.

⁸³ Desconhece-se o que fez de meritório para merecer tal honra. Comentava-se na vila que tinha rios de dinheiro nem ganho com grande lisura no Brasil, pois, pelos vistos, andou ligado ao tráfico negreiro. Em 1883 comprou à Companhia Edificadora dois lotes de terreno numa avenida perpendicular ao mar, mais tarde denominada Bento de Freitas, onde edificou um luxuoso palacete, que acolheu em 1888 o rei D. Luís, aquando da sua visita ao norte do país. No entanto, o Comendador poucos anos gozou do seu palácio, porque faleceu em 1891, na cidade de Lisboa (COSTA, 1989: 43).

⁸⁴ AMVC – *Processos de reclamação ao recrutamento militar*, pasta 2414.

com elevada proficiência, não seria necessário apresentar qualquer reclamação pois, *à priori*, só seria recenseado e recrutado quem reunisse as condições previstas na lei.

Resumindo, para além de ter sido possível quantificar alguns indicadores referentes às exclusões e reclamações ao recrutamento militar, assim como aos autos de executivo e de refractário devido aos mancebos terem emigrado para Brasil, foi também possível apurar algumas peculiaridades inerentes à vida militar e aos intervenientes nos processos, como a dispersão da naturalidade dos mancebos pelas trinta freguesias do concelho, a situação de carência económica e baixo nível social dos protagonistas envolvidos, a prática da emigração engajada e familiar, assim como o frequente corte de relacionamento dos emigrantes com os familiares que permaneceram na terra natal. Os dados rastreados vieram, por um lado, corroborar alguns aspectos já evidenciados nos demais suportes empíricos seleccionados, e por outro, contribuir para o enriquecimento global das problemáticas em estudo.

5. Retorno dos *Brasileiros Vilacondenses*

A análise de mais de um século de emigração portuguesa mostra que, desde o momento em que se cristaliza a intenção de partir, o emigrante é, na generalidade, acompanhado, ao longo do seu itinerário geográfico e temporal, pelo desejo (ou intenção potencial) de regressar um dia ao seu país de origem.

Beatriz Rocha-Trindade — “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil”. *Análise Social*. XXII (90), 1986, p. 142.

Como observou Beatriz Rocha-Trindade, privilegiados pelo peso numérico, pela solidariedade dos já estabelecidos e pelas cadeias de apoio social e cultural por eles construídas, os portugueses sempre consideraram naturalmente o Brasil como uma pátria alternativa¹.

Como conciliar a perspectiva do Brasil como pátria alternativa com o desejo constante de regresso ao país de origem? É sabido que nem sempre o relacionamento entre Portugal e o Brasil foi fraterno, conflitos e tensões aconteceram, a lusofobia foi uma realidade que acicatou a insegurança e instabilidade dos emigrantes portugueses em solo brasileiro e, em simultâneo, fez recrudescer o fluxo do retorno. Mas, independentemente das conjunturas, sempre houve um movimento de contra-corrente à emigração para o Brasil, aliás, alguns críticos até consideravam que o retorno temporário ou definitivo dos emigrantes enriquecidos no Brasil funcionava como incentivo à própria emigração, e que a riqueza dos brasileiros era uma ilusão que favorecia os engajadores, porque cada fortuna exibida em Portugal escondia muitas histórias de miséria e morte no Brasil.

Elucida Beatriz Rocha-Trindade que o regresso passa a tomar formas de desejo constante, subjacente a uma situação sucessivamente adiada, que se desloca no tempo ao abrigo de razões funcionando em jeito de autojustificação².

Embora a imagem da terra natal permanecesse persistente no imaginário do emigrante, muitos foram adiando o regresso na esperança de alcançarem o almejado

¹ ROCHA-TRINDADE, 1986: 144.

² ROCHA-TRINDADE, 1986: 142.

sucesso, até que a morte os surpreendeu. A sorte foi madrastra para muitos emigrantes; outros adaptaram-se ao novo país e cortaram as raízes antigas; um grupo fez fortuna no comércio herdado ou trespassado de outros familiares ou conhecidos, pontualmente vinha passar férias à terra natal e matar saudades dos familiares, mas optou por acabar os seus dias no país de acolhimento; alguns andavam num vaivém de partidas e chegadas, com visitas regulares à mãe pátria, baralhando as estatísticas e abasileirando as localidades por onde passavam; os mais afortunados, geralmente, após longos anos de ausência, regressavam, embelezavam a terra com o seu casarão e engrandeciam-na com o seu espírito inovador e os seus actos filantrópicos. Os percursos de vida dos expatriados foram muito diversificados e as imagens sobre o movimento emigratório eram contraditórias: para o observador brasileiro, o emigrante fixava-se e a ideia de voltar à pátria ia esmorecendo com o tempo, para o observador nacional, havia uma parte substancial da emigração que refluía, superando até os 40%, tendo em consideração os 20% de retornos conotados com a reemigração³.

Em conformidade com a tipologia elaborada por F. P. Cerase o retorno era de fracasso quando o emigrante regressava tão pobre como tinha partido, devido à inadaptação ao trabalho pouco remuneratório e duro no país de acolhimento; o retorno de conservantismo, foi protagonizado por aqueles que regressaram com um pequeno pecúlio que investiram em pequenos negócios e serviços, conservando por isso o seu estatuto de origem; o retorno de jubilação, incluiu os emigrantes que alcançaram sucesso económico assinalável e regressaram após longa permanência no Brasil, para viverem dos rendimentos, e praticarem, em muitos casos, benemerências em prol da localidade de nascimento; o retorno de inovação, diz respeito aos que aproveitaram o seu projecto emigratório para adquirirem novas habilitações literárias e desenvolverem competências profissionais que lhes permite uma reintegração mais eficaz e compensatória na sociedade de origem⁴.

Em que medida se verificou o retorno definitivo ou temporário dos emigrantes oriundos do concelho de Vila do Conde? Que configurações assumiu a reintegração? Qual o impacto do regresso na sociedade local? Que trajectória de vida desenvolveram os *brasileiros* vilacondenses? Eis algumas das questões para as quais se vai procurar resposta, sabendo de antemão que o cerne desta problemática não reside em encontrar

³ ALVES, 1994: 252.

⁴ Citado por J. C. PEREZ, 1981: 225-243.

uma explicação genérica, mas sim em aceitar a multiplicidade de situações que esta temática envolve.

Durante muito tempo a migração de retorno foi postergada porque, normalmente, o seu quantitativo e impacto eram considerados pouco significativos, dado que ocorria no final da vida activa dos protagonistas envolvidos. Hoje tende a encarar-se o fenómeno migratório numa dimensão integradora e global, dada a interdependência dos processos económicos e políticos em termos transnacionais⁵.

O *Inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa*, levado a cabo no ano de 1873, encetou uma primeira tentativa de abordagem do retorno, mas a minúcia das questões para a qual não havia registos administrativos compatíveis inviabilizou a concretização desse objectivo, ao nível do relatório final. Em 1874 e no ano imediato, foram remetidas à administração municipal dois modelos de mapa⁶, que se fossem preenchidos correcta e sistematicamente dariam uma resposta bastante concreta à questão dos *brasileiros* de torna viagem. Da correspondência trocada entre o governo civil e o ministério do reino percebe-se, no que ao distrito do Porto diz respeito, que o preenchimento dos citados mapas não foi realizado em todos os concelhos. Foi-o, felizmente, no concelho de Vila do Conde, cujos valores apurados para o período de 1863 a 1873 dão conta da existência de 66 repatriados “com alguma fortuna”, 16 “sem fortuna” e 3 “valetudinários”. A riqueza presumida para o total do concelho era de 1 014,5 contos de réis⁷. Entre os 14 municípios do distrito que mais elevado número de repatriados receberam com fortuna, Vila do Conde logrou alcançar a sexta posição, patamar que espelha bem o relativo sucesso dos vilacondenses em terras brasileiras.

Como informa Jorge Alves, Vila do Conde, à semelhança do concelho de Bouças, Maia, Paredes, Penafiel e Póvoa de Varzim, era uma zona onde a emigração tradicional estava muito entranhada, circunstância que propiciava o apoio familiar e de vizinhança facilitadores da integração no país de acolhimento e, conseqüentemente, do almejado sucesso económico⁸.

⁵ CHEPULIS, 1984: 240-245.

⁶ Mapa nominal dos emigrantes portugueses repatriados com declaração do que se sabe, ou conjectura dos recursos pecuniários e fortuna liquidadas, ou em liquidação, com que regressaram ao seu país nos dez anos decorridos desde 31 de Dezembro de 1863 até 31 de Dezembro de 1873, e da aplicação que têm dado em proveito da riqueza pública; mapa numérico dos emigrantes repatriados, que regressaram ao seu país sem fortuna alguma, no período de 10 anos, desde 1863 a 1873.

⁷ ALVES, 1994: 261.

⁸ ALVES, 1994: 260.

Oliveira Martins, ao compulsar os dados para o Rio de Janeiro referentes a 1864-1873 e as estatísticas brasileiras para 1885-1893 concluiu que o retorno rondava os 50%⁹.

Para aceder à configuração multifacetada do retorno dos naturais do concelho de Vila do Conde pretende-se, numa primeira fase, utilizar principalmente a base de dados construída a partir da informatização dos *Bilhetes de Residência* e das *Declarações de Nacionalidade* existentes no fundo arquivístico da câmara municipal de Vila do Conde. Numa segunda etapa, impõe-se o recurso à variada pesquisa que forneceu a base documental imprescindível para acompanhar o percurso de vida de alguns emigrantes. Assume-se a selecção das citadas fontes manuscritas e de carácter burocrático-administrativo como uma pequena parcela do universo de testemunhos possíveis para a compreensão do fenómeno do refluxo dos *brasileiros* vilacondenses, apesar de se estar consciente da limitação do suporte empírico seleccionado para a primeira fase, uma vez que contempla essencialmente os emigrantes oriundos do concelho de Vila do Conde que se naturalizaram *brasileiros* e, que no regresso à terra natal, em conformidade com o enquadramento legal, solicitaram bilhete de residência ou tiveram necessidade de requerer declaração de nacionalidade, e exclui da análise o retorno dos naturais do concelho que mantiveram a nacionalidade portuguesa, porém, estes últimos, serão também alvo de estudo numa segunda etapa de cunho essencialmente biográfico.

A reconstituição estatística do fenómeno do retorno e a sua caracterização intrínseca, utilizando as variáveis disponíveis (data, nome, residência e validade no caso dos títulos de residência, acrescentadas do estado civil e ocupação profissional no que se refere às declarações de nacionalidade), será o objectivo primacial, recorrendo, sempre que necessário, a configurações gráficas para ilustrar o fenómeno ao nível local.

⁹ MARTINS, 1956: 244-246.

5.1. Bilhetes de Residência

Um complexo sistema legislativo, dificilmente enunciável na sua totalidade e nas implicações directas e indirectas que suscitou, surgiu com a emergência de um aparelho estatal de controlo e vigilância dos movimentos populacionais, quer ao nível interno quer externo. Como refere Costa Leite, o Estado Português nunca abdicou do direito de exercer um controlo administrativo sobre as entradas e saídas de nacionais e estrangeiros: os estrangeiros podiam estabelecer-se onde quisessem, mas tinham de comunicar às autoridades o seu lugar de residência; os nacionais podiam deixar o país, mas era-lhes exigido passaporte, que só era concedido após a verificação de que não havia fuga às leis gerais do país¹⁰.

O bilhete de residência concedido aos estrangeiros era um documento passado pelo administrador do concelho¹¹, que habilitava o seu portador a domiciliar-se na sua área administrativa pelo prazo máximo de um ano, findo o qual poderia, eventualmente, proceder à sua revalidação. Após cinco anos de presença efectiva em território nacional, o estrangeiro ficava livre da obrigatoriedade de visar o seu bilhete de residência, isto é, a validade do seu bilhete de residência tornava-se definitiva ou permanente. A obtenção do título de residência pressupunha o cumprimento de certas formalidades burocráticas que adiante se especificará.

Competia ao governo civil o recenseamento dos estrangeiros residentes no seu distrito¹². Os estrangeiros eram obrigados a legitimarem-se para poderem residir ou transitarem pelo reino e as autoridades administrativas deviam prender os que aparecessem nos seus distritos sem a competente legitimação¹³.

O administrador do concelho, sob a autoridade e inspecção do governador civil, estava encarregado da execução das leis e regulamentos de polícia em geral. Entre as principais funções do administrador do concelho estava a concessão aos estrangeiros que viessem residir no concelho de um título de legitimação, que consistia no visto posto no passaporte, com a indicação do tempo porque o estrangeiro poderia residir na

¹⁰ LEITE, 1987: 465.

¹¹ Os bilhetes de residência são concedidos pelo administrador do concelho; excepto em Lisboa e no Porto onde é atribuição exclusiva do governador civil (*Código Administrativo aprovado pela carta de lei de 6 de Maio de 1878*, art.º 204, n.º 2).

¹² *Decreto de 13 de Agosto de 1841*.

¹³ *Portaria do Ministério do Reino de 19 de Janeiro de 1848*.

área administrativa, não podendo a autorização exceder um ano, ou a concessão de um bilhete de residência pelo mesmo período¹⁴.

A concessão de bilhete de residência dependia da apresentação de passaporte visado pelo agente diplomático ou consular português; se o não houvesse no lugar da procedência, passava a depender da abonação do respectivo agente diplomático ou consular estrangeiro no reino de Portugal; ou de fiança de identidade e bom comportamento do estrangeiro impetrante; ou de passaporte de autoridade portuguesa; ou de declaração do fim a que o estrangeiro vinha ao reino¹⁵.

Estavam dispensados do bilhete de residência os agentes diplomáticos e consulares, assim como os seus adidos e os oficiais militares estrangeiros ao serviço português¹⁶. Também não necessitavam de tirar bilhete de residência os estrangeiros que residissem no país há mais de cinco anos e os naturalizados¹⁷. Para que pudesse haver a necessária fiscalização neste serviço, devia o administrador do concelho, logo que tomava posse do seu cargo, receber do governador civil e do secretário-geral do distrito um exemplar das respectivas assinaturas ou sinal para por meio deles poder o administrador do concelho verificar a autenticidade dos títulos que conceder¹⁸.

O espólio documental do AMVC contempla no fundo da administração do concelho, na rubrica “Passaportes e Processos de Emigração”, livros de registo de passaportes, bilhetes de residência e processos de emigração. Os livros de registo de passaporte entre 1837 e 1863 aglomeram a concessão de passaportes para circulação no país, por terra ou por mar, com as autorizações de residência a estrangeiros. A partir de 1863, altura em que o trânsito no interior do reino passou a ser livre¹⁹, a fonte passou a contemplar quase exclusivamente o registo dos bilhetes de residência concedidos a estrangeiros²⁰. O livro inventariado com o número 2812, referente ao período cronológico de 1856 a 1910, tem anexado um pequeno caderno com os fólios numerados de 1 a 23v, relativo aos anos de 1881 a 1910 onde só constam bilhetes de residência atribuídos a estrangeiros, porém, depois de 1901 não há registo de concessão

¹⁴ *Código Administrativo de 1865* (anotado), Lisboa: Imprensa Nacional, art.º 8.º, § 2.º.

¹⁵ *Decreto de 7 de Abril de 1863*, art.º 2.º – D.L. 77.

¹⁶ *Decreto de 13 de Agosto de 1841*.

¹⁷ *Decreto de 7 de Abril de 1863*, art.º 8.º, § 2.º, n.ºs 1 e 4.

¹⁸ *Decreto de 17 de Março de 1838*, art.º 12.º.

¹⁹ Os passaportes internos foram abolidos pela lei de 31 de Janeiro de 1863. A liberdade de trânsito interno só podia ser impedida quando o viajante fosse prófugo de cadeia, desertor, refractário, indiciado em crime, ou se existisse deprecada estrangeira pedindo a sua captura (*Código Administrativo de 1865* (anotado). Lisboa: Imprensa Nacional, art.º 37.º).

²⁰ A fonte inclui também listas de passageiros transportados em embarcações para os portos nacionais.

de residência a súbditos *brasileiros*, mas somente a espanhóis. Como não existe livro de registo para o período de 1911 a 1915²¹, sucede ao anterior o livro 2816 (1916-27) e pela superioridade numérica de registos que evidencia o ano de 1916 relativamente aos demais, supõe-se que as eventuais concessões de bilhetes de residência a *brasileiros* ocorridas entre 1902 e 1915 foram reunidas no ano de 1916, e por esse motivo, embora o âmbito cronológico da presente tese se detenha no ano de 1913, decidiu-se ampliar a análise da fonte seleccionada até ao ano de 1916.

É notório o incremento do número de permissões de residência desde o ano de 1916; dos 512 títulos atribuídos entre 1834 e 1949, número bem expressivo do elevado retorno dos emigrantes oriundos de Vila do Conde, quatrocentos foram concedidos a partir daquele ano. Uma vez que se termina a presente tese no momento em que o refluxo dos *brasileiros* do concelho de Vila do Conde se torna mais representativo, tem-se, por conseguinte, consciência de que fica aqui uma pista de investigação em aberto, um trabalho por concluir, que poderá proporcionar uma visão mais abrangente do retorno a nível local.

No bilhete de residência deveriam ser preenchidos os elementos correspondentes aos campos impressos no formulário. No canto superior esquerdo constava o número do registo e, por baixo, os sinais particulares do requerente. Do lado direito deveriam ser indicados o distrito e a municipalidade, o prazo da validade, o nome do portador e da freguesia para onde declarava ir morar²². A finalizar, para legitimação do título, consta a assinatura do administrador do concelho que era antecedida da data de emissão do mesmo.

A princípio, os bilhetes de residência eram emitidos no governo civil do distrito e de seguida visados na administração concelhia²³. Nota-se que o registo dos bilhetes de residência foi sofrendo alterações no decurso do tempo. Passou-se de um assento relativamente pormenorizado onde constava a data da emissão do título, o nome do

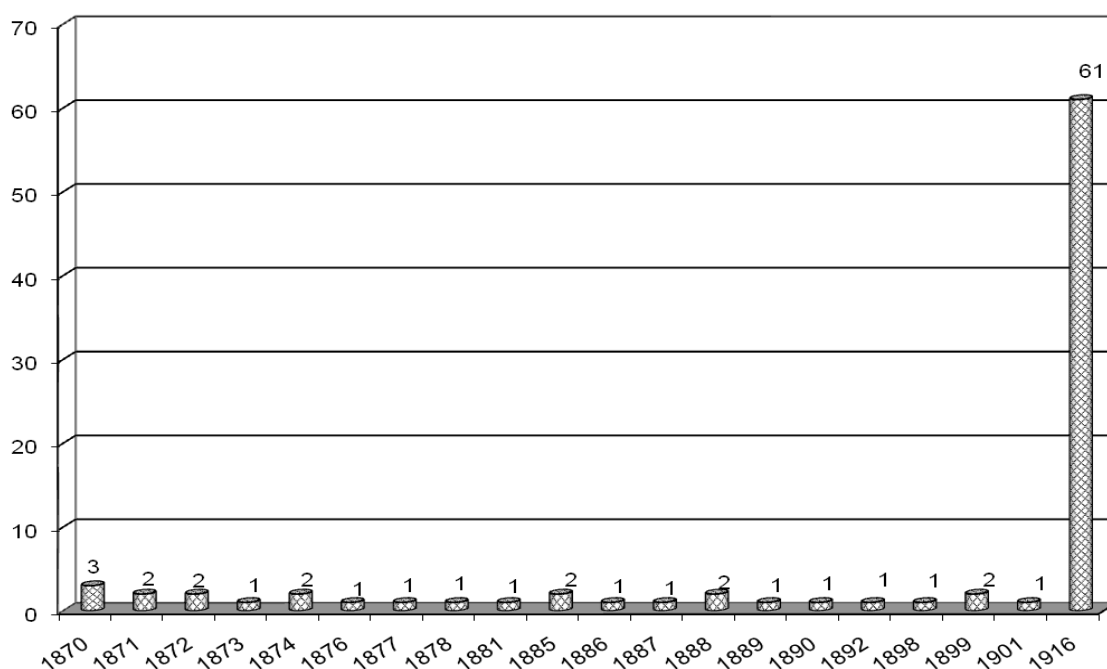
²¹ Provavelmente perdeu-se ou nunca existiu devido à instabilidade político-administrativa dos primeiros anos da República.

²² Na parte inferior do bilhete em texto impresso constava: “E para poder ser admitido em qualquer casa de hospedagem, ou particular, se lhe passou o presente, que deverá reformar, acabado o prazo do tempo, por que lhe é concedido, sob pena de pagar 4\$800 réis de multa para a Casa Pia, e para o Oficial de Justiça que for intimá-lo ficando na inteligência de que este Bilhete só autoriza a residência do portador nesta e de forma alguma lhe pode servir para transitar no Reino, para o que deve requerer passaporte”(AMVC – Documento avulso, com data de 20 de Março de 1874).

²³ “Joaquim Ribeiro Pontes, solteiro, negociante, súbdito Brasileiro, apresentou bilhete de residência por um ano, passado no Governo Civil do Porto, em 18 de Outubro de 1852 para residir na freguesia de Macieira” (AMVC – *Registo de passaportes*, livro 2811, fl. 59 v).

suplicante, o local para onde ia residir, o prazo de validade, as revalidações, o estado civil e a profissão, para um registo marcado cada vez mais pelo sintetismo, sobretudo nas últimas décadas da centúria de Oitocentos e início do século seguinte²⁴. A informação do livro 2816²⁵ (1916-27) apresenta-se disposta numa estrutura diferente, está organizada em duas páginas, divididas em seis colunas, onde constam informações como a data, o nome, a residência, o prazo da autorização, as revalidações e as observações. Na coluna “observações” encontram-se, pontualmente, as anotações do tipo de nacionalidade do requerente, do estado civil e da profissão do titular, assim como a indicação de ausência ou de falecimento do requerente.

Gráfico n.º 5.1 – Movimento anual da emissão de Bilhetes de Residência (1865-1916)



Fonte: AMVC – *Registo de bilhetes de residência*, livros 2812 e 2816.

Embora se tivesse procedido ao integral levantamento informático da fonte seleccionada, no presente trabalho considerar-se-á apenas os registos a partir do ano de 1865, e depois desta data o primeiro assento que surge referente a *brasileiros* é do ano

²⁴ “Em 9 de Março de 1882, passou-se bilhete de residência ao súbdito brasileiro Frei Bento do Monte Carmelo Flores para residir nesta vila por um ano” (AMVC – *Registo de passaportes*, livro 2812, fl. 2).

²⁵ O termo de abertura do livro 2816 refere: “Este livro há-de servir para registo dos vistos dos títulos de residência dos cidadãos de nacionalidade estrangeira, o qual vai ser numerado e rubricado em todas as folhas com o sobrenome de Cunha Reis que uso. Administração do Concelho, 8 de Abril de 1916”.

de 1870, daí ser o primeiro ano a figurar no gráfico que se apresenta. O ano de 1916 assumiu a dianteira com 61 anuências domiciliares, evidenciando, como já foi oportunamente referido, uma enorme discrepância relativamente a todos os demais; segue-se o ano de 1870, com apenas três licenças; nos anos de 1871, 1872, 1874, 1885, 1888 e 1899 houve duas permissões; e nos restantes anos apenas uma autorização. Em termos globais, o número de consentimentos de residência entre 1865 e 1916 cingiu-se a 88, em consequência de prováveis omissões no registo.

**Quadro n.º 5.1 – Parentesco entre os requerentes do Bilhete de Residência
(1865-1916)**

Freguesia	Nome	Data
Árvore	João da Costa e Silva e Manuel Rodrigues da Costa e Silva	1888, 1916
	Manuel dos Santos Azevedo e Vasco Manuel dos Santos Azevedo	1916
Azurara	António da Silva Neves e António Francisco da Silva Neves	1872, 1873
Fajozes	Manuel Gomes dos Santos Maia; Januário Gomes dos Santos Maia e José Gomes dos Santos Maia	1876, 1916
Fornelo	Manuel Caetano de Oliveira e António Caetano de Oliveira	1889, 1890
Guilhabreu	Manuel Joaquim de Sousa Duarte, Albino de Sousa Duarte e Bernardino de Sousa Duarte	1874, 1916
Malta	António Ramos Maia, Claudiano Ramos Maia e Carlos Ramos Maia	1916
Mindelo	Albino Gonçalves dos Santos, Constantino Gonçalves dos Santos e António Gonçalves dos Santos	1916
Modivas	Joaquim José Pereira Ramos e José Pereira Ramos	1870, 1916
Mosteiró	Joaquim Alves de Brito e José Alves de Brito	1916
Touguinha	Raúl Gonçalves de Sá e Isaura Gonçalves de Sá	1916
Vairão	Albino Moreira de Sousa, António Moreira de Sousa e Manuel Moreira de Sousa	1916
Vila do Conde	Homero de Almeida Gomes e Honorato de Almeida Gomes	1916
	José de Oliveira Castro e António de Oliveira Castro	1916
	Carlos de Barros Barbosa e Francisco de Barros Barbosa	1916
	António Machado Pereira Guimarães e Adelino Machado Pereira Guimarães	1916

Fonte: AMVC – *Registo de bilhetes de residência*, livros 2812 e 2816.

Alguns apelidos semelhantes insinuam relações de parentesco e vêm corroborar mais uma vez a teia familiar presente na emigração para o Brasil e também no retorno. Inventariaram-se 37 elementos com relações de familiaridade entre si, a residirem em doze das trinta freguesias do concelho, sendo 35 dos componentes irmãos, e dois, pai e filho, que eram Joaquim José Pereira Ramos e José Pereira Ramos.

Oito irmãos obtiveram anuência para residirem na sede do município, quatro na freguesia de Árvore, três nas povoações de Fajozes, Guilhabreu, Malta, Mindelo e

Vairão e, nas restantes aldeias representadas no quadro apenas dois irmãos solicitaram autorização de residência. Requereram bilhete de residência no ano de 1916, 23 irmãos, os restantes doze em anos dispersos. António da Silva Neves e António Francisco da Silva Neves (Anexo 10), moradores em Azurara, obtiveram bilhete de residência, respectivamente, em 1872 e 1873; Manuel Joaquim de Sousa Duarte teve permissão para se domiciliar na freguesia de Guilhabreu em 1874, os dois irmãos no ano de 1916; Manuel Gomes dos Santos Maia obteve autorização para ir morar na freguesia de Fajozes no ano de 1876, e os dois irmãos no ano de 1916 tiveram anuência para o mesmo efeito; João da Costa e Silva requereu a licença para residir na freguesia de Árvore, no ano de 1888, e o irmão em 1916 e, por último, Manuel Caetano de Oliveira teve autorização de domicílio na aldeia de Fornelo em 1889, e o seu irmão António Caetano de Oliveira, no ano imediato²⁶.

Do cruzamento das fontes deduziu-se que alguns portadores de bilhete de residência solicitaram também declaração de nacionalidade, ou tinham laços de familiaridade com requerentes da nacionalidade brasileira. João da Costa e Silva, proprietário, domiciliado na freguesia de Árvore, era irmão de José da Costa e Silva, residente na mesma freguesia, que requereu no ano de 1871 a naturalidade para nove filhos. Manuel Gomes dos Santos Maia, também proprietário, que obteve licença de residência em 1876, reclamou em 1888 a nacionalidade para quatro filhos. António de Oliveira e Silva, de 19 anos, casado com Maria de Jesus Soares, de 25 anos de idade, que impetrou no ano de 1892 a nacionalidade para si, era filho de Manuel Caetano de Oliveira que obteve licença para residir em Fornelo em 1889. Albino de Sousa Duarte que obteve anuência para morar na povoação de Guilhabreu no ano de 1916, já tinha em 1909 requerido a nacionalidade para o seu filho Bernardino. José Gonçalves Pantaleão, marítimo, alcançou em 5 de Dezembro de 1877 licença para se domiciliar em Mindelo e, em 1895, requereu a nacionalidade para sete filhos. Joaquim José Pereira Ramos, lavrador, com bilhete emitido no ano de 1870 para residir na freguesia de Modivas por tempo ilimitado, requereu declaração de nacionalidade no ano de 1889 para o seu filho Joaquim; por sua vez, o seu filho José Pereira Ramos solicitou-a para quatro filhos no ano de 1907. Joaquim Alves de Brito, casado, carpinteiro que solicitou bilhete de residência no ano de 1916, já tinha rogado a nacionalidade para o seu filho José no ano de 1912. José Moreira de Sousa, solteiro, de maioridade, lavrador da freguesia de

²⁶ AMVC – *Registo de bilhetes de residência*, livros 2812 a 2816.

Vairão, que solicitou a nacionalidade para si próprio no ano de 1886, era irmão de Albino Moreira de Sousa, António Moreira de Sousa e Manuel Moreira de Sousa que pediram autorização para residir na mesma freguesia, no ano de 1916; por seu turno, a esposa de Albino Moreira de Sousa, Luzia de Agonia Dias, rogou no ano de 1893 a naturalidade para o seu filho Joaquim; no ano imediato, surge na fonte a referência a Albino Moreira de Sousa, casado com Maria Rosa de Jesus, a solicitar a nacionalidade para três filhos²⁷. Maria da Conceição, esposa de António de Oliveira Castro, que em 1916 conseguiu licença para residir na freguesia de Vila do Conde, tinha requerido no ano de 1892 a naturalidade para dois filhos. Carlos de Barros Barbosa e o seu irmão Francisco de Barros Barbosa, ambos solteiros, marítimos e emancipados, com licença para residir na sede do concelho no ano de 1916, tinham anteriormente requerido a nacionalidade para si próprios, o primeiro no ano de 1893 e o segundo em 1907. Por último, António Machado Pereira Guimarães, casado e marítimo com anuência para residir na vila em 1916, já tinha requerido a naturalidade em 1913 para dois filhos²⁸.

Como peculiaridades, sobressai a taxa de masculinidade, todos os requerentes, à excepção de um único elemento²⁹, eram homens, adultos, e pela pequena amostragem etária³⁰, deveriam ter idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos. Na perspectiva de Jorge Alves, embora se regressasse em qualquer idade, a concentração etária situa-se entre os 35 e os 49 anos³¹. Entre os portadores do bilhete de residência havia dois clérigos, frei Bento do Monte Carmelo Flores e o padre Manuel Leocádio de Faria, ambos moradores na vila de Vila do Conde.

²⁷ Em face deste caso, supõe-se que entre 1893 e 1894 a esposa Luzia faleceu e ele casou de novo.

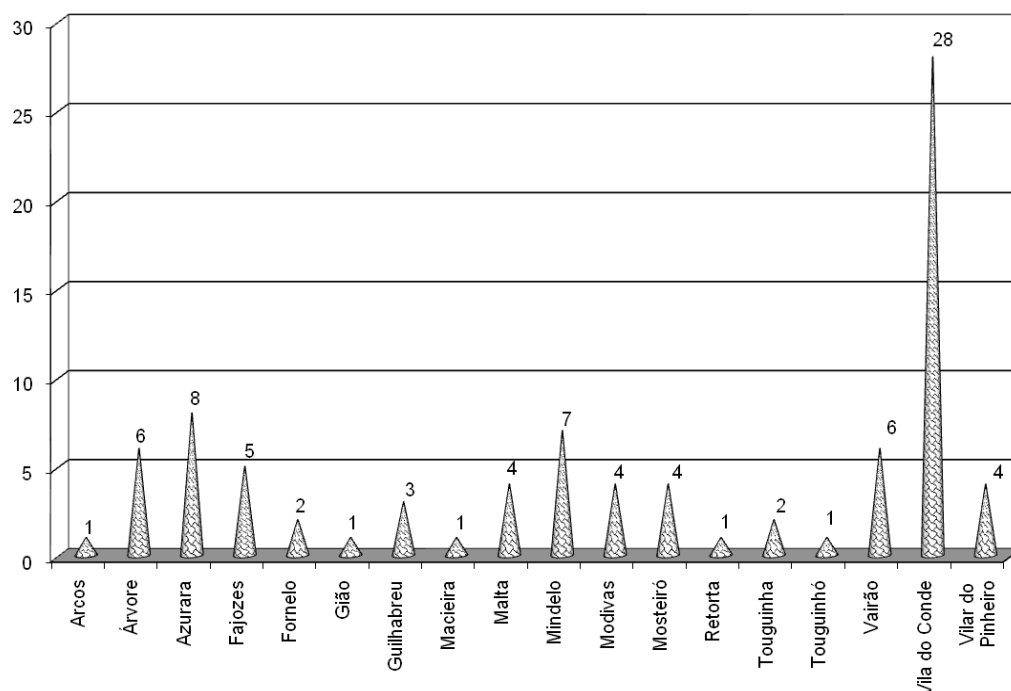
²⁸ AMVC – *Registos de bilhetes de residência*, livros 2812 a 2816, e *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

²⁹ O único elemento feminino que requereu bilhete de residência foi Isaura Gonçalves de Sá.

³⁰ Lamentavelmente, a variável da idade só consta nos quatro primeiros registos, tendo os requerentes, respectivamente, 45, 52, 47 e 21 anos.

³¹ ALVES, 1994: 268.

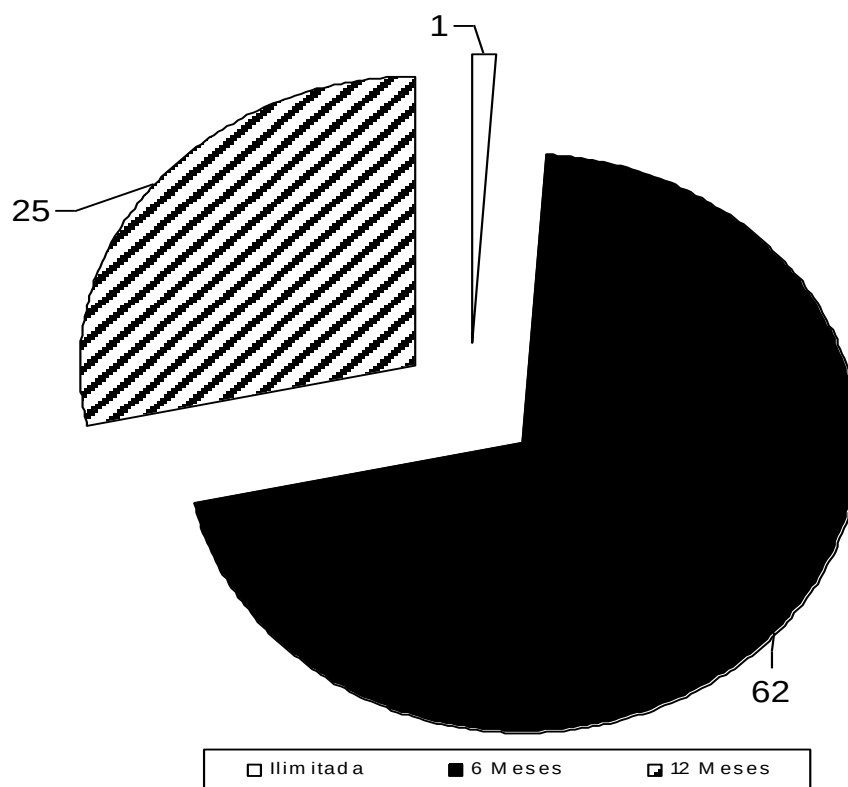
Gráfico n.º 5.2 – Dispersão geográfica dos portadores de Bilhete de Residência (1865-1916)



Fonte: AMVC – *Registo de bilhetes de residência*, livros 2812 e 2816.

Apenas em dezoito das trinta freguesias que constituem o concelho houve *brasileiros de torna viagem* a solicitar título de residência. À semelhança do que ocorria à partida para solo brasileiro, também no regresso à terra natal, ainda que porventura temporário, os residentes na sede do concelho sobressaem relativamente aos das restantes freguesias, com um total de 28 indivíduos. Do outro lado do Ave, na freguesia de Azurara, os portadores de título de residência foram oito, pouco mais de um terço do valor anterior. Sucedem, por ordem decrescente, os sete impetrantes a residir na freguesia de Mindelo, os seis nas povoações de Árvore e Vairão, os cinco em Fajozes, os quatro em Malta, Modivas, Mosteiró e Vilar do Pinheiro, os três em Guilhabreu, os dois em Fornelo e Touguinha e, nas restantes cinco freguesias representadas no gráfico regista-se somente um emigrante de torna viagem a solicitar bilhete de residência.

Gráfico n.º 5.3 – Validade dos Bilhetes de Residência



Fonte: AMVC – *Registo de bilhetes de residência*, livros 2812 e 2816.

Os bilhetes de residência seriam concedidos aos estrangeiros pelo espaço de tempo que se considerasse necessário, segundo as declarações que eles emitissem a esse respeito, e ainda de acordo com a necessidade da sua estadia no reino e outras circunstâncias afins, não podendo ultrapassar o prazo de um ano³². No período anterior a 1916, o tipo prevalecente da validade dos bilhetes de residência emitidos na administração concelhia era anual, a partir daquela data passa, sistemática e exclusivamente a ser semestral.

A 62 *brasileiros* foi emitido título de residência com a validade de seis meses, a 25 por um ano, e a um por tempo ilimitado. A licença de residência permanente foi concedida ao ex-emigrante Joaquim José Pereira Ramos, lavrador, da freguesia de Modivas, em 8 de Fevereiro de 1870³³, pela razão de já estar domiciliado no reino há mais de cinco anos.

³² Decreto de 13 de Agosto de 1841, art.º 2.º § 1.º.

³³ AMVC – *Registo de passaportes e bilhetes de residência*, livros 2812 e 2816.

Os estrangeiros pagavam pelo bilhete de residência pelo prazo de um ano, tirado na secretaria de Lisboa ou Porto, 800\$000 réis. Na administração dos concelhos, pelo mesmo prazo, o preço era de 40 réis de emolumentos e de selo 400 réis³⁴.

Era também incumbência do administrador do concelho vigiar pela execução das posturas e regulamentos de polícia, fazendo encoimar os transgressores, assentar multas e requerer a sua condenação perante a respectiva autoridade³⁵ e, uma vez expirado o prazo de validade, quem não requeresse a prorrogação no prazo de trinta dias seria processado e multado perante o competente poder judicial sendo obrigado a pagar uma coima que podia ascender até 20\$000 réis³⁶. O produto das coimas que fossem julgadas a requerimento do administrador do concelho seria dividido em duas partes iguais, uma para a administração concelhia e outra para o cofre da câmara municipal³⁷. Aos donos de hospedarias ou estalagens que recebessem hóspedes sem passaporte, bilhete de residência, ou título de legitimação, além das penas policiais, ser-lhes-ia confiscada a licença³⁸.

A validade do bilhete de residência devia assim ser sucessivamente renovada³⁹ e declarada definitiva decorridos cinco anos de permanência efectiva no país. A prova de domicílio por cinco anos podia ser feita em qualquer concelho que o estrangeiro residisse, por transferência de domicílio⁴⁰.

³⁴ *Código Administrativo de 18 de Março de 1842; Regulamento de 7 de Abril de 1863 e Decreto Lei 77, art.º 3.º, § 2.º.*

³⁵ *Código Administrativo de 1842, art.º 251, § 1.º.*

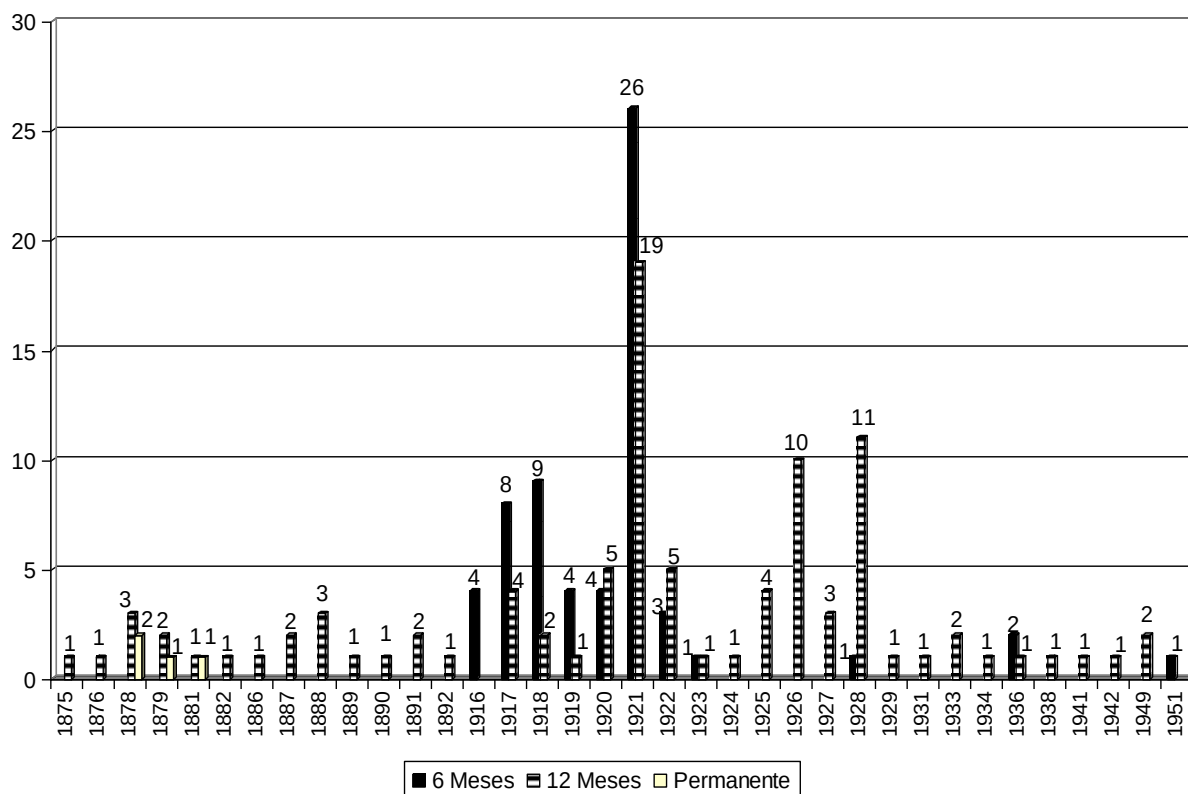
³⁶ *Decreto de 7 de Abril de 1863, art.º 26.º § 3.º.*

³⁷ *Código Administrativo de 1842, art.º 251, § 2.º.*

³⁸ *Código Administrativo de 1886, art.º 242, ponto 2.º.*

³⁹ A não ser que o portador do bilhete de residência optasse pela nacionalidade portuguesa, se ausentasse para o estrangeiro, ou falecesse.

⁴⁰ *Código Administrativo de 1865, art.º 8.º, § 2.º, n.º 3.*

Gráfico n.º 5.4 – Revalidação dos Bilhetes de Residência (1875-1951)

Fonte: AMVC – *Registo de passaportes e bilhetes de residência*, livros 2812 e 2816.

Foi possível acompanhar até ao ano de 1951 as sucessivas renovações da validade dos bilhetes de residência requeridos entre 1865 e 1916 pelos *brasileiros vilacondenses*. Como se pode observar no gráfico n.º 5.4, a primeira revalidação efectuou-se no ano de 1875 e o número total de revalidações anuais foi de 88, dezanove ocorreram no ano de 1921, onze em 1928, dez em 1926 e cinco em 1922. Nos restantes anos representados no quadro, com excepção dos anos de 1916 e 1951, em que não se registou qualquer revalidação anual, o número de prorrogações oscilou entre quatro e a unidade. No que se refere à revalidação dos vistos de residência pelo prazo de seis meses, estes surgem só a partir de 1916, e o seu total foi de 45 prorrogações, 26 ocorreram no ano 1921, nove em 1918, oito no ano anterior e nos oito anos remanescentes o valor das prorrogações semestrais variou entre quatro e a unidade. No

ano de 1878 foram concedidas duas prorrogações por tempo ilimitado e uma nos dois anos imediatos. Em termos globais, o número de revalidações foi superior ao quantitativo de títulos emitidos pela primeira vez, nomeadamente 137 para 88, porque a partir do ano de 1916 os portadores do bilhete de residência foram com mais frequência renovando o prazo de validade do seu título, ao contrário do que sucedia no período anterior, em que apenas 10 dos 26 indivíduos a quem foi atribuída licença para residir pelo prazo de um ano no concelho de Vila do Conde foram prorrogando a validade do seu bilhete de residência e, nem sempre com pontualidade⁴¹. No entanto, o número de prorrogações seria mais elevado se muitos dos indivíduos que obtiveram bilhete de residência no ano de 1916 não iniciassem a validação dos seus títulos apenas no ano de 1921, e o fizessem no decurso do tempo de forma sistemática e contínua, o que não se verificou em muitos casos.

Supõe-se que o elevado número de revalidações ocorridas no ano de 1921, 45 no total, corresponde, por um lado, a uma maior proficiência do serviço responsável pelo controlo dos estrangeiros residentes no concelho e, por outro, ao aumento do refluxo nos anos imediatamente anteriores (1917-20), talvez devido a contingências ainda relacionadas com o conflito bélico ocorrido entre 1914-18.

Observe-se o comportamento de alguns dos *brasileiros* que foram renovando o seu título de residência:

José Araújo Leal obteve licença para residir na freguesia de Vila do Conde, em 19 de Outubro de 1872; durante quase 10 anos não revalidou o seu título, fê-lo uma única vez, em 15 de Março de 1882. Em 7 de Abril de 1873 António Francisco da Silva Neves teve permissão para residir em Azurara (anexo10); após quatro anos de negligência, em 25 de Junho de 1878 optou por converter a sua autorização de residência em definitiva. Manuel Joaquim de Sousa Duarte recebeu, em 15 de Janeiro de 1874, anuência para se domiciliar em Guilhabreu; devia revalidar o seu título no ano imediato, mas só em 12 de Janeiro de 1878 o concretizou, isto é, três anos mais tarde do que devia e, em 1879, transformou o seu título em permanente. António de Azevedo

⁴¹ A metodologia do registo das prorrogações da validade dos bilhetes de residência nem sempre foi a mesma. No livro 2812 (1865-1910) encontra-se o registo da atribuição do bilhete de residência e na mesma página ou nas páginas subsequentes surge novo assento em tudo semelhante ao original, diferindo somente na data. Esta metodologia conduziu a um peregrinar de página em página a fim de encontrar as sucessivas prorrogações do bilhete de residência referentes ao mesmo indivíduo. No livro 2816 (1916-1927) logo a seguir aos dados pessoais do requerente do título de residência estão anotados os vistos de validade e, quando o espaço disponível se tornava insuficiente para a continuação do assento, surge a indicação do fólio onde constam os restantes vistos do mesmo portador.

Carvalho alcançou bilhete para morar em Gião em 26 de Março de 1874; durante dois anos seguidos revalidou com pontualidade o seu título, negligenciou, no entanto, esse compromisso no ano de 1877 e, em 1878, transmutou a validade de anual em permanente. A concessão para Manuel Gomes dos Santos Maia residir na freguesia de Fajozes aconteceu em 20 de Julho de 1876; ratificou apenas em 1878 e 1879 a validade, declinando esse imperativo no ano seguinte, para em 1881 a comutar em permanente. José Gonçalves Pantaleão domicilia-se legalmente na freguesia de Mindelo, em 15 de Dezembro de 1877; renovou prontamente o seu título até 1879, devia fazê-lo em 1880, o que não aconteceu, pois, rectificou-o, pela derradeira vez, no ano de 1881. Frei Bento do Monte Carmelo Flores obteve autorização para residir na freguesia de Vila do Conde, em 21 de Março de 1878; após sete anos de interregno, reformou-a em 19 de Fevereiro de 1886 e repetiu o acto pontualmente nos dois anos subsequentes. Manuel da Silva Pereira teve anuência para residir na terra de Macieira, em 11 de Dezembro de 1885; prorrogou a validade do seu título só em 1888 e no ano imediato. Manuel António Rodrigues teve aprovação de residência na freguesia de Vila do Conde, em 31 de Agosto de 1886; durante quatro anos consecutivos foi quase exemplar no cumprimento da revalidação do título, atrasou-se apenas três meses nas duas últimas renovações, devia tê-las realizado no final de Agosto, mas só as fez no fim de Novembro. Manuel Caetano de Oliveira foi licenciado para se domiciliar em Fornelo, em 21 de Fevereiro de 1889; só dois anos após a data imposta efectuou a prorrogação do seu título, efectuou-a no ano de 1892 e repetiu o gesto pela última vez, no ano de 1893. Alfredo José Fernandes obteve autorização de residência na freguesia de Touguinhó, em 11 de Abril de 1916, pelo prazo de seis meses; só decorridos mais de quatro anos, em 17 de Novembro de 1920 é que renovou a validade do seu título por seis meses⁴². José Moreira Ramos alcançou em 20 de Abril de 1916 visto para residir na freguesia de Modivas e, só passados cinco anos, em 5 de Abril de 1921 renovou por uma vez a validade do mesmo. Claudiano Ramos Maia, que na mesma data do portador anterior obteve licença de domicílio na povoação de Malta, renovou-a uma vez no ano de 1917 e só repetiu o acto em 1928. António Machado Pereira Guimarães tirou bilhete de residência em 27 de Abril de 1916 e até 1918 foi revalidando-o pontualmente; depois dessa data voltou a fazê-lo apenas uma vez, em 6 de Novembro de 1922, pois entretanto faleceu. Joaquim Alves Brito e o seu irmão José Alves Brito obtiveram autorização de

⁴² Na coluna de observações consta que nesse período intermédio se retirou para o Brasil.

residência no ano de 1916; o primeiro revalidou-a em 1921 e depois em 1936, o segundo só a revalidou no ano de 1921 por duas vezes⁴³.

A não revalidação do título, por um lado, e a revalidação extemporânea, por outro, para além de indiciar alguma negligência no registo, sugere também a presença da reemigração como adiante se verá.

⁴³ AMVC – *Registo de bilhetes de residência*, livros 2812 e 2816.

5.2. Declarações de Nacionalidade

A política e legislação brasileira em relação à imigração portuguesa nos anos que sucederam à independência, pautaram-se num primeiro momento, de acordo com o Acto de 14 de Janeiro de 1823, pela concessão da cidadania brasileira aos portugueses que no império fixassem residência, prestando estes perante a câmara municipal respectivo juramento de fidelidade à causa do Brasil. Era, igualmente, atribuído o estatuto de súbdito do império aos portugueses estabelecidos temporariamente no Brasil⁴⁴. Todavia, o Decreto de 20 de Novembro desse mesmo ano suspendeu temporariamente a sua execução.

O primeiro imperador do Brasil, D. Pedro I, encetou desde logo uma política de deferência para com os antigos colonizadores ao declarar que eram cidadãos brasileiros todos os nascidos em Portugal e nos seus territórios, domiciliados no Brasil aquando da independência e que tivessem permanecido no país⁴⁵.

A 23 de Outubro de 1832 foi publicada a primeira lei brasileira de naturalização de estrangeiros (não concedia qualquer discriminação positiva aos portugueses). Os requisitos necessários eram: serem maiores de 21 anos, usufruírem dos direitos civis no país de origem, prestarem declaração perante a Câmara respectiva de princípios de identificação com a nova pátria, pretensão de fixar domicílio de pelo menos quatro anos após a respectiva declaração, excepto se já vivessem no Brasil há quatro anos e se requeressem a naturalização no prazo de um ano. Era ainda exigido a posse de bens de raiz, ou a participação na indústria, ou o desempenho de uma profissão útil, ou prova de que viviam honestamente do seu labor⁴⁶. Com o decorrer do tempo as formalidades burocráticas para adquirir a naturalidade brasileira foram sucessivamente simplificadas. A denominada Lei de Terras (1850), entre outras disposições acerca da colonização por nacionais e estrangeiros, declarou que estes, após dois anos de residência no país, poderiam naturalizar-se⁴⁷. No mesmo sentido apontou outro diploma legislativo ao

⁴⁴ WESTPHALEN; BALHANA, 1993: 18.

⁴⁵ Carta de Lei de 25 de Março de 1824.

⁴⁶ *Colecção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 96-98.

⁴⁷ Lei n.º 601, de 18 de Setembro de 1850.

decretar que seria concedida carta de naturalização a todo o estrangeiro que a requeresse, sendo maior de 21 anos e residente no país há mais de dois anos⁴⁸.

A 15 de Novembro de 1889 o Brasil assistiu à implantação da República, mas os anos posteriores a esta data foram marcados por grande incerteza, uma vez que os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam também nas concepções organizativas do regime republicano⁴⁹. Entre as primeiras medidas de ampla repercussão e alcance do governo republicano no concernente aos imigrantes, destacam-se os Decretos n.º 13A, de 26 de Novembro de 1889, e o n.º 58A, de 14 de Dezembro de 1889. O primeiro regulou de modo genérico a concessão de naturalização, enquanto o segundo estabeleceu as condições para a naturalização, isto é, determinou que seriam brasileiros os estrangeiros que residissem no Brasil na data da proclamação da República e que nos seis meses após a sua promulgação não tivessem prestado declaração em como pretendiam conservar a nacionalidade de origem, assim como os proprietários de imóveis que fossem casados com brasileiras ou tivessem filhos nascidos no país, salvo se não explicitassem querer mudar de nacionalidade⁵⁰. E já anteriormente, o decreto imperial n.º 1531 de 10 de Janeiro de 1855 tinha anulado os títulos de residência e passaporte até aí exigidos, pelo que o estrangeiro (não sujeito a contrato de locação), logo que obtinha visto da autoridade brasileira podia livremente deslocar-se pelo país.

A primeira Constituição da República do Brasil, promulgada a 24 de Fevereiro de 1891, para além de consagrar o direito dos brasileiros e estrangeiros residentes no país à liberdade, à segurança individual e à propriedade, ratificou os princípios normativos referentes à naturalização implementados em 1889.

Em conformidade com os dados estatísticos do recenseamento geral da população brasileira, efectuado no ano de 1890, 18% dos portugueses tinha adoptado a nacionalidade brasileira (14% homens e 4% mulheres), os brasileiros de origem lusa (pai e mãe portugueses) alcançavam os 120 983 indivíduos, os filhos de pai brasileiro e mãe portuguesa eram 2 895 e os filhos de mãe brasileira e de pai luso atingiam os 37 325 habitantes⁵¹. Segundo os cálculos do embaixador português no Brasil, conde de Paço de Arcos, em 1893, as leis de naturalização brasileiras absorveram cerca de dois

⁴⁸ Decreto n.º 1950, de 12 de Julho de 1871.

⁴⁹ FAUSTO, 2008: 245.

⁵⁰ *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de Fevereiro de 1891. Constituições do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1986.

⁵¹ RIBEIRO, 2007: 123.

terços da colónia portuguesa. A legislação brasileira da República conduziu, na opinião de Jorge Alves, a uma espécie de “nacionalização forçada” de muitos portugueses, como política de fixação e integração⁵². No entanto, o serviço militar decretado pela República provocou pouco depois uma correria aos consulados para reaverem a nacionalidade lusa⁵³.

O Código Administrativo Português de 18 de Março de 1842 e a legislação portuguesa complementar estipulavam um conjunto de normas que explicitamente limitavam e regulavam a mobilidade, condicionando os cidadãos ao distingui-los em nacionais, estrangeiros e naturalizados e determinando procedimentos específicos face à mobilidade de cada um deles.

Os filhos de portugueses nascidos em Portugal e os expostos não poderiam considerar-se estrangeiros só porque obtinham bilhete de residência como tais, porque a qualidade de cidadão português provinha do nascimento e da filiação, e só podia perder-se por alguns dos motivos designados no artigo 8.º da Carta Constitucional. Também a matrícula no consulado estrangeiro não equivalia à naturalização que demandava muitas solenidades e a intervenção do poder real⁵⁴.

Naturalizados eram todos os estrangeiros que apresentassem *Carta de Naturalização* passada pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, mas os portugueses que se tornassem brasileiros, podiam de novo naturalizar-se portugueses pela simples declaração escrita, feita perante qualquer câmara municipal, expressando o desejo de recuperar a nacionalidade portuguesa⁵⁵. A mesma faculdade era concedida aos portugueses que, tendo-se naturalizado em qualquer país estrangeiro, regressassem ao seu país para nele fixarem o seu domicílio⁵⁶. O facto de os estrangeiros perderem a sua nacionalidade pela naturalização, não implicava a mudança da nacionalidade dos filhos nascidos antes da concessão da mesma⁵⁷.

Embora a legislação portuguesa referisse que os portugueses naturalizados em qualquer país estrangeiro poderiam reaver a sua qualidade de cidadãos nacionais mediante a entrega de uma simples declaração, na realidade, nos processos de declaração de nacionalidade lavrados na administração do concelho de Vila do Conde,

⁵² ALVES, 1994: 264.

⁵³ ARCOS, 1973: 10.

⁵⁴ *Portaria de 5 de Agosto de 1864.*

⁵⁵ *Decreto de 22 de Outubro de 1836, art.º 2.º.*

⁵⁶ *Decreto de 22 de Outubro de 1836, art.º 2.º, § 2.º.*

⁵⁷ *Decreto de 15 de Junho de 1863.*

entre 1865 e 1913, não impera o simplismo indiciado pela lei. Por outro lado, verificou-se uma intensa atracção pela nacionalidade brasileira e, ao invés, um diminuto interesse pela nacionalidade lusa. Em termos genéricos, o que se constatou foi que os *brasileiros* vilacondenses optavam e mudavam de nacionalidade de acordo com os seus interesses pessoais e particulares.

A declaração de nacionalidade, ao contrário do bilhete de residência que se limitava a um único documento com os dados pessoais do portador, constituía um processo burocrático complexo, formado na maior parte das vezes por um conjunto de documentos de diversa tipologia, redigidos em papel azul selado de vinte e cinco linhas. Os processos mais volumosos eram os desencadeados por um dos progenitores para o(s) descendente(s) e posterior renúncia por parte do requerente e/ou pelo(s) descendente(s). O número de documentos em cada processo oscila entre três e a dezena e o total de páginas varia entre as dez e as trinta. Na capa do processo de declaração de nacionalidade consta o ano da instauração do processo, o nome da freguesia onde o requerente residia, a municipalidade, a identificação do tipo de processo e os dados alusivos ao requerente, nomeadamente o nome completo, estado civil e filiação (no caso do requerente ser solteiro constava o nome dos pais, quando era casado o amanuense referia o nome do cônjuge). O primeiro documento que consta no processo é a “Autuação”, seguindo-se o “Requerimento” cuja redacção variava consoante a naturalidade do requerente e a finalidade pretendida, encerrando com a assinatura do respectivo requerente. Ao cimo da página do requerimento era lavrado o “Acordão” em Câmara de anuência ao solicitado⁵⁸, com anotação da data e do local onde o mesmo se efectuava, autenticado por duas referendas, a do presidente e a do secretário da câmara municipal. Em alguns processos encontra-se mais um requerimento a solicitar traslado de documentos arquivados. A respectiva transcrição ocupa, regra geral, duas ou três folhas. Sempre que os beneficiários da nacionalidade eram os descendentes do requerente eram apensos ao processo os respectivos certificados de baptismo e, quando o requisitante era menor emancipado, anexava-se o correspondente auto de emancipação⁵⁹. O termo era o último documento a ser lavrado e quando se destinava à

⁵⁸ “Que se tomasse o termo requerido na conformidade da lei” (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

⁵⁹ A emancipação podia ser concedida pelos pais ou tutores aos jovens com idade compreendida entre os 18 e os 21 anos, pela razão de os responsáveis “os julgar com juízo e capacidade bastante para administrar sua pessoa e bens, ficando para todos os efeitos considerados maiores”. O menor emancipado tinha de estar presente no acto oficial registado em cartório e dizer de viva voz que aceitava a autoridade

outorga da nacionalidade para os descendentes do requerente, este alegava que usando do poder paternal (ou maternal)⁶⁰ declarava que o filho queria ser cidadão brasileiro como o pai⁶¹. A finalizar, depois de lido e assinado pelo secretário, o termo era também subscrito sobre estampilhas fiscais (até 1893 os selos era de 500 réis, depois dessa data duplica o valor), pelo declarante e pelas duas testemunhas presentes no acto. Quando era o próprio requerente a reiterar a nacionalidade, declarava que a fazia para beneficiar dos direitos inerentes a essa qualidade⁶².

O processo burocrático conducente à assumpção da nacionalidade portuguesa por parte de brasileiros natos ou naturalizados era idêntico ao de adopção da nacionalidade brasileira, divergindo somente nas referências normativas⁶³.

Entre 1865 e 1913 foram inventariados 100 processos de *Declaração de Nacionalidade* a que corresponderam 174 naturalizações, 167 brasileiras e sete portuguesas⁶⁴.

O movimento anual de processos, conforme se pode observar no gráfico n.º 5.5, foi evoluindo gradualmente com pequenas oscilações aleatórias, até atingir o auge no ano de 1897 com oito processos. Nos restantes anos, o número de processos oscilou entre o máximo de sete, nos anos de 1893 e 1912, e o mínimo de uma unidade (nos três primeiros anos) em 1871, 1875 e 1886. No que concerne às naturalizações, notam-se também algumas variações ao longo do período considerado, sobressaindo os anos de 1897 com treze, 1899 com doze e 1906 com onze. Nos demais anos, o seu número variou entre a dezena em 1895 e a unidade no ano de 1886.

concedida (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815, alvará de emancipação de Narciso Alves de Oliveira, natural da freguesia de Árvore, em 21 de Janeiro de 1890).

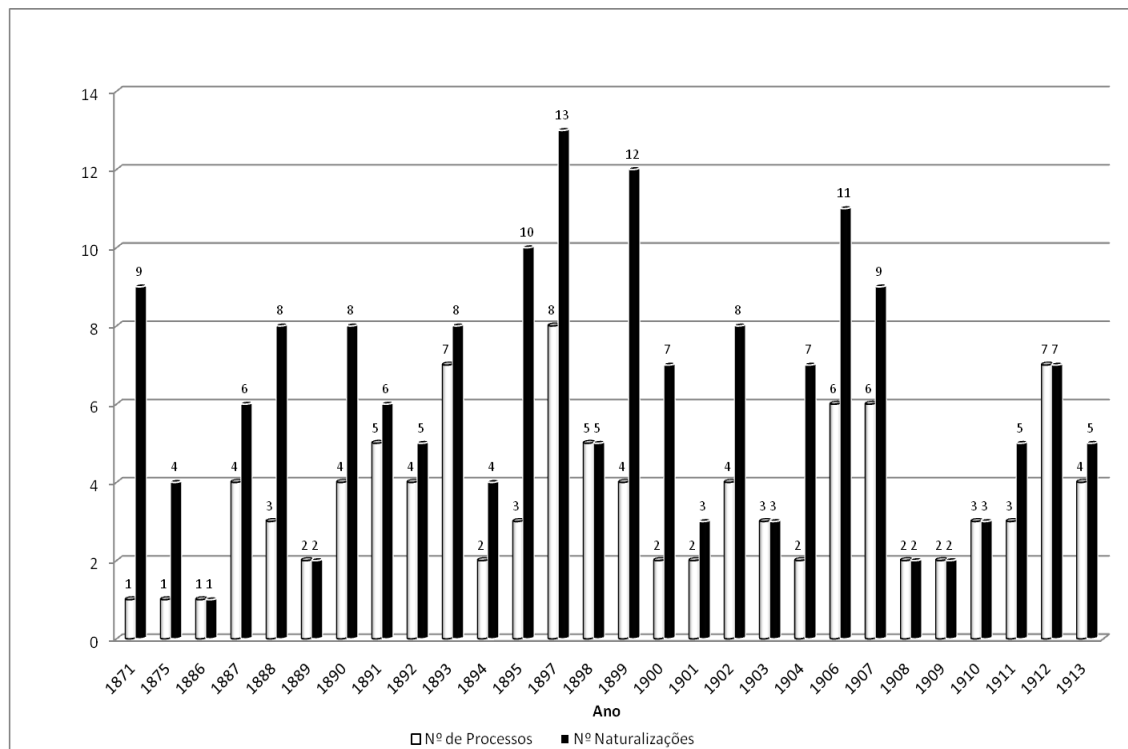
⁶⁰ Esse poder era conferido pelo Código Civil Português aprovado por Carta de Lei de 1 de Julho de 1867, título IX, capítulo I, artigo 100.

⁶¹ “Na presença de testemunhas disse o cidadão brasileiro que usando do poder paternal declarava em nome de todos os seus filhos, de menoridade, de que estes não querem ser cidadãos portugueses e antes querem seguir o foro de cidadãos brasileiros, como seguia ele declarante, seu pai, tudo em conformidade com o requerimento que fica fazendo parte deste termo” (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

⁶² “Declarava que era cidadão brasileiro, como comprova com os documentos que juntou ao seu requerimento, que fazia esta declaração perante a Câmara para que dela possa aproveitar todos os efeitos que da mesma derivem por Lei” (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

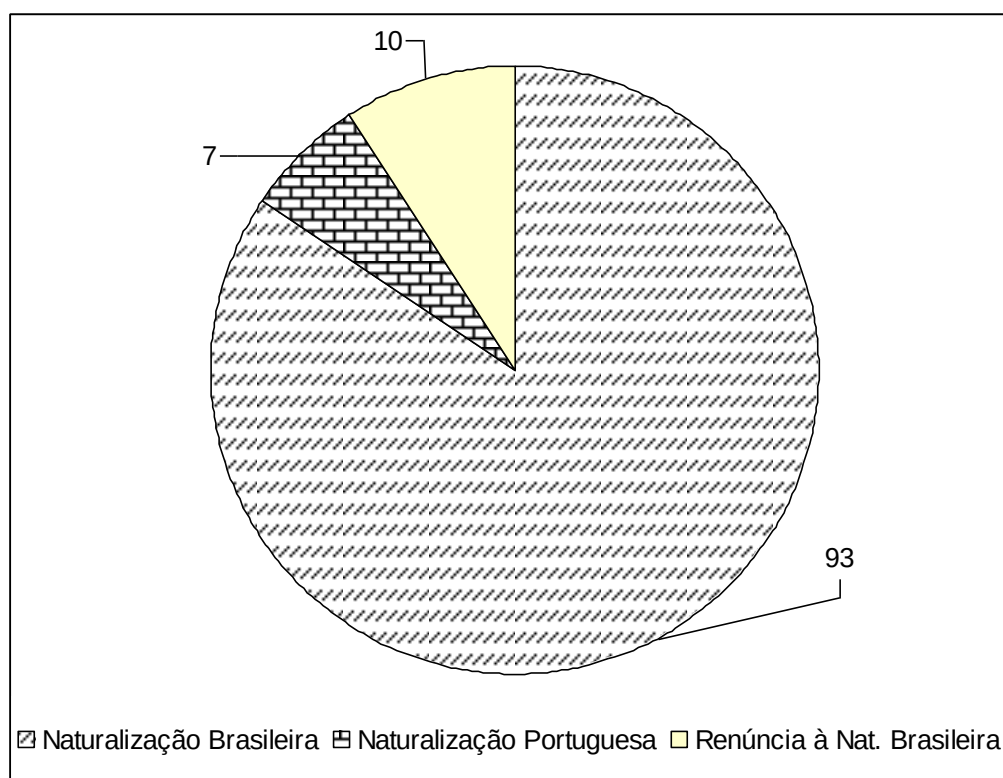
⁶³ O acto passava a ser facultado pelo art.º 18.º, n.º 3.º, do Código Civil Português aprovado pela Carta de Lei de 1 de Julho de 1867 e pelo art.º 7.º, § 2.º da Carta Constitucional.

⁶⁴ O fundo da câmara municipal integra uma pasta com *Declarações de Nacionalidade* inventariada com o número 2815, cujos limites cronológicos dos respectivos processos se distendem de 1871 a 1938. Embora se tenha procedido ao integral levantamento informático desta fonte manuscrita e inédita, tendo sido contabilizado um total de 128 processos, no presente trabalho apenas consideramos os circunscritos de 1865 a 1913. Em 21 dos 50 anos que medeiam entre 1865 e 1913 não foi constituído qualquer processo.

Gráfico n.º 5.5 – Movimento anual de Processos e de Naturalizações

Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

A analogia entre as variáveis em causa evidencia uma certa concordância nas duas linhas evolutivas, havendo mesmo a coincidência do máximo de processos e de naturalizações ter sido atingido no ano de 1897. No período que medeia entre 1871 e 1907, o valor de ambas as variáveis é equivalente nos anos de 1886, 1889, 1898 e 1903, nos anos remanescentes o número de naturalizações superioriza-se sistematicamente ao total de processos. Na fase final, a similitude das variáveis sobressai, particularmente a partir de 1908, pois em quatro dos seis anos representados o quantitativo de processos e de naturalizações foi equivalente, havendo apenas um ligeiro desfasamento nos anos de 1911 e 1913. A sobreposição do número de naturalizações ao quantitativo de processos está correlacionada com a predominância de solicitações para os filhos menores dos requerentes; ao inverso, a equidade corresponde à requisição da nacionalidade para os próprios requerentes.

Gráfico n.º 5.6 – Nacionalidade Requerida (%)

Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

A solicitação da nacionalidade brasileira distingue-se no gráfico n.º 5.6 atingindo os 93% e apenas 7% dos requerimentos visaram obter a nacionalidade lusa, facto bem sintomático da apetência na época pela cidadania brasileira, sendo perceptível a transmissão dessa qualidade, do pai, emigrante naturalizado ou até brasileiro nato, para os filhos. Estes, posteriormente, instauram processo para que os seus descendentes passem a usufruir da mesma nacionalidade, passando a três gerações consecutivas de *brasileiros*. Por vezes, acontecia o emigrante naturalizado já ter falecido, e nestes casos era a viúva que se encarregava de solicitar essa qualidade para os filhos e, estes, reclamavam-na para os seus descendentes. Como observou Jorge Alves, a nacionalidade brasileira gozava entre nós de alguma ambiguidade, pois distinguia-se de algum modo da nacional, mas não era considerada explicitamente estrangeira, existindo para esta documentação própria. A ambiguidade desta dupla nacionalidade era utilizada proveitosamente pelos *brasileiros*, pois permitia-lhes a si ou à família escapar de certas obrigações, por exemplo, do serviço militar ou da eleição para cargos administrativos

que, na altura, eram considerados, ao nível do poder local, como um fardo pesado⁶⁵. Por exemplo, Joaquim Ramos de Oliveira, casado, proprietário da freguesia de Modivas, foi intimado para exercer o cargo de jurado no ano de 1876; contestou⁶⁶, pois, “sendo súbdito brasileiro não pode ser obrigado a exercer semelhante cargo, sendo de toda a justiça a sua isenção”⁶⁷. Também Zacarias Baltazar do Couto teve o cuidado de registar na secretaria da câmara municipal a sua carta de naturalização para “poder mostrar onde necessário que está isento da contribuição pessoal e industrial no reino de Portugal”⁶⁸.

A adopção da nacionalidade brasileira por parte dos emigrantes portugueses, a ratificação da mesma aquando do regresso à pátria e a sua transmissão aos descendentes, utilizando expressões como “não quer ser cidadão português e antes quer gozar o foro de cidadão brasileiro como goza ele declarante”, numa primeira apreciação poderia, eventualmente, conduzir à ideia de que tal facto se relacionava com um défice de patriotismo dos ex-emigrantes, mas os reais motivos parecem ser de outra índole. Aliás, as associações de emigrantes no Brasil e noutras partes da América seriam, até 1920, uma das maiores fontes de manifestações patrióticas⁶⁹. Em 1890, à notícia do Ultimato seguiu-se uma vaga de reuniões das associações portuguesas pelas cidades dos vários estados brasileiros, que chegou a Portugal sob a forma de mensagens e notícias, como sublinhou o *Diário de Notícias*, levando-o até a dedicar um editorial ao assunto⁷⁰. Também não podem ser esquecidas as inúmeras subscrições feitas entre as comunidades lusas no Brasil para acudir às mais variadas causas nacionais.

O facto de os beneficiários da nacionalidade brasileira serem todos do sexo masculino⁷¹ e com idades próximas dos 20 anos, permite visionar por detrás do aparente motivo a verdadeira razão e esta era, iniludivelmente, de natureza militar, o objectivo primacial da adopção da nacionalidade brasileira era escapar ao exército, era ficar isento do odioso “imposto de sangue”. Dos que iam para o Brasil, casos havia em que o retorno era relativamente rápido e o agora *brasileiro* apresentava documentação de nacionalizado, aproveitando as facilidades que a este respeito eram concedidas naquele

⁶⁵ ALVES, 1994: 263-264.

⁶⁶ Desconhece-se o desfecho da objecção apresentada, mas tudo leva a crer que lhe foi favorável.

⁶⁷ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815 (Anexo 11).

⁶⁸ AMVC – *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livro 149, fl.20v e 21.

⁶⁹ RAMOS, 1994: 91-92.

⁷⁰ RAMOS, 1994: 91-92.

⁷¹ Há apenas uma única excepção, Joaquina da Conceição Pereira Machado que requereu no ano de 1906 a nacionalidade brasileira para si própria, atendendo ao facto de o seu marido gozar dessa mesma qualidade (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

país e jogando com esse factor para se subtrair ao recrutamento⁷². Não obstante esta evidência, a maior parte das petições a solicitar traslado de documentos oficialmente arquivados queda-se pelo laconismo “para apresentar onde lhe convier”⁷³ e, só duas especificam que o objectivo era documentar uma reclamação ao recrutamento militar, como sucedeu com Plácido Ribeiro Pontes e Francisco Alves de Oliveira⁷⁴.

Plácido Ribeiro Pontes, 21 anos, alfaiate, foi recenseado pela freguesia de Vila do Conde no ano de 1896. Contestou e, por sentença emitida pelo juiz de direito da Comarca de Vila do Conde, em 27 de Agosto de 1897, foi livre do recenseamento em conformidade com o artigo 36 § primeiro n.º 5, do regulamento de 6 de Agosto de 1896⁷⁵. Para sua salvaguarda foi-lhe passada uma ressalva assinada pelo comandante interino do distrito de recrutamento e reserva n.º 19, Cristovão Correia da Rocha, capitão de infantaria seis⁷⁶. Por sua vez, Francisco Alves de Oliveira, casado, residente em Azurara, solicitou no ano de 1887 a naturalização brasileira para os seus filhos Manuel, de 20 anos e Narciso de 16 anos. Como Manuel havia sido recenseado para o recrutamento do ano de 1888, ele apresentou reclamação⁷⁷ para o isentar do serviço militar⁷⁸.

Como observava em declaração confidencial datada de 12 de Julho de 1904, Venceslau de Sousa Pereira Lima, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a Alberto Fialho⁷⁹, “muitos portugueses invocavam sucessivamente a sua nacionalidade de origem, ou a brasileira, conforme as suas próprias conveniências”. Por sua vez, Alberto Fialho em ofício endereçado na mesma data ao barão do Rio Branco, reconhece que muitos retornados do Rio de Janeiro e interrogados sobre os motivos porque

⁷² ALVES, 1994: 145.

⁷³ Numa altura em que se enfatizava o serviço militar como um dever cívico de todos os mancebos, não convinha realçar a intenção de dele se livrarem os requerentes da nacionalidade brasileira.

⁷⁴ Em cerca de 2,5% dos registos de reclamação ao recrutamento militar o motivo evocado era o jovem ter a cidadania brasileira e por esse facto estar isento do cumprimento do serviço militar no país de nascimento (AMVC – *Reclamações ao recrutamento militar*, livros 2402-2405 e pastas 2407-2414).

⁷⁵ O referido artigo, § e n.º estipula o seguinte: “Durante o mês de Março poderão ser apresentadas às comissões de recenseamento todas as reclamações contra a inscrição ou omissão de qualquer mancebo indevidamente feita, ou contra o modo como cada um tiver sido qualificado no livro de recenseamento. É motivo de reclamação por inscrição indevida o recenseamento de estrangeiros”.

⁷⁶ *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

⁷⁷ Estes dois processos de reclamação ao recenseamento deve-se ter extraviado, à semelhança de outros, pois não existem na respectiva pasta, catalogada com o n.º 2407.

⁷⁸ *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

⁷⁹ Diplomata brasileiro nomeado em 1902 para exercer o cargo de ministro plenipotenciário em Lisboa. Em 1905 foi transferido para Itália, mas retornou a Portugal em 1908, como embaixador nos funerais do rei D. Carlos e do seu filho Luís Filipe. Destacou-se pelo bom relacionamento entabulado com as autoridades portuguesas, protegendo os interesses dos emigrantes nacionais no Brasil (MENDES, 2010: 351).

solicitaram e exibem passaportes brasileiros, respondem uns que “por ser mais baratos que em Portugal, e por ser fácilimo obtê-los das autoridades brasileiras, e outros, mal dissimulam a esperança, ou convicção, de assim escaparem às obrigações do serviço militar português”⁸⁰.

Na sequência da grande naturalização de 1889, os emigrantes portugueses no Brasil ao não declararem que queriam manter a nacionalidade de origem estavam, implicitamente, a revelar a sua adesão aos ideias republicanos. Consciente ou inconscientemente estariam também a tentar proteger-se do anátema da lusofobia, mas na prática, apesar dos direitos recém-adquiridos, recrudescer nos primeiros anos da República a intolerância antilusitana, já ocorrida noutros momentos de crise brasileira no decurso do século XIX, sendo os portugueses o grupo emigratório no Brasil que mais vivenciou hostilidades por motivos de teor nacionalista. Por outro lado, ao naturalizar-se, podiam ascender ao exercício de cargos públicos e ficavam livres da expatriação. Os portugueses constituíram a nacionalidade com maior número de mandados de expulsão, entre 1907 e 1912, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores⁸¹. Também Lená Medeiros de Menezes informa que entre 1907 e 1930 os portugueses foram a maioria em quase todos os tipos de delitos cometidos no Rio de Janeiro⁸². Assim sendo, a assumpção da cidadania brasileira acabava por trazer vantagens aos emigrantes tanto no país de acolhimento como no de origem.

Sobre a forma como se adquiria a nacionalidade portuguesa, a legislação determinava, entre outros aspectos, que eram considerados cidadãos portugueses os que nascessem no reino, os filhos de pai português, ainda que este tenha sido expulso do país, ou os filhos ilegítimos de mãe portuguesa, bem que nascidos no estrangeiro, mas que tenham vindo estabelecer domicílio no reino, ou que tenham declarado por si, sendo maiores ou emancipados, ou por seus pais ou tutores no caso dos menores, que quisessem ser portugueses⁸³. Por outro lado, a lei estipulava que perdia a sua qualidade de cidadão português o que se naturalizava num país estrangeiro, podendo, porém,

⁸⁰ MENDES, 2010: 177.

⁸¹ MENDES, 2010: 163 e 186.

⁸² MENEZES, 2006: 96.

⁸³ *Código Civil Português aprovado pela Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*, Título II, Art. 18.º, ponto 3.º.

recuperar essa qualidade, regressando ao reino com ânimo de nele se domiciliar e declarando-o perante a municipalidade do lugar que elegeisse para sua residência⁸⁴.

Em consonância com os princípios normativos supra-citados, sete indivíduos impetraram a naturalidade lusa, três brasileiros natos e quatro emigrantes naturalizados brasileiros. Lopo Joaquim de Oliveira, nascido a 8 de Julho de 1868, na freguesia de Nossa Senhora da Candelária, no Rio de Janeiro, solteiro, de maioridade, filho legítimo de Manuel Joaquim de Oliveira Pinto, nascido em Vila do Conde a 9 de Outubro de 1820, e falecido na mesma localidade a 13 de Junho de 1878, obteve em 28 de Novembro de 1892 a cidadania lusa. Marcelino Lourenço Gomes⁸⁵, natural da freguesia de Árvore efectivou o termo em 16 de Maio de 1906. Seis anos depois, em 1912, foi a vez do seu irmão, Manuel Lourenço Gomes⁸⁶, casado e médico, também adoptar a cidadania portuguesa⁸⁷. Por sua vez, o expatriado natural da freguesia de Vila do Conde, Joaquim Francisco Praça, filho de Bento Francisco Praça, naturalizado brasileiro em 26 de Agosto de 1874, recuperou a cidadania lusitana no ano de 1898. Emílio José Ferreira nascido a 25 de Junho de 1840, na freguesia de Azurara, filho de José Bernardo, natural de Chaves reconquistou-a em 1907. Manuel da Silva Correia, nascido a 6 de Outubro de 1880, em Vila do Conde, filho de Jorge Joaquim Correia, marítimo, natural de Azurara, naturalizado brasileiro em 9 de Agosto de 1899, resgatou-a em 1903 e, por último, Francisco Baltazar do Couto⁸⁸ reassumiu a cidadania lusa no mês e ano da implantação da República em Portugal⁸⁹.

Em dez processos de adopção da nacionalidade brasileira encontra-se também requerimento e termo de renúncia dessa mesma qualidade e sequente perfilhação da cidadania portuguesa. Cinco dos renunciantes tinham anteriormente solicitado para si próprios a naturalidade, os restantes tinham-na adoptado por iniciativa do progenitor. Todos os renunciantes alegavam que o faziam de sua livre e espontânea vontade para

⁸⁴ *Código Civil Português aprovado pela Carta de Lei de 1 de Julho de 1867*, Título III, Art. 22.º, ponto 1.º.

⁸⁵ Era proprietário da tabacaria “Vilacondense” situada no centro da vila (*O Ave*, n.º 6, 6 de Outubro de 1906).

⁸⁶ Marcelino Lourenço Gomes nasceu a 1 de Fevereiro de 1883, na freguesia das Graças da cidade do Recife e era filho de Carlos Lourenço Gomes e neto paterno (e afilhado) de Marcelino Lourenço Gomes que exerceu o cargo da presidência da autarquia vilacondense e de quem já se falou a propósito dos cidadãos proeminentes que prestaram fiança.

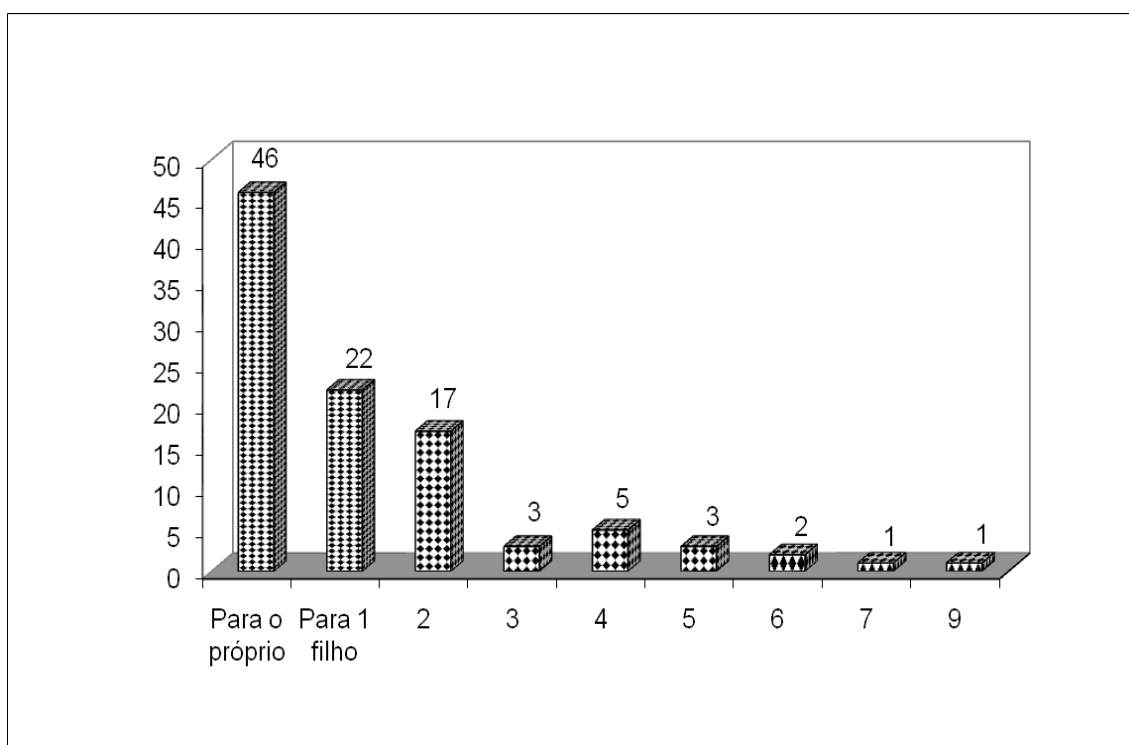
⁸⁷ O médico Manuel Lourenço Gomes veio a ser lente catedrático da Faculdade de Medicina do Porto (DACIANO, 1963:8).

⁸⁸ Já foi efectuada menção no primeiro capítulo a esta personalidade que ganhou visível projecção ao nível da autarquia vilacondense e, dele se falará no capítulo dedicado ao esboço biográfico de alguns brasileiros.

⁸⁹ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

surtir todos os efeitos legais e que queriam recuperar esse direito porque eram filhos de cidadãos portugueses; alguns ainda acrescentavam que tinham regressado a Portugal com ânimo de aqui se domiciliar. O que se constata é que optavam e mudavam de nacionalidade de acordo com os seus interesses pessoais e particulares. O pai requeria a nacionalidade brasileira para os seus descendentes se eximirem da vida militar. Mais tarde, ultrapassada a idade do recenseamento, requeriam por motivos profissionais ou de qualquer outra índole a renúncia da mesma.

Gráfico n.º 5.7 – Frequência da Solicitação da Nacionalidade

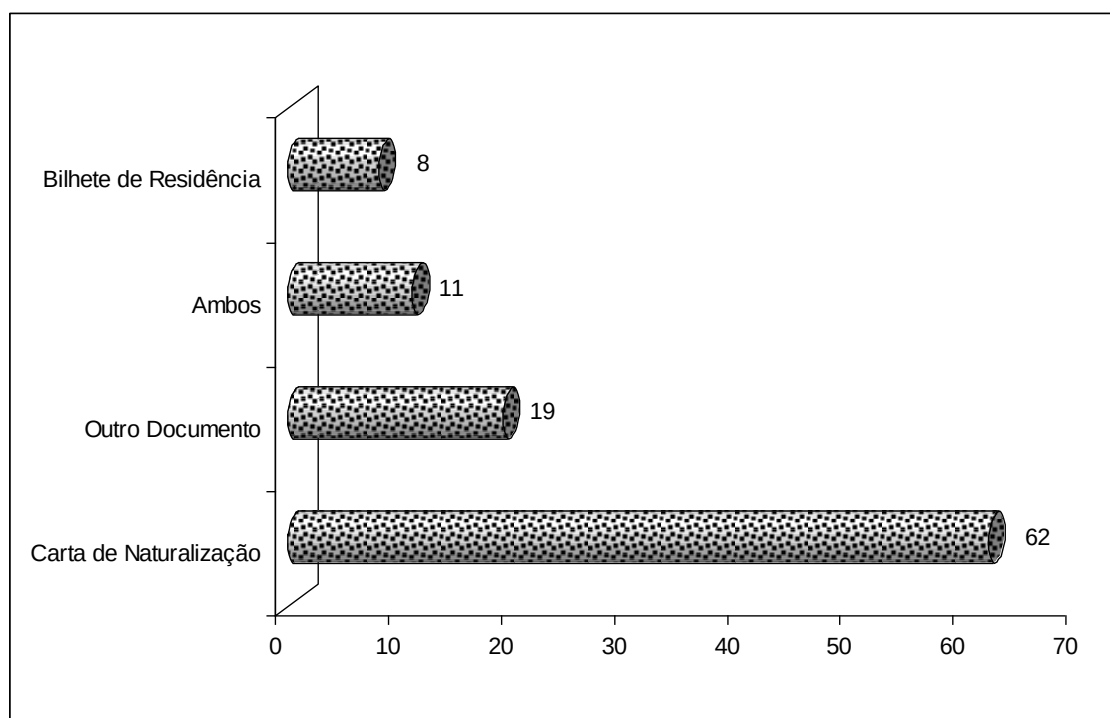


Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

A declaração de nacionalidade podia ser individual ou colectiva, isto é, o requerente podia solicitar a naturalização apenas para si próprio, ou podia impetrá-la para os seus descendentes menores. Quando a requeria para os filhos nem sempre a fazia para todos na mesma data, frequentemente requestava-a para os filhos em idade próxima de serem recenseados para o serviço militar e, decorridos alguns meses ou até mesmo anos, para os restantes filhos, o que originava um adensar de novos documentos ao mesmo processo. O gráfico n.º 5.7 ilustra a frequência do requerimento da nacionalidade, 46 indivíduos solicitaram-na para si próprios e os restantes 54 para os seus descendentes. Dentre estes, 22 reclamaram-na para um filho, dezassete para dois,

três para três descendentes, cinco para quatro, três para cinco, dois para seis, um para sete e um para nove filhos. A iniciativa paternal esteve presente em 33 processos de naturalização dos descendentes e 21 realizaram-se por diligência da mãe, por lhe competir a ela a autoridade sobre os menores. Uma exerceu o poder maternal porque era mãe solteira, três devido a serem viúvas e dezassete por o marido estar ausente no Brasil.

Gráfico n.º 5.8 – Documentos comprovativos da Nacionalidade



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

O processo de declaração de nacionalidade iniciava-se com a entrega na câmara municipal de um requerimento de nacionalidade. A autoridade competente analisava a justiça e legalidade da solicitação com base nos documentos comprovativos apensos ao requerimento e, decorrido pouco tempo, exarava o respectivo despacho⁹⁰. Logo de seguida era lavrado o termo de declaração. Tudo se passava de forma célere na maior parte dos casos, sendo concluído o processo, em geral, no prazo de um mês. Porém, tudo se complicava quando ocorria a junção de novos requerimentos e renúncias de nacionalidade. Nesta situação podiam ocorrer entre a abertura e termo do processo

⁹⁰ Em todos os processos o Acordão em Câmara foi de deferimento.

hiatos que se alongavam por vários anos e até por mais de uma década, como sucedeu, por exemplo, com José da Costa e Silva, cujo processo instaurado em 1871 só teve o seu epílogo em 1890, isto é, decorridos 19 anos⁹¹.

Outro aspecto que provocava a distensão do processo no tempo era o requerente precisar de solicitar traslado de documentos arquivados para comprovar oficialmente a legitimidade da pretensão da nacionalidade. Como a maioria dos requerentes eram emigrantes de retorno que se tinham naturalizado brasileiros, 62 exibiram a respectiva carta de naturalização. Em onze casos juntaram à carta o bilhete de residência, oito submeteram apenas o bilhete de residência e dezanove requerentes apresentaram outros documentos, como o passaporte, declaração do vice-cônsul brasileiro em Vila do Conde, registo de baptismo ou até carta para marear. Emílio José Ferreira exibiu o seu passaporte emitido no Brasil, na cidade de Porto Alegre, em 12 de Março de 1890. Do mesmo modo procederam José Gomes Camisa e Francisco Gonçalves Santos. No ano de 1891, António Pereira dos Santos patenteou uma declaração do Presidente da Intendência Municipal do Maranhão, em como o seu filho a residir há sete anos naquela cidade não tinha feito qualquer declaração para seguir a nacionalidade portuguesa, ficando por isso automaticamente a ser considerado brasileiro naturalizado⁹². Por sua vez, os vilacondenses naturalizados brasileiros Boaventura Rodrigues de Sousa, António José de Oliveira e Francisco Gonçalves dos Santos justificaram a pretensão da nacionalidade com declaração passada pelo vice-cônsul da República dos Estados Unidos do Brasil em Vila do Conde⁹³, em como tinham patenteado perante ele documento autêntico que os qualificava de cidadãos brasileiros. Manuel do Carmo Laranja, ao solicitar, no ano de 1899, a naturalidade para os seus quatro filhos, expôs uma carta do contra-almirante Custódio José de Melo, Ministro e Secretário de Estado

⁹¹ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

⁹² AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

⁹³ Manuel Gonçalves Rocha foi nomeado por carta do cônsul do Brasil em Lisboa, emitida em 28 de Março de 1867, vice-cônsul do Império do Brasil em Vila do Conde, sendo solicitadas às autoridades vilacondenses as devidas isenções e imunidades para que o vice-cônsul pudesse desempenhar cabalmente as suas funções. Em 11 de Novembro de 1878, Manuel Gonçalves Rocha nomeou José Ferreira da Costa Beiral agente comercial da nação brasileira, para o substituir na sua ausência. A 30 de Dezembro de 1880 Manuel Gonçalves Rocha, morador na freguesia de Azurara, apresentou na administração concelhia documentos autênticos em como queria seguir o foro de cidadão brasileiro (AMVC – *Registo de passaportes e bilhetes de residência*, livro 2812, fl. 56v). Exerceram também os cargos de vice-cônsul da República dos Estados Unidos do Brasil em Vila do Conde Eugénio Augusto Dias Colonna e João Pereira Galvão, súbdito brasileiro, naturalizado português por despacho do Ministério da Fazenda de 26 de Abril de 1888, após ter prestado perante as autoridades administrativas o juramento de fidelidade ao Rei e à Carta Constitucional (AMVC – *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livro 149, fls. 29-30v e 116 e livro 150, fl. 19v e 20).

dos Negócios da Marinha do Brasil a informar que ele era brasileiro naturalizado e que tinha sido submetido a exame e aprovado para navegar como piloto de navios de comércio. Da mesma forma e no mesmo ano, Olímpia Augusta de Oliveira justificou a pretensão da naturalização para o seu filho Manuel, com uma carta do contra-almirante acima citado, em como o seu falecido marido João Gomes da Silva era brasileiro naturalizado com licença para marear⁹⁴. Francisco José da Costa Lima Júnior apresentou o certificado do seu assento de baptismo na freguesia do Santíssimo Sacramento, no Rio de Janeiro⁹⁵, assim como José Francisco Martins. Albino de Sousa Duarte legitimou a pretensão de naturalidade para o seu filho Bernardino através da certidão do processo de declaração instaurado em 4 de Outubro de 1875⁹⁶ pelo seu pai, Manuel Joaquim de Sousa, brasileiro naturalizado, para que ele e os seus irmãos passassem a beneficiar da cidadania do requerente. Manuel António Castro Alves também remeteu para o processo promovido pela sua mãe, Ana Joaquina Lopes de Castro, viúva de António José Alves, brasileiro naturalizado, em 22 de Janeiro de 1875. Dos sete elementos que solicitaram a nacionalidade portuguesa, Lopo Joaquim de Oliveira apresentou a declaração do seu assento de baptismo que o dava como brasileiro nato, mas descendente de portugueses, tal como Manuel Lourenço Gomes e o seu irmão Marcelino. Manuel da Silva Correia ostentou a sua carta de naturalização emitida em 9 de Agosto de 1899 e os restantes três requerentes exibiram a declaração passada pelo vice-cônsul dos Estados Unidos do Brasil em Vila do Conde que comprovava que eram portugueses naturalizados brasileiros⁹⁷.

Comparando a data da instauração do processo de nacionalidade com a inscrita nos documentos legitimadores da mesma, deduz-se que em muitos casos o intervalo de tempo que media entre a efectivação de ambos os documentos é muito curto, daí a prevalência do elo causal entre eles: solicitavam a carta de naturalização, bilhete de

⁹⁴ João Gomes foi submetido nos termos do artigo 54 do regulamento anexo ao decreto n.º 1256, de 10 de Janeiro de 1891, a exame para navegar como piloto de navios de comércio e ficou aprovado. O respectivo diploma foi passado no Rio de Janeiro, em 4 de Maio de 1892 e registado no vice-consulado do Brasil em Vila do Conde em 15 de Maio de 1896. O seu passamento ocorreu, subitamente, em 25 de Outubro de 1895, na sua residência na Rua da Senra, em Vila do Conde. Tinha na altura do óbito 46 anos de idade. (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

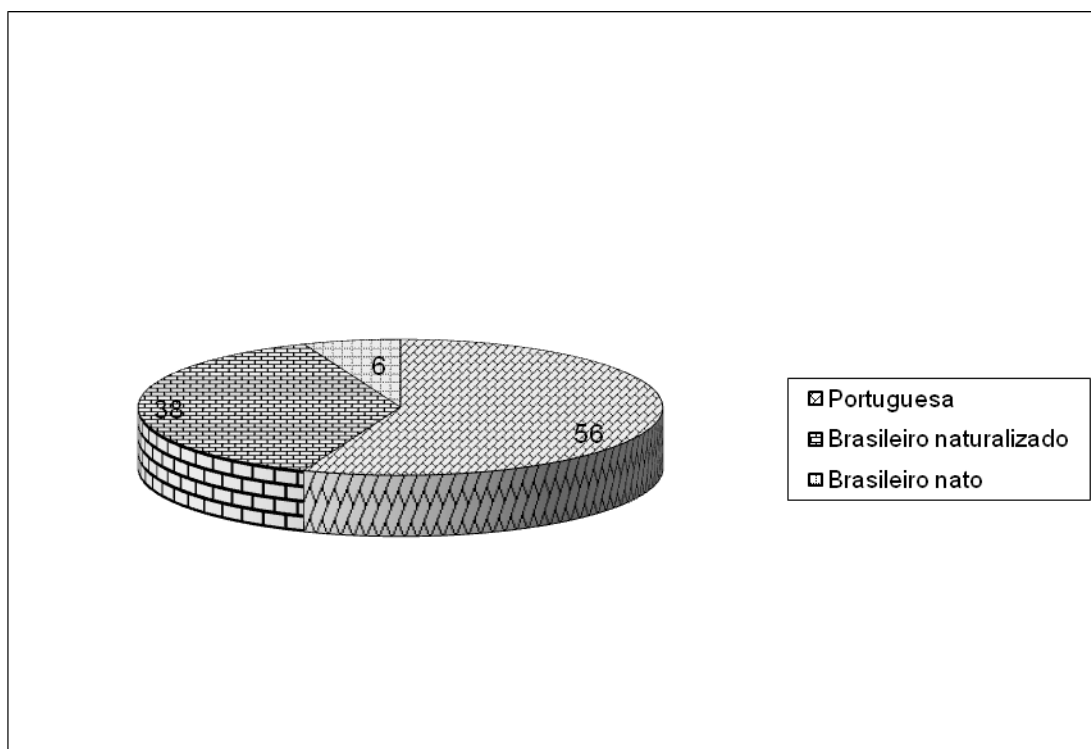
⁹⁵ No seu processo consta também a transcrição do seu passaporte passado pelo cônsul-geral do Brasil em Portugal, Barão de Santo Ângelo, em 20 de Abril de 1876. Nele declara que José da Costa Lima Júnior, solteiro, de 23 anos de idade e estudante, natural do Rio de Janeiro, segue viagem de Lisboa para a ilha de S. Miguel. Ia, possivelmente, visitar os seus parentes residentes nessa ilha pois era filho natural de Claudina Cândida de Jesus, oriunda da mesma ilha.

⁹⁶ O referido processo não consta na pasta das Declarações de Nacionalidade. Esta ausência conduz à hipótese de outros processos, eventualmente, se terem extraviado à semelhança de este.

⁹⁷ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

residência ou outro tipo de documentação com o propósito de requerer a nacionalização brasileira para os próprios ou para os descendentes. Em alguns casos, os requerentes até já se encontravam em solo português quando a carta de naturalização lhes foi concedida.

Gráfico n.º 5.9 – Nacionalidade dos requerentes (%)



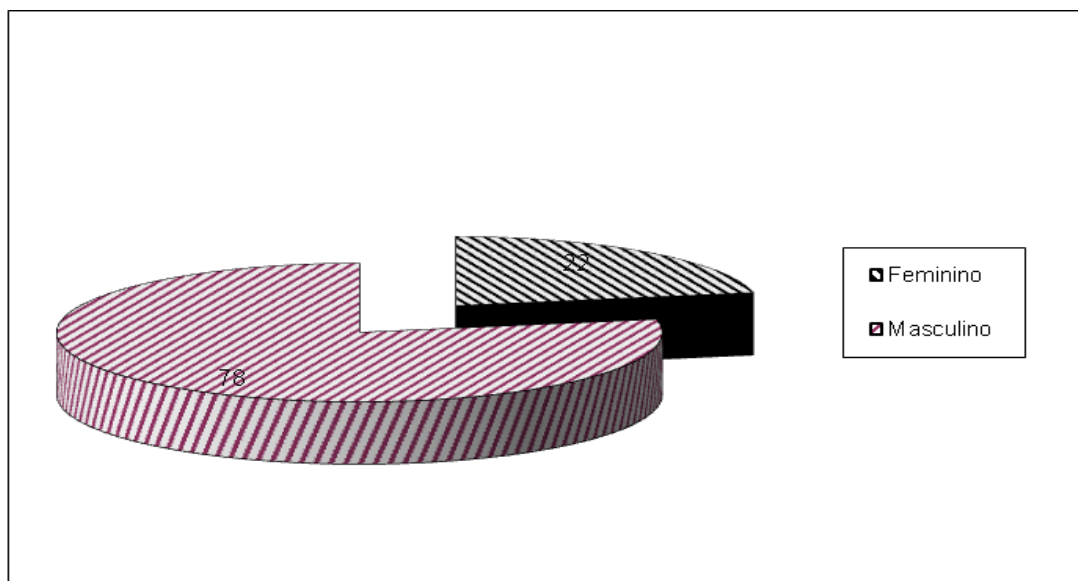
Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815

O requerimento de nacionalidade podia ser protagonizado por indivíduos de diversa proveniência geográfica, 56% dos requerentes eram cidadãos portugueses, 38% eram ex-emigrantes naturalizados durante a sua presença no Brasil e 6% dos suplicantes tinham nascido em solo brasileiro, embora tivessem ascendência portuguesa. Quando se tratava de cidadãos nacionais, filhos ou cônjuges de brasileiros natos ou naturalizados a requerem para si mesmos a naturalidade brasileira declaravam que desejavam adotar a nacionalidade do seu progenitor ou cônjuge⁹⁸. Se o suplicante era brasileiro naturalizado a solicitar a manutenção dessa qualidade para si próprio, após a indicação dos seus dados pessoais alegava que pretendia formalizar essa situação para beneficiar dos

⁹⁸ “...desejando seguir a nacionalidade brasileira que é a do seu pai [ou de seu marido] requer para que se lhe tome termo de declaração em conformidade com o disposto no artigo 22, § 1.º do Código Civil Português”.

direitos inerentes a essa condição⁹⁹. Caso fosse brasileiro nato declarava que tendo ascendentes familiares portugueses não podia em face da lei deixar de gozar da mesma nacionalidade¹⁰⁰. Se os destinatários da nacionalidade fossem os descendentes menores, o requerente imbuído do poder paternal (ou maternal) propiciado pela lei, afirmava o desejo dos seus filhos seguirem a nacionalidade que ele detinha¹⁰¹.

Gráfico n.º 5.10 – Taxa de masculinidade dos requerentes



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815

No requerimento da nacionalidade a componente masculina teve o predomínio. Efectivamente, dos cem requerentes 78 eram homens e apenas 22 eram mulheres, o que é bem sintomático do papel social adstrito aos elementos de cada sexo na sociedade de Oitocentos. O desempenho de funções sociais/administrativas competia à mulher somente no caso de ser viúva, mãe solteira ou quando o marido estava ausente do país. Dos 46 elementos que requestaram para si próprios a naturalidade, 45 eram do sexo masculino e um do feminino. No ano de 1906, Joaquina da Conceição Pereira Machado, natural da freguesia de São Mateus da Calheta, do concelho e distrito administrativo de

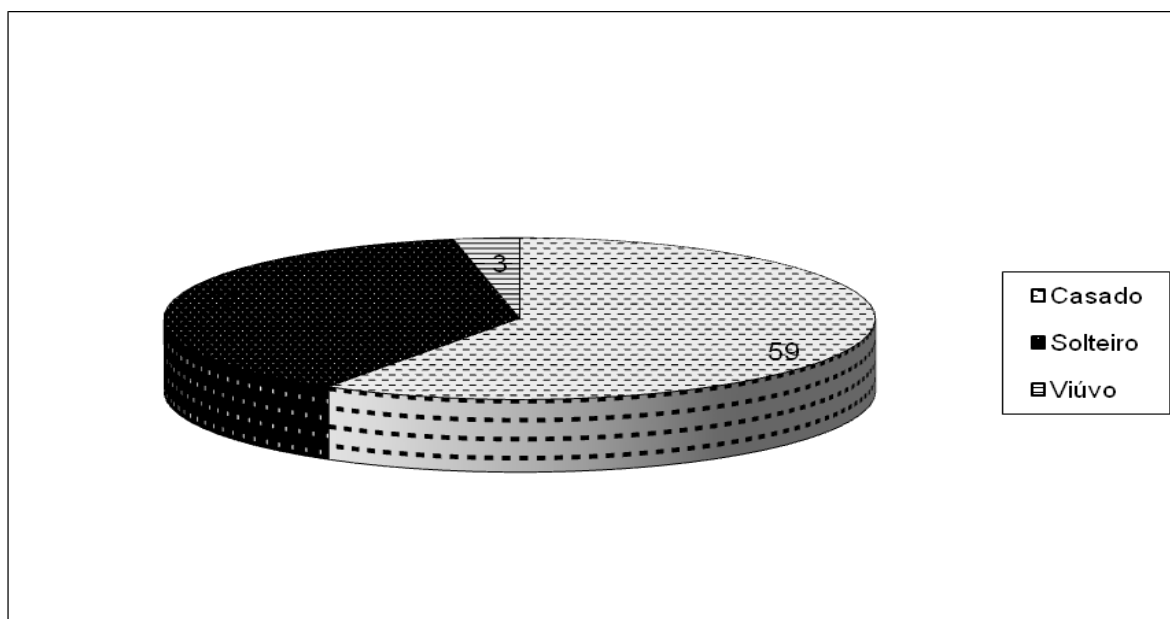
⁹⁹ “...desejando que se torne bem público, para todos os efeitos legais que possam derivar desta sua qualidade de estrangeiro aqui residente”.

¹⁰⁰ “...sendo o seu pai português, não podia também deixar de o ser em face do disposto no art.º 18.º, n.º 3 do *Código Civil Português* e do art.º 7.º § 2.º da *Carta Constitucional*”

¹⁰¹ “...desejando que meus filhos de menoridade [indicação do nome próprio] gozem da mesma nacionalidade que eu requerente, rogo que o Presidente da Câmara se digne mandar o secretário tomar termo da minha declaração, em conformidade com o disposto no *Código Civil Português* a fim de surtir os efeitos legais” (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

Angra do Heroísmo, residente na freguesia de Vila do Conde, casada com Manuel Fernandes de Faria Machado¹⁰², natural de Vila do Conde, ausente no Brasil, requisitou termo para seguir a naturalidade brasileira de seu marido. No acto apresentou um atestado passado em 30 de Novembro de 1896, pela Junta Comercial da capital da República dos Estados Unidos do Brasil comprovativo de que o seu marido era comerciante matriculado e brasileiro domiciliado no Rio de Janeiro com sua casa de comércio de carne seca e molhados¹⁰³.

Gráfico n.º 5.11 – Estado civil dos requerentes (%)



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

Mais de metade dos requerentes da nacionalidade já tinha contraído conúbio, eram chefes de família a solicitar a naturalidade para os descendentes. Os solteiros atingiram os 38% e apenas 3% dos requerentes detinha o estado civil de viuvez. Sempre que o solicitante era solteiro constava a anotação “emancipado” ou “maioridade”; apenas 7% dos requisitantes solteiros eram maiores¹⁰⁴. O processo dos requerentes emancipados tem incluso o auto de emancipação e, comparando a data do respectivo auto com a do registo da declaração de nacionalidade constata-se que, regra geral, o

¹⁰² Supõe-se ser irmão de António Fernandes de Faria Machado, visconde de Faria Machado.

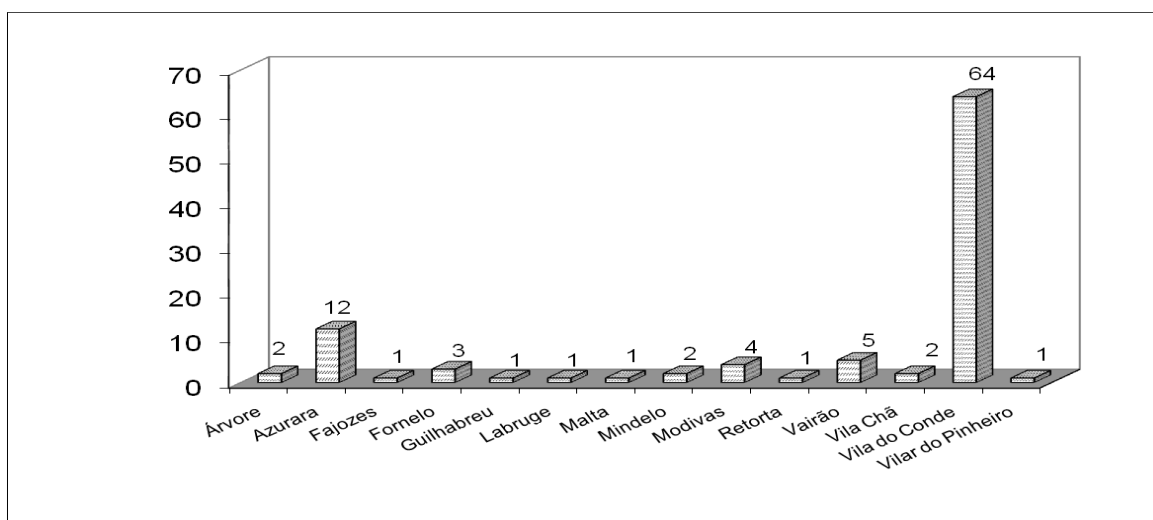
¹⁰³ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815, processo do ano de 1906.

¹⁰⁴ Os limites entre menoridade e maioridade têm sido fixados, ao longo da história, através de critérios diversos, mas sempre com a preocupação de que a maioridade só venha a ser reconhecida a quem tenha maturidade e discernimento para governar a sua pessoa e os seus bens. O critério que vigorou desde o século XIX foi dos 21 anos (*Enciclopédia Portuguesa/Brasileira*, vol. 12, p. 1108).

tempo que medeia entre a feitura dos dois documentos é muito curto, ou mesmo coincidente, sugerindo tal circunstância que os progenitores procediam à emancipação do menor com o objectivo concreto de este adoptar a nacionalidade brasileira ou corroborá-la no caso de já usufruir dela.

Sobre o nível etário, a fonte seleccionada é lacónica, pois só muito esporadicamente surge a anotação da idade do requerente. O caso da naturalização para o próprio foi liderado por jovens com idade compreendida entre os 18 e os 21 anos, quase todos filhos de brasileiros naturalizados, ou eles mesmos emigrantes com curta estadia no Brasil. Mas a maior parte dos processos foi protagonizada por emigrantes de retorno, homens adultos com filhos adolescentes. O padrão etário da maioria dos requerentes mais plausível parece ser o de indivíduos entre os 30 e os 50 anos pois, como assevera Jorge Alves, embora em todo o tempo se regressasse do Brasil, a concentração etária é, claramente, entre os 35 e os 49 anos¹⁰⁵.

Gráfico n.º 5.12 – Dispersão geográfica dos requerentes



Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

Em termos de domicílio, como era de esperar e se pode observar no gráfico n.º 5.12, sobressai no conjunto territorial do concelho a freguesia de S. João Baptista de Vila do Conde com 64 requerentes de declaração de nacionalidade. Com grande discrepância relativamente ao primeiro, surgem os doze residentes na freguesia de Azurara. Cinco requerentes viviam em Vairão, quatro em Modivas, três em Fornelo e

¹⁰⁵ ALVES, 1994: 268.

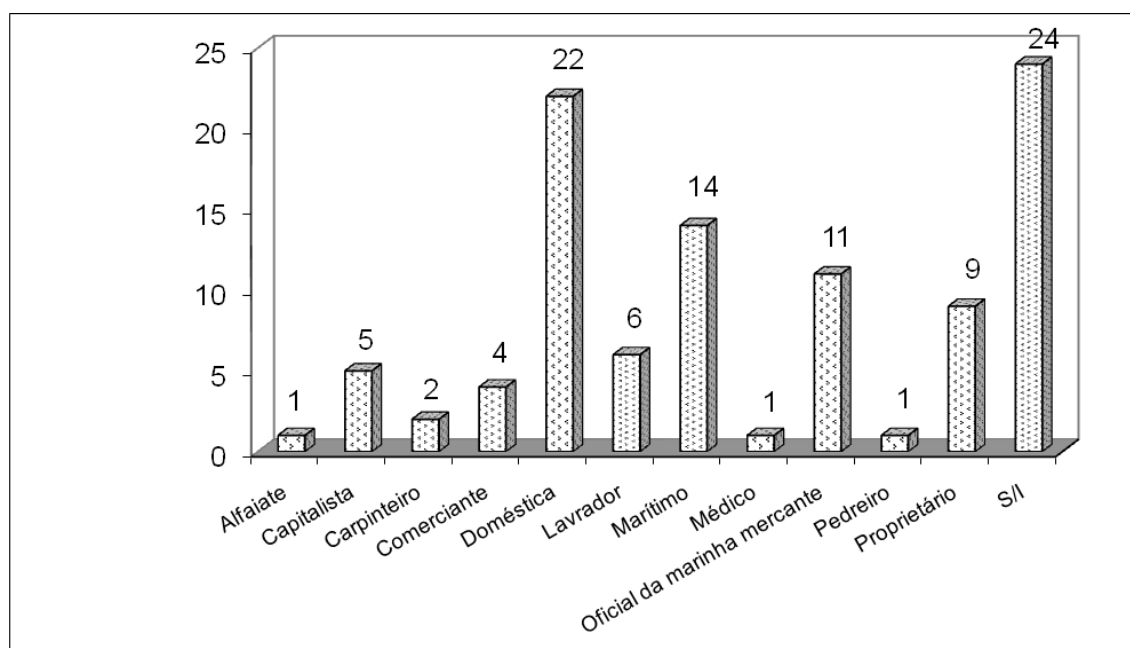
dois em Árvore, em Mindelo e em Vila Chã. Das freguesias de Fajozes, Guilhabreu, Labruge, Malta, Retorta e Vilar do Pinheiro apenas um indivíduo requereu naturalização. É de acentuar que, ao invés do que se verificou na partida para o Brasil em que as trinta freguesias do concelho alimentaram o fluxo, no retorno, apenas *brasileiros* domiciliados em dezasseis freguesias apresentaram declaração de nacionalidade.

Mas nem todos os requerentes estavam a residir no concelho de Vila do Conde. Três encontravam-se ausentes no Brasil e incumbiram o seu procurador de solicitar a declaração de nacionalidade para si próprios, como sucedeu com António da Silva Ribeiro Lemos, solteiro e emancipado, comerciante, natural da freguesia de Azurara, mas residente no Rio de Janeiro, que foi representado por Jorge de Sousa Ramos, farmacêutico de Azurara¹⁰⁶, e Manuel de Azevedo Carvalho, também comerciante, natural de Vila do Conde, mas a residir no Recife, que indigitou dessa missão Manuel de Agonia Bompastor¹⁰⁷. Por sua vez, Manuel Luís Gandra confiou em Frutuoso Rodrigues Quelhas, viúvo e proprietário da cidade do Porto não só para requerer perante a câmara municipal termo de declaração de nacionalidade brasileira para si próprio e para o seu filho de 19 anos, mas também para o representar noutros actos, concedendo-lhe para o efeito amplos poderes. Enquanto as outras procurações visavam o aspecto específico da nacionalidade, esta é de outro teor porque autorizava o citado mediador a comprar qualquer propriedade pelo melhor preço, dar dinheiro a juros com as seguranças necessárias, receber qualquer quantia que estivesse em dívida ao outorgante, executar os seus devedores, assinando o requerimento para tal fim e, tudo o mais que fosse necessário para o que lhe concedia amplos poderes comprometendo-se o outorgante a aceitar como válido e firme os actos do seu procurador. Foram testemunhas Delfim da Cunha Santos, viúvo, barbeiro de profissão, e António José dos Santos, casado e sapateiro, ambos naturais da freguesia de Vila do Conde¹⁰⁸. Merece ainda referência, por ser o único processo do género, o requerimento de António Pereira dos Santos a consentir que o seu filho Albino Pereira dos Santos que residia no Maranhão seguisse a nacionalidade brasileira.

¹⁰⁶ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815, 27 de Junho de 1912.

¹⁰⁷ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815, 3 de Dezembro de 1912.

¹⁰⁸ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815, 27 de Julho de 1898.

Gráfico n.º 5.13 – Profissão dos requerentes

Fonte: AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

Como a profissão nem sempre constava no requerimento ou no termo de declaração de nacionalidade, procurou-se colmatar essa lacuna pesquisando essa informação nos demais documentos insertos no processo; os assentos de baptismo dos filhos dos requerentes revelaram-se a fonte mais generosa nesse aspecto. Acontece, porém, que muitas vezes o registo baptismal é anterior ao projecto migratório do requerente e, daí, a eventual mudança de profissão. De qualquer modo, tendo em conta o possível desfasamento profissional e a relatividade dos dados apresentados no gráfico n.º 5.13, já que se desconhece a profissão de 24 requerentes, pode-se tirar algumas ilações, a mais óbvia é a de que os suplicantes pertenciam a um leque profissional heterogéneo que se distendia pelos sectores primário, secundário e terciário.

As actividades ligadas ao sector primário são expressivas e, dentre estas, as relacionadas com a vida do mar em detrimento das alusivas à terra. Os marítimos, na maior parte dos casos sinónimo de pescadores, constituíram um contingente significativo de expatriados vilacondenses, dado o estado de miséria latente em que viviam¹⁰⁹. No país de acolhimento, tudo leva a crer, prosseguiram no mesmo tipo de actividade, nomeadamente na pesca e no trabalho de bordo da marinha mercante

¹⁰⁹ Também no que diz respeito às reclamações ao recrutamento militar destacam-se os mancebos ligados à vida marítima, especificando que prestavam serviço na galera “Flor da Maia, Bessa Portuense e Flor do Porto” (AMVC – *Registos de reclamações ao recrutamento militar*, pastas 2406-2414).

brasileira e muitos jamais do Brasil regressaram. Os catorze que retornaram ao solo pátrio e requereram declaração de nacionalidade na municipalidade vilacondense já não eram simples pescadores, mas homens de bordo com posse de casas e terrenos como nos dá conta a imprensa local¹¹⁰. Entrosados com estes, embora usufruindo de um estatuto socioprofissional mais prestigiado estavam os onze oficiais da marinha, subdivididos em capitães da marinha mercante, mestre de navios e pilotos. No entanto, o grupo de oficiais da marinha mercante brasileira oriundos de Vila do Conde era mais numeroso, pois detectaram-se requerentes filhos de oficiais da marinha embora eles tivessem outra profissão, bem como requerentes que eram esposas de pilotos¹¹¹. Alguns acumulavam a função de piloto com a de construtor de navios¹¹², principalmente para a pesca do bacalhau na Gronelândia. Também há referência à concessão da carta de sota piloto a outros vilacondenses passada pela Secretaria da Escola Naval de Lisboa, durante o período em análise¹¹³. Ainda no sector primário, há a referir a meia dúzia de lavradores domiciliados, não na sede do concelho como é perfeitamente compreensível, mas um em Árvore, outro em Malta e dois em Modivas e em Vairão. Na perspectiva de Jorge Alves, a classificação de lavradores nem sempre significa a de indivíduos já instalados agricolamente, embora muitos casos referenciados, nomeadamente para a zona da Maia, Vila do Conde e Santo Tirso revelem a sua extracção de casas de lavradores com algum poder económico¹¹⁴. Os lavradores eram, geralmente, também proprietários, detentores de casas, campos e boiças, constituíam, quase sempre, a elite política/administrativa local.

¹¹⁰ “Francisco de Miranda Lima, [solicitou em 1890 a nacionalidade brasileira para dois filhos] marítimo, natural de Azurara, requereu à câmara municipal licença para a construção de um aqueduto nas Caxinas que dê despacho às águas pluviais, para assim defender as propriedades que ali possui contra o perigo de frequentes inundações” (*O Ave*, n.º 273, 28 de Janeiro de 1912).

¹¹¹ Por volta de 1840, o recrutamento compulsivo de marinheiros portugueses para a Armada de Guerra do Brasil foi denunciado pelos representantes consulares portugueses em cidades portuárias. De acordo com informação emitida pela legação de Portugal no Rio de Janeiro, em Março de 1847, os portugueses matriculavam-se como súbditos brasileiros para facilitar a sua admissão na Marinha mercante, e eram depois obrigados a servir nos navios do Estado. O ofício endereçado em 16 de Março de 1853 por José de Vasconcelos e Sousa, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a António Aloíso Jervis de Atouguia, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal no Rio de Janeiro, dava conta que os navios mercantes brasileiros eram tripulados na maior parte por marinheiros portugueses, e que para servir em tais navios, na sua quase totalidade empregados no comércio de cabotagem, era imprescindível a inscrição na respectiva capitania do porto e por esse facto ficavam obrigados a servir na Marinha de Guerra (MENDES, 2010: 119).

¹¹² Francisco Estevão Soares mandou construir um lugre para a pesca do bacalhau na Terra Nova (*O Ave*, n.º 182, 26 de Março de 1910).

¹¹³ AMVC – *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livros 149 e 150.

¹¹⁴ ALVES, 1994: 200.

Os requerentes com profissão adstrita ao sector secundário são uma minoria, resumindo-se a um alfaiate, dois carpinteiros e um pedreiro. Ao invés, o sector terciário é o prevalecente englobando 41 indivíduos e mais de metade do grupo é formado por domésticas. Sucodem-lhes em termos quantitativos, os nove proprietários e os cinco capitalistas. Não obstante a conotação ambígua que lhes está subjacente, estes constituíam o grupo sócio profissional mais endinheirado, com considerável poder económico originário na maior parte de actividades ligadas ao comércio e à banca. Formavam uma elite de emigrantes enriquecidos, que após estadia prolongada no Brasil regressavam à terra de origem para gozarem os rendimentos, voltando periodicamente ao Brasil para acompanhar de perto o desenrolar dos negócios pendentes. Com alguma afinidade com os capitalistas e proprietários estavam os quatro comerciantes e o médico, pois também eles gozavam de uma boa posição na sociedade. Resta mencionar que os 24 casos sem indicação profissional dizem respeito aos jovens requerentes solteiros e emancipados que, por estarem ainda numa fase precoce da vida, não teriam, plausivelmente, profissão definida.

Em termos sócio-profissionais, vários indicadores sugerem que os requerentes dos títulos de residência e das declarações de nacionalidade constituem um grupo de ex-emigrantes e de seus familiares bem posicionados na sociedade local, com capacidade económica acima da grande maioria da população vilacondense, o que lhes conferia um estatuto de prestígio social e até cultural. Entre outros aspectos, todos os requerentes da nacionalidade sabiam assinar o seu nome, à excepção de um único elemento¹¹⁵. Vinte e duas das requisitantes eram mães e esposas que permaneceram na terra natal, enquanto os seus maridos persistiam em solo brasileiro. Mais admirável ainda, note-se, por ser numa época em que o analfabetismo era o traço comum de 89,3% das mulheres portuguesas em 1878; situação que só se alteraria muito lentamente, com a crescente intervenção da mulher em favor da educação do seu próprio sexo, as necessidades de mão-de-obra qualificada, etc.¹¹⁶. O uso da expressão “Dona” a anteceder o nome feminino, patente em alguns documentos, assim como o facto da maior parte dos requerentes desempenharem actividades classificadas no sector terciário, vêm corroborar a posição privilegiada que a maior parte usufruía na sociedade local. Adiciona-se ainda a existência de um requisitante com o título de “Conselheiro” (tratou-

¹¹⁵ Joaquina da Conceição Pereira Machado requereu a naturalização brasileira para si, no ano de 1906 e o seu termo teve de ser assinado a rogo, por ela o não saber fazer.

¹¹⁶ VAQUINHAS; CASCÃO, 1993: 451.

se de Boaventura Rodrigues de Sousa)¹¹⁷ e de outro que desempenhou cargos políticos na administração local ao mais alto nível, Francisco Baltazar do Couto.

Mas para além deste dois nomes mais sonantes, noutros processos estão bem perceptíveis as relações de parentesco e de amizade dos requerentes da nacionalidade com pessoas de estatuto social substancialmente elevado, convidando-os para apadrinhar os seus filhos, como o fez, José Francisco Martins nascido no Rio de Janeiro, em 30 de Agosto de 1857. Do seu enlace matrimonial com D. Laura de Sousa Guimarães, proprietária da cidade do Porto, nasceu José Bento Martins, a 10 de Janeiro de 1894, baptizado pouco tempo depois na freguesia de Vairão, para quem o pai requereu a nacionalidade brasileira em 1912. O registo de baptismo de José Bento, para além de referir que o seu pai era capitalista e proprietário, informa que era neto paterno de António Francisco Martins e de Dona Luísa Alexandrina Joaquina do Amaral, materno do comendador António Fernandes Guimarães e de Dona Felismina Rita de Sousa Guimarães Cáceres, acrescentando ainda que o padrinho foi Bento Rodrigues de Sousa¹¹⁸, solteiro e capitalista, mais tarde agraciado com o título de Barão do Rio Ave¹¹⁹. Todas estas distinções sociais e profissionais atestam implicitamente o sucesso do projecto emigratório.

Outro aspecto que não pôde passar despercebido foi a teia de relações de consanguinidade, sobretudo entre os requerentes da nacionalidade brasileira, mas também perceptível entre os portadores dos títulos de residência, como oportunamente foi realçado. Aliás, algumas ligações familiares já tinham sido detectadas no momento em que prestaram termo de responsabilidade e fiança para embarcarem para o Brasil. Inventariaram-se vários requerentes com distintos graus de familiaridade a requererem a nacionalidade brasileira:

Com o apelido Loureiro¹²⁰, família de abastados capitalistas, Maria da Conceição Loureiro, casada com José de Sousa Junqueira, ausente no Brasil, no ano de

¹¹⁷ O processo declaração de nacionalidade do Conselheiro enferma de laconismo e imprecisão pois, ao contrário de todos os outros requerentes, não indicou o nome dos filhos para os quais pretendia a naturalização brasileira. Como no mesmo processo consta a ratificação da cidadania brasileira por parte do filho Bento Rodrigues de Sousa Sobrinho consideramos para todos os efeitos apenas este filho.

¹¹⁸ O seu esboço biográfico será traçado mais à frente.

¹¹⁹ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

¹²⁰ Da família Loureiro inventariaram-se onze emigrantes. Alguns membros da mesma família concederam fiança a vários expatriados, e outros outorgaram a recomendação e efectuaram o pagamento da viagem transatlântica (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3115-3141A).

1901 requereu a naturalização para o filho Aureliano. Este, no ano seguinte, já emancipado, assinou termo de ratificação da mesma naturalidade.

Da família Cereja, gente ligada ao mar, no ano de 1893, dois primos solteiros e emancipados, João e Manuel Lopes Cereja, requestaram para si próprios a nacionalidade. No ano de 1895 é a vez da mãe do Manuel solicitar para o filho João. Decorridos dois anos, Manuel Lopes Cereja Júnior, solteiro e emancipado, filho de Manuel Lopes Cereja e de Maria do Anjo, procede de igual modo.

Da família Barros Soutinho, com vários membros a exercer o cargo de oficiais da marinha mercante brasileira que andavam em constantes partidas e chegadas, no ano de 1890, Manuel de Barros Soutinho impetrou a nacionalidade brasileira para os filhos Aníbal e Alfredo; por sua vez, no ano de 1897, estes últimos ratificaram a nacionalidade que lhes tinha sido concedida por opção paterna, sendo o primeiro já de maioridade e o segundo emancipado, mas ambos solteiros.

No concernente aos Saraiva¹²¹, parentela de marítimos, construtores de navios e oficiais da marinha mercante, no ano de 1887 António Gomes Saraiva, solteiro e de maioridade, filho de Leopoldo Gomes Saraiva reclamou-a para si mesmo e, dois anos mais tarde, o seu pai requestou-a para o filho Tomás. Em 1898, João Pereira da Silva Saraiva, solteiro e emancipado, sobrinho do anterior, tomou igual iniciativa.

No ano de 1899, Felisbina Martins de Araújo, casada com José Fernandes do Carmo Sampaio, oficial da marinha mercante no Brasil, solicitou-a para cinco filhos, inclusive para o filho Raul que, em 1903, emancipado para o efeito, a revalidou.

Dois irmãos, marítimos de profissão, Joaquim Luís Ceia e José do Carmo Ceia; o primeiro, casado, no ano de 1895 solicitou-a para dois filhos, o segundo, solteiro e emancipado para si mesmo, em 1907. Outros dois irmãos, Carlos Barros Barbosa e Francisco Barros Barbosa, ambos marítimos, solteiros e emancipados, solicitaram-na para si, o primeiro em 1893 e o outro em 1907. Por último, no âmbito das relações de parentesco dos requerentes ligados à actividade mareante, refira-se ainda Manuel do Carmo Laranja que no ano de 1899 a solicitou para quatro filhos, e o seu primo Manuel de Agonia Laranja, solteiro e emancipado, que a impetrou para si próprio, em 1913.

De entre a minoria de requerentes ligados à agricultura, assinala-se o parentesco de Joaquim José Pereira Ramos e José Pereira Ramos, respectivamente pai e filho,

¹²¹ A família Saraiva, oriunda da freguesia de Azurara, forneceu um contingente de quase vinte emigrantes para o Brasil. Também apoiaram o projecto emigratório de outros vilacondenses ao concederem fiança, recomendação e pagamento da respectiva passagem atlântica.

assim como José Moreira de Sousa e Albino Moreira de Sousa, irmãos. Na solicitação da nacionalidade portuguesa apenas se divisou o parentesco entre dois irmãos, Marcelino e Manuel Lourenço Gomes, o primeiro proprietário e o segundo médico¹²².

Em suma: a análise dos processos de nacionalidade requeridos pelos *brasileiros* vilacondenses evidencia uma grande atracção pela naturalidade brasileira. O principal motivo subjacente à ratificação da nacionalidade brasileira aquando do regresso à terra natal e/ou transmissão dessa qualidade aos descendentes era principalmente de natureza militar. Mas, a isenção do pagamento de alguns impostos e a exclusão de serem nomeados para cargos considerados displicentes também tinha o seu peso nessa decisão. No país de acolhimento, ao naturalizarem-se passavam também a usufruir de algumas prerrogativas, pelo que a assumpção da cidadania brasileira acabava por trazer vantagens aos emigrantes nos dois países.

Merece também realce a elevada taxa de masculinidade dos requerentes e beneficiários do bilhete de residência e da declaração de nacionalidade, assim como a concentração dos mesmos na sede do concelho. A maior parte estava ligada a actividades classificadas no sector terciário, com destaque para os capitalistas e proprietários, usufruindo de um estatuto socioprofissional que os distinguia dos demais conterrâneos e atestava o sucesso do projecto emigratório.

¹²² AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

5.3. Reemigração

O movimento da emigração não pode restringir-se ao acto da partida e do regresso, pois muitos dos desembarcados não são apenas emigrantes de retorno definitivo, incluem também emigrantes em trânsito, isto é, indivíduos que vêm à terra visitar a família, tratar de negócios ou, simplesmente, com a ideia de por cá se instalarem, mas a reintegração torna-se difícil, daí apostarem em nova partida, ou ainda aqueles que periodicamente se deslocam ao Brasil para acompanharem de perto o andamento das suas actividades económicas¹²³.

Como reconhece Beatriz Rocha-Trindade, nem os itinerários *lineares*, que ligam num único sentido os pontos de partida no país de origem aos de fixação definitiva no país de acolhimento, nem os que designou por *circulares*, ou fechados, como aqueles em que tarde ou cedo, o emigrante regressa definitivamente à sua pátria, são suficientes para descrever e abranger a totalidade de situações reais. Entre um e outro modelo coexistem casos em que o regresso se não assume como definitivo, sendo cortado por novas estadas, mais ou menos prolongadas, no país de imigração; ou inversamente, pelo regresso frequente à terra de origem¹²⁴.

Em que medida é que a reemigração se verificou na corrente migratória que na segunda metade do século XIX e primeira década da centúria seguinte se dirigiu do concelho de Vila do Conde para o Brasil? À medida que o levantamento dos *Termos de Responsabilidade e Fiança* se processava, a repetição de alguns nomes tornou-se evidente¹²⁵. Tratar-se-ia nestes casos de reemigração, ou somente de um adiamento temporário do projecto de emigração?

¹²³ ALVES, 1994: 255.

¹²⁴ ROCHA-TRINDADE, 1986: 143.

¹²⁵ A ordenação dos termos de responsabilidade e fiança em suporte informático com base na data de prestação do termo e nome do emigrante foi o primeiro passo para uma tentativa de identificação do número de registos referente a cada indivíduo, mas não suficiente, porque a repetição de nomes, mesmo com dois ou três apelidos é grande. Estabeleceram-se alguns processos de controlo mais apertado, nomeadamente a conjugação da data do registo, nome e naturalidade do emigrante com o nome dos pais do mesmo, variáveis presentes, praticamente, em todos os registos, que permitiu proceder a eliminações sucessivas. Em situações dúbias procedeu-se ao controlo pessoal, caso a caso, fazendo uso do confronto de outras variáveis patentes num número significativo de registos dos termos de responsabilidade e fiança como a idade, estado civil, profissão, recomendação, pagamento da viagem e abonador/fiador em conjugação com as variáveis já mencionadas atrás. Sempre que exista mais do que um registo referente ao mesmo emigrante, optou-se por manter no ficheiro de emigrantes apenas o último registo.

Entre 1865 e 1913 foi possível rastrear 74 indivíduos que prestaram na administração concelhia mais do que uma vez termo para partir para o Brasil: um emigrante é detentor de quatro registos, sete indivíduos prestaram três vezes termo e, para cada uma das restantes 67 pessoas foram lavrados dois termos¹²⁶. No que concerne ao espaçamento cronológico dos registos referentes ao mesmo emigrante, ele oscila entre um a dois meses de intervalo até 20 anos de diferença. Os assentos com um pequeno lapso de tempo entre eles sugerem que o projecto migratório foi adiado por algo imprevisto, devido a problemas burocráticos de última hora, ou motivos pessoais. Ao contrário, os muito espaçados no tempo indiciam o fenómeno da reemigração. É de considerar que a reemigração seja motivada pela vinda a Portugal para tratar de assuntos particulares, nomeadamente de negócios, o que sugere uma situação de desafogo económico do emigrante.

Segundo Jorge Alves, a tradição migratória estava de tal modo enraizada em todo o noroeste português, que quando o sucesso não surgia rapidamente, sucedia nova tentativa, muitas vezes por imposição dos progenitores do emigrante¹²⁷. Também com a utilização progressiva dos barcos a vapor, a partir de meados da centúria de Oitocentos, as viagens tornaram-se mais rápidas e económicas, permitindo em poucos anos repetidas viagens transoceânicas o que pode perfeitamente explicar os sucessivos registos. Esta situação ainda era mais plausível quando o emigrante tinha a profissão de marítimo, como no caso concreto de Serafim Gomes da Costa, casado, natural da freguesia de Azurara, que prestou termo em 1899, 1902, 1904 e por fim em 1907, obtendo desse modo a primazia numérica de registos.

Um aspecto que merece enfoque é o facto de os emigrantes que prestaram termo mais do que uma vez, irem inicialmente recomendados, geralmente a familiares e o pagamento da viagem ser liquidado pelo pai. Nos registos seguintes desaparece essa referência, assim como as alusivas à idade e ao estado civil. Em cerca de 80% dos casos o destino no Brasil mantém-se inalterável. Os restantes 20% dos emigrantes querem tentar a sorte noutras paragens brasileiras. Estas discrepâncias nos sucessivos registos parecem-nos evidenciar a afirmação da autonomia do emigrante relativamente aos seus ascendentes e, eventualmente, a outros familiares. Concomitantemente, sugerem a

¹²⁶ AMVC- Termos de responsabilidade e fiança, livros 3115-3141A.

¹²⁷ ALVES, 1994: 89.

conquista do tão almejado êxito, porque já dispensam recomendação e o pagador da viagem.

Também nos registos dos *bilhetes de residência e nas declarações de nacionalidade* os casos que evidenciam o movimento pendular de muitos emigrantes são frequentes. No que se refere aos bilhetes de residência constatou-se que, de modo geral, os requerentes não observaram o preceituado na lei¹²⁸, isto é, os respectivos portadores não renovaram com pontualidade a validade dos seus títulos. Embora uns fossem mais prevaricadores do que outros, todos foram intercalando no transcorrer do tempo períodos de legalidade com os de transgressão. Que razões estarão subjacentes, por um lado, ao acto de não revalidação do título e, por outro, à infracção persistente e contínua? Na prática, a prevenção administrativa e a repressão policial não devia ser suficientemente eficaz para acabar com as irregularidades, com incontornáveis prejuízos para as finanças públicas. Mas ambas, a não revalidação e a revalidação extemporânea apontam, essencialmente, para a hipótese de retornos temporários e não definitivos, relacionados com o fenómeno da reemigração.

O governador civil do Porto, Tabner de Moraes, considerava que uma parte dos passageiros que iam ao Brasil não se enquadrava no conceito de emigrante, pois muitos iam lá para tratarem de negócios ou em visitas de família, regressando pouco tempo depois, em número que, na sua óptica, deveria atingir os 20% dos passageiros¹²⁹. Segundo a perspectiva do administrador do concelho de Vila do Conde, Baltazar do Couto, 3% dos *brasileiros* regressavam definitivamente à pátria, e 40% a 50% temporariamente¹³⁰. Como já anteriormente foi referido, o triunfo da navegação a vapor veio facilitar a realização de sucessivas viagens, anteriormente só acessíveis a uma minoria, sobretudo de negociantes que conjugavam visitas familiares com turismo e negócios.

Sintomáticos desse vaivém transoceânico são, entre outros, os casos de António Francisco Loureiro e de frei Bento.

António Francisco Loureiro obteve, em 29 de Abril de 1870, autorização para residir na freguesia de Vila do Conde pelo prazo de um ano, mas nunca revalidou o seu título. Era membro de uma família de abastados capitalistas e importantes societários da

¹²⁸ É possível que tenha existido alguma deficiência no registo das revalidações, pois, como já foi oportunamente observado, os próprios registos das concessões de bilhetes de residência passaram a enfermar de grande laconismo nos finais do século XIX e inícios do seguinte.

¹²⁹ ALVES, 1994: 252.

¹³⁰ AMVC – *Copiador de correspondência expedida*, livro 2873, 31 de Outubro de 1912.

Casa Loureiro Barbosa & Companhia Lda., situada no Recife. No final do ano de 1906, partiu a bordo do paquete “Araguaya” em direcção a Pernambuco¹³¹. Em Junho de 1909 estava de regresso a Vila do Conde, acompanhado da esposa e do filho mais velho¹³². Deve, entretanto, ter regressado a Pernambuco, onde faleceu no ano de 1928¹³³.

Frei Bento do Monte Carmelo Flores, frade carmelita na sua ordem em Pernambuco exerceu, em simultâneo, no ano de 1876, as funções de capelão e de regente do serviço interno da capela do Real Hospital, inaugurada em 16 de Setembro de 1859¹³⁴. De visita a Vila do Conde, foi-lhe emitido bilhete de residência no ano de 1878. Neste mesmo ano regressa a Pernambuco levando na sua companhia o sobrinho António Luís de Aguiar de 11 anos de idade, filho de Manuel Luís de Aguiar e de Maria do Desterro¹³⁵. Todavia, este jovem morreu poucos dias após a chegada ao Brasil, vitimado pela febre-amarela¹³⁶. No ano de 1882, frei Bento solicitou em Pernambuco visto no seu passaporte para a Europa para tratar de problemas de saúde. Em 1885 encontrava-se novamente na sua terra natal, de regresso de Pernambuco para onde tinha partido pouco tempo antes¹³⁷. Em 1887 obteve em Pernambuco visto de saída por 60 dias, registando o seu passaporte no consulado do Brasil em Vila do Conde, em 17 de Novembro de 1887¹³⁸. E parece ter terminado por aqui a sina de andarilho deste frade carmelita, que no espaço de dez anos realizou mais de meia dúzia de viagens transatlânticas.

No que concerne às *Declarações de Nacionalidade*, já foi oportunamente realçado que catorze dos requerentes eram marítimos e onze oficiais da marinha mercante, profissões que pela sua peculiaridade propiciavam constantes viagens transoceânicas. Mas o número de *brasileiros* vilacondenses ligados à actividade marítima era muito superior ao que apresentou requerimento de nacionalidade, só na imprensa local da época foram inventaridas quase três dezenas de oficiais da marinha

¹³¹ *O Ave*, Ano I, n.º 13, 7 de Dezembro de 1906.

¹³² *O Ave*, Ano III, n.º 140, 29 de Maio de 1909.

¹³³ *O Democrático*, n.º 14, 8 de Junho de 1928.

¹³⁴ SILVA, 1960: 57.

¹³⁵ Já lá vivia o irmão deste, Bento Luís de Aguiar que foi condecorado com a mercê de comendador, de quem se apresentará o esboço biográfico.

¹³⁶ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3120, fl. 101v.

¹³⁷ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 53, 10 de Dezembro de 1887.

¹³⁸ *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livros 149 e 150.

mercante brasileira que andavam num vaivém de travessias atlânticas, muitos deles aparentados entre si¹³⁹.

Entre outros requerentes da nacionalidade brasileira, realçamos os nomes de António Gomes Saraiva e João Lopes Cereja. No ano de 1887, António Gomes Saraiva¹⁴⁰, marítimo, solteiro e de maioridade, apresentou requerimento de nacionalidade. No ano de 1908 há notícia de ter chegado a Azurara vindo do Rio de Janeiro¹⁴¹. Entretanto deve ter regressado novamente ao Brasil, porque no ano de 1912 viajou para a sua companhia o seu irmão Adelino¹⁴².

João Lopes Cereja, em 16 de Junho do ano de 1892 visou o seu passaporte no consulado do Brasil em Vila do Conde; em 8 de Dezembro do mesmo ano já se encontrava de regresso ao Rio de Janeiro¹⁴³; no ano de 1893 requereu a nacionalidade para si próprio, era então solteiro, emancipado e oficial da marinha mercante; em 1895 renunciou à mesma nacionalidade¹⁴⁴; em 1909 embarcou de novo para o Rio de Janeiro, mas no ano seguinte estava já de regresso a Vila do Conde¹⁴⁵.

Para além dos casos citados, os periódicos locais em todas as edições divulgavam anúncios de paquetes para o Brasil com saída pelos portos de Leixões e de Lisboa e narravam a chegada e partida de muitos outros *brasileiros de torna viagem* de todos os extractos socioprofissionais, viajando uns sós e outros acompanhados de familiares. A todos, o redactor formulava votos de excelente estadia, de boa viagem e de lucrativos negócios. Transcreve-se algumas dessas notícias que assomam como mais expressivas:

¹³⁹ Entre outros, destacamos: Aníbal Barros Soutinho, António José de Oliveira, Arnaldo Viana, Epifanio Gomes de Oliveira Piedade, Francisco Estevão Soares, João de Mello, João Gomes Camisa, João Gomes da Silva, Joaquim Gomes Saraiva, Joaquim Martins de Almeida, José António de Oliveira, José António Pereira dos Reis, José Estevão Soares, José Gomes da Silva, José Lopes Cereja, José Vieira da Costa, Jorge Joaquim Correia, Manuel Agonia Piedade, Manuel da Silva Correia, Manuel Estevão Soares, Manuel Francisco Pereira, Miguel Francisco Pereira, Júlio César Ferreira, Teotónio da Silva Tomé, Torquato de Azevedo Carvalho e Vicente Lúcio de Almeida (*Jornal de Vila do Conde*, *O Ave* e o *Democrático*).

¹⁴⁰ Em 13 de Janeiro de 1874 prestou termo para se ausentar para o Rio de Janeiro, recomendado e na companhia do seu pai, Henrique Gomes Saraiva que afiançou e pagou a respectiva passagem (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3118, fl. 49v).

¹⁴¹ *O Ave*, n.º 95, 11 de Julho de 1908.

¹⁴² *O Ave*, n.º 309, 13 de Outubro de 1912.

¹⁴³ AMVC – *Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais*, livros 150, fls. 48 e 52.

¹⁴⁴ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

¹⁴⁵ *O Ave*, n.ºs 182 e 190, 24 de Abril de 1909 e 26 de Março de 1910.

“Chegou de S. Paulo a Fajozes com a família, Miguel de Azevedo Cardeal¹⁴⁶, para breve virá Carlos António da Costa e família de Pernambuco”¹⁴⁷.

“Partiu com a família para Pernambuco, José de Azevedo Maia importante capitalista da freguesia de Parada, a residir na vila. Formulamos votos de excelentes negócios de que vai tratar na república brasileira”¹⁴⁸.

“Na próxima terça-feira partem para os diversos portos do Brasil os nossos conterrâneos Francisco Xavier de Menezes Osório Monteiro¹⁴⁹, José Maia, José Nunes, Joaquim Barbosa, José Macieira, António Portas e Guilherme Luís de Sousa. A todos muitas felicidades”¹⁵⁰.

“Regressaram do Rio de Janeiro, Manuel Alves de Araújo¹⁵¹, Manuel Francisco Ramos e Manuel da Silva. Do Pará, Manuel Gonçalves da Silva acompanhado da sua esposa”¹⁵².

“Embarcou em Leixões com destino a Pelotas, José Loureiro da Costa, filho de José Costa, actualmente a viver no Rio de Janeiro. Vai para a companhia do avô”¹⁵³.

“Parte para a Baía no vapor Aragon António Francisco Maia, Filho, importante negociante da acreditada loja Cruz Vermelha”¹⁵⁴.

“Manuel Albino de Carvalho Paiva que embarca para Pernambuco ofereceu no hotel Central um opíparo. Segue para o mesmo estado António de Faria Brás Ribeiro, filho do industrial, António Brás Ribeiro”¹⁵⁵.

“Partiu para Manaus Fortunato José de Oliveira, co-proprietário da agência Freitas naquela cidade”¹⁵⁶.

¹⁴⁶ Emigrou de Fajozes para Pernambuco com 13 anos de idade, recomendado ao irmão, Joaquim de Azevedo Cardeal; o seu pai, Manuel de Azevedo Cardeal afiançou e pagou a viagem (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3116, fl. 10, 20 de Outubro de 1869).

¹⁴⁷ *O Ave*, n.º 190, 21 de Maio de 1910.

¹⁴⁸ *O Ave*, n.º 206, 24 de Setembro de 1910.

¹⁴⁹ Era filho de António Monteiro Osório da Rocha Areias, empregado da administração do concelho que deu fiança a vários emigrantes. Partiu para o Brasil afiançado por Manuel Fernandes Pereira (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3139, fl. 135, 18 de Outubro de 1911).

¹⁵⁰ *O Ave*, n.º 263, 12 de Novembro de 1911.

¹⁵¹ Casado e negociante, partiu de Rio Mau para Pernambuco abonado por Manuel Lopes Balazeiro, (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3128, fl. 147v, 4 de Setembro de 1893).

¹⁵² *O Ave*, n.º 291, 9 de Junho de 1912.

¹⁵³ *O Ave*, n.º 305, 15 de Setembro de 1912.

¹⁵⁴ *O Ave*, n.º 310, 20 de Outubro de 1912.

¹⁵⁵ *O Democrático*, n.º 41, 8 de Março de 1913.

¹⁵⁶ *O Ave* n.º 196, 2 de Julho de 1910.

“Embarcou para o Maranhão José André dos Santos, médico operador em Vila do Conde”¹⁵⁷.

“Marcelino Vieira de Freitas, hábil alfaiate nesta vila embarcou para Pernambuco”¹⁵⁸.

“Manuel Craveiro Galvão parte para o Rio de Janeiro. É filho do vice-cônsul do Brasil em Vila do Conde, João Pereira Galvão”¹⁵⁹.

Expressivo do mesmo pendor ritmado de presenças e ausências é o artigo intitulado *Reflexões*, assinado pelas iniciais J. A., do qual se transcreve:

“Quando o Outono chega trazendo consigo as primeiras chuvas e frio a rapaziada que vem de longe, das terras de Santa Cruz, a fazer visita às famílias, como aves canoras partem às revoadas por esse mar fora, recalando no peito uma saudade intensa da terra querida e da família. Parte em busca de prosperidade que na pátria só muito tarde ou talvez nunca chegaria a conquistar. Hoje que esse oceano imenso se transpõe em poucos dias, graças ao vapor, o Brasil a ninguém inspira terror. Mas há também alguns para quem a partida se converte num sudário de cruéis desilusões e voltam mais pobres do que partiram”¹⁶⁰.

Muitos dos que andavam numa azáfama de partidas e chegadas, sempre com um pé cá outro lá, levavam consigo conterrâneos no regresso ao Brasil para as suas casas de comércio, e traziam na volta algumas lembranças para os entes queridos e até remessas de outros compatriotas.

Graças às remessas ou mesadas que os emigrantes enviavam através das estruturas financeiras, ou por meio dos conterrâneos que voltavam episodicamente a Portugal, muitas famílias estiveram a salvo da miséria e até puderam viver com algum conforto, como lembrava o administrador do concelho Baltazar do Couto, em 1912¹⁶¹.

Aliás, o envio das mesadas à família era um princípio sagrado como se pode depreender do texto enviado do Rio de Janeiro pelo correspondente Jorge de Atayde:

“O Sr. Sousa Dias é o escolhido pelos vilacondenses ou para sacar dinheiro para aí, ou para ir depositar na Caixa ou em qualquer Banco, as quantias que os nossos conterrâneos

¹⁵⁷ *O Ave*, n.º 209, 15 de Outubro de 1910.

¹⁵⁸ *O Ave*, n.º 334, 15 de Outubro de 1911. Deve ter ido apenas visitar algum parente, porque, decorridos dois meses já estava de volta a Vila do Conde (*O Ave*, n.º 268, 17 de Dezembro de 1911).

¹⁵⁹ *O Ave*, n.º 334, 13 de Abril de 1913.

¹⁶⁰ *O Ave*, n.º 213, 13 de Novembro de 1910.

¹⁶¹ AMVC – *Copiador de correspondência expedida*, livro 2873.

lhes confiam para esse fim. Vai radiante de alegria, porque, diz ele, não quer que os seus conterrâneos faltem como os seus deveres de homens de bem, mandando o necessário ao sustento das suas famílias”¹⁶².

Em resumo: nesta primeira fase alusiva ao retorno dos *brasileiros* vilacondenses, numa perspectiva de micro-análise sondou-se o universo do retorno mediante a utilização das variáveis fornecidas pelos *Bilhetes de Residência* e pelas *Declarações de Nacionalidade*. Embora os protagonistas de cada uma das fontes visassem objectivos distintos, ambas são complementares na evidência do refluxo dos naturais do concelho de Vila do Conde. Analisou-se o quadro legal e o contexto da sua produção como documentos administrativos de modo a analisar as suas potencialidades e limites. Procedeu-se à reconstituição estatística utilizando os diversos elementos de identificação dos registos, apesar de se estar ciente das limitações das fontes utilizadas e do imprescindível comedimento nas conclusões, pois, se se dispõe de quase quatro milhares de referências nominais na partida, os dados de retorno já se restringem a pouco mais de uma centena. Procurou-se situar os comportamentos individuais nos seus contextos e aprofundou-se os aspectos que parecem sobressair como mais relevantes, na intersecção da informação documental com a biográfica e bibliográfica.

No que concerne à geografia do retorno, verificou-se a concentração dos *brasileiros de torna viagem* na sede do concelho. A freguesia de Azurara, situada do outro lado do Ave, alcançou a segunda posição, mas com grande discrepância numérica relativamente à anterior. Constatou-se, igualmente, que ao contrário do fluxo em direcção ao Brasil, em que todas as freguesias do concelho participaram, muitas ficaram excluídas no refluxo. Salientaram-se as transgressões à lei no caso da não renovação da validade dos bilhetes de residência e deu-se ênfase à reemigração. Como aves migratórias, um número significativo de vilacondenses andavam num constante cruzar do Atlântico, ao sabor de crises locais e de projectos individuais, sendo saudados à partida pelos redactores da imprensa local, que igualmente lhes auspiciavam boa viagem de regresso. Foi equacionada a taxa de masculinidade e o estado civil, assim como o enquadramento socioprofissional para se concluir que a distribuição ocupacional apresenta alguma variedade e evidencia a preparação profissional e cultural, com destaque para os oficiais da marinha mercante, capitalistas e proprietários.

¹⁶² *O Democrático*, n.º 60, 19 de Julho de 1914.

Analizou-se a atracção pela nacionalidade brasileira e reflectiu-se sobre as razões que lhe estavam subjacentes, e inquiriram-se as peculiaridades do ciclo emigratório, para se concluir que o retorno dos oriundos de Vila do Conde foi protagonizado por indivíduos inseridos em dois ciclos migratórios distintos. Num ciclo de longa duração, enquadram-se os que retornaram com 40 a 50 anos de idade, após permanência de várias décadas no Brasil; alguns, tinham mesmo emigrado antes da independência, como foi o caso de Francisco Alves de Oliveira¹⁶³, que em 1887 reclamou a nacionalidade brasileira para dois filhos¹⁶⁴. No ciclo migratório de curta duração, integram-se os solteiros, emancipados ou já de maioridade que permaneceram no país de acolhimento apenas meia dúzia de anos, em média, o tempo suficiente para conquistarem a sua autonomia, sabendo de antemão que sempre teriam para os amparar o pai *brasileiro de torna viagem* que no Brasil amealhou um pecúlio que os porá a salvo de qualquer situação menos desejável. Foi realçada a influência das redes familiares, já perceptíveis no momento da partida para o Brasil, para se concluir que o retorno dos oriundos de Vila do Conde foi protagonizado, principalmente, pelos que alcançaram, após longa permanência no Brasil, sucesso, embora este seja sempre relativo. Os fracassados, na sua maioria, não regressaram. Os menos bem sucedidos retornados ao lar parecem não ter deparado com a preocupação de requisitar bilhete de residência e declaração de nacionalidade, por conseguinte, restaram os que obtiveram um êxito médio, ou mesmo elevado.

¹⁶³ No requerimento endereçado ao capitão do porto da província da Baía, em 25 de Julho de 1863, dá conta disso mesmo e informa que sempre andou embarcado em navios mercantes nacionais para diversas partes do império, para os diferentes portos, com poderes para contratar e servir o lugar de mestre de embarcação. “Foi julgado por sentença cidadão brasileiro com a necessária legitimação policial” (AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815).

¹⁶⁴ AMVC – *Registo de privilégios e nomeações para cargos municipais*, livro 149, fl. 14-18.

5.4 Vila do Conde e os *Brasileiros*

Se alguns emigrantes, como se observou no ponto anterior, andavam numa azáfama de sucessivas visitas à família e ao país natal, outros, pouco tempo depois de chegados ao novo país deixavam de dar notícias aos seus familiares, de modo que estes permaneciam na dúvida se os seus entes queridos ainda estavam vivos ou se já tinham falecido. Isto mesmo se pode depreender dos frequentes autos de inventário publicados na imprensa local a citar emigrantes ausentes no Brasil em parte incerta, por falecimento dos pais:

“Na comarca de Vila do Conde correm éditos de trinta dias a citar o interessado José Moreira da Silva¹⁶⁵, ausente no Império do Brasil em parte incerta, para falar a todos os termos do inventário a que se procede por óbito de sua mãe Maria Joaquina de Oliveira, da freguesia de Fornelo”¹⁶⁶.

“Na comarca de Vila do Conde e cartório de Campelo, correm éditos de trinta dias a citar Manuel de Azevedo Neves¹⁶⁷, ausente em parte incerta do Império do Brasil, bem como o são pelo presente todos os credores incertos e residentes fora da comarca, para, dentro do referido prazo deduzirem os seus direitos, e o ausente para assistir querendo a todos os termos do inventário a que se procede por falecimento de seu pai José de Azevedo Neves, da freguesia de Macieira, sem prejuízo do andamento dos termos do dito inventário”¹⁶⁸.

Como observou Jorge Alves, compromissos e tensões entre o indivíduo e o seu grupo familiar, eis o que os documentos evidenciam. A emigração para o Brasil pela distância e pelo tempo que envolve traduz uma maior vulnerabilidade das estratégias familiares que lhe são subjacentes. Os processos de comunicação interrompem-se por largo tempo, as remessas são incertas e às vezes nunca chegam¹⁶⁹.

¹⁶⁵ Prestou termo para partir para o Brasil afiançado por José Francisco Ramos Freixo (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3135, fl. 135, 12 de Setembro de 1907).

¹⁶⁶ *O Correio do Ave*, n.º 45, 24/01/1880.

¹⁶⁷ Com 13 anos de idade, prestou termo para partir da freguesia de Macieira para o Rio de Janeiro, afiançado pelo pai que pagou também a viagem (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 152, 26 de Setembro de 1868).

¹⁶⁸ *O Correio do Ave*, n.º 71, 14 de Março de 1884.

¹⁶⁹ ALVES, 1994: 90.

Alguns deixavam de dar notícia, possivelmente porque o sonho de alcançar fortuna que acalentavam à partida se foi esvaindo com o tempo e, para não terem de assumir perante a família o seu fracasso, optavam pelo silêncio e afastamento total. Como refere Lená Menezes, muitos foram os que fugiram à pobreza e falta de oportunidades em solo pátrio, mas foram reencontrá-los do outro lado do Atlântico, ainda que os registos do seu desalento quase sempre fossem ocultados dos familiares que permaneciam em Portugal. A dificuldade em assumir os seus fracassos levava-os, não raras vezes, a narrar conquistas situadas no mundo do sonho e mesmo do quase impossível¹⁷⁰.

Mas a falta de informações também ocorria devido às dificuldades de comunicação, sobretudo no sertão brasileiro, assim como ao facto de os emigrantes não saberem ler nem escrever, como se pode depreender do diálogo travado entre o emigrante José e o seu pai, aquando da visita que realizou à família no ano de 1910:

“ – E porque não escrevias? E porque não escreveste a dizer que vinhas? Julguei-te morto!

– Escrevi algumas vezes meu pai, respondeu José, mas como estava no interior, muitas vezes não havia comunicações, e depois, como não sabia escrever, custava-me estar a pedir aos outros”¹⁷¹.

Outros voltavam doentes, de tal modo que vinham exalar o seu último suspiro à terra dos seus ancestrais volvido pouco tempo sobre o seu regresso, como aconteceu, entre outros, com estes três vilacondenses:

“Faleceu José da Silva Ferreira Costa, com 19 anos, filho do importante capitalista Sr. Lino da Silva Ferreira Costa, era natural de Pelotas¹⁷², donde tinha vindo há meses para Portugal”¹⁷³.

“Morreu Francisco Lopes de Magalhães¹⁷⁴, solteiro, que tinha regressado há meses do Brasil, filho de Joaquim Lopes de Magalhães”¹⁷⁵.

¹⁷⁰ MENEZES, 2006: 88.

¹⁷¹ *Ilustração Vilacondense*, n.º 5, Maio de 1910.

¹⁷² Apesar de ter nascido no Brasil, veio falecer à terra de seus pais.

¹⁷³ *O Ave*, n.º 221, 8 de Janeiro de 1911.

¹⁷⁴ Prestou fiança para emigrar em 8 de Novembro de 1873, tinha na altura 19 anos de idade (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3118, fl.42).

¹⁷⁵ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 45, 19 de Novembro de 1887.

“Faleceu José António de Oliveira, oficial prático da marinha mercante brasileira. Tinha chegado há pouco de Manaus”¹⁷⁶.

Evidentemente, para muitos o retorno não se apresentou como solução atractiva e jamais regressaram ao seu torrão natal. Um aspecto que não pode deixar de impressionar, são as notícias de carácter obituário de vilacondenses em solo brasileiro. O emprego no árduo trabalho nas minas, no de seringueiro e no de outras actividades ligadas à terra, como a do algodão, do açúcar e do café absorviam imensa mão-de-obra e arruinavam a saúde dos nossos compatriotas, para além dos conflitos pessoais, sociais e raciais que provocaram também algumas vítimas. Eis apenas alguns dos muitos casos noticiados nos periódicos locais:

“Júlio César Ferreira recebeu a notícia de ter falecido no Rio de Janeiro o seu irmão, José António Pereira dos Reis¹⁷⁷ que prestou grandes serviços ao Clube Fluvial e era um bom amigo para um favor ou sacrifício deferindo no Brasil as recomendações que daqui levavam os expatriados seus conterrâneos”¹⁷⁸.

“Morreu no Rio de Janeiro João Pereira da Silva¹⁷⁹, antigo empregado da empresa marítima *Lage* sitiada na mesma cidade”¹⁸⁰.

“Faleceu no Rio de Janeiro José Alves de Azevedo Maia¹⁸¹, importante negociante, natural da freguesia de Mindelo”¹⁸².

“No dia 27 de Janeiro de 1913, foi morto à facada no estado do Pará, João António Rodrigues, irmão de José Baptista da Cruz, chefe de conservação de obras públicas”¹⁸³.

¹⁷⁶ *O Ave*, n.º 234, 8 de Abril de 1911.

¹⁷⁷ Em 22 de Agosto de 1872 prestou termo para partir de Vila do Conde para o Brasil, afiançado por Bernardino Francisco Ferreira; era solteiro e órfão de pai (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3117, fl. 64v).

¹⁷⁸ *O Ave*, n.º 208, 8 de Outubro de 1910.

¹⁷⁹ Era casado e prestou termo em 2 de Outubro de 1865, abonado pela sua esposa, Margarida de Agonia, para partir de Vila do Conde para o Brasil (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 2v).

¹⁸⁰ *O Ave*, n.º 327, 23 de Fevereiro de 1913.

¹⁸¹ Partiu de Mindelo para o Rio de Janeiro com 13 anos de idade, recomendado a Marcelino de Oliveira Maia, com a viagem paga por Joaquim de Oliveira Maia e afiançado pelo pai, José Alves de Azevedo (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3117, fl. 20v, 23 de Fevereiro de 1872).

¹⁸² *Jornal de Vila do Conde*, n.º 35, 10 de Maio de 1907.

¹⁸³ *O Ave*, n.º 331, 23 de Março de 1913.

“Morreu afogado no Amazonas em Manaus, Alfredo Moreira da Costa Morães, piloto da marinha mercante brasileira, filho de António da Costa Morães”¹⁸⁴.

“Faleceram na Baía Manuel Gonçalves Marques¹⁸⁵ e Manuel Gonçalves Belchior ambos grandes negociantes”¹⁸⁶.

“No dia 25 de Novembro faleceu na Associação Beneficente Portuguesa José Emílio de Sousa, vítima da febre-amarela. O enterro e demais despesas foram a expensas do Sr. Artur Graça, proprietário do restaurante *Vila do Conde* em Manaus. O desventurado tinha chegado a Manaus no dia 27 de Outubro findo e deixa na sua terra na mais extrema miséria a viúva e um filho menor”¹⁸⁷.

Como se vê pelos excertos apresentados, alguns não regressaram a Portugal, mas não foi por não terem alcançado boa posição social e financeira, foi um acto opcional, outros sim, não o fizeram devido às más condições de vida.

Uns tantos vieram expatriados devidos aos conflitos que suscitaram como aconteceu com António Alves de Oliveira¹⁸⁸, solteiro, de 27 anos de idade, alfabetizado e sem profissão que, devido a embriaguez e vadiagem, fez parte da relação nominal com vista a expulsão no ano de 1909. Tinha chegado ao Rio de Janeiro no ano anterior¹⁸⁹. Também António Ramos, operário, solteiro e alfabetizado, de 33 anos de idade, pertenceu ao rol dos indivíduos a serem expulsos no ano de 1919, devido ao crime de anarquismo¹⁹⁰.

Alguns regressaram em condições remediadas não fazendo grande alarde do seu projecto emigratório, embora ele tenha sido importante, não do ponto de vista económico-financeiro, mas como experiência de vida, abertura de horizontes e desenvolvimento de competências que lhes permitia, no retorno, acesso a actividades menos duras e mais compensatórias do que o trabalho agrícola.

¹⁸⁴ *O Ave*, n.º 332, 30 de Março de 1913.

¹⁸⁵ Em 18 de Abril de 1883, já no estado de casado prestou termo para partir de Vila do Conde para o Brasil. No ano de 1913 partiram para o mesmo país dois irmãos (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3123, fl. 143v e 31411^a, fls. 54 e 74).

¹⁸⁶ *O Democrático*, n.º 25, 9 de Novembro de 1913.

¹⁸⁷ *O Ave*, n.º 69, 5 de Janeiro de 1908.

¹⁸⁸ Na base de dados de que se dispõe consta um indivíduo com o mesmo nome, marítimo, natural da freguesia de Azurara, filho de António José Teixeira de Basto, que partiu a 3 de Novembro de 1868 com destino a qualquer navio, abonado por Joaquim Leite Rendo. Será a mesma pessoa? (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 156).

¹⁸⁹ MENEZES, 2006: 107.

¹⁹⁰ MENEZES, 2006: 109.

Muitos foram, de facto, os que se integraram plenamente no meio social e estilos de vida brasileiros, mas como asseverava Jaime Cortesão, não obstante todos os seus interesses locais e de família, e um sincero amor pelo Brasil, punge-os constantemente a saudade da pátria e o seu ardente sonho é voltar a vê-la, antes de fechar os olhos para sempre¹⁹¹.

O mesmo desejo premente de retorno à pátria é corroborado pela seguinte notícia:

“Todos os trabalhadores que se dirigem ao Brasil, vão com a mira de ver se conseguem no mais curto espaço de tempo alguns meios com que possam voltar à pátria amada”¹⁹².

No entanto, não será prudente generalizar essa ideia de desejo constante de voltar à pátria, porque em certa medida não passa de um mito, houve emigrantes que apesar de reunirem as condições necessárias para terem um regresso triunfal, de jubilação, preferiram findar os seus dias no país de acolhimento que adoptaram como sua verdadeira pátria.

¹⁹¹ CORTESÃO, 1979: 38.

¹⁹² *O Democrático*, n.º 60, 19 de Julho de 1914.

5.4.1. O Impacto do Retorno

Destina-se este ponto a avaliar o conjunto de transformações que se operaram no concelho a partir da acção dos seus filhos *brasileiros de torna viagem*. Alguns dos que regressaram ao torrão natal deixaram marca na história pela sua acção inovadora e empreendedora, assim como pelo elevado e diversificado número de benemerências que praticaram em proveito da comunidade, contribuindo decisivamente para o progresso local. Se voltava abastado, o *brasileiro* distribuía, na maior parte das vezes, com generosidade, parte da fortuna que granjeara com grandes dificuldades e muitos sacrifícios, procurando dessa forma afirmar-se.

Claro que subjacente à acção dos *brasileiros* estava uma multiplicidade de razões, nem todos os actos benemerência eram praticados por puro amor ao próximo e ao desenvolvimento da terra natal. Não é possível dissociar toda a filantropia da vontade de impressionar os seus conterrâneos, do desejo de inspirar respeito e de obter o reconhecimento pessoal e colectivo, mas nem sempre o conseguiam. O *brasileiro* Seabra, da ficção de Júlio Dinis, ficou espantado “por ver que um rapaz, sem vintém de seu, ousasse falar com tal irreverência a um homem que tinha dinheiro e crédito em tantos bancos”¹⁹³. Não raras vezes a fortuna e grandeza que os *brasileiros* ostentavam maravilhava os seus contemporâneos mas, em simultâneo, despertava a inveja e a inimizade. As filáucias e pendor para os títulos que alguns *brasileiros* demonstravam, adicionadas aos seus modos algo rudes e exóticos, converteu-os no alvo predilecto da verbe galhofeira de muitos dos nossos escritores de Oitocentos, e vítima de interesses e querelas partidárias. As palavras do *brasileiro* Seabra evidenciam esse mesmo aproveitamento político:

“O conselheiro, que joga em política com pau de dois bicos, andou-me a causticar, para que eu aceitasse um título qualquer. Queria fazer-me visconde por força (...). Pois, senhores, não teve o petulante o atrevimento de escrever ao ministro, com quem, apesar de se dizer da oposição, mantém aturada correspondência, não teve a audácia de lhe dizer que eu andava sonhando com viscondados, e que a minha mania era atendível, pois prometia ser

¹⁹³ DINIS, 1868: 354.

uma fonte de melhoramentos locais muito baratos ao Estado, visto que com tão pouco me contentava, e outras coisas neste gosto?”¹⁹⁴.

Mas se o *brasileiro* foi olhado com desdém, (Camilo parece ter sido o mais acintoso) por alguns intelectuais de Oitocentos, outros salientaram as suas qualidades benfazejas, como foi o caso de Gomes de Amorim, em 1881, com o seu romance *As duas fiandeiras*, e de Luís de Magalhães com o romance *O Brasileiro Soares*, escrito logo após a sua formatura, de Julho a Outubro de 1883, com prefácio de Eça de Queirós. Também *O Tripeiro*, como o realçou Conceição Meireles Pereira, pela incidência e tratamento que conferiu ao tema contribuiu igualmente para a reabilitação desses homens, geralmente de origem modesta que, após granjearem pecúlio no Brasil, regressavam à pátria engrossando a fidalguia nova e “democrática do Liberalismo” e se distinguiam pelas obras de benemerência¹⁹⁵.

Independentemente das diversas perspectivas vincadas pela ficção literária, das manias e dos modos que exornavam alguns dos ex-emigrantes no Brasil, o que importa reter por corresponder à verdade, como observou Beatriz Rocha-Trindade, é que os *brasileiros* tiveram uma importância inegável na vida portuguesa na segunda metade do século XIX, importância que transborda ainda para o presente. Evidências disto constituem os traços materiais que deixaram na paisagem, as meritórias obras de beneficência que lançaram, as potências económicas que fundaram¹⁹⁶.

Já em 1874, o escritor e político D. António da Costa tinha nítida percepção do impacto dos *brasileiros de torna viagem* no dinamismo e progresso do país, nomeadamente na região do Minho, zona fortemente participativa no fluxo para o Brasil:

“Desconhecer que o brasileiro está representando no progresso minhoto um papel característico seria faltar ao que se deve à observação, e até uma injustiça. Nem podia deixar de o representar, averiguado que regressa anualmente um grande número dos nossos antigos emigrados. Os bancos das principais terras do Minho devem-se em parte àqueles nossos conterrâneos, assim como algumas escolas. Nas povoações urbanas e rurais são raros os palacetes novos e alinhados que não pertençam a brasileiros. A propriedade campestre encarece prodigiosamente, porque, ao voltarem às suas localidades, compram-na por preço exorbitante, valor estimativo que lhe ligam e, enquanto não regressam à Pátria,

¹⁹⁴ DINIS, 1868: 351

¹⁹⁵ PEREIRA, 2000: 146.

¹⁹⁶ ROCHA-TRINDADE, 1986: 146.

muitos deles mandam mesadas às famílias. O brasileiro invade assim a sua província e imprime-lhe um certo cunho especial”¹⁹⁷.

Casos houve em que o projecto migratório não se traduziu em sucesso económico, mas contribuiu fortemente para alargar horizontes, para despertar o gosto pela cultura e refinamento de comportamentos. Sintomático disso mesmo é o caso de José Francisco da Silva, de Vilar do Pinheiro. Era uma criança travessa, envolvendo-se em constantes rixas com os outros rapazes, pelo que frequentemente havia queixas à família. Então, “a sua mãe, viúva, receando mais tarde não poder com ele mandou-o para o Brasil para um seu primo que ali estava onde se demorou alguns anos, sem fortuna alguma fazer, mas muito mais civilizado do que tinha ido”¹⁹⁸.

Quando regressavam traziam a vivência enriquecedora das terras distantes, novos costumes, novas ideias e novos valores, e são as mutações de mentalidade que ajudam a explicar a transferência para a sociedade civil de muitos legados que anteriormente eram canalizados quase exclusivamente para as obras e instituições religiosas, isto num contexto de progressiva laicização da sociedade.

Por todo o concelho de Vila do Conde, como, aliás, por todo o centro e norte do país, são numerosos os testemunhos materiais reveladores do espírito dinâmico e inovador dos *brasileiros*. Cada uma das nossas freguesias pode evocar filhos ilustres que deixaram marcas indeléveis no progresso da sua terra natal, espraçando a sua acção pelos diversos ramos de actividade, desde o político ao económico, do social ao cultural. A actual cidade de Vila do Conde deve muito aos seus *brasileiros*, não só na valorização do núcleo urbano como na vida associativa e, até, na administração pública.

Além dos belos exemplares de casas da própria família que os *brasileiros* renovaram e ampliaram através das remessas monetárias enviadas e depois no seu retorno, conservam-se alguns palacetes de *brasileiros* como a *Vila Josefina* que foi mandada edificar pelo comendador Joaquim de Melo, e adquirida em 1912 pelo comendador Bento Luís de Aguiar, passando posteriormente à posse do industrial Delfim Ferreira que a converteu em colónia de férias para os filhos dos seus operários, função de lazer que o belo edifício continua a desempenhar na actualidade. Na mesma rua Bento de Freitas, encontra-se ainda aquele que foi o palacete do visconde de Faria Machado e, paralela ao mar, lá está a avenida Brasil mandada construir pelo *brasileiro*

¹⁹⁷ COSTA, 1872: 5.

¹⁹⁸ ALVES, 1994: 288.

de torna viagem Francisco Baltazar do Couto, aquando da sua presidência da câmara municipal de Vila do Conde.

Mas Baltazar do Couto não foi o único *brasileiro* vilacondense que exerceu cargos políticos e de chefia. Também o comendador Macieira desempenhou por algum tempo o cargo de vice-presidente da câmara municipal e de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde¹⁹⁹. Por sua vez, o sobrinho do comendador Macieira, José António Peniche²⁰⁰, proprietário da freguesia de Bagunte, falecido no ano de 1940, exerceu por diversas vezes o cargo de vereador da câmara municipal de Vila do Conde²⁰¹. Também o Barão do Rio Ave pugnou com a sua influência política para que Vila do Conde não fosse amputada dos lugares das Caxinas e da Poça da Barca, e o seu filho Bento Amorim foi presidente da União Nacional e da autarquia vilacondense²⁰².

Os *brasileiros* contribuíram igualmente para o despertar e florescimento do movimento associativo na sede do concelho e, neste particular, o que mais se distinguiu foi o mesmo Baltazar do Couto que fundou no ano de 1908 a Associação Comercial e em 1912 a Associação dos Bombeiros Voluntários²⁰³. Francisco Joaquim da Silva²⁰⁴, proprietário do Hotel Rio Ave em Manaus, deixou do mesmo modo o seu nome ligado às associações vilacondenses, pois, foi director da Associação Comercial e dos Bombeiros. Em 1913 cedeu a quantia de 250\$00 a que tinha direito pela venda do terreno para a construção do quartel da corporação dos bombeiros de Vila do Conde, a favor da mesma associação²⁰⁵.

Também o Clube Fluvial Vilacondense, associação fundada no ano de 1905 em prol do desporto e da cultura e que continua a prestigiar Vila do Conde mesmo a nível internacional, teve na sua génese *brasileiros* ligados ao mar. A 5 de Dezembro de 1905 foi constituída a comissão executiva composta por Francisco Estevão Soares, António Almeida Carneiro, Arnaldo Viana Vasco, Alfredo Correia dos Santos, José Gomes da

¹⁹⁹ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 77, 3 de Março de 1888.

²⁰⁰ José António Peniche, oriundo da freguesia de Bagunte, filho de Joaquim António Peniche, de 13 anos de idade, obteve em 2 de Junho de 1876 o consentimento de seu pai para se ausentar para o Rio de Janeiro, recomendado ao seu tio Joaquim da Silva Macieira (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3119, fl. 56).

²⁰¹ *Renovação*, n.º 98, 9 de Novembro de 1940.

²⁰² *Renovação* n.º 98, 9 de Dezembro de 1940.

²⁰³ *Ilustração Vilacondense*, n.º 2, Fevereiro de 1910.

²⁰⁴ Filho de Manuel Joaquim da Silva e de Maria Rosa Fernandes, em 10 de Maio de 1902, já casado e com a profissão de marchante partiu de Vila do Conde com destino ao Pará, afiançado pelo doutor José Aureliano Ferreira Barbosa. Voltou e regressou ao Brasil nos anos de 1906, 1908 e 1910. Deu recomendação a quatro conterrâneos (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3130A, fl. 76).

²⁰⁵ *Renovação*, n.º 165, 7 de Março de 1942.

Silva, José Martins Júnior e Joaquim Gomes Saraiva, enérgicos comandantes da marinha mercante brasileira, sendo alguns também construtores de navios. A 11 de Abril do ano seguinte viram os seus estatutos aprovados pelo então governador civil do Porto, Adolfo da Cunha Pimentel. O rei D. Manuel II foi seu sócio honorário e ofereceu um valioso troféu. O autor da letra do Hino do Fluvial é José Maria Pereira Sobrinho (pai de José Régio)²⁰⁶.

Francisco Estevão Soares dinamizou no Rio de Janeiro no ano de 1908 uma subscrição para ofertar ao Clube Fluvial dois *randers*, um com o nome *Portugal* e o outro com o nome *Brasil*. Ele próprio encabeçou a lista dos subscritores e contribuiu com uma das mais avultadas ofertas: Francisco Estevão Soares e Ferreira Júnior & Saraiva 20\$000 réis cada; com 5\$000 réis, João Lopes Cereja e João Maria Mello, com 2\$000 réis, António Maria Matos, António da Silva Leite, José Junqueira, Paulino José Rodrigues, Delfim Sá e Antero Leal Martins. Totalizando as ofertas 64\$000 réis²⁰⁷.

No ano seguinte, o mesmo Francisco Estevão Soares como timoneiro foi o vencedor da primeira corrida de *randers* e ofereceu o valioso troféu ao clube, “provando assim mais uma vez o seu amor e dedicação pela colectividade que administrou durante dois anos com inextinguível zelo”²⁰⁸.

De igual modo, José António Pereira dos Reis, falecido no Rio de Janeiro a 23 de Setembro de 1910, prestou relevantes serviços ao Clube Fluvial, principalmente por ocasião das festas do Carmo, e contribuiu para as subscrições e festividades com avultadas quantias. Diferia também no Brasil as recomendações que daqui levavam os expatriados entregues à sua protecção. O seu irmão, Júlio César Ferreira, igualmente oficial da marinha mercante, foi vice-presidente do Clube Fluvial²⁰⁹. Também o visconde de Santo Albino contribuiu com donativos para o Clube Fluvial Vilacondense, sendo eleito sócio honorário do clube no ano de 1909-1910²¹⁰.

Outra associação da sede do concelho, igualmente centenária, o Círculo Católico de Operários, fundado no ano de 1905 por uma elite de monárquicos, teve, entre outras, a valiosa contribuição do comendador A. Fernandes da Costa que ofereceu a bandeira e o mobiliário para o seu salão de festas²¹¹.

²⁰⁶ *O Fluvial*, 90.º Aniversário. Vila do Conde: Clube Fluvial Vilacondense, 1995.

²⁰⁷ *Jornal de Vila do Conde*, n.ºs 58 e 85, respectivamente, 19 de Outubro de 1907 e 25 de Abril de 1908.

²⁰⁸ *O Ave*, n.º 156, 18 de Setembro de 1909.

²⁰⁹ *O Ave*, n.º 204, 10 de Setembro de 1910.

²¹⁰ *O Fluvial*, 90.º aniversário, Vila do Conde: Clube Fluvial Vilacondense, 1995

²¹¹ *Renovação*, n.º 123, 15 de Maio de 1937.

Todavia, foi sobretudo nas aldeias do concelho que as mudanças operadas por influência dos *brasileiros* se tornaram mais notórias e alteraram profundamente a paisagem e a vida de muitos conterrâneos. Impõem-se, desde logo, as muitas casas de *brasileiros*, umas mais discretas outras mais sumptuosas, todas atestam o sucesso do projecto emigratório, são belos exemplares que se distinguem dos demais essencialmente pela sua volumetria e pela nobreza dos materiais utilizados (cantaria, azulejos, ferro forjado e vitrais). O realce vai para o palacete do visconde de Santo Albino, na freguesia de Fajozes, cujas obras iam adiantadas no ano de 1913, noticiando *O Ave* que depois de concluído seria o melhor do concelho²¹².

Para além das casas, sobressaem as transformações no urbanismo, as avenidas, as estradas, as ruas, as praças e caminhos vicinais mandados rasgar pelos *brasileiros*, como foi o caso de Manuel Ferreira da Costa que a suas expensas mandou abrir uma avenida na freguesia de Touguinha, a que foi dada o seu nome²¹³. Também o Barão do Rio Ave promoveu a abertura de estradas e caminhos vicinais nas freguesias de Macieira e de Vairão, contribuindo assim para a acessibilidade a lugares recônditos e isolados²¹⁴. No ano de 1908, o visconde de Faria Machado mandou abrir uma importante estrada na freguesia de Arcos, fundamental não só para a ligação à sede do concelho como também para a livre circulação de pessoas e mercadorias entre o concelho de Vila do Conde e os de Famalicão e Barcelos²¹⁵. Por sua vez, o visconde de Santa Marinha adquiriu à paróquia um terreno no centro da freguesia para o transformar no largo principal de Ferreiró²¹⁶.

Algumas juntas de freguesia viram também o seu orçamento reforçado pelas dádivas de *brasileiros*, sendo parte dessas verbas aproveitadas para o desenvolvimento das vias de comunicação e de outros empreendimentos de interesse público.

O Barão do Rio Ave deixou à junta de freguesia de Vairão e de Macieira 5 000\$00 a cada²¹⁷. Bernardino José Alves legou à junta da freguesia de Fajozes 2 000\$000 de réis²¹⁸ e o comendador Macieira ofereceu à junta da freguesia de Macieira

²¹² *O Ave*, n.º 339, 15 de Maio de 1913.

²¹³ *O Vilacondense*, n.º 4, 31 de Janeiro de 1928.

²¹⁴ *Renovação*, n.º 98, 9 de Dezembro de 1940.

²¹⁵ *O Ave*, n.º 112, 14 de Novembro de 1908.

²¹⁶ *Reflexos*, n.º 14, 15 de Outubro de 1987.

²¹⁷ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3291, fls. 23-29.

²¹⁸ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3265, fls. 12v- 19v.

nove inscrições de valor nominal de um conto de réis cada, para além do palacete que possuía na vila²¹⁹.

Outro aspecto que mereceu todo o cuidado dos *brasileiros* foi a instrução, alguns aperceberam-se claramente durante o seu projecto emigratório o quanto a falta de alfabetização era limitativa das suas ambições pessoais, como o evidencia o diálogo do emigrante José:

“ – Olhe, meu pai, eu consegui, em poucos anos, arranjar um peculiosinho com muito trabalho e muita economia, mas, se eu soubesse ler e escrever bem, podia estar rico”²²⁰.

Muitas das freguesias do concelho viram a sua lacuna educacional, ou parte, dela, suprimida graças ao espírito filantrópico dos ex-emigrantes. Como observou Jorge Alves, uma das imagens mais marcantes na biografia dos *brasileiros* é a sua tendência para a filantropia e, pode-se afirmar que, grande parte do equipamento de solidariedade social do século XIX e primeira metade do seguinte, no norte de Portugal foi activado, incentivado ou mesmo sustentado pelos ex-emigrantes que, enquanto vivos e na hora da morte, mostravam uma atenção ao seu semelhante pouco compatível com a imagem de avareza que geralmente envolve o capitalista²²¹.

Uma das direcções mais marcantes da sua filantropia com um impacto sociocultural significativo foi, efectivamente, a acção pedagógica através da imprensa, tanto na defesa da alfabetização como meio de dignificar e valorizar o emigrante, como na sensibilização para as vantagens nacionais que adviriam de uma emigração qualificada²²². Mas, como o *brasileiro* vilacondense à semelhança dos restantes²²³ era primordialmente um homem de acção, passou das palavras aos actos.

João Flores legou dez contos de réis para a fundação de dez escolas no concelho. Em 1888 já estavam edificadas por conta da referida dádiva as escolas de

²¹⁹ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 76, 29 de Fevereiro de 1888.

²²⁰ *Ilustração Vilacondense*, n.º 5, Maio de 1910. Este diálogo, tinha, obviamente, intenções pedagógicas junto dos potenciais emigrantes.

²²¹ ALVES, 1994: 315.

²²² ALVES, 1994: 317.

²²³ Neste particular o destaque vai para o conde de Ferreira, a quem já se aludiu no 2.º capítulo. Estipulou que os seus testamentários mandassem construir 120 casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que fossem cabeça de concelho.

Árvore, Junqueira, Labruge, Macieira, Malta, Modivas, Mosteirão e Rio Mau. Para o efeito, a Câmara entregou um conto de réis a cada uma das respectivas juntas²²⁴.

Atitude semelhante teve no ano de 1875 José da Silva Carneiro²²⁵, natural da freguesia de Fornelo. Ciente do valor da instrução, exprime o desejo de “contribuir o quanto possa, nas forças da minha pequena fortuna para o desenvolvimento intelectual e moral do homem, e sendo para mim de fé que só há para isso um meio eficaz, que é a instrução, mas instrução bem entendida, que prepare o homem dignamente para preencher na sociedade o lugar que lhe pertence, ensinando-o a conhecer os seus deveres pelo uso da liberdade da sua consciência e da sua razão²²⁶”. Legou cinquenta acções que tinha no Banco do Maranhão para que com o seu produto fosse construída uma escola na freguesia da sua naturalidade para alunos dos dois sexos, devendo o remanescente do legado ser aplicado em títulos de dívida pública, de modo a financiar o aprovisionamento da escola e o recrutamento de professores²²⁷.

Também o benemérito José dos Santos Azevedo doou quatro contos de réis para a construção de uma escola masculina no lugar de Lente da freguesia de Árvore, que foi inaugurada em 1914, apetrechada com todo o material didáctico e oferecida ao Estado. Do citado legado sobrou, após a edificação, a quantia de mil e quinhentos escudos que foi entregue à junta da freguesia com a condição de a empregar em inscrições de assentamento averbadas a favor da escola e cujo rendimento seria aplicado na manutenção do edifício, assim como na atribuição de dois prémios anuais aos melhores alunos e, ainda, na doação de livros aos alunos pobres²²⁸.

De igual modo procederam o visconde de Santa Marinha e Manuel Ferreira da Costa. O primeiro mandou edificar uma escola para o ensino primário na freguesia de Ferreiró e o segundo na de Touguinha. Por sua vez, António Fernandes da Costa foi

²²⁴ AMVC – *Copiador de correspondência expedida para diversas entidades*, livro 2860, 27 de Junho de 1888.

²²⁵ No ano de 1872 com o consentimento do pai, Joaquim da Silva Carneiro, foi-lhe recomendado o irmão António da Silva Carneiro, de 13 anos de idade; no ano de 1875 pagou a viagem ao seu sobrinho Januário Ferreira Gomes, de 13 anos de idade, que partiu de Vilar para o Maranhão, favorecido pela protecção de Custódio Gonçalves, com o consentimento da mãe; no ano de 1882 partiu também sob a sua recomendação Augusto Pereira Ramos, natural de Vairão, de 12 anos, com o consentimento e a viagem paga pelo pai, Manuel Rodrigues de Sousa Júnior; no mesmo ano de 1882, José da Silva Carneiro após estanciar algum tempo no seu torrão natal regressou ao Brasil, abonado por Manuel Rodrigues e Sousa Júnior (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, respectivamente, livros 3117, fl. 67v, 31 de Agosto de 1872; 3118, fl. 147v, 2 de Agosto de 1875; 3123, fl. 9, 26 de Outubro de 1882 e 3123, fl. 99v, 8 de Novembro de 1882).

²²⁶ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3206, fl.12.

²²⁷ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3206, fl.11-15.

²²⁸ MAIA, 1995: 146-148.

louvado em portaria publicada no *Diário da República* pela despesa efectuada com a instalação da luz eléctrica e pela reforma do edifício escolar na freguesia de Touguinha²²⁹. Também a câmara municipal de Vila do Conde mandou consignar em acta a sua gratidão e reconhecimento ao benemérito António Azevedo dos Santos, falecido no Brasil, por ter doado ao estado a importância de quinhentos contos para a construção e manutenção de uma cantina destinada às crianças das escolas da freguesia de Fajozes, terra da sua naturalidade²³⁰.

Mas a reintegração tem também os seus aspectos simbólicos e a participação nas festas e romarias assume contornos jubilatórios²³¹. Alguns *brasileiros* participaram com doações para o restauro e construção de templos como fez Bernardino Alves da freguesia de Fajozes, que à sua custa edificou “por fora do antigo e acanhado templo da freguesia, uma ampla igreja”²³². Por sua vez, o visconde de Faria Machado mandou construir a escadaria que conduz ao pórtico da igreja de Arcos, e contribuiu com avultados donativos para as obras de restauro do mesmo templo²³³. António de Azevedo Pereira, em 1861, gastou 1 000\$000 réis na edificação da torre dos sinos da freguesia de Fornelo²³⁴. Alguns conterrâneos da freguesia de Guilhabreu a residir no Rio de Janeiro e Maranhão promoveram uma subscrição destinada à compra de uma tribuna para o altar-mor da igreja da sua freguesia, cujo custo estava orçado em um conto de réis²³⁵. Outros *brasileiros* contribuíram também para as festividades e cultos devocionais concelhios. O visconde de Santo Albino, no ano da implantação do regime republicano em Portugal, subscreveu 100\$000 réis para as festas de Santa Ana que se realizam na freguesia de Fajozes²³⁶. O comendador Macieira testou 500\$000 réis para ser aplicado nos misteres da igreja de Nossa Senhora da Lapa, da freguesia de Macieira, e 400\$000 réis à confraria do Senhor do Bonfim para lhe dourar o altar²³⁷. Bento Luís de Aguiar ofereceu à igreja matriz de Vila do Conde dois contos de réis para a compra de um novo órgão, para além de outras dádivas para diversas obras na mesma igreja e apoio nas

²²⁹ *Renovação*, n.º 111, 8 de Fevereiro de 1941.

²³⁰ *Renovação*, n.º 151, 15 de Novembro de 1941.

²³¹ ALVES, 1994: 296.

²³² *Reflexos*, n.º 22, 14 de Janeiro de 1988.

²³³ *O Ave*, n.º 112, 14 de Novembro de 1908.

²³⁴ *Reflexos*, n.º 13, 8 de Outubro de 1987.

²³⁵ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 79, 14 de Março de 1908.

²³⁶ *O Ave*, n.º 190, 2 de Maio de 1910.

²³⁷ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 110, 30 de Junho de 1888.

celebrações festivas em Vila do Conde²³⁸. E um grupo de cavalheiros reuniu-se no ano de 1912 no palacete de António Praça²³⁹, na rua de S. Bento, para subscrever e angariar donativos para o conserto do telhado da Igreja Matriz e ainda para a despesa do arranjo do relógio²⁴⁰.

Além das obras das igrejas e festividades, participaram também na construção de cemitérios paroquiais que começaram a surgir por imposição governamental, em nome de princípios profilácticos. Merece referência um grupo de cinco *brasileiros* de Fajozes que, em 1873, contribuíram com verbas de 150\$000 e 250\$000 réis para a edificação do cemitério paroquial e para as obras na igreja da mesma freguesia²⁴¹. Também o visconde de Santa Marinha da Trindade a suas expensas mandou construir o cemitério da freguesia de Ferreiró num terreno pertencente à paróquia. O projecto do campo santo é da autoria do seu primo, o famoso architecto Ricardo Severo da Fonseca Costa²⁴² e data de 1892²⁴³.

De entre o conjunto de legados dos *brasileiros* vilacondenses endinheirados, emerge igualmente os destinados a institutos religiosos e de beneficência de Portugal e do Brasil, como as Santas Casas de Misericórdia, a Ordem Terceira de S. Francisco e diversas confrarias.

Bernardino José Alves, solteiro, capitalista da freguesia de Fajozes, testou em 15 de Junho de 1901 às Misericórdias de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim, 1 500\$000 réis, e à de Azurara, um conto de réis. Doou igualmente ao *Comércio do Porto*, 500\$000 réis, sendo 100\$000 réis para distribuir pelos pobres e o restante para repartir pelas instituições de beneficência mais necessitadas; aos pobres da freguesia de Fajozes

²³⁸ *O Ave*, n.º 305, 15 de Setembro de 1912.

²³⁹ Da família Praça, gente ligada ao mar, oriunda de Vila do Conde, partiram vários elementos para o Brasil e ele próprio também concedeu recomendação e fiança a alguns emigrantes.

²⁴⁰ *O Ave*, n.º 290, 2 de Junho de 1912.

²⁴¹ *Reflexos*, n.º 13, 8 de Outubro de 1987.

²⁴² Ricardo Severo nasceu na cidade de Lisboa em 6 de Dezembro de 1869, mas era filho de pais vilacondenses, nomeadamente de José António da Fonseca Costa e de Mariana Cruz Fonseca Costa. Formou-se na Academia Politécnica do Porto em engenharia de obras públicas (1890) e de minas (1891). Foi, para além de um profissional distinto nas suas especialidades, jornalista, escritor, conferencista e arqueólogo. Em 1880, com Júlio de Matos e Wenceslau de Lima, fundou a Sociedade Carlos Ribeiro, que em 1889 publicou a *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, à qual sucedeu, dez anos mais tarde, a edição da revista científica *Portugália*, dirigida em conjunto com Fonseca Cardoso e Rocha Peixoto. Razões de ordem política adstritas ao seu antimonarquismo levaram-no a emigrar para o Brasil no ano de 1908. Na paisagem urbanística de São Paulo deixou a sua marca de architecto de nomeada. Casou com D. Francisca Dumont, na igreja paroquial da freguesia da Junqueira (Vila do Conde), ligando-se através deste conúbio à família pioneira da aviação brasileira. Instanciava com alguma frequência na sua Quinta da Bela-Vista, na freguesia da Junqueira (*Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, Lisboa: Editorial Enciclopédia Limitada, 1978, vol. 28).

²⁴³ AMVC – *Processos de construção de cemitérios e requerimentos diversos*, pasta 2701 (1859-1954).

doou 200\$000 réis, e à Ordem Terceira de São Francisco de Vila do Conde e de Azurara 150\$000 réis a cada, para os pobres²⁴⁴. Também o barão do Rio Ave no seu testamento lavrado a 12 de Outubro de 1930 legou à misericórdia, ou ao seu hospital, e ao asilo da Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde, 5 000\$00 a cada uma²⁴⁵.

Por sua vez, José dos Santos Azevedo legou à administração do jornal *Comércio do Porto* para serem repartidos pelos pobres do mesmo jornal, 300\$000 réis, e aos pobres da freguesia de Árvore (de preferência velhos e aleijados), 200\$000 réis, sendo esta verba distribuída em esmolos de 500 a 2\$000 réis, consoante as necessidades de cada um²⁴⁶.

José da Costa Campos²⁴⁷, negociante na Póvoa de Varzim e proprietário de Bagunte, deixou a favor dos pobres da vila 100\$000 réis²⁴⁸. Igual quantia a favor dos pobres da freguesia de Mindelo testou José Alves de Azevedo Maia, filho de José Alves de Azevedo que, com 13 anos de idade, partiu da freguesia de Mindelo para o Rio de Janeiro, recomendado a Marcelino de Oliveira Maia, e com a viagem paga por Joaquim de Oliveira Maia. O pai abonou e assinou o respectivo termo de responsabilidade²⁴⁹. José Alves de Azevedo Maia tornou-se num importante negociante do Rio de Janeiro, onde faleceu em Maio de 1907, com 46 anos²⁵⁰. Também o visconde de Santo Albino legou no seu testamento mil escudos a favor dos pobres da sua freguesia de Fajozes²⁵¹.

Como já se viu atrás, a maior parte dos beneméritos *brasileiros* não circunscrevia a sua acção benfazeja a uma única área, pelo contrário, ampliava-a a vários sectores de actividade e aos empreendimentos materiais adicionava, muitas vezes, dádivas em dinheiro. Para além dos casos já citados anteriormente, soma-se ainda o exemplo de vários filhos da freguesia de Fornelo emigrados no Brasil que embelezaram a sua terra natal com belos prédios e foram generosos com a igreja, a capela da Senhora da Saúde, com o cemitério, com as estradas e com a instrução²⁵².

²⁴⁴ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3265, fls. 12v-19v.

²⁴⁵ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3291, fl. 25.

²⁴⁶ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3266, fl. 44, 14 de Fevereiro de 1912.

²⁴⁷ Em 20 de Setembro de 1875 deu fiança para o seu filho Manuel, de 19 anos, partir com destino a Pernambuco; em 22 de Julho de 1889 partiu para o mesmo Estado o filho António, recomendado a José Lopes Alheiro e com a fiança e viagem dada pelo pai (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, respectivamente, livros 3118, fl. 165 e 3127, fl. 88).

²⁴⁸ *O Ave*, n.º 13, 7 de Dezembro de 1906.

²⁴⁹ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3117, fl. 20v, 23 de Fevereiro de 1872.

²⁵⁰ *O Ave*, n.º 35, 10 de Maio de 1907.

²⁵¹ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3278, fl. 26.

²⁵² *Reflexos*, n.º 13, 8 de Outubro de 1987.

Manuel Ferreira da Costa²⁵³, *brasileiro de torna viagem* disseminou igualmente gestos de solidariedade social pelos mais diversos campos de ajuda humanitária. À sua custa abriram-se caminhos e estradas, construiu-se uma escola primária, fizeram-se obras de grande dispêndio na Igreja Matriz de Vila do Conde, tendo ainda contribuído generosamente para as instituições de beneficência do concelho. O seu filho, o comendador António Fernandes da Costa herdou os pergaminhos de solidariedade social de seu pai, e muitas foram as obras da sua iniciativa ou por si apoiadas em Vila do Conde: assumiu a despesa da pintura interior e exterior do novo hospital, apetrechou-o com uma sala de operações e dotou-o com um moderno equipamento oftalmológico; ofereceu a sirene à corporação dos bombeiros, ofertou à associação do Círculo Católico a sua bandeira e o mobiliário para o salão de festas; ao Instituto de Socorros a Náufragos deu as camaratas, e todas estas benemerências materiais foram acompanhadas de generosas dádivas monetárias²⁵⁴.

José Pereira Ramos, natural da freguesia de Vairão, atingiu em Pernambuco notoriedade no mundo dos negócios, tornando-se 2.º sócio da firma comercial Ferreira & Ramos, com várias lojas de mercearia, de venda a grosso e a retalho²⁵⁵. Juntamente com o seu irmão Ventura Pereira Ramos, também emigrante no Brasil, contribuiu generosamente para os melhoramentos no seu torrão natal. No ano de 1912, aquando da inauguração da escola oficial da freguesia, um ofereceu a bandeira nacional para a escola, e o outro, metade do fogo para a salva de tiros do acto comemorativo²⁵⁶.

Serafim Gonçalves Porto Maia, importante proprietário da freguesia de Fornelo, era filho do *brasileiro de torna viagem* Narciso Gonçalves Maia e foi, à semelhança do seu pai, um devotado filantropo, ajudando a minorar os infortúnios e contribuindo decisivamente para os melhoramentos da sua terra. Aquando do encerramento do Convento de Vairão, disponibilizou uma propriedade perto da sua casa onde as religiosas fundaram o colégio de Santa Isabel²⁵⁷.

Como refere Jorge Alves, a predisposição para a filantropia dos ex-emigrantes não pode ser dissociada da vivência associativa que tiveram no Brasil, onde desenvolveram uma obra assistencial notável, criando inúmeras instituições de socorros

²⁵³ O seu esboço biográfico será apresentado mais à frente.

²⁵⁴ *Jornal de Notícias*, n.º 102 de 8 de Junho de 1934.

²⁵⁵ *O Democrático*, n.º 26, 15 de Novembro de 1913.

²⁵⁶ *O Democrático*, n.º 21, 12 de Outubro de 1913.

²⁵⁷ PILOTO; SANTOS, 2002: 58.

mútuos, em diversas cidades²⁵⁸. Sintomático desse espírito associativo e solidário é o caso de António de Sousa Dias, natural de Vila do Conde, a residir no Rio de Janeiro:

“Era proprietário de um botequim onde se reuniam quase todos os vilacondenses, sendo muita da correspondência dos seus conterrâneos endereçada para o seu estabelecimento, mais conhecido por *Consulado Vilacondense*. Tinha sempre palavras de incentivo para todos e era “um benemérito cuja bolsa nunca se fechava a qualquer iniciativa que beneficiasse a sua terra natal ou que mitigasse os sofrimentos físicos de seus conterrâneos no Brasil”. Fez parte da directoria da *Caixa de Socorros dos Filhos de Vila do Conde*, no Rio de Janeiro, e no 1.º de Maio de 1914, na sede da União Operária dos Estivadores, depois de ouvir rasgados elogios a seu respeito recebeu um diploma, pelo qual ficou sendo considerado sócio benemérito daquela agremiação”²⁵⁹.

Entre as múltiplas obras de assistência desenvolvidas no Brasil, está aquela que é considerada uma das maiores que a diáspora portuguesa construiu e mantém em todo o mundo²⁶⁰ – O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco – que desde a sua fundação, e ao longo dos mais de 150 anos de existência, teve o apoio solidário e altruísta de muitos vilacondenses, não só através da concessão de donativos como também pelo desempenho de cargos da mais alta responsabilidade.

Para a angariação de fundos destinados à fundação do hospital foram organizadas várias comissões e José Joaquim de Lima Vairão²⁶¹ presidiu à comissão do Bairro de São José²⁶². O visconde de Santo Albino²⁶³ prestou ao Real Hospital Português em Pernambuco inúmeros serviços e foi de uma largueza de benfeitorias traduzida, por exemplo, na oferta de uma enfermaria que mandou construir e mobilar, e na qual despendeu a avultada quantia de 35 contos de réis²⁶⁴. Legou igualmente a essa instituição no seu testamento a quantia de cinco contos de réis²⁶⁵. O comendador Bento Luís de Aguiar²⁶⁶ contribuiu com generosas dádivas e exerceu o cargo de provedor da

²⁵⁸ ALVES, 1994: 325.

²⁵⁹ *O Democrático*, n.º 60, 19 de Julho de 1914.

²⁶⁰ Declaração do director de informação Jorge Peixoto à *Agência Lusa* em 29 de Julho de 2005, no dia evocativo dos 150 anos da fundação do Real Hospital no Recife (*O Mensageiro Real – Festa dos 150 anos*. Pernambuco: Real Hospital Português de Beneficência, Dezembro, 2005).

²⁶¹ O seu esboço biográfico será traçado em capítulo próprio.

²⁶² SILVA, 1960: 22.

²⁶³ O seu esboço biográfico será traçado.

²⁶⁴ SILVA, 1960: 65-66 e 71.

²⁶⁵ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3278, fls. 26-34v, 31 de Outubro de 1916.

²⁶⁶ O seu esboço biográfico será apresentado mais à frente

mesma instituição entre 1913 e 1916²⁶⁷.

José Narciso Maia Palmeira²⁶⁸ foi provedor entre 1963 e 1980. Durante a sua administração, o Hospital Português beneficiou de importantes obras: os equipamentos foram modernizados; construiu a maternidade, as rampas ligando todo o hospital, os pavilhões Dr. João Marques, Luís de Camões e Rosa Célia Palmeira (que é sua neta) e o pavilhão que tem o seu nome, além de outro denominado Egas Moniz. Pela sua acção à frente dessa prestigiosa instituição hospitalar, recebeu do então presidente do conselho de ministros Oliveira Salazar, o grau de comendador de Benemerência e do papa João XXIII uma especial bênção apostólica²⁶⁹.

Fernando Ferreira Maia nasceu em 1902 na freguesia de Guilhabreu. Com 13 anos de idade partiu para Pernambuco a bordo do navio “Oreana”. Iniciou a sua actividade como balconista passando depois a caixeiro-viajante, profissão que exerceu durante dezoito anos consecutivos, até que fundou a sua própria firma. Foi através dele que emigraram muitos jovens do concelho de Vila do Conde. A convite do amigo e provedor Narciso Palmeira exerceu durante quase vinte anos as funções de tesoureiro do Hospital Português²⁷⁰.

Marcelino Ferreira de Paços, filho de Manuel José Ferreira Paços e de Rosa Maria Lopes, natural da freguesia de Tougues, em 21 de Janeiro de 1892, com 13 anos de idade, tirou passaporte para emigrar para Pernambuco²⁷¹. Em 17 de Maio de 1923, com 43 anos de idade, já viúvo, solicitou passaporte para viajar pela Europa e pela América²⁷². Figura de relevo nos meios comerciais da colónia pernambucana, exerceu por várias vezes os cargos de provedor e de tesoureiro do Real Hospital. Foi presidente do Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, tendo durante a sua administração construído o edifício onde essa associação está instalada na Rua do Imperador. Pelos relevantes serviços prestados à colónia portuguesa foi agraciado pelo governo português com a comenda da Ordem de Cristo. Faleceu em 1949, em Pernambuco, onde residia há 57 anos²⁷³.

Randolfo Pinto Ferreira²⁷⁴ foi também grande protector do Real Hospital, a essa

²⁶⁷ SILVA, 1960: 74-75.

²⁶⁸ O seu esboço biográfico será apresentado mais à frente

²⁶⁹ *Voz do Ave*, n.º 283, de 9/01/1985.

²⁷⁰ *Voz do Ave*, Vila do Conde, n.º 284, de 16/01/1985.

²⁷¹ ADP — *Registo de passaportes*, livro 95, fl. 260v.

²⁷² ADP — *Registo de passaportes*, livro 3442, fl. 188v.

²⁷³ *O Comércio do Porto*, 11 de Abril de 1949.

²⁷⁴ O seu esboço biográfico será apresentado mais adiante.

instituição ofereceu verbas significativas por diversas vezes²⁷⁵, assim como Januário José de Almeida²⁷⁶.

Em suma, na segunda metade do século XIX e início do seguinte, o concelho de Vila do Conde beneficiou de relevantes obras e de avultados investimentos de iniciativa dos *brasileiros*, como a construção (ou restauro) de casas, de estradas e de caminhos vicinais, de escolas, de igrejas²⁷⁷, de cemitérios, etc. Todo este manancial de realizações materiais incentivou, naturalmente, a indústria da construção civil e de outras afins, dando trabalho a muitos operários e contribuindo para o revigoração da economia local e do país em geral.

Para além das indústrias ligadas à construção civil, outros sectores de actividade económica com larga tradição local beneficiaram do impacto dos fluxos de retorno. Sendo Vila do Conde uma terra com uma vocação marítima por excelência, com muitos marítimos, pilotos e comandantes da marinha mercante emigrados no Brasil, estes não podiam deixar de contribuir para a dinamização dos antiquíssimos estaleiros vilacondenses e, correlativamente, do comércio marítimo e do sector pesqueiro, como o fizeram António Lopes Duarte que regressou do Brasil para aqui exercer a actividade de armador de navios, tal como Joaquim Gomes Saraiva²⁷⁸. Também Francisco Estevão Soares, oficial da marinha mercante brasileira, mandou construir um lugre para a pesca do bacalhau²⁷⁹.

No sector agrícola o destaque vai para Barão do Rio Ave²⁸⁰ que, após o retorno definitivo à terra natal ampliou e modernizou as estruturas agrícolas herdadas de seus pais, e fê-lo com tal proficiência que se tornou num dos maiores proprietários rurais do norte de Portugal, adicionando à original quinta de Vairão uma outra quinta na freguesia de Macieira composta por grande número de bem tratadas propriedades de lavradio, vinhas e pomares²⁸¹.

²⁷⁵ SILVA, 1960: 74-75.

²⁷⁶ O seu esboço biográfico será apresentado mais à frente.

²⁷⁷ A título de exemplo, refira-se que em 1867 foi construída a torre da igreja da freguesia de Mosteiró; em 1885, foi inaugurada a igreja paroquial de Guilhabreu; em 1904, a igreja paroquial de Árvore e um majestoso cruzeiro no monte da S. Eufémia (Guilhabreu) mandado edificar por António José da Costa, natural da freguesia de Canidelo.

²⁷⁸ *O Democrático*, n.º 35, 25 de Janeiro de 1914.

²⁷⁹ *O Ave*, n.º 190, 21 de Maio de 1910.

²⁸⁰ O seu perfil biográfico será apresentado mais à frente.

²⁸¹ *Reflexos*, n.º 28, 17 de Março de 1988.

O comércio local também usufruiu certamente do capital dos *brasileiros*, pois, como asseverava Basílio Teles, uma parte das remessas estimulou principalmente o consumo²⁸².

Sublinhe-se, ainda, a importância dos legados em numerário às juntas de freguesia, às irmandades, às associações de beneficência, aos pobres e mesmo aos amigos, criados e afilhados, para além dos familiares. Tudo isto, em correlação com as remessas enviadas pelos emigrantes imprimiu dinamismo económico e a melhoria geral do nível de vida dos vilacondenses. Contribuíram igualmente para a modernização da sociedade de partida ao oferecerem equipamentos médico-cirúrgicos, ao equiparem bibliotecas, creches, lares, associações e escolas, ao enriquecerem os templos com novas alfaías e com obras de construção e restauro, ao rasgarem campos e veredas com novos caminhos e estradas, ao comprarem nova maquinaria e ao utilizarem processos de produção inovadores, numa palavra, ao investirem na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços o pecúlio amealhado no Brasil.

Pelo que foi possível apurar, o impacto dos *brasileiros* na economia local, no movimento associativo, na instrução pública e, de modo geral, em todas as estruturas de carácter social foi intenso, contudo, reconhece-se a impossibilidade de o contabilizar na íntegra e de abranger todos os benefícios que daí advieram para o concelho.

²⁸² TELES, 1904: 207.

5.4.2 “Os Notáveis” – Esboços Biográficos

Se no ponto anterior se utilizaram os informes biográficos para expressar o impacto que o retorno dos *brasileiros* produziu a nível local, reconhecendo as virtualidades contidas no género biográfico e o potencial de aprendizagem histórica que encerra, pretende-se agora colocar o enfoque no sujeito particular, analisar as trajectórias pessoais, conceder espaço ao emigrante enquanto sujeito histórico, fazendo do biografado²⁸³ um mediador e uma lupa para alcançar os domínios colectivos, político, social, económico, cultural e mental. E neste particular, vai-se conceder um papel primacial aos testamentos²⁸⁴, sendo embora uma fonte de conteúdo heterogéneo, permite descortinar a teia de relações sociais do testador e os seus afectos e desafectos a pessoas e instituições. No universo de tantos testamentos compulsados, depressa foi nítida a percepção de que os mais ricos em informações e os mais avultados em seus móveis e imóveis diziam respeito aos *brasileiros de torna-viagem*.

► Albino Gonçalves de Azevedo (Visconde de Santo Albino).

Era filho de António Gonçalves de Azevedo e Maria Ramos Leite, neto paterno de Manuel Gonçalves de Azevedo e Ana Maria Ramos da freguesia de Fajozes, e materno de Bernardino Leite e sua mulher Ana Joaquina Ramos, ele de Fajozes e ela de Mindelo.

Nasceu no ano de 1855, na freguesia de Fajozes, no seio de uma família de modestos agricultores, com uma prole de cinco filhos. A infância e início da adolescência foram passados na sua terra natal, ajudando os pais nas lides campestres. Dali partiu, com 13 anos de idade, com destino a Pernambuco, recomendado ao seu irmão mais velho, António Gonçalves de Azevedo (o mesmo nome do pai). O pai abonou e pagou a viagem, tendo também assinado o respectivo termo²⁸⁵.

²⁸³ Os biografados serão apresentados por ordem alfabética do primeiro nome.

²⁸⁴ O valioso e avultado acervo documental do arquivo municipal de Vila do Conde integra no fundo da Administração do Concelho 118 livros de testamentos que se distendem desde o início do século XIX até ao ano de 1941, que correspondem a cerca de 1200 doações.

²⁸⁵ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, 3115, fl. 134v, 16 de Maio de 1868.

No Brasil, enriqueceu com fábricas de bolachas, de biscoitos e de café, tornando-se sócio comanditário da firma Azevedo & C.^a estabelecida no Recife. O governo português concedeu-lhe a mercê honorífica do título de visconde de Santo Albino, atendendo às suas qualidades humanas e morais, assim como ao relacionamento estreito e profícuo que estabeleceu com a comunidade brasileira²⁸⁶.

Após várias décadas no Brasil, sentindo, talvez, que a saúde já lhe era escassa, o visconde decidiu regressar à sua terra natal, visando a 20 de Abril de 1916 o seu bilhete de residência na administração do concelho de Vila do Conde²⁸⁷.

Apenas desfrutou três anos da calma e beleza do seu torrão natal porque faleceu no seu palacete (considerado o mais grandioso de todo o concelho) no dia 9 de Junho de 1919, deixando em todos os seus conterrâneos as mais gratas recordações.

O visconde de Santo Albino, solteiro, proprietário, capitalista e brasileiro naturalizado, lavrou logo após o seu regresso à pátria, a 16 de Maio de 1916, o seu longo e minucioso testamento cerrado, constituído por 18 páginas. Por aquele documento, deixava o grosso da sua fortuna, constituída por prédios, terrenos, apólices nominais depositadas no London and Brazilian Bank e bens de uso pessoal à sua família, principalmente à sua sobrinha Emília Gonçalves Azevedo, filha do seu irmão Joaquim, sem se esquecer, contudo, de algumas obras pias tanto em Portugal como no Brasil. Todos os legados estavam livres do imposto de transmissão de herança e de qualquer outro ónus. As doações em numerário eram em moeda brasileira, com excepção das destinadas aos pobres e criados que seriam liquidadas em escudos. A herança do visconde foi repartida do seguinte modo:

- a instituições: ao Real Hospital Português em Pernambuco, cinco contos de réis;
- a particulares: aos pobres da freguesia de Fajozes, 1 000\$00; a cada um dos criados que estivesse ao seu serviço há mais de seis meses, 50\$00; aos afilhados em Portugal, cinco contos de réis a cada um, e aos do Brasil, três contos de réis a cada um; ao amigo e advogado em Pernambuco, doutor António Amazonas de Almeida, dez contos de réis;
- à família: a sua sobrinha Emília Gonçalves de Azevedo, cem contos de réis; o usufruto vitalício dos prédios sitos na cidade do Recife, nomeadamente, na Rua do Fogo

²⁸⁶ Decreto do rei D. Carlos de 4 de Janeiro de 1908.

²⁸⁷ AMVC — *Registo de títulos de residência*, livro 2816.

números 21 e 35, na Rua do Livramento números 20 e 30, na Rua Duque de Caxias números 74 e 83, na Rua Visconde Rio Branco número 85, e na Rua da União número 54; o usufruto vitalício de duzentas apólices nominais no valor de um conto de réis cada uma de juros de 5% do Governo Federal dos Estados Unidos do Brasil, as quais estavam depositadas no London and Brazilian Bank em Pernambuco; o usufruto vitalício da casa onde residia na freguesia de Fajozes, assim como todo o mobiliário, louças, pratas e todos os utensílios que ela continha e todas as propriedades que possuía na mesma freguesia de Fajozes; à Sofia, filha da sobrinha acima citada, o usufruto vitalício dos prédios sitos na cidade do Recife: Rua Primeiro de Março número 25 e 25A; Rua Quinze de Novembro número 42; Rua Floriano Peixoto números 10, 18, e 19; à Laura, irmã da anterior, o usufruto vitalício dos prédios sitos no Recife: na Rua Primeiro de Março número 20; na Rua Floriano Peixoto número 14, 34, 49 e 84; à Alice, irmã da anterior, o usufruto vitalício dos prédios sitos na Rua Sigismundo Gonçalves números dois A e dois B, com três lojas, na Rua Barão da Vitória número 67, na Rua Floriano Peixoto número 16, na Rua Quinze de Novembro número 25 e na Rua Primeiro de Março número um; à Inês, filha da mesma sobrinha, o usufruto vitalício dos prédios na Rua Barão da Vitória números 16, 18 e 21, na Rua do Bom Jesus números 34 e 36 e na Rua Floriano Peixoto números 12, 17 e 89; ao António, irmão da anterior, o usufruto vitalício dos prédios na mesma cidade, Rua Barão da Vitória números 23, 50 e 52, Rua Quinze de Novembro número 63 e Rua do Hospício número 26; ao irmão Joaquim Gonçalves de Azevedo, vinte contos de réis, ao seu sobrinho José, quinze contos de réis; ao sobrinho Manuel e ao sobrinho António, cinquenta contos de réis, ao sobrinho Marcelino, dez contos de réis, ao sobrinho Albino, à sobrinha Carolina e à sobrinha Deolinda, quinze contos de réis a cada (todos filhos do seu irmão Joaquim); à irmã Maria, vinte contos de réis; às sobrinhas Carolina, Prudência e Albina, filhas da sua falecida irmã Florinda, dez contos de réis a cada uma.

Do remanescente da sua fortuna instituía universais herdeiros em partes iguais os filhos da sua sobrinha Emília Gonçalves de Azevedo quer estivessem ou não perfilhados por ela. E, se na ocasião do seu falecimento a citada sua sobrinha tivesse mais algum filho ou nascesse algum no prazo de nove meses após o seu falecimento, separar-se-ia trezentos contos de réis para cada um deles, em moeda brasileira, para que ficassem na herança equiparados aos restantes irmãos, e com as mesmas condições dos outros.

As doações concedidas estavam sujeitas às seguintes condições:

- a sobrinha Emília só teria direito ao usufruto dos citados bens enquanto estivesse solteira; casando ou falecendo, o usufruto passaria para os filhos da mesma. O visconde de Santo Albino, embora nunca tivesse casado oficialmente, viveu maritalmente com a referida sua sobrinha de quem teve cinco filhos os quais consagra no testamento como principais herdeiros da sua imensa fortuna;
- os usufrutos em rendimento, quando porventura os legatários casassem ficariam sujeitos à cláusula do regime dotal, isto é, não transitariam para os consortes;
- 20% do rendimento doado seria aplicado à educação e outras despesas dos seus sobrinhos legatários durante a sua menoridade e os restantes 80% seriam empregues em títulos nominais da dívida pública portuguesa ou brasileira;
- a propriedade dos legados, tanto dos prédios como dos títulos, ficaria a pertencer aos descendentes se os viesse a ter e, caso contrário, aos seus necessários herdeiros.
- os títulos ao portador que tinha depositado no banco em Pernambuco e em poder do seu procurador seriam divididos em partes iguais pelos referidos filhos da dita sobrinha Emília, os quais lhes ficariam a pertencer em pleno domínio, mas os seus rendimentos enquanto não atingissem a maioridade seriam aplicados nos mesmo títulos de dívida pública.

Recomendava por último que, estando os títulos da dívida pública brasileira isentos do imposto de transmissão, os seus herdeiros não os deviam vender.

Como testamenteiros no Brasil, nomeou em primeiro lugar, o seu sobrinho António Gonçalves de Azevedo; em segundo lugar, o sobrinho Manuel Gonçalves de Azevedo; em terceiro lugar, Alfredo Alvares de Carvalho, sócio da casa Álvares de Carvalho & Companhia; em quarto lugar, António Gonçalves Narciso Maia, sócio da casa Narciso Maia & Companhia; em quinto lugar, Carlos Gonçalves Maia, sócio da mesma casa; em sexto lugar, José de Azevedo Santos, sócio da casa Albino Amorim & Companhia e em sétimo lugar, Albino Neves de Andrade, sócio da casa Andrade, Maia & Companhia. E como testamenteiros em Portugal, nomeou, em primeiro lugar, a sua sobrinha Emília e, em segundo lugar, o seu sobrinho António de Azevedo Maia, pároco em Vila Nova de Gaia²⁸⁸.

²⁸⁸ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3278, fls. 26-34v.

O testamento do visconde de Santo Albino é a demonstração cabal da enorme riqueza que acumulou ao longo da vida, em Portugal, mas principalmente no Brasil. Prestou ao Real Hospital Português em Pernambuco relevantes serviços e concedeu avultadas dádivas, como já anteriormente se referiu. Em sinal de reconhecimento, foi colocado o seu busto à entrada do átrio da portaria do Real Hospital²⁸⁹.

Deduz-se dos numerosos bens que o visconde de Santo Albino legou que ele era um homem com um património extremamente valioso, mas apesar disso muito providente e metuculoso, pois a propriedade dos bens que legava só pertenceria aos descendentes dos primeiros herdeiros. A corroborar o sentido de aversão a aventuras negociais e investimentos de risco, está a sua preferência em investir o avultado pecúlio que granjeou em prédios, a maior parte em habitações para arrendamento em diversas ruas do Recife, como se viu, e em títulos de dívida pública para que o seu rendimento assegurasse aos directos herdeiros uma vida confortável.

Os grandes beneficiados foram, naturalmente, a sobrinha com quem viveu maritalmente e presumíveis filhos, que formalmente nunca reconheceu, talvez em nome de uma moral tacanha e de um preconceito social.

Por outro lado, nota-se que no seu testamento foi pouco generoso para a comunidade vilacondense, pois apenas deixou a favor dos carenciados da terra da sua naturalidade 1 000\$00 e algumas lembranças para os seus afilhados e criados. Dir-se-ia muito pouco para uma fortuna tão imensa!

► António Azevedo dos Santos

Nasceu na freguesia de Fajozes, na segunda metade do século XIX, mas à semelhança de outros compatriotas, abandonou-a novo e pobre em demanda de futuro mais auspicioso. Muitos anos labutou no Brasil, fez fortuna, e pensou dotar a sua terra natal com uma escola modelo que permitisse aos seus jovens conterrâneos um melhor nível intelectual, moral e até material. A morte, porém, antecipou-se ao seu desejo; faleceu no ano de 1941, sem ter tempo para concretizar em vida o sonho que acalentava. Contudo, incumbiu outro português – Ventura José da Silva – seu sócio, amigo e

²⁸⁹ SILVA, 1960: 65-66 e 71.

procurador de, após o seu falecimento, doar a importância de 75 000\$00 destinada a compartilhar com o Estado na adaptação dos edifícios escolares existentes na freguesia, e na construção de uma cantina escolar, assim como de uma casa de trabalho. Deixou igualmente a verba de 25 000\$00 para a aquisição de um terreno contíguo à escola masculina, para a prática e exploração agrícola. Doou ainda ao Estado 425 títulos de dívida pública consolidada, de 1 000\$00 cada um, para com o rendimento de 250 títulos sustentar a cantina escolar, e com o dos restantes 175, manter a casa de trabalho para os alunos das escolas femininas e masculinas de Fajozes²⁹⁰.

A doação teve a anuência do Governo e foi publicado o Decreto-Lei n.º 31 5999 que formalizou a aceitação, e estabeleceu as normas de funcionamento dos respectivos estabelecimentos de instrução e de assistência social. Assim, a cantina e a casa de trabalho teriam o nome do seu benfeitor – António de Azevedo dos Santos, a casa de trabalho teria como finalidade, em regime de separação dos sexos, o ensino de trabalhos domésticos para as raparigas, e o de prática agrícola para os rapazes; a administração das duas estruturas seria autónoma e pertenceria a uma comissão nomeada pelo Ministro da Educação, de que fariam parte, como vogais, os professores das escolas da freguesia e, como presidente, o doador ou um seu representante; competia à comissão a escolha dos mestres de trabalhos domésticos e de prática agrícola, assim como a atribuição da remuneração respectiva, sujeitas a confirmação ministerial²⁹¹.

Graças ao empenho do comendador Ventura José da Silva e à intervenção constante e aplicada do comendador José António dos Santos²⁹², decorridos três anos após o falecimento do benemérito, a escola-cantina António de Azevedo dos Santos pôde, a 29 de Outubro de 1944, ser festiva e solenemente inaugurada, assistindo ao acto

²⁹⁰ *Renovação*, n.º 150, 8 de Novembro de 1941.

²⁹¹ *Renovação*, n.º 150, 8 de Novembro de 1941.

²⁹² Filho de João Fernandes da Rocha partiu da freguesia de Macieira para o Rio de Janeiro, com 11 anos de idade, recomendado a José dos Santos Silva que também assumiu o pagamento da respectiva viagem. O pai afiançou e assinou o respectivo termo (*AMVC – Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3120, fl. 62v, 10 de Maio de 1878).

várias individualidades de destaque na vida nacional e, entre elas, as autoridades civis e religiosas regionais e locais, assim como o secretário-geral do Ministério da Educação Nacional e director-geral do Ensino Primário, Cristiano de Sousa. Na série de discursos que foram proferidos na sessão solene, foi realçado o quanto era digno do maior louvor o gesto altruísta de António de Azevedo dos Santos. O governador civil do Porto, doutor António Augusto Pires de Lima, falando da obra patriótica e benéfica das cantinas escolares frisou:

“Não se trata só de uma obra de assistência, mas também de educação e instrução. Não se pode ensinar moral a crianças com fome. Peço, por isso, ao Sr. director-geral do Ensino Primário que transmita ao Sr. Ministro da Educação o desejo de que continue a dedicar interesse e atenção ao importante problema das cantinas.

Aqueles que, pobres, vão para o Brasil, lá enriquecendo, e nunca se esquecem da terra em que nasceram são para a nossa raça um verdadeiro orgulho e fazem parte da nossa mais pura aristocracia”²⁹³.

Grata e orgulhosa da obra patrocinada por um dos seus filhos dilectos que proporcionou às crianças da freguesia de Fajozes uma infra-estrutura inovadora e fundamental de apoio social e desenvolvimento de competências, a junta de freguesia decidiu atribuir a uma artéria o nome de António de Azevedo dos Santos. Diga-se a propósito que a freguesia de Fajozes foi das mais bafejadas do concelho com a generosidade e filantropia dos *brasileiros*. Já no ano de 1907 tinha sido erigida uma escola a expensas de Bernardino José Alves e, outra em 1904, mandada edificar pelo comendador Cruz, para além de numerosas dádivas de outros *brasileiros*, como do visconde de Santo Albino para a igreja e para os pobres, entre outros legados. António de Azevedo dos Santos, na hora da morte, também não se esqueceu dos desprotegidos da sorte do seu torrão natal, e assim, legou 22 000\$00 aos pobres e ao Hospital da Misericórdia²⁹⁴.

²⁹³ *Jornal de Notícias*, 30 de Outubro de 1944.

²⁹⁴ *Renovação*, n.º 150, 8 de Novembro de 1941.

► António Fernandes de Faria Machado (visconde Faria Machado)

Nasceu na freguesia de Arcos²⁹⁵. Era filho de Maria do Carmo Ferreira Machado e de José Fernandes de Faria. Embarcou com destino ao Rio de Janeiro em 7 de Julho de 1866, recomendado ao seu conterrâneo António José da Silva Arcos²⁹⁶, que foi quem também pagou a passagem; o seu pai, afiançou a partida e assinou o respectivo termo²⁹⁷.

Pela sua acção em prol do progresso e das relações Portugal/Brasil, o rei D. Carlos por decreto datado de 16 de Novembro de 1905 atribuiu-lhe o título nobiliárquico de visconde.

No ano de 1908 foi alvo de uma manifestação de simpatia e reconhecimento por parte dos seus conterrâneos, que assim quiseram demonstrar a sua gratidão pelos melhoramentos com que dotou a sua terra natal, entre os quais se destaca a estrada que mandou construir a suas expensas nesse mesmo ano, via de comunicação indispensável para a ligação da freguesia de Arcos não só com o restante concelho de Vila do Conde, como com os circunvizinhos, como os concelhos de Barcelos e de Famalicão. Mas a sua generosidade foi mais além, contribuiu com avultados donativos para a restauração da igreja paroquial e para outros melhoramentos na freguesia²⁹⁸.

Enriquecido, visita Vila do Conde por várias vezes, fixando residência na vila, na rua Bento de Freitas. No ano de 1909 ausentou-se para Pernambuco, mas deteve-se por lá apenas três meses, porque em Setembro do mesmo ano já estava de regresso, tendo tido na gare do comboio de Vila do Conde uma afectuosa recepção. O cortejo seguiu depois até ao seu palacete onde foi servido lauto jantar aos amigos mais íntimos.

²⁹⁵ A documentação consultada não refere quando nasceu nem que idade tinha quando embarcou, pensa-se, contudo, que à semelhança de outros compatriotas embarcou ainda jovem, talvez, com menos de 14 anos de idade. Também não foi possível encontrar o seu testamento, apesar de porfiada pesquisa nesse sentido.

²⁹⁶ António José da Silva Arcos deve ter emigrado antes de 1865 para o Brasil, pois não consta na tabela dos *termos de fiança e responsabilidade* como emigrante, mas tão só como recebedor e pagador. Para além de acolher no Brasil o futuro visconde, concedeu recomendação a mais quatro emigrantes oriundos da sua terra natal e, em três casos, assumiu também o pagamento da viagem.

²⁹⁷ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 36.

²⁹⁸ *O Ave*, n.º 112, 14 de Novembro de 1908.

A banda Marcial Vilacondense tocou no jardim da sua casa desde o jantar até às 23.30 horas, estoirando com frequência muitos foguetes²⁹⁹.

A 11 de Junho de 1911, o visconde de Faria Machado acabou por sucumbir. A propósito da sua morte, um jornal local escrevia:

“Às duas horas da madrugada do dia 11 do corrente, na sua magnífica vivenda do bairro balnear, faleceu de sofrimento cardíaco e reumático o prestante cidadão visconde Faria Machado. A muitos conterrâneos que, como ele, tiveram de procurar lá fora o conforto e o trabalho, não garantidos pela mãe pátria, nunca lhes faltou com a influência protectora, quer traduzida em cartas solícitas de recomendação, quer directamente prestada na sua próspera casa comercial.

Faleceu na estima geral dos seus concidadãos, e é sensível a falta que faz à terra em que nasceu, perdendo esta vila, além de um elemento precioso à sua mediania económica, um hóspede prestadio e amigo. Em homenagem à sua memória a freguesia de Arcos, sua terra natal, atribuiu o seu nome à rua onde se situa a casa dos seus familiares³⁰⁰.

O seu irmão José Fernandes de Faria Machado Júnior, de 30 anos de idade, em 10 de Abril de 1916 provou perante o vice-cônsul do Brasil em Vila do Conde com documento registado em 20 de Dezembro de 1913 que era brasileiro naturalizado. A 20 de Abril de 1916 requereu autorização para se domiciliar na freguesia de Arcos por seis meses. Renovou a sua licença apenas uma vez, em 23 de Abril de 1921, pelo prazo de um ano³⁰¹.

► Bento Luís de Aguiar (comendador)

Bento Luís de Aguiar, filho do casal Manuel Luís de Aguiar e Maria do Desterro Flores³⁰², nasceu a 5 de Agosto de 1861, em Vila do Conde, onde viveu a sua infância e concluiu a instrução primária com distinta classificação. Aos 13 anos de idade parte para Pernambuco, favorecido pela protecção do tio materno Frei Bento do Monte

²⁹⁹ *O Ave*, n.º 156, 18 de Setembro de 1909.

³⁰⁰ *Ilustração Vilacondense*, n.º 18, Junho de 1911.

³⁰¹ AMVC – *Bilhetes de residência*, livro 2816.

³⁰² O seu irmão Manuel Flores, comerciante em Pernambuco, visitou Vila do Conde no ano de 1888 (*Jornal de Vila do Conde*, n.º 158, 15 de Dezembro de 1888).

Carmelo Flores³⁰³ e com a abonação do pai, que também assinou o termo e pagou a respectiva viagem³⁰⁴.

A partir da leitura dos periódicos locais, constata-se desde logo que Bento de Aguiar se incluiu na galeria das pessoas mais gradas da terra. E não só ele, também o seu irmão doutor Elias de Aguiar e o seu tio frei Bento do Monte Carmelo Flores. Os diversos jornais locais referem-se-lhe sempre em termos particularmente elogiosos, destacando-lhe o valor moral e intelectual, “cavalheiro digno, que se impõe ao apreço geral, pelos mais puros sentimentos de inteligência, carácter e amor ao trabalho – sereno e incorruptível apanágio dos fortes”³⁰⁵, aspectos que o classificam de “conterrâneo ilustre e honrado”. Os periódicos locais transcrevem até artigos da imprensa brasileira, nomeadamente do *Jornal do Recife* onde se narra pormenorizadamente, por exemplo, o baptizado dos seus filhos³⁰⁶ ou a comemoração das suas bodas de prata³⁰⁷.

Também o periódico *Mala da Europa*,³⁰⁸ aquando do agradecimento de Bento de Aguiar com a comenda da Conceição, prestou-lhe homenagem e enalteceu os seus merecimentos num caloroso artigo³⁰⁹. Porém, a partir de 1936, data em que ocorre o falecimento do irmão de Bento Aguiar, o sacerdote e musicólogo doutor Elias de Aguiar³¹⁰ que atingiu notoriedade a nível nacional, as notícias sobre esta família tornam-se muito escassas.

³⁰³ Já se referiu esta figura em passagens anteriores.

³⁰⁴ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, 3118, fl.30v, 6 de Outubro de 1873.

³⁰⁵ *O Democrático*, n.º 41, 8 de Março de 1914.

³⁰⁶ *O Ave*, n.º 253, 27 de Agosto de 1911.

³⁰⁷ *O Democrático*, n.º 41, 8 de Março de 1914.

³⁰⁸ Periódico publicado em Lisboa entre 1894 e 1916.

³⁰⁹ *O Ave*, n.º 156, 8 de Setembro de 1909.

³¹⁰ Elias de Aguiar nasceu em Vila do Conde a 2 de Fevereiro de 1881. Concluída a instrução primária e por influência do seu tio materno frei Bento Flores ingressou no seminário de Braga onde, mais tarde, veio a ser professor. Matriculou-se, já ordenado sacerdote, em Outubro de 1906, na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. Frequentou ainda as Faculdades de Direito e de Letras em Coimbra, onde teve como condiscípulos, entre outros, Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro Cardeal Patriarca de Lisboa. Exerceu a função de docente da cadeira de História da Música na FLUC e de várias disciplinas no seminário da diocese de Coimbra. Foi nomeado cônego da Sé de Coimbra, e em 1915, sucedeu ao doutor António Joyce na regência do Orfeão Académico de Coimbra que reestruturou e só viria a abandonar por doença, em 1932. Ficou célebre a sua primeira audição a 2 de Junho de 1915, em que intervieram Viana da Mota, Augusto Rosa, Afonso Lopes Vieira e Branca de Gonta Colaço (Enciclopédia Luso-Brasileira, vol.3, p. 123). Sob a sua regência o orfeão para além de ter percorrido várias cidades de Portugal, visitou a Espanha, a França e o Brasil onde alcançou grandes êxitos. A 24 de Maio de 1929 em cerimónia de homenagem ao doutor Elias de Aguiar promovida pela Academia de Coimbra, o governador civil, em nome do Governo premiou os seus numerosos e relevantes serviços prestados à música portuguesa, conferindo-lhe o grau de comendador da Ordem de Santiago. Faleceu em Coimbra, a 12 de Março de 1936, com 55 anos de idade. A urna contendo os seus restos mortais foi conduzida de Coimbra para o salão nobre dos Paços do Concelho de Vila do Conde onde ficou até ao dia seguinte em câmara ardente. Foi sepultado no cemitério da Ordem Terceira de S. Francisco com grande

Bento de Aguiar, mesmo antes de partir com destino a Pernambuco, pertencia já à nata da sociedade vilacondense. Em Pernambuco encetou vida laboriosa no comércio, alcandorando-se a empresário de sucesso, tornando-se um dos sócios da conceituada firma Azevedo & Companhia (fábrica Caxias)³¹¹.

A 2 de Fevereiro de 1889 contraiu matrimónio com Josefina Cavalcanti de Barros, cujo acto solene se realizou no palácio do Bispo, no Recife, celebrado pelo padre José Afonso de Lima e Sá, que naquela data era secretário do bispo. Do consórcio nasceu a seguinte prole: Oswaldo Barros de Aguiar, em 29 de Agosto de 1890; Mário Barros de Aguiar, a 16 de Fevereiro de 1892; Arlindo Barros de Aguiar, em 29 de Julho de 1899; Olga Barros de Aguiar, em 26 de Outubro de 1904; António Barros de Aguiar, em 16 de Julho de 1909 e Maria dos Anjos, em 5 de Setembro de 1910. A filha Olga, veio a consorciar-se com o vilacondense José Pinto Ferreira, natural da freguesia da Junqueira, tio do médico Carlos Pinto Ferreira, que exerceu o cargo de presidente da câmara municipal de Vila do Conde entre 1954 e 1966, e foi director do jornal *Renovação*³¹². Os dois filhos mais novos — António e Maria dos Anjos — receberam a água lustral do baptismo na capela do Hospital Português, no dia seis de Agosto de 1911, das mãos do seu tio paterno, o Dr. Elias de Aguiar que para o efeito se deslocou a Pernambuco, na companhia da sua mãe e avó dos neófitos, D. Maria Flores de Aguiar, então já viúva, da sua irmã D. Maria de Aguiar Flores e da sua sobrinha D. Margarida de Aguiar Flores³¹³.

Bento Luís de Aguiar dispensava à sua terra natal preciosas ajudas: à igreja matriz deu dois contos de réis para a compra de um novo órgão, para além de outras dádivas para diversas obras na mesma igreja e apoio nas celebrações religiosas e festivas em Vila do Conde; distribuiu a várias instituições vilacondenses, como ao

manifestação de pesar, a 17 do mesmo mês e ano. O doutor Elias de Aguiar, compositor, organista e musicólogo de elevado mérito, era uma das pessoas mais gradas de Vila do Conde, sendo admirado pelo seu talento e respeitado pelo seu carácter e bondade. Atendendo às qualidades que o exornavam a câmara municipal, presidida pelo capitão Esteves, decidiu assumir a realização do seu funeral. A câmara municipal para perpetuar a sua memória deliberou em 7 de Abril de 1930 atribuir o seu nome à artéria onde nasceu. No ano de 1995 o Círculo Católico de Operários de Vila do Conde decidiu em cerimónia pública reviver o seu nome, convidando para o efeito, entre outros, o Orfeão Académico de Coimbra (*Ilustração Católica*, n.º 101, Braga, 5 de Junho de 1915 e n.º 255, 18 de Maio de 1918; *Novo Rumo*, Vila do Conde, n.º 17, 21 de Março de 1936; *Renovação*, Vila do Conde, n.º 68, 21 de Março de 1936; *Informação Vilacondense*, n.º 780, 7 de Dezembro de 1995).

³¹¹ Supomos tratar-se da mesma firma em que o visconde de Santo Albino era sócio comanditário.

³¹² O jornal *Renovação* foi fundado em 1936 e extinto em 1983.

³¹³ O *Ave*, n.º 253, 27 de Agosto de 1911.

Hospital, ao Clube Fluvial Vilacondense e à Igreja Matriz avultados donativos³¹⁴.

Pelos serviços de benemerência prestados à pátria, por proposta do ministro do Brasil, o rei D. Carlos no ano de 1907 agraciou-o com a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa³¹⁵.

Após longa ausência no Brasil, o comendador Bento Luís de Aguiar regressou à sua terra natal no ano de 1908, onde permaneceu por alguns meses. Foi acolhido de forma apoteótica como nos revela a imprensa local:

“À estação do caminho-de-ferro concorreram milhares de pessoas de todas as condições sociais que foram saudá-lo e apresentar as boas-vindas, entoando sucessivas vivas ao senhor comendador. Foguetes estoiraram no ar e as bandas de música entoaram as melhores peças do seu reportório. Dali organizou-se um cortejo em direcção à igreja matriz, onde se realizou com pompa o baptizado da sua filha Olga, sendo presidida a cerimónia pelo monsenhor Casimiro que veio expressamente de Pernambuco para esse fim. Os padrinhos foram os tios paternos, padre Elias de Aguiar e D. Maria do Carmo Aguiar. No final, no Hotel Central foi oferecido um opíparo almoço de oitenta talheres, onde estavam presentes individualidades da cidade do Porto e de Vila do Conde”³¹⁶.

De volta a Vila do Conde no ano de 1912, adquiriu por 6 750\$000 réis o palacete de Joaquim de Melo, sito na avenida Bento de Freitas, próximo ao mar, a que deu o nome de *Vila Josefina* em homenagem a sua esposa. Mais tarde, esse palacete foi adquirido pelo industrial Delfim Ferreira, de Riba D’Ave, e está hoje transformado em centro de acolhimento de crianças, gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Azurara³¹⁷.

D. Manuel Baptista da Cunha, arcebispo primaz de Braga, refugiou-se por algum tempo no palacete do comendador Bento Luís de Aguiar em Vila do Conde, onde veio a falecer a 13 de Maio de 1913³¹⁸.

No Brasil, na cidade do Recife, mandou construir a suas expensas o Teatro do Parque do Recife, no qual investiu a quantia de duzentos contos, tendo o mesmo sido inaugurado na noite de 24 de Agosto de 1915 pela Companhia de Operetas e Revistas do Teatro Avenida, de Lisboa, que tinha ido ao Brasil apresentar a revista de costumes

³¹⁴ *O Ave*, n.º 305, 15 de Setembro de 1912.

³¹⁵ *O Ave*, n.º 100, 15 de Agosto de 1908.

³¹⁶ *O Ave*, n.º 100, 15 de Agosto de 1908.

³¹⁷ *O Ave*, n.º 305, 15 de Setembro de 1912.

³¹⁸ *O Ave*, n.º 339, 15 de Maio de 1913.

O 31, da autoria de Luís Galhardo³¹⁹. O Teatro do Parque era um exemplar único na região, edificado em estilo arte nova, a sua decoração foi entregue aos pintores Henrique Elliot e Mário Nunes. Tinha capacidade para mil pessoas sentadas e possuía uma pinoteca de excelente qualidade, reunindo obras de arte de vários artistas de renome³²⁰. Contribuiu também com generosas dádivas para o Real Hospital Português em Pernambuco, e exerceu com grande empenho o cargo de provedor da mesma instituição entre 1913 e 1916³²¹.

Pela sua benemerência a favor do Clube Fluvial Vilacondense foi nomeado seu sócio honorário no ano de 190-1910³²².

Como já foi referido, durante um período a família Aguiar foi muito acarinhada pela imprensa, mas a partir dos anos trinta não mais foi possível acompanhar através dos jornais a vida do comendador Bento Luís de Aguiar, apesar de se ter distendido a pesquisa até ao ano de 1945. Pelo que foi possível apurar informalmente³²³, após o falecimento do seu irmão, o doutor Elias de Aguiar, não voltou mais à sua terra natal, acabando por fenecer no Recife onde jaz no campo santo.

► Bento Rodrigues de Sousa (barão do Rio Ave)

Filho de Manuel Rodrigues de Sousa e de Ana Rosa de Azevedo³²⁴, nasceu a 30 de Janeiro de 1852. Era oriundo de uma família de lavradores da freguesia de Vairão, com uma prole de seis filhos.

A 12 de Outubro de 1865, com apenas 13 anos de idade, obteve consentimento de seu pai para partir com destino a Pernambuco, recomendado ao seu tio paterno, Boaventura Rodrigues de Sousa, importante capitalista e negociante na praça do Recife³²⁵. No Brasil desenvolve uma intensa actividade mercantil, vindo a fundar importantes casas comerciais em Pernambuco e em Santos.

³¹⁹ FRANÇA, Ruben, 1977: 15.

³²⁰ Disponível em <www.fundaj.gov.br.>, consultado em 11 de Abril de 2009.

³²¹ SILVA, 1960: 74-75.

³²² *O Fluvial, 90.º aniversário*, Vila do Conde: Clube Fluvial Vilacondense, 1995.

³²³ Em conversa recente com o Sr. Artur do Bonfim, um vilacondense nascido em 1918 que conheceu pessoalmente Bento Luís de Aguiar.

³²⁴ O seu pai deve ter casado mais do que uma vez. De acordo com o registado no testamento do barão, a sua mãe é Ana Rosa de Azevedo, mas no registo de baptismo do filho do conselheiro Boaventura Rodrigues de Sousa consta como avó paterna Ana Joaquina de Jesus. A discrepância nos dois registos conduz à hipótese de o barão e o conselheiro serem meio-irmãos (AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3290, fl. 23v e *Declarações de nacionalidade*, pasta 2815).

³²⁵ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl.7. (Anexo 12).

Entretanto, o seu irmão José Bento de Sousa, *brasileiro de torna viagem*, mandou edificar em 1880 um palacete (palacete de Crasto) no limite sul das terras que seus pais possuíam na freguesia de Vairão. A morte prematura de José Bento de Sousa precipitou o regresso ao reino, por volta de 1882, do irmão Bento Rodrigues de Sousa. Com 30 anos de idade, já possuidor de avultada fortuna, dedica-se com espírito inovador à lavoura de seus pais. Como herdeiro e proprietário desenvolveu e ampliou as estruturas agrárias existentes e criou condições para a implementação de uma economia agrícola racionalizada, a ponto de construir um importante empório agrícola e tornar-se num dos mais importantes proprietários rurais do norte do país³²⁶.

O seu sentido prático aliado às qualidades de trato e inteligência fizeram com que tivesse forte preponderância política na região de Vila do Conde. Pugnou com a sua influência para que o concelho não fosse amputado de uma parte do seu território, nomeadamente da zona das Caxinas e Poça da Barca, quando em 1920 a Póvoa do Varzim apresentou no parlamento um projecto tendente à anexação desses dois lugares.

Distinguiu-se também como activo militante do Partido Progressista, tendo posteriormente aderido aos ideais republicanos.

Por decreto de 13 de Dezembro de 1892, concedido pelo rei D. Carlos, ascendeu ao baronato.

Do seu relacionamento amoroso com D. Albina Ramos Campos Amorim nasceram quatro filhos: Bento, Inês³²⁷, Olinda e Joaquim que foram legitimados pelo posterior casamento de ambos. Além dos quatro filhos legitimados teve uma filha, Balbina Rodrigues de Sousa Maia³²⁸ que foi perfilhada por escritura lavrada pelo doutor Pereira Júnior, a 19 de Outubro de 1918³²⁹.

A 12 de Outubro de 1930, o barão do Rio Ave, com 78 anos de idade, no gozo pleno das suas faculdades mentais e livre de qualquer coacção, decide registar em testamento a sua última vontade. O documento foi aprovado seis dias depois, a 18 do mesmo mês e ano, no cartório do notário José Fernandes da Silva, sito na rua do Lidador, em Vila do Conde.

³²⁶ Disponível em <www.museuemigrantes.org>, consultado em 23 de Janeiro de 2010.

³²⁷ Casou com o doutor Artur da Cunha Araújo, poeta vilacondense, autor da célebre *Canção da Rendilheira*.

³²⁸ Aquando da realização do testamento já era viúva do doutor José António Domingues Maia e estava a residir na Póvoa do Varzim.

³²⁹ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3290, fls. 23-29, 12 de Outubro de 1930.

Da sua quota disponível instituiu como únicos e universais herdeiros os filhos Bento e Inês com a obrigação de no prazo de um ano satisfazerem e cumprirem os seguintes legados:

- a instituições: à junta da freguesia de Vairão e de Macieira; à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde ou ao seu Hospital; ao asilo da Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde, 5 000\$00 a cada uma;

- a particulares: à afilhada, filha do seu falecido amigo Gaspar Martins Torres, 500\$00; a todos os outros seus afilhados que comprovassem essa qualidade, 200\$00 a cada um; aos amigos, doutor Manuel Fernandes da Silva e Júlio de Oliveira Maia, como lembrança de amizade, 2 000\$00; ao amigo e doutor António Maria Pereira Júnior, como remuneração dos serviços profissionais prestados, 10 000\$00; ao seu criado António Gaios, ao seu cocheiro António Bandeira e à sua cozinheira, Rosa Guiomar 500\$00; ao criado Manuel Maço para compra de roupas, 150\$00; ao jornaleiro Albino Maço ou Albino Galinheiro, 200\$00; ao Júlio Serafim e à sua mulher, 100\$00 a cada um; ao Albino Francisco dos Santos, como lembrança e remuneração de serviços prestados, 2 000\$00; a todos os criados e criadas que estivessem ao seu serviço nas casas de Vairão e Macieira à data do seu falecimento, 100\$00 a cada um; a todos os caseiros das suas propriedades, excepto àqueles que estivessem em atraso, seria perdoada 5% da renda de um ano em milho; os arrendatários que fossem seus jornaleiros há mais de cinco anos seriam isentos do pagamento de um ano de renda;

- à família: ao José, Albina, Clementina e Carolina, filhos da sua falecida irmã Rosa, 2 500\$00; ao Bento e Maria, filhos da sua falecida irmã Ana, 2 500\$00; à Maria e Joaquina filhos da sua falecida irmã Maria, 2 500\$00; à Albina e Emília, filhas da sua falecida irmã Antónia, 2 500\$00; a cada um dos filhos da seu falecido irmão Boaventura, 1 000\$00 (como lembrança), excepto ao Bento a quem deixa 5 000\$00; aos filhos da sua falecida segunda sobrinha Balbina, de Fornelo, 1 000\$00 a cada um; à sua segunda sobrinha Olindina, casada com Joaquim Lopes Moreira, de Fornelo, 1 000\$00;

às filhas solteiras da sua falecida sobrinha Ana, de Vilar, 2 000\$00 a cada uma; a cada um dos seus afilhados, filhos dos seus sobrinhos em primeiro e segundo grau, que não forem contemplados com outro legado, 2 500\$00; ao seu sobrinho e amigo António Marques Bento de Sousa, o relógio de ouro com as suas iniciais.

Por último, expressa no seu testamento o desejo de que o seu corpo seja vestido com a sua roupa preta de uso e encerrado numa urna modesta que seria conduzida de sua casa para o cemitério paroquial de Vairão por seis criados seus, ou por seis dos jornaleiros mais antigos ao seu serviço, recebendo cada um deles por essa tarefa 50\$00, e isto, sem prejuízo de outros legados que a favor dos mesmos eventualmente deixasse. Por sua alma antes do funeral seria rezada apenas uma missa e não queria qualquer armação na igreja. Deixava encomendadas por sua alma, vinte missas, por alma de seus pais, quarenta (vinte por cada) e por alma dos seus falecidos irmãos, cinquenta. Ao sétimo dia do seu falecimento deveriam ser celebradas em simultâneo três missas na igreja paroquial de Vairão, distribuindo-se na ocasião pelos pobres dessa freguesia e da de Macieira esmolas de 10\$00.

Como testamentários nomeou os únicos e universais herdeiros da sua quota-parte disponível, o seu filho Bento de Sousa Amorim, viúvo, e a sua filha Inês, solteira e maior, ambos proprietários e a viver com o pai. Os dois ficavam também a exercer em simultâneo a testamentaria e, para além das obrigações já citadas, o filho Bento tinha o dever de alimentar o criado Manuel Maço quando ele não pudesse trabalhar e, os legados destinados a menores e ausentes seriam liquidados pelos testamentários quando os menores atingissem a maioridade e, ou por si ou por seus procuradores se apresentassem a recebê-los, ou quando os seus testamentários entendessem oportuno pagá-los aos pais ou representantes legais dos mesmos menores ou ausentes, com ou sem caução, sendo que, os legados destinados às filhas solteiras da sua falecida sobrinha

Ana se pagariam em conformidade com o acordado com o tio e tutor das mesmas, o seu sobrinho José António da Silva Marques³³⁰.

Bento Rodrigues de Sousa faleceu na sua casa amuralhada situada no largo de Vilarinho, a 20 de Outubro de 1931³³¹. Após o seu falecimento, o primogénito, Bento de Sousa Amorim que usou o título e que nasceu na freguesia de Macieira em 25 de Agosto de 1889, e na mesma terra faleceu a 22 de Fevereiro de 1982, deu seguimento aos projectos encetados pelo seu pai, tanto na área económica como na social e na política. Prosseguiu com o desenvolvimento agrícola, reformulou o palacete, assumiu a presidência da comissão concelhia da União Nacional e de presidente da Comissão Administrativa de Vila do Conde e nessa qualidade protagonizou importantes obras em prol do progresso do concelho³³².

No ano de 1937, Bento Amorim casou-se na capela particular da sua quinta de Vilarinho com D. Amélia Chambers de Sousa, da cidade do Porto, e no ano seguinte, Vila do Conde prestou-lhe uma homenagem de reconhecimento³³³.

Em 1967, o Estado adquiriu-lhe a Quinta de S. Bento com a área aproximada de 70 hectares, constituída por terrenos de cultivo e boiça, além de um conjunto de equipamentos e construções de cariz agrícola e urbano, para a transformar na Estação Agrária do distrito do Porto. Em 1984, com a passagem da formação profissional para o recém-inaugurado Centro de Formação Profissional de Vairão, pertença da Direcção Regional de Agricultura, foi decidido criar no palacete o Museu Agrícola de Entre Douro e Minho. A 10 de Março de 1989 foi formalmente inaugurado o Museu, através de uma exposição intitulada "O pão e o vinho". Do conjunto das instalações, os destaques vão para o palacete construído em 1880, o espigueiro em 1893 e os silos que constituem a memória dos primórdios da revolução leiteira na região. Na actualidade, para além do Museu Agrícola e do Centro de Formação Profissional de Vairão, estão instalados na quinta que fora do barão os seguintes equipamentos: Estação Regional de Hortofloricultura (DRAEDM); Centro de Actualização Propedêutica e Formação Técnica (DRAEDM); I.C.A.V. Instituto de Ciências Agrárias de Vairão (Universidade do Porto); Laboratório de Investigação Veterinária (Direcção Geral de Veterinária)³³⁴.

³³⁰ AMVC – *Registo de traslado de testamentos*, livro 3290 fls. 23-29.

³³¹ Disponível em <www.museu.emigrantes.org>, consultado em 11 de Fevereiro de 2010.

³³² *O Comércio de Vila do Conde*, n.º 116, Agosto de 1994.

³³³ *Renovação*, n.º 145, 16 de Outubro de 1937.

³³⁴ Disponível em (www.museu.emigrantes.org.) consultado em 15 de Abril de 2010.

Bento Rodrigues de Sousa foi homem de imensa fortuna, um dos mais abastados do norte do país; construiu um império agrícola e foi benemérito da Misericórdia, do Hospital e do Asilo de S. Francisco de Vila do Conde. Também não se esqueceu da junta de freguesia e dos pobres de Vairão e de Macieira, assim como da sua criadagem, jornaleiros, rendeiros, arrendatários e amigos, com todos eles foi generoso na hora de lavrar o seu testamento, não olvidando, naturalmente, a família para quem foi o grosso da sua avultada riqueza; como político, distinguiu-se pela influência que exerceu e pelos apoios que cativou, contando com amigos nas mais altas esferas nacionais impediu que Vila do Conde fosse privada dos lugares das Caxinas e da Poça da Barca; imprimiu grande dinamismo ao concelho, promovendo a abertura de estradas e de caminhos vicinais e ajudando financeiramente na construção de escolas e de outras infra-estruturas imprescindíveis ao progresso concelhio.

A propósito da passagem de mais um aniversário do seu falecimento, um jornal local referia:

“Recordamos com saudade o homem simples e bom que tantos tão mal julgaram sem o conhecer e que escondia sob certa rudeza hostil, qualidades afectivas que nunca tiveram tantos que o acusaram de egoísmo e dureza. Foi um político de prestígio durante a primeira República e com plena justiça merece o seu nome na toponímia do concelho”³³⁵.

Porém, com a Revolução dos Cravos, a rua no centro da cidade de Vila do Conde com o nome Barão do Rio Ave passou a denominar-se Rua 25 de Abril³³⁶.

► Bernardino José Alves

Nasceu na freguesia de Fajozes no ano de 1828. Era filho de Manuel José Alves e de Maria Rosa da Silva. À semelhança de outros conterrâneos, muito novo e pobre abandonou a pacatez da terra que o viu nascer e partiu rumo ao Brasil. Lá longe, durante muitos anos labutou afincadamente e logrou atingir a tão almejada fortuna. Já capitalista abastado regressou à sua terra natal onde viveu os últimos anos da sua vida de forma recatada, a praticar actos de filantropia e de puro amor ao próximo.

Em 15 de Junho de 1901 deliberou redigir o seu testamento, o qual foi aprovado a 5 de Julho do mesmo ano, no cartório do notário público António Martinho Fiúza da

³³⁵ *Renovação*, n.º 98, 9 de Dezembro de 1940

³³⁶ *O Comércio de Vila do Conde*, n.º 116, Agosto de 1994.

Silva, situado na Póvoa de Varzim. Naquele documento declara que é solteiro, sem descendentes nem ascendentes legítimos. Como católico que era, logo no intróito faz a advocatura divina para a salvação da sua alma e expressa o desejo de que o seu funeral seja modesto, com uma única missa de corpo presente. Por sua alma, assim como por alma de seus pais e irmãos seriam rezadas “por clérigo de probidade trinta missas, todas de esmola de trezentos réis, no prazo de um ano depois do seu falecimento”³³⁷. A fortuna que detinha em Portugal e no Brasil seria repartida da seguinte forma:

Em Portugal:

- a instituições: à junta de freguesia de Fajozes, 2 000\$000 réis, e os foros que eram obrigados pagar os proprietários das casas que foram construídas nas terras da *Devesa*, cujo rendimento anual era de 12\$000 réis; à Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim e à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, 1 500\$000 réis a cada uma; à Santa Casa da Misericórdia de Azurara, 1 000\$000 réis; ao *Comércio do Porto* 500\$000 réis, sendo 100\$000 réis para distribuir pelos pobres e o restante para repartir pelas instituições de beneficência mais necessitadas; à Ordem Terceira de São Francisco de Vila do Conde e de Azurara, 150\$000 réis a cada, para os pobres;

- a particulares: a todos os seus afilhados que apresentarem a certidão do baptismo comprovativa, 30\$000 réis a cada um; à antiga criada Rosa Maria de Jesus, 50\$000 réis; aos pobres da freguesia de Fajozes, 200\$000 réis;

- a familiares: à sua irmã Antónia Rosa da Silva, 3 000\$000 réis nominais em inscrições; à segunda sobrinha Joaquina Rosa da Silva, filha da sobrinha Bernardina Rosa da Silva, quatro contos de réis; à segunda sobrinha, Angelina Rosa da Silva, dois contos de réis e o assento que possuía no lugar de Casal da freguesia de Fajozes com casa e quintal para seu usufruto e a propriedade para os seus herdeiros; aos seus segundos sobrinhos Joaquim e Bernardino, filhos da sobrinha Bernardina Rosa da Silva, um conto de réis nominais em inscrições a cada um; ao sobrinho Manuel Alves da Silva, três contos de réis nominais em inscrições; aos sobrinhos José Francisco Julião, Boaventura Francisco Julião, Maria Rosa da Silva e Bernardino Alves da Silva (ausente no Brasil), dois contos de réis nominais em inscrições; à prima Maria casada com Lourenço da Costa, 300\$000 réis; ao afilhado Bernardino, filho do seu parente Manuel Ferreira, da freguesia de Árvore, e à afilhada Ana, filha do seu compadre Manuel Gomes dos Santos Maia, 500\$000 réis nominais em inscrições a cada um; às sobrinhas

³³⁷ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3265, fls. 12v-19v.

Maria, casada em Mindelo, filha da sua falecida irmã Bernardina e à Joaquina, casada com Albino Rafael, 50\$000 réis a cada uma; ao seu afilhado Bernardino, filho dos sobrinhos Joaquina e Albino Rafael, 500\$000 réis nominais em inscrições; ao seu compadre Manuel Gomes dos Santos Maia, 500\$000 réis³³⁸;

No Brasil:

- a instituições: à Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, à Irmandade do Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora do Paraíso em São Cristovão, à Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, à Ordem Terceira do Monte do Carmo, à Ordem Terceira de Nossa Senhora da Conceição da rua do General Camara e à sociedade D. Pedro V do Rio de Janeiro, um conto de réis a cada uma; ao Liceu Literário Português, à Irmandade do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora das Dores da igreja da Candelária, 500\$000 réis a cada uma.

Por último, Bernardino José Alves lembrava que todos os legados mencionados para Portugal eram em dinheiro corrente deste reino, e que as dádivas para as instituições do Rio de Janeiro eram em moeda corrente do Brasil, e que todos eles estavam livres de qualquer contribuição. Advertia também que, se alguns dos legados expressos no seu testamento fossem cumpridos por si em vida, ficariam os mesmos sem efeito, mas nesse caso deixaria uma declaração à parte.

O sobrinho Paulino Julião Alves da Silva herdou o remanescente do legame com as seguintes condições:

Dar cumprimento ao estipulado no seu testamento no prazo de dezoito meses após o seu falecimento; dar a sua mãe, trinta medidas de vinte litros de milho todos os anos; dar anualmente a seu irmão Manuel Alves da Silva, trinta e cinco medidas de vinte litros de milho; entregar ao irmão do doador, José Manuel Alves, as doze obrigações que possuía da companhia Estrada de Ferro através de África e, se o mesmo irmão José lhe sobrevivesse ficaria o herdeiro obrigado a tratá-lo com toda a dedicação, não só no tocante à alimentação como também a pagar a um criado para o tratar na doença e, quando o mesmo falecesse, a fazer-lhe um enterro modesto, mas decente; entregar à sua segunda sobrinha Joaquina Rosa da Silva, 150\$000 réis, como paga dos seus ordenados; concluir as obras da igreja de Fajozes em conformidade com o projecto na posse da junta de freguesia, se as mesmas estivessem ainda inacabadas à data do falecimento do testador.

³³⁸ Com o encargo de coadjuvar o seu sobrinho Paulino Julião no cumprimento do seu testamento.

Inerentes aos seus legados estavam ainda as seguintes condições:

- o rendimento dos dois contos de réis doados à junta de freguesia destinava-se ao pagamento a um padre para celebrar as missas de domingo e dos dias santos e a mandar rezar anual e perpetuamente três missas, uma por alma dos testador, outra pela de seus pais e a terceira por alma dos seus irmãos, devendo as mesmas missas serem anunciadas na igreja pelo respectivo pároco. Se a junta da freguesia não cumprisse o estipulado ou não quisesse aceitar o legado que lhe deixava com estas condições, a mesma quantia seria entregue à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde para esmolas aos pobres; a mesma junta, com o rédito anual de 12\$000 réis dos foros, tinha de fornecer às escolas de meninas e meninos da freguesia os livros, o papel e o restante material necessário aos filhos das famílias mais pobres;

- o rendimento do legado às Santas Casas da Misericórdia da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde e de Azurara deveria ser aplicado em esmolas para os pobres, e ainda para mandar celebrar anual e perpetuamente no aniversário do falecimento do doador três missas, uma por alma do testador, outra pela dos seus pais e a terceira por alma dos seus irmãos;

- a quantia de quatro contos de réis legada à segunda sobrinha Bernardina Rosa da Silva serviria para o dote se ela viesse a casar “para uma boa casa e de boa família” de acordo com os seus testamenteiros, caso contrário, seria o legado empregue em inscrições da dívida pública para seu usufruto e a propriedade para seus herdeiros;

- os familiares que recebessem a herança em inscrições nominais da dívida pública só tinham direito ao usufruto da mesma, a propriedade seria dos seus herdeiros.

- a verba dos 200\$000 réis para os pobres da freguesia só seria distribuída por aqueles que assistissem às missas que o seu herdeiro mandasse celebrar por sua alma, e que deveriam ser em número de doze no espaço de um ano depois do seu falecimento;

- se à data do seu falecimento não houvesse ainda na freguesia uma escola para rapazes, o seu herdeiro mandá-la-ia construir no Campinho do Castanhal ou na Leira da Vinha e, se já houvesse escola para rapazes, seria com a mesma verba construída uma escola para raparigas;

Como testamenteiros em Portugal, nomeou, respectivamente, o seu sobrinho Paulino Julião Alves da Silva, o seu compadre Manuel Gomes dos Santos Maia e Joaquim de Azevedo Santos. E como testamenteiros no Brasil, nomeou o Conselho

Director do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, onde tinha depositado os seus haveres³³⁹.

Bernardino José Alves faleceu a 30 de Maio de 1912, na sua casa do lugar do Cruzeiro, na freguesia da sua naturalidade. Sobre o seu passamento apenas uma referência muito sucinta num periódico local:

“Com a avançada idade de 84 anos faleceu o grande benemérito e abastado capitalista Bernardino Alves – o tamanca – da casa do Cruzeiro que à sua custa mandou construir por fora do antigo templo da freguesia de Fajozes uma ampla igreja. Era um homem amigo de fazer o bem sem ostentação e sem exibicionismo e, portanto, muito digno de ser incluído na classe dos ilustres da terra”³⁴⁰.

Talvez pelo seu temperamento discreto e amigo de praticar o bem sem jactância, o seu nome muito raramente surge na ribalta jornalística e, coerente com esses valores, no epílogo da sua última vontade pode-se ler: “Não desejo que este meu testamento seja publicado na imprensa”³⁴¹.

No ano de 1944, um periódico da cidade do Porto a propósito da inauguração de uma escola-cantina na mesma freguesia mandada erigir por um outro filantropo fajozense emigrado no Brasil, escrevia sobre Bernardino José Alves:

“Mais um trabalhador humilde que no Brasil ganhou rios de dinheiro e que generosamente brindou a sua terra com muitos melhoramentos. Em 1907 foi inaugurada a escola que mandou erigir. Edifício amplo e em bom estado de conservação que serve agora de moradia aos professores da localidade”³⁴².

Como reconhecimento pelos actos de filantropia que praticou em prol da instrução e de diversas instituições religiosas e laicas dispersas pelo país de origem e de acolhimento, a junta de freguesia de Fajozes decidiu atribuir o seu nome à rua onde se situa aquele que foi o seu casarão.

► Francisco Baltazar do Couto

³³⁹ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3265, fls. 12v-19v.

³⁴⁰ *O Ave*, n.º 290, 2 de Junho de 1912.

³⁴¹ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3265, fls. 12v-19v.

³⁴² *Jornal de Notícias*, 30 de Outubro de 1944.

Nasceu em Vila do Conde a 18 de Março de 1856. Bem cedo deve ter partido para o Brasil para a companhia de seu pai³⁴³, Zacarias Baltazar do Couto que, a 28 de Agosto de 1865 tinha embarcado com destino ao porto do Pará como capitão do brigue português “Marquês de Santa Cruz”, no qual passou a navegar como piloto, logo que passou à propriedade brasileira³⁴⁴. Era neto paterno de José Baltazar do Couto e de Delfina Rosa de Oliveira, ambos da Póvoa de Varzim, e materno de Ana Teresa e António Fernandes do Carmo³⁴⁵, ambos vilacondenses³⁴⁶, com três filhos emigrados no Brasil, um dos quais foi afiançado pelo doutor Bento de Freitas Soares, o que demonstra que esta família gozava, localmente, de relacionamento social ao mais alto nível³⁴⁷.

Zacarias Baltazar do Couto, a 4 de Maio de 1866, com 35 anos de idade e no estado de casado, adoptou a cidadania brasileira. De regresso a Portugal, apresentou a respectiva carta de naturalização no consulado do Brasil em Vila do Conde a 5 de Agosto de 1867. Entretanto, deve ter casado novamente e voltado para o Brasil porque em 1871 foi-lhe recomendado o filho António³⁴⁸, abonado pela madrastra. Decorridos sete anos, em 14 de Julho de 1875 assinou termo de renúncia da mesma nacionalidade³⁴⁹.

Francisco Baltazar do Couto parece ter andado num vaivém frequente entre Portugal e o Brasil, no ano de 1902 estava de regresso a Vila do Conde, pois nesse ano e nesta terra lavrou o seu primeiro testamento; a 5 de Janeiro de 1906 regressa ao Pará na companhia da sua esposa, Dona Maria José Pereira do Couto e da sua filha, Dona

³⁴³ Apesar de apurada pesquisa no ADP, não foi possível encontrar o seu registo de passaporte, talvez o tenha solicitado no governo civil de outro distrito.

³⁴⁴ AMVC – *Registo de privilégios e nomeações para cargos municipais*, livro 149, fl. 20v e 21.

³⁴⁵ No ano de 1868 prestou fiança para embarcar em qualquer navio com destino ao Brasil a seu filho António Fernandes do Carmo Júnior, marítimo; em 1870 foi a vez do filho Bento do Carmo, também marítimo e afiançado por Rodrigo da Silva Carvalho; no ano seguinte seguiu viagem António Fernandes do Carmo, solteiro, afiançado pelo doutor Bento de Freitas Soares (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, respectivamente, livros 3115, fl. 123, 13 de Março de 1868, 3116, fl. 47v, 18 de Agosto de 1870 e 3116, fl. 99, 28 de Abril de 1871).

³⁴⁶ No ano de 1868 prestou fiança para embarcar em qualquer navio com destino ao Brasil a seu filho António Fernandes do Carmo Júnior, marítimo; em 1870 foi a vez do filho Bento do Carmo, também marítimo e afiançado por Rodrigo da Silva Carvalho; no ano seguinte seguiu viagem António Fernandes do Carmo, solteiro, afiançado pelo doutor Bento de Freitas Soares (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, respectivamente, livros 3115, fl. 123, 13 de Março de 1868, 3116, fl. 47v, 18 de Agosto de 1870 e 3116, fl. 99, 28 de Abril de 1871).

³⁴⁷ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

³⁴⁸ Em 17 de Maio de 1871, emigrou para o estado do Pará o seu filho António Baltazar do Couto, de 13 anos de idade, recomendado ao pai, que se responsabilizou também pelo pagamento da viagem, sendo a abonação concedida pela sua madrastra, Maria José da Cunha e Castro (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3116, fl. 103).

³⁴⁹ AMVC – *Registo de privilégios e nomeações para cargos municipais*, livro 149, fl. 20v e 21.

Olinda Baltazar do Couto, de 18 anos de idade, ambas naturais do estado do Pará³⁵⁰. No ano seguinte, de volta ao reino, redigiu na capital o seu segundo testamento. Em 1908, no dia da comemoração das suas bodas de prata, foi alvo de uma manifestação de carinho por parte dos seus conterrâneos indo a banda Marcial Vilacondense em seu nome e do Club Fluvial Vilacondense saudá-lo³⁵¹.

Em 1 de Outubro de 1910, de regresso definitivo a Vila do Conde, requereu formalmente a recuperação da cidadania portuguesa, visto ser cidadão brasileiro naturalizado³⁵².

Foi nomeado presidente da câmara municipal logo após a proclamação da República, cargo que exerceu até ao início de 1913, altura em que a morte o surpreendeu. Mereceu no desempenho do cargo os maiores louvores, pela sua admirável acção em prol do desenvolvimento concelhio. Mandou abrir durante o seu breve mandato uma avenida junto à marginal a que deu o nome de “Brasil”. Ocupou também o cargo de administrador do concelho por um breve período, substituindo Luís da Silva Neves, titular do cargo³⁵³.

Foi fundador e primeiro presidente de duas importantes agremiações vilacondenses, a Associação Comercial, criada no ano de 1908 para pugnar pelo desenvolvimento económico local; e dos Bombeiros Voluntários, fundados em 1912 para salvaguarda de vidas e bens em perigo iminente. No ano de 1910 voltou a ser eleito presidente da Associação Comercial, e a esse propósito um jornal local escrevia a seu respeito:

“Homem de carácter e homem de coração, inteligente e culto, amando sinceramente a sua terra e conhecendo perfeitamente as suas necessidades, desligado de partidarismos entorpecedores e só compreendendo a política na acepção alta, a sua escolha para a presidência da Associação Comercial não podia ser mais acertada e oportuna. Ele já deu, de resto, nesse mesmo cargo, as suas provas excelentes, pois a ele se deve a exposição de rendas, de tamanho êxito, e outras iniciativas igualmente fecundas; e, como patriota, as suas provas tem já dado também, em trabalhos e sacrifícios que à sua terra tem feito, e que, confessamo-lo, lhe têm sido pagos por vezes com áspera ingratidão”³⁵⁴.

³⁵⁰ AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

³⁵¹ *O Ave*, n.º 156, 18 de Setembro de 1909.

³⁵² AMVC – *Declarações de Nacionalidade*, pasta 2815.

³⁵³ *Ilustração Vilacondense e Renovação*, respectivamente, n.º 35, Janeiro de 1913 e n.º 768, 14 de Janeiro de 1956.

³⁵⁴ *Ilustração Vilacondense*, n.º 2, Fevereiro de 1910.

A 16 de Janeiro de 1913 a vila foi surpreendida pela notícia da morte do seu presidente autárquico. Baltazar de Couto contava apenas 56 anos de idade e gozava de grande prestígio como político, “o seu desaparecimento representou uma grande perda para o concelho, porque era um patriota completo, um homem de bem, que norteava toda a sua vida pelo princípios da mais inflexível probidade”³⁵⁵. No dia do seu passamento reuniu-se o executivo da câmara municipal, por proposta do vice-presidente, doutor Luís da Costa Maia, e foi unanimemente deliberado exarar em acta um voto de profundo pesar pelo infausto acontecimento e encerrar de imediato o expediente em sinal de luto³⁵⁶.

Baltazar do Couto legou dois testamentos à posteridade, distinguindo-se ambos da maior parte dos restantes testamentos da época, desde logo, na sua forma inicial, pois os dois dispensam o habitual intróito de afirmação dos preceitos religiosos e de advocatura. No primeiro, realizado em Vila do Conde a 3 de Setembro de 1902, expressa, logo a seguir aos seus dados pessoais, que quer que o seu enterramento seja feito civilmente, modesto e decente. Nomeia como testamenteira e inventariante dos bens do casal a sua esposa, Maria José Pereira do Couto e, se já não tivesse fenecido à data da sua morte seria substituída pelo seu amigo Joaquim Luís de Sousa³⁵⁷, a quem nomeava também tutor dos filhos menores, se fosse necessário exercer tal cargo; se os dois nomeados anteriormente já tivessem morrido à data do seu falecimento, passaria a responsabilidade de testamenteiro inventariante e, eventualmente tutor, ao seu compadre e amigo, comendador Manuel Pereira Dias.

À esposa deixava a terça parte do que lhe coubesse, com a única obrigação de distribuir no trigésimo dia do seu falecimento a quantia de vinte mil réis, em moeda portuguesa, em esmolas de duzentos réis cada, a cem dos pobres mais necessitados da vila. Se ela já não existisse aquando do seu falecimento, a sua terça passaria às suas duas filhas Olinda e Otília, se esta última já tivesse completado, ou estivesse prestes a completar a sua educação, que deveria ser semelhante à da outra irmã; caso contrário, seria dividida em três partes iguais, pertencendo uma parte à filha Olinda e duas à Otília. E desta forma dava por concluído o seu testamento, aprovado na mesma data.

³⁵⁵ *Ilustração Vilacondense*, n.º 35, Janeiro de 1913.

³⁵⁶ AMVC – *Registo de actas das sessões da Câmara*, livro 77.

³⁵⁷ Em 29 de Setembro de 1908 partiu para o Brasil o seu filho Carlos Luís de Sousa, de 15 anos de idade, afiançado pelo pai (AMVC – *Registo de termos de responsabilidade e fiança*, livro 3136, fl. 261).

Decorridos quase cinco anos, Baltazar do Couto decidiu fazer um segundo testamento, agora lavrado na cidade de Lisboa, em 30 de Janeiro de 1907. No segundo testamento lega como lembrança aos três filhos, que não haviam sido contemplados no testamento anterior, jóias de uso pessoal, nomeadamente, para o filho Octávio, os alfinetes de gravata com brilhantes; para o Orlandino, o seu anel com brilhantes e para o Octacílio o relógio e corrente de ouro. Deixava à Dona Arminda do Couto (pelo apelido devia ser parente), que vivia há mais de vinte anos na companhia da sua família, como recompensa dos bons serviços e extrema dedicação aos seus filhos, o usufruto vitalício de dois contos de réis, cuja quantia deveria ser empregue na aquisição de títulos de dívida interna portuguesa. A propriedade dos citados títulos pertenceria em partes iguais às filhas Olinda e Otília. O remanescente da terça parte de todos os seus bens ficava pertença da sua esposa, a qual nomeava igualmente testamentária. E nada mais consta no testamento que consubstancia a derradeira vontade de Baltazar do Couto e que revogou o anterior.

Em suma, do exposto nos seus dois testamentos pode-se retirar que Baltazar do Couto, a quem a imprensa local reputava de patriota e de homem de bem, aparenta ser um brasileiro pouco endinheirado e preocupado, acima de tudo, com a família. Estabelecendo a analogia entre os dois testamentos, ressalta que no segundo testamento passaram a ser beneficiados os três filhos menores e a governanta, mas em contrapartida, procedeu à supressão da única verba que tinha destinado a favor da comunidade, nomeadamente dos mais carenciados.

Ao contrário da maioria dos *brasileiros de torna viagem* abastados, a ele nunca foi atribuído título nobiliárquico, nem sequer o grau de comendador, talvez porque não lhe interessasse a nobilitação, haja em vista as suas simpatias republicanas, ou a sua fortuna não fosse suficientemente avantajada para isso. Pessoa de fortes convicções, assumiu o seu agnosticismo na sua derradeira vontade, indo a sepultar sem qualquer aparato religioso. Para perpetuar a sua memória, o seu nome consta na toponímia da cidade de Vila do Conde.

► Januário José de Almeida

Nasceu na freguesia de Árvore no ano de 1901, era filho de Albino José de

Almeida, e emigrou para Pernambuco com 13 anos de idade, em 12 de Abril de 1914³⁵⁸. Faleceu a 27 de Maio de 1961, na sua casa situada na avenida Bento de Freitas, em Vila do Conde.

Januário José de Almeida alcandorou-se a lugares cimeiros nos meios comerciais e sociais de Pernambuco. Fez parte do Gabinete Português de Leitura, do Clube Português e do Real Hospital de Beneficência, dispensando a este atitudes de grande benemerência.

Promoveu, no Recife, em 1955, uma iniciativa filantrópica a favor do Hospital da Misericórdia de Vila do Conde, cujo rédito atingiu 102 400 cuzeiros. Foi também benfeitor da Cantina Escolar Vilacondense e de todas as associações locais de índole cultural, recreativa e desportiva. A suas expensas, e em cumprimento de uma promessa de sua esposa, D. Maria Teresa de Carvalho Almeida, mandou erigir a igreja do lugar da Areia, de invocação a Nossa Senhora de Fátima, inaugurada em 1959. Esta foi considerada a mais importante realização no género, que nos últimos anos se tinha levado a cabo no concelho, por iniciativa particular³⁵⁹.

► Joaquim Fonseca da Cruz (visconde de Santa Marinha de Trindade)

Nasceu no ano de 1852, na freguesia de Ferreiró, e era filho Elisa da Fonseca Costa³⁶⁰ e de António José Cruz que compareceu na administração do concelho de Vila do Conde em 4 de Junho de 1866 e disse “que de sua livre e espontânea vontade prestava consentimento para que seu filho, menor de 14 anos, fosse para o império do Brasil, recomendado por seu tio José António da Fonseca Costa casado com Mariana Cruz Fonseca e Costa³⁶¹, da cidade de Lisboa, que já o tem na sua companhia”³⁶².

Joaquim Fonseca da Cruz já a residir na capital, possivelmente a adquirir alguns rudimentos educacionais e profissionais, lá partiu para o Rio de Janeiro na companhia do seu tio e por lá se deteve alguns anos. Mais tarde passou a Angola, onde foi chefe do Posto de Administração de Mocâmedes, regressando à sua terra natal com 35 anos e com grande fortuna.

³⁵⁸ ADP — *Registo de passaportes*, livro 169, fl. 109v.

³⁵⁹ *Renovação*, n.º 1038, 3/06/1961.

³⁶⁰ Irmã da mãe de Ricardo Severo.

³⁶¹ Pais do arquitecto Ricardo Severo.

³⁶² AMVC — *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 30.

Na sua terra natal passou o resto da vida a praticar actos de filantropia, contribuindo assim para o engrandecimento da sua bucólica aldeia situada na margem direita do Rio Ave, a cerca de quinze quilómetros da sede do concelho. Para além de ter contribuído para as festividades religiosas de Ferreiró, deu uma valiosa oferta para a edificação do Mosteiro da SS. Trindade; adquiriu e ofereceu à paróquia o terreno onde se situa na actualidade o Largo da SS. Trindade; mandou edificar uma escola para o ensino primário, e mandou construir sete eiras e ofereceu-as aos agricultores para aí secarem os seus cereais. Para além disso, o visconde de Santa Marinha da Trindade teve a iniciativa, como já atrás foi referido, de a expensas suas construir o cemitério da freguesia de Ferreiró num terreno pertencente à paróquia³⁶³.

Atendendo ao seu altruísmo, por decreto de 18 de Julho de 1895 o rei D. Carlos concedeu-lhe o título de Visconde de Santa Marinha da Trindade.

Faleceu no ano de 1899, contava então apenas 46 anos de idade. Em 29 de Janeiro de 1967 foi inaugurado no largo da freguesia de Ferreiró um monumento com o busto do Visconde de Santa Marinha da Trindade, mandado edificar pelos habitantes da freguesia em homenagem ao seu grande benemérito³⁶⁴.

O projecto emigratório do visconde de Santa Marinha distingue-se do de todos os outros *brasileiros* vilacondenses biografados no presente trabalho, uma vez que juntou à sua vivência no Brasil a experiência em África, ascendendo da categoria de emigrante à de chefe da administração da colónia angolana, mais concretamente do distrito de Mocâmedes. Desconhece-se as habilitações literárias que possuía, bem como as funções profissionais que exerceu no Brasil.

► Joaquim da Silva Macieira (comendador Macieira)

Filho de José da Silva e de Maria Joaquina, nasceu na freguesia de Macieira³⁶⁵ no seio de uma família humilde com oito filhos³⁶⁶. Emigrou para o Brasil em 1836. Chamou para a sua companhia três conterrâneos, um deles era seu sobrinho, a quem pagou igualmente a viagem³⁶⁷.

³⁶³ AMVC – *Processos de construção de cemitérios e requerimentos diversos*, pasta 2701 (1859-1954).

³⁶⁴ *Reflexos*, n.º 14, 15 de Outubro de 1987.

³⁶⁵ Não foi possível apurar a data de nascimento, mas deve ter partido jovem para o Brasil, por volta de 1820.

³⁶⁶ Os seus irmãos chamavam-se: Manuel, Ana, Maria, Rosa, Jacinta e António

³⁶⁷ Izequiel Joaquim da Costa, filho de Joaquim José da Costa, de 13 anos de idade, que partiu da freguesia de Malta para o Brasil com a abonação do pai e recomendado ao tio, Joaquim da Silva Macieira

Após quase meio século de permanência no Brasil, onde granjeou avultada fortuna, não se sabe bem como³⁶⁸, regressou à sua terra natal. A 27 de Junho de 1882, já separado judicialmente de D. Carlota Cândida Guimarães com quem fora casado, adquiriu a D. Francisco de Noronha Meneses, por 4 500\$000 réis, o solar da família Folgueiras-Gaio³⁶⁹ situado na rua de S. Bento em Vila do Conde, com a sua “casa da nora” e “casas no quintal”, todas foreiras à Santa Casa da Misericórdia desta vila. Logo que entrou na posse do solar mandou apear a pedra de armas, mas como era comendador, resolveu lá colocar outra, a “sua”. Nestas, como noutras coisas, o que interessava era o dinheiro, não faltou quem esculpisse um brasão de fantasia e, talvez por isso, ainda hoje esse edifício transformado em unidade hoteleira (Estalagem do Brasão) seja conhecido como “solar dos Macieiras”³⁷⁰.

Instalado no seu solar na sede do concelho, o comendador Macieira consagrou uma grande parte dos seus avultados rendimentos ao engrandecimento e prosperidade da terra que o viu nascer. Por alguns anos desempenhou o cargo de vice-presidente da câmara municipal, na qualidade de membro do Partido Regenerador, e o de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, como já atrás se fez alusão³⁷¹.

Após uma escassa meia dúzia de anos no seu torrão natal, a 7 de Março de 1888, no seu solar da rua de S. Bento, o comendador Macieira sucumbiu a uma antiga lesão cardíaca, agravada por uma pneumonia. Após as exéquias fúnebres celebradas na igreja matriz da vila, foi o seu corpo conduzido em carro funerário para a freguesia de Macieira, onde foi sepultado no jazigo de família que o mesmo finado mandara erigir no cemitério paroquial³⁷².

Também o comendador Macieira fez dois testamentos, um em Portugal e outro no Brasil. Pelo documento lavrado em Portugal legava os seus bens constituídos por

que também pagou a viagem; Joaquim Cardoso da Silva, de 13 anos de idade, filho de Jacinta, mãe solteira que abonou a partida e pagou a viagem da freguesia de Macieira para o Rio de Janeiro e José António Peniche, também de 13 anos de idade, que partiu da freguesia de Bagunte para o Rio de Janeiro, abonado pelo pai que também pagou a viagem e assinou o respectivo termo (AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, respectivamente, livro 3115, fl. 106, 30 de Setembro de 1867, livro 3118, fl. 79v, 1 de Junho de 1874 e livro 3119, fl. 56v, 22 de Junho de 1876).

³⁶⁸ Constava na vila que andou envolvido no comércio de escravos.

³⁶⁹ A família dos Folgueiras-Gaio está documentada em Vila do Conde desde o século XVI e dela derivaram figuras ilustres, entre as quais se destaca D. João Ribeiro Gaio que foi bispo de Malaca, do conselho do rei, desembargador, presidente das justiças de Goa, geógrafo, comerciante e poeta, nos finais de Quinhentos e princípios de Seiscentos (FREITAS, 201: 35).

³⁷⁰ Disponível em <www.estalagemdobrazão.com> consultado em 20 de Junho de 2010.

³⁷¹ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 77, 3 de Março de 1888.

³⁷² *Jornal de Vila do Conde*, n.º 76, 29 de Fevereiro de 1888.

numerário (expressos em réis), títulos, jóias, roupas, adornos etc., a instituições, à família e a particulares:

- a instituições: à junta da freguesia de Macieira nove inscrições de valor nominal de um conto de réis cada; 50\$000 para serem distribuídos pela mesma junta a cem pobres, recebendo cada um \$500 réis; à confraria do Senhor do Bonfim, 400\$000 réis para lhe dourar o altar; a sua casa na rua de S. Bento com os números 133 a 141, cujo usufruto pertencia até à morte a Leocádia Flausina da Conceição;

- à família: às suas irmãs Ana, Jacinta, Rosa, Felicia e Maria, 100\$000 a cada; aos sobrinhos José Cardoso Ferreira e António Ribeiro Pontes uma inscrição do valor nominal de um conto de réis cada; ao seu compadre e sobrinho Joaquim da Costa Lima, da freguesia de Fornelo, o seu caleche; a sua sobrinha e comadre Balbina Maria da Costa, a sua sobrinha Carolina, casada com Joaquim da Costa Lima e a sua sobrinha Jacinta, casada com Joaquim da Costa Machado, da freguesia de Macieira, 200\$000 réis a cada; ao seu cunhado Joaquim António Peniche, o seu relógio e corrente de ouro;

- aos afilhados: Amélia, Olímpia, Leonor, Georgina, Joaquim, filho de Vitorino Correia, Joaquim, filho de Joaquim da Silva Neves, Joaquim, filho de José Barbosa e a Joaquim, filho de Abel Fernandes da Páscoa, 9\$000 réis a cada; a Felicia, a Maria, filha do seu compadre e sobrinho António Ribeiro Pontes e à (não sabe o nome das afilhadas) filha de José da Costa Machado, à filha de Joaquim da Costa Lima, à filha de António Afonso Pequito, 50\$000 réis a cada, ao Joaquim, filho de António Francisco Praça, ao Joaquim, filho de Joaquim António Peniche, ao Joaquim, filho de Maria casada com José da Costa Machado, da freguesia da Junqueira, 200\$000 réis a cada; à Joana, filha de Gabriel Pereira dos Santos, uma casa sita na rua de S. Bento n.º 131;

- a particulares: a D. Leocádia Flausina da Conceição, 500\$000 réis, uma pulseira de ouro com um brilhante, o usufruto da casa de S. Bento com os números 133 a 141, todas as suas roupas brancas e de cor, louças, oratórios e imagens e, por fim, tudo quanto exista de objectos de decoração na sua casa de habitação, com excepção dos objectos de ouro e jóias preciosas que possua e que não estão incluídos no seu legado; o compadre António Francisco Salgueiro, da freguesia de Malta, 100\$000; a António Francisco Praça, 200\$000, três botões de peito de camisa, cada um com uma pedra de brilhante, uma luneta com aros de ouro e trancelim do mesmo metal e um par de botões

de punho; a José Francisco Praça e José António Alves de Almeida, de Lisboa, 100\$000; ao testamenteiro que aceitar a testamentária, 500\$000.

Do remanescente da herança que possuía em Portugal instituiu por seus únicos e universais herdeiros as suas irmãs Felícia, Maria e Joaquina, o seu cunhado José Cardoso Ferreira, D. Leocádia Flausina da Conceição e a sua sobrinha Balbina Maria da Costa.

Como testamenteiros em Portugal, nomeou, respectivamente, Joaquim António Peniche, José Cardoso Ferreira, António Ribeiro Pontes, José António Peniche, João Francisco de Lima, José Ferreira de Azevedo Torres e António Manuel Gonçalves de Azevedo.

As doações concedidas estavam ainda sujeitas às seguintes condições:

- a junta de freguesia de Macieira ficava com os encargos de mandar celebrar anualmente nos meses de Novembro e Dezembro, três missas pelo pai, três pela mãe e três pelo doador, assim como igual número pelo seu irmão, Manuel da Silva Macieira e pela sua filha, Maria Carlota da Silva Macieira Basto; dar anualmente a quantia de 40\$000 réis, para ajuda da despesa da festa em honra de Nossa Senhora da Lapa, do lugar de Vilarinho, da freguesia de Macieira; dar por ocasião da festa de S. Frutuoso que se realizava uma vez por ano na freguesia de Macieira, por meio de sorteio, cem esmolas de 500\$000 réis cada uma, a cem dos pobres mais necessitados da mesma freguesia, e mandar dizer nesse dia uma missa por sua alma; pelo legado do solar da rua de S. Bento, tinha de mandar celebrar semanalmente uma missa por alma do doador.

- por sua vez, D. Leocádia Flausina da Conceição, pelo legado do usufruto da casa de S. Bento, ficava obrigada a mandar dizer anualmente no dia do falecimento do testador duas missas por sua alma, e a dar de esmola ao padre que a celebrasse 2\$000 réis por cada uma; à sua morte passaria a sua casa para posse da junta da freguesia de Macieira³⁷³.

A junta de freguesia de Macieira herdou efectivamente o nobre e amplo solar do comendador, mas como não podia arcar com os encargos inerentes ao legado, com a aquiescência da câmara municipal, pôs a “Casa Grande” em praça, no dia 20 de Dezembro de 1892, sendo arrematada pela quantia de 4.500\$000 réis, pelo então oficial de diligências do Tribunal de Jurados de Vila do Conde, Joaquim João Francisco Praça,

³⁷³ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 78, 7 de Março de 1888.

o “Garrista”. Por morte deste, passou o solar em usufruto para os seus descendentes e a raiz para a Santa Casa da Misericórdia e Asilo da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila do Conde, que, por mútuo consentimento, a venderam em praça aos Srs. Celestino Fernandes Ramalho e Joaquim Dias Maia, dois conhecidos capitalistas vilacondenses, que por sua vez a venderam ao Sr. Aires Fernandes Ramalho, proprietário e capitalista, também de Vila do Conde, que nela mandou instalar, após completo restauro, a luxuosa residencial a que pôs o nome de “Estalagem do Brazão”³⁷⁴.

Três meses após o falecimento do comendador, foi divulgado também na imprensa o testamento que efectuou no Rio de Janeiro. Por este último documento constata-se a enorme riqueza que igualmente possuía do outro lado do Atlântico. Para além da avultada quantia em numerário que legou, possuía seis imóveis na cidade do Rio de Janeiro; oito títulos de dívida pública no valor nominal de um conto de réis cada, a juro de 5%; dez acções da Companhia de Seguros Integridade; 29 acções da Companhia de Seguros Confiança; e 23 acções da Companhia de Carris Urbanos.

Todos os títulos públicos de crédito, bem como todos os documentos respeitantes às suas propriedades estavam na posse do seu irmão e procurador António da Silva Macieira, que emigrou para a mesma cidade brasileira, e no ano de 1869 concedeu recomendação e pagamento ao seu compatriota António Joaquim da Costa, de 13 anos de idade, filho de Joaquim José da Costa que abonou a partida e assinou o respectivo termo³⁷⁵. No final do de 1887, António da Silva Macieira regressou a Portugal para visitar o seu irmão comendador que já se encontrava adoentado³⁷⁶.

Os principais e quase exclusivos beneficiários dos bens do comendador Macieira consignados no documento encontrado e aberto no Brasil foram os seus familiares a residir de um e de outro lado do Atlântico, muitos dos quais já tinham sido contemplados no testamento lavrado em Portugal:

- a instituições: 500\$000 réis para ser aplicado nos misteres da igreja de Nossa Senhora da Lapa, da freguesia da sua naturalidade.
- a particulares: a D. Flausina Locádia da Conceição se ainda se conservar ao seu serviço por ocasião do seu falecimento, um conto de réis.

³⁷⁴ Disponível em <www.estalagemdobrazão.com>, consultado em 4 de Abril de 2010.

³⁷⁵ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*. Livro 3116, fl. 7, 30 de Setembro de 1869.

³⁷⁶ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 5, 3 de Dezembro de 1887.

• à família e amigos: à irmã Ana, 500\$000 réis, e se ela já tiver falecido, fica essa quantia para o seu filho António Ribeiro Pontes; à irmã Maria, 500\$000 réis e se já não existir passará a sua filha Balbina; às irmãs Rosa, Felícia e Jacinta, 500\$000 réis a cada uma, e se as duas últimas já não existirem passará essa quantia a seus filhos; à afilhada Elice, filha do seu sobrinho Joaquim Ribeiro Pontes, um conto de réis; à afilhada Elice, filha do seu compadre José Pinto de Araújo Amaral, dois contos de réis;

Instituiu e nomeou por herdeiros de todo o remanescente da sua herança o seu sobrinho e compadre Joaquim Ribeiro Pontes, o seu compadre Joaquim José Gomes Guimarães, a sua comadre D. Amélia de Carvalho Amaral e a sua afilhada Elice, filha do já citado seu compadre Joaquim Ribeiro Pontes, todos residentes no império do Brasil. Em Portugal, seriam herdeiros do remanescente o seu compadre Joaquim Gomes Moreira, a sua irmã Felícia Maria Joaquina, os seus sobrinhos António Ribeiro Pontes, José António Peniche e António Francisco Praça, para entre os nove ser repartido em partes iguais³⁷⁷.

A propósito da sua morte podia-se ler na imprensa local:

“Dotado de um génio humilde e modesto o seu vulto passou despercebido na multidão, porque era avesso a todas as manifestações de grandeza. Vivía numa pacífica obscuridade, mas nunca se retraiu a prestar qualquer serviço que fosse útil ao seu país e sobretudo ao seu concelho. A freguesia de Macieira deve-lhe muito, pois a bolsa do finado esteve sempre pronta para os melhoramentos mais indispensáveis e necessários ao seu engrandecimento e prosperidade”³⁷⁸.

► José Joaquim Pereira de Lima

Nasceu na freguesia de Fornelo, no ano de 1822, e com 12 anos de idade embarcou para o Brasil³⁷⁹. O apelido “Vairão” que juntou ao nome de baptismo, como nos aparece no livro do Centenário do Real Hospital Português de Pernambuco, sendo ele natural da freguesia contígua à de Vairão, deve-se, possivelmente, ao facto de a família, entretanto, ter mudado de residência. Também pode ter decidido adoptar esse apelido por ser um nome sonante e histórico³⁸⁰, e ter uma certa semelhança fonética e ortográfica com o título nobiliárquico de Barão, o que lhe conferia grandeza e

³⁷⁷ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 110, 30 de Junho de 1888.

³⁷⁸ *Jornal de Vila do Conde*, n.º 77, 3 de Março de 1888.

³⁷⁹ ADP – *Registo de passaportes*, livro 3242, fl. 94v, 29 de Setembro de 1834.

³⁸⁰ O convento de Vairão de freiras beneditinas foi fundado no século X.

dignidade, razões, afinal, que o teriam levado até ao Brasil.

Em 15 de Janeiro de 1836, José Joaquim Pereira de Lima, também natural de Fornelo, casado, de 53 anos de idade, solicitou passaporte para o Brasil. Supomos tratar-se do pai do anterior³⁸¹. Por sua vez, em 3 de Novembro de 1869, solicitou fiança para embarque para o Brasil, António José de Lima, solteiro, natural de Vairão, filho de José Joaquim de Lima³⁸². O registo evidencia a mudança de naturalidade, mas omite a idade, assim como a quem ia recomendado, acrescentando, contudo, que estava isento do serviço militar pelo n.º 2, do artigo 8.º da lei de 27 de Julho de 1855³⁸³.

Está-se em presença de três gerações sucessivas de emigrantes da mesma família, avô, pai e filho. Depreende-se que as duas primeiras gerações não alcançaram no Brasil a ambicionada fortuna, uma vez que o último a emigrar estava isento do serviço militar por ser amparo da família.

José Joaquim de Lima foi o primeiro vilacondense a fazer parte da fundação e organização do Real Hospital Português em Pernambuco. Outros se lhe seguiram, quer na direcção quer na forma como generosamente concorreram no sentido do desenvolvimento científico e material daquela unidade hospitalar.

► José dos Santos Azevedo

Filho de Bernardino dos Santos Azevedo e de Ana Maria Ramos, nasceu na freguesia de Árvore, no ano de 1854, e partiu em 1867 para Pernambuco, com a viagem paga pelo pai. Tinha na altura apenas 13 anos de idade e foi recomendado ao seu conterrâneo, o comerciante Albino José da Cruz³⁸⁴. Em 30 de Agosto de 1878, após o falecimento de seus pais, partiu para a sua companhia o seu irmão Manuel dos Santos Azevedo, então com 12 anos de idade, com a viagem paga pela verba que lhe tocou em herança³⁸⁵.

³⁸¹ ADP – *Passaportes nacionais para fora do reino*, livro 2, 3245, fl. 12.

³⁸² AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3116, fl. 13.

³⁸³ A redacção do citado clausulado legislativo é a seguinte: “Aquele que provar, que ele só, pelo seu trabalho, sustenta qualquer dos seus ascendentes ou irmãos, que não possam alimentar-se por absoluta carência de meios, e estado de não poder obtê-los; e bem assim o exposto, abandonado ou órfão, que sustentar, só com o seu trabalho, a mulher pobre, ou sexagenária que o criou gratuitamente, e educou desde a infância, está isento do serviço militar”(Carta de Lei de 27 de Julho de 1855, Art.º 8.º, n.º 2).

³⁸⁴ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3115, fl. 105, 25 de Setembro de 1867.

³⁸⁵ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3120, fl. 97v, 30 de Agosto de 1878.

José dos Santos Azevedo era uma pessoa muito empreendedora e com uma rigorosa gestão financeira, qualidades que lhe permitiram acumular riqueza. Na sua terra natal para onde se deslocava amiúde, as qualidades beneméritas e humanitárias que o exornavam granjearam-lhe o respeito e admiração dos seus conterrâneos.

Pelo seu testamento lavrado na freguesia de Árvore, a 14 de Fevereiro de 1912, e aprovado cinco dias depois, na cidade do Porto, no escritório do notário António Borges, substituto do doutor Augusto Corado de Campos, declara-se solteiro e capitalista, sem herdeiros ascendentes ou descendentes. Exprime o desejo de que o seu funeral seja simples e decente e que o seu corpo seja sepultado no jazigo da família “Azevedo” existente no cemitério paroquial da freguesia de Árvore, a não ser que à data da sua morte já esteja pronto o jazigo perpétuo que tencionava mandar construir e, nesse caso, o seu corpo seria depositado neste último. Encomendava cinquenta missas de mil réis cada, uma pelo abade da freguesia, dez pela alma de seus pais, vinte pela alma dos filhos dos mesmos e vinte pela alma dos tios.

De acordo com a última vontade do benemérito José dos Santos Azevedo, a sua imensa fortuna composta por numerário em moeda forte portuguesa e bens de uso pessoal, seria distribuída por algumas instituições, por particulares e pelos familiares:

- a instituições: à junta da freguesia de Árvore para mandar fazer na igreja as reparações que julgasse necessárias e também com a obrigação de cuidar do jazigo onde fosse sepultado, 300\$000 réis; à administração do jornal *Comércio do Porto* para serem repartidos pelos pobres do mesmo jornal, 100\$000 réis; a cada um dos seus afilhados e afilhadas de baptismo, 100\$000 réis, para além de qualquer outro legado;

- a particulares: para a construção de uma escola masculina no lugar de Lente, da freguesia de Árvore, quatro contos; aos pobres da freguesia de Árvore (de preferência velhos e aleijados), 200\$000 réis, sendo esta verba distribuída em esmolas de \$500 a 2\$000 consoante as necessidades de cada um; aos criados e criadas de lavoura

que estivessem ao serviço da casa onde morava, 50\$000 réis a cada; à criada que estivesse ao seu serviço, 100\$000 réis, mas se a mesma já estivesse ao seu serviço há mais de cinco anos, passava a receber 200\$000 réis;

- à família: aos sobrinhos, José, Alfredo, Carlos, Maria e Bernardino, filhos da sua falecida irmã Rita, 500\$000 a cada; aos sobrinhos, Alfredo e Manuel, filhos da sua irmã Maria, de Gião, 500\$000 a cada; às sobrinhas Maria e Clementina, filhas da mesma irmã Maria, quatro contos de réis a cada; para repartir pelos filhos que vier a ter a sua sobrinha Albertina de Azevedo Ramos, casada com Manuel Gomes de Azevedo, da Ponte d'Ave, quatro contos de réis; para repartir pelos filhos que vier a ter a sua sobrinha Júlia de Azevedo Ramos casada com Joaquim Gonçalves de Azevedo de Árvore, quatro contos de réis; ao sobrinho Alfredo de Azevedo Ramos todo o recheio da sua casa, como jóias, roupas, móveis, louças, trens de cozinha, etc., “excepto o dinheiro ou os títulos que constavam da sua escrita no livro de notas particulares guardado no seu cofre, cuja escrituração mantinha sempre em dia e tudo bem explicado”.

O remanescente da sua fortuna ficava para os seus segundos sobrinhos e afilhados menores Vasco e Ana, o primeiro filho da sua sobrinha Maria de Azevedo Ramos casada com Manuel dos Santos Azevedo, irmão do doador: a segunda, filha da sua sobrinha Júlia de Azevedo Ramos casada com Joaquim Gonçalves de Azevedo, todos moradores na freguesia de Árvore.

Como testamenteiros nomeou o irmão, Manuel dos Santos Azevedo; o primo e amigo José de Azevedo Maia, da freguesia de Fajozes; o sobrinho a residir em Manaus, Alfredo de Azevedo Ramos; o sobrinho da freguesia de Árvore, José de Azevedo Ramos e, em quinto e último lugar, Joaquim Gonçalves de Azevedo

As doações efectuadas estavam sujeitas às seguintes imposições:

- a junta de freguesia de Árvore tinha de mandar fazer na igreja as reparações que julgasse necessárias e também cuidar do jazigo onde o doador fosse sepultado,

- o rendimento do legado de quatro contos de réis a cada uma das citadas sobrinhas Maria e Clementina revertia para a mãe das mesmas enquanto fosse viva, e se em vida o doador desse dote para casar alguma delas, deixava a mesma de receber a referida herança e, nesse caso, a mãe delas teria um pensão vitalícia de trinta mil réis mensais, pagos pelos herdeiros do remanescente;

- o rédito da doação de quatro contos de réis para dividir pelos filhos das sobrinhas Albertina e Júlia ficaria para os pais enquanto estes fossem vivos;

- se em vida comprasse algum terreno ou casa no lugar de Lente deveria ser aí edificada a referida escola, ou se a mandasse construir em vida os quatro contos de réis destinados à construção da escola seriam empregues em títulos do Governo e os juros pertenceriam à escola, para a conservação do edifício e também para a atribuição de um ou dois prémios anuais de cinco a dez mil réis “aos discípulos que mais se salientarem na escola pelo seu bom comportamento e inteligência”³⁸⁶ e o que, eventualmente, restasse da referida renda, seria para a compra de livros para os rapazes mais pobres. A junta de freguesia devia encarregar-se de fiscalizar tudo, mas de acordo com o professor que estivesse na escola.

O filantropo José dos Santos Azevedo faleceu a 4 de Março de 1913 sem ver plenamente concretizado o seu projecto de dotar a freguesia da sua naturalidade de uma escola para rapazes. De acordo com a acta da junta de freguesia lavrada a 24 de Maio de 1914, José dos Santos Azevedo adquiriu uma morada de casas no lugar de Lente e estava a proceder às obras adequadas ao fim em vista, porém, as mesmas ficaram por concluir em virtude do seu falecimento. Para o cumprimento pleno do legado, o testamentário José de Azevedo Maia tomou a seu cargo a conclusão das referidas obras, e depois de pagas todas as despesas, sobrou do legado a quantia de mil e quinhentos escudos, verba que foi entregue à junta de freguesia para os fins designados pelo doador

³⁸⁶ AMVC – *Registo de treslados de testamentos*, livro 3266, fls. 43-47v.

no seu testamento. A escola de rapazes do lugar de Lente foi inaugurada oficialmente nos inícios de 1914, apetrechada com todo o material didáctico e oferecida ao Estado. O busto do filantropo da escola está colocado sobre uma peanha no interior do edifício escolar³⁸⁷.

► José Narciso Maia Palmeira (comendador da Ordem de Benemerência)

José Palmeira foi baptizado na igreja de Santa Maria de Vilar, a 3 de Abril de 1901. Foram seus padrinhos o avô materno José Dias Salgueiro, casado, lavrador, e a irmã Albina Dias Moreira³⁸⁸, solteira. Era filho de Manuel Antunes Palmeira e de Maria Dias Moreira, lavradores, neto paterno de José Antunes Palmeira e de Albina Rosa de Azevedo e materno do já citado José Dias Salgueiro e de Angelina Augusta Moreira³⁸⁹.

Chegou ao Recife a bordo do vapor “Araguaia”, no ano de 1914. O seu primeiro emprego foi numa loja de tecidos. A pulso, com muito trabalho e rigorosa gestão, passou a sócio maioritário da firma Narciso Maia Tecidos Lda, juntamente com a filha, Wanda Maria Stanford Palmeira que nasceu do casamento realizado em 1942. A firma dedicava-se à venda de tecidos por grosso e a retalho, contando, em 1985, com uma rede de dezoito lojas, sendo sete no Recife e as restantes espalhadas por várias zonas do Brasil. Na actualidade, os herdeiros ampliaram o negócio ao ramo do pronto-a-vestir, contando a firma Narciso Maia & C.^a Ld.^a com quase meia centena de lojas dispersas por todo o Brasil.

Wanda Stanford Palmeira é casada com o Dr. William Pereira Stanford, distinguido em 1995 com a Medalha de Prata pelo profissionalismo e dedicação ao Real Hospital. Este médico dirige o Serviço de Hemodiálise desde 1963 e também o programa de transplantes renais, tendo efectuado o primeiro transplante em 17 de Fevereiro de 1976, sendo o pioneiro na região.

Durante dezassete anos consecutivos, José Narciso Maia Palmeira trabalhou com grande dedicação e espírito filantrópico no Hospital Português de Beneficência, sendo seu provedor entre 1963 e 1980. Foi também, durante quatro anos, director do Gabinete Português de Leitura. Durante a sua administração, o Hospital Português beneficiou de

³⁸⁷ MAIA, 1995: 146-148.

³⁸⁸ Avó materna da autora da presente tese.

³⁸⁹ ADP – *Registo de baptismos*, livro 168, fl. 3v.

importantes obras de ampliação das suas estruturas e de modernização dos equipamentos, como atrás já foi focado. Pela sua acção empreendedora como provedor do Real Hospital Português em Pernambuco foi agraciado pelo Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, com o grau oficial da Ordem de Benemerência — “comendador”— e do papa João XXIII recebeu uma especial bênção apostólica³⁹⁰.

No ano de 1980, José Narciso Maia Palmeira recebeu o título de “Comerciante do Ano”, que lhe foi concedido pelas entidades de classe comercial de Pernambuco, e desde então, a aposta na variedade de produtos e serviços fez da firma Narciso Maia um caso de sucesso de uma empresa familiar, estando já na terceira geração, liderada por os dois netos do fundador, Narciso Neto e Newton Filho³⁹¹.

José Narciso Maia Palmeira, apesar de ser um exemplo de emigrante que logrou atingir no Brasil o almejado sucesso económico, e embora fosse uma pessoa que nunca esqueceu o torrão natal, o qual visitou várias vezes, e a família, a quem oferecia uma lembrança todos os anos por ocasião do Natal, optou por findar os seus dias no país que o acolheu e lhe proporcionou a riqueza que escasseava na pátria. Faleceu no Recife, no ano de 1990³⁹².

► Manuel Ferreira da Costa e seu filho António Fernandes da Costa (comendador)

Nasceu na freguesia de Touguinha, no ano de 1855. Era filho de Joaquim Ferreira da Costa e de Ana Maria, mas muito cedo ficou órfão de pai. Em 20 de Agosto de 1870, ele, com 15 anos de idade, e o seu irmão José Ferreira da Costa, com apenas 13 anos, obtiveram consentimento e fiança de seu tio e tutor Bernardino Ferreira da Costa para partirem rumo ao Rio de Janeiro, com a viagem paga pelo mesmo tio e tutor, e recomendados ao tio paterno Manuel Ferreira da Costa³⁹³.

Pelo Brasil se deteve longos anos Manuel Ferreira da Costa, prosperou e fez fortuna. Regressou à terra natal e, com grande generosidade e espírito filantrópico, distribuiu esmolas aos pobres, apoiou colectividades, contribuiu para obras em igrejas e para as festividades, reparou caminhos, abriu estradas e mandou construir uma escola na

³⁹⁰ *Voz do Ave*, n.º 283, de 9/01/1985.

³⁹¹ *Jornal de Comércio do Recife – Cadernos especiais*. Recife, 5 de Novembro de 2001.

³⁹² *Jornal de Comércio do Recife – Cadernos especiais*. Recife, 5 de Novembro de 2001.

³⁹³ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livro 3116, fls. 48v e 49v.

freguesia de Touguinha. Como comentava um jornal “fez o que a ninguém mais se tem visto e vê fazer”³⁹⁴.

Manuel Ferreira da Costa faleceu a 22 de Janeiro de 1917 de uma lesão cardíaca que o tinha prostrado no leito algum tempo antes. O seu funeral revestiu-se de uma desusada imponência. Após a missa de corpo presente celebrada na igreja paroquial de Touguinha, foi transportado num coche fúnebre seguido de 23 trens e automóveis para o seu jazigo privativo no cemitério paroquial de Vila do Conde. Presente à cerimónia fúnebre estiveram as mais altas individualidades vilacondenses e, entre elas, o vice-cônsul do Brasil em Vila do Conde, doutor João Pereira Galvão. O semanário local *O Democrático*, em preito de saudade, elucidava:

“Pelos pobres seus conterrâneos distribuiu muitas esmolas e consolações, mitigando a fome e enxugando as lágrimas. Atribuiu generosas dádivas à Santa Casa da Misericórdia, ao Asilo da Ordem Terceira de Vila do Conde e à Associação dos Bombeiros, custeou estradas e avenidas em Touguinha e reparou caminhos e estradas”³⁹⁵.

Quem der um relance pela imprensa da época depressa se apercebe que Manuel Ferreira da Costa e o seu filho, António Fernandes da Costa, gozavam de grande prestígio local. Ambos são muito acarinhados pela imprensa local e mesmo regional (*O Comércio do Porto*), merecendo honras de primeira página e destaques com grandes fotos em primeiro plano, destacando-lhes as qualidades morais e realçando os actos de benemerência por eles praticados, a ponto de os apelidar de “os maiores beneméritos do concelho”³⁹⁶. Por seu turno, o leque de conhecimentos e amizades de António Fernandes da Costa ultrapassa os estreitos limites da freguesia da sua naturalidade e do seu concelho, contando nos eventos promovidos em sua homenagem e de seu pai com a presença de individualidades políticas, religiosas e civis da cidade do Porto e do concelho da Póvoa de Varzim.

Em 1926, o mesmo semanário ao evocar o nome de António Fernandes da Costa realçava:

“Este nome já abençoado pelo povo da nossa terra, que vê na sua pessoa um benemérito que lhe conhece as suas urgentes necessidades e que vai satisfazendo com uma frequência

³⁹⁴ *O Democrático*, n.º 101, 28 de Janeiro de 1917.

³⁹⁵ *O Democrático*, n.º 101, 28 de Janeiro de 1917.

³⁹⁶ *Renovação*, n.º 96, 10 de Outubro de 1936.

que a todos causa admiração, tem direito ao reconhecimento perene do povo de um concelho inteiro pelos benefícios que dos seus actos de altruísmo, vem usufruindo. E como não bastassem os seus actos de constante benemerência em benefício da Santa Casa da Misericórdia, Asilo da Ordem Terceira de S. Francisco, Associação dos Bombeiros Voluntários, Circulo Católico, Socorros Mútuos e Grupo de Scouts *O Lidador*, temos o dever de trazer ao conhecimento público o novo donativo de mais de dois mil escudos destinado à pintura interna e externa do novo Hospital da Misericórdia. É mais uma dívida de gratidão que os vilacondenses ficam devendo ao grande e modelar Homem, cuja vida tem sido um espelho de virtudes e benemerências³⁹⁷.

Esta distinção rapidamente se repercutiria em outras dignidades que entretanto lhe foram atribuídas, passando regularmente a fazer parte do noticiário da imprensa local.

Efectivamente, a junta de freguesia de Touguinha em parceria com uma comissão promotora, aproveitou a ocasião da passagem do 11.º aniversário do falecimento de Manuel Ferreira da Costa para organizar um significativo preito, a ele e a seu filho, considerado um “fervoroso continuador da obra filantrópica e benfazeja de seu pai”³⁹⁸. A imponente homenagem realizada no fim-de-semana de 21 e 22 de Janeiro de 1928, a que se associou todo o concelho de Vila do Conde e parte do da Póvoa de Varzim com as suas autoridades, associações de classe, corporações dos bombeiros e bandas de música contou com vários actos solenes.

No sábado, celebrou-se na igreja paroquial de Touguinha a missa comemorativa do 11.º aniversário do falecimento de Manuel Ferreira da Costa; foi inaugurado na junta da freguesia de Touguinha o retrato do comendador António Fernandes da Costa oferecido por toda a freguesia, tendo o comendador no acto distribuído avultado número de esmolas pelos pobres, em sufrágio da alma de seu falecido pai; por último, procedeu-se à assinatura do auto de fundação de um monumento à memória do pai do comendador e colocação do busto no respectivo pedestal, sendo todos os eventos acompanhados pela banda do reformatório de Vila do Conde.

No domingo, sobretudo, “foram de uma imponência invulgar as homenagens”³⁹⁹: principiaram ao romper da aurora por uma salva de 21 tiros; da parte da manhã, as bandas dos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde e da Póvoa de

³⁹⁷ *O Democrático*, n.º 639, 3 de Setembro de 1926.

³⁹⁸ *O Vilacondense*, n.º 4, 31 de Janeiro de 1928.

³⁹⁹ *O Vilacondense*, n.º 4, 31 de Janeiro de 1928.

Varzim juntamente com a do Reformatório de Vila do Conde depois de executarem várias composições junto ao monumento e vivenda do comendador percorreram a freguesia; à tarde “quando na avenida *Manuel Ferreira da Costa* e nas suas imediações se aglomeravam já milhares de pessoas”⁴⁰⁰, chegou um cortejo organizado no centro da vila, do qual faziam parte as autoridades e associações locais, assim como as da Póvoa de Varzim. A comissão promotora das homenagens fez a entrega do monumento à junta de freguesia, seguindo-se os discursos proferidos pelo presidente da comissão promotora, doutor José Maria de Andrade Ferreira, pelo presidente da comissão administrativa da Câmara de Vila do Conde, doutor João Canavarro, e pelo reverendo José Praça, director da Casa de Correção de Vila do Conde. Todos se referiram à justiça e ao significado daquela homenagem e aproveitaram o ensejo para exprimirem ao comendador o apreço e reconhecimento pelas suas “excelsas qualidades”. Após os discursos o comendador foi convidado a descerrar o busto em bronze de seu pai até então coberto com a bandeira nacional, seguindo-se uma calorosa salva de palmas da multidão enquanto a banda dos bombeiros tocava a sentido e as bandas executavam a *Portuguesa*; pelo final da tarde, o comendador ofereceu numa das “luxuosas salas de sua casa um abundante copo de água”⁴⁰¹, iniciando, de seguida, o presidente da autarquia vilacondense a série de brindes.

Os jornais locais revelando, mais uma vez, o carinho e empatia que nutriam por estas duas personalidades deram destaque de primeira página referindo-se à homenagem promovida em termos profusamente laudatórios:

“O concelho de Vila do Conde acaba de saldar uma dívida de gratidão profunda para com dois homens de valor extraordinário, dois homens altamente bairristas, patriotas e beneméritos. Manuel Ferreira da Costa foi um dos maiores exemplos de trabalho e virtudes, espalhou por todo o concelho benemerências sem conta. À sua custa abriram-se caminhos e estradas; construiu-se uma escola primária na freguesia da sua naturalidade que desde logo se tornou frequentada por elevado número de alunos de ambos os sexos; fizeram-se obras de grande dispêndio na igreja Matriz de Vila do Conde e abriu-se a avenida que tomou o seu nome na freguesia de Touguinha. Na parte caritativa foi enorme a obra pelos indigentes e pobres envergonhados, pelas instituições de beneficência e por todas as colectividades, por todos distribuiu rios de dinheiro e, quase sempre, num recato que nem a mão esquerda sabia o que a direita dava.

⁴⁰⁰ *O Democrático*, n.º 705, 28 de Janeiro de 1928.

⁴⁰¹ *O Vilacondense*, n.º 4, 31 de Janeiro de 1928.

António Fernandes da Costa, herdeiro de um nome honradíssimo, é ainda novo, mas já tem afirmado a magnanimidade do seu coração e do seu carácter. Como seu pai é uma figura de prestígio, um benemérito e um bairrista que Vila do Conde soube reconhecer como um dos seus filhos mais ilustres. Não há muito ainda que a venerável Ordem Terceira de S. Francisco em Vila do Conde inaugurou um salão-enfermaria no asilo de inválidos, reformado e mobilado a expensas do senhor comendador, colocando ali o seu retrato como demonstração de apreço e gratidão. Em Touguinha ele tem sido o que foi seu pai e longe iria a menção dos actos que vem praticando em prol da instrução, dos pobres, das vias de comunicação, de tudo que representa um bem para a freguesia. Homens assim honram uma terra e merecem o reconhecimento de todos”⁴⁰².

Pouco tempo depois, o mesmo periódico ao realçar, mais uma vez, as qualidades humanitárias e filantrópicas de António Fernandes da Costa, informa que ele partiu a bordo do paquete “Lima” com destino aos Açores, em viagem de recreio. E ainda que foi louvado pelo Governo pelo despacho datado de 25 de Maio de 1928⁴⁰³, devido aos relevantes serviços prestados à instrução primária de Touguinha, pois, “mandou reparar à sua custa o edifício escolar no que despendeu cerca de dois mil escudos”⁴⁰⁴.

O comendador António Fernandes da Costa foi o principal mentor da cooperativa Eléctrica de Touguinhó. A inauguração da respectiva cabine e iluminação eléctrica na freguesia, no ano de 1936, foi motivo para mais uma grandiosa manifestação de reconhecimento e gratidão ao comendador, que contou com a presença do governador civil do distrito e das autoridades concelhias, para além das múltiplas associações do concelho com as respectivas bandeiras. A avenida Manuel Ferreira da Costa foi artisticamente ornada e profusamente iluminada com mais de 15 000 lâmpadas, os discursos proferidos pelas individualidades convidadas foram radiodifundidos por um equipamento sonoro colocado no torreão do palacete do comendador e houve cortejo e arraial nocturno⁴⁰⁵. Decorrido algum tempo, em 1941, foi o comendador novamente louvado em portaria publicada no *Diário da República* pela despesa efectuada com a instalação eléctrica na freguesia de Touguinha e pela reforma do edifício escolar da mesma freguesia⁴⁰⁶.

⁴⁰² *O Vilacondense*, n.º 4, 31 de Janeiro de 1928.

⁴⁰³ O referido louvor foi publicado no *Diário do Governo* n.º 122, 2.ª série, de 31 de Maio de 1928.

⁴⁰⁴ *O Vilacondense*, n.º 14, 8 de Julho de 1928.

⁴⁰⁵ *Renovação*, n.º 96, 10 de Outubro de 1936.

⁴⁰⁶ *Renovação*, n.º 311, 8 de Fevereiro de 1941.

Em 1937 o executivo camarário de Vila do Conde deliberou que a antiga rua de Santa Luzia na cidade de Vila do Conde, passasse a denominar-se rua Comendador António Fernandes da Costa. No acto solene que então se realizou e na série de discursos que se seguiu, foram exaltados, repetidas vezes, os benefícios que o comendador trouxe ao concelho e, salientada a justiça do acto, assim como a merecida concessão que Governo português lhe fez do grau de comendador da Ordem da Benemerência⁴⁰⁷. E no ano seguinte, as fotos do comendador e da sua esposa tiveram honras de grande destaque na primeira página do semanário *Renovação*, tal como já havia acontecido no ano anterior.

Em 1939 um artigo dá conta do seu peculiar altruísmo:

“Difere da maior parte dos beneméritos não só pelas avultadas dádivas, mas também porque acompanha as necessidades do dia-a-dia. Ainda há pouco ofereceu a quantia necessária para a aquisição de um aparelho para o serviço de oftalmologia do hospital de Vila do Conde, carência que obrigava os doentes a deslocarem-se ao consultório do médico António Gomes, na cidade do Porto, a fim de se submeterem a exames mais minuciosos”⁴⁰⁸.

Em 1940, pela ocasião do seu aniversário natalício, teve novamente destaque de primeira página:

“Tudo merece o seu apoio, as povoações, os hospitais, os templos, as festividades, as associações, as estradas, as escolas, a tudo está ligado o seu nome, o que atesta o seu génio altruísta”⁴⁰⁹.

A notícia da morte do comendador, ocorrida em meados de 1953, consternou profundamente os vilacondenses, “pois todos tinham uma veneração e carinho pelo benemérito cidadão que passou a vida num apostolado de bem-fazer, minorando dores e aclarando obras, que sem a sua ajuda jamais teriam sido realizadas”⁴¹⁰.

Tanto Manuel Ferreira da Costa como o seu filho têm lugar de destaque na galeria dos maiores beneméritos vilacondenses, ambos se distinguiram pelo seu inextinguível espírito de filantropia e pela forma como o fizeram. Ao contrário de outros

⁴⁰⁷ *Renovação*, n.º 139, 4 de Setembro de 1937.

⁴⁰⁸ *Renovação* n.º 53, 4 de Março de 1939.

⁴⁰⁹ *Renovação*, n.º 74, 25 de Maio de 1940.

⁴¹⁰ *Renovação*, n.º 643, 25 de Julho de 1953.

brasileiros de torna viagem não esperaram pela hora da morte para legar os seus bens em benefício público, realizaram a sua imensa obra humanitária em vida.

► **Randolfo Pinto Ferreira**

Natural da freguesia de S. Simão e S. Judas Tadeu da Junqueira, nasceu em 1889. Era filho de José Pinto Ferreira e de Ana Francisca de Lima. À semelhança do que era tradição na época, a primogénita deste casal herdou a casa paterna para dar continuidade à família na terra onde estava radicada e para tratar dos pais na velhice. Dos restantes cinco filhos, quatro emigraram para o Brasil. De entre eles, Randolfo foi o que logrou atingir maior ascensão económico-social; tendo começado como empregado de comércio, paulatinamente foi-se afirmando no mundo dos negócios. Era sócio proprietário de uma grande ourivesaria na cidade do Recife, a ourivesaria Krause, e foi grande protector do Real Hospital, instituição à qual concedeu generosas dádivas por diversas vezes⁴¹¹. A família do Randolfo em Portugal também beneficiou de visível ascensão. Um seu sobrinho — Carlos Pinto Ferreira — formou-se em medicina e durante doze anos (1954-1966) foi presidente da câmara municipal de Vila do Conde⁴¹².

Randolfo manteve-se solteiro, mas tinha uma filha que perfilhou. Mandou construir na sua terra natal um majestoso palacete que ombreava em altura com a torre da igreja paroquial da freguesia que se situava nas proximidades. Conta-se que só mandou parar a edificação da torre da sua imponente casa, quando dela conseguiu avistar o mar de Vila do Conde que se situa a cerca de sete quilómetros do local. Tencionava, após o regresso à sua aldeia, deleitar-se no seu torreão a apreciar ao longe o mar, mas a sorte foi-lhe madrasta, pois faleceu no Recife. A sua morte ocorreu em meados do ano de 1911, quando desabou sobre a sua joalharia o prédio ao lado pertencente à Ordem Terceira que estava a ser construído com tijolos aproveitados de outras obras e soterrou todos os que se encontravam na loja⁴¹³.

Para além dos brasileiros já mencionados, os que atingiram maior notoriedade, que tiveram um retorno de jubilação e de inovação de acordo com a tipologia elaborada

⁴¹¹SILVA, 1960: 74-75.

⁴¹²*Voz do Ave* — ano VI n.º 287, 13.02.1985

⁴¹³*O Ave*, n.º 246, 9 de Julho de 1911.

por F. P. Cerase⁴¹⁴ relativa às migrações de retorno, para os quais há maior quantidade de registos informativos e mais loquazes, já que os seus protagonistas desenvolveram uma acção mais visível, traduzida em benemerências e/ou nobilitações ou mesmo cargos políticos, favorecendo as impressões laudatórias ou suscitando comentários na imprensa, existem ainda exemplos de *brasileiros* vilacondenses que contribuíram, embora de uma forma menos significativa para o melhoramento da sua terra natal e do país de acolhimento:

► Alberto da Silva Campos (pintor e engenheiro)

Era natural da freguesia de Santa Cristina de Malta. Frequentou a Academia de Belas Artes do Porto e emigrou para o Rio de Janeiro no princípio do século XX, tornando-se sócio do importante *atelier* de pintura e desenho Apolon, pertencente à firma Guimarães Campos & C.^a. Foi pintor talentoso e a ele se referem os jornais *Gazeta de Notícias* e *O Comércio*, ambos do Rio de Janeiro, a propósito da exposição que realizou em 1916. Nessa amostra de arte foi particularmente louvado pela crítica o seu quadro “Assunção de Maria”⁴¹⁵. Mereceu também rasgados elogios o projecto que apresentou do monumento ao Barão do Rio Branco no Rio de Janeiro⁴¹⁶.

► António Ferreira Vilas Boas

António Ferreira Vilas Boas foi um guilhabrense que se destacou em solo brasileiro. Consolidando fortuna através de negócios no sector livreiro do Rio de Janeiro, nunca esqueceu o rincão de Guilhabreu e concedeu dádivas para diversos melhoramentos materiais na freguesia⁴¹⁷.

► Augusto Romano Sanches de Baena e Farinha de Almeida Portugal Silva e Sousa (visconde Sanches de Baena)

Nasceu na freguesia de Vairão a 26 de Setembro de 1822. Era filho de José de Sousa Costa, fidalgo da Casa Real e capitão do regimento de Milícias da Maia, e de sua mulher, D. Maria do Carmo Baena Coimbra Portugal. Emigrou para o Brasil onde se

⁴¹⁴ De acordo com a sua tipologia o retorno pode ser de fracasso, conservantismo, jubilação e de inovação.

⁴¹⁵ *O Democrático*, n.º 86, 24 de Novembro de 1916.

⁴¹⁶ *O Democrático*, n.º 30, 14 de Dezembro de 1913.

⁴¹⁷ *O Ave*, n.º 190, 21 de Maio de 1910.

formou em Farmácia e Medicina, tendo-se estabelecido no Rio de Janeiro com laboratório químico e farmacêutico, considerado na época o maior da América. Em 1860, altura em que se manifestou no Brasil a epidemia de *colera morbus*, foi dadivoso na distribuição de medicamentos aos doentes durante seis meses, num gesto de grande humanidade e altruísmo. Em 1867 regressou a Portugal, onde continuou a desempenhar a sua missão de médico generoso e solidário⁴¹⁸.

► Carlos Castro de Figueiredo Faria (adido diplomático)

Carlos Castro de Figueiredo Faria nomeado secretário da Legação na Corte de S. Petersburgo, aí se manteve até 1901, quando foi transferido para o Rio de Janeiro. Era então ministro de Portugal no Rio de Janeiro o Conselheiro Camelo Lampreia. Por questões de clima, que lhe agravaram as moléstias de que já sofria, pouco tempo permaneceu na nossa embaixada do Rio de Janeiro. Carlos Faria foi também jornalista, colaborou em vários periódicos brasileiros, entoando nos seus artigos loas à sua terra natal.

► Carlos Gonçalves Pena

Natural da freguesia de Árvore e emigrado em Pernambuco, foi um benemérito que gastou 20 contos de réis com a canalização de água para um lavadouro público⁴¹⁹.

► João d'Afonseca Lapa (escultor)

Nasceu em Vila do Conde a 13 de Março de 1841, sendo baptizado na igreja Matriz da vila a 17 do mesmo mês e ano. Parainfaram o acto, João Luís do Brás e Nossa Senhora da Lapa. Era filho de Manuel d'Afonseca Barbosa e de Ana de São Joaquim Freire. Neto paterno de José Joaquim d'Afonseca e de Maria da Rosa Piedade e materno de Joaquim Freire e de Custódia Margarida da Lapa. O seu pai fundou na Póvoa de Varzim a primeira padaria de pão de trigo, facto que indicia que era um homem de algumas posses⁴²⁰.

Estudou escultura na cidade do Porto onde foi discípulo do famoso mestre Soares dos Reis e companheiro dos irmãos Teixeira Lopes. Em Vila do Conde montou

⁴¹⁸ *Jornal de Vila do Conde, Caderno de Cultura*, n.º 93, 30 de Abril de 1981.

⁴¹⁹ *O Ave*, n.º 69, 5 de Janeiro de 1908.

⁴²⁰ *Miscelânea de Arte*, Vila do Conde, n.º único, 14 de Novembro de 1981.

oficina de escultor-santeiro na Praça Velha, actual Largo Antero de Quental, onde realizou autênticas obras-primas, como a imagem de Nossa Senhora do Monte Córdova em Santo Tirso que mereceu referências elogiosas na imprensa, nomeadamente, num dos exemplares do jornal *Comércio do Porto* do ano de 1898.

Em 26 de Novembro de 1914 tirou passaporte para partir com destino ao Rio de Janeiro, acompanhado da sua esposa Marciana Gomes Quaresma, de 56 anos de idade, e do filho Armando, de 10 anos⁴²¹.

Tem uma obra vastíssima em Portugal, e disseminada por várias partes do mundo: na América do Norte (U.S.A.) é conhecido um S. Miguel Arcanjo de grandes proporções, na igreja de Fall River Mass. No Brasil, em Porto Alegre, está uma Nossa Senhora dos Navegantes, encomendada pela comunidade lusíada e esculpida por este escultor na sua oficina de Vila Nova de Gaia, em 1912. No Rio de Janeiro, na igreja dos Jesuítas, crê-se que a imagem do Mártir S. Sebastião seja igualmente da autoria deste artista vilacondense. Outras esculturas, por certo, existirão no Brasil, pois o escultor aí viveu durante cerca de 20 anos, onde deixou uma filha, Raquel d'Afonseca, escritora brasileira de renome. Veio a fenecer no ano de 1935, no Rio de Janeiro, onde jaz no cemitério de S. Francisco Xavier⁴²².

► Joaquim de Oliveira Maia

Natural da freguesia de Guilhabreu, estabeleceu-se no Maranhão no princípio do século XX. Contribuiu com dádivas para as festas da sua freguesia. A igreja paroquial também beneficiou do seu auxílio na reconstrução da tribuna e na oferta de um luxuoso vestido para a imagem de Nossa Senhora das Dores⁴²³.

► José Álvares de Sousa Soares (visconde de Sousa Soares)

Filho do médico José Álvares de Sousa Soares e da farmacêutica D. Maria José de Queirós, um e outra com ascendentes ligados à medicina desde o século XVIII, nasceu na freguesia de Vairão em 1846⁴²⁴.

⁴²¹ ADP – *Registo de passaportes*, livro 170, fl. 58v.

⁴²² *Miscelânea de Arte*, Vila do Conde, n.º único, 14 de Novembro de 1981.

⁴²³ *O Ave*, n.º 78, 7/ 03/1908.

⁴²⁴ AZEVEDO, 1998: 149.

Tendo partido para o Brasil após a morte de seus pais, para se fixar no estado do Rio Grande do Sul, em Pelotas, onde se dedicou com afinco aos estudos de Botânica e Química, inventou a partir de uma planta brasileira o famoso medicamento “Peitoral de Cambará”, origem da sua fortuna.

De regresso a Portugal no ano de 1897, fundou no Porto, em Santa Catarina, o estabelecimento industrial de produtos farmacêuticos, que passou a ser a sede de uma fundação que fez com seus filhos, a Sociedade Medicinal Sousa Soares Lda.

Foi um dos fundadores da Liga Monárquica do Norte e foi também proprietário e fundador do jornal realista *O Porto*, diário matutino que se publicou entre 1909 e 1911, data da sua morte. Era fidalgo-cavaleiro da Casa Real (D. Manuel II). Casou duas vezes. Do seu segundo casamento nasceu Torquato Brochado de Sousa Soares, medievalista e professor universitário⁴²⁵.

► Manuel Joaquim Moreira

Emigrou em 1856, com apenas 12 anos de idade, para o Rio de Janeiro. Graças à sua tenacidade e capacidade de trabalho ascendeu a um privilegiado estatuto socioeconómico. Foi o criador de uma das mais completas oficinas de tipografia, litografia e encadernação no Rio de Janeiro. Foi dos primeiros a introduzir a máquina a vapor neste tipo de actividade⁴²⁶.

Em síntese, neste penúltimo ponto do capítulo sobre o retorno, procurou-se delinear algumas trajectórias, ainda que sucintamente, de modo a se perceber os contornos biográficos dos *brasileiros* vilacondenses que atingiram notoriedade. Tem-se consciência do carácter fragmentário dos esboços biográficos apresentados, uma vez que, na sua maior parte, resultaram do cruzamento das informações testamentárias com as notícias recolhidas na imprensa regional e local, permanecendo lacunas nas tramas de reconstituição dos percursos individuais, dada a dificuldade de traçar os dados identificadores de indivíduos que se movem num espaço tão amplo, que se distende por dois ou mais continentes, como aconteceu, por exemplo, com o visconde de Santa Marinha da Trindade que, após estanciar alguns anos no Brasil, passou para Angola.

⁴²⁵ *Jornal de Vila do Conde – Caderno de Cultura*, Vila do Conde, n.º 93, 30 de Abril de 1981.

⁴²⁶ - *Diário Illustrado*, n.º 3726, 19 de Setembro de 1883.

Apesar das contingências documentais apontadas, é possível congregar algumas ilações, a primeira das quais consiste no carácter múltiplo e peculiar dos trajectos biográficos esboçados. De origem social diversa, a maioria era oriunda das aldeias do concelho. Alguns eram filhos de lavradores com proles numerosas que para evitarem a fragmentação do património impunham alguns descendentes para o Brasil. Outros, eram de origem mais humilde, filhos de caseiros e trabalhadores rurais. Da sede do concelho, o destaque vai para Baltazar do Couto que era filho de um capitão de navios, e Bento Luís de Aguiar, oriundo de uma família que gozava de elevado estatuto socioeconómico. A maior parte, tendo partido jovem, só voltou definitivamente após longa permanência no Brasil, quase se pode afirmar que organizaram a sua vida de modo a virem morrer à terra natal. A longa duração do ciclo migratório era condição necessária para as grandes fortunas de centenas de contos de réis legadas nos testamentos do visconde de Santo Albino e do comendador Macieira, para citar apenas dois dos exemplos mais emblemáticos de *brasileiros* com grande riqueza que faleceram decorridos poucos anos após o seu regresso definitivo. Alguns realizavam frequentes viagens ao Brasil, como são sintomáticos os casos do visconde de Faria Machado e de Baltazar do Couto. Uns tantos obtiveram sucesso social e financeiro e poderiam ter um retorno de jubilação, mas optaram por ficar para sempre em solo brasileiro, outros, tencionavam regressar à terra natal, mas o destino fatal antecipou-se, mas em qualquer dos casos não faltaram com as suas dádivas para os melhoramentos da terra que os viu nascer.

Um outro aspecto que sobressai é o facto de muitos dos *brasileiros* citados terem permanecido solteiros e sem descendência. Este pormenor sugere que ânsia de amealhar riqueza, fez com que relegassem para segundo plano os assuntos relacionados com o casamento. A nota mais dissonante neste aspecto, vai para o visconde de Santo Albino, que embora se declare solteiro no seu testamento lavrado em 1916, quando já tinha 61 anos de idade, na realidade, viveu maritalmente com uma sobrinha de quem teve vários filhos, mas que nunca perfilhou. Atitude inversa teve o emigrante Randolpho, apesar de se manter solteiro, tinha uma filha que perfilhou.

Sobre a profissão exercida no Brasil pelos emigrantes vilacondenses com sucesso, impera um certo silêncio, crê-se, no entanto, que a maioria estaria ligada ao mundo dos negócios, fundando alguns a sua própria empresa para assim auferirem

maior independência profissional e rentabilidade. Contudo, as ocupações laborais dos *brasileiros* mencionados distendiam-se pela indústria e serviços, com emigrantes vilacondenses detentores de empresas no sector livreiro, farmacêutico e até artístico. É também notório a gestão rigorosa da fortuna que possuíam e a prudência nos investimentos que faziam, sobrelevando-se a posse de prédios em Portugal e no Brasil, bem como a aquisição de títulos de dívida pública portuguesa e brasileira, para desse modo assegurarem uma velhice tranquila e um futuro risonho aos familiares.

A tendência para a filantropia dos emigrantes vilacondenses é um dos dados mais marcantes, em todo o concelho tornou-se bem visível a acção dos *brasileiros*, quer no perímetro rural, quer na própria vila, através das suas casas agrícolas, quintas e palacetes, investindo na agricultura, nos processos de urbanização, no comércio e na indústria, contribuindo decisivamente para o progresso local e, acima de tudo, construindo escolas, rasgando estradas, equipando hospitais e concedendo um grande número de dádivas a familiares, amigos, afilhados e empregados, assim como a instituições e associações de apoio à infância, doença, velhice, pobreza, cultura e desporto, situadas em Portugal e no Brasil.

Claro que muitos tiveram de arrostar com imensas dificuldades e nem todos conseguiram vencer os inúmeros obstáculos com que se depararam pelo caminho. Focar-se-á, a finalizar este capítulo, um caso de um emigrante sem sucesso que teve uma vida atribulada, recheada de desaires.

5.4.2. Um caso de insucesso

Se dos notáveis ficaram numerosos testemunhos, os casos de insucesso pairam submersos no silêncio. Embora maioritários, destes é o que menos se sabe. Serafim de Moura Coutinho não integra o contingente dos que permanecem no anonimato porque deixou um impresso, de qualidade mediana, mas mesmo assim merece ser realçado.

Este emigrante teve um percurso de vida bastante conturbado, marcado por várias peripécias funestas. É um caso típico de *brasileiro* fracassado, de emigrante com dificuldades de integração e de relacionamento tanto no Brasil como na terra natal.

A sua biografia intitulada *Verdadeira História de um rapaz que foi para o Brasil aos 13 anos de idade, mandado por seus pais, e não tendo felicidade porque não nascera para ser rico*, com edição do autor no ano de 1908, assinada no final com o pseudónimo Serafim de Jesus e Maria, embora, pontualmente, esteja narrada na primeira pessoa, na maior parte da história utiliza a terceira pessoa, o que leva a aventar a hipótese de não ter sido escrita pelo próprio, mas por alguém que contratou para o efeito, isto é, por um *ghostwriter*. A linguagem utilizada tem um cunho vernáculo, eivada de realismo, recorrendo com alguma frequência a metáforas e outras figuras de estilo o que lhe imprime maior expressividade. A fiabilidade da história que narra pôde ser corroborada, pelo menos em parte, por alguns documentos coevos e fidedignos.

Na sua parcial e sintetizada biografia que se desenrola num período de 20 anos (dos 13 aos 33 anos) revela-se uma personagem vítima de violência física, de intrigas e de conflitos, um perseguido, um inadaptado e um renegado, com uma trajectória de vida descendente que o conduz a duas tentações de suicídio, à prisão e ao desejo irrealizável de ingressar na vida eclesiástica, convertendo-se num místico, pautado por desequilíbrio psíquico, acreditando estar possuído de poderes sobrenaturais que lhe permite a consecução de cura de outras pessoas por intermédio da fé. Por fim, transforma-se num peregrino errante, num vendedor de artigos religiosos e num pedinte.

Serafim de Moura Coutinho nasceu no ano de 1876, na pequena freguesia de Canidelo, no seio de uma família de abastados lavradores que produzia catorze carros de

milho, para além de outros cereais e algumas pipas de vinho. Era filho de Joaquim José de Moura Coutinho e de Águeda Maria da Costa⁴²⁷.

A 16 de Fevereiro de 1889, Serafim, de 13 anos de idade, obteve fiança de seu pai para se deslocar para Pernambuco na companhia de José Francisco Ferreira Franco, a quem ia recomendado. Para o mesmo estado brasileiro já tinha emigrado no ano de 1879 o seu irmão José de Moura Coutinho, de 15 anos de idade, recomendado a Manuel dos Santos Palmeira. Em ambos os casos, o pai pagou a viagem transatlântica e assinou o respectivo termo⁴²⁸.

A narrativa autobiográfica inicia-se com a chegada a Pernambuco em 7 de Março de 1889, decorrido menos de um mês da prestação da fiança na administração concelhia. Não faz a menor referência à forma como decorreu a viagem transatlântica, diz apenas que teve de tomar um purgante por causa de uma indigestão que teve a bordo, e que foi morar para a casa de um negociante. Devido a essa moléstia só se apresentou ao trabalho como caixeiro na loja de comes e bebes do “seu Martins”, alguns dias após a sua chegada, facto que muito deve ter desagradado ao patrão pois, como diz, “logo a princípio não lhe faltou o pontapé e a bofetada e com tal fúria a ponto de ir de nariz ao chão”⁴²⁹. Mas os maus tratos infligidos pelo seu amo eram persistentes, atribuindo ele à intervenção divina escapar com vida a tal martírio. No primeiro ano, pagaram-lhe de ordenado 100\$000 réis; no segundo, 120\$000 réis; no terceiro, 150\$000 réis e no quarto ano, 200\$000 réis e o máximo que chegou a ganhar foi 600\$000 réis anuais, tendo ainda a seu cargo a despesa de vestuário. Trabalhou em diversas casas comerciais: no Pátio do Paraíso, na Casa Franco Ferreira⁴³⁰ e Casa Gomes Gaio de Miranda; no Pátio da Senhora da Penha, Casa Franco & C:^a e Casa Neves Pedrosa; na rua da Praia, Casa Santos da Figueira; na Encruzilhada dos Afogados, Caminho Novo, numa padaria; na rua de Santa Rita, Casa de Francisco Braga e na rua do Sol “em casa de um ladrão e bebedor, que, depois de o roubar ainda o difamou de mau e bêbedo, justamente aquilo que ele era”⁴³¹. As razões de andar em bolandas de uma casa

⁴²⁷ AMVC – *Documentos avulsos*.

⁴²⁸ AMVC – *Termos de responsabilidade e fiança*, livros 3127, fl. 69 e 3120, fl.146, 12 de Março de 1879.

⁴²⁹ MARIA, 1908: 3.

⁴³⁰ Casa comercial do compatriota com quem viajou e lhe deu recomendação.

⁴³¹ MARIA, 1908: 4.

comercial para outra residiam, na sua perspectiva, no facto de não saber intrigar e de zelar pelos interesses dos patrões, apesar de notar a indiferença deles para consigo⁴³².

Juntando um pequeno pecúlio, resolveu estabelecer-se de sociedade com um indivíduo que lhe saiu um verdadeiro traficante, deixando-o em poucos meses arruinado, por ter depositado nele confiança ilimitada. Depois de ter pago aos seus credores, empregou-se, por último, na Fábrica Caxias que produzia cigarros, baralhos, estampas, rótulos etc.

Tendo, entretanto, adoecido gravemente, escreveu para os pais a participar-lhes o estado em que se encontrava. Eles responderam-lhe que regressasse à sua terra onde tinha a sua casa à disposição, prontificando-se também a custear a respectiva viagem de volta. Decide então abandonar Pernambuco que descreve como uma terra muito fértil e rica, que possui em abundância café Moka, açúcar, manteiga, farinha de pau, carne seca, milho, feijão mulato, vinho caju, aguardente de cana, charutos havanos, batata-doce, macacheira, abacaxi, goiabada, manga, laranja, abacate, sapotiz, e muitos outros produtos de excelente qualidade. Tinha também cinco companhias de trens: S. Francisco, Caruaru, Caxanga, Olinda e Limoeiro, em que chegou a estar interessado, mas de que não tirou resultados. Faz também referência aos principais templos que exornavam Pernambuco, Espírito Santo, Penha, Ordem de S. Francisco, Ordem do Carmo, Livramento, Rosário, Santo António, S. José, Recife, Boavista, Soledade, Misericórdia, Paraíso e Santa Rita⁴³³.

No embarque para Portugal esteve prestes a naufragar quando o bote que o conduzia do cais de Santa Rita para bordo do vapor “Ebro” foi de encontro às amarras do vapor italiano “Trinidão”. Chegado a Portugal no ano de 1899 (dez anos após a sua partida) foi acolhido, inicialmente, com ternura pelos progenitores, retribuindo ele com grandes afectos de obediência e respeito. Tratou de ajudar os pais no amanho da terra, mas por mais que “trabalhasse, quer no campo quer na boiça, nunca os pais se davam por satisfeitos, tendo sempre para o filho duras repreensões a que ele resignadamente se calava”⁴³⁴. Para o Serafim os progenitores reservavam sempre as tarefas mais árduas, como as de cavar no monte para plantar batatas, arrancar árvores e aparelhar pedras para construção de paredes. E tudo isso porque existia na casa de seus pais uma mulher intriguista, que levantava falsos testemunhos, conseguindo indispor os pais e um irmão

⁴³² MARIA, 1908: 3.

⁴³³ MARIA, 1908: 5.

⁴³⁴ MARIA, 1908: 6.

contra ele. Por causa dessa “alma condenada” pensou em afogar-se. Dirigiu-se para o Porto, mas na estação da Boavista um empregado do caminho-de-ferro dissuadiu-o do intento, ameaçando-o de prisão. Pensou então em alistar-se no exército, mas depressa desistiu da ideia. Volvidos alguns dias regressou à casa paterna onde foi recebido com indiferença, continuando a ser repellido e discriminado pelos pais. Por causa de uma disputa no trabalho, envolveu-se, de seguida, numa quezília com um criado da casa que acabou por o ferir no peito com um “galheiro de ferro”. Serafim ficou prostrado no leito a definhar e a família vendo o seu débil estado tratou de chamar, entre outros, o regedor e o padre da paróquia. O padre, segundo ele, em conluio com os parentes torturou-o a tal ponto que pensou novamente em suicidar-se, mas com o auxílio divino resistiu novamente a essa tentação. Ainda não estava restabelecido da enfermidade quando o pai lhe comunicou que o não queriam lá em casa, chegando mesmo a ameaçá-lo de lhe dar um tiro.

Em face dessa situação dramática, Serafim interroga-se porque razão tributavam os pais mais afeição aos outros filhos. A uma sua irmã deram mesmo um conto de réis.

“A causa era o dinheiro! Abandonavam o Serafim por ele ter regressado pobre do Brasil, onde a sorte lhe foi sempre adversa. E desprezavam também o filho José emigrado no Brasil por ele não lhes mandar dinheiro”⁴³⁵.

Após a ordem de expulsão de casa, Serafim exacerba cada vez mais o seu misticismo e ao acordar de manhã teve a visão de uma estrela brilhante, que o deixou “mais satisfeito do que se possuísse uma grande fortuna e, em Março de 1903 fez promessa de caminhar a todo o custo e de publicar a santa lei”⁴³⁶.

Decorridos alguns dias, solicitou aos pais algum dinheiro para seguir o seu destino ao que eles não acederam. Partiu para a cidade do Porto, alojando-se numa hospedaria onde se alimentava com trinta réis por dia, e dali seguiu para a cidade de Braga.

A 11 de Março de 1903, da cidade do Porto, Serafim escreveu uma carta dirigida ao governador civil do distrito a expor a sua situação pessoal e a solicitar providências

⁴³⁵ MARIA, 1908: 7.

⁴³⁶ MARIA, 1908: 10.

relativas à rejeição familiar de que era vítima, assim como para o facto de a família querer a todo o custo que ele reemigrasse para o Brasil⁴³⁷.

Já na cidade de Braga, enviou a 4 de Abril de 1903 uma missiva ao bispo do Porto a queixar-se das injúrias, abandono e escárnio a que tinha sido sujeito por parte dos pais, dos irmãos António e Ana, da criada da casa e de muitos outros da freguesia de Canidelo, inclusive do próprio padre da paróquia que se negou três vezes a confessá-lo. Narra ainda as súplicas religiosas que fez, a visão divina com que foi abençoado e que já havia três meses que comia pouco, porém, continuava com forças, tendo já feito com que alguns doentes da cidade do Porto e de Braga melhorassem. Por último, solicitava que o bispo se dignasse a verificar a autenticidade do alegado, e que estava disposto a ficar oito dias sem comer nem beber desde que fosse reconhecido como santo⁴³⁸.

A chamamento de seus pais, a 20 de Abril de 1903 compareceu no escritório de um advogado em Vila do Conde, onde “queriam que ele assinasse uma procuração para lhe darem algum dinheiro, tendo para esse fim ensaiado uma farsa com o dito advogado, aos olhos do qual tentavam fazê-lo passar por tolo. Tentavam ainda fazê-lo embarcar para o Brasil, mas Serafim disse-lhes que ninguém o obrigaria a tal, porque só Deus e a Virgem Santíssima nele governavam”⁴³⁹.

Como refere Jorge Alves, o destino emigratório era de tal modo impositivo, estava tão radicado nos hábitos e no sentido prático da população local, que quando a emigração não resultava à primeira e o emigrante regressava antes de cumprir os objectivos que tinham determinado a viagem, a família impunha-lhe nova tentativa⁴⁴⁰.

As diligências da família para tornar o Serafim inimputável, acabaram por ser bem sucedidas, já que, após o falecimento do pai, nomearam-lhe um tutor que, ao que parece, “não lhe dava o preciso para viver, vendo-se o infeliz obrigado a mendigar de porta em porta e a distribuir artigos religiosos”⁴⁴¹.

Foi duas vezes à cidade de Lisboa, a primeira com intenção de falar com o rei D. Carlos, o que não conseguiu visto que o rei estava ausente, segundo explica, e na segunda vez, foi vestido de peregrino de Santiago, caminhando descalço e dormindo ao sereno. No regresso de Lisboa, foi em Coimbra conduzido a uma esquadra da polícia,

⁴³⁷ AMVC – *Documentos avulsos*.

⁴³⁸ AMVC – *Documentos avulsos*.

⁴³⁹ MARIA, 1908: 11.

⁴⁴⁰ ALVES, 1994: 89.

⁴⁴¹ MARIA, 1908: 13.

onde o despojaram dos artigos sacros e do dinheiro que trazia, encarcerando-o, a princípio, por duas noites e um dia. Mas, devido ao seu comportamento incorrecto na prisão, permaneceu encarcerado durante quase um mês, correndo várias cadeias nesse período. A 23 de Julho de 1909 visitou Santiago de Compostela tomando as refeições durante três dias no Grande Hospital de Santiago⁴⁴².

Eis a atribulada história do *brasileiro* Serafim que, como diz, resumiu-a ao menos possível, por ser pobre. Trata-se de uma história que é um caleidoscópio de infortúnios, é uma história com uma série de vivências pessoais mal sucedidas que atestam, por um lado, o desequilíbrio psíquico e consequente inadaptação do protagonista, por outro, os maus tratos de que eram vítimas os jovens caixeiros, e ainda a falta de compreensão da família e da sociedade em geral com os que não alcançavam sucesso no Brasil..

A título de síntese geral do presente capítulo sobre o retorno, impõe-se referir que foi, inicialmente, preocupação pesquisar e caracterizar os actos administrativos levados a efeito pelos *brasileiros* vilacondenses; na segunda e terceira etapa, com base no cruzamento do conjunto de fontes hemerográficas de natureza predominantemente local, com os informes documentais de carácter administrativo, biográficos e bibliográficos procurou-se avaliar o impacto do retorno no concelho, desenvolvendo uma análise multidireccional e abrangente e, seguidamente, procedeu-se à elaboração dos esboços biográficos dos *brasileiros* vilacondenses que de algum modo se distinguiram, procurando seguir as suas trajectórias de vida, tacteando comportamentos e tensões do ex-emigrante enquanto sujeito histórico, na perspectiva de através dos seus indícios vivenciais, das suas formas de ser e de agir aceder a uma história mais humanizada e expressiva do fenómeno na sua totalidade e numa escala local. Evidentemente que, em conformidade com a documentação que foi possível rastrear, resultou um produto heterogéneo, informação sucinta em alguns casos e, um pouco mais prolixa e completa, noutros.

A análise a nível local oferece, à semelhança do que se passa a nível nacional, exemplos de emigrantes com ou sem sucesso. Os bem sucedidos, faziam, regra geral, viagens frequentes ao torrão natal, ou a ela regressavam definitivamente, tornando-se notória a sua presença através das iniciativas de carácter económico, político, social e

⁴⁴²AMVC – *Documentos avulsos*.

cultural, sendo a construção da casa referencial paradigmático do êxito. Em simultâneo, o *brasileiro* obtinha o reconhecimento público com gestos de solidariedade filantrópica, fundava escolas, creches, cantinas, construía praças públicas e cemitérios, restaurava igrejas, rasgava estradas, equipava hospitais, liderava o movimento associativo e desempenhava cargos políticos.

Nos testamentos que legaram, a diversidade de doações e de beneficiários, regra geral, era grande, abrangendo familiares, amigos, afilhados, vizinhos e trabalhadores que estiveram ao seu serviço, para além de várias instituições de carácter religioso e profano. Os bens doados eram dos mais díspares, tais como dinheiro, objectos de uso pessoal, títulos da dívida pública e toda uma vasta gama de bens móveis e imóveis. Como traços marcantes dos testadores, transparece a rigorosa gestão dos bens que possuíam e a prudência nos negócios e nas doações para salvaguarda dos mesmos, em vários casos, os primeiros herdeiros usufruíam apenas do usufruto e não da posse dos bens.

Alguns *brasileiros* viviam de rendimentos, eram conhecidos como capitalistas e formavam uma nova burguesia, transportadora dos sentidos de urbanidade, de cosmopolitismo e de modernidade que apreenderam no convívio com a sociedade multi-racial e multicultural brasileira, e nas viagens que faziam pelas capitais europeias.

Como refere Jorge Alves, a penetração na esfera individual mostra-nos o brasileiro como um homem preocupado com a terra de origem, defendendo alguns valores burgueses, como a disseminação da escolarização e dos equipamentos sociais de apoio à doença, velhice e invalidez, raramente resistindo, contudo, à tentação nobiliárquica, através da compra de comendas e títulos, um dos poucos incentivos à entrada de capitais que o Estado Oitocentista soube produzir para com a emigração⁴⁴³.

Deixou-se para último lugar, um caso de insucesso, o revés da medalha dos exemplos citados anteriormente, o lado sombrio e estigmatizante do projecto emigratório de um jovem que partiu favorecido pela protecção de um conterrâneo, mas que devido à sua inadaptação regressou sem alcançar a tão ambicionada fortuna.

⁴⁴³ ALVES, 1994: 345.

Considerações finais

Os estudos produzidos até à data sobre a emigração legal para o Brasil e seu retorno, sendo múltiplos e abrangentes, só ao de leve tinham tocado nesta constante estrutural da história portuguesa no que concerne ao concelho de Vila do Conde¹. Assim sendo, com o presente estudo sobre a emigração e o retorno entre o concelho de Vila do Conde e o Brasil, no período de 1865 a 1913, a partir da análise dos termos de responsabilidade e fiança, do registo dos bilhetes de residência e das declarações de nacionalidade, para se citar apenas as fontes principais, pretendeu-se reforçar este ainda incipiente ângulo da investigação e verificar se tal abordagem, aplicada ao concelho de Vila do Conde, confirmava, questionava ou completava os dados regionais e nacionais já conhecidos sobre esta matéria, para a segunda metade do século XIX e início do século XX. As conclusões não demoraram a surgir.

Para aprofundar este quadro, apostou-se desde o início numa investigação histórica localizada, que permitisse a micro-análise, mas articulando o qualitativo e o quantitativo e privilegiando, na medida do possível, as particularidades dos protagonistas históricos, sem descurar uma visão mais alargada e colectiva, perceptível na diversidade de indicadores estatísticos de nível concelhio. Ensaíram-se, ao nível dos vários capítulos, respostas para os problemas colocados inicialmente como focos de investigação. No seu conjunto, as interrogações levantadas orientaram-se na perspectiva de indagação do enraizamento migratório no tecido social local, de identificação da sua especificidade, do discernimento dos fluxos, ciclos, lógicas e modalidades no movimento migratório e dos seus reflexos, bem como os efeitos produzidos e induzidos a partir das evidências históricas que restam desse passado.

Apesar de algumas limitações da fonte eleita para alicerçar o êxodo vilacondense, os registos dos termos de responsabilidade e fiança permitiram avaliar as configurações de conjunto da corrente emigratória na sua componente legal e, sobretudo, quantificar um grupo de variáveis, como o volume, sexo, idade, estado civil, naturalidade, ocupação e destino, para além da informação relativa às pessoas envolvidas no tocante à abonação e/ou fiança, recomendação e pagamento da viagem

¹ O único caso é o da tese de doutoramento de Jorge Alves *Os Brasileiros – Emigração e Retorno no Porto Oitocentista* que faz, pontualmente, referências à emigração vilacondense para o Brasil enquadrada no movimento emigratório do distrito do Porto, de onde saiu um dos mais importantes contingentes.

transatlântica, fornecendo uma base quantitativa com razoável grau de solidez para sustentar a especulação científica.

A emigração do concelho de Vila do Conde perspectivada no feminino e no masculino, de cariz individual e colectivo, perfez um total de 3993 emigrantes. Pensa-se, contudo, que o contingente vilacondense para o Brasil foi mais caudaloso do que o número atrás apontado. De acordo com os dados apresentados por Jorge Alves, entre 1855 e 1890 Vila do Conde foi dos concelhos mais expulsivos do distrito do Porto. E a estatística referente ao recenseamento militar dos concelhos do distrito do Porto, no ano de 1875, vem corroborar a mesma situação de forte corrente migratória vilacondense, com o indicador mais elevado de indivíduos no Brasil, que ascende a 33,3%, contra o valor mais próximo de 25,4% do vizinho concelho da Póvoa de Varzim².

Em conformidade com a análise do registo dos *Termos de Responsabilidade e Fiança* a tendência geral do êxodo ao longo dos 49 anos foi de crescimento, embora sujeito a oscilações. A partir 1904, a progressão contínua do fluxo atingiu dois picos proeminentes que ultrapassaram as três centenas anuais, um no ano de 1910 e o outro em 1912. A evolução conjuntural do fluxo vilacondense acompanhou de perto as oscilações que se verificaram a nível nacional no mesmo período. E a persistência no período em estudo de um fluxo anual mínimo independente da conjuntura comprova o quanto a tradição emigratória estava enraizada na sociedade local.

Esta corrente migratória corresponde a um padrão tradicional, no que diz respeito à repartição por sexos. Os homens são sempre largamente maioritários, correspondendo a taxa de masculinidade a 97,87% do total do contingente emigratório. A participação feminina apesar de sempre insignificante, cresceu gradualmente nas décadas de 80 e 90, facto que se correlaciona, por um lado, com o incremento ou reagrupamento da emigração familiar, quer no envolvimento dos cônjuges, quer no de crianças, e por outro lado, com o aumento da emigração engajada e subvencionada. Em termos gerais, a emigração familiar, tal como a feminina, foi muito reduzida, rondando, globalmente, os 2%.

A distribuição do estado civil dos emigrantes do concelho de Vila do Conde, à semelhança de outros estudos, evidencia a preponderância do emigrante solteiro. Eram

² ALVES, 1994: 144.

sobretudo homens novos que emigravam, e, assim, de 1900 para 1930, os recenseamentos registaram o envelhecimento da população no norte do país³.

A tendência evolutiva mostra que a preponderância dos solteiros no início do período em análise vai cedendo gradualmente lugar aos homens casados. Estes passam a ser majoritários, sobretudo a partir de 1882. No ano de 1912, o movimento migratório é ainda alimentado quase exclusivamente por casados, mas no ano imediato voltam os solteiros a ser predominantes.

A evolução do estado civil do emigrante tem a sua correspondência etária; assim, ao predomínio inicial de jovens solteiros menores de catorze anos, junta-se nas últimas décadas de Oitocentos o adulto já casado. O padrão etário mais plausível na emigração vilacondense para o Brasil parece, assim, ter sido o de indivíduos com idades que oscilavam entre os 10 e os 30 anos.

O estado civil e padrão etário prevalecente indiciam a sobreposição de modelos socioprofissionais. A emigração vilacondense para o Brasil, à semelhança do que se passou no resto do país, foi liderada maioritariamente por indivíduos assalariados, de baixo nível sociocultural que procuravam em solo brasileiro a estabilidade económica que escasseava no torrão natal. Consequentemente, as actividades do sector primário e, dentre estas, as ligadas ao mar, tiveram a primazia em detrimento das de natureza agrícola, o que vem corroborar a feição marítima por excelência do concelho. Os marítimos foram uma classe de expatriação contínua dado o estado de miséria latente em que viviam. Mas com o contingente majoritário de marítimos também partiram oficiais e pilotos da marinha mercante e, juntamente com as centenas de jornaleiros, ausentaram-se os filhos das casas de lavoura concelhias e gente dos ofícios. Persistiu, em coexistência, ao longo de todo o período em análise, os apelos com destino às cidades e no fito de actividades mercantis, com a corrente de assalariados destinados ao trabalho marítimo, à agricultura e às grandes obras públicas implementadas no Brasil durante o período em estudo.

No tocante aos espaços expulsivos/attractivos, a imagem que ressalta é a da participação das trinta freguesias do concelho no movimento emigratório, embora em termos quantitativos desiguais, indo o enfoque para a sede do concelho, a antiquíssima freguesia de S. João Baptista que participou com 23,6% do contingente geral. E

³ NAZARETH, 1977: 986.

variegados destinos brasileiros exerceram sedução sobre os emigrantes vilacondenses. Ao todo, foram inventariados dezoito locais de eleição disseminados por todo o território brasileiro, embora os grandes aglomerados urbanos e os estados do litoral tivessem exercido uma atracção maioritária. Os destinos já tradicionalmente com muito peso na emigração portuguesa, como o Rio de Janeiro e Pernambuco mereceram, igualmente, a preferência dos naturais do concelho.

Procedeu-se, também, com base na intersecção da informação administrativa com a bibliográfica e biográfica à caracterização dos dados referentes à fiança e/ou abonação, recomendação e pagamento da viagem, para se concluir que, não obstante no decorrer da centúria de Oitocentos serem promulgados diplomas a restringir a emigração, na prática, ela teve o apoio de pessoas da mais elevada posição social. Políticos que alertavam para as consequências nefastas do fenómeno e produziam textos de diatribes aceradas, como por exemplo Bento de Freitas Soares, acabaram por ser fiadores; padres que no púlpito pregavam contra os desequilíbrios e os males da desvairada emigração que aos poucos ia exaurindo o melhor dos braços da pátria também prestaram fiança e pagaram a viagem aos emigrantes. Por outro lado, os laços de parentesco, de amizade e solidariedade entre as pessoas residentes nos dois espaços em conexão, estão bem expressos no elevado número de *brasileiros* que acolheu os seus patrícios no Brasil e até concedeu fiança e pagou a respectiva viagem transatlântica.

Investigou-se o universo do retorno mediante a utilização das variáveis fornecidas pelos *Bilhetes de Residência* e pelas *Declarações de Nacionalidade*. Embora os protagonistas de cada uma das fontes visassem objectivos distintos, ambas são complementares na evidência do refluxo dos naturais do concelho. Analisou-se o quadro legal e o contexto da sua produção como documentos administrativos de modo a analisar as suas potencialidades e limites e procurou-se situar os comportamentos individuais nos seus contextos, mas com consciência das limitações das fontes utilizadas e do imprescindível comedimento nas conclusões, pois, se se dispõe de quase quatro milhares de referências nominais na partida, os dados de retorno cingem-se a pouco mais de uma centena.

Com base em informações oficiais e processos indirectos, foi possível apurar que o retorno definitivo dos vilacondenses à pátria se cingia abaixo dos 5%, mas o temporário atingia os 40 a 50%. Como aves migratórias, aproveitando-se da rapidez e conforto proporcionado pelos barcos a vapor, um número significativo de vilacondenses

andava num constante cruzar do Atlântico, ao sabor de crises locais e de projectos individuais, sendo saudados à partida pelos redactores da imprensa local, que igualmente lhes auspiciavam boa viagem de regresso.

No que concerne à geografia do retorno, verificou-se a concentração *dos brasileiros de torna viagem* na sede do concelho. Constatou-se a elevada taxa de masculinidade dos requerentes e beneficiários de residência e da nacionalidade e ficou-se ciente da intensa atracção pela nacionalidade brasileira para ficarem isentos, essencialmente, do serviço militar que continuava a inspirar a tradicional repugnância. A maior parte dos requerentes estava ligada a actividades classificadas no sector terciário, com destaque para os capitalistas e proprietários, usufruindo de um estatuto socioprofissional que os distinguia dos demais conterrâneos e atestava implicitamente o sucesso do projecto emigratório.

Procurou-se avaliar o impacto do retorno no concelho. Assinalou-se o papel dinâmico do brasileiro no progresso local, desde a casa de lavoura, ampliada e rejuvenescida, ao investimento na antiquíssima arte de construção naval. Elaboraram-se os esboços biográficos dos *brasileiros* vilacondenses que se distinguiram pelos vultuosos legados nos seus testamentos para familiares e amigos, mas essencialmente em prol da comunidade, praticando actos de grande benemerência e altruísmo. Por último, procurou-se seguir a trajectória de um emigrante com uma vida pautada pela inadaptação e insucesso.

Como temáticas complementares à emigração e retorno, analisaram-se as principais perspectivas historiográficas sobre o fenómeno migratório, inquiriu-se as suas causas e consequências e enumerou-se os principais diplomas legislativos destinados a regulamentar o movimento e a proteger o emigrante, assim como a cercear o fluxo, nomeadamente dos ilegais e dos mancebos dentro da idade militar. Como realçou Jorge Alves, poucos problemas sociais terão sido tão debatidos como a emigração Oitocentista, poucos terão suscitado tanta controvérsia e ambiguidade, tanta legislação e tanta doutrina⁴. Com efeito, as leituras historiográficas sobre o fenómeno são múltiplas, ora vincando os números que alcançou e a necessidade de visionar o fenómeno nacional integrado na torrente humana europeia que atravessou o Atlântico, ora enfatizando as estratégias familiares de reprodução social, as características intrínsecas do êxodo, as mudanças quantitativas e qualitativas que sofreu a partir da segunda metade do século

⁴ ALVES, 1994: 101.

XIX, os problemas que suscitou e as soluções encontradas para os debelar. Sobre as causas subjacentes ao fenómeno, em termos gerais, aos factores atractivos (a miragem brasileira, estimulada pelos empregadores e contratos de subvenção, assim como pela riqueza dos *brasileiros de torna-viagem*, a influência da rede de parentes e conterrâneos no Brasil e o falar-se a língua lusa), se interligaram os repulsivos (aumento do preço das subsistências, baixos salários auferidos na agricultura e na indústria, dificuldade de acesso à propriedade fundiária, fuga ao serviço militar, entre outros) e com as motivações de feição psicológica (desejo de realização pessoal, ambição de riqueza ou de simples melhoria do nível de vida)⁵. As consequências do fluxo marcaram a economia, a sociedade, os costumes nacionais e até as várias formas de expressão artística coevas. Constatou-se também que houve um empenho progressivo do Estado na recolha de dados estatísticos relativos ao fenómeno migratório, e que à semelhança de outros Estados nunca abdicou do direito de exercer um controle administrativo sobre as entradas e saídas de nacionais e estrangeiros. Sobressai o desencontro entre as políticas emigratórias/imigratórias de Portugal e do Brasil, e que a legislação nacional repressiva foi intercalada por práticas de tolerância. Havia todo um conjunto de normas legais inibidoras da livre mobilidade dos cidadãos, mas a sua aplicação e cumprimento eram muito deficientes, nem a prevenção administrativa nem a repressão policial se mostravam potentes para contrariar o fluxo.

Como a questão do recrutamento militar aliada à emigração para o Brasil foi amplamente debatida no decorrer da segunda metade do século XIX, de tal forma que surgiu um discurso político a insistir na fuga ao serviço militar como a grande motivação da corrente migratória transatlântica⁶, foi preocupação inventariar e apreender a complexidade e peculiaridade dos processos de exclusão e reclamação ao serviço militar, assim como os autos de executivo e de refractário relacionados com o Brasil. Foi apurado um total de dezasseis exclusões ao recenseamento e 321 reclamações ao recrutamento militar, devido, maioritariamente, à ausência do jovem no Brasil, mas também por aí ter falecido, ou por usufruir da nacionalidade brasileira. Como particularidades, ressaltam a dispersão da naturalidade dos mancebos pelas trinta freguesias do aro de Vila do Conde, o baixo nível socioeconómico dos protagonistas

⁵ CASCÃOa, 1993: 425-426.

⁶ MONTEIRO, 2007: 387.

envolvidos, a presença da emigração engajada e familiar, assim como o frequente corte de relacionamento do emigrante com os familiares que permaneceram na pátria.

Apontaram-se, seguidamente, as condicionantes físicas e históricas do concelho de Vila do Conde, concluindo-se que no cerne do continuado fluxo estava a miséria reinante no concelho, problemas económicos estruturais a que se adicionaram na segunda metade de Oitocentos dificuldades conjunturais.

Condicionado por factores naturais e político-jurisdicionais, o concelho de Vila do Conde, ofereceu à diáspora portuguesa muitos dos seus naturais. Situado na região do grande Porto, donde saiu um dos maiores contingentes emigratórios, terra com uma tradicional ligação ao mar, ao longo da segunda metade de Oitocentos e inícios do século seguinte expatriou um significativo contingente de naturais, sobretudo marítimos. Entrosados com estes andavam os pilotos e oficiais da marinha mercante nacional e brasileira, com uma vida marcada por um dinâmico movimento pendular entre Portugal e o Brasil e, talvez nestes aspectos, resida a peculiaridade do êxodo vilacondense.

Em termos globais, o que converge no presente trabalho com outros estudos análogos para o mesmo período, prende-se com a maior parte das características intrínsecas do fluxo, nomeadamente a elevada taxa de masculinidade e a diminuta incidência da emigração feminina e familiar; a cedência do predomínio do jovem solteiro ao adulto casado; a sobreposição de modelos emigratórios em termos etários, de estado civil e socioprofissionais, com o aumento progressivo de assalariados com baixo nível cultural em coexistência com a emigração destinada ao caixeirato. O peso crescente de homens casados na emigração é da maior relevância como sublinhou Jorge Alves, na medida em que assegura um refluxo monetário persistente, do qual a economia nacional se torna cada vez mais dependente⁷. Mas, se por um lado, a maior parte das variáveis da emigração vilacondense se harmoniza com outros estudos efectuados neste domínio temático para outras localidades, também alguma especificidade se sobreleva no presente estudo. Por outro lado, o suporte empírico seleccionado permitiu ainda aceder a dados relativos à recomendação/fiança, recomendação e pagamento da viagem transatlântica, possibilitando descortinar as redes familiares e de solidariedade que apoiaram o projecto emigratório.

⁷ ALVES, 1994: 353.

No que ao retorno diz respeito, não pôde deixar de constituir uma interessante revelação a imensa fortuna e notoriedade alcançada por um grupo significativo de vilacondenses, muitos deles solteiros e sem descendência. De origem humilde, oriundos na sua maior parte das freguesias rurais, trabalhando arduamente em vários sectores de actividade, principalmente no comércio, amealharam enormes pecúlios que generosamente partilharam. Não deixou de ser surpreendente o intenso espírito inovador e dinâmico que os *brasileiros* vilacondenses patentearam, assim como os actos de generosidade e filantropia que praticaram, criando estruturas sociais, apoiando instituições e associações e por isso obtiveram o reconhecimento público dos seus conterrâneos e foram alcandorados ao baronato e viscondado por mercê régia, ou ficando-se somente pela obtenção de uma comenda.

Perante as conclusões atrás enunciadas, o trabalho que agora se finaliza poderá ser visualizado como uma mais-valia para a história da emigração e retorno entre Portugal e o Brasil durante a segunda metade do século XIX e início do XX. Para dar resposta adequada aos que, na actualidade, por razões de natureza política, social e cultural, se interessam pelas suas origens familiares, é ainda intenção criar um portal na Internet, autónomo ou acolhido no da Câmara Municipal de Vila do Conde, onde se disponibilize uma base de dados relativa aos emigrantes vilacondenses, e que constitua o primeiro passo para se dispor, de modo permanente, de uma fonte de informação relativa à emigração e retorno dos naturais do concelho de Vila do Conde em relação ao Brasil, num processo de recuperação de identidade e memória.

Finalmente, tem-se também consciência que outras pistas de investigação ficam ainda em aberto: que visão do êxodo vilacondense ressaltará do cotejamento do suporte empírico eleito com outras fontes? Como se caracteriza o fluxo migratório vilacondense em termos quantitativos e qualitativos no decurso do século XX? Terá havido mudanças substanciais no perfil dos emigrantes e dos *brasileiros de torna-viagem*? Que imagem resultará do prosseguimento da análise dos bilhetes de residência⁸? E a atracção pela nacionalidade brasileira continuou a imperar entre os *brasileiros* vilacondenses⁹? Qual a sua incidência? Qual o impacto para o concelho induzido pelos novos retornados? Quais

⁸ Embora já se tenha procedido ao levantamento informático da fonte entre 1834 e 1949, no presente trabalho de investigação a sua análise confinou-se ao período de 1865-1916.

⁹ A resposta poderá ser dada pelo estudo dos processos de declaração de nacionalidade requeridos entre 1914 e 1938.

as geminações e relacionamentos implementados entre Vila do Conde e o Brasil no transcorrer do século XX? O que resta dos legados dos *brasileiros* do concelho?

Concretizando os objectivos e pressupostos metodológicos traçados, pensa-se que este projecto de investigação constituirá um contributo válido para o conhecimento da emigração de Vila do Conde para as diversas paragens do Brasil ao longo de meio século, permitindo atingir saberes mais seguros que, certamente, abrirão novas pistas e aduzirão novas interrogações.

ANEXOS

Anexo 1

Termo de consentimento para embarque do menor José Manuel Andrade,
2 de Novembro de 1869

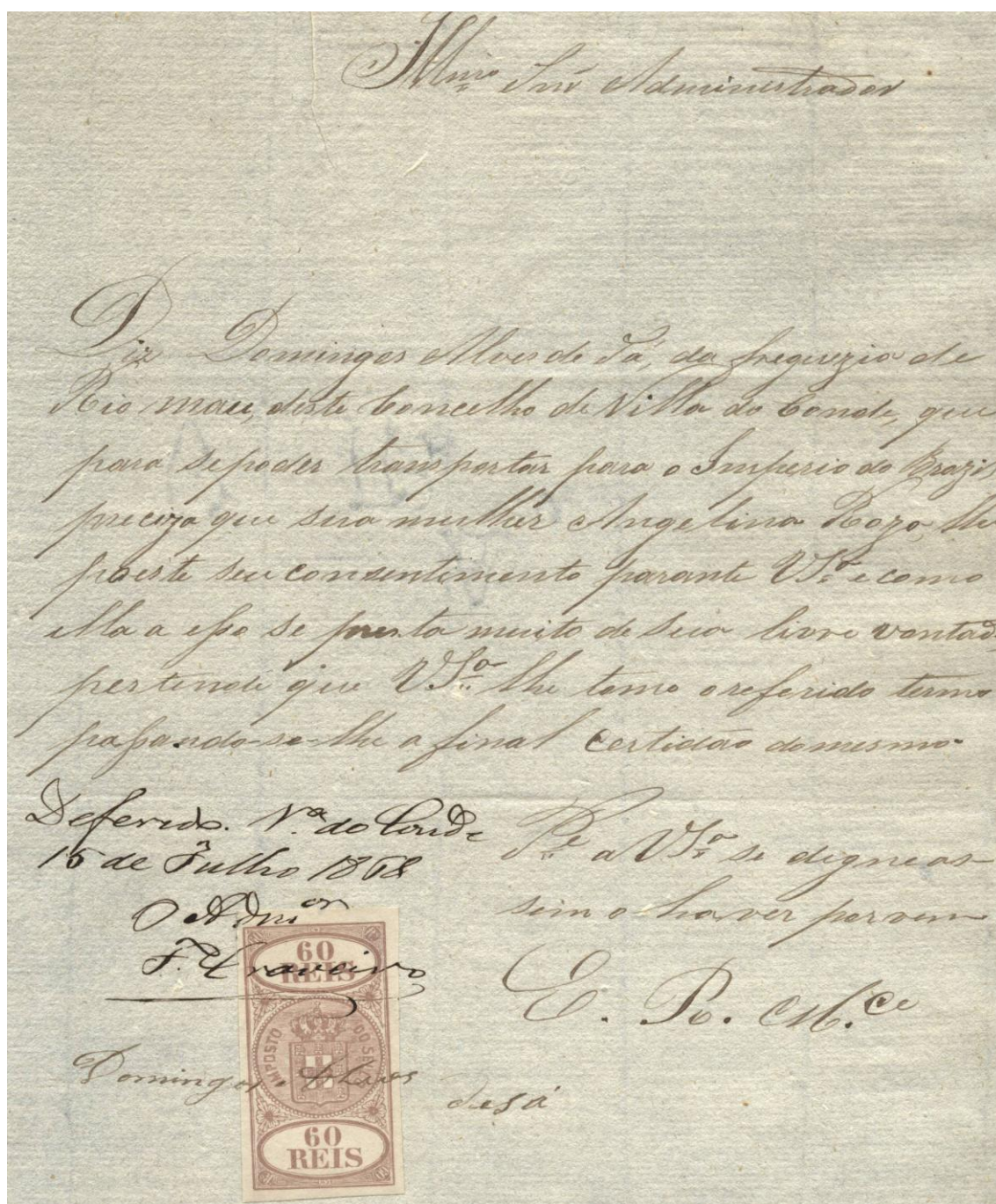
Termo de consentimento para embarque
José Manuel d'Andrade menor de 14 annos filho de
José Manoel d'Andrade, da freguesia de Vairão

Aos dois dias do mês de Novembro de mil oito centos sessenta e nove
nesta Villa de São Carlos da Administração de São Carlos, pre-
sente o respectivo Administrador o Bacharel Alfredo
de Figueiredo Peres compareceu José Manoel d'Andrade
da freguesia de Vairão, e por elle foi dito que de sua livre e
espontanea vontade prestava seu consentimento para que seu
filho José Manoel d'Andrade menor de quatorze annos se
possa transportar para a cidade do Pará Imperio do Bra-
zil, recommendado a João José de Lima para ser empregado
no Commercio, sendo a sua passagem paga por offerecimento
de Lima assim o disse na presença dos testemunhos Domingos
Gonsalves Belchior, e Manoel Antonio Delgado ambos empregados
d'esta Administração que todos assignam. Lei João Caetano Mar-
tins Marques Secretário o escrevi e assignei.

De José Manoel d'Andrade
Domingos G. Belchior
Manoel Antonio Delgado

Anexo 2

Termo de consentimento da esposa para o marido poder emigrar para o Brasil, 15 de
Julho de 1868



Anexo 3

Termo de responsabilidade e fiança a favor de Francisco da Silva Alexandrino, 16 de
Abril de 1873

Termo de fiança e responsabilidade para matricular de
Francisco da Silva Alexandrino, filho de pai incógnito, e
de Emilia Rosa d'esta Villa.

Aos doze dias do mês d'Abril de mil oitocentos setenta e
tres, na esta Villa de grande e barba da Administração do Concelho, pre-
sente o respectivo Administrador Francisco de Mascarenhas Lou-
ço e Castro, compareceram o excellentissimo João Pereira Pitta Negra
da freguesia d'Alfama, e João dos Reis Lapaiva, e Apparição Lb.
Bonfim do bairro d'esta Villa, sendo oprimos na qualidade de fia-
dores, e segundos como testemunhas abonatorias, e por elles foi
dito que de suas livres e espontaneas vontades fiavaes, abonavam, e se
responsabilizavam por Francisco da Silva Alexandrino filho
de pai incógnito e de Emilia Rosa d'esta Villa, assim de que se
possa matricular em qual quer e navio mercante que se de-
stine para porto estrangeiro, declarando que nos casos do
mesmo ser chamado das servias da Armada, ou do exercito
se obriga por suas pessoas e bens, a apparentar ou subs-
tituir de referido servico: assim o dicerão na presença
das testemunhas Domingos Gonçalves Belchior, e Francisco Cas-
telo Martins Marquell, empregados d'esta Administração
quinta do assignação feita por mim João Castano Martins Ma-
rques Escrivão que o escrevi.

Francisco da Silva Alexandrino
João Pereira Pitta Negra

Fonte: AMVC – Termos de responsabilidade e fiança, livro 3117, fl. 117.

Anexo 4

Termo de responsabilidade e fiança a favor de António José de Lima, 23 de Novembro
de 1869

Termo de fiança e responsabilidade para poder
transportar-se para o Império do Brasil, António
José de Lima, filho de José Joaquim de Lima, da freque-
ria de Vairas, já livre de recrutamento pelo n.º 2 do art.º 5.º
da Lei de 27 de Julho de 1855.

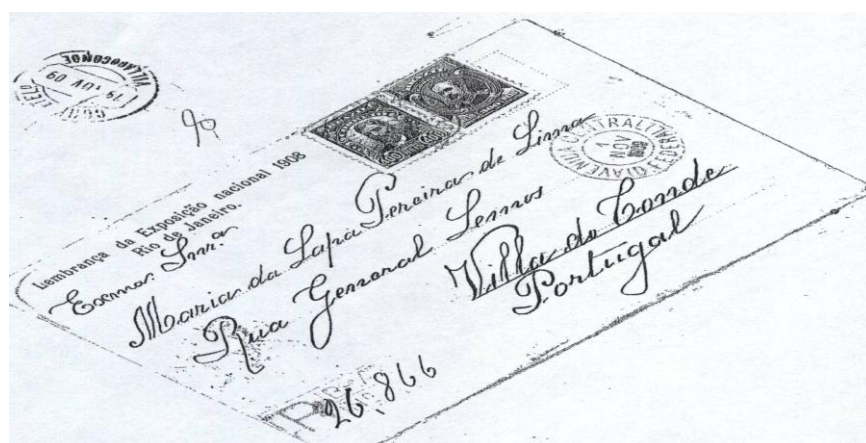
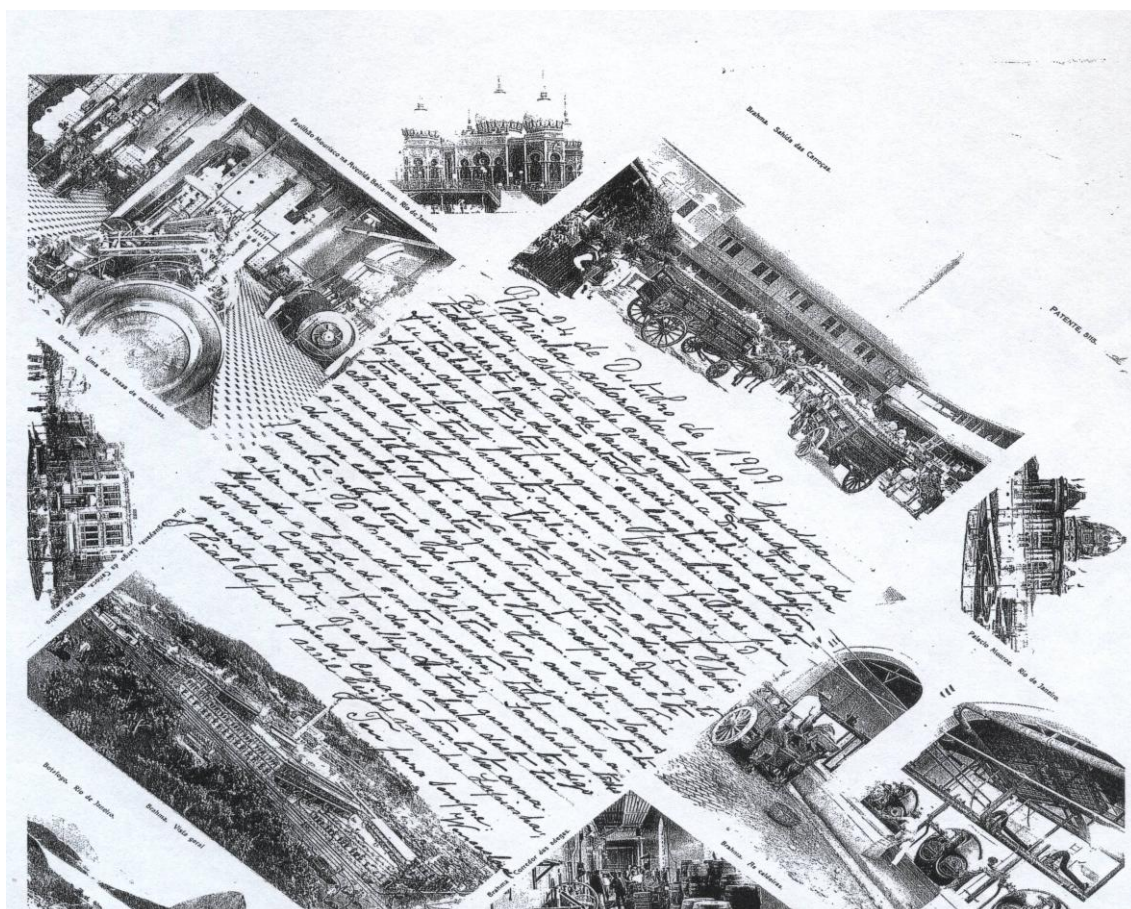
Aos três dias do mês de Novembro de mil oitocentos sessenta
e nove, nesta Villa do Bonfim e de Minas da Administração do Concelho,
pescante e respectivo Administrador e Bacharel, Alfeu de
de Figueiredo Leão, compareceram Domingos da Silva Paulo,
proprietário da freguesia de Vairas, Manuel d'Almeida Maia,
proprietário da freguesia de Tapiris, e Francisco Domingues da Sil-
va, proprietários da freguesia de Gião, oprimados como fiadores,
em segun da como testemunhas a honorarias, e por elles foi dito,
que de suas livres e espontaneas vontades, firmaram, atestaram, e se
responsabilizaram por António José de Lima, filho de José Joaquim
de Lima, da freguesia de Vairas, afim de que se possa transpor-
tar para o Império do Brasil, declarando que no caso que
o mesmo venha ser chamado ao serviço do Exército, de qual
foi isento pelo numero dois de antiguidade da Lei de vinte
e sete de Julho de mil oitocentos e cinco, se obriga por
suas pessoas e bens a apresentarem, em substituição do referido ser-
viço, o apremio e dispendio na presença dos testemunhas, Domingos
Gonsalves Belchior, e Manuel Antonio Delgado e Silva, empregados
d'esta Administração que te os assignam, lido por mim João
Caetano e Martinho Marques, Escrivão, que escrevi e assignei.

Alfeu de Figueiredo Leão

Domingos da Silva Paulo
Manuel d'Almeida Maia
Francisco Domingues da Silva
Domingos J. Belchior
Manuel Antonio Delgado e Silva

Anexo 5

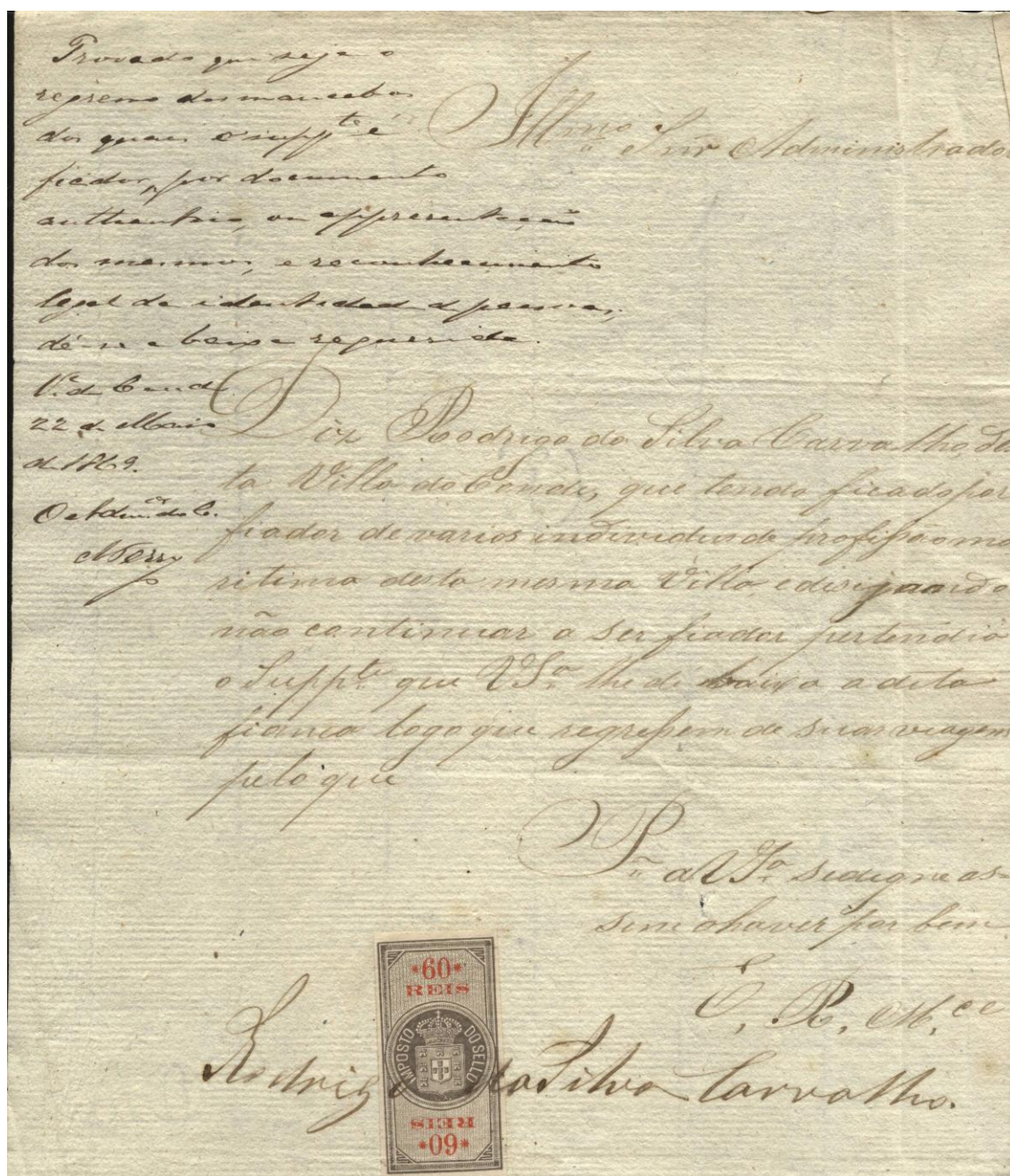
Carta enviada do Rio de Janeiro por o emigrante Venceslau da Conceição a sua esposa,
24 de Outubro de 1909



Fonte: Arquivo particular de Adelina Piloto.

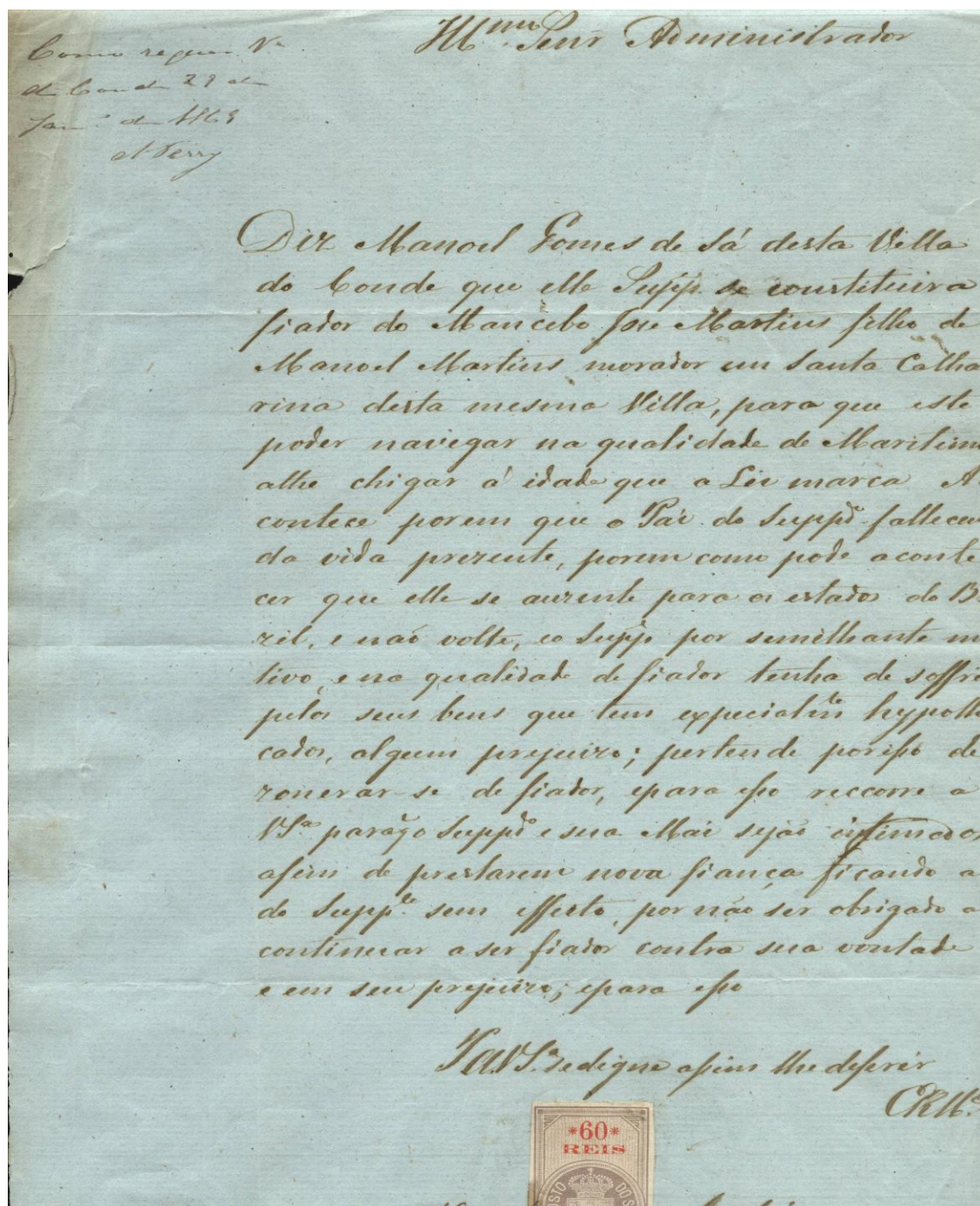
Anexo 6

Requerimento de Rodrigo da Silva Carvalho para cancelamento de fiança, 22 de Maio
de 1869



Anexo 7

Requerimento de Manuel Gomes de Sá para cancelamento de fiança, 21 de Janeiro de 1869



Anexo 8

Exclusões ao recenseamento militar da freguesia de Fornelo, 27 de Fevereiro de 1871

Fornello

Presente o Reverendo Parocho e
Regedor.

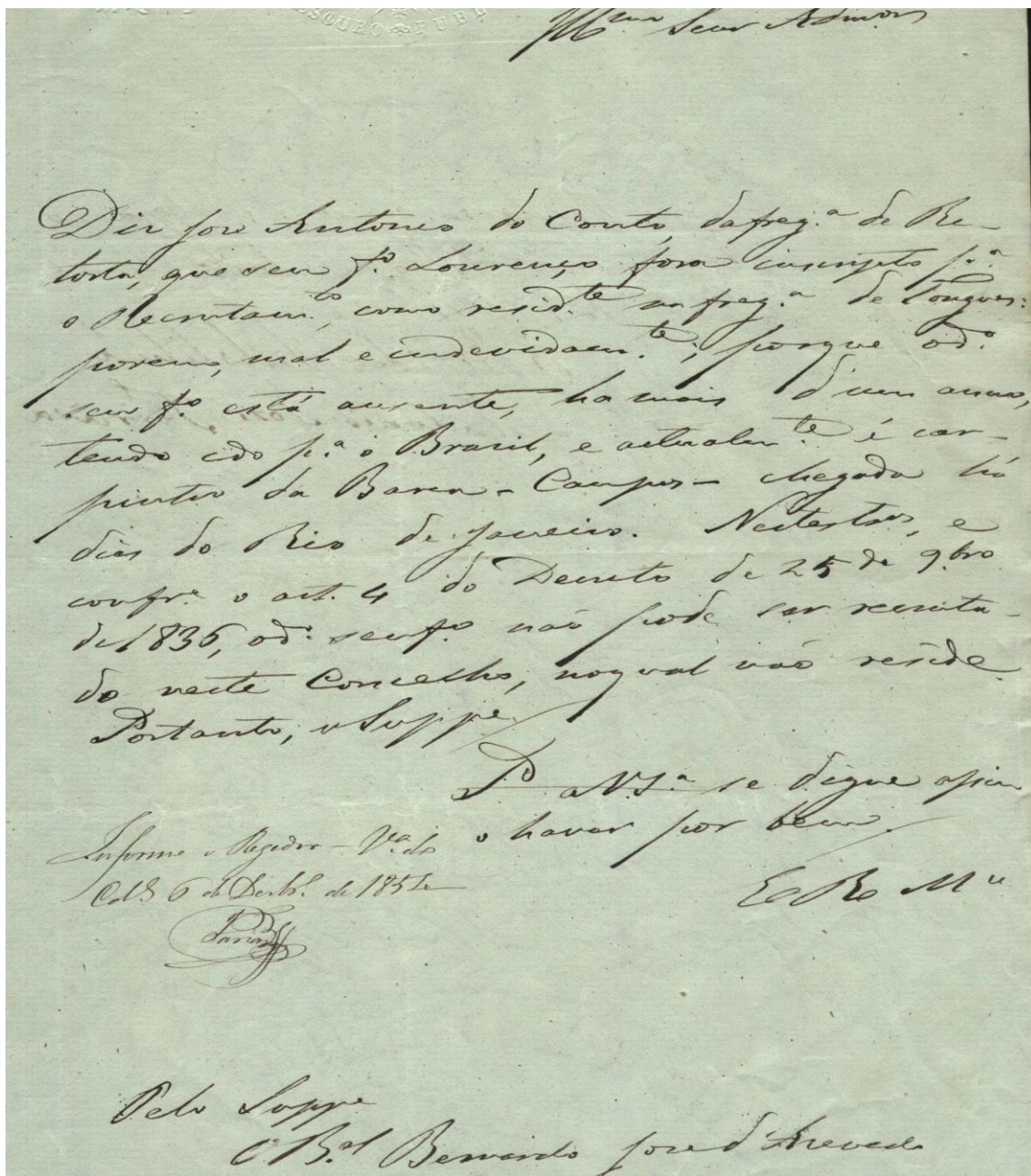
Deixou de se recensar Jose J.
de Joaquim da Costa e de Rita Maria
de Sousa, nascido aos 30 de chouseiro de
1850, por ter sido com os pais muitos
anos engajado para o Imperio do Bra-
sil.

Deixa de ser recensado Joaquim J.
natural de Clara Leiteira, nascido em 24
d'Abril de 1850, com razão da mãe ter
falecido e o mesmo ter o domicilio
no Imperio do Brasil.

Fonte: AMVC – Registo dos mancebos que deixaram de ser recensados para o serviço militar por terem falecido ou mudado de residência, livro 2397, fl.17v.

Anexo 9

Reclamação ao recrutamento militar apresentada por José António do Couto, 6 de
Dezembro de 1854¹



Dir. José António do Couto, da freg.ª de Re-
 torto, que vem J.º Lourenço fora inscripto p.º
 o Recrutam.º, como resid.º na freg.ª de Louren-
 ços, mas é evidentemente, porque o d.º
 seu J.º está ausente, há mais d'um anno,
 tendo ido p.º o Brasil, e actualmente é car-
 pinter da Barr.ª Campos - chegada há
 dias do Rio de Janeiro. Nestes termos, e
 conf.º o art.º 4.º do Decreto de 25 de 9.º de
 1835, o d.º seu J.º não pode ser recruta-
 do neste Concelho, no qual não reside.
 Portanto, o suppe.º
 P.º M.ª se deigne opin.
 Informe o Agente - V.º do
 Col.º 6.º de Desb.º de 1854
 C. B. de Almeida
 Pelo Suppe.
 C. B. de Almeida for.º Almeida

Fonte: AMVC – Processo de reclamação ao recrutamento militar, pasta 2406.

¹ Apesar de o presente documento ser do ano de 1854, foi seleccionado para anexo em virtude da vivacidade do seu conteúdo.

Anexo 10

Bilhete de residência de António Francisco da Silva Neves, passado em 6 de Abril de 1873

N.º 19.




GOVERNO CIVIL DO
CONCELHO

DISTRICTO DE *Porto*
DE *Villa do Conde*

SIGNAES.
54 - annos
1.63^c (pollegadas)
provido
Procto

Regular
Rozado

Por esta Administração se concede residencia por tempo de um anno.
 a *Antonio Francisco da Silva Neves Subdito*
Brasileiro
 visto ter apresentado documento competente

Declarou ir morar para *afregueria d' Aruano*
 d a cujo Adinistrador se apresentará dentro
 em 24 horas, devendo participar qualquer mudança de domicilio aos Administradores
 dos em que ella tiver logar.
 E ter em sua companhia

E para poder ser admittido em qualquer casa de hospedagem, ou particular, se lhe passou o presente, que deverá reformar, acabado o prazo do tempo, por que lhe é concedido, sob-pena de pagar 4\$800 réis de multa para a Casa Pia, e para o Official de Justiça, que fôr intima-lo: ficando na intelligencia de que este Bilhete só authorisa a residencia do Portador nesta e de fórma alguma lhe póde servir para transitar no Reino, para o que deve requerer Passaporte. *6 de Abril -*
de 1873 etres.

O Alministrador do Concelho
Francisco de Vasconcellos G. Bastos

bilhete gratis rs.
400 rs.

Fonte: AMVC – Bilhetes de residência concedidos a súbditos estrangeiros, livro 2812.

Anexo 11

Requerimento de Joaquim Ramos de Oliveira para ser excluído da função de jurado,
1876

Sr. Joaquim Ramos d'Oliveira, casado,
proprietário, da freguesia de Modivaz deste
Concelho, que fôra intimado para exercer o
cargo de jurado para o futuro anno de 1876.
O Supp.^{te} é subdito brasileiro como prova
com o documento appenso e da matrícula
registada no competente livro desta Câmara
municipal, em vista das quaes não pode ser
obrigado a exercer semelhante cargo, e
por isso requer que V. Ex.^a se digne isenta-
lo do mesmo, como é de toda a justiça.

Para V. Ex.^a apm o haja
pelo bem.

J. B. M. c.¹
Joaquim Ramos de Oliveira

Anexo 12

Termo de consentimento para embarque de Bento Rodrigues de Sousa, 12 de Outubro
de 1865

Termo de Consentimento para embarque de Bento Rodrigues de Sousa, da freguesia de Vairão

Nos doze dias do mês de Outubro de mil oitocentos sessenta e cinco, nesta Villa do Bonfim e Baras da Administração do Concelho perante o respectivo Administrador o Bacharel e Agostinho Luis d'Oliveira Machado compareceu Manoel Rodrigues de Sousa da freguesia de Vairão, reconhecido de mim Escrivão e testemnhado: e disse que de sua livre e espontânea vontade prestava seu consentimento para que seu filho Bento Rodrigues de Sousa fosse para a cidade de Pernambuco Imperio do Brasil, recomanda do a seu irmão Boaventura Rodrigues de Sousa, e que apremiam e paga por elle dito Manoel Rodrigues de Sousa: assim o disse sendo testemnhados porerentes Joao Manoel Eroras, Francisco Teixeira de Barros e esta mesma Villa, que todos assignão. Em Joao. Caetano Martins Marques, Escrivão que o escrevi. Assignação.

Agostinho Luis d'Oliveira Machado
Manoel Roiz de Sousa
João Manoel Erora
Francisco Teixeira de Barros
João Caetano Martins Marques

Fonte: AMVC – Termos de responsabilidade e fiança, livro 3115, fl. 7.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Vila do Conde (AMVC)

Registo dos termos de responsabilidade e fiança, livros 3115-3141-A (1865- 1913), 29 volumes.

Registo dos mancebos que deixaram de ser recenseados para o serviço militar por terem falecido ou mudado de residência, livros 2397 a 2401 (1852-1874).

Registo de reclamações ao recrutamento militar, livros 2402-2405 (1888-1901).

Processos de reclamação ao recrutamento militar, pastas 2406-2414 (1834-1902).

Registo de títulos de residência, livro 2812-2814 (1856-1910).

Declarações de Nacionalidade, pasta 2815 (1869-1938).

Arquivo dos Condes de Azevedo, documentos avulsos.

Registo de actas das sessões da Câmara, livros 54 a 78 (1865-1921).

Registo de privilégios e nomeação para cargos municipais, livros 148-150 (1843-1947).

Registo de treslados de testamentos, livros 3194-3278 (1863-1919).

Processos de construção de cemitérios e requerimentos diversos, pasta 2701 (1859-1954).

Arquivo Distrital do Porto (ADP)

Registo de passaportes de emigrantes, livros 3242 a 3247 (1834-1838); 3298 (1869-70); 3338-3340 (1891-1892); 3407-3413 (1913-1914); 3442 (1923).

Registo de baptismos, freguesia de Santa Maria de Vilar (Vila do Conde) livro 168 (1901).

Fontes Impressas

- CARQUEJA, Bento, 1916 – *O Povo Português – aspectos sociais e económicos*. Porto: Livraria Chardron.
- COELHO, Latino, 1874 – *História Política e Militar de Portugal desde fins do século XVIII até 1842*, Lisboa: Imprensa Nacional, 3 Vol.
- COSTA, Afonso, 1911 – *Estudos de Economia Nacional I, o Problema da Emigração*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, Américo, 1948 – *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*. Vila do Conde : Tipografia privativa do dicionário corográfico.
- DUARTE, I. Sousa, 1876 – *O Tributo de Sangue, Manual do Processo de Recrutamento segundo a legislação em vigor dedicado aos reverendos, parocos, senhores regedores e chefes de família das freguesias rurais*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GUIA ILUSTRADO – *Praia de Vila do Conde*, 1917.
- HERCULANO, Alexandre, 1877 – “A emigração para o Brasil”. Lisboa: *Diário do Governo*, n.º 12 de 13 de Janeiro de 1838.
- HERCULANO, Alexandre, 1860 – “A Emigração” in *Opúsculos*. Lisboa: Presença editora.
- LARANJA, José Frederico, 1878 – *Teoria Geral da Emigração e sua aplicação em Portugal*. Coimbra: Imprensa Literária.
- MARTINS, Oliveira, 1881 – *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa: Guimarães & Cª Editores.
- MARTINS, Oliveira, 1885 – *Estudos de Economia e Finanças*, Lisboa: Guimarães & Cª Editores.
- MARTINS, Oliveira, 1887 – *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa: Guimarães & Cª Editores.
- MOREIRA, Telles, 1913 – *O Brasil e a Emigração*, Lisboa: Livraria Ventura Abrantes.
- OLIVEIRA, Emídio de, 1893 – *A Carteira de um Latino*. Porto: Centro Internacional de Publicações.
- PERY, Gerardo, 1875 – *Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PRIMEIRO inquérito parlamentar sobre a Emigração Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.
- RAMOS, Carlos Vieira, 1913 – *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- SELVAGEM, Carlos, 1913 – *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal, ed. Suplementar*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SILVA, Fernando Emídio da, 1917 – *Emigração Portuguesa*. Coimbra: França e Arménio Livreiros Editores.
- TELLES, Basílio, 1904 – *Carestia da Vida nos Campos – Cartas a um Lavrador*. Porto: Livraria Chardron.
- VIEIRA, José Augusto, 1887 – *O Minho pitoresco*, tomo I. Lisboa: Livraria António Maria Pereira.

Estatísticas

- Censo no 1.º de Janeiro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Censo no 1.º de Janeiro de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Censos da População de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890- 2001.
- Movimento da População, Estado Civil – Emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888-1899.

Legislativas

- Código Administrativo – Nova Edição Oficial – Anotado*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.
- Código Administrativo Português de 18 de Março de 1842*, (anotado). Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.
- Código Civil Português*, 1867. Lisboa: Tipografia Universal.
- Colecção cronológica da Legislação Portuguesa, 1603-1700*, compilada e anotada por J. J. Andrade e Silva, Lisboa: Imprensa F. X. Sousa, 1856.
- Colecção das leis do Império do Brasil de 1856*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1857.
- Colecção de leis e outros documentos oficiais, 1838*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Colecção oficial da legislação portuguesa, 1842-1907*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Colecção de legislação de 1855*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Colecção de legislação de 1856*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Colecção de legislação portuguesa de 1899*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Colecção de legislação portuguesa, 1911-1913*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Diário do Governo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865-1913.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de Fevereiro de 1891.
Constituições do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1986.
Legislação portuguesa sobre emigração e passaportes, Lisboa, 1913, p. 117-9; 128-9; 132-4; 142-150; 153-4.

Fontes Hemerográficas

Ave (O), Vila do Conde, 1906-1913.
Brasil-Portugal, Lisboa, 1900, 1904, 1906 e 1908.
Charivari (O), Porto, 1893.
Correio do Ave (O), Vila do Conde, 1872
Democrático (O), Vila do Conde, 1913-1930.
Diário Ilustrado, Lisboa, 1883.
Diário Pernambucano, Recife, 6 e 12 de Junho de 1844.
Fluvial (O), Vila do Conde, 1908-1910
Ilustração Vilacondense, Vila do Conde, 1911.
Jornal de Comércio do Recife – Cadernos especiais, Recife, 5 de Novembro de 2001.
Jornal de Notícias, Porto, n.º 80, 5 de Abril de 1893; n.º 83 de 8 de Abril de 1893; n.º 92, 19/04/1893 e n.º 94, 21/04/1893.
Jornal de Viagens de Aventuras de Terra e Mar, Lisboa, n.º 38, 15 de Fevereiro de 1880.
Jornal de Vila do Conde, 1887-89.
Miscelânea de Arte, Vila do Conde, n.º único, 14 de Novembro de 1981.
Novo Rumo, Vila do Conde, 1935.
Primeiro de Janeiro (O), Porto, n.º 95, 9/08/1893; n.º 170, 19 de Julho de 1893; n.º 198, 20 de Agosto de 1887.
Reflexos, Vila do Conde, 1980-90.
Renovação, Vila do Conde, 1935-1975.
Revista Militar, Lisboa, n.º 19, de 15 de Outubro de 1889.
Revista Universal Lisbonense, Lisboa, (1843-1851).
Vilacondense (O), Vila do Conde, 1928.
Voz do Ave, Vila do Conde, 1934.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, Júlia Maria Peixoto dos Santos Fernandes, 2000 – *Vila do Conde, a construção da política cultural ao nível local*. Porto: FLUP
 ALENCASTRO, Luiz Felipe de, 1984 – *Prolétaires et esclaves: immigrés portugais et captifs africains à Rio de Janeiro, 1850-1872*. Paris: Cahiers du C.R.I.A.R., n.º 4.

- ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António, 1974 – *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo Editora.
- ALMEIDA, Carlos C., 1973 – “Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 40, p. 778-789.
- ALMEIDA, Fialho, 1947 – *Os Gatos*. Lisboa: Clássica Editora.
- ALMEIDA, Manuel José, 1999 – “Ensinar e formar – Tempo de aniversário no Colégio de Nossa Senhora do Rosário”. *O Tripeiro*. Porto: Associação Comercial do Porto, 7.ª série, ano XVIII, n.º 3, p. 88-90.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1989 – “Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”. *Revista de História: C.H.U.P.*, vol. IX, p. 267-289.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1992 – “Percursos de um brasileiro do Porto: o Conde de Ferreira”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto: FLUP, II série, vol. IX p. 199-213.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1993 – “Lógicas migratórias no Porto Oitocentista”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO, Maria José e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Ed. Fragmentos, p.78-97.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1993 – “Analfabetismo e emigração: o caso do distrito do Porto no século XIX”. *Revista da Faculdade de Letras – História*. FLUP, vol. X p. 271-287.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1993 – “O Brasileiro Oitocentista e o seu papel social”. *Revista de História*, Porto: FLUP, vol. XII, p. 257-296.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1994 – *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos Lda.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1995 – “Aspectos da Emigração no Noroeste Português: o distrito do Porto no século XIX”. Porto: *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, p. 77-89.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1997 – “Peregrinos do trabalho: perspectivas sobre a imigração galega no Porto”. *O Tripeiro*. Porto: Associação Comercial do Porto, 7.ª série, ano XVI, n.º 6-7, p. 132-138.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1998 – “Perspectivas sobre a emigração: os estudos locais e regionais”. in *Actas das segundas jornadas de História local*, Fafe: Câmara Municipal, p. 413-424.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1999a – “Os brasileiros da emigração: razões locais para um debate”. *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de V.N. de Famalicão, n.º 16, p.111-113.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1999b – “Reflexões em torno da emigração oitocentista. A Diáspora: raízes e realidades culturais”. in *Actas do Colóquio. Guimarães*: Universidade do Minho/Câmara Municipal de Guimarães, p. 65-73.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1999c – “A Legislação sobre Emigração em Portugal (1645-1914)”. in *Historia de la Población*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, vol. I, IV.
- ALVES, Jorge Fernandes, 1999d – “Ler, escrever e contar na emigração oitocentista”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: FLUC, vol. 20, p. 289-313.

- ALVES, Jorge Fernandes, 2001 – *Cartas de Vicente José da Cruz Trovisqueira enviadas do Rio de Janeiro, entre 1863 e 1869*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- ALVES, Jorge Fernandes, 2001 – “Terra de esperanças: o Brasil na emigração portuguesa”, in *Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 113-128.
- ALVES, J. Lopes, 1990 – “Da necessidade da Instituição Militar e da sua ética – Notas para um estudo da ética militar” . *Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, n.º especial, p. 83-85.
- AMARAL, Carlos, 1991 – “As fontes da história militar dos séculos XVIII e XIX”, in *Actas do II Colóquio: Panorama e Perspectivas Actuais da História Militar em Portugal*. Lisboa: Comissão Portuguesa da História Militar, p. 225-236.
- AMORIM, António Augusto Gomes, 1972 – “O município de Vila do Conde dentro da evolução dos municípios portugueses”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- AMORIM, António Augusto Gomes, 1997 – *O Associativismo Agrícola em Vila do Conde*. Vila do Conde : Cooperativa Agrícola de Vila do Conde.
- AMORIM, Paulo 2007 – “A emigração para o Brasil através dos livros de registo de passaportes no Governo Civil do Porto (1880-1890) in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.), *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 209-220.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, 2007 – “A presença de brasileiros no Santuário de Nossa Senhora de Porto de Ave (séculos XVIII a XX)”, in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil* Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 467-480.
- ARCOS, Joaquim Paço de, 1973 – *Memórias da minha vida e do meu tempo*. Lisboa: Guimarães Editores.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1983 – *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho e FISS, Regina Lúcia Reis de Sá Britto, 2007 – “Traços da comunidade portuguesa em Pelotas”, in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 171-192.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, 2007 – *A população portuguesa*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade, 2007 – “A expansão europeia oitocentista: emigração e colonização”, in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 13-40.
- ARRUDA, Maria Arminda, 1998 – “Prismas da Memória: emigração e desenraizamento”. *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 4, p. 17-27.
- ASSIS, Charleston José de Sousa e DUARTE, Leila Menezes, 2006 – “Fontes para o estudo da imigração portuguesa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muirquitã, p. 27-44.
- ASSIS, Charleston José de Sousa e DUARTE, Leila Menezes, 2007 – “Imigração portuguesa e conflito urbano: portugueses detidos na casa de detenção do Rio de Janeiro

- (1880-1930)” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 143-170.
- AUVRAY, Michel, 1998 – *L’âge des casernes: histoire et mythes du service militaire*. Paris: Éditions de l’Aube.
- AZEVEDO, Agostinho Antunes de, 1950 – *A Terra da Maia*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral.
- AZEVEDO, António Fortuna de, 1986 – *Touques (Subsídios para uma Monografia)*. Vila do Conde: António Fortuna de Azevedo e Associação Comercial e Industrial de Vila do Conde.
- AZEVEDO, Ercílio, 1998 – “O doutor Souza-Soares e a paixão urbanística”. *O Tripeiro*. Porto: Associação Comercial do Porto, 7.^a Série, ano XVII, n.º 5, p.147-149.
- BACCI, M. Livi, 1972 – *The demographic and Social Pattern of Emigration from the Southern European Countries*. Florença: Università de Firenze.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1991 – “Uma imagem desfocada: a Emigração Portuguesa e as Fontes Portuguesas sobre Emigração” in ROEL, António Eiras, (coord.) – *Emigración Española y Portuguesa a América, (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica)*, Vol. 1. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, p. 161-175.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 1993b – “Interesses colectivos versus interesses individuais: a política americana de imigração (1776-1927)” in SILVA, Maria Beatriz Nizza, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO, Maria José e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, p. 15-25.
- BAGANHA, Maria Ioannis, 2001 – “Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro” in ARRUDA, José Jobson e FONSECA, Luís Adão (orgs.) – *Brasil-Portugal: História, agenda para o milénio*. Bauru: EDUSC, p. 15-28.
- BARRETO, António, ALMEIDA, Carlos, 1974 – *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Lisboa: Pelo Editora.
- BASTO, Fernando Lázaro de Barros, 1999 – *Síntese da história da imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: s/ed.
- BEBIANO, Rui, 1993 – “Organização do Exército”, in MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editora Estampa, Vol 5., p. 253-264.
- BETHELL, Leslie, 1989 – *Brazil-Empire and Republic, 1822-1930*. London: Cambridge University Press.
- BLOCH, Marc, 1976 – *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- BONANÇA, João, 1903 – *Enciclopédia das aplicações usuais*. Lisboa: Lisboa
- BRANDÃO, M. de Fátima, 1993 – “O bom emigrante à casa torna?” in SILVA, MARIA Beatriz Nizza, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO, Maria José PEREIRA,

- Miriam Halpern (orgs.) – *Emigração/imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, p. 163-183.
- BRAUDEL, Fernand, 1982 – *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- BRETTEL, Caroline B., 1991 – *Homens que partem, mulheres que esperam – consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- BRITO, Raquel Soeiro, 1960 – *Agricultores e Pescadores Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro (estudo comparativo)*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- BRUNO, Sampaio, 1997 – *O Brasil Mental*, 2.^a ed.. Porto: Lello Editores.
- CABRAL, Manuel Villaverde, 1974 – *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal – século XIX e XX*. Porto: Editorial Inova.
- CALMON, Pedro, s/d – *História Social do Brasil*, 4 tomos, 3.^a edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CAPELA, José, 1979 – *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico da Escravatura*. Porto: Afrontamento.
- CARDELÚS, Jordi e PASCUAL, Angels, 1981 – *Movimientos Migratorios e Organizacion Social*. Barcelona: Ed. Península.
- CARVALHO, Marcus, 1993 – “O antilusitanismo e a questão social em Pernambuco” in SILVA, MARIA Beatriz Nizza, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO, Maria José e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, p. 145-162.
- CASCÃO, Rui, 1993a – “Demografia e sociedade” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, Lisboa: Editorial Estampa, vol. 5, p. 425-440.
- CASCÃO, Rui, 1993b – “A ideologia burguesa como factor de afirmação social” in MATTOSO, José (dir.), *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, Vol.5, p. 440-457.
- CHAUNU, Pierre, 1978 – *Histoire Quantitative, Histoire Sérielle*, Paris: A. Collin.
- CHEPULIS, Rita L., 1984 – “Return Migration: na analytical Framework” in KUBAT, Daniel (ed.) – *The Politics of Return Migration in Europe*. New York/Roma: Center for Migrations Studies, p. 240-245.
- CIRNE, Teresa, 2007 – “A emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 337-358.
- COARACY, Vivaldo, 1988 – *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, 3.^a ed.. São Paulo: Editora Paulista.
- COLE, Sally, 1994 – *Mulheres da Praia. O Trabalho e a Vida numa Comunidade Costeira Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CORDEIRO, Luciano, s.d. – *Questões coloniais*. Lisboa: Editorial Vega.
- COURGEAU, D., 1980 – *Analyse Quantitative des Migrations Humaines*. Paris: Masson.

- CORTE, Andréa Telo da, 2007 – “Contribuição para o estudo da imigração subsidiada para o Brasil” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 359-370.
- CORTESÃO, Jaime, 1978 – *Obras Completas*, Porto: Portugália Editora, vol. IX. P. 149.
- CORTESÃO, Jaime, 1979 – “Amor da Pátria e o meu Barbeiro” in MOURÃO-FERREIRA, David (org.) – *Portugal – A Terra e o Homem*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CORTESÃO, Jaime, 1984 – *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. 2 vols. Lisboa: Livros Horizonte.
- COSTA, Carlos, 1987-1989 – “Efemérides”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal*. Vila do Conde: Câmara Municipal.
- COSTA, D. António, 1874 – *No Minho*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- CRUZ, Maria Antonieta, 1987 – “Agruras dos Emigrantes Portugueses no Brasil – contribuição para o estudo da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX”. *Revista de História*. Porto: C.H.U.P., vol. VII, p. 187-195.
- CRUZ, Maria Antonieta, 1991 – “Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da Imprensa Portuense”. *Revista de História*. Porto: C.H.U.P., vol. XI, p.185-192.
- CRUZ, Maria Antonieta, 1997 – “A burguesia perante a morte: um momento de afirmação da diferença”. *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n.º 3, p. 227-246.
- DACIANO, Bertino, 1963 – “Nótula acerca de duas figuras de uma freguesia do concelho de Vila do Conde”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, n.º4, p. 7-8.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, 2007 – “Imigrantes portugueses em São Paulo (a educação em Portugal) nos inícios do século XX” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 311-318.
- DINIS, Júlio, 1951 [1868] – *A Morgadinha dos Canaviais*. Porto: Porto Editora.
- DURÃES, Margarida, 1987 – “A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário, séculos XVIII e XIX”. *Cadernos do Noroeste*: Braga, vol. n.º 1. p. 81-93.
- DURÃES, Margarida, 1987 – “Herdeiros e não herdeiros; nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta”. *Revista de História Económica e Social*. n.º 21, p. 47-56.
- ESTEVÃO, João Antunes, 1983 – “A Florestação dos Baldios”. *Análise Social*. n.ºs 77, 78 e 79, p. 1157-1260.
- EVANGELISTA, João, 1971 – *Um Século de População Portuguesa*. Lisboa: INE, Centro de Estudos Demográficos.
- FAUSTO, Boris, 2008 – *História do Brasil*, 13.^a edição. São Paulo: EDUSP.
- FERNANDES, Paula Guilherme de Carvalho, 1995 – “A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 177-208.
- FERRARIA, Maria José e AMORIM, Paulo 2007 – “A emigração para o Brasil através dos livros de registo de passaportes no Governo Civil do Porto (1880-1890), in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 209-220.

- FERREIRA, Eduardo de Sousa (org.), 1977 – *A Emigração Portuguesa e o seu Contexto Europeu*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- FERREIRA, Jenifer, 2007 – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 319-336.
- FERREIRA, Maria João Cerqueira da Costa, 2006 – “A emigração para o Brasil através dos livros de Passaportes do Distrito do Porto (1.º Semestre 1926)” in MARTINS, Isménia LIMA e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 254-270.
- FISS, Regina Lúcia Reis de Sá Britto, 1988 – *Aspectos Gerais e História das Empresas de Pessoas de Origem Portuguesa em Pelotas, na década de 1980*. Pelotas (policopiado).
- FLORENTINO, M. Machado, C., 2002 – *Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Ed. Progresso.
- FONSECA, Vítor Manuel Marques da, 2006 – “Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*, Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 136-161.
- FONSECA, Vítor Manuel Marques da, 2007 – “Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro, em inícios do séc. XX” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*, Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 417-436.
- FRANÇA, Ruben, 1977 – *Momentos do Recife*. Recife: Secretaria da Educação e Cultura.
- FREDRICKSON, George M., 1982 – *Industrialism, White labor and racial discrimination*. Oxford: Press University.
- FREIRE, Rubens e ANIDO, Nayade, 1976 – “A existência de ciclos emigratórios na emigração portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 45, p. 179-186.
- FREIRE, Rubens e ANIDO, Nayade, 1977 – “Análise de alguns ciclos emigratórios da emigração portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 50, p.451-459.
- FREITAS, Eduardo, 1990 – “Fenómeno Emigratório: Diáspora Portuguesa”, in *Portugal Contemporâneo*, REIS, António (dir.). Lisboa: Alfa, vol.2, p. 191-200.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e, 1950 – “Estradas Velhas entre o Leça e o Ave”. *Douro Litoral*, Porto: Edição da Junta de Província do Douro Litoral
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e, 1999 – *Vila do Conde, 1. Azurara*, Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e, 2001 – *Vila do Conde, 2. História e Património*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- FREITAS, J. Rodrigues de, 1867 – *Notice sur le Portugal*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil, 1990 – *Emigração portuguesa e a sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850-1950)*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil, 1995 – “O café e a imigração em Santos” in PEREIRA, Maria Aparecida Franco (org.) – *Santos, Café e História*. Santos: Leopoldianum.

- GARCIA, José Luís, 2000 – *Portugal Migrante: Emigrantes e Imigrados. Dois estudos introdutórios*. Oeiras: Celta Editora.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978 – “L’emigration portugaise (XVe.–XXe. Siècles), une constant structuree et les réponses au changement du monde”. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 5-32.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1982 – “Para uma política de emigração” in *As Ciências Humanas: Ensino Superior e Investigação Científica em Portugal. Algumas achegas preliminares*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais, p. 87-96.
- GOMES, Manuel Maia, 1995 – “Evolução Histórica – Desenvolvimento Urbano de Vila do Conde”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde: Ed. Câmara Municipal, Nova Série, números 15/16, p. 100-115.
- GONÇALVES, Albertino, 1987 – “O Presente Ausente – O emigrante na sociedade de origem”. *Cadernos do Noroeste*, Braga: Ed. Clássica, vol. 1, p. 7-30.
- GOUVEIA, Fernando da Cruz, 1990 – *Perfil do Tempo*. Recife: Secretaria da Educação e Cultura.
- GUICHARD, François, 1995 – “A grande viragem do presente e suas consequências: de Portugal Rural para Portugal Urbano”. *População e Sociedade*, Porto: CEPFAM, n. 1, p. 27-40.
- HECKER, Frederico Alexandre, 2009 – “A repressão aos imigrantes portugueses em São Paulo: os subversivos e os outros” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia e MATOS, Izilda (orgs.), *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto: Edições Afrontamento, p. 95-120.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1972 – *História Geral da Civilização brasileira*, Vol. IV. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- JUNIOR, Caio Prado, 1957 – *Evolução Política do Brasil e Outros Ensaio*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- JUSTINO, David, 1989 – *A formação do espaço económico nacional, 1810-1913*. Lisboa: Viegas Editora
- KLEIN, Herbert, 1993 – “Imigrantes pobres no Brasil”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa, vol. XXVIII, n.º 121, p. 11-14.
- KUSHNIR, Beatriz, 2006 – “Traços lusos nos acervos do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro”, in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 45-53.
- LEEDS, Elizabeth, 1983 – “Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa, n.ºs 77, 78 e 79, p. 1045-1081.
- LEITE, J. Costa, 1987 – “Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 97, p.463-480.
- LEITE, J. Costa, 1991 – “O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 112-113, p. 741-752.
- LEITE, J. Costa, 1996 – “Os negócios da emigração (1870-1914)”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.ºs 136-137, p. 381.
- LOBO, Maria Eulália Lahmeyer, 2001 – *Migração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.
- LOPES, Maria Teresa Braga Soares, 1995 – “Correntes de opinião pública e emigração legal no Distrito de Aveiro (1882-1894)”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 209-231.

- LOURENÇO, Eduardo, 1975 – *Os Militares e o Poder*. Lisboa: Arcádia.
- MACHADO, Paulo Pinheiro, 1999 – *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: UFRS.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa, 2007 – “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, p. 51-68.
- MAIA, Luís da Costa, 1912 – *O Nosso Hospital e a Nossa Praia*. Vila do Conde: Ed. Câmara Municipal de Vila do Conde.
- MAIA, Manuel Joaquim da Costa, 1995 – *Subsídios de Monografia de São Salvador de Árvore*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde e Junta de Freguesia de Árvore.
- MARÇAL, Horácio, 1950 – *Vilar do Pinheiro, Subsídios para a sua Monografia*. Porto: Junta de Província do Douro Litoral.
- MARIA, Serafim de Jesus e [Serafim de Moura Coutinho], 1908 – *Verdadeira história de um rapaz que foi para o Brasil, aos 13 anos de idade, mandado por seus pais, e não tendo felicidade porque não nascera para ser rico*, Porto: Edição do autor.
- MARANHÃO, Maria José (orgs), 1993 – *Emigração/ Emigração em Portugal*, Lisboa: Fragmentos
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1973 – *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1975 – *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARQUES, Fernando Pereira, 1999 – *Exército, mudança e modernização na 1.ª metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos/ IDN.
- MARQUES, João Pedro, 1999 – *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: ICS.
- MARTINS, Ferreira, 1945 – *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, Lda.
- MARTINS, Isménia Lima; SOUSA, Fernando de (orgs.) 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã.
- MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando de (orgs.), 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. RJ: Muiraquitã.
- MARTINS, Isménia Lima, 2006 – “O imigrante e a Historiadora”, in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 15-26.
- MARTINS, Isménia Lima, 2007 – “Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Uma análise crítica das fontes” in MARTINS, Isménia de Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, p. 69-88.
- MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes, 2007 – “A emigração do nordeste transmontano para o Brasil no início do século XX” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, p. 257-282.
- MATOS, Maria Izilda Santos de, 1993 – “Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho. São Paulo 1890-1930” in SILVA, Maria Beatriz

- Nizza, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO, Maria José e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, p. 218-237.
- MATOS, Maria Izilda Santos, 2006 – “A imigração portuguesa para São Paulo: trajectória e perspectivas” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 129-135.
- MATOS, Maria Izilda Santos de, 2007 – “Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.), – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 291-304.
- MATOS, Maria Izilda Santos de, SOUSA, Fernando de e HECKER, Alexandre (orgs.), 2008 – *Deslocamentos e História: Os Portugueses*. Bauru, SP: EDUSC.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 1996 – *Os Indesejáveis. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2006 – “Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)”, in MARTINS, Isménia e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Os Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 86-117.
- MENEZES, Lená Medeiros de, 2007 – “A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajectórias de vida”, in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 103-120.
- MELLO, Virgínia Pernambucana, 1997 – *O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco*. Recife: Comissão Organizadora dos 140 anos de aniversário.
- MELLO, Tancredo Fernandes, 1992 – *O Município de Santa Vitória do Palmar*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor.
- MENDES, José Sacchetta Ramos, 2010 – *Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Porto: Fronteira do Caos Editores L.da/CEPESE.
- MIRANDA, Sacuntala de, 1991 – “A Base Demográfica” in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, Vol. XI. Lisboa: Ed. Presença, p. 13-36.
- MIRANDA, Sacuntala de, 1993 – “A emigração portuguesa e o Atlântico 1870-1930”, in SILVA, Maria Beatriz Nizza, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO, Maria José e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, p. 43-56.

- MONTEIRO, Arlete Assumpção, 2006 – “A imigração portuguesa (planejada) para o sul do Brasil. A colónia de Nova Ericeira” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 164-174.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 1994 – “O Rancho e os Arranchados na 2.^a metade do século XIX, Subsídios para a História Milita” in *Actas, V Colóquio, Do Infante e Tordesilhas*. Lisboa: Comissão Portuguesa da História Militar, p. 151-180.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 2007 – “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando e MATOS, Isilda (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, p. 385-400.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, 2009 – “A imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, p. 329-348.
- MONTEIRO, Miguel, 1989 – *Fafe dos “Brasileiros”(1860-1930) Perspectiva histórica e patrimonial*. Fafe: Ed. de autor.
- MONTEIRO, Miguel, 1996 – *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” – território, itinerários e trajectórias*. Braga: Universidade do Minho.
- MONTEIRO, Paulo Filipe, 1994 – *Emigração: o eterno mito do retorno*. Oeiras: Celta Editores.
- MONTEIRO, Tania Penido, 1985 – *Portugueses na Baía na segunda metade do século XIX – Emigração e Comércio*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos.
- MORAIS, Paulo de, 2003 – *Porto de Partida, Porto de Chegada: a emigração portuguesa*. Lisboa: Âncora.
- MOTA, Salvador Magalhães, 1994 – “A emigração e os militares no final do século XIX, na imprensa diária portuense ou a defesa de uma imagem”, in *Actas, V Colóquio: Do Infante e Tordesilhas*. Lisboa, Comissão Portuguesa da História Militar, p. 383-394.
- NAZARETH, J. Manuel, 1976 – “O efeito da emigração na estrutura de idades da população portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa, n.º 46, p. 315-362.
- NAZARETH, J. Manuel, 1977 – “Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa”. *Análise Social*: Lisboa, n.º 52, p. 901-986.

- NETO, Félix, 1986 – *A migração portuguesa vivida e representada – Contribuições para o estudo dos projectos migratórios*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos.
- NEVES, Joaquim Pacheco, 1973 – *O Bairro do Cemitério*. Porto: Brasília Editora.
- NEVES, Joaquim Pacheco, 1994 – “Páginas de Memórias”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde: Edição Câmara Municipal, Nova Série, n.º 13, p. 89.
- NUNES, Pires, 1992 – “Fontes no Exército” in *Actas, II Colóquio: Panorama e perspectivas actuais da história militar em Portugal*. Lisboa: Comissão Portuguesa da História Militar, p. 51-66.
- ORTIGÃO, Ramalho, 1944 – *As Farpas*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, t. X.
- PADILLA, Beatriz, 2007 – “Rumo ao sul: emigrantes portugueses no sul do Brasil” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.), *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 401-416.
- PEREIRA, António de Sousa, 1961 – *Sobre a Milenária Villa Comité*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- PEREIRA, Marco António Velho, 1994 – *O Rincão dos Palmares, os primeiros palmarenses no Rio Grande do Sul*. Brasil: Editora Raupp.
- PEREIRA, Maria Aparecida Franco Pereira, 2007 – “Fontes para o estudo da presença portuguesa em Santos”, in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 283-290.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2000a – “Entre Portugal e Brasil: ficções e realidades” in *Os Brasileiros de Torna-Viagem. Catálogo da Exposição*. Lisboa: C.N.C.D.P., p. 213-217.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2000b – “Os Brasileiros Empresários e Investidores” in *Os Brasileiros de Torna-Viagem. Catálogo da Exposição*, Lisboa: C.N.C.D.P., p. 311-317.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2000c – “Os Brasileiros notáveis e ... os Outros”, in *OS Brasileiros de Torna-Viagem. Catálogo da Exposição*. Lisboa: C.N.C.D.P., p. 359-369.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2000d – “O Brasil nas páginas de “O Tripeiro” (1908-1998). “O Tripeiro”. Porto, Associação Comercial do Porto, 7.ª Série, n.º 4, Abr., p. 144-148.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2006 – “Representações da emigração para o Brasil na imprensa do nordeste transmontano durante a 1.ª República” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 270-293.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2007 – “O brasileiro no teatro musicado português – duas operetas paradigmáticas” in MARTINS, Isménia e SOUSA, Fernando

- (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, p. 449-466.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, 2008 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional” in, MATOS, Maria Isilda S. de, SOUSA, Fernando de, HECKER, Alexandre (orgs.) – *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. Bauru: Edusc, p. 35-47.
- PEREIRA, Maria da Conceição e SANTOS, Paula Marques dos, 2009 – “Legislação sobre emigração para o Brasil na I República” in, SOUSA, Fernando de, MARTINS, Isménia de Lima e MATOS, Maria Izilda S.(orgs.) – *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto: Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1979 – *Portugal no Século XX – Revolução, Finanças, Dependência Externa*. Lisboa: Sá da Costa.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1981 – *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: Regra do Jogo.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1983 – *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1990 – “Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.ºs 108-109, p. 735-739.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 1993 – “Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)” in SILVA, Maria Beatriz Nizza, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO, Maria José e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, p. 9-16.
- PEREIRA, Miriam Halpern, 2007 – “A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano” in MARTINS, Isménia de Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, p. 41-50.
- PERES, Damião, s.d. – “História Política” in: *História de Portugal*, vol. VI. Barcelos: Portucalense Editora.
- PERY, Gerardo, 1875 – *Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PEREZ, Jose Cazorla, 1981 – *Emigracion y Retorno: uns perspectiva europea*. Madrid: Instituto Español de Emigracion.
- PESCATELLO, Ann Marie, 1970 – *Boths Ends of Journey: na historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. Los Angeles: Universidade da Califórnia.

- PILOTO, Adelina e SANTOS, António Monteiro dos, 1995 – “Fluxo migratório galego para Vila do Conde (1769-1910). População e Sociedade. Porto: CEPFAM, p. 285-319.
- PILOTO, Adelina, 1998a – *Os Expostos da Roda de Vila do Conde, 1835-1854*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- PILOTO, Adelina, 1998b – *Maria da Fonte – A Sedição Popular em Terra de Marinheiros, Poetas e Rendilheiras*. Vila do Conde: Círculo Católico de Operários de Vila do Conde.
- PILOTO, Adelina e SANTOS, António Monteiro dos, 1998c – “Bento de Freitas Soares – Político Sagaz, Médico Distinto e Homem Generoso”. *O Tripeiro*. Porto: Associação Comercial do Porto, 7.^a série, n.º 10, p. 306-313.
- PILOTO, Adelina e SANTOS, António Monteiro dos, 2000 – *S. Gonçalo de Mosteiró – Subsídios Monográficos*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- PILOTO, Adelina, 2002a – *In Memoriam do Dr. Serafim Lima, Centenário do Nascimento (1902-2002)*. Vila do Conde: Junta de Freguesia de Fornelo/Câmara Municipal de Vila do Conde.
- PILOTO, Adelina e SANTOS, António Monteiro dos, 2002b – “Homens do Porto promotores do Americano em Vila do Conde e Póvoa de Varzim”. *O Tripeiro*. 7.^a série, n.º 3, p. 82-86.
- PILOTO, Adelina, 2007a – “A emigração do concelho de Vila do Conde para o Brasil (1865-1875)” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 371-384.
- PILOTO, Adelina, 2007b – *Naufrágios – História Trágico-Marítima de Vila do Conde, 1588-2006*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- PINTO, António Ventura dos Santos, 2000 – *Vila do Conde, 1785-1800: as Gentes e o Governo Municipal*. Porto: FLUP.
- POLÓNIA, 1994 – “Vila do Conde no século XVI. Reflexões sobre alguns índices de desenvolvimento. *Boletim Cultural da Câmara Municipal*. Vila do Conde: Câmara Municipal, n.º 14, p. 47-64.
- POLÓNIA, 2000 – *Vila do Conde. Um porto nortenho na expansão marítima quinhentista*. Porto: FLUP.
- POMBO, Carmen Regina da Silva Matos, 1986 – *A Imigração Portuguesa em Pelotas no século XX*, Pelotas (policopiado).
- RAMOS, Rui, 1994a – “A população em movimento” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Segunda Fundação*. Lisboa: Editorial Estampa, 6.º vol., p. 34-35.
- RAMOS, Rui, 1994b – “A politização da vida portuguesa (1890- 1926)” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: A Segunda Fundação*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. 6, p. 225-248.
- REIS, A. do Carmo, 1989 – *Vila do Conde, 500 anos de História Urbana*. Porto: FLUP.
- REIS, A. do Carmo, 2000 – *Nova História de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde.
- RIBEIRO, Ângelo, s.d. – “História Política” in PERES, Damião de (dir) – *História de Portugal*, vol. VI. Barcelos: Portucalense Editora.
- RIBEIRO, Glayds Sabina, 2006 – “Perfil do imigrante português nos códigos de legitimação e apresentação de passaportes na polícia – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p. 54-85.
- RIBEIRO, Glayds Sabina, 2007 – “O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da Justiça Federal do Rio de Janeiro” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando

- (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, p. 121-142.
- RIBEIRO, Orlando, 1955 – “Portugal” in TÉRAN, Manuel (dir) *Geografia de España y Portugal*. Barcelona, tomo V.
- RIBEIRO, Orlando, 1986 – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1985 – “Emigração e Regresso” in AAVV – *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, 1 e 2. Lisboa: Alfa, p. 147-148 e 205-207.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1986 – “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil”. *Análise Social*, n.º 90. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 139-156.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1992 – *O fenómeno da emigração em Portugal*. Lisboa: Inst. de Investigação Científica e Tecnológica.
- RODRIGUES, Henriques Fernandes, 2003 – *Alto Minho no século XIX, Contextos Migratórios, Sócio e Familiares* (tese de doutoramento apresentada à FLUP). Porto: FLUP (policopiada).
- RODRIGUES, Henrique, 2006 – “Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no século XIX com a emissão de passaporte” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: muraquitã, p. 189-230.
- RODRIGUES, Henrique, 2007 – “A emigração de elites do noroeste de Portugal no século XIX” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, p. 237-256.
- RODRIGUES, Silva, 1997 – *Em redor da Igreja de Touguinhó – Subsídios para a sua história*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde/Junta de Freguesia de Touguinhó.
- RODRIGUES, Teresa, 1995 – “A População Portuguesa nos séculos XIX e XX: O acentuar das assimetrias de crescimento regional”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 57-72.
- ROQUE, João Lourenço, 1982 – *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870)*. Coimbra: FLUC (tese de doutoramento).
- ROSAS, Fernando, 1994a – “A Grei Agrária” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 31-53.
- ROSAS, Fernando, 1994b – “A Indústria Nacional” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 61-66.
- ROWLAND, Robert, 1990 – *Contexts of Long-Distance Migration: Portugal and Brazil*. Florença: European University Institute.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, 2000 – “Misericórdias, Portugueses no Brasil e Brasileiros” in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa: C.N.C.D.P., p. 56-74.
- SÁ, Vítor, 1981 – *Época Contemporânea Portuguesa I – Onde o Portugal Velho Acaba*. Lisboa: Livros Horizonte.

- SALGADO, Francisco Ribeiro, 1927 – *Interesses económicos luso-brasileiros*. Porto: Livraria J. Réis & Silva.
- SAMARA, Eni de Mesquita, 1998 – “Mudanças económicas, género e família no Brasil”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 4, p. 43-58.
- SANTOS, A. Monteiro dos, 1989 – “A Casa de S. Sebastião”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde: Ed. Câmara Municipal, Nova Série, n.º 4, p. 17-24.
- SANTOS, A. Monteiro dos, 1994 – “Estaleiros de Vila do Conde, adeus, até ao outro lado”. *Vila do Conde – Páginas Verdes*. Gaia: Páginas Verdes Edições, n.º III, p. 2-6.
- SANTOS, Maria Helena C., 1978 – *Emigração, uma constante da vida portuguesa*. Porto: Edição Faoj, caderno n.º 11.
- SANTOS, Paula Marques dos, 2006 – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil. As principais fontes documentais” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: muiiraquitã, p. 239-253.
- SANTOS, Paula Marques, 2007 – “A emigração do distrito de Viseu para o Brasil entre as duas guerras mundiais” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, p. 319-336.
- SENDAS, Márcia Maria, 1994 – *Meu avô, comendador Manuel António Sendas. Origens da família Sendas no Brasil*. Rio de Janeiro: Four Print.
- SERRÃO, Joel, 1970 – “Conspecto histórico da emigração portuguesa”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa n.º 32, p. 597-617.
- SERRÃO, Joel, 1974 – *A Emigração Portuguesa*, 1.ª edição. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel, 1976 – *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (dir.), 1981 – *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Liv. Figueirinhas, 6 vols.
- SERRÃO, Joel, 1985 – “Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n.º 87-89, p. 995-1004.
- SILVA, Brasilina Assunção Pereira da, 2007 – “Cartas de Chamada: a emigração para o Brasil no concelho de Sernancelhe (1900-1920)” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESSE/Edições Afrontamento, p. 305-310.
- SILVA, Érica Sarmiento da, 2007 – “Pelos Logradouros Cariocas: uma perspectiva da imigração galega no Rio de Janeiro” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando

- (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 193-208.
- SILVA, Francisco Ribeiro da Silva, 1998 – “Brasil, Brasileiros e Irmandades/Ordens” in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*. Lisboa: C.N.C.D.P., p. 120-132.
- SILVA, Jorge Manuel Bastos da, 1999 – “O 2.º Inquérito à Emigração (Sociedade de Geografia de Lisboa, 1909-1915)”. *População e Sociedade*. Porto: CEPESE, n.º 5, p. 325-333.
- SILVA, Laurindo, 1960 – *O Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco no seu Primeiro Centenário (1855-1955)*. Recife: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial.
- SILVA, Manuela, 1984 – *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1993 – “Família e integração do imigrante português na sociedade brasileira” in SILVA, Maria Beatriz, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO, Maria José e PEREIRA, Miriam Halpern – *Emigração/ Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da, 1998 – *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- SOUSA, Fernando, 1988 – *Jornal de Notícias. A Memória de um Século (1888-1988)*. Porto: Empresa do Jornal de Notícias.
- SOUSA, Fernando *et al*, 1990 – *O Arquivo Municipal de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal.
- SOUSA, Fernando, 1995 – “A População Portuguesa em finais do século XVIII”. *Revista População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 1, p. 41-55.
- SOUSA, Fernando, 1996 – “A População Portuguesa nos inícios do século XIX”. *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, n.º 2, p. 7-75.
- SOUSA, Fernando, 2004 – *A fundação Doutor António Cupertino de Miranda*. Porto: Fundação Dr. António Cupertino de Miranda
- SOUSA, Fernando, 2006 – “Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil” in MARTINS, Ismênia Lima e SOUSA, Fernando (orgs.) – *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã, p.175-188.
- SOUSA, Fernando, MARTINS, Ismênia de Lima e PEREIRA, Conceição Meireles (orgs.), 2007 – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/ Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando e CIRNE, Teresa, 2007 – “Portugueses do norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)” in MARTINS, Ismênia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, p. 489-556.
- SOUSA, Fernando, 2008 – *Os Novos Descobridores*, Porto: CEPESE.
- SOUSA, Fernando, MARTINS, Ismênia de Lima e MATOS, Isilda (orgs.), 2009 – *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando e FERRARIA, Maria José, 2009 – “A Emigração Portuguesa para o Brasil e as Origens da Agência Abreu (1840)” in SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia, MATOS, Izilda – *Nas Duas Margens – Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento.
- TAPINOS, Georges, 1974 – *L' Économie des Migrations Internationales*. Paris: Armand Colin/PFNSP.
- TELO, António José, 2004 – “Portugal e a primeira vaga de inovação contemporânea”, in BARATA, Manuel Thelmudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (orgs.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores e Autores, p. 342-409.

- VAQUINHAS, Irene Maria, 1993a – “A ideologia burguesa como factor de afirmação social” in MATTOSO, José (dir.) – *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, Vol.5.º, p. 440-457.
- VAQUINHAS, Irene Maria, 1993b – “A evolução da estrutura social: alguns aspectos” in MATTOSO, José (dir.) – *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, Vol.5.º, p. 484-487.
- VIEIRA, Nelson H., 1991 – *Brasil e Portugal – a imagem recíproca*. Lisboa: ICALP.
- VILAS BOAS, Maria Xavier, 2007 – “Rumo ao sul: emigrantes portugueses no sul do Brasil” in MARTINS, Isménia Lima e SOUSA, Fernando (coord.) – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 401-416.
- VILA COVA, António Ferreira, 1989 – *Caxinas – Terra do Meu Coração*. Vila do Conde: Edição da Câmara Municipal de Vila do Conde.
- WESTPHALEN, Cecília Maria e BALHANA, Altiva Pilatti, 1993 – “Política e Legislação Imigratórias Brasileiras e a Imigração Portuguesa” in SILVA, MARIA Beatriz Nizza, BAGANHA, Maria Ioannis, MARANHÃO, Maria José e PEREIRA, Miriam Halpern (orgs.) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, p. 9-16.
- ZWEIG, Stefan, 1941 – *Brasil, País de Futuro*. Porto: Livraria Civilização.

Fontes Digitais

- LEITE, Joaquim da Costa – *Mitos e realidades da emigração portuguesa*, disponível em <www.museu-emigrantes.org>, consultado em 11 de Abril de 2010.
- MONTEIRO, Miguel e ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz da, 2007 – “Emigração e retorno: imagens cruzadas num webmuseu e o papel da tecnociência no caso de <www.museu-emigrantes.org>, consultado em 12 de Fevereiro de 2010.
- <www.Metropolis digital.com>, consultado em 24 de Março de 2009.
- <www.estalagemdobrasão.com>, consultado em 2 de Abril de 2010.
- <www.Fundaj.giv.br.>, consultado em 29 de Junho de 2010.